



IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES DE BAIXAS DENSIDADES

FÁTIMA VELEZ
DE CASTRO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)



I N V E S T I G A Ç Ã O



Coordenação editorial

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Concepção gráfica

António Barros

Capa

The new path, por Roger Oakes, 2011.

Infografia da Capa

Carlos Costa

ISBN

978-989-26-0705-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-0706-1

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0706-1>

IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM REGIÕES DE BAIXAS DENSIDADES

FÁTIMA VELEZ
DE CASTRO

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	13
1. Um estudo sobre imigração e desenvolvimento regional em contexto tranfronteiriço de baixas densidades: as motivações	15
2. Os objectivos do estudo.....	19
3. Hipóteses de investigação e questões-chave derivantes	21
4. A organização da obra	27
O ESTADO DA ARTE	29
CAPÍTULO 1	
TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E MOBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	
1.1 As teorias das migrações: na busca pelo desenvolvimento	31
1.1.1 Os precursores Ravenstein e Lee e a teoria da atracção-repulsão	31
1.1.2 A Escola Neoclássica	38
1.1.3 Na continuidade teórica: a complexificação de perspectivas sobre o processo migratório	41
1.2 Do desenvolvimento como processo linear ao desenvolvimento como processo aberto: o papel do capital humano e social migrante	56
1.2.1 Significado(s) do conceito de desenvolvimento	56
1.2.2 A abordagem clássica	62
1.2.3 A dimensão linear dos processos de desenvolvimento na esfera sinérgica interterritorial.....	66
1.2.4 Da tendência globalizante à viabilidade intrarregional	75
1.2.5 O desenvolvimento como liberdade e como conjunto de escolhas.....	80
1.2.6 A mobilidade de capital humano e social como factor de desenvolvimento territorial (?).....	83
CAPÍTULO 2	
AS MIGRAÇÕES: NO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO?	
2.1 A discussão sobre a natureza da relação entre as migrações e o desenvolvimento	93
2.1.1 Aspectos históricos no debate	93
2.1.2 Os argumentos de base para o estabelecimento da relação (provável).....	98
2.1.3 O papel das remessas enquanto factor de desenvolvimento	111
2.1.4 A posição dos organismos oficiais.....	117
2.2 Migrações e Desenvolvimento: análise de casos práticos	130
2.2.1 Na Ásia, América Latina e Europa	130
2.2.2 Em regiões de baixas densidades portuguesas e espanholas: uma introdução	145

CAPÍTULO 3	
IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO CONTEXTO DA PENÍNSULA IBÉRICA	
3.1	Evolução do panorama migratório em Portugal e em Espanha: De cais de partida (também) a cais de chegada151
3.1.1	Os ciclos migratórios na perspectiva ibérica.....151
3.1.2	As motivações na base da alteração do contexto migratório.....163
3.1.3	A vertente quantitativa da população imigrante ibérica à escala nacional e europeia166
3.1.4	A geografia dos imigrantes: Uma proposta de definição dos sistemas migratórios na Península Ibérica171
3.2	O Contributo do capital humano imigrante para o desenvolvimento territorial português e espanhol.....182
3.2.1	Aspectos referentes ao perfil laboral dos imigrantes182
3.2.2	A questão sócio-demográfica195
A METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO 213	
1.	A ESCOLHA E A DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO EM ESTUDO215
2.	O UNIVERSO E A RECOLHA DA AMOSTRA: PRINCÍPIOS E CONSTRANGIMENTOS225
2.1	A evolução do fenómeno migratório à escala local.....225
2.2	O perfil dos inquiridos230
3.	O QUESTIONÁRIO POR INQUÉRITO E POR ENTREVISTA COMO INSTRUMENTOS DE TRABALHO243
ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO 253	
CAPÍTULO 1	
A IMIGRAÇÃO NA SUB-REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇADO ALTO ALENTEJOE DA EXTREMADURA: CONTRASTES E CONTINUIDADES	
1.1	Perfil dos inquiridos: demografia do quotidiano sócio-familiar255
1.2	Grau de instrução e percurso profissional.....266
1.3	A geografia do projecto migratório.....307
1.4	Integração e interacção regional.....326
1.5	O contacto com o país de origem.....356
1.6	Perspectivas futuras e avaliação do projecto migratório366
CAPÍTULO 2	
A COMUNIDADE AUTÓCTONE PERANTE O FENÓMENO MIGRATÓRIO NUMA REGIÃO DE BAIXAS DENSIDADES	
2.1	O perfil dos autóctones.....379
2.2	A geografia da mobilidade dos autóctones.....386
2.3	Atitude e percepção da comunidade local face aos imigrantes390
2.4	Num território de encontro entre os autóctones e os imigrantes, o que pensam uns do(s) Outro(s)?.....404
2.5	Imigração e desenvolvimento regional409
2.6	Os agentes locais: princípios, acções e perspectivas.....416
2.6.1	Os agentes e organismos considerados.....416
2.6.2	A actuação territorial dos organismos e dos agentes locais: o princípio de uma política migratória para regiões de baixas densidades?.419
2.6.3	Percepção da importância da imigração para o desenvolvimento regional e perspectivas futuras.....427
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES 433	
BIBLIOGRAFIA451	

À Dra. Dalma Macedo,
a minha professora de Geografia do Ensino Secundário.
Pela sólida amizade que desenvolvemos ao longo de todos estes anos.
Pela mão amiga, pelos sábios conselhos, pelo carinho.

(Página deixada propositadamente em branco)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de investigação não se traduziu num percurso solitário. Um estudo de tal natureza não poderia ter de todo resultado da mesma forma se não fosse pela ajuda prestada por diversas pessoas e instituições, cujo contributo material e imaterial se revelou decisivo nas diversas fases da jornada académica. Por isso torna-se essencial agradecer-lhes.

Em primeiro lugar uma saudação especial à *Doutora Fernanda Delgado Cravidão* (Universidade de Coimbra) e à *Doutora Maria Lucinda Fonseca* (Universidade de Lisboa), por todo o trabalho de orientação e esclarecimentos dados na investigação para a tese de Doutoramento. Por terem incentivado e proporcionado a minha participação em variados eventos científicos no âmbito das migrações, assim como pela oportunidade de contacto com jovens investigadores e autores de renome. Muito obrigada por tudo.

Ao *Doutor Lorenzo Lopéz-Trigal* (Universidade de León) e ao *Doutor Joan Tort* (Universidade de Barcelona) pela recomendação de fontes e de bibliografia de grande importância para a realização do Estado da Arte. Ao *Doutor Antonio Campesinos Fernandes* (Universidade da Extremadura) pela indicação de bibliografia e pela ajuda na compreensão de aspectos da delimitação regional em Espanha. Ao *Doutor Alexis Sancho Reinoso* (Universidade de Barcelona) pela disponibilização de bibliografia sobre o tema da imigração espanhola em áreas rurais.

A todos os *Professores e Colegas do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra*, por aquilo que me ensinaram e que eu aprendi ao longo de todo o meu percurso universitário. Ao *Doutor João Luis*

Fernandes pelo apoio no trabalho de campo experimental e no trabalho de campo da tese, ao me colocar em contacto com agentes locais. Pela ajuda determinante na indicação de bibliografia e na discussão de ideias sobre o tema das migrações e desenvolvimento. Ao *Doutor Rui Gama* pelo auxílio na determinação da amostra do trabalho de campo experimental. Ao *Doutor Norberto Santos* pela disponibilização de bibliografia, pelas produtivas discussões sobre metodologias de trabalho e pelas reconfortantes palavras de estímulo. Ao *Doutor Paulo Carvalho* pelos importantes esclarecimentos no tema do desenvolvimento e dos territórios de baixas densidades. Ao *Doutor António Campar de Almeida*, pelas animadoras palavras de apoio, tão importantes que foram, sobretudo nos momentos menos bons. Ao *Dr. António Gama Mendes*, pelas ricas discussões acerca de assuntos relacionados com o tema de trabalho e pelo apoio bibliográfico. Ao *Dr. Rui Jacinto*, por toda a ajuda prestada no trabalho de campo experimental, pelas palavras de incentivo, pela disponibilidade de ajuda em todos os momentos. À *Dra. Claudete Moreira*, pelas *brainstorms* realizadas ao longo da investigação, pela troca de ideias e de experiências académicas.

À *Dra. Sandra Fidalgo* pelo apoio cartográfico, mas sobretudo pela disponibilidade e profissionalismo exemplares. À *Dra. Sónia Ferreira* pelo tratamento e design das imagens. À *D^a. Maria Helena Almeida Sousa* (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra), pelo incansável e determinante apoio na recolha bibliográfica. Ao *Sr.Emílio Moitas*, pela pronta disponibilização de fotografias alusivas ao estudo de caso. Ao *Sr.Domingos Girão* (Secção de Textos da FLUC) pela celeridade e empenho com que tratou da impressão e encadernação da tese.

A todos aqueles que se disponibilizaram a responder aos questionários, *autóctones* e *imigrantes*, pois sem o seu contributo, não seria possível a realização deste estudo. Aos que me ajudaram a abrir portas nas diversas comunidades inquiridas: *Dra. Ana Paula Travassos*, *Dra. Natércia Fernandes* e *Dra. Teresa Rosado* (Escola Básica 2,3 Garcia de Orta, Castelo de Vide), *D^a.Kátia Silvana*, *Dr.Dumitru Bersarab*, *Eng^a. Heidi Bolivar*, *D^a.Kbaddama Abouzaid*, *Dra. Rosa Cano*, *D^a.Judith Gonzáles*, *Dr.Javier Leoni*. Aos que partilharam comigo informações preciosas para o estudo: *Eng^o.Luis Mamão* (CLAI e Cáritas de Portalegre), *Dr.José Díaz* (Oficina de

Extranjeros de Badajoz), *Dr. Gerónimo Mendez* (Observatorio Permanente de la Inmigración de Extremadura), *Eng^a. Fermelinda Carvalho* (Câmara Municipal de Arronches e Associação de Agricultores de Portalegre), *Dra. Núria Ferrera* (Ayuntamiento de Badajoz), *Padre Fernando Farinha* (Secretariado das Migrações da Diocese de Portalegre e Castelo Branco), *Imán Adel Najjar* (Mezquita de Badajoz), *Irmã Fátima Magalhães* (Grupo de Apoio a Imigrantes de Elvas), *Dr. Diogo Júlio* (União de Sindicatos do Norte Alentejano), *Dra. Cruces Teixeira* (CCOO-Comisiones Obreras), *Dra. Ângela Munteanu* (Associação das Comunidades Unidas da Moldávia), *Dr. Héctor Norberto* (Asociación de Inmigrantes Argentinos de Extremadura), *Dra. Susan Oldershaw* (Remax Castelo de Vide), *Dra. Lisa e Dr. Cohen Verbaren* (Extremadura Properties), *Dra. Maria Gémio* (Asociación de Inmigrantes “Todos Iguales, Todos Legales”).

Um indispensável agradecimento a duas pessoas especiais: ao *Dr. João São João* (Tégua) pela grande ajuda prestada desde o primeiro momento do trabalho de campo, a qual foi decisiva para o processo de investigação; ao *Dr. Carlos Beirão* (Escola Secundária D. Sancho II, Elvas) e às duas turmas de *Área de Projecto (2007/2008; 2009/2010)* pela inestimável ajuda no trabalho de campo experimental e no trabalho de campo da investigação. Por terem sido incansáveis no apoio a todas as solicitações materiais e imateriais. Um enorme bem-haja a ambos.

À *Universidade de Coimbra* e à *Faculdade de Letras*, ao *Centro de Estudos Ibéricos*, à *Fundação para a Ciência e Tecnologia*, ao *Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra* e ao *CEGOT (Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território)*, pelo importante contributo material que auxiliou a realização do trabalho de investigação. À *Imprensa da Universidade de Coimbra* um especial agradecimento pela publicação deste trabalho, por todo o incansável apoio e disponibilidade no processo editorial. Ainda à *Junta de Freguesia de Assunção de Arronches* pela cooperação logística em determinadas fases do trabalho de campo.

Ao apoio incondicional da esfera familiar. À minha *mãe Maria da Encarnação* e ao meu *pai Francisco*, por terem percebido que o melhor legado que se pode deixar a um filho é a Instrução e a Educação. Por estarem comigo em todos os momentos da vida e pelo auxílio específico

neste trabalho de investigação: à mãe, pelo suporte logístico e motivacional; ao pai por me ter acompanhado com tanto entusiasmo durante todas as fases do trabalho de campo, transformando essa cansativa tarefa num imenso prazer.

Ao meu *irmão Luís*, pelo precioso auxílio dado na tradução e revisão textual, mas sobretudo pela imensa cumplicidade e amizade. Pelo incondicional apoio dado em todas as fases do trabalho, em todas as circunstâncias da vida. E por me fazer rir com vontade até nos momentos mais difíceis.

Ao meu *marido Jorge*, pelo apoio absoluto, pelo ombro amigo, pela compreensão, pelo companheirismo, pela dedicação, pelo amor. Por caminharmos lado a lado com tanto entusiasmo em todas as viagens que já fizemos e que iremos fazer ao longo da vida.

Aos que por um lapso involuntário aqui não referi, mas cuja ajuda me permitiu realizar este estudo.

Muito obrigada a todos. Não vos esquecerei.

INTRODUÇÃO

“A longa tradição de estudo científico dos fluxos migratórios no contexto das áreas rurais é uma característica dos Estados Unidos e não da Europa. (...) O Comité Económico e Social Europeu veio já reconhecer a importância do desenvolvimento de estudos adicionais sobre as migrações para as áreas rurais.”

Charalambos Kasimis (2008: 215)

“Nós, que chegamos pela porta das traseiras, (...) alimentávamo-nos de desejos absurdos. Todas as nossas frases começavam assim: “Quando for...” (...) (...) O mundo é muito grande e todos queremos chegar a algum lugar.”

Santiago Gamboa (2007: 1, 254)

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

1. Um estudo sobre imigração e desenvolvimento regional em contexto tranfronteiriço de baixas densidades: as motivações

A análise geográfica das migrações contemporâneas permite constatar a complexidade dos fluxos nalguns países mediterrânicos de tradição emigratória, como é o caso de Portugal, Espanha, Itália ou Grécia. A partir de finais do século XX, estes Estados assistiram a uma entrada sem precedentes de elevados quantitativos de imigrantes (BLANCO, 2000: 146; MALHEIROS, 2005: 105; SALLEN, 2002). Para isso foi determinante a consolidação dos sistemas políticos democráticos, assim como a entrada destes países na CEE¹, o que veio a gerar um clima de confiança e de estímulo económico, que resultou na injeção de capitais dos fundos comunitários, incentivo ao investimento, internacionalização das economias, repercutindo-se de forma positiva em termos laborais e sociais.

Neste contexto, Portugal e Espanha tornaram-se destinos imigratórios atractivos. A aposta no incremento dos níveis de instrução das suas populações reflectiu-se na economia, nomeadamente na real procura do mercado de trabalho em relação à mão-de-obra estrangeira, para desempenhar funções em sectores diversificados como a construção civil, serviços de limpeza, agricultura, indústria, restauração, entre outros (LÓPEZ-TRIGAL, 1994: 15; PÉREZ e TRIGAL, 1999: 213; FONSECA, 2008a: 530-532).

A regra geral revela que esta realidade imigratória é visível sobretudo nas principais áreas urbanas/centros económicos de grande concentração

¹CEE – Comunidade Económica Europeia.

populacional, uma vez que se trata de territórios atractivos quer para nacionais, quer para estrangeiros. Tal facto parece lógico visto que aí a concentração de capitais é maior, o investimento é mais frequente e por isso o dinamismo do mercado laboral é mais intenso, o que se pode traduzir em mais e melhores oportunidades de emprego. Tendo em atenção sobretudo o caso das migrações laborais, entende-se que a direcção dos fluxos de capital humano se oriente com preferência para tais destinos. Estes acabam por ser consolidados a médio/longo prazo pela penetração/integração dos próprios estrangeiros em determinados segmentos do mercado de trabalho e pelo desenvolvimento de economias e de enclaves étnicos. Além disso também pela consolidação de redes migratórias de entreajuda, constituídas por imigrantes que tendem a criar e a facilitar canais migratórios que permitem a entrada a compatriotas no país de destino.

Porém esta geografia tende a alterar-se. Ao longo dos últimos anos tem-se verificado uma dispersão tendencial destes indivíduos no território, não de forma massificada, mas antes num fluxo circunspecto e contínuo para regiões periféricas, como que numa lógica ruralofílica. Autores como ALISEDA (2003: 143), MORÉN-ALEGRET (2004: 8; 2008: 538) FONSECA, ALEGRIA e NUNES (2004: 101), FONSECA (2005b: 122-123), KASIMIS (2008: 217) ou VELEZ DE CASTRO (2008a: 173) identificam esta tendência e apresentam trabalhos no estudo de grupos imigrantes em regiões espanholas, portuguesas e gregas, cujo denominador comum são as baixas densidades.

Identifica-se então uma dupla vertente: por um lado uma linha de estudo dos grupos imigrados associados à actividade laboral desenvolvida no local de destino; por outro parte-se de uma base territorial demarcada, tomando-se como referência a unidade geográfica regional/local.

A comunidade académica começa a ter consciência da importância do estudo das dinâmicas migratórias além dos tradicionais pólos/circuitos urbanos. Autores como MORÉN-ALEGRET e SOLANA (2004: 25) FIGUEIREDO (2005: 108), BAILLY (2006:61) e FONSECA (2008a: 525) chamam a atenção para a necessidade de se realizarem mais estudos sobre o tema da imigração associado a processos de desenvolvimento em territórios de baixas

densidades, que se apresentam como regiões deprimidas do ponto de vista económico (poucos investimentos, debilitado tecido laboral, etc.) e social (saída de população jovem/activa, diminuição da natalidade, da taxa de actividade, envelhecimento demográfico, etc.), numa lógica espacial que inclua a relação multidireccional do contexto de baixas densidades – imigração – desenvolvimento.

Esta necessidade é justificada pela ausência de conhecimentos sobre determinadas realidades, que em muitos dos casos interfere não só ao nível da opinião pública, pela criação/manutenção de estereótipos, como também dos agentes de decisão com responsabilidade pela criação de políticas migratórias adequadas. Além disso, torna-se um campo de estudos prioritários tendo em conta as deliberações do GLOBAL FORUM ON MIGRATION AND DEVELOPMENT (2007: 22), que incentiva a troca de informações sobre territórios diferenciados e o estudo das populações imigradas na relação com o território, assim como a promoção do desenvolvimento de uma opinião pública favorável sobre o tema da imigração (VITORINO, 2007: 42).

Perante esta reflexão assente não só em pressupostos teóricos, como também baseada em pontuais estudos de caso, é notório o interesse em se realizar um estudo aprofundado de um território de baixas densidades, com a presença de imigrantes. No caso português, assim como no espanhol, grande parte dos estudos sobre imigração tende a focar-se em temas sociais e económicos, com uma base territorial marcada pela preponderância da concentração de imigrantes nas principais áreas metropolitanas – Lisboa, Madrid e Barcelona – ou então, sobretudo no último caso, alargando-se a regiões com forte presença estrangeira – Canárias, Baleares, Valência, Múrcia, etc.

Aliado a esta constatação, associou-se uma observação empírica de um território específico que se constituiu como um estudo de caso relevante – territórios da fronteira centro-sul portuguesa e espanhola. Sobretudo ao longo da última década, verificou-se a alteração da paisagem na região, fruto da dinâmica dos grupos populacionais presentes no território. Perante uma estrutura humana envelhecida e com tendência a diminuir em termos quantitativos, foi detectada a presença de um contingente

estrangeiro que, paulatinamente, tem integrando o território em análise, transformando-o.

Esta transmutação torna-se visível através de vários aspectos:

a) Reunificação familiar, presença dos cônjuges, filhos, por vezes de outros parentes de linha ascendente/colateral trazidos para residir/trabalhar/estudar nesta região em concreto;

b) Nas escolas verifica-se a presença de alunos estrangeiros;

c) Existência de casos de casamentos/uniões de facto entre nativos e estrangeiros;

d) No mercado laboral local existe mão-de-obra imigrante que desenvolve o seu trabalho em sectores como a construção civil, os serviços de limpeza ou nas pequenas e médias empresas de carácter familiar;

e) Há investimentos de capital por parte de determinadas nacionalidades, por exemplo da comunidade chinesa, que aposta no comércio, ou de imigrantes do norte/centro da Europa que apostam na agricultura ou no turismo;

f) O mercado imobiliário tem sido alvo de procura por estes imigrantes, seja para arrendamento de moradias/lojas, seja para compra e posterior reabilitação de imóveis.

Desta forma, entende-se a motivação que um estudo destes representa para o investigador-geógrafo. Por um lado, existe um grupo específico de indivíduos – os imigrantes que residem/trabalham na área referida – que não estão estudados, o que justifica a investigação. Por outro, existe um território de baixas densidades que revela uma dinâmica baseada num complexo axioma, pois se para determinados indivíduos é entendido como repulsivo, para outros é encarado como atractivo.

Justifica-se neste um contexto estudo comparativo? É certo que o campo de investigação se poderia localizar apenas num país, tal faria todo o sentido até porque se parte do princípio que as dinâmicas territoriais do interior poderão ser, de uma forma geral, similares em Portugal e em Espanha. No entanto, perante a observação empírica, questiona-se o efeito da fronteira como metáfora real e imaginada de duas realidades que se tocam em certos pontos, mas que se afastam noutros, nomeadamente em questões migratórias. Mais adiante apre-

sentar-se-ão os critérios que estiveram na base da definição do estudo de caso e da sua delimitação geográfica, mas não sem antes se proceder a uma estruturação dos objectivos que mediaram a investigação, assim como do cenário hipotético e da problemática investigativa que serviu de base a este trabalho.

2. Os objectivos do estudo

A necessidade de uma investigação desta natureza gera questões às quais é necessário dar respostas, ou pelo menos clarificar a sua natureza. Neste caso, partiu-se da construção de um quadro de hipóteses baseado nas observações empíricas, as quais foram analisadas e testadas com base nas reflexões que derivaram da revisão bibliográfica sobre o tema e do trabalho de campo.

A definição de linhas gerais de análise materializadas nos objectivos, tornou-se assim indispensável, de forma a sistematizar os pressupostos da investigação (QUIVY, 2008: 1-46), pelo que se pretendeu:

a) Numa primeira parte – enquadramento teórico:

a1) Reflectir sobre o papel do capital humano no processo de desenvolvimento.

a2) Reconhecer a importância dos imigrantes como actores de desenvolvimento à escala regional e local.

a3) Comparar a dinâmica migratória e o papel da imigração no desenvolvimento regional de territórios fronteiriços em áreas de baixas densidades da União Europeia, mais especificamente em Portugal e em Espanha.

b) Numa segunda parte – caso prático:

b1) Inferir sobre as formas de actuação dos imigrantes no local de chegada, no que diz respeito à inserção no mercado laboral e na dinâmica social da comunidade local.

b2) Avaliar a percepção que os imigrantes apresentam do território onde vivem e a relação que desenvolvem com os nativos.

b3) Avaliar a percepção que os nativos têm do território onde vive e a relação que desenvolvem com os imigrantes.

b4) Reflectir sobre os impactos territoriais da imigração na área em estudo.

b5) Analisar a acção dos actores locais no que diz respeito à presença das comunidades imigradas.

b6) Discutir cenários futuros da imigração e dos imigrantes como potenciais agentes de desenvolvimento em territórios de baixas densidades.

b7) Construir um quadro de recomendações destinadas aos actores locais, realizado com base nas conclusões integradas do Estado da Arte e do estudo de caso.

Estes objectivos devem ser entendidos com uma função orientadora, onde se destaca uma inicial enfatização do papel do imigrante como actor de desenvolvimento num campo teórico, para a partir daí se passar a uma abordagem regional de cariz prático, que progressivamente dará a conhecer a dinâmica imigratória à escala local.

Embora estes objectivos incluam a discussão de pontos que irão ser abordados no capítulo referente ao Estado da Arte, optou-se por construir um modelo hipotético/problemático centrado no trabalho de campo. Esta escolha pautou-se pelo facto da própria investigação prática ter sido construída com base na discussão teórica inicial, o que significa que a análise dos resultados se irá apresentar numa dupla vertente na relação com o quadro teórico:

a) A definição da metodologia e a construção dos instrumentos de análise está influenciada pela experiência publicada pelos autores referenciados, tanto nos próprios estudos de caso, como nas reflexões baseadas apenas na observação empírica ou leitura de outros autores;

b) Por outro lado, a própria análise dos resultados implicará uma reflexão que irá contrabalançar os dados e as informações obtidas com as conclusões dos diversos autores citados.

Por isso, as hipóteses e as questões enunciadas, apesar de à primeira vista parecerem excluir as bases teóricas do trabalho, não o fazem; pelo contrário, incorporam de uma forma integrada os pressupostos discutidos na

primeira parte, mas colocando em destaque o território em estudo, que no fundo se pode constituir como a mais-valia de um trabalho desta natureza.

3. Hipóteses de investigação e questões-chave derivantes

Com base na análise empírica do território, formularam-se hipóteses de investigação com o objectivo de poderem vir a ser testadas e corroboradas (ou não).

O modelo de análise proposto permite sistematizar o contexto em estudo, de forma a se avançar para um plano teórico que possibilite consolidar a abordagem prática. Introduce algumas reflexões sobre as próprias hipóteses e questões-chave, assim como auxilia a estruturação de um plano investigativo que contribui para o conhecimento da realidade de um território, possibilitando uma abordagem crítica no plano presente, mas tendo em vista a perspectivação do futuro.

Tendo como base esta reflexão, assim como as ideias apresentadas, adquire significado uma realidade que associa a chegada/permanência de imigrantes (em termos de residência e trabalho) a uma região de baixas densidades do interior da Península Ibérica, mais especificamente na raia da Região do Alentejo, Sub-Região do Alto Alentejo, em Portugal (concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre, Monforte, Arronches, Campo Maior e Elvas) e na Região da Extremadura, Sub-Região de Badajoz, em Espanha (Comarcas de Alburquerque e Badajoz).

Perante esta situação, colocam-se as seguintes hipóteses de investigação e questões-chave derivantes:

Hipótese 1. Segundo as estatísticas oficiais, existe um contingente de estrangeiros a residir nesta região de Portugal/Espanha. → **Questão 1.** Face às realidades imigratórias nacionais, trata-se de grupos significativos do ponto de vista quantitativo?

Esta hipótese/questão relaciona-se com a própria presença imigrante, ou seja, tenta-se perceber se efectivamente existem imigrantes em nú-

mero significativo no território, face à escala nacional, não apenas em termos esporádicos, mas sim grupos de origens diversificadas, com uma presença quantitativa relevante. Também deixa antever uma outra questão, ou seja, se podem ser considerados como fluxos com permanência regular no território.

Porém há uma dúvida que vai ser explorada ao longo do estudo e que carece de destaque. Relaciona-se com a problemática das estatísticas, isto é, procura-se saber se as mesmas estão de acordo com a realidade verificada pelo trabalho e campo. Mais: se as mesmas podem esclarecer os agentes de decisão e os investigadores sobre o contexto imigratório a diferentes escalas (desde a freguesia/lugar, ao concelho/município, sub-região e região), numa série temporal relativamente alargada e actualizada com base em diferentes itens de análise.

Hipótese 2. Os grupos/nacionalidades presentes no território são limitados, dado o reduzido número de imigrantes a residir e a trabalhar nesta região de Portugal/Espanha. → **Questão 2.** Trata-se só e apenas de esporádicos casos de imigração?

Parte-se do princípio que, pelo facto de se estar perante um território de baixas densidades, caracterizado demograficamente por uma fraca densidade populacional e pelo envelhecimento da população activa, será difícil encontrar uma grande diversificação da origem dos imigrantes.

Mais uma vez se assume, neste primeiro momento, o princípio da efemeridade da presença imigratória na área de estudo, ou seja, a própria questão-chave contesta este facto, dado que perante um território repulsivo para os nacionais, parece lógico que este se constitua na mesma base para os estrangeiros. Neste caso são tidos em conta os princípios básicos da teoria da atracção-repulsão de Ravenstein e Lee, onde se defende uma linearidade determinante na análise nos movimentos migratórios em termos geográficos, baseados na dualística polaridade dos territórios – a atracção (elementos positivos que aliciam a população migrante) e a repulsão (elementos negativos que afastam a população migrante), sendo necessário a validação deste postulado.

Hipótese 3. A presença de imigrantes nesta região de Portugal/Espanha tem estimulado o desenvolvimento regional. → **Questão 3a.** Será que a imigração pode estimular o desenvolvimento territorial em regiões de baixas densidades? **Questão 3b.** Quais os impactos decorrentes da presença dos imigrantes no território e na sociedade de destino em estudo?

A hipótese enunciada gera dois tipos de questões. A primeira constitui-se com um âmbito geral e associa a possibilidade das migrações, neste caso no sentido dos territórios receptores, poderem estimular processos territoriais conducentes ao desenvolvimento. A segunda apresenta um âmbito mais específico e direcciona-se para o próprio estudo, indicando a necessidade de avaliação dos impactos decorrentes da presença dos indivíduos no território, o que não pressupõe que se trate de uma avaliação positiva ou negativa à partida. Neste caso pode-se encarar a existência de várias situações:

Hipótese 3a. *O papel dos imigrantes tem sido fundamental para a coesão territorial das regiões em estudo, fruto de acções concretas e dinâmicas desta comunidade, as quais têm gerado uma transformação positiva do território assim como um desenvolvimento regional efectivo.*

Hipótese 3b. *O papel dos imigrantes tem sido relevante para a coesão territorial das regiões em estudo, fruto de acções dispersas e pontuais desta comunidade, as quais têm gerado uma transformação positiva/neutra do território assim como um desenvolvimento regional estagnado.*

Hipótese 3c. *O papel dos imigrantes não tem sido relevante para a coesão territorial das regiões em estudo, fruto de acções dispersas e pontuais desta comunidade, as quais têm gerado uma transformação negativa/neutra do território assim como um desenvolvimento regional estagnado.*

Hipótese 3d. *O papel dos imigrantes não tem sido relevante para a coesão territorial das regiões em estudo, fruto de acções nefastas desta comunidade, as quais têm gerado uma transformação negativa do território assim como um desenvolvimento regional atrofiado.*

Parte-se sempre do princípio que os imigrantes actuam no território, independentemente de poderem gerar efeitos positivos, neutros ou negativos. Por muito “discreta” que seja a sua presença nas regiões em estudo, crê-se que haverá sempre a necessidade de se recorrer a bens e serviços locais, o que gerará interações com os nativos e com os mercados locais.

Hipótese 4. Trata-se de grupos homogéneos de imigrantes em termos de perfil geográfico/académico/social/laboral. → **Questão 4.** Quem são esses imigrantes, qual/quais o(s) seu(s) perfil(is) geográfico(s)/académico(s)/social(ais)/laboral(ais)?

Partindo do princípio que serão poucos os imigrantes a residir/trabalhar nesta região da raia ibérica, também se pode extrapolar a ideia ao seu perfil geográfico, escolar, social e laboral. Isto significa que se assume o pressuposto que, *à priori*, se está em presença de um capital humano com características semelhantes entre si, com probabilidade de apresentarem baixas qualificações académicas e de trabalharem em funções que exigem poucas qualificações profissionais. Quanto à origem não se sugere que seja muito diversificada, dado o escasso contingente humano.

De qualquer forma, a questão-chave associada coloca em causa este panorama, desafiando o investigador a procurar perceber se esta hipótese está correcta, e também a sistematizar a realidade observada não tanto pelas estatísticas, mas antes pelos resultados do trabalho de campo. Tal implicará a construção de instrumentos que permitam conhecer e avaliar o caso em estudo.

Hipótese 5. Os imigrantes procuram esta região de Portugal/Espanha para trabalhar/residir porque não o podem fazer noutra região do país ou até mesmo no estrangeiro. → **Questão 5.** Por que razão este contingente imigratório procurou esta região transfronteiriça de baixas densidades para residir/trabalhar – por uma questão de ruralofilia, pela vantagem da proximidade da fronteira, pelas características do mercado laboral/de consumo?

Na Hipótese 2. / Questão 2. esta matéria é afluída do ponto de vista da teoria das migrações. No entanto esta nova hipótese/questão aprofunda

as anteriores, no pressuposto de saber se o facto dos imigrantes terem procurado este território em especial para residir/trabalhar, ao qual se atribui um carácter repulsivo, está relacionado com a impossibilidade de efectuarem a migração para outro destino, quer à escala nacional, quer à escala internacional. Neste caso, estaríamos em presença de um contingente migratório de tendencial matriz temporária, já que perante uma oportunidade de deslocação, haveria fortes probabilidades de se verificar a saída desta população das regiões em estudo.

A questão derivante invoca “sub-hipóteses”, ou seja, parte do princípio que a presença estrangeira neste território está relacionada com factores positivos – o revivalismo do espaço rural aliado às características intrínsecas e particulares da raia luso-espanhola - ao que se associa a possibilidade de mobilidade transfronteiriça e as oportunidades geradas pelos mercados locais quer em termos laborais (oportunidades de emprego no mercado de trabalho ou de expansão de um negócio próprio), quer em termos de consumo.

Hipótese 6. Os autóctones aceitam bem os imigrantes e estimulam a sua integração na comunidade local. → **Questão 6.** Qual a percepção dos autóctones sobre a imigração em termos abstractos (perante casos hipotéticos de carácter global/nacional) e concretos (na comunidade à qual pertencem)?

Mais uma vez na linha das baixas densidades populacionais, seja em termos de comunidade autóctone, seja em termos da comunidade imigrante, parte-se do princípio que o espaço de encontro de ambas se constrói com base na cordialidade e no pacifismo. Admite-se a possibilidade das comunidades locais poderem inclusive contribuir para a promoção da integração dos imigrantes, adjuvando-os não só em termos sociais e afectivos como também laborais.

Para corroborar tal ideia, tenta-se indagar a percepção que os nativos têm da imigração em termos abstractos, colocando em análise situações hipotéticas e pré-juízos que possam levar os mesmos a reflectir sobre a imigração a uma escala global. Depois dessa análise, parte-se para o caso concreto em estudo, para se perceber se este grupo-alvo altera a

opinião do fenómeno imigratório quando se encontra perante a realidade próxima. Neste ponto tenta-se compreender se a construção opinativa deriva da relação desenvolvida com os imigrantes, ou se, pelo contrário, são mantidas as posições pré-concebidas, construídas com base nas informações captadas em meios exteriores (por exemplo, na comunicação social) e não na experiência pessoal.

Este tipo de construção poderá interferir na forma como se entende/relaciona com o Outro, distorcendo a realidade e criando estereótipos de carácter negativo, que poderão estar a bloquear as relações sociais de alguns elementos da comunidade autóctone com os imigrantes.

Hipótese 7. Estes indivíduos constituem um contingente imigratório de carácter temporário. → **Questão 7.** Que futuro para a imigração nesta região de Portugal/Espanha?

Esta hipótese/questão implica uma reflexão sobre o futuro, já abordada na Hipótese 5. / Questão 5. A ideia é perceber quais as intenções dos imigrantes quanto à sua permanência nos países em questão e nos concelhos/comarcas onde residem/trabalham, no sentido de se entender o fenómeno num prisma interno – relacionado com os próprios grupos imigrados – e num prisma externo – relacionado com os territórios, as populações.

É importante entender quais as consequências que advirão dessa permanência/ausência, de forma a que os actores locais ligados à gestão governamental, autárquica e civil, possam tomar consciência destas possibilidades e agir de acordo com o que seja mais vantajoso e coerente para as regiões que gerem.

Hipótese transversal. A realidade imigratória da região estudada em Portugal difere da realidade estudada em Espanha – **Questão transversal.** Em termos de imigração, quais os pontos de contraste e de continuidade?

Foi acrescentado ao panorama hipotético e problemático esta hipótese/questão transversal de âmbito geográfico que justifica a

pertinência de um estudo comparativo. Além disso, tal concepção está implicitamente presente em todas as outras hipóteses/questões previamente enunciadas.

Parte-se do pressuposto que existem diferenças significativas, em termos imigratórios entre a área de estudo portuguesa e espanhola. É certo que são territórios contíguos, ainda “mais próximos” depois da Adesão ao Tratado de Schengen em 1992. Porém assume-se que haverá pontos de contacto entre os dois casos, mas também pontos de afastamento, e que pelo estudo de caso se tentará perceber se algum deles prevalece face ao outro. Esta análise sistémica a várias escalas, poderá ser um ponto de partida para perceber o território de forma integrada extrapolando-se para lá da dualística divisão de carácter político.

4. A organização da obra

A estrutura da obra seguiu uma lógica que tem como principal objectivo dar a conhecer as conclusões resultantes da investigação realizada. Desta forma, optou-se por um esquema onde se apresenta em primeiro lugar uma abordagem teórica baseada no estudo de diversos autores ligados às questões migratórias para, em associação com a construção hipotética do modelo de análise, se partir para o estudo do caso prático.

Apresenta-se organizada segundo vários pontos:

1. *Introdução* – Apresentação dos motivos que estiveram na base do estudo, dos objectivos que a partir daí foram definidos, da colocação da problemática com base nas hipóteses em estudo e nas questões derivantes, as quais irão guiar a fase de investigação – *abordagem empírica*;

2. *Estado da Arte* – Discussão das teorias clássicas e das tendências recentes dos autores que trabalham a questão migratória. Pretende-se neste ponto aprofundar e imprimir um carácter académico à abordagem empírica, a partir das estruturações problemáticas e da análise dos estudos de caso efectuados noutros contextos. Estas bases teóricas

e metodológicas irão servir de suporte ao estudo de caso em análise – *abordagem teórica* (2).

Pode-se considerar que a *Introdução* (1.) e o *Estado da Arte* (2.) materializam o modelo analítico que servirá de base ao tema de estudo.

3. *Metodologia* e 4. *Estudo de caso* – Optou-se por apresentar neste ponto a metodologia usada no trabalho de campo, depois de analisado o suporte teórico do estudo e antes de serem apresentados os resultados práticos da investigação. É discutida a estruturação do plano metodológico (técnicas, instrumentos, opções e dificuldades) e posteriormente os dados resultantes do estudo dos diferentes grupos-alvo (imigrantes e autóctones) – *abordagem prática*.

5. *Conclusão e Recomendações* – Apresentação das principais ideias-chave resultantes da análise integrada do plano teórico e prático, e comprovação da viabilidade das hipóteses colocadas inicialmente e reflectir sobre as questões-chave. À conclusão segue-se uma última parte dedicada à apresentação de recomendações – *abordagem integrada dos planos empírico, teórico e prático*.

Síntese: *Este primeiro momento é dedicado à justificação da necessidade de um estudo geográfico desta natureza, assim como da motivação que funcionou como impulsionadora da investigação. Perante este esclarecimento, foram apresentados os objectivos que estruturam o trabalho de investigação, assim como as hipóteses definidas e as questões-chave daí derivantes. Pretende-se que se parta para a leitura do corpo da tese, tendo em linha de conta uma primeira abordagem às ideias que estiveram na base de um estudo comparativo neste território em específico – a raia centro-sul portuguesa e espanhola.*

No capítulo seguinte – Estado da Arte – serão discutidos os pressupostos teóricos que estão na base do enquadramento teórico.

O ESTADO DA ARTE

*“For longer than many may wish, people will continue to seek to move
and settle elsewhere for reasons
that are as old as civilization itself (...)”*
Demetrios G. Papademetriou (2008: 6)

*“Tenho a certeza que, já no berço, o meu primeiro desejo era pertencer. (...)
Não há um verdadeiro lugar para se viver. Tudo é terra dos outros,
onde os outros estão contentes.”*
Benjamin Moser citando Clarice Lispector (2010: 219, 415)

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO 1
TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E MOBILIDADE:
A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO E SOCIAL
NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

1.1 As teorias das migrações: na busca pelo desenvolvimento

1.1.1 Os precursores Ravenstein e Lee e a teoria da atracção-repulsão

Intrínseco à natureza humana está a ideia de progredir, de crescer, de desenvolver. Os indivíduos tendem a procurar meios de melhorar determinados aspectos da sua vida, tanto em termos quantitativos como qualitativos, o que pode gerar a necessidade de deslocação entre territórios. No que diz respeito às migrações, este é o grande móbil que impele as populações se transferirem dos seus lugares de origem/partida, para os de destino/chegada, esperando aí encontrar os meios que lhes permitam atingir patamares mais elevados no que designam de qualidade de vida. Tal como ABREU refere (2006: 9):

“(...) When people (...) decide to move elsewhere, either temporarily or as settlers, they do it in search of a better life. (...) It is intuitive that people will generally tend to move away from those areas where they experience worse living conditions and seek to move to areas in which they will be able to live better lives, or which will allow them and their families to raise their standard of living by virtue of their temporary or permanent presence.”

Uma análise das teorias das migrações, permite perceber que, na diversidade explicativa da génese e progressão dos processos de deslocação, há

uma busca, um sentido final que é ambicionado pelos migrantes, e que se traduz pela procura de territórios que possam propiciar meios favoráveis à prossecução e concretização do projecto migratório. E.G.RAVENSTEIN², geógrafo, foi o primeiro autor a ter esta noção, ao trabalhar sobre a temática das migrações, quando em 1876 defende as suas ideias na *Geographical Magazine* e mais tarde, em 1885 e 1889 no *Journal of Statistical Society*. Apesar de ter nascido na Alemanha, viveu na Grã-Bretanha onde produziu os seus estudos baseados nas migrações em Inglaterra e no País de Gales.³ Estes trabalhos deram origem à concretização do modelo de atracção-repulsão⁴ (1876), no qual o autor explica o fenómeno migratório com base na decisão tomada pelos migrantes face à influência de factores repulsivos existentes local de origem (destaca os de ordem económica, como a escassez de terras, desemprego, baixos salários, pressão demográfica, crises agrícolas, etc.) que influenciariam a partida desse espaço. A escolha do local de destino estaria desta forma condicionada pelos factores atractivos, em especial do ponto de vista económico e laboral (ROCHA-TRINDADE, 1995: 73; CASTLES e MILLER, 1998: 58-59).

Assim os fluxos são justificados por uma série de factores de cariz negativo/positivo, pelo que RAVENSTEIN sistematiza os seus princípios num conjunto de “Leis da Migração”, onde defende que o ser humano, enquanto ser racional, procura maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes, comportando-se como *homo economicus* (BLANCO, 2000: 62; FONSECA, 2005a, p.72).

Os estudos deste autor tiveram um carácter pioneiro no campo das migrações, influenciando as posteriores teorias e modelos. Contudo há alguns pontos que acabaram por não ficar suficientemente esclarecidos. Por exemplo, partiu do princípio que haveria tendência para que os fluxos migratórios se deslocassem de regiões pouco povoadas, de baixas densidades populacionais, para regiões de maior concentração humana;

²(1852-1913)

³Baseou-se nos recenseamentos da população britânica (naturalidade e residência, entre 1871 e 1881), tendo ainda analisado dados semelhantes na Europa e na América do Norte.

⁴*Push-Pull* no original.

de áreas pobres e pouco desenvolvidas para áreas mais desenvolvidas. Também tenta estabelecer a ligação entre os fluxos migratórios e as flutuações conjunturais existentes (os ciclos migratórios). Ora tais factos, em especial o primeiro, podem não ocorrer de uma forma tão linear, como a identificada pelo autor. A partir do trabalho de campo que irá ser apresentado, verificar-se-á a existência de populações imigrantes em territórios de baixas densidades populacionais, com atrofia laboral e económica, numa tendência aparentemente inversa à defendida por esta teoria.

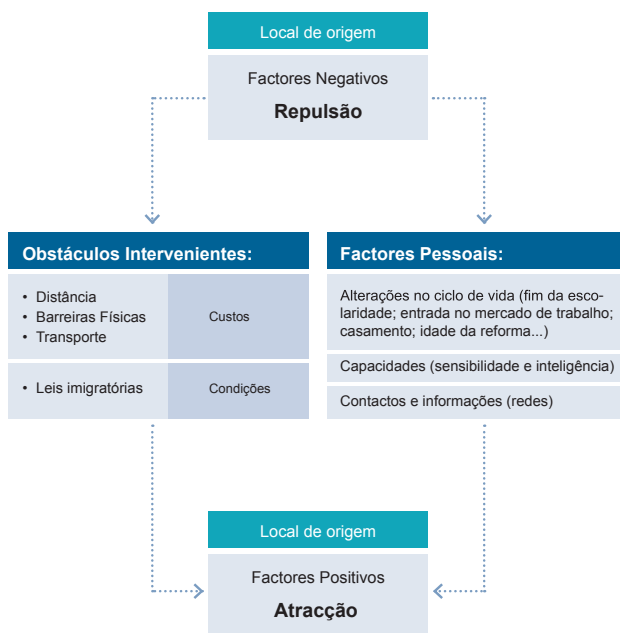
Por outro lado não é definida a ordem de importância dos factores: poderão os elementos atractivos fomentar o próprio grau de repulsão do local de origem, ou os repulsivos exacerbar a verdadeira natureza dos factores atractivos no local de chegada? Quanto a esta questão TILLY (1978: 67) e MASSEY (1998: 12,13) defendem que pode predominar um grupo de factores sobre outro, apresentando como exemplo os fluxos migratórios verificados a partir do período da revolução industrial, motivados sobretudo por factores repulsivos no local de origem, em contraposição à atractividade gerada pelos grandes centros industrializados, à partida mais “desenvolvidos”. FASSMANN e MÜNZ (1994: 9-11), HOERDER (1996: 51) e STALKER (2000: 32) apresentam ainda o caso das migrações associadas aos refugiados/deslocados, onde os factores repulsivos prevalecem claramente sobre os atractivos.

FIGUEIREDO (2005: 23, 27), citando PETERSEN (1958), refere que é necessário ter em conta a distinção das motivações dos migrantes face às causas sociais das migrações, quando se consideram os factores de repulsão. Estes factores teriam por base dois argumentos, um que defendia que seriam os trabalhadores dos sectores com menor grau de desenvolvimento os que apresentariam um maior incentivo para emigrar; outro que justificava as migrações com as disparidades económicas entre países.

Neste sentido, a teoria de atracção-repulsão acaba por não explicar alguns determinantes de carácter micro das migrações (por exemplo, a diferente propensão a migrar, por parte de indivíduos com características semelhantes), nem macro (por exemplo, migrações para áreas com muita população onde poderá ser mais difícil atingir os benefícios supostamente advindos dos factores atractivos). Por outro lado, as leis que enuncia são

de carácter empírico, sem fundamentação teórica. Além disso DE HAAS (2011:8) destaca o facto do migrante ser considerado um agente passivo, sem capacidade de tomar decisões com base noutros princípios que não os relacionados com a própria repulsividade ou atractividade territorial. Além disso, acha que este modelo falha ao não conceptualizar as migrações como [um] processo(s).

Embora possa ser criticável o facto deste autor ter determinado leis e pressupostos demasiado lineares e pouco flexíveis quanto aos casos particulares, há que ter em atenção o momento e a realidade em que se baseia. Nessa linha de ideias, sentindo necessidade de melhorar estes princípios sobre as migrações, em 1969 o demógrafo americano Everett LEE baseou-se no modelo de RAVENSTEIN para construir o seu próprio modelo de atracção-repulsão. Embora considere as migrações como um processo impulsionado por factores atractivos e repulsivos, afirma que há que ter em conta a existência de obstáculos intervenientes e factores pessoais que também interferem na decisão de migrar (PIMENTEL: 1999, 17; ESPÍNOLA: 2010: 63).



Esquema 1. Síntese do modelo de atracção-repulsão, segundo Lee
Elaboração própria (2011) com base em LEE (1996) e ROCHA-TINDADE (2005)

Segundo LEE, as migrações resultam da comparação entre a situação do migrante a montante (factores negativos) e a jusante (factores positivos) do processo migratório, tendo em atenção os obstáculos que podem interferir na migração, inibindo ou facilitando-a. Além disso, a racionalidade das decisões do *homo economicus* de RAVENSTEIN é repensada por LEE, ao considerar que o migrante é influenciado por factores pessoais de índole psicológica e circunstancial, capazes de se sobrepor a simples equações de custos/benefícios na decisão de migrar.

No fundo, os seus estudos procuraram dar resposta ao aumento do volume das migrações, ao estabelecimento de correntes e contra-correntes e até às próprias características dos migrantes. Também procurou compreender os efeitos das migrações nas áreas emissoras e receptoras, estudando com destacado interesse os processos e efeitos da assimilação dos migrantes nestas últimas áreas (ROCHA-TRINDADE, 1995: 73-75).

No fundo LEE não dá tanta ênfase aos territórios de origem e destino nas migrações e às condições que estes oferecem aos migrantes, mas sobretudo à percepção que os indivíduos têm sobre os mesmos. Este pressuposto ajuda a dar resposta a uma das lacunas que o modelo inicial apresentava, o qual não explicava porque é que indivíduos com características similares, a viver no mesmo território, tinham respostas diferentes perante a possibilidade de efectuarem uma migração. Neste caso, a racionalidade alia-se à inteligência, sensibilidade e percepções nas diversas fases da vida dos indivíduos, que faz com que perante panoramas idênticos, se possa estabelecer uma multiplicidade de opções. PIRES (2003:70-73) refere:

“Na maioria dos casos os migrantes, mesmo se migram em função de um cálculo racional de custos-benefícios, fazem esse cálculo num espaço de comparabilidade muito limitado, o que não permite descrever o seu resultado com o critério da maximização.”

Significa que a disponibilidade de informação é também um elemento a considerar, pois nem todos lhe têm acesso e até pode acontecer não terem capacidade para compreender e operar com os dados disponíveis.

Por isso, quando se aplica este modelo, é necessário ter em atenção a realidades e a escalas em que tais vicissitudes podem estar presentes.

LEE (1996: 19-24), ao repensar as leis enunciadas por RAVENSTEIN, apresenta pressupostos reformulados:

a) O volume de migrações num território varia com o próprio grau de diversidade apresentado por esse mesmo território;

b) O volume de migrantes varia conforme a diversidade apresentada por esses mesmos migrantes e com o grau de facilidade/dificuldade em superar os obstáculos do processo migratório;

c) As migrações têm tendência a ocorrer segundo trâmites definidos (desenvolvimento de redes);

d) Por cada corrente migratória com um volume de migrantes significativo, tende-se a desenvolver uma contra-corrente;

e) A eficiência do fluxo migratório (ratio entre a corrente e a contra-corrente) é maior se os factores que originaram a migração se alterarem. No caso dos factores se manterem na origem/destino, a eficiência do fluxo diminui;

f) A eficiência do fluxo migratório aumenta se os obstáculos forem difíceis de ultrapassar;

g) A eficiência de um fluxo migratório varia com as condições económicas, ou seja, aumenta em períodos de prosperidade económica e diminui em tempo de crise;

h) A migração é selectiva: pode ser positiva se os migrantes responderem com sucesso às solicitações do local de acolhimento, ou negativa no caso contrário. Sendo assim, considera-se que a selecção é bimodal;

i) O processo de selecção positiva aumenta com a dificultação dos obstáculos;

j) Há mais propensão para migrar em certas fases da vida;

k) As características dos migrantes tendem a ser um “intermédio” entre as características da população do local de origem e da população do local de destino.

Embora, tal como em RAVENSTEIN, estes princípios possam ser alvo de crítica, há a introdução de novos elementos. Destaca a importância

da diversidade dos factores positivos e negativos na decisão de migrar; dá importância ao papel da população migrante, na forma como responde às condicionantes da migração, como supera os obstáculos, ou como se adapta à dinâmica do local e da comunidade de acolhimento. O processo de selecção acaba por ser ocasionado pelas próprias escolhas, características e determinação dos indivíduos, assim como também pela conjuntura económica.

Porém há que ter em atenção dois aspectos: o primeiro é que nem sempre em momentos de crise as migrações abrandam; o segundo é que os obstáculos podem ser contornados em momentos de grandes pressões, através da expansão de redes ilegais, as quais interferem no processo migratório. Não é tanto na transposição das condicionantes legais, mas antes desenvolvendo no migrante uma falsa sensação de que efectivamente realizou a migração, contornando os obstáculos, quando na verdade a imigração ilegal adia as condicionantes, podendo inclusive gerar problemas adicionais.

A selectividade que LEE apresenta também se vê comprometida por este pressuposto. A existência de redes sociais (legais) que o autor não refere directamente⁵, ajudam os migrantes a superar os obstáculos de forma legal e positiva. Significa que as relações entre os migrantes e os membros emigrados da comunidade de acolhimento são importantes, pois anulam a questão da selectividade, principalmente se estas redes forem consideradas como geradores de canais facilitadores da mobilidade migrante.

Estes pressupostos teóricos, assim como o desenvolvimento do contexto migratório à escala mundial, geraram na comunidade científica uma necessidade de aprofundar os conhecimentos nesta área, o que levou à constituição de outras teorias.

⁵Refere-se neste contexto aos “trâmites definidos”.

1.1.2 A Escola Neoclássica

Embora RAVENSTEIN tenha sido um precursor no estudo das migrações, ARANGO (2004: 17) destaca o papel de W.Arthur LEWIS, economista americano⁶, como tendo sido o primeiro autor a construir uma verdadeira teoria sobre as migrações – de carácter científico – com a apresentação, nos anos 50 do séc.XX, do *modelo do desenvolvimento económico baseado nas reservas ilimitadas de mão-de-obra*⁷. Partia da ideia de que no contexto pós-colonial, o desenvolvimento de uma economia moderna teria feito com que muita mão-de-obra abandonasse a agricultura como sector de subsistência, para trabalhar noutros sectores de actividade (CASTLES, 2005: 25).

Para LEWIS, as migrações seriam essenciais para a manutenção e desenvolvimento das economias dos locais de origem/destino, na medida em que equilibrariam as reservas de mão-de-obra necessárias em cada território. No fundo, tratar-se-ia de uma transferência de trabalhadores de sectores tradicionais, onde havia uma grande pressão de mão-de-obra, para sectores modernos onde eram necessários indivíduos para variadas funções. Neste caso, o autor defende que o migrante é o agente que proporciona o desenvolvimento regional/local dos territórios para onde migra, e não o contrário, como foi preconizado pelos anteriores autores.

Embora não seja uma teoria propriamente dita, mas antes um modelo de desenvolvimento, está na base da Escola Neoclássica e de posteriores movimentos. Esta exerce uma forte influência até aos dias de hoje, defendendo que os indivíduos migram com base em decisões individuais, realizadas de forma racional, com o objectivo de melhorarem o seu bem-estar. Isso implica uma deslocação para locais onde o trabalho possa ser melhor remunerado.

As migrações são assim consideradas como actos individuais, espontâneos e voluntários, que resultam do balanço entre a situação presente do

⁶Nasceu em 1915 em Santa Lúcia, Antígua, e emigrou com os pais e os irmãos para os Estados Unido da América aos 12 anos.

⁷Viria a influenciar a teoria do mercado de trabalho dual.

indivíduo e dos ganhos esperados no futuro. O migrante é encarado como o único interveniente que, de forma individual, interfere na decisão e no processo de migrar, reflectindo sobre os custos e benefícios dos quais espera ganhos monetários (KING e CHRISTOU, 2008: 12). Num primeiro momento são equacionados os custos materiais, relacionados com a viagem, a manutenção no local de destino, a aprendizagem de uma nova língua e cultura, a dificuldade de adaptação a um novo mercado de trabalho, e também os custos psicológicos advindos do corte de laços familiares e de amizade. Nessa lógica, as migrações internacionais estariam relacionadas com os diferenciais internacionais ao nível do salário e do emprego, mas também com as próprias características individuais do capital humano, que quanto mais qualificado for, maiores serão as probabilidades de obter um bom emprego no território de chegada (ARANGO, 2004: 18).

Como os migrantes procuram lugares onde os salários sejam mais elevados, daí resultará um equilíbrio:

a) No território de origem dos migrantes – tomando como exemplo o caso dos países pobres, a pressão da mão-de-obra no mercado de trabalho promoveria a migração de trabalhadores. Fruto desse vazão de onde resultaria uma menor concorrência laboral, sustentar-se-ia uma menor oferta de mão-de-obra face às necessidades do mercado de trabalho, o que resultaria num aumento dos salários;

b) No território de destino dos migrantes – tomando como exemplo o caso dos países ricos, a chegada de trabalhadores faria aumentar a pressão da mão-de-obra no mercado de trabalho, pelo menos do ponto de vista quantitativo. Haveria portanto uma maior oferta resultando numa diminuição dos salários.

Então o equilíbrio resultaria não só da equiparação salarial, como também do envio de remessas das áreas de chegada – mais ricas – para as áreas de partida – mais pobres.

A abordagem micro-económica enfatiza as expectativas decorrentes dos diferenciais de salários, enquanto a macro-económica destaca a equação dos custos/benefícios decorrentes de uma migração. Em ambas as pers-

pectivas se defende que o final da migração ocorre quando se estabelece o equilíbrio salarial entre os locais de partida/chegada.

Os pressupostos da Escola Neoclássica⁸ não são isentos de críticas. Parte-se do princípio que os migrantes conseguem, no local de destino, auferir de melhores salários a partir de empregos onde tal seja possível. Na verdade nem sempre isso acontece, tendo em conta que a própria pressão migratória pode conduzir à imigração ilegal. Tal situação implica que a insegurança e a precariedade laboral a que os indivíduos são expostos não lhes permita lograr o intento de conseguirem ganhos mais elevados. Por outro lado, as remessas podem não ser investidas na região de origem. Se tivermos em conta as migrações de índole familiar, haverá menos probabilidade de investimento no local de partida, visto que os filhos, muitas vezes os destinatários dos investimentos, estarão com os pais no país de acolhimento. Além disso, se a migração for permanente e sem intenção de retorno, haverá maior probabilidade dos investimentos serem feitos no território de chegada, pois aí é que se esperam desfrutar os ganhos. Além disso, as migrações podem não cessar quando os diferenciais de salários se equilibram, até porque há probabilidade que até lá se desenvolvam redes sociais que promovem a migração e deixam abertos canais de mobilidade, o que pode implicar a continuidade dos fluxos no tempo e no espaço. Esta ideia é corroborada por DE HAAS (2011: 9), que destaca o facto da teoria não conseguir explicar a situação em que ocorrem movimentos migratórios entre territórios onde não se verificam diferenciais de salários.

MASSEY (1998: 18-21) também desenvolve críticas em relação à Escola Neoclássica. Refere que a migração ocorre com base em ganhos esperados que, em termos práticos, podem nunca vir a ser ganhos reais. Ainda assim, não quer dizer que as migrações se façam entre países com diferenciais de salários marcados: Isto é, pode até haver uma equiparação e mesmo assim o migrante esperar conseguir no local de chegada não

⁸Alguns autores ligados à Escola Neoclássica: LEWIS (1954), RANIS and FREI (1961), HARRIS e TODARO (1969, 1970, 1976, 1989), BORJAS (1989).

tanto um salário mais elevado, mas antes um emprego com condições de segurança mais satisfatórias.

O mesmo autor refere ainda que os governos têm aproveitado esta teoria para desenvolverem políticas migratórias no sentido de controlarem os fluxos, mais especificamente tentando interferir nos custos e ganhos inerentes ao processo migratório.

1.1.3 Na continuidade teórica: a complexificação de perspectivas sobre o processo migratório

Ao longo do século XX, muitos investigadores tentaram explicar os fluxos migratórios não só com base nas teorias já analisadas, mas também tendo em atenção o contexto social e económico inerente a tais fenómenos.

Em todas elas se destaca como elemento fundamental o migrante: independentemente da natureza da teoria, o indivíduo que efectua a deslocação aparece como agente que interfere não só a montante (no momento de decisão, de conseguir arranjar os meios necessários para efectuar a migração) como a jusante (no mercado de trabalho do local de chegada, como elo de uma rede social), tanto no seu próprio processo migratório (como migrante), como no processo migratório de outros (no agregado familiar ou comunidade).

Uma das teorias que enfatiza o papel do migrante é a do Capital Humano⁹, que procura dar resposta a uma das críticas colocadas às teorias anteriormente analisadas, ao tentar explicar porque é que alguns indivíduos têm mais propensão para migrar, comparado com outros que nas mesmas condições não o fazem. Partindo deste princípio, tenta explicar a causa das migrações, considerando-se que a educação está no cerne das motivações (ROCHA-TRINDADE, 1995: 77).

As migrações seriam uma forma de investimento em capital humano, onde os indivíduos procurariam maximizar o período de tempo de

⁹BECKER (1962) foi um importante autor que esteve ligado ao desenvolvimento desta teoria.

usufruto do retorno desse investimento, nomeadamente através da valorização em termos de formação profissional (FIGUEIREDO, 2005: 29, 32). Significa que os mais jovens teriam mais propensão para migrar, com o objectivo de completarem a sua formação e como forma de adquirir mais conhecimentos. Isto aconteceria principalmente com indivíduos de países menos desenvolvidos, com o desejo de se deslocar para países mais desenvolvidos, porque dessa forma haveria mais probabilidade do retorno académico e económico ser maior. Partindo do princípio de que haveria livre circulação de pessoas entre mercados, poderiam ocorrer, entre muitas outras, dois tipos de situações:

a) Nos países menos desenvolvidos – as migrações penalizariam os mais qualificados (no caso de entrarem migrantes de países ainda menos desenvolvidos, pois poderiam gerar concorrência) e beneficiariam os menos qualificados (no caso de migração dos mais qualificados, haveria uma redução da oferta de mão-de-obra disponível);

b) Nos países mais desenvolvidos – benefício para os mais qualificados (no caso de alguns depois de verem a sua formação profissional completa, saíriam para aplicar conhecimentos e desempenhar funções em países menos desenvolvidos) e penalização para os menos qualificados (concorrência com a entrada de migrantes).

A Teoria do Capital Humano parece estar assim intimamente relacionada com a questão da fuga de cérebros¹⁰, a qual enfatiza as vantagens/desvantagens da saída de população qualificada dos seus países de origem. Embora tradicionalmente se considerasse o fenómeno da fuga de cérebros como uma preocupação para os países emissores, JOHANSSON (2002:141), STARK (2002: 2), BEINE (2003: 35) e FAINI (2003: 6-12) chamam a atenção para a necessidade de se proceder a uma reflexão mais aprofundada sobre a verdadeira dinâmica da circulação de profissionais altamente qualificados entre os locais de partida e os de destino. Estes autores destacam alguns impactos positivos ligados à saída de cérebros dos territórios de origem:

¹⁰*Brain-Drain* no original.

a) O envio de remessas passa a prover as famílias dos migrantes de maior poder de compra e de investimento;

b) Muitos imigrantes qualificados acabam por voltar para os seus países de origem, trazendo formação e experiência adquirida nos territórios para onde migraram, constituindo-se como uma mais valia em termos de capital humano (influência no desenvolvimento/crescimento da economia);

c) Parece haver uma tendência de investimento em educação no próprio país de origem (filhos, família em geral, o próprio migrante), o que no fundo se trata de uma maneira de formar capital humano. No caso de se verificar o regresso, estes migrantes retornam mais qualificações, o que se constitui como um benefício para ambas as partes:

d) Pode ajudar no desenvolvimento de redes de trabalhadores altamente qualificados;

e) Promove a transferência de ideias e de tecnologia;

f) O imigrante ganha experiência num país estrangeiros, mas no caso de se verificar o retorno, aplicam-se os conhecimentos no país de origem.

SRISKANDARAJAH (2005: 2) cita o economista Oded STARK, defendendo que o *brain-drain* pode ter de facto os efeitos positivos já referidos e além disso efeitos ao nível social (com a possibilidade do fomento das actividades de solidariedade das comunidades migrantes no estrangeiro), científico e tecnológico (pode dar origem a processos de transferência de conhecimento e tecnologia) e comercial (aumento das trocas).

Neste caso está-se perante um *brain-gain* nos países emissores preconizado por KLAGGE e KLEIN-HIPASS (2007: 2), que associam este contingente específico a processos de desenvolvimento nos locais de partida, sobretudo em contexto de retorno. Esta ideia deriva do facto destes imigrantes realizarem investimentos financeiros importantes, promoverem o auto-emprego, assim como actuarem a partir de práticas inovadoras a várias escalas/níveis. Contudo GIANNETTI (2000: 32) e FAINI (2003: 6-12) chamam a atenção para o processo de globalização poder penalizar os países mais pobres:

a) A saída de recursos humanos qualificados pode privar o país de origem de um capital importante que poderia vir a promover o seu crescimento e desenvolvimento;

b) Pode levar a que os fluxos aumentem de forma exponencial, ou seja, através da saída sistemática de indivíduos altamente qualificados;

c) Pode haver pouca propensão para que os indivíduos enviem remessas ou para que invistam em educação no país de origem.

NEWLAND (2003: 3) refere que a perda de trabalhadores qualificados implica certos custos no país de origem, já que em muitos casos se trata de autênticas transferências de capital social dos países pobres para os países mais ricos. A perda de profissionais altamente qualificados pode, em situações extremas, levar ao declínio de certos sectores de actividade, havendo maior probabilidade de tal acontecer em países mais pobres e com fracos recursos humanos, pois o sistema educacional tem muita dificuldade em substituir os efectivos perdidos¹¹.

Porém, muitos destes profissionais, depois de fazerem a sua formação ficam sem emprego no país de origem. Nesta perspectiva, a migração pode ser encarada como uma boa solução de condução destes indivíduos para um país onde haja possibilidades de exercerem as suas funções e ainda gerar alguns efeitos positivos. Segundo SRISKANDARAJAH (2005: 2), o governo filipino, baseado neste pressuposto, apoia a imigração temporária para superar o problema do desemprego. No fundo, é uma forma de o combater e ao mesmo tempo ajudar a dotar essa população de mais conhecimentos e capacidades. A África do Sul também gere a perda de profissionais qualificados através de um mecanismo de compensação: no caso dos médicos sul-africanos, muitos acabam por exercer a sua actividade em países desenvolvidos, sendo essa lacuna colmatada por médicos cubanos.

Para os teóricos do Capital Humano, a interacção dos imigrantes com a população autóctone no processo produtivo é complementar, sendo que os impactos em termos de concorrência e de rendimentos relativamente aos nativos são mínimos. Haverá no entanto a possibilidade de selecção dos migrantes que, regra geral, são escolhidos se tiverem qua-

¹¹A autora refere os casos da Zâmbia, da Libéria e do Zimbabué onde a circulação de capital humano é simultaneamente causa e consequência dos graves problemas económicos.

lificações acima da média. Esta ideia é importante para compreender as consequências económicas e sociais das migrações, pois em princípio um nível superior de qualificações/investimento em capital humano, poderá resultar numa maior capacidade de adaptação, inserção e contribuição activa do migrante na sociedade de acolhimento (ROCHA-TRINDADE, 1995: 77; FIGUEIREDO, 2005: 30).

A Teoria do Capital Humano é uma abordagem que destaca o papel do migrante como agente promotor das próprias migrações. MASSEY (1998: 42) enfatiza o contributo de Glenn LOURY (1977), um economista que introduziu o conceito de capital social para designar “um conjunto de recursos inatingíveis nas famílias e comunidades que ajudam a promover o desenvolvimento social principalmente entre os mais jovens”. Refere-se ainda a BORDIEU e WACQUANT (1992) que o definem como sendo “o somatório de recursos (reais ou virtuais) que podem ser possuídos individualmente ou por um grupo, os quais resultaram do conhecimento e das relações estabelecidas com redes mais ou menos institucionalizadas”.

Para estes autores, o capital humano formado nas migrações tem como um dos pilares principais a relação com as redes sociais. Os laços afectivos entre pretensos migrantes e migrantes de facto são transformados num importante recurso no processo migratório. Significa então que a Teoria do Capital Humano e a Teoria das Redes¹² têm pontos em comum, na medida em que se influenciam mutuamente. Os pressupostos teóricos derivam das ideias de THOMAS e ZNANIECKI (1918-1920), embora outros autores como Douglas MASSEY (1987), James COLEMAN e Pierre BORDIEU (s/d) tenham trabalhado sobre esta teoria.

Na Teoria das Redes defende-se que as redes migratórias se podem definir como sendo um conjunto de relações que ligam os migrantes ou “retornados” com os seus parentes e amigos compatriotas. Podem-se materializar em formas de ajuda que facilitam e motivam a migração (como por exemplo, da assistência financeira, facilitação da instalação habitacional e da procura de emprego, entre outras). As próprias redes podem ser vistas como uma forma de capital social, na medida em que

¹²Este autor também a designa por Teoria do Capital Social.

permitem o acesso a bens e serviços (educação, saúde, etc.), a empregos com melhores salários ou a contactos úteis em situações diversas.

Além disso reduzem os custos e os riscos do processo migratório porque disponibilizam informação, influenciando assim o processo de decisão, o que não quer dizer que esses dados correspondam textualmente à realidade ou que se venham a repetir em determinadas situações com o novo migrante.

Muitos migrantes efectuam a sua deslocação porque têm ligações com outros que já o fizeram. KLAGGE e KLEIN-HIPASS (2007: 3-6) destacam a importância do capital humano (entendido a partir das competências e capacidades desenvolvidas pelo imigrante) e do capital social (relações cooperativas estabelecidas pelo imigrante com outros actores ao nível financeiro, laboral, entre outros), quando aplicados no desenvolvimento dos locais de partida e de destino migratório.

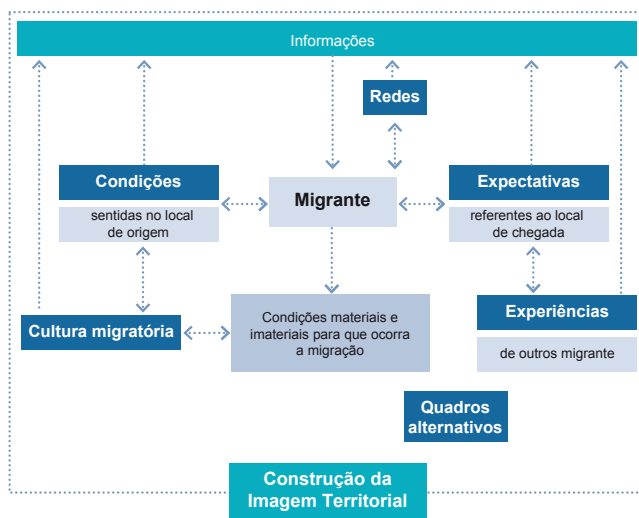
As redes têm portanto um efeito multiplicador, originando “cadeias migratórias”. Além de serem um meio que permite a valorização do capital humano e um importante elo de ligação entre o país de origem e o de destino, são microestruturas que sustentam as migrações ao longo do tempo e as suas mais-valias vão além do salário ou do emprego.

A inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e ajuda na resolução de problemas inerentes à realidade do país de acolhimento, reduz as dificuldades dos migrantes no território de destino. Tal dinâmica permite que se explique a continuação dos fluxos migratórios fomentada por estas ligações, mesmo em momentos onde tal parece ser pouco lógico (ARANGO, 2004: 28; FIGUEIREDO, 2005: 44-45).

Mais, pode gerar a tendência para um declínio da selectividade inicial, daí que seja difícil para os governos controlarem os fluxos uma vez que depois de estabelecidas as redes, estas passam a ter um controlo sobre o processo migratório que ultrapassa o próprio Estado. Daí a importância da política da reunificação familiar, com o objectivo de “controlar” os fluxos e ao mesmo tempo penetrar na dinâmica das próprias redes.

Ao contrário, quando se aplica uma política migratória baseada na intransigência, pode-se estar a contribuir para o desenvolvimento do mercado de tráfico humano, baseado em redes clandestinas (MASSEY, 1998: 45).

Perante os pressupostos desta teoria cumpre fazer algumas reflexões, nomeadamente ao nível da informação fornecida pela rede aos pretendentes migrantes. Isto porque poderá haver o risco de se construir uma imagem territorial desfocada ou distorcida da realidade.



Esquema 2. Construção da Imagem Territorial
Elaboração própria (2011)

Partindo do princípio que o indivíduo necessita de fazer uma escolha, considera os factores repulsivos do local de origem o qual conhece porque aí desenvolve actividades laborais, sociais, etc. Ao considerar a ida para um lugar que desconhece, ou pelo menos onde nunca desenvolveu estas actividades, tem em linha de conta os factores atractivos do território, assim como informações oriundas de terceiros ou de elementos da própria rede, que podem enfatizar as expectativas criadas inicialmente. Sobre esta questão, FISCHER (1997: 87) refere:

“The information passed is not necessarily a complete or neutral picture of the situation abroad. Provided the information conveys the impression that pioneer migrants are relatively successful, past migration accelerates further decisions to “go” (chain migration). Apparent failure of pioneer migrants, however, has the opposite effect.”

Este é um quadro que pode não se desenvolver desta forma, contudo há que ter em atenção as condições de circulação da informação e outros factores que poderão condicionar a imagem territorial e de certa forma comprometer o processo migratório, por incutirem informações adulteradas sobre o contexto migratório.

Por outro lado esta teoria, embora se refira aos constrangimentos advindos da relação musculada entre os governos, não desenvolve a questão das redes clandestinas, que também é outra forma de organização em rede.

MASSEY (1998: 56,57) acrescenta ainda que o papel das redes sociais é importante, no entanto não colmata a existência de empresas de recrutamento que lucram monetariamente com o tratamento do processo migratório dos indivíduos que o desejam fazer, bem como com o crescimento das redes ilegais. Por outro lado, defende que o efeito multiplicador das redes é limitado, caso contrário os fluxos tornar-se-iam exponenciais e infinitos.

Nesta lógica, a Teoria das Causas Cumulativas¹³ desenvolvida por MYRDAL (1957) e mais tarde por MASSEY (1990), postula que ao longo do tempo as migrações internacionais têm tendência a se auto-sustentar e a se auto-perpetuar, porque o estabelecimento de um fluxo migratório obriga à alteração da realidade existente quer no local de origem, quer no local de destino.

ARANGO (2004: 30) destaca o papel das redes como fundamental para a manutenção dos fluxos. Há outros factores que podem potenciar essa perpetuação espacio-temporal, como é o caso do desenvolvimento de uma cultura migratória ou até mesmo a estigmatização de empregos que anteriormente pertenciam a nacionais e que agora vão ser ocupados por imigrantes.

Este tipo de ciclo cumulativo acaba por alimentar os fluxos migratórios com destino a regiões/sectores económicos específicos, sendo que em determinados casos as migrações internacionais se conseguem sustentar por si mesmo, sem o apoio de redes.

As “causas” também “são cumulativas”, no sentido em que cada acto migratório altera o contexto social adjacente, o qual por sua vez irá contri-

¹³*Theory of Cumulative Causation* no original.

buir para influenciar as subseqüentes decisões de migrar, visto que pode tornar o acto em si mais atractivo. Contribuirá sobretudo para construir uma imagem territorial positiva do local de destino.

Assume-se assim que as migrações em massa não têm a sua evolução em forma de \cap (haveria um momento de arranque, um aumento do fluxo, atingir-se-ia o clímax e posteriormente registava-se um abrandamento), mas antes em **S** (o fluxo iniciar-se-ia devagar para depois atingir o clímax). No entanto esta teoria acaba por não explicar o fim ou pelo menos o abrandamento de certos movimentos migratórios.

A relação estabelecida entre as migrações e o mercado de trabalho, tem sido apresentada para explicar a continuidade de alguns fluxos migratórios, sendo esse pressuposto defendido pela Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado¹⁴ e desenvolvido por PIORE (1979). Este autor responde a uma questão colocada pela teoria da atracção-repulsão, ao assumir que as migrações não ocorrem tanto pela influência dos factores negativos presentes no local de origem do migrante (por exemplo pelo auferimento de baixos salários ou pela situação de desemprego), mas sobretudo pelos factores positivos patentes nos países receptores. Destaca então a procura constante de capital humano imigrante pelo próprio mercado laboral dos territórios de destino.

Segundo esta teoria, os migrantes aceitam com mais facilidade que os nativos empregos mais mal remunerados e com menor estatuto social, principalmente se encararem a migração com carácter temporário e se quiserem saldar os custos de deslocação e obter lucros com alguma brevidade. Assim sendo, irão ocupar o segmento secundário do mercado de trabalho, caracterizado por salários baixos, condições sociais, de higiene e de salvaguarda dos direitos laborais instáveis, e dificuldade ou ausência de ascensão profissional. Domina a precariedade sem exigências de qualificação do trabalhador e com poucos custos para o empregador. Os autóctones recusam tais funções e acabam por ocupar lugares no segmento primário, onde é requerido maior formação dos trabalhadores, onde há

¹⁴Também designada de Teoria do Mercado de Trabalho Dual.

necessidade de aperfeiçoamento e formação contínua, sendo um sector “caro” em que é necessário investir em recursos humanos.

ROCHA-TRINDADE (1995: 87) afirma que esta teoria procura identificar os factores que são comuns a todos os imigrantes e relacionar a estrutura económica das sociedades subdesenvolvidas com a das sociedades industriais, fruto da aproximação de PIORE a uma visão marxista. O mercado de trabalho das economias industrializadas poderia ser considerado como uma estrutura onde eram comuns as diferenças significativas no acesso ao emprego.

A economia apresenta assim um dualismo não só ao nível da distribuição dos factores produtivos capital e trabalho, como também no interior do próprio mercado laboral. Então, segundo esta teoria, não há concorrência directa entre nativos e imigrantes já que se verifica uma situação de complementaridade, ou seja, os imigrantes desempenham as funções que os nativos recusam, não havendo uma situação de “confronto”.

ARANGO (2004: 24) explica que nas sociedades com uma economia desenvolvida, existem empregos instáveis e pouco produtivos, que os autóctones recusam ocupar principalmente porque não lhes confere status e prestígio social, assim como pouca possibilidade de ascensão profissional. Os imigrantes acabam por aceitar os lugares no segmento secundário porque mesmo assim, comparando com os trabalhos que desempenhavam no local de origem, estes são mais bem pagos, ou então porque desta forma conseguem obter maiores rendimentos mais rapidamente. Isto significa que, em termos práticos, ambas as partes beneficiam: os nativos na medida em que ficam libertos para se dedicarem a profissões mais bem pagas e reconhecidas do ponto de vista social, o que fará com que mudem o seu estilo de vida, podendo adquirir determinado tipo de bens e serviços a que antes não tinham acesso; os imigrantes porque acedem ao mercado de trabalho do local de destino, que oferece vantagens tanto em termos burocráticos (regularização e manutenção da situação de imigrante legal), como materiais e imateriais (ganhos monetários, acesso ao sistema de ensino para os filhos, etc.).

Todavia, a comunidade científica desenvolve críticas a esta teoria, pois embora tenha o mérito de desmistificar a ideia de que os migrantes competem ferozmente com os autóctones em termos de acesso ao emprego, praticamente exclui os factores repulsivos como móbeis das migrações.

Por outro lado, há que ter em conta que as migrações não resultam única e exclusivamente de processos de recrutamento, pelo contrário, muitas vezes são movimentos espontâneos e de difícil controlo. Se tal acontecesse as migrações seriam constituídas por fluxos definidos e controláveis e os migrantes não fariam mais do que responder mecanicamente a exigências internacionais, sem ter em conta as suas próprias necessidades e aspirações. Os fluxos teriam um início e um fim claramente marcado e as redes de imigração ilegal não existiriam. Também é importante ter em consideração o facto de ser difícil definir a fronteira entre o segmento primário e o segmento secundário.

PORTES (1981) admite a ideia de que existam enclaves económicos, os quais consistiriam na “concentração de grupos de imigrantes numa concentração espacial distinta, grupos esses capazes de organizar uma série de empresas que servem o seu próprio mercado étnico ou a população em geral”. São emblemáticos os chineses em Nova Iorque, os cubanos em Miami ou os turcos em Paris.

Os enclaves económicos não são mais do que enclaves étnicos, os quais se constituem como uma alternativa ao segmento secundário e a toda a informalidade associada (insegurança, ilegalidade). Autores como PORTES (1995) e HEISLER (2000), encaram este sistema como um modelo de incorporação dos imigrantes, já que a partir do seu empreendedorismo em pequenos negócios, conseguem também conciliar as necessidades de índole familiar e cultural¹⁵.

Os enclaves étnicos colocam questões relacionadas com a dimensão económica, social e espacial: será benéfico a concentração dos imigrantes

¹⁵Este modelo considera que o modo de recepção dos trabalhadores estrangeiros é condicionado pelas políticas públicas existentes, pela atitude de recepção da sociedade, pelas características de coesão da comunidade étnica e pelas qualificações do imigrante.

nestas esferas? GASPAR (2002: 70, 71) refere que a concentração espacial pode ser vantajosa, na medida em que facilitará a aquisição de bens e serviços específicos consumidos pelos imigrantes, bem como facilita a manutenção das práticas culturais e da identidade.

Em contraponto, também pode gerar um isolamento face aos nativos, bem como a práticas que levem à marginalização e até à formação de guetos. Deste ponto de vista, a dispersão geográfica pode ser benéfica no sentido em que se promoverá o contacto com a comunidade autóctone. Contudo, a separação do núcleo de origem interfere na identidade individual, ao gerar situações de assimilação identitária.

Do ponto de vista económico, a concentração pode levar a uma mono-especialização sectorial, o que implica uma maior aposta na exclusividade em termos de oferta aos consumidores é certo, mas um maior risco em tempo de crise, no caso de haver um declínio na procura ou com o desenvolvimento da concorrência.

ROCHA-TRINDADE (1995: 90) defende que os enclaves apresentam vantagens por estimularem a incorporação do imigrante na sociedade receptora, daí que a sua formação acabe por estar dependente não tanto das iniciativas estatais, mas antes dos recursos do próprio indivíduo (já adquiridos no país de origem) e dos enclaves, pois estes originam oportunidades de emprego, educação e formação profissional aos seus elementos. Assim será mais fácil a progressão profissional e económica, com todas as vantagens que a integração económica trará ao quotidiano dos migrantes.

Nesta perspectiva, defende-se que os enclaves tendem a desenvolver uma dinâmica própria, ao funcionar um pouco à parte das instituições, acabando por reflectir o risco e das actividades económicas desenvolvidas estarem ligadas ao segmento secundário do mercado de trabalho. Podem tornar-se em comunidades segregadas, conotadas com a ligação à economia subterrânea, onde o papel das redes sociais na manutenção do fluxo migratório é bastante importante. Esta ideia é corroborada pelo GEITONIES (2011: 23) ao referir:

“Interestingly, mobility in the city appears to have a strong impact on not only economic assimilation, but also on higher levels of diversity and more ample social networks. Clear sub-groups of [immigrants] with their social networks circumscribed to their neighbourhood of residence were less likely to have interethnic relations and more likely to be affected by the neighbourhood context, which translated into a lower socio-economic status.”

Na Teoria das Redes e dos enclaves étnicos, o papel do imigrante no processo de decisão é assumido de forma diferente da Escola Neoclássica. Esta considera que a escolha de empreender a migração era feita de forma individual, ou seja, é o próprio migrante que de forma racional e solitária preconiza a resolução de sair do seu local de origem. Na teoria das redes e dos enclaves, o papel da comunidade de acolhimento, é decisivo na materialização da migração (viagem, alojamento, emprego, etc.).

A Nova Economia¹⁶ defende que é sobretudo a comunidade de origem aquela que vai influenciar o processo migratório, na medida que a decisão de migrar é tomada segundo directivas do grupo (familiar ou comunitário) onde se insere o migrante. Os indivíduos agem colectivamente, de forma a maximizar os possíveis ganhos e a minimizar os custos. Os riscos são diversificados: nos países desenvolvidos são diminuídos pelo mercado de crédito e pelos seguros; nos países em vias de desenvolvimento estes mecanismos institucionais não existem, são imperfeitos ou inacessíveis a muitas famílias, daí o incentivo para diversificar os riscos. MASSEY (1998: 21-26) afirma que a migração é realizada tendo em vista a obtenção dos benefícios pretendidos a curto/médio prazo e também a longo prazo (para prover o sustento na velhice). No entanto acrescenta:

“Perhaps the most important consumer purchase is a home. In many developed countries, home ownership is financed through bank mortgages that enable borrowers to make a small down payment and then cover

¹⁶Autores como STARK e BLOOM (1985) estão ligados à Nova Economia.

the balance of the purchase price with a long-term bank loan, which is paid off gradually in monthly instalments. (...) The acquisition or improvement of a home is probably the single most important motivation for international migration prevailing in the world today."

O diferencial de rendimentos não é suficiente para explicar os movimentos migratórios, nem sequer para os fazer estancar aquando do equilíbrio salarial. As migrações têm causas inerentes como por exemplo a possibilidade de arranjar um emprego seguro, de investir em capital (ou em bens, como é o caso da habitação) ou a necessidade de gerir o risco a longo prazo (FIGUEIREDO, 2005: 42).

De qualquer forma colocam-se várias questões. A teoria defende que o papel da comunidade passa pela ajuda na diversificação dos riscos, mas não explica como assume os custos, as perdas e os gastos no caso da migração correr mal. É certo que considera a existência de falhas de mercado (por exemplo o funcionamento insuficiente do mercado de capitais, a inexistência de apoios no período de desemprego, entre outras situações), daí que se deva ter também em atenção o facto dos governos intervirem com maior facilidade no controlo das migrações, já que estes mecanismos estão na sua alçada.

Acrescenta ainda que os ganhos relativos podem ser mais importantes do que os ganhos absolutos, isto se for tido em conta o propósito da migração. Por exemplo, a questão da aquisição de habitação própria no local de origem é uma motivação que leva muitos migrantes internacionais a se deslocarem. As remessas serão assim canalizadas quase única e exclusivamente para este objectivo, quando poderiam ser distribuídas por outras áreas (educação, saúde, lazer, etc.) que proporcionassem a melhoria evidente da qualidade de vida do indivíduo e da sua família.

Mas mesmo perante estas dúvidas, o facto da migração ser apoiada pelo agregado familiar ou pela comunidade a montante, ou pela comunidade de acolhimento a jusante, implica que haja uma maior segurança no processo migratório. Esses contactos e apoios traduzem-se em mais-valias reais para o migrante, seja porque sente mais segurança, seja porque acaba por ser ajudado a construir quadros alternativos

que poderão ser accionados se o processo migratório não correr como esperado.

FONSECA (2005a: 80-82) chama ainda a atenção para a importância da análise do processo migratório na relação com o desenvolvimento territorial, tendo em conta os pressupostos da Teoria dos Sistemas Mundiais, dos Sistemas Migratórios, assim como as novas abordagens interdisciplinares que tendem a gerar novas perspectivas teóricas. A primeira considera as migrações internacionais de trabalhadores como o reflexo do processo de globalização da economia, gerida pelas necessidades do sistema capitalista, pela expansão do investimento estrangeiro, das empresas transnacionais e das relações neo-coloniais. A mobilidade é encarada como um instrumento ao serviço do capital, sendo que os migrantes se deslocam para as regiões mais ricas e mais desenvolvidas, perpetuando-se desta forma as iniquidades territoriais. Todavia é de considerar que, na actualidade, é comum a deslocação dos factores de produção, pelas vantagens competitivas e pela gestão (diminuição) dos gastos que tal processo acarreta, o que desconstrói em parte esta teoria.

Nesse sentido, a teoria dos sistemas migratórios parece optar por uma visão mais assertiva, aproximando-se das abordagens transdisciplinares, já que concebe a interacção de factores micro-estruturais (redes sociais, cultura migratória, etc.), meso-estruturais (mecanismos de interacção entre os factores “micro” e “macro”, por exemplo, as redes organizadas de recrutamento de imigrantes – formais e informais) e macro-estruturais (conjuntura económica e política mundial, relações entre Estados, políticas migratórias dos países, etc.). Por isso refere (Ob.Cit.: 82):

“As migrações humanas não podem desligar-se do contexto geográfico, económico e social em que ocorrem. Por isso, não podem reduzir-se à análise das disparidades demográficas, económicas e sociais entre países e a simples mecanismos de atracção-repulsão.”

MASSEY (1998: 18) também defende a necessidade de uma análise transdisciplinar, já que não há uma única teoria que seja completamente consensual entre os investigadores. A complexidade das migrações,

a sua natureza multifacetada, requer uma visão teórica que inclua uma variedade de níveis e perspectivas:

“The various models reflect different research objectives, focuses, interests, and ways of decomposing an enormously complex subject into analytically manageable parts.”

Perante esta reflexão, e tendo em conta sobretudo a reflexão de Maria Lucinda FONSECA, cumpre acrescentar mais uma ideia: a de que as migrações humanas não se desconectam da busca pelo desenvolvimento, assim como da própria criação de desenvolvimento, associado ao território, pois é esse o conceito que “move” os migrantes. Nesta linha de ideias, urge reflectir sobre o significado do conceito, com o objectivo de melhor esclarecer essa busca de “desenvolvimento” preconizada pelas teorias das migrações abordadas, assim como para perceber o que é que realmente os imigrantes buscam no seu projecto migratório e o que podem esperar/dar dos/aos diferentes territórios.

1.2 Do desenvolvimento como processo linear ao desenvolvimento como processo aberto: o papel do capital humano e social migrante

1.2.1 Significado(s) do conceito de desenvolvimento

A definição do conceito de *desenvolvimento*, resulta numa dupla perspectiva. Se, por um lado a complexidade etimológica leva a que a sua concepção seja encarada numa diversidade de abordagens (de índole económica, social, cultural ou então quantitativa, qualitativa), por outro esse mesmo carácter pode levar a que o conceito se traduza em pressupostos divergentes, fracturantes, ou até mesmo colida com campos conceptuais erradamente assumidos como sinónimos. FERNANDES (2004: 19) corrobora esta ideia, afirmando que se trata de um conceito confuso e com muitas conotações, usado com frequência no campo político, e que se associa a uma “geografia injusta” a qual divide o mundo

em duas partes – o hemisfério norte desenvolvido e o hemisfério sul subdesenvolvido.

MORENO (1998: 23; 2002: 23) busca na etimologia da palavra o seu sentido. De origem latina, des+envolver significa “o oposto a envolver”, sendo que “envolver” se refere a “fazer rolar até abaixo”, “fazer cair a rolar”, traduzindo uma acção com significado destrutivo. “Desenvolver”, com a integração do prefixo “des”, passa a ter um sentido contrário, ou seja, representa a anulação do movimento potencialmente destrutivo, o que efectiva a promoção de um processo dinâmico de libertação, de prossecução, através de uma (ou várias) forma(s) para anular um estado inicial propensamente negativo e por isso contraproducente. CARVALHO (2005: 40) cita João Luis FERNANDES, ao referir que uma das interpretações mais recorrentes é aquela que encara o desenvolvimento como um movimento, uma dinâmica que se traduz de um estádio a outro, associado à ideia de construção, destruição, reconstrução e/ou reintegração.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento implica a existência de uma dinâmica evidentemente desfavorável, por isso adversa e prejudicial, a qual tende a ser colmatada por uma necessária acção favorável e benéfica.

Partindo do pressuposto que o *desenvolvimento* revela uma dimensão positiva, qual a natureza do(s) processo(s) que materializam este efeito de mudança? O quadro teórico assenta muitas vezes no determinismo económico, baseado em soluções quantitativas. OLIVEIRA (2002: 38) afirma que alguns autores apontam apenas o aumento dos rendimentos como condição para se atingir o desenvolvimento, sem considerar como é que esses rendimentos são distribuídos pela população. Face a esta realidade, defende que o desenvolvimento, em qualquer concepção, mesmo numa abordagem tendencialmente quantitativa, deve resultar na melhoria da qualidade de vida (Ob.Cit.: 40, 43):

“O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e principalmente humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento (...) transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte,

alimentação, lazer, entre outras. (...) Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, entre outras variáveis que podem afectar a qualidade de vida da sociedade.”

Também a abordagem de MALECKI (1991: 23-25) assenta a própria noção de desenvolvimento no processo em si, que deverá resultar num aumento da qualidade de vida das populações. Refere que, quando encarado apenas numa perspectiva económica, pode dar mais importância ao aumento da população, do valor dos bens e serviços de uma determinada região, o que não quer dizer que conduza necessariamente a uma melhoria da qualidade de vida.

Incorre-se no erro de se “sobreutilizarem” indicadores económicos relacionados com o crescimento para medir a “prosperidade” regional e de se encarar o desenvolvimento como sinónimo de crescimento: este é mais um modo que uma meta, um meio do que um fim. O desenvolvimento, esse sim, deverá incluir o(s) processo(s) e o próprio fim, traduzindo-se num incremento da qualidade de vida, associado a mudanças que podem não ser única e exclusivamente de índole quantitativa.

Definições que destacam o rendimento *per capita*, traduzem crescimento, mas tal pode não se reflectir em termos de mudança. O processo de desenvolvimento é extremamente complexo, especialmente se for considerado a longo prazo, porque se trata de uma alteração estrutural na economia e na sociedade (em termos de competências e capacidades tecnológicas das populações, das empresas e das instituições), implicando mudanças qualitativas no âmbito social e cultural, as quais deverão estimular a criatividade para uma renovação a vários níveis (desde o económico, ao laboral, ao cultural, etc.).

Este autor aborda ainda na sua concepção a problemática recorrente do crescimento desenvolvimento *versus*. Tal associação está ligada a dois aspectos que parecem ser de grande influência. O “crescimento” está relacionado com a própria génese histórica e utilização paradigmática do termo num contexto pós Segunda Guerra Mundial, associada a uma visão quantificadora dos processos que regiam a evolução económica mundial.

O “desenvolvimento”, tendo necessidade de concretizar “visualmente” os fenómenos e os processos que os conduziram, utiliza a estatística e a matemática como formas de gerar/utilizar elementos de referência.

Na linha de Luis MORENO, define-se crescimento na mesma lógica do conceito de desenvolvimento. O termo tem origem na palavra latina *crescere*, que significa “aumentar”, “desenvolver-se”, “medrar”, “inchar”, “multiplicar-se”, “sobejar”, “prosperar”¹⁷. Nesta visão, o conceito de crescimento, embora muito próximo do de desenvolvimento, tem uma perspectiva mais limitada e mais quantitativa, baseada na dinâmica de aumento material. Já o desenvolvimento implica um conjunto de processos mais complexos e com campos extra-quantitativos, uma vez que tem como base etimológica a anulação do movimento negativo, através de uma evolução positiva.

Desta forma entende-se que o desenvolvimento inclui o crescimento como um elemento constitutivo de si próprio, considerando-o não o meio mas *um* meio, enquanto o acto de desenvolver congrega além deste na própria dimensão, o princípio (problemática), as hipóteses e os objectivos, os processos e o fim.

Ainda sobre a relação entre estes dois conceitos, GUELLEC (2000: 163, 166,167) define “crescimento” como sendo o processo através do qual a produção de bens e serviços aumenta ao longo do tempo, entendendo-se neste caso “processo” num sentido mais restrito e limitado do que aquele que está associado à noção de desenvolvimento. Este resultará do investimento que a sociedade fez em capital físico (entendido não só em termos financeiros, mas também de equipamentos e infraestruturas), capital público (o autor refere-se aqui especificamente às infraestruturas de comunicação e de transportes, bem como o investimento em sectores como a educação e a investigação), tecnologia (resultante do investimento em inovação, nomeadamente em actividades de I&D¹⁸) e capital humano¹⁹

¹⁷Esta definição foi extraída do *Dicionário da Língua Portuguesa On-Line*: http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx (acedido em 17/11/2008).

¹⁸I&D – Inovação e Desenvolvimento.

¹⁹O autor recorre a uma definição de Robert E.LUCAS (vencedor do “Prémio de Ciências Económicas em Memória de Alfred Nobel”, em 1995), em que defende que o capital humano resulta das capacidades apreendidas pelos indivíduos, as quais vão aumentar a sua eficácia

(medido pelas habilitações académicas dos indivíduos, relacionadas com o número de anos de estudo). Verifica-se aqui uma dimensão qualitativa mais genérica (sobretudo na referência indirecta às capacidades e competências dos indivíduos), ainda que dominada pela quantificação dos seus elementos.

Também MABOGUNJE (1989: 35,36), no final dos anos 80 do séc.XX, reflecte a transição da perspectiva quantitativa, onde o crescimento se sobrepõe ao próprio desenvolvimento, para a perspectiva qualitativa/quantitativa, onde o crescimento não é negado, mas sim integrado no próprio desenvolvimento. Este autor refere que até aí o desenvolvimento é encarado do ponto de vista da economia, numa perspectiva quantitativa, atribuído como sinónimo de “desenvolvimento económico” e “crescimento económico”²⁰. Porém invoca a visão do economista britânico Dudley SEERS, no final dos anos 60 do séc.XX (1969), em que defende o facto da noção de desenvolvimento não poder só abranger o “crescimento económico”, devendo também incluir o campo social, mais especificamente a pobreza (no sentido de acesso ou não a alimentos), o desemprego e as iniquidades sociais. Uma década mais tarde (1977) este autor refere que o desenvolvimento está relacionado também com a noção de *self-reliance*²¹, ou seja, o aproveitamento das capacidades do próprio país.

Significa que já não assenta só no ponto central “crescimento económico” ou nos “padrões de distribuição” (existência ou não de desigualdades), mas também no consumo (importações e exportações), nas instituições (capacidade de investigação – inovação – e negociação) e na cultura (objectivos definidos pelo país). BACHELARD (1993: 11) defende mesmo que as componentes mais fortes do desenvolvimento são aspectos de carácter social e cultural.

produtiva. Cada indivíduo é “proprietário” de um certo número de competências, que valoriza, disponibilizando-as no mercado de trabalho. Tal facto materializa-se pelo aumento no número médio de anos de escolaridade que um indivíduo apresenta na sociedade ocidental.

²⁰O desenvolvimento de um país poderia ser medido pela quantidade de matérias-primas disponíveis (por exemplo, petróleo).

²¹Desenvolvimento auto-suficiente ou auto-suficiência.

SIMÕES LOPES (1995: 8,16) expressa a limitação da concepção quantitativa inerente ao conceito, advogando que nunca deve ser esquecido o factor humano como princípio (problemática), meio (processo) e fim (objectivo) inerente do desenvolvimento, pelo que os indivíduos enquanto constituintes da(s) sociedade(s) devem ser o cerne da questão:

“A evolução das sociedades não deve medir-se pela quantidade bruta, global, indiscriminada dos bens e serviços que produz, embora necessariamente para caracterizar essa evolução interesse o grau de disponibilidade, para todos, de bens e serviços básicos; mas há aspectos qualitativos e de distribuição que têm de ser considerados também como caracterizadores do grau de evolução social, além que já não é cedo para acautelar o meio ambiente e a qualidade de vida numa sociedade que os tem sacrificado (...), que aceita pacífica e candidamente que o interesse de alguns determine o que devem ser as necessidades de todos. (...)

Não há problemas económicos (...), há problemas sociais, naturalmente com aspectos económicos, sociológicos, demográficos, políticos, institucionais, técnicos, culturais, etc., mas não há problemas económicos.”

Por um lado pondera a relação da dimensão quantitativa e qualitativa do conceito. Por outro reflecte sobre o paradigma de desenvolvimento que enfatiza a dimensão humana.

O autor defende o que considera as “verdadeiras” dimensões do desenvolvimento: sob o carácter de transversalidade dos indicadores quantitativos e das análises qualitativas que lhe estão inerentes, “desenvolver” implica uma imbricação do ser humano enquanto ser social, ser demográfico, ser político, ser institucional, ser económico, etc., como actor activo ou passivo de um processo em que sempre participa, seja de maneira formal e informal, em género individual ou no seio/para o próprio grupo em que se integra. É ao mesmo tempo vítima e beneficiário, causa e consequência deste conceito subjacente à dinâmica da sociedade e do território.

1.2.2 A abordagem clássica

Os primeiros contributos teóricos para explicar as iniquidades regionais tiveram em consideração a desigual distribuição geográfica dos recursos. Estabelecia-se uma relação directa entre a quantidade/disponibilidade dos recursos e o nível de crescimento económico, sendo que os factores de desenvolvimento territorial eram explicados através da dinâmica do próprio sistema produtivo e das relações sociais (VALE, 2005: 52).

O modelo neoclássico de crescimento económico é aquele que, sem assumir na sua designação o conceito de “desenvolvimento”, se lhe referiu, isto é, foi o primeiro postulado teórico a sistematizar as causas das diferenças de desenvolvimento entre regiões.

Este paradigma foi fundamentado através do modelo de Robert M. SOLOW (1956), o qual surge em resposta às conclusões pessimistas de HARROD, ao admitir que se podiam substituir os factores, de acordo com as especificidades e necessidades contextuais, através de um ajustamento entre a razão capital/trabalho, relativamente às condições vigentes nos mercados. Neste modelo, haveria tendência para a convergência dos níveis de produto por trabalhador e, em consequência, do rendimento *per capita*. Tendo em conta que os países mais pobres cresceriam a um ritmo superior relativamente aos mais ricos, haveria um equilíbrio.

Roy Forbes HARROD (1939, 1948) foi contemporâneo e colaborador de KEYNES, tendo vindo a determinar as condições necessárias para se obter o equilíbrio dinâmico: trabalho e capital. Além disso destaca a oferta exógena do factor trabalho, bem como uma taxa de poupança (fixada exogenamente), como factores importantes para o equilíbrio, embora este autor fosse pessimista, na medida em que considerava fracas as probabilidades de ocorrer o equilíbrio dinâmico do mercado, bem como de se verificar uma situação de pleno emprego (SILVA e SILVA, 2005: 135-175; ALBERGARIA e TEOTÓNIO, 2007: 15).

O crescimento económico é o factor considerado fundamental por ARMSTRONG e TAYLOR (2000: 72) para se atingir o desenvolvimento de um território e o modelo neoclássico coloca em evidência três elementos

essenciais para promover o aumento do produto/rendimento²²: o stock de capitais, a força de trabalho (capital humano e social) e a tecnologia. Embora refiram que todos se tratam de factores importantes, destacam o papel da tecnologia, pois é de certa forma responsável pela aceleração do crescimento económico praticamente desde a revolução industrial. DE LA FUENTE (1999: 711) cita inclusivé Moses ABRAMOVITZ (1979) e William J. BAUMOL (1986), referindo que o conhecimento tecnológico tende a favorecer as economias menos avançadas, sempre que estas disponham de uma base que lhes permita adaptar as suas próprias necessidades à tecnologia desenvolvida fora das suas fronteiras. A ideia é pois a do *catch-up* tecnológico: as economias “seguidoras” estarão em melhores condições para crescer mais rapidamente do que o líder tecnológico, o qual acaba por assumir os custos e atrasos associados ao desenvolvimento tecnológico por ele criado.

Mas outro factor importante, incluído na força de trabalho, é o das migrações: de acordo com este modelo, o capital e o trabalho têm tendência para se deslocar tanto para regiões onde os lucros sejam maiores (no caso do capital), como para onde se auferam mais dividendos (no caso do trabalho). Os autores destacam a importância da mobilidade, afirmando que as disparidades regionais verificadas entre si ocorrem não só pelos diferentes valores de capital disponível, mas também causadas pelas migrações inter-regionais.

ARAÚJO (1999: 691) afirma que este modelo pressupunha que em regiões distintas (e havendo entre elas uma perfeita mobilidade de bens e pessoas), a mão-de-obra migraria atraída pelos salários mais elevados, das áreas menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas. Inicialmente verificar-se-ia uma concentração de capital físico e humano nas áreas mais desenvolvidas, ficando as menos desenvolvidas subjugadas à condição de “marginais”. Esta acumulação encontraria um limite, em que os rendimentos progressivamente diminuiriam, daí que a médio prazo, através do retorno e até das próprias remessas dos migrantes, bem como de novos

²²*Output growth*, no original.

investimentos²³, se iria verificar uma situação de convergência regional, o que promoveria o equilíbrio preconizado pelo modelo neoclássico do crescimento económico. Contudo não considera que haja dificuldade em termos de mobilidade destes factores entre regiões, assumindo que existe sempre o conhecimento dos preços praticados em todas as regiões, o que é uma falácia evidenciada por ARMSTRONG e TAYLOR (2000: 85) que fragiliza o próprio modelo.

A abordagem teórica da Escola Neoclássica referente às migrações, está intimamente ligada com este princípio do modelo de crescimento económico, ao assumir que a saída de um migrante da região de origem para outra região é em parte influenciada pelo mercado de trabalho, não só em termos de ganhos mas também o pode ser em termos de ascensão profissional. Todavia há que ter em atenção a influência de outros factores, não só no local de partida (insegurança física e laboral, más condições de acesso a serviços – nomeadamente de educação para os filhos ou para o próprio -, familiares e dependentes a cargo, etc.), durante a migração (riscos – custos da viagem, forma de realização da mesma, instalação no local de chegada, custo de vida, etc.) e no local de chegada (possibilidade de emprego estável, salário mais elevado, mais segurança, habitação, acesso aos serviços de saúde, educação, justiça, etc.). Por outro lado também se deve ter em conta os constrangimentos burocráticos e legais nas fronteiras, que pode limitar a mobilidade.

Além disso, ARAÚJO (1999: 692) alerta para um facto importante: tal como se verificou no quadro teórico das migrações, os fluxos migratórios tendem a não abrandar tal como previsto, porque existem circunstâncias que continuam a perpetuar os mesmos, por exemplo pelo efeito das economias de aglomeração no mercado de trabalho (disponibilidade de emprego), ou pela consolidação de redes sociais.

ARMSTRONG e TAYLOR (2000: 85,86) identificam pontos fortes e pontos fracos no modelo. Destacam o papel da tecnologia como motor funda-

²³Estas remessas podem não ser directamente conduzidas para investimentos em negócios, mas para infraestruturas e equipamentos (o que aconteceu em Portugal, sobretudo nos anos 80 e 90 do séc.XX, com a compra de terrenos e construção de casas) que pode melhorar a qualidade de vida do migrante (ao nível individual).

mental para o crescimento das regiões, bem como a importância dos indivíduos por duas razões principais: é o stock de capital humano de uma região que vai absorver e usar as tecnologias, assim como também pode ser ele próprio o criador de tecnologia.

As fragilidades do modelo estão relacionadas com o facto de se considerar que os factores de produção têm capacidade ilimitada de mobilidade entre regiões. De uma forma geral, o capital e o trabalho deslocam-se para regiões onde possam obter maiores dividendos, daí que o modelo falhe na explicação da persistência de algumas disparidades regionais.

DE LA FUENTE (1999: 707) sublinha a ideia, dando a conhecer que embora alguns autores considerem que as diferenças inter-regionais tendem a desaparecer com o tempo, sobretudo num mercado livre, e que, tal como HIGGINS e SOVOI (1997: 100) dizem, esse próprio mercado promoveria o equilíbrio do território e o seu harmonioso desenvolvimento, outros afirmam que a tendência natural é que haja um estancamento permanente das regiões mais pobres, inclusivamente um aumento das desigualdades.

No entanto, Harvey ARMSTRONG e Jim TAYLOR não deixam de ressaltar a importância deste modelo, na medida em que acabou por influenciar o incremento dos estudos sobre as causas e as consequências do aumento e manutenção das disparidades regionais, e a sua influência na teoria do crescimento regional endógeno.

Ainda sobre a questão da importância do capital no modelo de crescimento económico regional, a teoria neoclássica da convergência destaca, nos factores de produção, a relevância do capital humano como elemento primordial de promoção do crescimento da região. AYDALOT (1985: 112, 115) apresenta George BORTS e Jerome STEIN (1964) como precursores desta teoria, os quais defendem que o crescimento de uma região está relacionado com o seu capital humano, nomeadamente com a “transformação” da população agrícola em urbana ou industrializada, e com a mobilidade exterior (imigrantes). Assumem que também depende da capacidade de mobilidade do capital humano ao nível interno (de um sector para outro onde os salários são mais elevados) e externo (a população migra para a região onde os salá-

rios são mais elevados). A oferta de trabalho não agrícola, associado à procura externa do próprio mercado, ajudaria assim o processo de desenvolvimento regional.

Phillipe AYDALOT explica que na teoria neoclássica da convergência se considera que os factores de produção devem ser móveis, assim como os bens (relativamente) imóveis. Imagine-se que uma região comportava duas empresas, onde uma pagava mais e outra menos: segundo esta teoria, a mão-de-obra da sub-região onde se pagava menos, tenderia a migrar para onde os salários fossem superiores, principalmente se houvesse necessidade de população activa. Neste caso haveria uma necessidade que foi suprida a “preço 0”, ou seja, foi mais fácil “deslocar” o factor de produção capital humano do que a unidade empresarial, o que não quer dizer que fosse compensatório em todos os casos (DE LA FUENTE, 1999: 708).

1.2.3 A dimensão linear dos processos de desenvolvimento na esfera sinérgica interterritorial

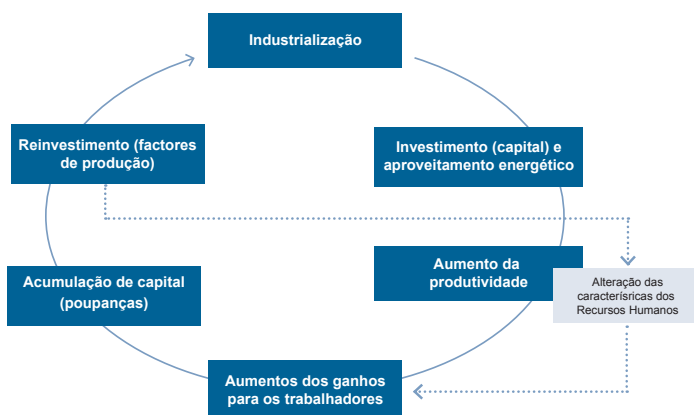
As primeiras concepções teóricas evidenciam a actividade industrial e a urbanização como factores fundamentais para o desenvolvimento do território.

MABOGUNJE (1989: 25,26) corrobora esta ideia ao apresentar, no final dos anos 80 do séc.XX, a “espiral do desenvolvimento”, baseada na distinção de dois padrões de desenvolvimento. O primeiro dizia respeito a países que se industrializaram cedo, cujas economias estavam baseadas no progresso tecnológico e na acumulação de capital. Estes seriam então os designados países “do centro” onde existia uma preocupação em termos quantitativos (factores de produção) e qualitativos (características do capital humano). O segundo era referente aos países “periféricos” na relação de dependência com os países “do centro”. Neste padrão dominavam as economias de carácter extensivo, cuja produtividade poderia aumentar se ocorressem alterações significativas no modo de produção. Este “desenvolvimento periférico” acaba por se basear na assimilação

tecnológica, a qual não geraria benefícios directos para si, até porque a produção se destinaria à exportação.

Este autor encara a industrialização como motor de arranque do processo de desenvolvimento de uma região, a qual coadjuvada por outros factores como o investimento de capital monetário, a disponibilidade de recursos energéticos e os recursos humanos enquanto mão-de-obra produtiva, potenciaria esta espiral. Akin MABOGUNJE destaca o capital humano como o factor da diferença e chama a atenção para a proporção de nativos e imigrantes, admitindo que a presença destes últimos poderia propiciar a entrada de investimento estrangeiros no sistema nacional²⁴.

Assume que para haver aumento de produtividade, não bastam apenas as capacidades e competências individuais, sendo por vezes necessária a alteração das características dos recursos humanos, com base num novo sistema de valores sociais (disciplina pessoal, pontualidade, formação específica, etc).



Esquema 3. A espiral do desenvolvimento
Elaboração própria (2011) com base em Mabogunje (1989)

²⁴Embora o autor não refira, deve-se considerar não só a questão do capital financeiro ou da produtividade em si, mas também da formação académica e da experiência profissional como mais-valias para o sistema económico, social e cultural da região.

De qualquer forma, o aumento da produtividade geraria receitas quer em termos de lucros para a empresa, quer em termo de retorno salarial para os empregados, o que se iria reflectir na acumulação de capital (poupança), o qual poderia ser reinvestido em factores de produção, reforçando tanto a indústria já existente, como gerando novas iniciativas empresariais.

Trata-se portanto de um esquema linear e cíclico do tipo apresentado na teoria da causalidade cumulativa, desenvolvida por Gunnar MYRDAL (1966), e que se baseia no efeito multiplicador da indústria. A lógica seria precedida pelo estabelecimento de uma determinada indústria numa determinada região, a qual pela dinâmica da sua actividade (produtividade) e ligação com o mercado geraria lucros, os quais iriam ser (re)investidos numa nova indústria ou em factores de produção como a tecnologia, no sentido de melhorar a já existente (WHEELER e MULLER, 1986: 64-67).

Os benefícios decorrentes, iriam dispersar-se não só em termos de actividades económicas (necessitaria do apoio de vários sectores), como também em termos geográficos. Esta dinâmica, segundo MYRDAL, seria suportada²⁵ pela mão-de-obra autóctone e imigrante, não só em termos de trabalho como também de controlo de capitais (poupança e investimento). Tal facto poderia propiciar o efeito de propagação²⁶ à escala intra e inter-regional.

Este autor defende as vantagens decorrentes das migrações, que considera tendencialmente auto-selectivas, ou seja, o local receptor beneficia com a entrada de mão-de-obra jovem e activa, dinamizadora do mercado de trabalho (HANSEN, 1982: 17-18).

HIGGINS e SAVOIE (1997: 84, 85) contrapõem esta ideia, referindo que a emigração das áreas periféricas para as áreas centrais (cidade) pode ser negativa, ao considerarem que sai de uma região população jovem, com formação, em idade activa, permanecendo a população envelhecida, com pouca capacidade de “renovação” (económica, social, entre outras). Significa, por um lado, que o território central vai beneficiar de população

²⁵Myrdal chama-lhe *Backwash effects*, ou seja, ponto de suporte.

²⁶*Spread effects*, no original.

jovem e activa, mas esta pode vir desencadear uma pressão no mercado de trabalho, aumentando os níveis de desemprego. Nesta lógica, as causas cumulativas podem ter efeitos positivos apenas em determinadas regiões, deixando “de fora” certas partes do território. É neste sentido que se pode questionar a ininterruptabilidade do ciclo, ao que AYDALOT (1985: 139) responde que esta dinâmica de factores e de bens pode não reequilibrar por si só o desenvolvimento inter-regional, uma vez que pressupõe que haja uma relação (por exemplo, baseada na mobilidade de mão-de-obra entre ambas as regiões), na qual uma parte acabará por ganhar mais do que outra.

Este modelo está relacionado com as teorias do desenvolvimento desigual (ou teorias da divergência), resultando das críticas formuladas por Gunnar MYRDAL (1957) às análises neoclássicas sobre as dinâmicas da economia internacional, e as relações estabelecidas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos. SILVA e SILVA (2005: 180-190) reforçam a ideia de Phillipe AYDALOT, referindo que é pouco provável que se atinja o equilíbrio num determinado espaço económico, principalmente através de mecanismos implícitos à própria dinâmica dos mercados. Verifica-se antes uma tendência na livre actuação das forças de mercado para se criarem assimetrias, as quais vão ser tanto mais acentuadas geograficamente, quanto mais pobre for o país. A teoria neoclássica atribuía aos mecanismos de mercado um papel corrector que funcionaria sempre que o equilíbrio fosse perturbado, daí que segundo essa teoria, a mobilidade dos factores produtivos conduziria a esse mesmo equilíbrio. Mas Gunnar MYRDAL defende que (Ob.Cit.: 190):

“(...) Qualquer que fosse a área onde surgisse um determinado investimento, ele tenderia a auto-alimentar-se por via das economias internas e externas entretanto geradas, e sempre à custa dos recursos da periferia, ou com repercursões negativas sobre a sua performance sócio, económica.”

No entanto, este autor apoiou o seu modelo explicativo no efeito polarizador que as regiões mais ricas exerciam sobre as mais pobres, em

especial no respeitante aos valores acrescidos das remunerações. Sobre as migrações, Gunnar MYRDAL frisa os elevados custos dos fenómenos migratórios nas regiões de origem, pois incide sobre o grupo dos jovens, dinâmico e produtivo, pelo que em certos casos privam os territórios de partida dos seus quadros qualificados (Ob.Cit.: 193).

O modelo centro-periferia, no âmbito das teorias do desenvolvimento desigual, vem destacar essa atracção verificada ao definir a existência de um “centro”, o qual deteria as actividades mais avançadas, o ambiente cultural mais favorável, sendo as exportações um objecto de procura constante; e de uma “periferia”, onde estariam patentes problemas de investimento e de adaptação do capital e dos recursos humanos (AYDALOT, 1985: 140). Esse “centro” acabaria por se referir ao espaço urbano, visto ser, como MORENO (2000: 28) reconhece, o local onde haveria um maior acesso à informação, mais possibilidade de apreender e reproduzir a inovação, acabando por originar um efeito libertador do potencial criativo, uma maior capacidade de produção e, conseqüentemente, um aumento do bem-estar de alguns segmentos populacionais:

“(...) O meio urbano é aquele onde, mediante certas condições sociais e culturais favoráveis, as pessoas adquirem mais oportunidades, autonomia e mentalidade cosmopolita, onde se alargam as perspectivas sobre as ameaças e oportunidades, em função de um contexto inter-regional, internacional e global (...), e do reconhecimento das limitações do meio envolvente directo.”

O modelo centro-periferia, refere SANTOS (2005: 197-199), surge no final da década de 50 do séc.XX, quando se assume a existência de uma estruturação hierarquizada dos espaços económicos a várias escalas.

Albert O. HIRSCHMANN (1958) e François PERROUX (1969) entendiam essas diferenças como uma fonte causal do processo de desenvolvimento, assim como John FRIEDMANN (1972) advogava que esse quadro assimétrico estaria na génese das relações desiguais do crescimento. Para este autor, o desenvolvimento ocorria através de mecanismos de transformação estrutural descontínuos, mediante dinâmicas associadas à inovação.

Segundo o modelo, as inovações seriam originadas no centro, implicando sistemas de dominação da periferia, sendo esta dominação a causa da desigualdade HANSEN (1982: 20).

Haveria assim actividades que se disporem segundo arrumações hierárquico-funcionais (eixos de desenvolvimento), sempre polarizados pelos centros, através dos quais seriam disseminadas as informações e inovações estratégicas que despoletariam o desenvolvimento. John FRIEDMANN sugeriu um quadro explicativo para justificar os bloqueios estruturais ocorridos na relação centro-perifeira, considerando vários pressupostos, nomeadamente que as periferias deixariam passar as oportunidades de negócio com mais facilidade e sofrem com a drenagem de capitais e de recursos humanos.

Também a teoria dos pólos de crescimento²⁷ destaca a cidade como pólo de atracção, destacando as especificidades regionais como explicativas das desigualdades dentro da própria unidade territorial. Considera que o crescimento não se faz de uma forma linear e progressiva, mas trata-se antes de um processo vivo e que se propaga no próprio desequilíbrio. FRÉMONT (1980: 66, 67) refere:

“(...) A cidade desempenha um papel decisivo de «pólo de crescimento». O crescimento passa pela cidade. É certo que a produção agrícola, mesmo em crescimento, não se transplanta ainda para a cidade. Mas é o aumento do consumo urbano que, ao substituir-se ao velho auto-consumo aldeão, induz (...) as transformações da agricultura, os seus aperfeiçoamentos técnicos: é preciso produzir mais com menos braços. (...) Os economistas forjam a expressão «pólo de crescimento», aplicando-a sobretudo à indústria. É certo que nem todos os estabelecimentos industriais se fixam nas cidades. (...) Mas em regra geral, é de facto a cidade que fixa o crescimento industrial.”

Desenvolvida por François PERROUX no início dos anos 50 do séc.XX, foi objecto de trabalho e inspirador de políticas na América do Norte,

²⁷Na bibliografia também se encontra a designação *Teoria dos Pólos de Desenvolvimento*.

América Latina, Itália ou Magreb. Assume o crescimento regional desequilibrado do território, defendendo que os seus efeitos não se propagam igualmente por todos os sectores e que uma região nunca se desenvolve toda ao mesmo tempo, o que quer dizer que há pontos que se desenvolvem mais rapidamente uns que outros. WHEELER e MULLER (1986: 62-64) referem que estes pólos são normalmente as áreas metropolitanas, que dominam a região circundante. A indústria é considerada o sector chave deste processo²⁸, ou seja, a sua importância e acção fazem com que acabe por desenvolver relações com outras indústrias²⁹.

Há aspectos positivos e negativos neste processo: por um lado reconhece-se a revitalização do consumo e do comércio no pólo, cujos lucros poderão ai ser reinvestidos, por outro o efeito de desenvolvimento gerará novas actividades (e expansão das existentes), criando postos de trabalho que vão absorver a mão-de-obra desempregada da região limítrofe, assim como imigrantes. Porém, algumas empresas podem não conseguir superar a concorrência entretanto gerada, assim como os próprios investimentos podem não ser canalizados na região, passando a ser apenas aplicados num único pólo.

Harry W. RICHARDSON publica em 1973 o livro *Regional Growth Theory*, no qual reivindica a necessidade da elaboração de uma teoria espacial do crescimento regional, que considerasse um parâmetro até aí “omitido”, ou seja, a dimensão espacial do processo de crescimento (a várias escalas), como elemento fundamental de reflexão para a difusão do crescimento. Para isso o autor examina a incidência espacial do processo de crescimento e desenvolvimento económico de países desenvolvidos após a revolução industrial, pelo que identifica três estádios:

1º) Concentração inicial – o crescimento económico manifesta-se de uma forma muito polarizada, aglomerando-se numa ou em poucas regiões do país;

²⁸*Key-industry*, no original.

²⁹Os autores referem-se a estas como *affected industries*, ou seja, indústrias que são “afectadas” pelo efeito multiplicador de um primeira ou várias entendidas como “chave” para o desenvolvimento.

2º) Dispersão concentrada – seja por factores económicos ou políticos, o crescimento sustentado da economia nacional vai gerar uma difusão da expansão económica dessas áreas para outras regiões do país. Contribui para uma maior integração espacial da economia nacional. Porém este processo assume, no interior de cada região, a forma de concentração espacial num número restrito de centros urbanos, nos quais se observa uma crescente aglomeração de população e actividades económicas;

3ª) Concentração descentralizada – no interior das áreas metropolitanas ou centros urbanos, o processo de crescimento tende a ser acompanhado da descentralização da população e das actividades económicas, do centro para a periferia (GODINHO, 2005: 201, 2002).

Para este autor, além da importância atribuída à urbanização do território como causa/consequência da própria difusão do desenvolvimento, considera ainda vital a distribuição espacial das actividades económicas e da população (autóctone e imigrante) que reflectem o impacto de duas forças que actuam em sentidos opostos – forças de aglomeração e de dispersão (variam no tempo e no espaço).

Existem variáveis espaciais que são indispensáveis para a explicação dos padrões territoriais do processo de crescimento económico, e que são vistas na perspectiva da teoria das vantagens comparativas, nomeadamente a distância e custo do transporte e as constantes de localização. Não se pode considerar o espaço como uma “planície homogénea”, onde os agentes económicos se encontram uniformemente distribuídos, daí que se deve considerar a estrutura geográfica do território.

Harry W. RICHARDSON sugere como variáveis para explicar as preferências de localização das famílias, encaradas como capital humano, a distância média dos residentes da região ao seu maior centro urbano e a duração média da residência na região. Além disso também considera a diferença de rendimentos entre a região mais próxima (economicamente mais forte) e a região de origem, e os custos de deslocação àquela mesma região, como factores associados à mobilidade inter-regional da força de trabalho (Ob.Cit.: 201, 202, 211).

Edwin VON BÖVENTER (1975) procede a uma revisão do modelo, dotando-o de maior operacionalidade. Aliás, a maior crítica que lhe faz é o facto de existirem factores que não são quantificados. Foca-se então nas relações susceptíveis de serem quantificadas e testadas, o que também é muito linear e pouco eficaz no que diz respeito ao estabelecimento de relações entre as causas, os riscos (custos) e a decisão de migrar patente nas deslocações inter-regionais de capital humano.

Geograficamente, a análise dos vários autores e das várias teorias/ modelos pressupõem que haja além de uma relação linear dos processos de desenvolvimento, uma esfera sinérgica interterritorial, onde existe uma “região polarizadora”, onde se concentram os meios e o capital humano e social, que apresenta vantagens a vários níveis, mobilizadora e por isso ganhadora; e uma “região polarizada”, sem meios nem capacidades porque não os detém, porque não os sabe aproveitar, ou porque se verifica a “fuga” dos mesmos, em especial de capital humano e social e por isso perdedora. Phillipe AYDALOT sintetiza, partindo da relação entre os territórios ganhadores e os perdedores, a mobilidade dos factores de produção, considerando os primeiros com base no conjunto de países desenvolvidos e o segundo com base nos países em vias de desenvolvimento.

Há uma visão simplista da circulação do capital e do trabalho, embora Stuart HOLLAND ainda considere uma descontinuidade espacial nos países desenvolvidos ao considerar no seu cerne o que designa como “centro” e “periferia”. Porém o autor chama a atenção para o facto da linearidade temporal ser aqui mais flexível do que propriamente a espacial (AYDALOT, 1985: 117):

“ Il existe des phases dans le développement des régions, mais chacune ne «démontre» pas au même moment.”

WHEELER e MULLER (1986: 67-68) apresentam um modelo bastante interessante de William ALONZO (1980), onde se defende que o desenvolvimento económico regional ocorre em 3 fases: num estágio inicial de desenvolvimento - *Early stage of development* – constata-se um cresci-

mento económico desigual entre as várias regiões, havendo uma rápida urbanização de uma área central; mais tarde verificar-se-á um ponto de inflexão – *Inflection point* – onde se começa a despoletar uma reversão, ou seja, esbatem-se as iniquidades, há uma integração nacional da economia, uma maior mobilidade do capital, do trabalho, da tecnologia e da inovação, as distâncias “encurtam-se” e a urbanização começa a ser mais difusa, com novas oportunidades de desenvolvimento em áreas inicialmente improváveis; numa fase final de maturidade económica - *National economic maturity* – ocorre um abrandamento económico, começando a haver a integração de áreas urbanas secundárias e de áreas rurais numa só área metropolitana.

No fundo trata-se não tanto de uma difusão a partir do centro (embora se assuma a sua existência), mas antes da progressiva transformação geográfica do território a partir inclusão do espaço rural no urbano.

1.2.4 Da tendência globalizante à viabilidade intrarregional

A crescente complexidade territorial, associada a mudanças no contexto político e social e à não resolução do problema das desigualdades regionais, veio dar origem a que a tendência globalizante das teorias começasse a ser repensada em termos espaciais, nomeadamente com o entendimento da unidade regional de uma forma mais particular e identitária.

A “responsabilidade individual” referida por Luis MORENO, a uma escala regional, começa neste contexto a materializar-se, na medida em que há uma tomada de posição de que o desenvolvimento em si deve partir da própria região, pois se é nela que persistem os problemas, também será nela que estarão os maiores interessados em gerir as consequências daí advindas, utilizar os meios, reconhecer as potencialidades e actuar de acordo com um profundo conhecimento do território. Não quer dizer que haja um isolamento face ao exterior, porque tal seria perigoso e altamente nefasto, no entanto a crença na viabilidade intrarregional começa a transparecer para as formulações teóricas.

GLASSON (1978: 80-87) assume o pressuposto de que algumas regiões são relativamente prósperas, enquanto outras não o são, devendo-se este facto às estruturas económicas. O nível de prosperidade de uma região estaria de acordo com a capacidade que esta teria de produzir bens e serviços e do nível da sua procura. Estes são os princípios da teoria de base, a qual tende a centrar a sua análise não tanto nas externalidades da região, mas antes na própria dinâmica interna regional.

Segundo esta teoria, a economia regional poderia ser dividida em dois sectores, por um lado aquele que congregava as actividades básicas, entendidas como aquelas que exportavam bens e serviços para pontos fora dos limites económicos da comunidade, ou cujo mercado de bens e serviços vendia a indivíduos de fora das suas fronteiras. Por outro considerava as actividades não-básicas, ou seja, aquelas que forneciam bens e serviços aos residentes dentro dos limites económicos da comunidade. Esta divisão de actividades é implicitamente considerada como causa e efeito da relação que constitui o alicerce desta formulação teórica: se ocorresse um aumento no quantitativo de actividades básicas dentro da região, aumentariam também os ganhos.

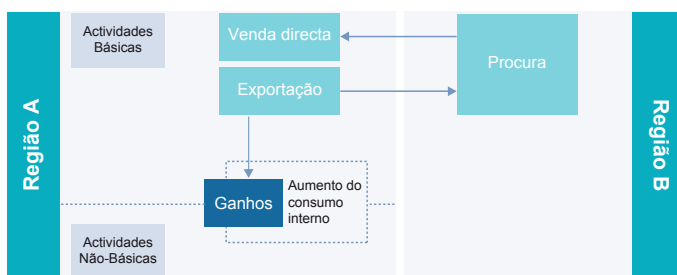
Este aumento geraria um incremento do capital financeiro da população nativa, a qual iria aumentar a procura e o consumo de bens e serviços no interior da própria região. Além disso, tornaria a própria região atractiva para imigrantes, os quais iriam ser atraídos pelas necessidades do mercado laboral, colmatando lacunas em funções preteridas pelos nativos, tal como é explicado na teoria do mercado de trabalho segmentado.

Esta situação originaria um ambiente favorável ao aumento do volume de actividades não-básicas, com o objectivo de responder às crescentes necessidades da população em geral. No entanto, também o inverso se poderia verificar, no caso de ocorrer um decréscimo no quantitativo das actividades básicas, pois tal levaria a um decréscimo dos ganhos e consequentemente a uma diminuição da procura de bens e serviços dos sectores não básicos.

As actividades básicas têm um papel fulcral na medida em que promovem o efeito multiplicador da economia regional, embora este autor (Ob. Cit.: 84, 85) reconheça a problemática que se levanta quando se pretende

definir o que é considerado como actividade básica ou não-básica. De qualquer forma, não deixa de ressaltar a simplicidade e a facilidade de aplicação a regiões mais pequenas, podendo ser inclusive um ponto de partida para a elaboração de modelos mais complexos STÖHR (1974: 11-12).

No esquema desenvolvido por John GLASSON, os recursos humanos apresentam uma passividade assente no controlo do mercado de produção e de consumo, sem se destacarem as possibilidades de mobilidade interregional. A dinâmica interna da região, encarada como móbil do seu próprio desenvolvimento, é também abordada pela teoria do crescimento endógeno. O modelo de Walt W. ROSTOW³⁰, atribui o desenvolvimento económico a mudanças ocorridas no cerne da unidade regional (baseadas na aplicação de tecnologia, no aumento do poder de compra, etc.). Está ligado à ideia da economia de escala, isto é, as actividades vão concentrar-se na região, onde também estão, além de outras actividades sinérgicas, o mercado de consumo, pelo que se gerarão benefícios decorrentes da localização concentrada de certos sectores. Essas relações podem-se estender mais tarde ao exterior da região.



Esquema 4. A relação regional das actividades na teoria da base económica

Elaboração própria (2011)

³⁰Este autor considera cinco etapas no desenvolvimento das sociedades: 1) Sociedade tradicional – a produtividade é baixa, devido à inexistência de tecnologia; 2) Transição para o arranque (*take-off*) – através da aplicação da tecnologia verifica-se o desenvolvimento da indústria, da agricultura, dos transportes, a produtividade e os rendimentos aumentam; 3) Arranque (*take-off*) – generalização da tecnologia à sociedade, desenvolvimento das actividades económicas, aumento do nível de poupança e de investimento, terciarização; 4) Transição para a maturidade – o crescimento económico, supera o demográfico, as condições da fase anterior verificam-se em pleno; 5) Maturidade – verifica-se o consumo em massa, o domínio da tecnologia e a urbanização social. É uma visão interessante mas muito linear, generalizante, não tendo em conta especificidades regionais.

WHEELER e MULLER (1986: 59) concebem esta teoria a partir de pequenos núcleos de desenvolvimento patentes no interior da região. Cada constitui um monopólio, o que é comum nas sociedades pré-industriais, que se vai abrir com a aplicação de tecnologia, bem como da diminuição do custo de transporte e da acessibilidade, até à ubiquidade do desenvolvimento na região.

Esta visão tem a particularidade de abordar indirectamente a noção de rede, ao entender os núcleos como nós, os quais estabelecem ligações – fluxos – de bens e de capital humano e social. No entanto considera-se que as relações estabelecidas são de índole mais complexa, pois esses canais abrem as portas à circulação de bens materiais (produtos, capital financeiro, etc.), imateriais (informação, etc.) e humanos. Neste contexto AGHION e HOWITT (2000: 353) chamam a atenção para a importância dos indivíduos como condicionante para o sucesso do processo de desenvolvimento, pois a capacidade de inovação de uma região ou de um país está intimamente ligada com as valências do capital social/humano e com a sua capacidade de mobilidade.

WHEELER e MULLER (1986: 62) comparam a teoria de base e a teoria do crescimento endógeno. Esta está relacionada com trabalhos relativos aos países e regiões com graves atrofias de desenvolvimento, como foi o caso dos estudos de John FRIEDMANN. Também está associada à crítica feita à sociedade de consumo das economias ocidentais nos anos 60/70 do séc.XX. AYDALOT (1985: 145) refere:

“Le développement ne peut plus être un processus de diffusion d’une croissance issue d’un «centre» puisque la croissance a pris fin. (...) Le développement autocentré fait l’objet de développements à divers niveaux.”

Segundo este autor, se os países ocidentais entendessem o desenvolvimento à escala “micro-regional”, tal poderia promover processos eficientes de desenvolvimento em regiões específicas de países em vias de desenvolvimento, ou em regiões deprimidas de países desenvolvidos.

Mais do que uma teoria do desenvolvimento, apresenta-se como um paradigma do desenvolvimento *from below*, isto é, a partir de baixo, cuja decisão está muito próxima da comunidade, a qual se “responsabiliza” a uma escala quase que individual, tal como já se discutiu, pelo controlo decisões referentes aos processos de desenvolvimento. Nesse sentido acabam por se criar estruturas democráticas de participação da população (por exemplo, através de cooperativas, associações, entre outros).

A procura da maximização destes componentes está relacionada por isso com os valores e cultura locais, que medeiam a orientação das decisões, atribuindo-se valor ao território como elemento simbólico. Este reúne mais do que um conjunto de características técnicas ou de *inputs* localizados, é o valor da própria comunidade e das interações que estabelece; no fundo trata-se de dar ao “meio” o papel essencial, fazendo do “território” um espaço de desenvolvimento.

SILVA e SILVA (2005: 177) consideram também que o cerne das abordagens do crescimento endógeno está relacionado com o progresso técnico em sentido lato, considerando que o modelo aposta também no aumento do stock de conhecimentos como uma mais-valia para o desenvolvimento regional.

Além disso, CONDESSO (2005: 158-160) acha importante que a região apresente uma certa capacidade empresarial, de poupança, de mão-de-obra (capital humano), de conhecimentos sobre produção e mercados, de acessibilidade ao sistema urbano, de estabilidade da organização social e de imaginação dos dirigentes regionais. Ainda a capacidade de comunicação dos mesmos de forma vertical, com os níveis de decisão nacionais e supra-nacionais; de forma horizontal, com outras regiões; até mesmo de forma transversal, revelando capacidade para articular os fluxos entre todos os níveis, a todas as escalas.

1.2.5 O desenvolvimento como liberdade e como conjunto de escolhas

As questões iniciais que deram origem à génese e posterior evolução do paradigma de desenvolvimento, não geraram as respostas pretendidas. As iniquidades à escala local regional e global acentuaram-se nalguns casos, enquanto noutros territórios ganharam novas formas e novas especificidades. Além disso estes modelos, assim como as teorias das migrações, embora ajudem a compreender alguns fluxos migratórios, ainda não deram resposta a determinadas tendências de mobilidade de capital humano, associado ao desenvolvimento territorial.

Neste contexto, CARDOSO, RIBEIRO e SANTOS (2000: 724) destacam o interesse e a actualidade da perspectiva de Amartya SEN sobre o conceito de desenvolvimento, na sua relação com o capital humano.

Embora não tendo rompido com a tradição económica da escolha racional, a especificidade deste autor está na crítica que realizou aos próprios pressupostos individualistas e liberais, a fim de lhes conferir a dimensão de uma verdadeira teoria da escolha social ou colectiva. Para SEN, as escolhas dos indivíduos não são apenas influenciadas pela procura da maximização do rendimento, mas também pelas várias circunstâncias individuais (idade, saúde, sexo, maternidade, aptidões, etc.) e pelas disparidades nos contextos social e natural (poluição, ambiente, criminalidade, etc.). Para este autor, o que realmente interessa ao bem-estar do indivíduo não é tanto o que ele possui, mas aquilo que consegue realizar com o que possui, tendo a ver com a própria “realização” do ser humano. FERNANDES (2004: 57) assume, tal como os anteriores autores, a lógica coerente de Amartya SEN como a necessidade encarar o desenvolvimento com base numa abordagem multidisciplinar, em vários planos e a várias escalas:

“O crescimento económico importa mas não é suficiente. Há que assumir o ser humano na sua globalidade. Para isso, o desenvolvimento não é só uma questão económica, mas também sociológica, antropológica e psicológica e, entre outras adjectivações, geográfica.”

Para SEN (2003: 19-21) o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza. Esclarece que não se trata apenas das “liberdades humanas” em si, pois tal seria tão restritivo como considerar o PIB, o nível de industrialização ou tecnologia como factores primordiais do desenvolvimento.

A liberdade como base do desenvolvimento parece estar assim inerente a dois axiomas, por um lado a possibilidade de escolha, por outro a possibilidade de acesso. Um complementa o outro, porque quando há oportunidade de escolha é porque há acesso livre para concretizar a opção; se há acesso é porque estão instaurados os instrumentos que possibilitam a escolha proporcionada pela liberdade. Para isso apresenta três áreas primordiais:

a) Dispositivos sociais e económicos (ex: acesso a serviços de educação, cuidados de saúde, etc.);

b) Direitos políticos e cívicos (ex: liberdade de participar no debate público ou no escrutínio eleitoral);

c) Eliminação das fontes de restrição (ex: possibilidade de fuga à pobreza, à tirania, à míngua de oportunidades económicas, à incúria dos serviços públicos, à prepotência dos Estados repressivos – em contrapartida o acesso a alimentação, a vestuário, a medicamentos, à habitação, à paz, à educação, à saúde, etc, na lógica dos dispositivos sociais e económicos).

Não descarta contudo a componente económica (Ob.Cit.: 21):

“O que as pessoas podem efectivamente realizar é influenciado pelas oportunidades económicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por essas condições de possibilidade que são a boa saúde, a educação básica e o incentivo e estímulo às suas iniciativas.”

Porém (Ob.Cit.: 303) destaca a dimensão social no desenvolvimento enquanto liberdade:

“Não [se] pode fundar uma concepção de desenvolvimento que (...) verta simplesmente numa mera «fórmula» de acumulação de capital, ou de abertura dos mercados, ou de planeamento económico eficiente (embora cada um destes traços particulares se inscreva no quadro global). O princípio organizador que coloca todos os bocados e peças num todo integrado é a preocupação abrangente com o processo de fortalecimento das liberdades individuais e com o empenhamento social em promovê-las.”

As “liberdades” são os meios e o fim do desenvolvimento. Do ponto de vista instrumental Amartya SEN identifica cinco espécies de liberdade, com relações entre si:

1^a) Liberdades políticas – os direitos cívicos, sob a forma de livre expressão e de eleições, ajudam a promover a segurança económica;

2^a) Disponibilidades económicas – sob a forma de oportunidade de participar no comércio e na produção (consumo, troca, venda), que podem ajudar tanto a criar riqueza pessoal, como a gerar recursos públicos destinados a serviços sociais;

3^a) Oportunidades sociais – sob a forma de serviços de educação e de saúde, facilitam a participação económica;

4^a) Garantias de transparência – direito à clareza e ao esclarecimento, bem como à lisura, evitando situações de corrupção, gestão irresponsável e arranjos subterrâneos;

5^a) Protecção da segurança – advoga a necessidade da existência de uma rede de protecção social onde a população em certos casos (de desemprego, doença, etc.) tenha um fundo (como o subsídio de desemprego, baixa, etc.) de manobra, evitando que passe para uma situação de miséria (Ob.Cit.: 52-55).

Verifica-se aqui que a dimensão económica e social está aliada à importância da participação democrática, tendo o indivíduo um papel de destaque como actor com capacidade de opinar e, sobretudo, de agir. Há

um fio condutor que parece unir todas estas dimensões de liberdade, que é a solidariedade e o respeito pela pessoa humana como princípios aglutinadores da sociedade, qualidades que se apresentam como necessárias para a manutenção de uma ordem global mais humanizada.

Defende que a possibilidade de escolha é sinónimo de liberdade. Poder escolher seja em termos colectivos (representantes políticos nas instituições) seja em termos individuais (formação académica, profissão, acesso a serviços de saúde, de justiça, etc.), significa que o próprio indivíduo tem margem de manobra para poder melhorar o seu nível de vida.

Mas essa “liberdade” promotora do desenvolvimento, onde se desenrola? O carácter geográfico do usufruto desse mesmo bem, pode estar mais além do carácter linear com que tem sido encarado o território nas abordagens clássicas do desenvolvimento. Nem sempre o território onde se vive é aquele onde se pode gerar o desenvolvimento, até porque pode haver um deficit dessa mesma liberdade. Por isso os indivíduos optam muitas vezes por deixar o local de origem, emigrando, “escolhendo” outros locais onde podem usufruir de uma maior “liberdade relativa”, com o objectivo de procurarem esse desenvolvimento para si e para a sua família, seja nesse local de chegada, seja inclusive no território de origem (através de investimentos, por exemplo).

1.2.6 A mobilidade de capital humano e social como factor de desenvolvimento territorial (?)

A análise das teorias das migrações, em paralelo com as teorias do desenvolvimento, permitem perceber que o migrante constituído como capital humano, e os migrantes constituídos como capital social, interferem nos processos de progresso territorial numa vertente de dinamização. A mobilidade, entendida sob o prisma das migrações, constitui-se, segundo os vários autores analisados, como factor principal ou secundário dos processos de desenvolvimento, contribuindo ao nível material (investimento, poupança e consumo) e imaterial (capacidades, aptidões, conhecimentos,

inovação) para o dinamismo regional das áreas de origem e de destino migratório.

Tal como foi discutido, a natureza do capital humano e social no que concerne aos migrantes não é linear, isto é, embora se reconheça que os indivíduos tendem a sair de áreas repulsivas do ponto de vista económico e laboral, para áreas atractivas nestes mesmos campos (centros urbanos, industriais), não quer dizer que sempre assim se verifique, como já foi discutido. Tal reflexão coloca em evidência as ideias de Amartya SEN, o qual apresenta uma perspectiva inovadora para o conceito e a sua dinâmica, centrando nos indivíduos o dever, mas também o direito, de aceder ao desenvolvimento no território de que são originários, ou então, que o busquem noutras regiões, perpetrando para isso movimentos migratórios.

Embora o papel dos migrantes enquanto capital humano e social esteja latente neste quadro teórico, existem autores que colocam a tónica do desenvolvimento nos recursos humanos, tornando-os o centro dos processos. É o caso de WHEELER e MULLER (1986: 51, 53), os quais identificam quatro elementos intimamente relacionados com o desenvolvimento económico. Em primeiro lugar referem o crescimento populacional e estrutural como factor decisivo, na medida em que defendem que o quantitativo e o perfil da população podem acelerar ou atrasar o desenvolvimento económico.

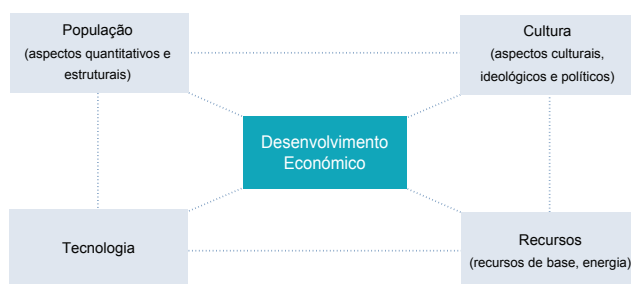
Relacionado com esta visão, REDCLIF e SAGE (1995: 35) colocam a questão se o crescimento da população poderá provocar uma ruptura de bens alimentares e serviços vitais, ou se por outro lado, o crescimento proporá um desafio ao ser humano de arranjar meios técnicos de resolver essas limitações. A resposta poderá ser encontrada na sequência dos outros três elementos que James WHEELER e Peter MULLER identificam como promotores do desenvolvimento.

Por um lado a tecnologia, aperfeiçoada no sentido de dar resposta às necessidades e às limitações decorrentes do crescimento demográfico, acaba por adjuvar o processo de intensificação de fluxos de capitais e de informação, tendo revolucionado a própria noção em causa, aliada a uma nova visão sobre as formas de mobilidade. Por outro, os recursos como uma mais-valia, se a região em questão os possuir. Caso contrário

a sua “importação” pode significar custos acrescidos e comprometer o desenvolvimento.

Por fim identificam a cultura e os atributos culturais, sobretudo as acções políticas, como fundamentais para o clima de mudança económica. As atitudes de sociedades tradicionais podem ser uma barreira para a modernização económica, embora o próprio desenvolvimento económico possa promover uma mudança no sistema de valores e novos modos de vida.

A combinação destes quatro factores é decisiva para promover o desenvolvimento (sobretudo o económico, como referem os autores), no entanto não estabelecem com exactidão a forma como é feita essa combinação, embora se saiba que estão intimamente inter-relacionados.



Esquema 5. Os elementos do desenvolvimento económico
Elaboração própria (2011) a partir de WHEELER e MULLER (1986)

LIPIETZ (2000: 193) defende a importância da dinamização dos recursos humanos, baseada na “cultura de mobilização” e uma “cultura para a mobilização”. Refere que em países como os EUA, México, Grã-Bretanha ou França, não há uma movimentação das comunidades locais e o “poder” está concentrado em grandes megalópoles e em grandes empresas. Quando a conjuntura é desfavorável, estas não hesitam em romper laços com os empregados. Desta forma, as pequenas empresas parecem ser mais estáveis nesse sentido. Ao inverso, a Itália do Norte, a Baviera ou o Japão têm uma filosofia que se baseia na relação próxima entre a entidade patronal e os empregados. Esta ideia da força da mobilização também é preconizada por RONNBY (1995: IX), o qual destaca a importância do capital humano e social autóctone e imigrante como potencial fulcral que pode intervir de forma decisiva no desenvolvimento:

“(...) The importance of regarding human beings as conscious subjects who actively create the world, who gain their identity through belonging to social groups, and who can change the structures of society through collective action together.”

DORTIER (2000: 181) assume que, de uma forma geral, as teorias do desenvolvimento privilegiaram questões de estrutura ou de estratégia global (mercado internacional, estratégias industriais, transferência de tecnologia, entre outros aspectos), negligenciando o factor humano. Destaca o papel das populações no cerne da mobilização comunitária, onde há uma evidente relação entre cultura e desenvolvimento que deve ser objecto de análise. O capital humano, defende, é sem dúvida o factor-chave do crescimento/desenvolvimento.

SEN (2003: 299-301) acaba por corroborar esta ideia, afirmando que na própria análise económica contemporânea, se deixou de colocar tanto a ênfase na acumulação de capital financeiro, para se considerar os processos em que está implicada a qualidade produtiva dos seres humanos. Estudos recentes (no Japão, Europa, EUA) enfatizam o capital humano, assim como das relações/interacções que estabelecem com o território envolvente.

ALBERGARIA e TEOTÓNIO (2007: 18) e HIGGINS e SAVOIE (1997: 90) afirmam que na perspectiva actual, a região passa a ser encarada como uma entidade autónoma, geradora da sua própria riqueza, capaz de actuar sobre si própria através da comunidade como principal actor do desenvolvimento regional, aquele que pode, pelo conhecimento intrínseco da contextualidade geográfica desse território, diagnosticar com maior eficácia os problemas e as potencialidades que lhe são inerentes. O território passa a ser entendido como uma entidade complexa, definido pela crescente intensidade dos fluxos de bens e de indivíduos, pelas migrações humanas.

CORBRIDGE (1999: 74) encara o território como uma rede: os mapas modernos do desenvolvimento (riqueza ou pobreza) não estão confinados aos países chamados Estados-Nação.

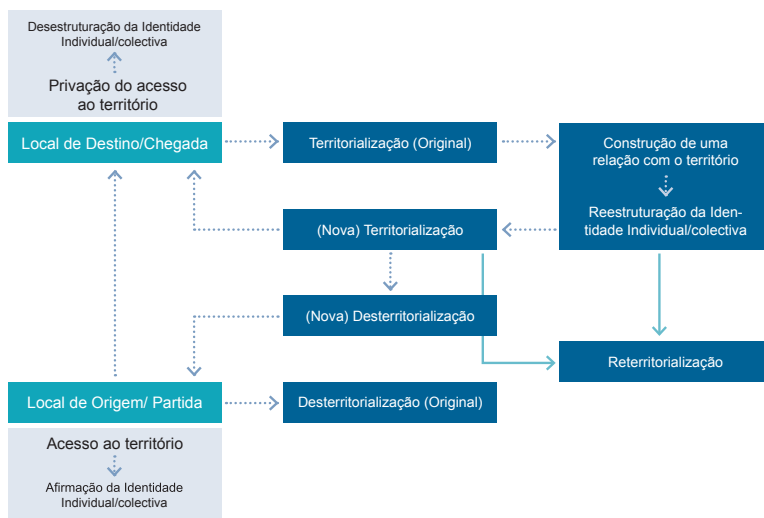
As novas possibilidades industriais e informáticas revelam que há espaços ricos em países pobres, assim como espaços pobres em países ricos e este padrão tende a continuar. É que tais derivações regionais sempre existiram; todavia estão a acentuar-se ou a surgir de novas formas, em novos lugares, devido à dinâmica do funcionamento do mundo em rede. Apesar das grandes firmas e dos países ricos dominarem a política económica global, muitas regiões em desenvolvimento não estão desprovidas de poder e tendem a emergir novas oportunidades de partilha de poder.

Neste sentido, FERNANDES (2007: 2), defende que as novas tecnologias interferiram na natureza dos meios e modos de comunicação (físicos e virtuais), desvalorizando o papel de dois dos principais elementos da Geografia: a distância e a localização. Esta ideia invoca o conceito de “mundo plano” de Thomas FRIEDMAN (2005), isto é, com a evolução tecnológica a distância e a localização deixariam de ser distintivos e por isso não impediriam nem impulsionariam qualquer dinâmica de desenvolvimento. Na verdade, mesmo com as novas tecnologias, e não negando a importância do espaço topológico, mostra que estes parâmetros espaciais não perderam a actualidade. Distância e localização articulam-se no território, com um grau de complexidade maior, sendo sentidos pela população de forma diferente do passado (hoje a distância é relativa em termos de preço, tempo, etc.). A desterritorialização é exemplo disso. Este autor entende a desterritorialização como sendo a desmaterialização física e geográfica dos processos sociais (Ob.Cit.: 3):

“Corresponde a uma perda de referências espaciais (mas não a uma perda de espaço) e a um processo de desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e conseqüente crise social e psicológica, com desajustes de afirmação identitária e económica.

É um processo, que pode mesmo ser involuntário e até violento, onde o indivíduo fica privado do território, não em termos de posse legal, mas do ponto de vista simbólico e do acesso. Há portanto uma perda do domínio e do controlo da territorialidade, em que o indivíduo deixa de ter

acesso aos lugares simbólicos e económicos, aos recursos, à habitação e a outros lugares que são eixos estruturantes da própria identidade.



Esquema 6. A reterritorialização a partir do processo de territorialização e de desterritorialização
Elaboração própria (2011)

O facto dos indivíduos, encarados à luz do capital humano e social, se deslocarem do local de origem para um determinado destino, faz com que rompam com a própria identidade individual/colectiva, pois passam de um espaço que “dominavam” para outro que lhes é alheio, cujo capital simbólico e identitário não compreende na totalidade. A privação do acesso ao território original leva a uma desestruturação da própria identidade, tanto como seres unitários, como inseridos numa comunidade (de origem). Isto quer dizer que se “desterritorializam”.

FERNANDES (2007: 3-21) invoca o discurso de Amartya SEN (2003), o qual defende que o processo de desterritorialização pode ser um factor de retrocesso e de bloqueio ao desenvolvimento, uma vez que a redução das liberdades corresponderá a uma impossibilidade (mesmo que temporária) do acesso ao território e a todos os seus elementos interactivos (aspectos económicos, sociais, culturais, etc.). Há uma quebra das liberdades inerentes ao processo de desenvolvimento, gerando-se uma sensação de insegurança. Perde-se a segurança ontológica que Anthony

GIDDENS (1991) refere, ou seja, a segurança em si mesmo, nos outros e nas relações q estabelecidas entre estes e o próprio território.

Tendo por base este contexto, é possível compreender os processos de desterritorialização como a expressão territorial dos problemas de desenvolvimento. João Luís FERNANDES defende que as desigualdades espaciais estão relacionadas com a forma como se reage ao processo de desterritorialização e de reterritorialização. Por variadas razões, diferentes populações apresentam diferentes graus de vulnerabilidade e de capacidade de resposta (2007: 21):

“O desenvolvimento das populações será assim, por via do território, um processo dinâmico de mudança que contorna/evita desterritorializações ou, em determinados contextos, actua sobre elas, de forma individual ou colectiva, numa estratégia de reterritorialização que pretende também a redução, ao mínimo possível, dos aglomerados humanos de exclusão. De uma forma ou de outra, o bem-estar e a segurança, em sentido amplo, passam ainda pelo espaço geográfico e pelo modo como este se organiza e apropria.”

Identifica várias tipologias: a desterritorialização *in situ*, quando a desvinculação espacial ocorre nos próprios espaços do quotidiano (ex. transformação de espaços de cariz rural em espaços industrializados, na revolução industrial; áreas urbanas em constante transformação); a desterritorialização *ex situ*/em movimento, quando a desvinculação espacial ocorre por deslocação do indivíduo ou do grupo (ex. movimento de refugiados); a territorialização precária.

No caso desta última, a adaptação ao território ocorre com um elevado grau de vulnerabilidade relacional entre os vários pontos (indivíduo – local de destino – comunidade autóctone), também se pode distinguir uma reterritorialização. Significa uma reestruturação efectiva da identidade individual/colectiva no território de chegada, materializada pelo aumento significativo das opções, da liberdade de escolha e de acessibilidades nesse mesmo lugar, onde inicialmente se viram privados de tudo isso.

Tal facto pode levar a que, face ao território de origem, ocorra uma (nova) desterritorialização, no caso do “corte” com o mesmo se afigurar não tanto na perda, mas na transformação do capital simbólico e identitário de uma forma tal que deixe de ser o originalmente entendido e, por isso, deixe de fazer sentido porque já não existe.

Contudo HAESBAERT (2005: 6776 - 6786) alerta para o facto desta ordem dos acontecimentos poder ocorrer de outras formas, visto o nível de complexidade dos territórios actuais. O próprio conceito de territorialidade incorpora uma dimensão política, bem como relações económicas e culturais, estando ligado ao modo como os indivíduos usam e se organizam, dando significado ao próprio lugar. É um meio para manter a ordem e ao mesmo tempo uma estratégia para realizar a manutenção do contexto geográfico através do qual se experimenta o mundo e se o dota de significado. Actualmente, a relação do indivíduo com o território está orientada para uma situação de multiterritorialidade, uma vez que se constata a sobreposição de territórios hierarquicamente articulados, ocorrendo a experimentação de vários ao mesmo tempo. A compressão tempo-espço fomenta a interacção das escalas quando se refere a multiterritorialidade, conduzindo a um aumento da construção de conexões, o que faz com que cada indivíduo acabe por construir a sua própria rede, os seus próprios territórios-rede, os quais implicam esta vivência da territorialidade³¹. Mas esta multiterritorialidade pode ter na sua base uma situação de desterritorialização, ou seja, o indivíduo experiencia vários territórios, contudo não se pode considerar que esteja “territorializado”, ou por outra, que se consiga integrar e abordar a identidade do lugar, incluindo-o e integrando-o na sua própria identidade, o que acaba por perpetuar a limitação da liberdade de escolhas e de acessibilidade.

A desterritorialização neste contexto, segundo FERNANDES (2007: 8, 9) pode gerar *aglomerados humanos de exclusão*, que é evidente com a

³¹O autor refere-se à necessidade de distinção entre o conceito de *pluralidade de territórios* (indica uma multiplicidade de territórios, vários territórios) e de *territórios plurais* (concebem a multiplicidade de territórios do conceito anterior, porém assumem cada parte de cada unidade territorial com uma dinâmica própria e por isso distinta das outras).

mobilização de exilados, com as deslocações em massa de deslocados e refugiados. As migrações económicas podem gerar um processo de desterritorialização, de quebra de referências, de cariz voluntário ou involuntário, concebida pela auto/hetero-guetização, mas que pode originar uma nova territorialização – a reterritorialização. Por exemplo, as Chinatowns simbolizam uma desterritorialização inicial, mas são também espaços de recomposição económica, social e simbólico-identitária.

A reterritorialização é um processo paralelo à desterritorialização, uma vez que se pode reterritorializar a partir da própria guetização, numa parte do território específico, acedendo no território de destino a serviços próprios do território de origem (“importados”). Por outro lado, pode ocorrer um isolamento e uma falta de identificação identitária face ao restante território de chegada, e neste caso continuará a desterritorialização. BADIE (1996: 164, 165) assume que a meio caminho entre a “desterritorialização conquistadora” e a “desterritorialização forçada”, estão os fluxos migratórios com o seu poder reestruturante. A migração destabiliza e desloca a relação que o indivíduo tem com o seu território de origem, reduzindo ao mesmo tempo a sua capacidade de controlo e domínio territorial no território de chegada. O migrante acaba por se “dispersar” numa identidade de redes de relações. Este autor dá o exemplo das migrações fronteiriças, as quais alteram limites e geram novos espaços que corrigem de forma sensível o princípio da territorialidade. Invoca o caso das migrações entre a fronteira da Líbia e da Tunísia (antes da revolução de 2011): de um lado desenvolvem-se redes de entajuda e de recrutamento relacionando grupos tribais tripolitanos e tribos da cidade tunisina de Bengardane, que se tinham associado na época colonial para gerir esta circulação de pessoas. Ao mesmo tempo, os pastores fronteiriços que praticam a transumância informam os potenciais migrantes sobre a conjuntura política e o mercado de emprego.

No fundo trata-se de entender a mobilidade em relação com o desenvolvimento, no seu mais complexo significado (Ob.Cit: 166):

“ (...) Os fluxos migratórios já não podem ser estudados apenas como um modo de passagem de um território para o outro. (...) As migrações

têm também como efeito retirar os indivíduos dos quadros territoriais para os integrar noutros modos de socialização. A perda de referência territorial é compensada por uma inserção que corresponde a lógicas que transcendem as fronteiras e os pesos geográficos (...). O migrante saído do seu território não vai dissolver-se noutra território, mas aliar-se à rede com a qual se identifica e no seio da qual uma série de indivíduos desenvolve o seu papel de intermediário cultural, escapando ao peso dos territórios.”

Concluiu-se assim que o papel dos recursos humanos tem sido fundamental para o desenvolvimento territorial, na medida em que intervêm directamente nos tipos, nas formas e nos resultados últimos dos processos. A abordagem do território como elemento activo e fundamental para o desenvolvimento, aliado à intensificação dos fluxos materiais, imateriais e humanos, implica repensar o quadro teórico e reforçar a ideia da relevância do capital humano e social, não só das populações autóctones, mas também, e sobretudo dos indivíduos inserido num contexto geral de mobilidade e num contexto mais restrito de migrações.

Neste contexto será pertinente averiguar como os movimentos migratórios se relacionam com os processos de desenvolvimento, tendo em conta estudos de casos específicos.

CAPÍTULO 2

AS MIGRAÇÕES: NO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO?

2.1 A discussão sobre a natureza da relação entre as migrações e o desenvolvimento

2.1.1 Aspectos históricos no debate

A discussão da relação entre os movimentos migratórios e as suas consequências em termos de desenvolvimento, sobretudo ao nível do território de partida e de destino, é um assunto de destaque entre os autores ligados à temática, e que está presente como tópico de reflexão em organismos internacionais ligados às migrações.

Em termos cronológicos, NEVES (2003: 74) afirma que a questão da imigração é mais antiga que a do desenvolvimento, já que a primeira é inerente à história e à natureza da humanidade, enquanto que a segunda se começa a colocar depois da Revolução Industrial.

Perante esta posição, há que questionar se de facto ambas as questões são assim tão díspares no tempo. Embora o “desenvolvimento” tenha começado a ser questionado sobretudo depois da Segunda Grande Guerra Mundial, não quer dizer que os seus pressupostos não tivessem sido considerados informalmente antes da sua concepção como conceito.

Pensando em termos da colonização de territórios descobertos pelos europeus, considera-se que a saída das metrópoles para as novas possessões ultramarinas esteve relacionada com a necessidade de afirmação e manutenção da presença inequívoca do país “descobridor” que exercia o poder dominante. Mas também se deve equacionar outros motivos

inerentes a esta mobilidade, nomeadamente a expansão de negócios ligados ao comércio num contexto extra-nacional e a exploração de recursos naturais.

Havia a procura de um melhor nível de vida, associado ao desenvolvimento realizável em novos lugares que ofereciam liberdade de escolha e de possibilidades atractivas, sendo que as migrações eram o processo necessário para se atingirem tais pretensões. É certo que num momento histórico desta natureza, o conceito de desenvolvimento não era entendido como na actualidade, mas a hipótese que se coloca relativamente à ideia expressa pelo autor é que migrações e desenvolvimento, embora com natureza e materialização diferentes em termos cronogeográficos, podem ser considerados contemporâneos e inerentes à própria condição humana.

DE WIND e HOLDAWAY (2008a: 15, 16) referem-se à contemporaneidade da relação, indicando que o interesse pelo estudo científico das migrações e da sua ligação ao desenvolvimento surgiu na segunda metade do séc. XX, quando se verificou um crescimento substancial das remessas enviadas pelos imigrantes para os países de origem. Ambos destacam o facto de alguns governos terem implementado programas cujo objectivo seria o de manter os seus imigrantes ligados ao local de origem, seja porque lhe providenciavam a dupla nacionalidade ou a manutenção do direito de voto, seja por intervenções económicas com o objectivo de atrair os seus capitais para investimentos.

Porém MASSEY (1988: 384-390) defende a existência de uma relação histórica anterior entre migrações e desenvolvimento, principalmente na Europa do séc. XIX e XX, não tanto numa ligação directa de causa-efeito, com as migrações a “provocar” o desenvolvimento, mas contribuindo para a reflexão em torno da complexidade que envolve este binómio.

Invocando o caso norte-americano para confirmar essa ideia, afirma que apesar de se saber que os EUA foram povoados por migrantes europeus, não há grandes referências à verdadeira extensão e impacto que foram as migrações em termos de transformações económicas e sociais, sobretudo na revolução industrial. Normalmente destacam-se como móveis deste período histórico as inovações tecnológicas, a evolução na

agricultura (*enclosures*), a divisão do trabalho, entre outros factores. Citam-se as migrações internas, o êxodo rural do campo para a cidade em conjunto com alterações verificadas (aumento salarial, do mercado de consumidores), mas na verdade a maior parte acabou por realizar uma migração internacional e isso não é devidamente considerado.

Segundo o autor, durante a segunda metade do séc. XIX e as primeiras três décadas do séc.XX, ocorreram migrações internacionais em grande escala, tendo havido países que perderam 10% a 20% da sua população total. Esta migração foi sobretudo entre o continente europeu e americano, no auge da Revolução Industrial, por isso numa época em que a Europa estava a desenvolver o sector da indústria, daí que estes fluxos massificados possam parecer um paradoxo. Tenha-se em atenção os seguintes dados:

	Nº de emigrantes (0000)	Percentagem de emigrantes (relativo ao grupo analisado no quadro)	Percentagem de emigrantes em relação com o total de população dos respectivos países em 1900
Austria-Hungria	4,878	10.0	10.4
Bélgica	172	0.3	2.6
Ilhas Britânicas	16,974	34.9	40.9
Dinamarca	349	0.7	14.2
Finlândia	342	0.7	12.9
França	497	1.0	1.3
Alemanha	4,533	9.3	8.0
Itália	9,474	19.5	29.2
Países Baixos	201	0.4	3.9
Noruega	804	1.7	35.9
Portugal	1,633	3.4	30.1
Rússia - Polónia	2,551	5.3	2.0
Espanha	4,314	8.9	23.2
Suécia	1,145	2.4	22.3
Suiça	307	0.6	13.3
Total da Europa	48,174	99.2	12.3
Japão	405	0.8	0.9
Total Global	48,579	100.0	11.1

Quadro 1. Emigração intercontinental europeia e japonesa entre 1846 e 1924
Adaptado de MASSEY (1988)

	Ano em que o nº de emigrantes excedeu os 10.000 indivíduos	Ano em que ocorreu o pico da imigração para os EUA
Ilhas Britânicas	1827	1851
Alemanha	1834	1854
França	1846	1851
Austria-Hungria	1880	1907
Rússia-Polónia	1882	1913
Itália	1880	1907
Espanha	1917	1921
Suíça	1881	1883
Suécia	1869	1882
Países Baixos	1882	1882
Dinamarca	1882	1882
Portugal	1912	1921
Noruega	1869	1882
Japão	1891	1918

Quadro 2. Início e auge da emigração para os EUA: alguns casos
Adaptado de MASSEY (1988)

O autor refere que estes números por si só não estabelecem uma relação entre migrações e desenvolvimento. Os maiores Estados emissores dessa época eram as Ilhas Britânicas e a Noruega, os quais se desenvolveram rapidamente, dando origem a modernas sociedades industriais. Já Portugal e Itália, os países seguintes que enviaram mais migrantes, apresentavam problemas em termos de desenvolvimento, tendo desempenhos económicos e sociais bastante aquém dos outros países europeus. Douglas MASSEY coloca a hipótese de que parte do problema estará relacionado com o facto do movimento emigratório ter começado em épocas diferentes, conforme o país em causa, tendo cessado nos anos 20 do séc.XX, o que significa que nem todos atingiram o mesmo número de migrantes.

Tendo em atenção também os contextos sócio-políticos e sócio-económicos das populações, o autor tenta perceber se existem de facto na história outras provas materiais da relação entre as migrações e o desenvolvimento. Além da análise realizada, tentou estabelecer a correlação entre o início do processo de industrialização e o pico do ciclo migratório (no caso de países europeus), concluindo que não havia uma tendência, mas várias tendências conforme os casos. Por isso, tomou em consideração outros países, tendo como base a investigação realizada por

diversos autores. Destaca Brinley THOMAS (1954), que fez um estudo onde comparou a emigração britânica, irlandesa e alemã entre 1830 e 1913, verificando que a intensidade e a direcção dos fluxos estava relacionada com os ciclos económicos, e que estes também influenciavam o envio de remessas (menor em épocas de crise).

Este último autor constatou ainda que no caso britânico, quando ocorria um aumento das migrações rurais-urbanas (internas), ocorria também uma diminuição da emigração (externa). Nessas épocas, os migrantes iam para cidades como Londres, Manchester e outros centros industriais. No entanto, quando havia sinais de crise ou recessão no país, os fluxos direccionavam-se para os EUA.

Também analisou o caso do norte da Europa a partir das conclusões de Dorothy THOMAS (1941), que estudou os movimentos migratórios na Suécia entre 1750 e 1933. Percebeu que, apesar de existirem períodos de crise agrícola e de pressão sobre os recursos da agricultura, isso não era o suficiente para se operarem grandes movimentos migratórios. Estes estavam mais relacionados com os ciclos industriais na Suécia e nos EUA.

Perante estas reflexões, Douglas MASSEY concluiu que, de uma forma geral, a migração atlântica estava inversamente correlacionada com os “altos e baixos” dos ciclos económicos, enquanto que as migrações rurais-urbanas estavam directamente correlacionadas com esses mesmos ciclos. Nos períodos de expansão da indústria sueca, as migrações oriundas do espaço rural dirigiam-se para as principais cidades do país; quando as economias entravam em recessão dirigiam-se para os EUA. Por sua vez nos EUA, quando havia expansão económica e industrial, era mais comum o incremento dos fluxos internacionais do que dos internos. Face à análise dos estudos de outros autores, constatou que as migrações estão relacionadas com os ciclos de crescimento industrial e de acumulação de capital, funcionando como um “amortecedor” das oscilações verificadas nos ciclos económicos na Europa.

2.1.2 Os argumentos de base para o estabelecimento da relação (provável)

A discussão académica sobre esta questão, centra-se na necessidade do estabelecimento de provas materiais que consubstanciem a pretensa relação entre migrações e desenvolvimento. Não se trata de negar este princípio, embora por vezes seja posto em causa, mas antes de elaborar uma lei teórica que pode partir da análise empírica, a qual funcione como regra explicativa do fenómeno migratório, na sua relação com os territórios. Mesmo apesar das diferentes visões sobre o assunto, os investigadores são unânimes a concluir que até hoje, apesar dos inúmeros estudos e tentativas de estabelecimento de princípios matemáticos, não se produziram provas concretas e teoricamente materializáveis da relação entre migrações e desenvolvimento.

MASSEY (1988: 383-396) chama a atenção para a possível inversão direccional dos papéis, isto é, embora a discussão se centre muitas vezes na questão “podem as migrações levar ao desenvolvimento?”, esta também deve ser colocada de forma inversa ao se considerar que “pode o desenvolvimento fomentar as migrações?”. Uma visão comum entre os *policymakers* e o público em geral, e que já foi discutida nos capítulos anteriores, é que as migrações estão relacionadas com a falta de desenvolvimento no país de origem, pelo que os indivíduos migrarão porque são pobres, porque lhes faltam oportunidades económicas, deslocando-se para territórios que lhes possam prover essas condições de que necessitam, essa melhoria do nível de vida. Nessa linha de raciocínio, as migrações poderiam ser controladas de forma relativamente simples, já que para isso bastaria que houvesse um investimento nos países de origem, ou então quando houvesse um equilíbrio entre o local de origem e o de destino (sobretudo em termos económicos), as migrações cessariam, mas na realidade não é isso que acontece, como anteriormente se discutiu.

FISCHER e MARTIN (1997: 94) corroboram esta ideia ao assumir que os migrantes, na sua maioria, não são originários de regiões/países efectivamente pobres, mas já com algum nível de desenvolvimento, que mais tarde acabam por se tornar pólos receptores, tal como aconteceu nos países do sul da Europa. Perante este facto, colocam a questão se

o desenvolvimento ocorrido nestes países não terá resultado do papel dos seus emigrantes enquanto emissores de remessas. Acerca do assunto FIGUEIREDO (2005: 105) afirma:

“Os fluxos migratórios não resultam da falta de crescimento económico e desenvolvimento, mas do processo de desenvolvimento em si mesmo e respondem, geralmente, a uma procura forte e persistente por parte das economias desenvolvidas. Neste processo, conjugam-se múltiplas variáveis: as pressões demográficas, sociais ou económicas para a saída; a acção das redes sociais; a procura económica no destino; e os constrangimentos institucionais, com relevo para as políticas de imigração.”

Pode-se considerar que a primeira parte da afirmação se baseia no pressuposto de que não é a população mais pobre que migra, mas aquela que sendo pobre, individualmente ou a partir do agregado familiar, tem meios para pagar os custos do processo migratório.

Nessa lógica, verifica-se que MASSEY propõe uma reflexão mais complexa e menos linear para a determinação desta relação. É certo que os migrantes³² constituem o capital humano que segue o desenvolvimento, deslocando-se alguns inclusive no próprio país, das áreas rurais para as áreas urbanas (mercados emergentes), outros procurando as economias mais dinâmicas em países estrangeiros. Autores como NEVES (2003: 88) chamam a atenção para, em certos casos, as migrações estarem ligadas a contextos de pobreza e ao designado “equilíbrio da pobreza”, sendo que a migração é encarada como uma forma de quebrar esse ciclo/equilíbrio e contribuir para o desenvolvimento dessa região pobre, embora a região de destino (mais rica) aproveite esse fluxo de mão-de-obra. Cita inclusive John GALBRAITH (1979: 115-116) que refere:

“Nos últimos dois séculos, aqueles que procuram fugir ao equilíbrio da pobreza – que rejeitam a habitação – têm tido um recurso

³²Designa-os como *displaced people*.

notavelmente seguro. Para a grande maioria dos que tentam essa fuga, esse recurso tem funcionado bem. Para os filhos deles, tem funcionado ainda melhor (...).”

Mesmo assim Douglas MASSEY pensa que a relação entre migrações e desenvolvimento acabar por ser muito teórica, o que pode levar a generalizações indesejáveis. No entanto, ele próprio admite visões mais simplistas em determinadas áreas, ao defender que apesar de serem feitas distinções entre as causas que movem as migrações internacionais e as internas, na sua génese, elas são similares. As migrações internacionais têm a mesma raiz casuística social e económica que as migrações internas: o desenvolvimento produz capital humano que acaba por buscar dividendos fora do próprio país que o formou.

DE WIND e HOLDAWAY (2008 a: 15) concordam, afirmando que se tentam distinguir os impactos das migrações internas e internacionais, sobretudo ao nível do desenvolvimento, como se por si só provocassem efeitos diferentes. Contudo o que se verifica é que os impactos dependem de factores como a legalidade da migração, mercado de trabalho, escala de intervenção, etc.

Perante os trabalhos destes autores, constata-se que é necessário ter em conta especificidades contextuais.

A análise de casos práticos permitiu que se desenvolvessem correntes argumentativas que vêm corroborar (ou não) a influência da mobilidade sobre o desenvolvimento. CASTLES (2005: 30) levanta a questão de que se por um lado as migrações podem promover o desenvolvimento, por outro também o podem atrasar. É certo que os países receptores ganham muitas vezes em termos de capital humano, com a chegada de profissionais qualificados sem terem dispendido recursos na sua formação. E mesmo que este contingente não regresse, o envio de remessas acaba por colmatar a perda de mão-de-obra jovem sentida pelos países emissores.

HERMELE (1997: 133-138) assume a existência de duas linhas de acção na literatura temática, uma que defende o facto das migrações beneficiarem todos os intervenientes integrados no processo (migrantes, agregados familiares respectivos, território de partida e de chegada); outra que

advoga o facto das migrações serem um simples reflexo da dinâmica do capitalismo e do mercado de trabalho, colocando num plano secundário a questão em debate.

Tal como outros autores, identifica argumentos negativos, revelando que as migrações impedem o desenvolvimento, pois o país emissor tende a perder a mão-de-obra qualificada, e o envio de remessas, além de ser um estímulo à passividade dos receptores, acaba por causar inflação. Por outro lado, quando os migrantes retornam ao seu país de origem, podem nem sequer trazer mais-valias em termos de formação profissional. Muitos deles, oriundos de meios rurais ligados à agricultura, não pretendem voltar a esse sector que perde por duas vias: primeiro porque o migrante o “abandona”, com todas as consequências inerentes (negligência de terrenos agrícolas); segundo porque quando retorna, não investe na agricultura nem desempenha actividades dessa natureza. Além disso, se o migrante tiver sucesso no país de destino, é natural que por lá se mantenha, diminuindo cada vez mais a relação com o país de origem, sobretudo ao nível do envio de remessas. Há também a questão do desemprego, que pode estar ligado ao excesso de mão-de-obra disponível no país receptor.

FISCHER e MARTIN (1997: 94) defendem que, à primeira vista, se pode pensar que a relação entre “migrações e desenvolvimento” não se coloca, porque há factos efectivos que permitem pôr em causa a existência dessa interconexão. Invocam que as explicações teóricas mais simplistas se baseiam no facto de que os indivíduos migram para melhorar o nível de vida. Mas quererão melhorar de facto o nível de vida daqueles que ficam? Mesmo se a migração fosse única e exclusivamente para benefício próprio, por essa lógica, migrariam de regiões/países pobres para regiões/países ricos. No entanto sabe-se que a geografia das migrações é bem mais complexa.

Em primeiro lugar, é de ter em conta que as migrações Sul/Norte não são as mais importantes, como por vezes são consideradas, sendo que as Sul/Sul têm uma grande importância pelo número de indivíduos envolvidos.

Em segundo lugar há que ter em atenção que o destino da migração nem sempre é uma escolha livre, constatando-se que muitos dos migran-

tes têm origem em antigas colônias, que acabam por procurar o país ex-colonizador para migrar por terem laços históricos, culturais e de língua. Além disso, cerca de 3% da população mundial é composta por migrantes³³, o que é um número relativamente reduzido, se comparado com o valor total de população mundial: assim sendo como é que um número tão limitado de pessoas poderia gerar efeitos visíveis em termos de desenvolvimento? Relativamente ao argumento exposto pelos autores, há que ter algumas reservas, já que baseiam os efeitos das migrações numa perspectiva quantitativa, isto é, pela lógica exposta, mais migrantes gerarão mais impactos (positivos ou negativos) nos territórios (de partida e de chegada).

Todavia a questão que se coloca é se um grupo reduzido de migrantes não poderá gerar efeitos tão ou mais marcantes do que um grande grupo migratório. Veja-se o seguinte exemplo: perante um grupo numeroso de indivíduos que imigra de forma clandestina, e ao chegar ao destino não consegue senão desempenhar tarefas precárias, ou um grupo pouco numeroso de indivíduos que migra legalmente, arranja empregos bem pagos, e envia a remessas ao agregado familiar que ficou (o qual investe e usa no consumo do local de origem), qual deles gerou efeitos com maior difusão? Colocada a questão desta forma, parece ser o segundo grupo.

Porém MALGESINI (1998: 36, 37) pensa que não se deve fazer uma análise tão linear, sobretudo a curto-prazo, pois no futuro estes grupos poderão encontrar-se em paralelo em termos de estabilidade económica e laboral, mas para isso é preciso tempo. Este autor coloca a tónica no conceito de desenvolvimento, o qual considera ter uma carga etnocêntrica muito forte, já que pressupõe a existência de um modelo ideal, o do “mundo desenvolvido”, o qual resulta do somatório dos ganhos materiais e dos avanços no bem-estar dos países ocidentais. Este modelo teria uma

³³Neves (2003: 74, 75) dá a conhecer que existem cerca de 175 milhões de pessoas no mundo a viverem fora do país da sua nacionalidade, ou seja, cerca de 3% da população mundial (embora este número represente uma duplicação do número de imigrantes que ocorreu nos últimos 35 anos), sendo que 62% vivem em países industrializados, embora de uma forma geral, em todas as regiões do mundo se tenha verificado um aumento de imigrantes.

validade universal, com uma repetição susceptível de se aplicar em todos os contextos sociais, económicos e culturais à escala mundial.

A cooperação internacional não tem conseguido eliminar a pobreza endémica e contribuir para a redução das iniquidades sociais, em especial na distribuição dos rendimentos e dos recursos. O apoio é essencialmente ao nível da assistência militar, dos negócios bilaterais entre grupos económicos (entre os países emissores e receptores) ou de apoio a governos aliados, o que é muito pouco perante as mudanças esperadas. Pode-se questionar tal posição, sobretudo em termos da importância da actuação de ONG³⁴ ligadas à saúde e à educação. Contudo o autor considera que a ajuda não basta porque os jovens continuam a migrar para aceder com o seu trabalho e com os seus próprios meios ao desenvolvimento.

Perante esta questão FIGUEIREDO (2005: 106, 107) defende que é essencial a revisão da cooperação internacional, não só mas também em termos de migrações. A possibilidade de articulação das políticas de imigração com as de cooperação para o desenvolvimento, permite potenciar sinergias promovendo o desenvolvimento associado à migração. Esta complementaridade facilitará os objectivos dos diferentes envolvidos (países emissores, migrantes, países receptores), concentrando-se quer nos interesses dos países envolvidos, quer nos do próprio migrante e do contexto em que se insere. A política de cooperação tem a sua base em laços históricos pré-existentes, embora nos seus programas bilaterais e multilaterais associe objectivos de desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza e a exclusão, respeito pelos direitos humanos, entre outros.

No entanto a autora defende que é preciso uma efectiva coerência, coordenação, complementaridade e consistência nas políticas, para que os fluxos migratórios se constituam como estratégia de desenvolvimento de ambos os pólos do processo migratório. É preciso encontrar uma convergência entre os modelos de “Europa-fortaleza” e “Europa de portas abertas”, através da gestão equilibrada das migrações com objectivos de

³⁴ONG – Organização Não Governamental.

co-desenvolvimento. As medidas podem passar, por exemplo no país de origem, pela promoção da migração circular, de desenvolvimento de comunidades transnacionais e de projectos envolvendo a diáspora. Assume também que é importante trabalhar para o desenvolvimento dos países mais pobres, por um lado para colocar em prática os pressupostos de cooperação e entajuda preconizada pela UE, por outro para reduzir a pobreza, o que poderá trazer uma redução dos fluxos migratórios.

Embora esta perspectiva mais negativa seja considerada por autores que destacam os impactos positivos das migrações sobre o desenvolvimento, é esta segunda perspectiva a mais evidenciada na literatura temática.

Contrapondo os argumentos apresentados, HERMELE (1997: 133) assume que as migrações estimulam o desenvolvimento, sobretudo devido ao papel positivo das remessas (mesmo que sejam apenas aplicadas no consumo), pois geram um efeito multiplicador em termos económicos e sociais: mais consumo implica mais procura, mais produção, necessidade de mais mão-de-obra, mais capital ganho pelos empregados, maior aquisição de matérias-primas, maior necessidade de serviços complementares, etc.

Só considera o valor das remessas que são enviadas por vias legais, por haver registos das transacções. Se houvesse possibilidade de calcular com rigor o valor das enviadas ilegalmente, concluir-se-ia que o efeito positivo seria maior. Além disso, o capital tem possibilidade de ser investido em campos sociais (educação e saúde), bem como noutros sectores, desde a indústria à agricultura. Perante esta visão, podem-se colocar vários “senãos”, nomeadamente a questão do retorno (se o migrante voltar acaba a fonte de remessas) e do reagrupamento familiar (se o migrante reagrupar no país de destino os familiares mais próximos, o agregado familiar que permanece no local de origem poderá deixar de beneficiar das remessas), como mais adiante se discutirá.

Autores como CASTLES e MILLER (1998: 40) defendem que a mobilidade dos indivíduos é a chave das estratégias de desenvolvimento nos países mais desfavorecidos, sendo os fluxos migratórios fundamentais para entender as relações Norte/Sul. CARTER e SUTCH (2008: 151) integram esta perspectiva, estabelecendo uma nítida relação entre a mobilidade e

o crescimento económico, sobretudo no que diz respeito à dinamização do tecido económico dos locais de origem e de destino.

Consideram que a presença de imigrantes num território estimula a produtividade, uma vez que o seu objectivo fulcral está relacionado com a obtenção de dividendos através do desempenho eficaz de funções laborais. Poder-se-á contudo questionar se no caso de haver demasiada pressão sobre o mercado de trabalho, não virá este contingente a engrossar os números do desemprego. Em tempo de crise ou de grande pressão, essa resposta pode ser afirmativa, embora se deva ponderar que a solução pode passar pelo retorno ao país de origem ou ao estabelecimento de ligações à economia informal, que apesar de todos os constrangimentos económicos e sociais acaba por fomentar ou pelo menos manter os níveis de produtividade dos migrantes. Os autores referem ainda que as migrações estimulam o aumento da circulação de capitais, especialmente através do efeito das remessas, seja em termos de consumo, de investimentos, ou até mesmo de poupança. A disponibilização de capital, aliada ao aumento da procura por parte do consumo, acaba por desenvolver economias de escala, estimulando a utilização de tecnologia. Este último factor está relacionado com o retorno dos migrantes que usam a experiência e os conhecimentos adquiridos para aplicar no território de origem.

FIGUEIREDO (2005: 105) defende que é importante aproveitar as potencialidades dos imigrantes, destacando o caso da UE (em termos demográficos e laborais), sendo importante assegurar as possibilidades de integração na sociedade receptora, numa perspectiva de coerência com os valores que concretizam o modelo de construção europeu. Para o caso português, BAGANHA (2003: 91, 93) e Van ZELLER (2003: 97, 98) não têm dúvidas de que há uma forte relação entre migrações e desenvolvimento, embora não seja difícil caracterizar o sentido e a intensidade da relação, bem como estabelecer uma relação de causa/efeito entre as migrações, o desenvolvimento e o território. No entanto, há a afirmação de que existe uma relação directa e efectiva entre a imigração e o aumento dos níveis de bem-estar e das condições de vida da generalidade dos migrantes. Neste contexto, há a afirmação de que as migrações no seu todo – legal e ilegal – têm dado um contributo fundamental para

a economia nacional, não só porque suprem carências de mão-de-obra, por exemplo na construção civil (que poderiam ter posto em causa obras como a Expo 98), ou pela existência de imigrantes com qualificação académica e profissional elevadas, embora este capital humano nem sempre seja devidamente aproveitado.

Para isso é preciso a colaboração do sector privado e público como empregador, em estreita relação com o Estado, já que é esta entidade que regula as políticas migratórias nacionais. MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUICI, PELLEGRINO e TAYLOR (1998: 223, 224, 228) advertem para o facto dos Estados manifestarem posições distintas sobre o papel das migrações no desenvolvimento, daí que acabem por ter dois tipos de reacções: por um lado há aqueles – emissores – onde a mão-de-obra (enquanto capital humano) é excessiva, e por isso acabam por promover a saída de população através de políticas que facilitem a emigração, contando com a posterior entrada de remessas. Há outros – receptores – que consideram a imigração como uma “*panaceia*”, desenvolvendo políticas migratórias irrealistas, baseadas em pressupostos económicos e laborais muito restritivos (quotas). Os países em vias de desenvolvimento por seu turno, não encaram a emigração como perda de mão-de-obra jovem e activa, mas antes como uma potencial fonte de capital (remessas) de investimento e de poupanças, reduzindo os níveis de desemprego e fazendo com que alguns contestadores de regimes políticos mais fechados acabem por sair do país. Em certos casos, mesmo que os níveis de produtividade se aproximem do satisfatório, parece ser mais fácil e rápido a obtenção de dividendos a partir das remessas enviadas pelos emigrantes.

FERNANDES, CARVALHO e VELEZ DE CASTRO (2008: 3,6,7) consideram que nos países em vias de desenvolvimento há um desencontro espacial e temporal entre os recursos humanos qualificados e o mercado de trabalho. Em muitos casos houve apostas na formação, sem que se concretizassem condições de atracção para segmentos produtivos mais inovadores e especializados. Há um potencial demográfico com crescente escolaridade em países em que o sistema laboral e sócio-económico não consegue absorver esse capital humano. E as políticas migratórias de países como a Austrália, Nova Zelândia e outros tradicionalmente receptores, tendem

a ser mais selectivas no que diz respeito às qualificações dos imigrantes tentando “escolher os (potenciais) vencedores”.

PIRES (2003: 93) considera a qualificação dos indivíduos muito importante porque quanto mais qualificado for o migrante, mais possibilidade terá de utilizar a informação codificada, impessoal e técnica na identificação de oportunidades de migração, bem como na sua própria protecção. Além disso a associação entre qualificação e disponibilidade de recursos económicos, leva a que haja mais possibilidade do migrante mobilizar meios organizacionais enquanto suporte para a deslocação, estabelecendo pontes entre o território de origem e de destino, onde ambos acabam por beneficiar³⁵.

Os efeitos das perdas de população activa são um tema que preocupa a comunidade científica. Os autores citam estudos de W. Arthur LEWIS (1954) onde, do ponto de vista teórico, se assume que a saída de população activa de um país não significa que, automaticamente, se verifique um declínio na produção ou provoque um aumento dos salários dos que ficam, podendo sim provocar um aumento da exigência em termos da produtividade e do rendimento dos mesmos.

Também são invocados outros autores (K.Y.WONG: 1983; M.G.QUIBRIA: 1988; James B. DAVIES e Ian WOOTON: 1982), os quais referem que a emigração beneficia, de uma forma geral, aqueles que não migram através da obtenção directa de capital pelas remessas, bem como dinamiza a economia do país de origem, podendo também diminuir as iniquidades em termos de ganhos monetários ao nível regional.

Perante esta diversidade de posições, destaca-se a sistematização realizada por FISCHER e MARTIN (1997: 106-114), que estudaram a relação entre migrações e desenvolvimento, tendo em conta os diversos cenários territoriais em relação com os diversos actores. Analisam os impactos das migrações em termos temporais, distinguindo as de longa e as de curta duração.

³⁵Entre os que disponham de mais recursos e mais qualificações, é provável que surjam orientações cosmopolitizadas. Cita Clifford JANSEN (1969), defende que os cosmopolitas têm, entre outras características, uma reduzida lealdade para com a comunidade em que vivem, pertencendo a grupos de referência que não são específicos desta.

As migrações de curta/média duração³⁶ afectam as áreas emissoras e receptoras com a alteração do número de trabalhadores disponíveis (efeito quantitativo), dos níveis de produtividade (efeito de alocação) e da distribuição dos bens e serviços produzidos (efeito de distribuição).

Esta alteração no mercado de trabalho também se refere a uma alteração no mercado de consumidores no país emissor: por um lado há menos indivíduos a produzir e a consumir – os emigrantes – mas por outro pode haver um aumento e até uma alteração na natureza do consumo por parte dos agregados familiares do emigrante e que beneficiam das remessas. Também assim acontece no país receptor: os emigrantes que têm necessidade de consumir bens e serviços diversos, e além disso podem requerer produtos específicos dos seus países de origem, o que se traduz num efeito de comércio³⁷.

O impacto das remessas é real, já que os migrantes enviam capital para o agregado familiar que ficou, embora sejam também uma nova fonte de impostos no país receptor – efeito de transferência pública³⁸. Todavia estes autores consideram que pode haver uma alteração em termos de salários, que diminui nas áreas de destino, devido à grande oferta de mão-de-obra, e aumenta nas áreas emissoras por haver falta de trabalhadores, o que pode levar a que, paulatinamente, o nível salarial se aproxime em ambos os locais, como defende a Escola Neoclássica.

Por outro lado, chamam a atenção para a possibilidade dos migrantes estarem dispostos a desempenhar as mesmas tarefas por menor valor salarial, o que coloca os nativos em desvantagem concorrencial, na medida em que acabam por ser preteridos. No entanto, a teoria do mercado de trabalho segmentado rebate este quadro, defendendo que os migrantes têm tendência para desempenhar no mercado de trabalho funções que

³⁶Os autores não definem os limites temporais da curta/média duração nem da longa duração. Sem adiantar parâmetros quantitativos, considerar-se-ão estas designações numa perspectiva comparativa, ou seja, as primeiras têm um termo definitivo relativamente rápido, enquanto que as segundas são permanentes durante um período de tempo significativamente longo, embora possam acabar por cessar (segundo os autores).

³⁷*Trade effects*, no original.

³⁸*Public transfer effects*, no original.

os nativos preterem, porque o baixo salário e o desvalorizado estatuto social inerente à função não é atractivo para os nacionais.

Nas migrações de longa duração, parece ser importante o facto dos próprios migrantes terem a possibilidade de melhorar a sua formação profissional e a sua experiência em termos laborais (segundo a Teoria do Capital Humano), que poderá ser realizada com a intenção de, mais tarde, ser aplicada no local de partida. Nesta lógica, o território pode ser “transformado” para o regresso destes emigrantes dotando-o, através do envio de remessas (investimentos), de equipamentos, infraestruturas e tecnologia que lhes permitam aperfeiçoar os seus desempenhos e alterar assim o tecido económico, laboral e social das áreas de origem.

Perante as ideias expostas, os autores acabam por defender que (Ob. Cit.: 128):

“For most countries, the impact of international migration on development tends to be positive but essentially short-term. Especially labour-market and balance-of-payments problems are frequently eased, sometimes some growth effects due to increased consumption are noticeable. Convergence rather than divergence effects of migration on development are usually detected.

But migration rarely seems to be able to induce the far-reaching social and economic changes that are required to advance the development process in most countries of the South.”

Embora assumam que as migrações conduzem ao desenvolvimento do território emissor/receptor a curto-prazo, não se trata de um caminho directo, porque há circunstâncias que alteram esse ritmo, nomeadamente os próprios níveis de desenvolvimento inerentes aos territórios. Há autores que partilham da mesma ideia, sobretudo no que diz respeito ao efeito/ impacto material das migrações – as remessas – sobre o desenvolvimento territorial, assunto que mais adiante será discutido.

STALKER (2000: 27), perante a diversidade de perspectivas que refletem a relação entre migrações e desenvolvimento, sistematiza algumas ideias-chave sobre as vantagens/desvantagens das migrações para o in-

divíduo migrante e para o círculo de relações, nomeadamente ao nível laboral e comunitário.

	Emigração nos países emissores		Imigração nos países receptores	
	Potenciais vantagens	Potenciais desvantagens	Potenciais vantagens	Potenciais desvantagens
Para os migrantes ou para a população dos países receptores	Emprego	Más condições de trabalho	Entrada da mulher no mercado de trabalho	Concorrência
	Maiores receitas	Muitas horas de trabalho		
	Acesso à educação	Baixo estatuto profissional	Bens e serviços mais baratos	Salários "locais" mais baixos
	Novas experiências culturais	Racismo, xenofobia e discriminação	Oportunidade de ascensão profissional	
	Contacto com novas pessoas	Separação da família	Riqueza cultural	
Para as empresas	Formação dos migrantes que retornam	Perda de migrantes com formação e de mão-de-obra em geral	Mão-de-obra mais flexível e barata	Necessidade de prover formação
	Mais dinamismo nos transportes		Aumento dos mercados e das economias de escala	Dependência dos migrantes para certo tipo de trabalhos
Para a sociedade	Menor desemprego	Lidar com os que retornam Cultura de emigração	Diminuição da inflação	Abrandamento da inovação tecnológica Custos decorrentes da formação
	Contacto com os conhecimentos dos que voltam		Ganho de população com formação	
	Construção de comunidades transnacionais	Perda de população altamente qualificada e de bons profissionais	Diversidade e dinamismo	"Fricção social"
	Envio de remessas	Aumento das desigualdades	Capital investido pelos migrantes	Saída de capital (remessas) Custos com diversos serviços
	Redução da pressão populacional	Perda de população jovem	Rejuvenescimento populacional	

Quadro 3. Vantagens e desvantagens das migrações
Elaboração própria (2011) com base em STALKER (2000)

Não é só ao nível monetário, mas sobretudo na área do capital social, que ocorrem ganhos e perdas significativas, seja ao nível laboral, seja ao nível do grupo/individual. Nas áreas de partida, a saída de população nem sempre implica uma perda de mão-de-obra real, isto se houver uma grande pressão sobre o mercado de trabalho. Pelo contrário, haverá uma descompressão laboral, dando oportunidade de trabalho aos que ficam, e aos que partem a nova oportunidade em conseguir um emprego que implique obter um salário mais elevado e onde possam ascender profissionalmente. O que acontece em muitos casos é que a população jovem acaba por partir, permanecendo apenas a população mais envelhecida, sem capacidade de trabalhar ou investir, embora a região acabe por be-

neficiar com as injeções de capital materializadas pelas remessas, ou por posteriores investimentos realizados quando os emigrantes retornam, no caso de regressarem de facto aos territórios de origem.

Mais do que enunciar as potenciais vantagens e desvantagens, é interessante verificar que há um paralelo entre elas, isto é, no mesmo território, para o mesmo grupo/indivíduos, um efeito positivo pode gerar um negativo ou vice-versa, donde se constata que o mesmo caso pode originar uma fenomenologia diferente, conforme as decisões e a conjuntura aliada aos migrantes, aos contextos e aos territórios. É neste jogo de forças que o autor aconselha a olhar as migrações com ganhos e perdas para os actores e para os territórios, dependendo o sucesso do projecto migratório e do equilíbrio que se estabelece entre as várias dimensões, pelo que a relação entre mobilidade e desenvolvimento territorial se assegura complexa, e mais do que isso, volúvel às circunstâncias.

2.1.3 O papel das remessas enquanto factor de desenvolvimento

A tentativa de estabelecimento da ligação entre migrações e desenvolvimento dos territórios de partida e chegada, leva a perceber que por vezes a principal conexão entre estes pólos se baseia no factor “remessas”. A instalação de um migrante no país de destino e a sua estabilização em termos laborais, permite que possa auferir de um salário regular e por isso poupar ou investir, enviando parte do produto dos seus ganhos para o agregado familiar que permaneceu no país de origem. É esse capital considerado pela comunidade académica como o produto visível da migração, o qual opera de forma material e perceptível na promoção do desenvolvimento, seja no migrante em si, seja no agregado familiar, porque em ambos os casos dispõe-se de uma maior margem de manobra em termos económicos, o que lhes permitirá melhorar o nível de vida em termos financeiros. Esta é também a opinião de MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUCCI, PELLEGRINO e TAYLOR (1998: 223), os quais consideram que o mais óbvio e visível contributo dos migrantes para a economia do país de origem, se relaciona com

as remessas enviadas para o agregado familiar e amigos, embora estas constituam apenas uma parte daquilo que são os impactos das migrações no desenvolvimento.

Mas apesar desta constatação, os autores que trabalham na área das migrações têm manifestado muita dificuldade em reunir consenso no que diz respeito à formulação de um modelo ou à apresentação de evidências materiais efectivas de cariz matemático, que provem inequivocamente a existência dessa relação e, a existir, como tal se processa. Sobre esta questão STARK, TAYLOR e YITZHAKI (1986: 722) reconhecem que as remessas têm um determinado impacto no rendimento dos agregados familiares, sobretudo em áreas rurais e em países menos desenvolvidos, facto que pode influenciar o crescimento económico e a geografia das iniquidades sociais.

Assumem inclusive que até meados dos anos 80 do séc.XX, não são conhecidos estudos que provem a relação directa entre o envio de remessas e o desenvolvimento, especialmente em áreas rurais, de onde são originários muitos dos migrantes e onde permanecem familiares. Mais tarde, na primeira década do séc.XXI, a situação parece manter-se, já que DOCQUIER, RAPOPORT, SHEN (2007: 2,3) referem que a literatura não oferece conclusões definitivas para a relação entre migrações internacionais/remessas/crescimento económico e desenvolvimento do local de origem e de destino. Esta lacuna está relacionada, segundo os autores, com a diversidade de ambientes de estudo, com a multiplicidade de evidências empíricas consideradas, com os modelos e métodos utilizados, e com os critérios considerados na investigação.

Todavia, e considerando-se o mesmo caso, na relação entre o trinómio migrações/remessas/crescimento económico e desenvolvimento, verificam-se alterações conforme o jogo entre factores: há menos capital retornado no início da migração, enquanto se tem acesso a um emprego estável; há mais capital retornado quando se verifica a estabilização e parte do agregado familiar permanece no local de origem; há menos capital retornado quando o migrante leva a família próxima – cônjuge e filhos – para o país de destino. Analisada a situação desta forma, constata-se a conexão, mas defendem que esta não é igual no tempo e no espaço.

Nesta linha de ideias STARK, TAYLOR e YITZHAKI (1986: 723, 724) referem a existência de um processo complexo e diferencial no que diz respeito aos efeitos do envio de remessas. Quando ocorre a migração de alguns elementos de uma comunidade, tendem a crescer as iniquidades económicas entre os agregados familiares dos referidos migrantes e a restante comunidade, já que os primeiros beneficiam do envio de remessas, enquanto que os segundos não. De qualquer forma, este efeito negativo acaba por diminuir, uma vez que se verifica a consolidação da migração e a formação de redes sociais de entreajuda a outros conterrâneos que queiram efectua-la, aumentando o número de indivíduos imigrados na comunidade. Assim, atenuam-se as iniquidades iniciais, já que há mais agregados familiares a receber remessas. Gera-se um “efeito migratório”, ou seja, cresce a propensão para a migração, baseada na construção da imagem territorial positiva por parte dos imigrados e pela consolidação de redes de entreajuda ao processo migratório.

“Remessas” e “crescimento económico” parecem ter, deste ponto de vista, uma relação similar a uma curva em sino: numa fase inicial todos os agregados apresentam rendimentos baixos de forma igualitária; numa fase intermédia há alguns indivíduos que migram, enviando remessas aos seus alguns agregados familiares, o que faz com que cresçam as iniquidades económicas entre dois grupos de agregados – os que têm familiares imigrados (com rendimento extra através das remessas) e os que não têm familiares imigrados (sem esse rendimento extra) numa fase posterior, com o desenvolvimento de redes, a abertura de canais migratórios e a generalização da migração à comunidade, diminuem as iniquidades, já que há um benefício mais generalizado do efeito das remessas.

Existem autores que alertam para a necessidade de se olhar este tema com alguma prudência, evitando o estabelecimento de uma causalidade demasiado directa entre envio de remessas/melhoria do nível de vida/desenvolvimento.

É o caso de HERMELE (1997: 133, 139, 140), que defende a existência de argumentos diferenciadores na relação migrações/desenvolvimento, sobretudo em termos temporais, o que cria perspectivas de carácter nega-

tivo ou positivo sobre a questão. Destaca que a aplicação das remessas e o conseqüente contributo para o desenvolvimento, depende da perspectiva de retorno do migrante ao local de origem. Enquanto o indivíduo está no território de destino migratório, os investimentos realizados podem ter um carácter improdutivo/inactivo (por exemplo, no caso de o aplicar em poupanças ou na compra de terrenos), embora se regressar em idade activa, possa haver possibilidades de desenvolver um negócio (por exemplo na construção, no comércio, na restauração, etc.), com o subsequente efeito multiplicador. No que diz respeito às migrações de curta duração, este autor pensa que se verificam mais aspectos negativos do que nas de longa duração, pois (nestas tende a haver maior propensão para a poupança, mais envio de remessas, e maior possibilidade de aquisição de competências profissionais).

MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUICI, PELLEGRINO e TAYLOR (1998: 229-248, 272) defendem que o envio de remessas pode gerar efeitos positivos para o país emissor, sobretudo em termos directos – contributo das remessas para os ganhos económicos nacionais – e indirectos – contributo para os investimentos e para as poupanças domésticas. Estes autores defendem que a diferente dinâmica de determinados factores pode explicar a relação entre as migrações internacionais e o desenvolvimento económico. Um desses factores diz respeito ao volume das remessas e ao efeito económico gerado pelo seu envio: para países receptores da América (México, Jamaica, El Salvador, etc.), Ásia (Índia, Bangladesh, Paquistão, etc.), Europa (Portugal, Grécia, Espanha, Turquia, etc.), Médio Oriente (Jordânia, Síria, etc.) ou do Norte de África (Argélia, Egipto, Marrocos, Tunísia, etc.), no final dos anos 80 do séc.XX, as remessas contribuíam com 10% a 20% dos valores da actividade económica doméstica, sendo que os *migradólares* eram uma fonte de fundos disponível, ajudando inclusive a equilibrar as contas públicas.

Também a selectividade das migrações internacionais é outro factor apontado, embora careça de discussão, na medida em que os autores não são claros a explicar as vantagens/desvantagens das migrações qualificadas ou sem qualificação académica e profissional. Presume-se que ambos os tipos de capital humano e social são necessários, dependendo

das demandas do mercado de trabalho e das solicitações em termos de funções a desempenhar.

A relação entre as migrações e o desenvolvimento da comunidade de origem é um processo multifacetado e complexo. Por vezes há o perigo das remessas, em vez de se constituírem como o móbil do dinamismo económico, se prestarem a promover e a perpetuar a estagnação e a dependência dos não-migrantes ao dinheiro enviado pelos migrantes. Por isso os autores destacam o efeito deste capital nos investimentos e poupanças domésticas em casos da Europa do Sul, Caraíbas, África e Médio Oriente, onde em determinados casos as divisas tendem a ser canalizadas mais para o consumo do que para a produção. Na Grécia, tal como em Portugal ou Marrocos (como países emissores de migrantes), tem-se investido na construção de habitação própria. Quer dizer que por vezes o investimento, em vez de ser canalizado para o incremento da produção ou para o desenvolvimento de determinados segmentos de negócios, acaba por gerar pouco impacto, já que em certos casos até serve para exacerbar a especulação de preços (por exemplo, no mercado imobiliário) e o declínio da agricultura, como já foi referido.

Uma das grandes discussões em torno do envio de remessas e das suas consequências práticas em termos de aplicação positiva, prende-se com o destino que é dado a este capital, pelo que alguns autores defendem que o consumo por si só não estimula o desenvolvimento, antes, cria ou perpetua situações de estagnação económica e social. STARK, TAYLOR e YITZHAKI (1986: 722), citando M.LIPTON (1977), defendem que a saída de população migrante dos territórios de partida não é benéfica, pois consideram que o envio posterior de remessas não mitiga essa contraproduktividade, já que a frequência e o quantitativo enviado acabam por não ser compensadores dos impactos causados pelo êxodo de jovens.

Contudo, estes autores não negam os benefícios decorrentes, e por isso provam, através do estudo de caso de duas povoações mexicanas, que o envio de remessas tem consequências positivas na comunidade. A primeira localidade constitui-se por indivíduos com fraca experiência em migrações internacionais, mas com experiência em migrações internas; a

segunda por indivíduos com experiência migratória internacional, mais precisamente na região da Califórnia (EUA), sobretudo de indocumentados³⁹ (Ob.Cit.:724-727). Concluíram que o impacto das remessas nesses territórios estava relacionado com a história migratória da comunidade e com a existência de políticas/canais facilitadores dessa migração. Também destacaram as características do capital humano, nomeadamente em termos de formação académica: quanto mais indivíduos migrarem, mais agregados receberão remessas e as iniquidades tenderão a esbater-se, sendo que os mais qualificados poderão arranjar um melhor emprego. Mas se por um lado se pensa que ao auferirem melhores salários poderão poupar mais e enviar mais remessas, os autores chamam a atenção para o facto dos migrantes mais qualificados se integrarem na comunidade receptora de forma mais rápida e eficaz, acabando por permanecer no destino, pelo que o valor das remessas enviadas diminui, ou então são canalizadas para áreas específicas como a educação⁴⁰.

Por isso MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUICI, PELLEGRINO e TAYLOR (1998: 273), reconhecendo que as remessas são capital com pouco risco financeiro, defendem que muitos dos seus benefícios indirectos não têm a ver apenas com os agregados familiares que delas beneficiam, mas com terceiros que produzem determinados bens e serviços, que resultam da procura directa dos emigrantes e das suas famílias, e que caso a migração não se realizasse, não teriam procura.

Assim a “exportação” de capital humano pode ser benéfica, especialmente em casos onde há excesso de mão-de-obra com baixas qualificações profissionais, que no estrangeiro poderá ganhar mais do que perante a mesma situação no país de origem. Também os trabalhadores altamente qualificados podem gerar benefícios, não em termos de divisas, mas porque ao regressarem aos territórios de origem, trarão mais experiência para dinamizar a economia e o mercado de negócios. Contudo alertam para o facto do impacto das remessas à escala local poder falhar se não

³⁹Basearam-se nas remessas dos migrantes internos, nas remessas dos migrantes internacionais, e nos ganhos não provenientes de remessas.

⁴⁰Embora essa prática não seja exclusiva de migrantes com elevadas qualificações profissionais.

houver intervenção governamental, ou seja, se não se criar um ambiente propício ao investimento. A compra de terrenos, de casa própria e outros pequenos investimentos, pode ser entendida como uma resposta à instabilidade e indefinição política quanto a esta questão. Contudo o sector privado e a sociedade civil deverão ser dos principais agentes a intervir neste assunto, criando condições para que se estabeleça uma cultura de investimento. Esta problemática é um dos temas considerados com mais pertinência pelos organismos oficiais.

2.1.4 A posição dos organismos oficiais

Os organismos oficiais que trabalham nesta área têm direccionado o debate para o tema das “migrações e desenvolvimento”.

Em 2002 JOHANSSON e RAUHUT (2002: 56-58)⁴¹ apresentam um estudo sobre questões demográficas no âmbito da UE onde, entre outros pontos, destacam o facto dos diversos autores que estudam o assunto, não terem chegado a um consenso relativamente aos benefícios económicos das migrações, como já foi observado. As diferentes teorias, baseadas em distintos pressupostos, apresentam conclusões divergentes sobre o impacto das migrações internacionais no crescimento económico, mercado de trabalho (emprego e desemprego, salários, capital humano), impostos e remessas.

Estes autores defendem que, apesar dos pressupostos considerados por algumas das teorias das migrações, os ganhos advindos de uma migração são muito difíceis de calcular, e os resultados dependem muito dos métodos de análise utilizados. Em geral os ganhos *per capita* são baixos no país de acolhimento, embora haja estudos que indiquem o contrário, como os de Julian SIMON (1999), o qual refere que há uma relação positiva entre imigração e crescimento económico nos EUA, e os de FRIEDBERG e HUNT (1995), que chegam mesmo a afirmar que o crescimento de 1%

⁴¹ESPON – European Spatial Planning Observation Network (UE).

na imigração, corresponde em média a 0,1% de crescimento económico no país de destino migratório.

A Organização das Nações Unidas tem sido um outro organismo com intensa produção nesta temática. Em 2005 a COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (2005: 22-25) produziu um relatório onde assume que há uma nítida relação entre as migrações internacionais, o crescimento económico e o desenvolvimento. Por um lado os indivíduos migram porque há défices de crescimento e desenvolvimento nos países de origem (desemprego, salários baixos, pobreza, etc.); por outro acabam por se deslocar para locais onde há necessidade de migrantes (carência de mão-de-obra, etc.). Isto quer dizer que ambos os pólos – emissores e receptores – beneficiam, porque nos primeiros há redução dos níveis de pobreza, enquanto que nos segundos os imigrantes dinamizam o sector laboral, social, cultural e intelectual.

As remessas são consideradas como um factor fundamental para ajudar a aliviar a pobreza dos locais de origem, não só na esfera privada (agregados familiares), como também na esfera pública (governo), facilitando ainda o clima de crescimento económico e diminuindo os níveis de desemprego, incrementado os investimentos, a troca de experiências e a aplicação de novos conhecimentos aquando do retorno.

Porém as migrações podem resultar na partida de cidadãos com elevadas qualificações profissionais considerados “os mais brilhantes”, como refere o relatório, em especial na área da saúde e da educação, o que contribui para um declínio da qualidade e da oferta de serviços nestes sectores (Ob.Cit.: 23):

“São necessárias relações de cooperação entre os países com abundância e os países com escassez de mão-de-obra para promover a formação do capital humano e o desenvolvimento de uma base mundial de profissionais. Assegurar remunerações, condições de trabalho e perspectivas de carreira adequadas de forma a reter o pessoal mais importante deve ser uma componente integrante dessas estratégias.”

Estes indivíduos muitas vezes procuram o estrangeiro como forma de adquirirem conhecimentos e experiência, valorizarem o seu potencial, aumentarem os seus rendimentos e melhorarem o seu nível de vida. A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2008b: 1,2) reconhece benefícios decorrentes do facto de ocorrerem migrações de trabalhadores qualificados e não qualificados entre países (sejam desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento): há diminuição da pressão laboral e do desemprego em regiões com mão-de-obra em excesso; benefícios decorrentes do envio de remessas; transferência de conhecimentos e de tecnologia entre lugares; contributo demográfico para regiões envelhecidas.

Neste âmbito, um dos desafios actuais propostos consiste em formular políticas que minimizem o impacto negativo e que maximizem o efeito positivo das migrações nos dois pólos em questão, à escala local, regional e mundial.

Este organismo incentiva todos os países a investirem na educação e na formação contínua para aumentar a competitividade das suas economias, no entanto o relatório também refere que se o mercado laboral do país de origem não conseguir absorver essa mão-de-obra especializada, os indivíduos terão de migrar, contribuindo positivamente através do envio de remessas. Daí que os programas de migração temporária têm um papel importante, tal como as Nações Unidas também defendem e aconselham, ao contrário de alguns autores que desvalorizam, os benefícios de uma temporalidade limitada. Porém, alerta-se para os perigos dessa mão-de-obra poder ser explorada pelos empregadores do destino, porque sabem que estão numa situação vulnerável, na medida em que nos países de origem não oferecem emprego. Além disso poderá ser aproveitada em momentos de necessidade e rejeitada quando os nacionais começam a ocupar os cargos. Por outro lado, esse carácter temporal pode tornar-se definitivo. Veja-se o que se passou com o estatuto de *gastarbeiter*, na segunda metade do séc.XX na Europa, onde parte dos trabalhadores-convidados não regressaram aos países de origem no final do tempo estipulado.

Ponderando as diversas posições, há abordagens que se revelam infrutíferas, nomeadamente aquelas que têm como objectivo: impedir

profissionais de saírem do seu país à procura de emprego, que vai contra a tendência globalizante do mercado de trabalho; penalizar os que saíram, pois pode desencorajar os imigrantes de voltar); providenciar uma recompensa financeira para os que retornem. Neste ponto colocam-se várias questões: Quem pagaria, o país de origem ou os de destino? Se fosse o país de destino, e se o migrante tivesse trabalhado em vários locais, quem é que recompensaria? Como seria aproveitada essa compensação, em investimentos, num negócio ligado à profissão? São perguntas essenciais que exigem respostas complexas.

Nesta linha de actuação, a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS considera benéfica uma abordagem que tenha em conta ajudas e investimentos canalizados para sectores específicos em território de partida, no âmbito laboral dos quadros qualificados, de forma a torná-los atractivos aos que saíram e que mais tarde pretendam regressar ao país de origem. Por exemplo, estima-se que apenas 50 dos 600 médicos formados desde a independência da Zâmbia, ainda exerçam nesse país; calcula-se também que existam mais médicos malauianos a exercer em Manchester que em todo o Malawi.

A COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (Ob.Cit.: 25) considera fulcral a questão das remessas. O Banco Mundial calculou que o valor de capital transferido formalmente pelos migrantes em 2004 tenha sido de 150 mil milhões de dólares (aumentou 50% em 5 anos), sendo que quase metade destas divisas circularam entre países do mundo em desenvolvimento. São as mulheres e os migrantes menos bem pagos que transferem uma maior percentagem do valor dos seus rendimentos. As remessas atingem o triplo do valor que a AOD⁴² presta aos países mais pobres, constituindo a segunda maior fonte de financiamento externo dos países em desenvolvimento, a seguir ao IDE⁴³.

As NAÇÕES UNIDAS (2008 a: 2,4) consideram que as migrações têm sido uma forma de aliviar a pobreza de países em desenvolvimento e de aumentar o nível de vida dos agregados familiares. Nas últimas décadas, o número de mulheres migrantes sofreu um incremento, não só na questão

⁴²AOD – Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

⁴³IDE – Investimento Directo Externo.

da reunificação familiar, mas como migrantes individuais. O género pode afectar o volume, a frequência e a manutenção do envio das remessas no tempo: embora o valor enviado por homens e mulheres seja similar, estas dispõem de uma porção maior do salário relativamente aos primeiros, o que muitas vezes implica um esforço maior, especialmente em casos onde são mal pagas, fruto da discriminação por género ou por nacionalidade. Isto acontece graças a uma rigorosa gestão do orçamento mensal e ao sacrifício pessoal, já que abdicam de actividades, nomeadamente ligadas à formação profissional. Também revelam tendência para favorecer um grupo mais alargado de membros do agregado familiar. Por exemplo, no caso da imigração de mulheres filipinas em Itália, muitas delas, devido à pressão familiar, acabaram por contrair créditos para poder enviar o capital pretendido para a família que ficou no país de origem.

Em 2004, as remessas oficiais ascenderam a quase 150 mil milhões de dólares, embora cerca de 300 mil milhões de dólares ter-se-ão transferido de forma não oficial. A origem e os destinos correspondem aos principais países receptores/emissores de imigrantes a nível mundial. As transferências oficiais de dinheiro são, segundo as NAÇÕES UNIDAS, a segunda fonte de financiamento externo para os países em desenvolvimento, logo a seguir ao investimento directo internacional. RATHA, MOHAPATRA e XU (2008: 2) referem que em 2008, estes países tenham recebido 283 mil milhões de dólares em remessas, estimando que em 2010 tenha havido um retrocesso para 270 mil milhões de dólares, embora acreditem que a diminuição dos valores será de natureza conjuntural.

A COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (2005: 26-28, 81) revela que os principais países receptores em 2004 foram o México (16 mil milhões de dólares por ano), a Índia (9,9 mil milhões de dólares por ano) e as Filipinas (8,5 mil milhões de dólares por ano). Em 2008 foram os mesmos países, embora a Índia registasse valores mais elevados (30 mil milhões de dólares) face ao México (23,8 mil milhões de dólares) e à China (27 mil milhões de dólares), que ficou em segundo lugar. Existem Estados em 2004, cujo volume das remessas contribui significativamente para o valor do PIB, nomeadamente a Jordânia (23%), o Lesoto (27%), Tonga (37%). Em 2008 o Tadjiquistão (45,5%), a Moldávia

(38,3%) e o Tonga (35,1%) eram os três países do mundo em que o contributo destas dividas para o PIB era maior. Comparativamente, a África-subariana recebe um baixo valor de divisas, contudo estas são fundamentais: na Somália os rendimentos familiares são duplicados, enquanto que no Lesoto representam 80% dos ganhos dos agregados. Em muitos países, tal como nos referidos, as remessas têm um papel fulcral na sustentação das economias locais e nacionais: ajudam as comunidades receptoras a “sair” da pobreza, aumentando e diversificando os rendimentos familiares; permitem o acesso à saúde e à educação; asseguram-se como uma fonte de financiamento para se estabelecerem pequenas empresas ou até para investimentos individuais/comunitários; simplesmente usadas para consumo, onde se acaba por beneficiar um leque alargado de pessoas através de um efeito multiplicador, como já foi discutido.

De qualquer forma há limitações associadas ao envio deste capital, tal como se tem vindo a verificar nas perspectivas dos diferentes autores, pelo que a COMISSÃO destaca que os emigrantes a viver fora do país há mais tempo e a segunda geração são aqueles que enviam menor volume de capital. Além disso, os benefícios não são igualmente partilhados e podem acentuar disparidades sócio-económicas entre lares, comunidades e regiões. Também o efeito positivo associado ao envio de remessas, pode contribuir para a construção de uma imagem territorial distorcida da realidade do território destino, assim como estimula uma “cultura de migração”, como já foi destacado por alguns autores analisados, em que a comunidade emissora coloca demasiadas expectativas na migração. Por fim o relatório destaca um aspecto bastante importante: os custos sociais de se migrar sozinho e a própria pressão que é colocada sobre o migrante para enviar divisas, o que pode constituir um fardo físico e psicológico difícil de carregar⁴⁴.

Tendo em conta a dinâmica das remessas nos diversos pólos de intervenção, o relatório desta comissão sugere um conjunto de princípios a

⁴⁴Pode até mesmo levar ao desenvolvimento da Síndrome de Ulisses “um novo transtorno mental que afecta a maioria dos imigrantes (...). A síndrome é desencadeada sobretudo pela sensação de perda por que uma pessoa passa ao abandonar o seu país de origem” (GAMBOA, 2007: 335).

respeitar no envio de remessas. Em primeiro lugar é preciso reconhecer que são um recurso privado e que pertencem aos imigrantes e às suas famílias, não devendo ser por isso apropriadas pelo Estado, nem sujeitas a regulamentação indevida. É considerando urgente a protecção dos imigrantes (Ob.Cit.: 27):

“As remessas são capitais privados de que os Estados não se devem apropriar. Os governos e as instituições financeiras devem facilitar e reduzir os custos das transferências de remessas e, assim, encorajar os migrantes a proceder a estes envios através dos sistemas estruturados de transferências.”

Há a necessidade de reduzir os custos do seu envio (introduzindo tecnologia, fomentando a concorrência), a segurança e a transparência, pelo que se deverão estabelecer programas de formação em literacia financeira para ajudar os imigrantes a aumentarem os seus conhecimentos neste campo, bem como formação na área dos negócios. É preciso colocar o migrante no cerne do destino da remessa, e não apenas a família, no sentido de canalizar mais eficazmente esse capital.

Neste sentido, o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento Inter-Americano e outros bancos de desenvolvimento regional, tentam sugerir novos enquadramentos políticos e financeiros para proteger os migrantes e as suas famílias no envio/recepção/destino das divisas. Com estas medidas, espera-se que os imigrantes tenham menos receio de enviar este dinheiro por via formal. Além de aumentar o volume de capital emitido, descartarão os canais ilegais de tráfico, mais inseguros, caros e que por isso podem gerar situações de exploração.

Reconhece-se também que há dificuldade em estabelecer uma relação precisa entre o impacto das remessas no desenvolvimento e a redução da pobreza. No entanto sabe-se que sejam elas investidas ou direccionadas para o consumo, acabam por gerar benefícios. É essencial reconhecer que o impacto das remessas dos migrantes no desenvolvimento depende da qualidade da governação e das políticas macro-económicas dos países de origem dos imigrantes.

As diásporas podem ter neste sentido um papel bastante importante (Ob.Cit.: 28-30):

“As diásporas deveriam ser encorajadas a promover o desenvolvimento, depositando as suas poupanças e investindo nos seus países de origem e participando nas redes transnacionais de conhecimento.”

Muitos países apresentam contingentes consideráveis de nacionais a trabalhar no estrangeiro, que tendencialmente se coligam em organizações, as quais permitem manter a ligação afectiva, cultural e identitária com o país de origem (com actividades lúdicas, desportivas, educacionais, entre outras), bem como de funcionarem como local de recolha de fundos (donativos) para áreas tão diversas como construção de infraestruturas de apoio à educação, à saúde, desporto, etc⁴⁵.

Incentivam a que haja o estabelecimento de um inventário de conhecimentos, e que esse se transforme num programa de formação que possibilite a transferência desses mesmos conhecimentos para os países de origem⁴⁶, bem como de estimular o comércio e o investimento nos países de partida⁴⁷.

Mas há que acautelar o facto da migração não se tornar definitiva e de ocorrer o retorno. As migrações temporárias e circulares estão a ganhar uma projecção cada vez maior no âmbito das migrações internacionais. Todos os anos cerca de dois milhões de trabalhadores asiáticos deixam os seus países para irem trabalhar no estrangeiro com contratos a prazo. É preciso facilitar os canais de circulação de capital monetário e humano, não só para estimular o envio de divisas, como também para facilitar a saída e o retorno ao país de origem. É preciso que estes criem condições atractivas para o investimento e retorno (sistemático ou definitivo) dos

⁴⁵As ATN (Associações Terra-Natal) são das mais antigas (anos 50 do séc.XX), existindo actualmente mais de 600 em 50 cidades dos EUA (Estados Unidos da América).

⁴⁶A NEPAD (Nova Aliança para o Desenvolvimento de África) está nessa linha.

⁴⁷Existem entre 30 a 40 milhões de chineses a viver no estrangeiro (130 países). A OCDE calcula que em 2004, os investimentos realizados na China por estes emigrantes representariam perto de 45% do IDE total no país.

seus migrantes, assegurando que as migrações se tornam numa opção e não numa necessidade.

As NAÇÕES UNIDAS (2006: 10) publicaram também um compêndio com recomendações advindas de conferências internacionais, funcionando um pouco na lógica de um manual de boas práticas, onde reforçam questões tratadas no relatório anterior, nomeadamente a questão das remessas e da sua relação com o Estado, citando o “*2005 World Summit Outcome*”⁴⁸:

“We reaffirm the need to adopt policies and undertake measures to reduce the cost of transferring migrant remittances to developing countries and welcome efforts by governments and stakeholders in this regard.”

Destaca-se também, invocando a “*United Nations World Population Conference*”⁴⁹, a prioridade do estabelecimento de conversações/relações bilaterais e multilaterais, tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos do Homem, como prática necessária para o sucesso dos processos migratórios. Esta intenção parece fazer sentido se for considerada a existência de aspectos a serem mitigados, como por exemplo as migrações ilegais/clandestinas, mas não só. Na “*International Conference on Population and Development*”⁵⁰, assume-se que as inter-relações económicas, políticas e culturais desempenham um papel importante nos fluxos migratórios, seja em que tipo de país for, desenvolvido ou em vias de desenvolvimento.

As migrações internacionais podem gerar efeitos positivos para os países de origem e para os países de destino, no que diz respeito à circulação de capital monetário e capital humano, uma vez que estão facilitadas as transferências de competências, contribuindo também para o enriquecimento cultural entre ambos os pólos. Para isso são importantes os níveis de educação dos migrantes, como factor-chave no

⁴⁸Nova Iorque, 14-16 de Setembro de 2005.

⁴⁹Bucareste, 19-30 de Agosto de 1974.

⁵⁰Cairo, 5-13 de Setembro de 1994.

desenvolvimento sustentável, pois é uma forma do indivíduo ter acesso ao conhecimento, o que é uma condição essencial para a tomada de decisões conscientes.

As Nações Unidas (Ob.Cit.: 92-94), perante as conclusões dos eventos referidos, recomendam a intensificação das relações de cooperação entre os países emissores e receptores, as quais devem ser promovidas, não só no que diz respeito à aposta na formação profissional, como também para assegurar condições de trabalho dignas e justas (desde o pagamento de salário, à condições de higiene e segurança). Consideram que as remessas devem ser entendidas como capital privado e não devem ser apropriadas pelos Estados. Os governos e as instituições financeiras devem facilitar e tornar mais barato a transferência de remessas, de forma a encorajar os migrantes a transferirem as suas poupanças através de canais legais, protegendo desta forma o migrante, e estimulando o aumento do investimento. Estas medidas devem ser acompanhadas por políticas macroeconómicas que fomentem o crescimento económico e a competitividade.

As diásporas devem ser encorajadas a promover o desenvolvimento, através de poupanças e de investimentos nos países de origem, participando também em redes de conhecimento, assim como os Estados e as organizações internacionais devem estabelecer políticas e programas que maximizem o desenvolvimento do retorno dos fluxos migratórios, apoiando os emigrantes no processo de reterritorialização e as próprias redes de solidariedade externas. As deslocações irregulares devem ser alvo de debate, nomeadamente os seus efeitos negativos.

Esta linha de ideias advém do facto de se verificar um crescente número de migrantes internacionais nos últimos anos. As Nações Unidas (2008c: 4) revelaram que no Bangladesh, o número de migrantes aumentou de 103.000 em 1990, para 252.000 em 2005, e para 800.000 em 2007 (com destino a países do *Gulf Cooperation Council* - GCC). A Indonésia assistiu à saída de 712.000 migrantes em 2006. No Sri Lanka, entre 2000 e 2006, estima-se que em média, por ano, tenham deixado aquele país 204.000 trabalhadores migrantes, para irem trabalhar no GCC.

Mas apesar deste incremento não houve um aumento exponencial de remessas. Tal facto pode-se pensar associado à crise económica mundial. No entanto parece que o envio regular de remessas está mais associado ao stock de migrantes legais e já estabelecidos há algum tempo nos países, do que à crise internacional ou ao volume dos fluxos migratórios (NAÇÕES UNIDAS, 2007b: 65, 66).

Há o reconhecimento dos benefícios das migrações para o desenvolvimento e os níveis de bem-estar, quer dos países de origem quer dos de destino. Os migrantes, sejam legais ou ilegais, acabam por dinamizar as economias dos países de destino, daí que devam ser tidas em atenção atitudes xenófobas e racistas das sociedades de acolhimento. (NAÇÕES UNIDAS, 2008d: 3)

A síntese da posição das NAÇÕES UNIDAS (2007 a: 17) pode ser entendida neste excerto:

“International migration and development are interrelated and the linkages are numerous and complex. These linkages, the size, the type and direction of migration movements, and national policies are all a function of the political, economic and social contexts of the time. Although there is considerable policy interest in the root causes of international migration and the impacts on sending and receiving countries, in particular the social and economic consequences, understanding of the direction and magnitude of such effects is still in its infancy. As a result, running through all discussions of migration are three common threads: the lack of migration data, the absence of a coherent theory to explain international migration and the very weak understanding of the complex interrelationships between migration and development.”

A importância das migrações na relação com a dimensão económica e social mundial é destacada; porém, este organismo reconhece a falta de dados e, conseqüentemente, lacunas em termos teóricos, bem como da própria materialização da relação entre migrações e desenvolvimento.

No sentido de superar estas vicissitudes, é organizado desde 2007 o *Global Forum on Migration and Development*⁵¹. Este fórum resultou do encontro de cerca de 140 países em Setembro de 2006 na Assembleia-geral das Nações Unidas, onde foram discutidas as consequências da mobilidade e do benefício do binómio estabelecido com o desenvolvimento. Para isso, definiu-se a necessidade de se constituírem políticas adequadas e boas práticas governativas que contribuíssem para os impactos positivos das migrações. Este assunto gerou um crescente interesse por parte dos Estados-Membros pelo que se decidiu organizar o encontro referido, onde pudessem tomar parte a sociedade civil, organizações ligadas às migrações e os Estados.

Neste contexto cumpre referir as principais linhas orientadoras dos vários encontros, no sentido de perceber qual a direcção futura na definição de políticas públicas migratórias (NAÇÕES UNIDAS, 2007: 9-22; NAÇÕES UNIDAS, 2008: 41-44):

a) Desenvolvimento de políticas e práticas que permitam aos países uma melhor gestão dos seus recursos humanos, nomeadamente promovendo o recrutamento (destacam aqui os trabalhadores altamente qualificados, sobretudo na área da saúde);

b) Defesa das migrações temporárias, como forma de combate à imigração ilegal;

c) Maior integração do sector privado e não estatal como recrutadores, reduzindo os próprios custos da migração e promovendo migrações em segurança;

d) Promoção do estudo das migrações circulares, com o objectivo de entender como funcionam os esquemas de mobilidade;

e) Redução dos custos do envio de remessas, estimulando a competição entre entidades bancárias, facilitando o sistema de transferências através do uso de novas tecnologias, com segurança e promovendo programas de literacia financeira;

⁵¹O primeiro encontro foi realizado em Bruxelas (Bélgica), o segundo em 2008 em Manila (Filipinas), o terceiro em 2009 em Atenas (Grécia), o quarto em 2010 em Puerto Vallarta (México). Em 2011 será organizado pela Suíça.

f) Desenvolvimento das relações de cooperação entre os países de origem e de destino das migrações, numa lógica de “distribuição dos impactos positivos e negativos” das migrações;

g) Reconhecimento dos benefícios das migrações, daí que os países receptores não devam cortar nas quotas de imigração, mas antes promover o recrutamento de trabalhadores;

h) Assegurar as condições de dignidade e de segurança no trabalho, através do cumprimento dos direitos humanos aos migrantes e às suas famílias, promovendo-se a continuidade da ligação dos imigrantes em geral aos países de origem;

i) Reforçar o combate à imigração ilegal, à criminalidade e às condições precárias de trabalho;

j) Reconhecimento do contributo dos imigrantes das diásporas para os seus países de origem (investimentos, estabelecimento de redes de conhecimento);

k) Facilitar a transferência de remessas por canais legais;

l) Apostar na regularização dos irregulares;

m) Criação bancos de dados e disponibilizar esses dados sobre as migrações.

As linhas de acção relativamente à investigação sobre migrações para o futuro deverão assentar em vários pontos: troca de informação; financiamento de iniciativas ligadas ao estudo das migrações; participação do governo nestas iniciativas e tomada de consciência das problemáticas/soluções debatidas; colocação do tema “migrações” na agenda política; desenvolvimento de uma opinião pública favorável sobre as migrações.

De uma forma geral pode-se constatar que, embora havendo pontos em que não há consenso estabelecido, autores e organismos oficiais concordam que as migrações alteram a dinâmica económica, social e cultural dos territórios de partida e de chegada, estando intimamente ligadas aos processos de desenvolvimento em ambos os pólos geográficos. No capítulo seguinte tentar-se-á, a partir da análise de casos práticos, perceber com maior pragmatismo quais são os efeitos que os movimentos migratórios promovem nos territórios.

2.2 Migrações e Desenvolvimento: análise de casos práticos

2.2.1 Na Ásia, América Latina e Europa

DOCQUIER, RAPOPORT e SHEN (2007: 5-7, 30) realizaram uma abordagem à literatura, procurando autores que tivessem identificado casos de interesse sobre a temática migrações/desenvolvimento em diferentes perspectivas geográficas.

Citam Richard ADAMS (1989, 1992) que realizou um estudo comparativo do Egipto e do Paquistão, constatando que as migrações internacionais acentuaram as diferenças económicas nas áreas rurais egípcias, enquanto originaram um efeito neutro no mesmo tipo de regiões paquistanesas.

Já J.Edward TAYLOR e T.J. WYATT (1996) analisaram o caso mexicano a partir do estudo de áreas rurais, tendo concluído que as remessas contribuíam para a diminuição das desigualdades económicas, principalmente porque estimulavam a actividade agrícola, servindo como complemento do rendimento familiar. Neste caso o impacto das divisas no desenvolvimento rural estava dependente não só da distribuição inicial dos ganhos na comunidade de origem, como também de outros factores, como a posse da terra, as ofertas do mercado de trabalho local, etc. Antes deste, já J.Edward TAYLOR (1992) tinha realizado um estudo “longitudinal” de localidades mexicanas, demonstrando que as remessas podiam, a curto-prazo, aumentar as iniquidades entre agregados familiares com e sem membros migrantes, embora acabassem por gerar um efeito positivo em agregados familiares rurais que tinham investido o capital na agricultura.

Outros autores como David MCKENZIE e Hillel RAPOPORT (2007) estudaram o impacto directo e indirecto (efeito multiplicador) das migrações e das remessas num grande número de povoações mexicanas, concluindo que se verificava um aumento das iniquidades em comunidades com baixo número de migrantes, enquanto havia uma diminuição das iniquidades em comunidades com uma grande prevalência de migrantes.

Ainda no contexto sul-americano, Bradford BARHAM e Stephen BOUCHER (1998) analisaram o caso de uma pequena cidade costeira da Nicarágua e concluíram que as remessas diminuían as disparidades económicas,

servindo como complemento adicional do rendimento do agregado familiar e não como fonte de receitas principal. Desta forma, os ganhos do agregado advindos dos seus empregos teriam mais impacto financeiro do que as remessas em si.

Branko MILANOVIC (1987) realizou uma abordagem à Jugoslávia, semelhante à dos estudos efectuados por Oded STARK, J.Edward TAYLOR e Shlomo YITZHAKI (1986) nos anos 80 do séc.XX, não tendo encontrado provas empíricas para a hipótese de que as remessas acentuariam as diferenças de ganhos, sobretudo em agregados ligados à agricultura.

Perante estes exemplos, Frederic DOCQUIER, Hillel RAPOPORT e I-Ling SHEN concluem que, de uma forma geral, as migrações acabam por diminuir as iniquidades económicas, mais não seja porque aumentam os rendimentos dos agregados familiares mais pobres. De qualquer forma, pode-se questionar se este não será um efeito falacioso, na medida em que se não houver um investimento eficaz que possa fazer render os dividendos advindos das remessas, mais tarde, aquando da alteração das circunstâncias migratórias (por reagrupamento familiar ou retorno), poderá cessar o envio desse capital, com as consequências inerentes (diminuição do rendimento do agregado no país de origem do migrante). Este será o tema abordado nos casos práticos seguintes.

DESHINGKAR (2008: 161-172) realizou um estudo de caso na Índia, onde constatou que as migrações internas têm um peso mais importante que os fluxos internacionais porque mobilizam um número bastante mais elevado de pessoas. Este facto relaciona-se com a capacidade de mobilidade dos indivíduos, já que envolve os mais pobres, de castas baixas e com menos qualificações académicas, ou seja, aqueles que não têm capacidade económica para pagarem os custos e os riscos do processo migratório internacional.

Contudo, estas migrações internas, que são na maior parte dos casos temporárias, ajudam a atingir os compromissos do *Millennium Development Goals*, já que é notória a redução da pobreza nas classes mais baixas, pois passam a ter uma fonte de rendimento extra através do envio de remessas. Mas a falta de informação relativamente a esta situação leva a que os *policy makers* tenham tendência a adoptar políticas restritivas

no que concerne a este tipo de mobilidade, sobretudo da passagem de migrantes de áreas rurais para urbanas. Esta limitação revela-se ineficaz pois a migração continua, porém de forma clandestina.

Este tipo de política, segundo o autor, pode estar a comprometer o desenvolvimento e a perpetuar situações de pobreza. As migrações sazonais ajudam a cobrir dívidas, muitas das quais contraídas com base em maus anos agrícolas, a perpetuar práticas sociais e culturais (desde festivais a casamentos, etc.), a suportar os estudos, e até a fomentar investimentos em termos de saúde alimentar, ajudando os indivíduos a “ascenderem” do ponto de vista social.

Este caso, que é semelhante a muitos outros no mundo, coloca a questão das limitações dos fluxos. Percebe-se que esta estratégia política tem como objectivo controlar e evitar a pressão dos migrantes sobre o mercado de trabalho do território de chegada, que pode degenerar em desemprego e situações mais extremas, por exemplo de mendicidade. Contudo, há que ponderar se “proibir”, sem medidas alternativas (migração por quotas, migração temporária) será a melhor solução, já que poderá estar a alimentar redes de imigração ilegais, as quais operam com base na extorsão e escravização dos migrantes.

PREMA (2008: 213), que estudou o caso de Kerala, também na Índia, defende que o uso deste capital é afectado pela própria percepção sobre a sua utilidade (para que serve, qual o fim a que se destina, a que tipo de consumo), pelo estatuto social que o mercado de trabalho confere ao migrante, e pelo grupo a que pertence (casta) associado à estrutura étnica e valores da comunidade a que cada migrante está ligado. É preciso que os governos, os bancos, os economistas e as organizações para o desenvolvimento tenham em atenção as diferenças sociais entre os grupos, os quais usam as remessas de forma diferente. O objectivo será pois apoiar aqueles que poderão revelar mais dificuldade em gerir esse capital, por exemplo, grupos com formação académica mais baixa, e portanto com mais predisposição para poderem ser enganados em termos de envio/recepção de remessas e do seu próprio investimento em negócios.

A China também é outro dos países do mundo que experienciou uma urbanização mais rápida⁵², em parte devido à presença de migrantes sazonais e não sazonais nas cidades. A causa das migrações neste país está relacionado com a abertura institucional, desemprego nas áreas rurais, diminuição do nível de vida (*slugging*) e com a abertura de agências de ajuda às migrações. Tendo em conta este fenómeno PING e SHAOHUA (2008: 219-138), realizaram estudos sobre o caso das migrações internas chinesas, constatando que o envio de remessas desempenha um importante papel nas áreas rurais da China, mas há duas questões que colocam.

Em primeiro lugar: as remessas têm sido usadas para promover o desenvolvimento rural? Os autores respondem, analisando os efeitos das divisas, as quais permitiram uma redução das disparidades regionais entre áreas rurais e urbanas (em termos de rendimento *per capita*), bem como a diminuição dos níveis de pobreza em regiões geograficamente marginais. No início dos anos 90 do séc.XX, alguns governos locais chegaram a encorajar as migrações em espaços rurais como forma “primária” de redução da pobreza e de promoção do desenvolvimento local, ajudando inclusive membros de agregados familiares muito pobres a arranjar emprego nas cidades. Também se verificou que nas famílias destes migrantes há um maior investimento na saúde, na educação e no consumo. As remessas acabam por ser o suporte de sectores básicos da vida quotidiana dos indivíduos, em especial nos agregados mais dependentes dos instáveis rendimentos da agricultura. Além disso permitem um maior investimento em termos agrícolas (compra de sementes, pesticidas, fertilizantes, etc.), o que melhora os desempenhos de produtividade do sector e até relativiza alguns riscos naturais (controlo de pragas, por exemplo).

A segunda questão: como explicar a situação de que os imigrantes enviam grandes quantias monetárias para os familiares que ficam nas áreas rurais, enquanto eles mesmos vivem em condições miseráveis nas cidades? Os autores constataram que o agregado familiar suporta grande parte dos custos da migração, esperando a partir daí obter benefícios, em

⁵²Em 1978 cerca de 9% da população chinesa vivia em áreas urbanas, enquanto que em 2004 essa percentagem aumentou para 42%.

especial com as remessas. O seu destino, está relacionado com a própria estratégia familiar e do grupo, tal como acontecia no caso de Kerala. Esse “pagamento” por parte do migrante pode levar a que se sujeite a condições de trabalho demasiado árduas, resultando em consequências nefastas ao nível da saúde física e psicológica, fomentada pela vida em condições de pobreza no local de destino⁵³.

Para que a migração contribua verdadeiramente para o desenvolvimento rural, é preciso que se reduzam os seus custos económicos e sociais, assim como os níveis de pobreza entre os próprios imigrantes. Este aspecto tem sido muito negligenciado, quer em termos académicos, quer em termos políticos, no contexto deste país, daí se sugere que mais do que o governo central chinês, devem ser os governos locais, próximos dos migrantes e das suas famílias, a ter em conta este fenómeno e a tomar medidas para o mitigar. FANG e DEWEN (2008: 249-266) também abordam o caso chinês, analisando a tipologia de migrantes das áreas rurais – migrantes permanentes (sem alteração de *hukou*⁵⁴) e migrantes sazonais – verificando que as migrações são selectivas e a decisão de migrar está relacionada com o nível educacional e com a idade⁵⁵, pelo que as remessas acabaram por estimular a coesão territorial em território chinês, sobretudo entre as áreas rurais e urbanas.

LIANG e MOROOKA (2008: 273-288) reconhecem a estreita relação entre “desenvolvimento e migrações internacionais”, embora durante muito tempo se defendesse que o envio de remessas apenas servia o consumo e o investimento de forma muito limitada, e que as próprias comunidades ficavam dependentes de forma nefasta, acabando por se acomodar à recepção de divisas, tornando os que ficavam no local de partida como agentes inactivos do desenvolvimento local. Perante as suas

⁵³É de recordar o que foi abordado no subcapítulo anterior sobre o stress provocado pela migração nos indivíduos que são coagidos a enviar determinado volume de capital para o agregado familiar no local de origem, bem como o caso das imigrantes filipinas em Itália que se endividavam, contraindo empréstimos, para enviar remessas ao agregado familiar com a frequência solicitada.

⁵⁴Corresponde a um sistema de registo da residência do agregado familiar.

⁵⁵Estes autores destacam dos seus estudos que são os mais jovens, com maior formação educacional que têm mais tendência para migrar.

investigações, concluíram que as remessas são usadas em investimentos pelas famílias, juntando-se por vezes vários núcleos para investir num único negócio, fora da esfera da comunidade local de origem. Em certos casos o capital enviado pelos imigrantes, em termos de contribuições/doações, revelou-se fulcral para as iniciativas locais de carácter educacional (desde construção/renovação do parque escolar, até à formação profissional), bem como para outras causas⁵⁶.

Perante este panorama, os autores defendem que as políticas devem estar de acordo com a liberalização da emigração, já que isso estimula as actividades empresariais de carácter local e o desenvolvimento regional, mesmo que os resultados possam não ser imediatos. Por outro lado, também se deve pensar em termos de planeamento dos equipamentos e infraestruturas locais, as quais podem ajudar na definição da estratégia do migrante de voltar ou não ao seu lugar de origem.

No continente sul-americano também têm sido realizados estudos por parte da comunidade de investigadores na área das migrações. OROZOCO (2008: 303-334) reconheceu que em 2004, as remessas enviadas para a América Latina por latino-americanos imigrados nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e em outras partes do mundo, foi de 45 biliões de dólares e estima-se que em 2005 tenha subido mais 1 bilião. Refere (Ob.Cit.320):

“Remittances constitute a significant component of how countries are inserted into the global economy through their migrant communities. Remittances are not only about the behaviour of individual migrants but are also part of the process whereby nations are further integrated into the global economy.”

Destaca-se aqui o papel do migrante enquanto agente que ganha, distribui e aplica o capital, bem como a integração na comunidade do território de chegada, como uma mais-valia de estabilização a vários níveis, sobretudo laboral e social, a qual facilita a manutenção do próprio

⁵⁶Imigrantes da província de Fujian que vivem em Nova Iorque, recolheram entre si fundos para comprar um carro de bombeiros que daria apoio às suas localidades-natais.

estado físico, psicológico, material e imaterial do migrante, permitindo produzir mais e melhor.

Embora o autor reconheça o papel das remessas como factor material de fomento do desenvolvimento regional e local, destaca o que chama “5 T”, os quais têm efeitos significativos em termos económicos e no desenvolvimento dos países de origem e também nos de destino. São aspectos ligados à dinâmica do quotidiano dos migrantes que vão interferir em factores materiais como no aumento das receitas, na circulação do capital, na viabilização de investimentos, mas também em aspectos imateriais ligados ao bem-estar das comunidades. Enuncia:

1º T) Transporte aéreo – Em média os imigrantes latino-americanos viajam para casa uma vez por ano (os equatorianos viajam em média 2 vezes e os dominicanos 3 vezes). Companhias aéreas como a TACA⁵⁷, tem 15 voos diários entre os EUA e El Salvador, sendo que 70% dos passageiros são imigrantes os quais, como principais clientes, usam os seus serviços, especialmente em épocas festivas e de férias;

2º T) Turismo – Ao regressarem em período de férias, os emigrantes tornam-se turistas nos seus próprios países/regiões de origem, seja pela compra de produtos, seja pela visita a determinados locais (consumo de produtos e serviços relacionados com festas, casamentos, festivais religiosos, etc.);

3º T) Telecomunicações – O autor verificou que os imigrantes latino-americanos falam em média 120 minutos por mês, o que origina lucros de milhões de dólares e acaba por reforçar a infraestruturas de comunicações. Estima-se que cerca de 50% a 80% dos ganhos das companhias telefónicas resultem das chamadas *home-to-home* de imigrantes;

4º T) *Nostalgic trade* – Cerca de 70% dos emigrantes consomem produtos tradicionais do seu país de origem (tortilhas, café, rum, tamales, doces, etc.). O volume destes produtos locais comercializados da América Latina para os EUA chega a representar cerca de 10% do total de exportações dos países, embora 70% dos latinos assumam que compre os que são directamente produzidos no país de chegada. Este tipo de consumo

⁵⁷Supõe-se Transportes Aéreos das Caraíbas.

é uma forma de manter a identidade cultural e os laços com a terra-natal, pelo que há casos em que os imigrantes acabam também por investir em negócios no seu país de origem relacionados com a indústria alimentar (queijo, frutas e vegetais);

5º T) Transferência de remessas – O envio de remessas nem sempre se pode quantificar da forma mais real possível, pela existência de transferências informais. Também como foi referido, subestima-se a importância deste capital, o que neste caso, segundo o autor não é verdade, pois também é usado para poupar ou para investir com efeitos positivos à escala local. A própria comunidade que não migra perpetua essa dinâmica ao exigir mais ao migrante.

Nesta análise, verifica-se que o autor não coloca em especial destaque as remessas em si, mas enquanto capital de investimento e o efeito multiplicador decorrente, seja em negócios, seja em serviços ligados ao lazer e ao turismo.

Perante esta perspectiva Manuel OROZOCO entende que existem três questões em que as instituições que trabalham para o desenvolvimento da América Latina se deviam fixar: uma seria perceber as relações entre as remessas e a economia do país, ou seja, explicar a interação entre a base produtiva local e a causa/efeito da entrada de remessas nesse sistema; outra seria explicar o comportamento macro-económico das remessas, em especial a sua influência nos investimentos ou no comércio, ou seja, estudar como a subida de preços ou o desemprego influenciam o envio de remessas; e por fim seria imperativo analisar os impactos das remessas no crescimento. Esta questão assegura-se importante, em especial no caso de países onde existe uma forte influência das remessas, como é o exemplo de Cuba⁵⁸.

Neste caso, embora se reconheça a necessidade de aprofundamento do estudo de situações concretas, é visível a relação casual migrações – desenvolvimento. Contudo MASSEY (1988: 402-405) faz questão de

⁵⁸No caso deste país, o envio de remessas é feito informalmente a partir das “mulas”. Operam organizados em redes ou como visitantes casuais - turistas.

sublinhar que a emigração do México para os EUA não reflecte tanto a falta de desenvolvimento económico do México, mas antes o rápido desenvolvimento dos EUA.

A primeira vaga da emigração mexicana ocorreu no virar do séc.XIX para o XX, em reposta ao *enclosure* de terras comunitárias e à aplicação de capital na agricultura, a par do rápido desenvolvimento económico do sudoeste americano. A segunda vaga foi durante os anos 20 do séc. XX, com a revolução mexicana, a qual deixou o país devastado, a par do *boom* económico do período pós 1ºGGM. Nos anos 40 do mesmo século, um conjunto de períodos de seca enfraqueceu a agricultura e aumentou a pressão migratória para os EUA, que acabou por instituir o “programa bracero”⁵⁹. A terceira vaga teve início nos anos 60 do séc.XX e coincidiu com o despoletar da modernização da agricultura. Entre os anos 40 e 70 do séc.XX, o país crescia economicamente a um ritmo mais rápido do que muitos países europeus, embora tivessem existido estes 3 ciclos migratórios.

Até aos anos 80 do mesmo século, o número de migrantes para os EUA nunca excedeu os 15% da população total. As motivações estiveram assim mais relacionadas com a instabilidade política e com as alterações introduzidas pela tecnologia e pelo sistema capitalista na agricultura.

De qualquer forma, apesar dos argumentos do autor, não se deve descurar dois elementos que parecem ser fundamentais na decisão do processo, ou seja, a busca de uma melhoria da qualidade de vida não só em termos materiais (aumento dos rendimentos monetários) mas também imateriais (melhor educação para os filhos, oportunidade de ascensão profissional e social, entre outros aspectos), assim como a própria cultura migratória aliada à imagem territorial do país de destino.

Também TAYLOR, ADAMS, MORA, e LÓPEZ-FELDMAN (2008: 118) realizaram estudos no México, concluindo que as remessas enviadas pelos imigrantes internacionais fazem diminuir apenas de forma ligeira as iniquidades de rendimentos no México rural, embora nesse aspecto as

⁵⁹Foi um programa de migração temporária, que garantia a atribuição de vistos de trabalho de 6 meses a mexicanos.

remessas dos migrantes internos tenham um impacto muito mais significativo. Porém existe uma situação em que corrobora as ideias de STARK, TAYLOR e YITZHAKI (1986), ou seja, a expansão da migração tem um efeito diferencial em termos de distribuição de rendimentos (remessas), mas a difusão do acesso à migração (a generalização da mobilidade de mais pessoas e agregados familiares) faz com que haja uma diminuição das iniquidades.

Os autores também referem factores que influenciam os níveis de remessas, nomeadamente o nível de integração do migrante no mercado de trabalho em que está inserido. Acrescente-se que a situação judicial em que se encontra – se legal se ilegal – também é importante. Por um lado, ao estar ilegal pode ser levado a pensar que, não pagando impostos, terá mais capacidade de poupança e, conseqüentemente aumentar o valor das remessas. No entanto, há fortes probabilidades do imigrante estar a ser mais mal remunerado no seu trabalho, bem como a pagar a viagem ao angariador/passador, ou ainda a serem-lhe cobradas despesas extras com base em situações de “chantagem” por estar ilegal.

Estando legal terá mais estabilidade no mercado de trabalho e na própria sociedade, o que se irá reflectir de forma positiva no envio de remessas. É que, independentemente do efeito que as divisas geram a médio/longo prazo, este capital internacional acaba por introduzir elevados montantes em áreas rurais.

Neste sentido, STARK, TAYLOR e YITZHAKI (Ob.Cit., 1986), defendem que as políticas que restringem a emigração/imigração aumentam os níveis de pobreza, especialmente em regiões onde os agregados familiares dependem muito dos imigrantes. Por outro lado, as políticas que incentivam o envio de remessas associadas a investimentos, reduzem os níveis de pobreza, embora se deva ter prudência em vários aspectos já referidos (apropriação pelo Estado, os canais de envio ilegais, a falta da informação por parte dos emissores/receptores).

Outro dos casos de estudo de interesse é o grego, já que os fluxos migratórios para a Europa do Sul, e para a Grécia em particular, aumentaram significativamente nos últimos 20 anos. De país emissor, passa para uma posição de receptor, pelo que KASIMIS (2008: 212- 227) realiza um

estudo onde tenta perceber o contributo dos fluxos imigratórios não numa perspectiva dos impactos nos países de origem dos estrangeiros, mas no território de chegada, especialmente em regiões de baixas densidade de carácter rural muito ligadas à agricultura.

O autor explica que, com a introdução da PAC,⁶⁰ os agricultores esperaram baixar os custos de produção através da “importação” de mão-de-obra barata, daí ter havido a necessidade de se contratarem imigrantes. Porém, houve aspectos contraditórios neste processo, uma vez que se verificou uma certa hostilidade quanto à imigração, medo da “concorrência”, mesmo quando grande parte da população grega reconheceu a sua importância para a diminuição dos custos de produção e para o desempenho funções que eles próprios preteriram⁶¹.

Até à década de 70 do séc.XX, a Europa do Sul era uma área emissora; na década de 80 tornou-se uma região de trânsito (imigrantes oriundos de África, Ásia, Polónia, Jugoslávia, que iam para os EUA, Canadá e até para a Europa Ocidental); a partir do final de 80/princípio de 90 consagrou-se como destino. Se for considerado que cerca de 2/3 das explorações agrícolas, bem como metade da população europeia empregada na agricultura está na Europa do Sul, é natural que os imigrantes, em especial aqueles que não se fixem em áreas urbanas, acabem por procurar estas áreas rurais para desempenhar funções na agricultura, bem como outras tarefas, por exemplo apoio aos idosos.

Segundo o mesmo autor, a agricultura tem sido um sector que absorve mão-de-obra estrangeira no sul da Europa. Os Censos de 2001 revelaram que em Espanha, 17% da população imigrante residia em áreas rurais com menos de 10.000 habitantes, ligados à agricultura; em Itália os imigrantes estão sobre-representados na agricultura face aos autóctones (13,1% e 5,3%, respectivamente), constituindo 60% da mão-de-obra sazonal, indocumentados provenientes da Polónia, República Checa, Eslováquia e Roménia. No norte do país os imigrantes dedicam-se à pecuária, em especial os

⁶⁰PAC – Política Agrícola Comum.

⁶¹Efeito relacionado com a teoria do mercado de trabalho segmentado.

marroquinos e indianos, e à fruticultura, horticultura e vindimas, assim como os imigrantes oriundos de países da Europa Central e Oriental⁶².

Porque migram estes indivíduos para o sul da Europa? Esta é a questão basilar do estudo deste autor. A reestruturação económica dos países de acolhimento, aliada à adesão da Europa do Sul à CEE⁶³, bem como os efeitos subsequentes⁶⁴, levaram a que se procurasse mão-de-obra estrangeira, mais barata, flexível (vulnerável?) e não sindicalizada.

Além disso, verificou-se uma mudança de atitudes na sociedade, onde os mais jovens deixaram as áreas rurais para ir estudar ou trabalhar para as urbanas (êxodo rural) e acabaram por arranjar emprego no sector terciário. Ficam vagos os trabalhos e funções menos atractivos do ponto de vista económico e social. Tal facto acabou por se constituir num desequilíbrio demográfico, já que a população que ficou envelheceu e passou à reforma sem deixar/encontrar substitutos.

Também aponta a oportunidade de transgressão do período de permanência permitida pelo visto: o turismo, comércio marítimo e outros meios facilitaram a entrada de indocumentados ou de legais que se tornam ilegais quando expirou o prazo de validade da documentação, sendo que as autoridades foram nesse contexto permissivas quanto à sua permanência. Aliado a este factor, a geografia da proximidade entre os países emissores e os receptores (conjugação de linhas de costa extensas e fronteiras terrestres permeáveis) foi outro aspecto aliciante e motivador do próprio processo migratório.

No caso da Grécia (Ob.Cit.:217-227), embora o peso da agricultura tenha vindo a decair, ainda é responsável por ¼ das exportações, 16% da população empregada e 6 a 6,5% do PIB de 2003, pelo que pode ser considerado um sector relativamente atractivo. Na década de 90 do séc.

⁶²No sul do país há mais situações de exploração pela abundância de imigrantes e pelas redes de tráfico humano que aí operam.

⁶³CEE – Comunidade Económica Europeia.

⁶⁴Subsídios no âmbito da PAC; alteração na estrutura do mercado de trabalho, onde os autóctones começam a ser “promovidos” a outras funções; desenvolvimento de sectores como o turismo e as obras públicas e privadas; aumento do número de mulheres a trabalhar com procura de substitutas para os serviços domésticos.

XX, foi dos países da Europa do Sul que recebeu o maior número de imigrantes, relativamente à sua população activa. O perfil do imigrante grego pode-se traduzir da seguinte forma: são jovens; revelam equilíbrio nos géneros; os principais grupos são albaneses (1ª vaga no início dos anos 90), outros originários de Estados Balcânicos, da ex-URSS, do Paquistão e da Índia (2ª vaga depois de 1995); por nacionalidades encontram-se os albaneses em maior percentagem, seguidos do grupo dos búlgaros, romenos, outros de países da UE, EUA, Canadá e Austrália; dominam os indivíduos com habilitações secundárias e um pequeno grupo com formação superior; 90% trabalha por conta de outrem; desenvolvem funções em sectores como a construção civil, e “outros serviços” (serviços domésticos), dominando nestas actividades face aos nativos. Quanto a este último aspecto, ganha destaque a agricultura, que com a concorrência de produtos estrangeiros mais baratos, a pressão para renovação tecnológica e a aposta intensiva em capital e mão-de-obra, levou a que muitos agricultores com negócios familiares abandonassem a actividade. O capital humano imigrante revelou-se fundamental para muitos reerguerem ou manterem as suas explorações (Ob.Cit.227):

“Os imigrantes proporcionaram uma solução inesperada para as carências de mão-de-obra da Grécia rural, que constituem uma necessidade estrutural premente especialmente nas regiões de agricultura intensiva. A disponibilidade de um grande número de trabalhadores imigrantes tem permitido colmatar grande parte do défice de mão-de-obra e, nos primeiros anos após a sua chegada, contribuiu decisivamente para a redução dos custos da produção agrícola.”

Nesse sentido o autor teve em conta três estudos de caso em três áreas cuja matriz rural era predominante, no entanto apresentavam características intrinsecamente diferenciadoras:

Caso 1) Região montanhosa/periférica (Ioannina) – Na fronteira com a Albânia, com uma matriz demográfica marcada pelo êxodo rural e com situação marginal face ao próprio país. Tem funcionado como local de retorno para gregos em idade de reforma e local de lazer/turismo para os

mais jovens, daí a procura de mão-de-obra imigrante de apoio à 3ª idade e também para a construção civil⁶⁵;

Caso 2) Região Dinâmica (Corinthia) – É uma história bem sucedida relacionada com a penetração de mercados exteriores. A população é mais jovem e qualificada do que no caso anterior, dominam as empresas agro-industriais e a vinha. Os nativos acabam por ocupar postos de trabalho melhores, deixando os menos apetecíveis para os imigrantes, bem como as actividades ligadas à agricultura sazonal principalmente no Verão (por exemplo, na vinha);

Caso 3) Região Pluractiva (Chaina, Creta) – Região com agricultura tradicional (olival), actividades agrícolas dinâmicas (estufas) e actividades não agrícolas (turismo). No entanto a população envelhecida não tem vindo a ser substituída pela jovem, daí a necessidade de mão-de-obra flexível e com baixas qualificações, normalmente encontrada no contingente imigrante.



Mapa 1. Regiões gregas estudadas por KASIMIS (2008)
Elaboração própria (2011) com base no Eurostat (2011)

⁶⁵Relacionado com o terramoto de 1996 e com estas “comunidades residuais” que voltaram e aí (re)construíram a sua residência.

Perante o estudo destes casos, o autor concluiu que quanto maior é a dimensão agrária, maior tende a ser o recurso à mão-de-obra imigrante, tendência que aumentou nos últimos anos. Em todas as regiões estudadas, verificou que os imigrantes não vieram concorrer com a força de trabalho local, pelo contrário, colmataram carências, funcionando como complemento em actividades diversas, em épocas sazonais. Isto não exclui a possibilidade de concorrência quando se trata da população autóctone não qualificada, já que os imigrantes tendem a ser “mais baratos” no que diz respeito aos encargos salariais, mas de qualquer forma geraram outro tipo de vantagens no que diz respeito à divisão do trabalho em explorações familiares. As tarefas mais pesadas acabaram por ser deixadas para os imigrantes, enquanto que os autóctones/proprietários passaram a exercer funções de gestão – nova cultura patronal.

Por outro lado os imigrantes ajudaram os idosos a permanecer no lar mais tempo da sua vida, dando apoio domiciliário e em pequenas tarefas (reparações, corte de lenha, etc.), ou seja, asseguram o seu modo de vida tradicional, e até acabam por gerir pequenos negócios (por exemplo, cafés) que mantém a actividade social da própria comunidade. Dinamizam ainda o mercado de trabalho local ao nível da construção civil, alterando a própria paisagem (reabilitação habitacional). Além disso a presença dos imigrantes tem sido importante em termos sócio-demográficos, já que nas regiões montanhosas e mais isoladas, os criadores de gado têm facilidade em encontrar mulheres estrangeiras para casarem e constituírem família.

Por sua vez, os nativos reconhecem que a presença de imigrantes exerce um efeito positivo sobre a economia local (aumenta a oferta de trabalho, reduz os custos salariais e expande o consumo). As atitudes negativas face à imigração foram detectadas entre os mais jovens e os que não recorrem à mão-de-obra imigrante, em especial entre aqueles que desconhecem o Outro. Neste contexto, foram identificados estereótipos, principalmente quanto aos albaneses, embora se verifique que na maior parte dos casos os imigrantes são mais bem aceites em meios rurais pequenos, sobretudo se vierem acompanhados da família. A regularização é encarada como um pré-requisito essencial para a integração na sociedade e no mercado de trabalho.

No seu estudo, Charalambos KASIMIS (Ob.Cit.: 229-239) constata que os imigrantes desempenham um papel muito importante no desenvolvimento agrícola, não concorrem com os nativos, são altamente flexíveis e complementam a economia familiar e regional, além de que viabilizaram a existência de muitas explorações agrícolas, garantindo o modo de vida tradicional e outras actividades (turismo, construção civil, etc.).

Na linha dos autores apresentados, que centraram a sua investigação em territórios rurais de baixas densidades, sejam de carácter emissor ou receptor, constatou-se que, em termos genéricos, existe de facto uma relação positiva entre a dinâmica migratória e o desenvolvimento regional. Neste sentido, e tendo em linha de conta os princípios orientadores do estudo proposto, parece pertinente a introdução ao conhecimento da realidade portuguesa e espanhola, centrada em especial no papel da imigração em regiões de baixas densidades, do ponto de vista do contributo que este contingente tem dado para a revitalização destas áreas.

2.2.2 Em regiões de baixas densidades portuguesas e espanholas: uma introdução

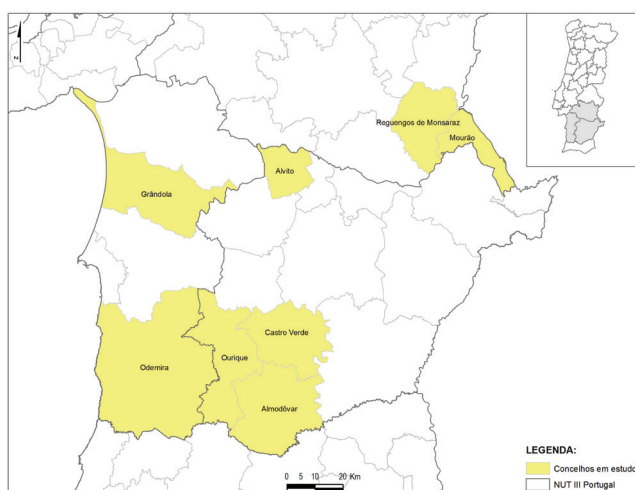
O quadro teórico provou, com todas as vicissitudes inerentes, a validade do estímulo provido pelos movimentos migratórios ao processo de desenvolvimento territorial. Face ao contexto de determinadas regiões peninsulares, caracterizadas pela diminuição da população residente, envelhecimento etário, debilidade do tecido económico/laboral, escassez de serviços, entre outras fragilidades, surge a questão inevitável: será que a permanência de imigrantes nestas regiões poderá mitigar tal realidade? Poderão ser os imigrantes agentes de desenvolvimento territorial? Ou noutra perspectiva, será que estes territórios apresentam características atractivas para imigrantes?

Foi nesta lógica que alguns autores realizaram estudos em regiões de baixas densidades portuguesas e espanholas. Entenda-se neste contexto o conceito de “baixas densidades” numa perspectiva quantitativa, referindo-se à escassez de população residente, de empregos, de bens e serviços, etc.

MARTINS (2010: 2), tendo em linha de conta a definição do ENQUADRAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA (2008), refere que estas áreas se caracterizam pela “escassez de recursos empresariais, de capital humano, de capital relacional, de população e de dimensão urbana”.

No caso português, destacam-se os estudos de FONSECA (2008a: 526, 527, 529-534), que tem desenvolvido trabalho de investigação nestes territórios, em especial no Alentejo. Embora confirme que a distribuição espacial da população estrangeira se centra sobretudo nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, assim como na região do Algarve, evidencia o aumento do número de imigrantes em regiões como o Ribatejo, o Alentejo, a Beira Interior ou Trás-os-Montes.

A partir de um trabalho de investigação realizado em 2003, constatou a presença de comunidades da Europa de Leste (ucranianos, moldavos, romenos, russos, búlgaros, entre outros) nas sub-regiões do Alentejo Central e do Baixo Alentejo, em concelhos com algum dinamismo económico (o caso de Odemira, Grândola, Reguengos de Monsaraz, Mourão, Alvão, Ourique, Castro Verde e Almodôvar). Estes indivíduos trabalhavam na agricultura intensiva, em especial na cultura de morangos, produtos hortícolas e vinha, assim como na construção civil local, ou nos serviços domésticos (contingente feminino).

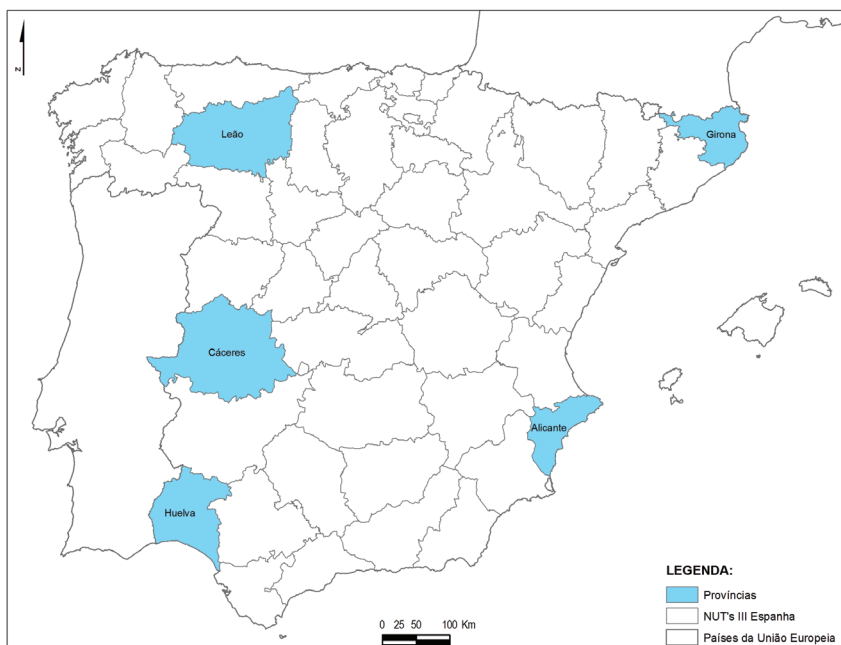


Mapa 2. Concelhos portugueses estudados por FONSECA (2008)
Elaboração própria (2011)

Perante o confronto com tal realidade, a população autóctone e os líderes comunitários assumiram como positiva a presença e acção deste capital humano e social na dinâmica sócio-económica da região.

ALHO (2003: 67-70) faz, na mesma época, um estudo sobre os impactos económicos das migrações da Europa de Leste para a UE, com enfoque no caso português, onde revela que a acção destes imigrantes no mercado laboral tem sido de carácter complementar aos nativos, desempenhando funções preteridas pelos nacionais, na lógica do mercado de trabalho segmentado. FONSECA (2007: 146-149) embora assuma que, em termos demográficos, o impacto destas populações estrangeiras seja limitado, sobretudo ao nível do rejuvenescimento etário pela natalidade, reconhece o contributo directo para o aumento da população activa. Porém chama a atenção para o facto de ser necessária a delimitação de uma estratégia política local, que permita uma melhor integração dos imigrantes nestas regiões de baixas densidades, a partir de medidas como a intensificação do ensino da Língua Portuguesa, a promoção da reunificação familiar, a disponibilização de formação profissional, o reconhecimento de diplomas, a facilitação do acesso a empréstimos bancários para compra de habitação própria, ou a atribuição de incentivos para o desenvolvimento de um negócio por conta-própria. Estas seriam medidas que poderiam aliciar os estrangeiros a se fixarem nestas áreas rurais de baixas densidades, numa lógica de, pelo menos, contribuição para a manutenção da dinâmica social, económica e laboral destes espaços, tal como acontece na óptica de Charambolos KASIMIS, para o caso grego.

No caso espanhol MORÉN-ALEGRET e SOLANA (2004: 22-25) e MORÉN-ALEGRET (2004: 17-25; 2008: 541, 538) também se têm dedicado ao estudo do fenómeno migratório em regiões de baixas densidades, nomeadamente nas províncias de Léon (comarca de El Bierzo), Cáceres (comarcas de La Vera e Campo Arañuelo), Huelva (comarcas de Andévalo e Casta), Alicante (comarcas de Marina Alta e Marina Baixa) e Girona (comarcas de Baix Empordà e Alt Empordà).



Mapa 3. Províncias espanholas estudadas por MORÉN-ALEGRET e SOLANA (2004)
Elaboração própria (2011)

O objectivo dos seus trabalhos nestas regiões está relacionado com uma pergunta de base: o que motiva alguns imigrantes a preferirem viver em pequenas localidades, em territórios de baixas densidades? Na sua perspectiva, uma das vertentes que destaca é a da “ruralofilia”, ou seja, uma forma específica de topofilia. Considerando a concepção de Yi-Fu TUAN (1974: 4), o conceito refere-se aos laços afectivos desenvolvidos entre os indivíduos e os lugares, que depende da experiência pessoal de cada um. Neste contexto, a ruralofilia diz respeito a esta mesma ideia, só que materializando o espaço a que diz respeito – as áreas rurais – como que numa visão antagónica mas complementar, relativamente à “urbofobia”. Trata-se de uma dinâmica enquadrada na teoria de atracção-repulsão, a defendida por este autor: as áreas urbanas são encaradas como repulsivas (pressão demográfica, relações sociais alienantes, poluição, estilo de vida associado a situações de stress, etc.), enquanto que as rurais são percebidas como atractivas (menor pressão demográfica, mais possibilidade

de interacção social com a comunidade, qualidade ambiental, estilo de vida tranquilo, etc.).

As características inerentes aos territórios de baixas densidades são entendidas neste contexto como positivas, na medida em que permitem ao imigrante desenvolver o projecto migratório a que se propôs, no caso de ter capacidade de inserção no mercado laboral, beneficiando de um estilo de vida que considera mais adequado para si e para a sua família (no caso de o acompanhar na migração).

Este encanto do rural é referido também por SOLANA (2003: 14-15) e VELASCO (2006: 98, 103-107), sendo que esta última autora destaca a componente ambiental como factor justificativo das preferências residenciais de certos segmentos populacionais. O estudo do aumento da taxa de crescimento populacional em alguns parques naturais andaluzes (entre 1981-2001) permitiu-lhe perceber a existências de um processo de “naturbanização”, o qual se define pela atracção exercida por municípios rurais integrados em espaços naturais protegidos, sobre determinados grupos de indivíduos.

No fundo é uma vertente mais específica do conceito de ruralofilia, aplicado neste caso a parques e espaço de protecção ambiental. Embora não se refira a imigrantes em concreto, coloca-se a questão se serão territórios atractivos para contingentes estrangeiros muito específicos, por exemplo, para indivíduos reformados do centro e norte da Europa que procuram Portugal ou Espanha para residir e aproveitar o tempo livre da aposentação (*sun-seekers*), já que nestes casos a motivação climática e ambiental é determinante na escolha do destino migratório.

Embora os casos apresentados não incidam directamente na questão da imigração e do desenvolvimento, mas antes no estudo da dinâmica laboral e motivacional, asseguram-se como pontos de partida de interesse para o estudo do território ibérico. Na sua natureza, revelam pistas para o estabelecimento de um quadro analítico baseado na ligação imigração-território, donde derivarão as consequências inerentes, ou seja, o impacto da presença destes indivíduos para o desenvolvimento regional. Nesse sentido, no capítulo seguinte, será abordada a questão da evolução do fenómeno imigratório em Portugal e em Espanha, com destaque para a

apresentação e análise de dados estatísticos disponibilizados pelas fontes oficiais. O objectivo será o de se realizar uma primeira análise da realidade imigratória ibérica, de forma a que, em conjunto com as reflexões realizadas pelos vários autores, se possam conceber instrumentos de trabalho capazes de permitir o estudo do caso prático raiano proposto.

CAPÍTULO 3
IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
NO CONTEXTO DA PENÍNSULA IBÉRICA

**3.1 Evolução do panorama imigratório em Portugal e em Espanha:
De cais de partida (também) a cais de chegada**

3.1.1 Os ciclos imigratórios na perspectiva ibérica

A intensificação dos fluxos imigratórios na Península Ibérica ocorreu na década de 80 do século XX, quando os contingentes de estrangeiros residentes começaram a ganhar uma maior visibilidade em termos quantitativos. Autores como Lopéz-TRIGAL (1994: 17, 18), MARTÍNEZ, (1997: 103), ACTIS, DE PRADA e PEREDA (1999: 63), BLANCO (2000:151, 153), PÉREZ (2002a: 21), VIEDMA e RODRÍGUES (2005: 115) ou RAMOS (2004: 33) corroboram tal facto.

Este último autor chama a atenção para o facto desta análise ser recente. Nos anos 80 do séc.XX, os investigadores e os governantes ainda não encaravam Espanha como um país receptor, mas sim com um carácter essencialmente emissor. Só a partir dos anos 90 do séc.XX, se aceitou o facto de Espanha se ter tornado num país de imigração.

De facto, ambos os países deixaram de ser apenas cais de partida, tornando-se também cais de chegada. No início do séc.XXI⁶⁶, residiam na UE mais de 13 milhões de imigrantes, o correspondente a cerca de 3,4% do total da população total da UE. Esta realidade resulta da matriz

⁶⁶Dados de 2002.

histórico-geográfica da mobilidade internacional, mas também porque nos últimos 20 anos ocorreram mudanças significativas no cenário migratório em países como Espanha, Itália, Grécia e Portugal. Só nos países da OCDE (2011)⁶⁷ residiam em 2009 cerca de 53.964.754 imigrantes permanentes documentados⁶⁸.

No caso espanhol, entre 1975 e 1997, o número de residentes estrangeiros em situação legal aumentou de 165.000 para cerca de 610.000 indivíduos, o que implicou um crescimento anual de 10%. Inicialmente, verificou-se o predomínio de cidadãos europeus e também de latino-americanos. A imigração tradicional dos anos 70 do séc.XX era de argentinos, uruguaios, chilenos e venezuelanos, tendo-se no início do séc.XX aberto para cubanos, dominicanos e peruanos, entre outros, nomeadamente cidadãos africanos, sobretudo marroquinos. A chegada de imigrantes, segundo VIERA, BUJÁN, CASAS e VARELA (2006: 22, 23) acaba por reflectir a mudança internacional do próprio país, passando a “desenvolvido”. Era necessário requerer capital humano que se ocupasse de tarefas consideradas, do ponto de vista social, como pouco satisfatórias (em termos de remuneração, segurança, etc.), na lógica da teoria do mercado de trabalho segmentado.

Entre 2000 e 2003, entraram em Espanha entre 1.600.000 a 2.000.000 de imigrantes. Este número igualou os fluxos emigratórios de espanhóis no início do séc.XX: entre 1912-1915 chegaram a sair 10 a 12 emigrantes por cada 1000 habitantes, ao ano. De qualquer forma, e mesmo a receber imigrantes há mais de 25 anos, mais de metade da população estrangeira tinha menos de 4 anos de permanência legal no país, o que demonstra o recente carácter do processo.

Em Espanha, a entrada de imigrantes foi relativamente diminuta até aos anos 80 do séc.XX, daí que se compreenda que até à entrada em vigor da *Ley de Extranjería* de 1985, não existisse legislação geral que controlasse este fenómeno. Assim se percebe que a sua constituição e

⁶⁷OCDE - *Organisation for Economic Co-operation and Development*.

⁶⁸Exceptuam-se deste grupo de países a França, a Irlanda, a Federação Russa e a Turquia (não apresentam dados para o ano em questão).

aplicação viesse mudar o panorama e marcar uma nova etapa na situação dos estrangeiros. O poder político toma consciência de que a imigração se constitui como um fenómeno significativo da sociedade e das paisagens, daí a necessidade de “organizar” os fluxos a vários níveis, tanto na parte legislativa – em termos teóricos – e na parte executiva – em termos práticos. Daí decorre a realização de processos de regularização que permitiram conhecer melhor a população imigrada em termos de números, características e localização.

É por isso que o final do séc.XX/princípio do séc.XXI, fica marcado pela celebração de processos massivos de regularização de imigrantes, que reflectiram a aceleração dos fluxos com destino a Espanha, de 1996⁶⁹ a 2001. O volume dessas legalizações resultou na duplicação do censo de residentes estrangeiros de países terceiros em Espanha. ESCRIBANO (2002: 43, 42) reconhece a importância destas regularizações extraordinárias, referindo também que a assinatura de acordos⁷⁰ entre países (emissores e receptores) pode, de certa forma, ajudar a “controlar” as entradas, o que se irá reflectir em vários campos, nomeadamente no estatístico. Deste modo, os números aproximam-se mais da realidade, pois caso contrário, continuar-se-á a falsear as estatísticas, isto é, a ocorrerem “picos de imigração” em anos de regularização extraordinária. E como se compreende, os elevados quantitativos contabilizados não terão relação com a entrada de novos imigrantes, mas sim com a legalização dos que já estavam no país há algum tempo em situação irregular.

CRIADO (2000: 177, 182, 183) faz um balanço da política de imigração espanhola, considerando que a década de 90 do séc.XX incide no controlo de fluxos e em questões de ordem e segurança interna, tendo sido pouco

⁶⁹O crescimento entre 1990 e 1996 também foi produto do processo de regularização de 1991, já que muitos imigrantes entraram na segunda metade da década de 80 do séc. XX e só naquele momento foram contabilizados.

⁷⁰O autor faz referência à assinatura, em 2001, de acordos para regularizar os fluxos com o Equador, Colômbia e Marrocos, e também com a Polónia, Roménia e República Dominicana, com o objectivo de prevenir situações de clandestinidade geradoras de exploração. Estes teriam como linhas orientadoras a comunicação das ofertas de emprego às embaixadas, com base nas necessidades de mão-de-obra espanhola; a selecção dos candidatos com a participação dos empregadores, incluindo a preparação da sua viagem e estadia; a elaboração de disposições especiais para trabalhadores temporais; e a ajuda ao retorno voluntário.

propícia para facilitar a integração dos imigrantes. Aponta problemas tais como a burocratização e complexidade dos processos, as insuficiências administrativas na gestão da imigração, a falta de critérios homogêneos e de coordenação entre Ministérios. Muitas vezes as directivas acabavam por estar direccionadas para migrações temporárias, quando no fundo a permanência de determinados grupos se tende a manifestar definitiva.

No caso português, até ao início dos anos 90 do séc.XX, as questões relativas à imigração também não constituíram um assunto central no domínio das preocupações científicas, políticas e sociais. Segundo MARTINS (2006: 28), o país estava condicionado pela questão emigratória, fenómeno mais visível e marcante do contexto social português⁷¹.

Autores como BAGANHA, FERRÃO, MALHEIROS (1998: 89), BAGANHA, MARQUES, FONSECA (2000: 11), BAGANHA, MARQUES, GÓIS (2009: 123) assumem que o fenómeno imigratório no país é algo recente. Portugal, tal como outros países do sul da Europa, registou um aumento significativo da entrada de imigrantes entre o princípio dos anos 80/ anos 90 do séc. XX. Até meados dos anos 70 do séc.XX, registou-se um número muito reduzido de imigrantes a viver em Portugal, sendo que o Censo de 1960 assinalava cerca de 29.000 indivíduos⁷² nessa situação (67% da Europa, 1,5% de África, 22% do Brasil).

MALHEIROS (1996: 59, 60, 79, 203; 2005:103) e ROCHA-TRINDADE (1995: 199) chamam a atenção para as alterações contextuais verificadas. A implementação da democracia em países como Portugal, Espanha e Grécia na década de 70 do séc.XX, foi acompanhada por um processo de transformações económicas que favoreceram a atracção de imigrantes e que resultou num aumento dos salários e em melhorias em diversos campos laborais e sociais (segurança no emprego, progressivo aumento das reformas, difusão dos serviços de educação, saúde,

⁷¹SANTOS (2004: 107) refere que, em termos estatais, o reconhecimento de Portugal como país de imigração surge com o IX Governo Constitucional, no período que sucede a entrada de Portugal e Espanha na CEE. Este discurso oficial vai-se consolidar a partir do início dos anos 90 do séc.XX.

⁷²Estes autores estimam que pudessem viver em Portugal, na mesma data, até 30.000 estrangeiros.

assistência social, etc.). A partir daí, verifica-se um crescente número de estrangeiros a residir em Portugal, embora se reconheça que a presença de mão-de-obra africana (proveniente de Cabo Verde) date já dos anos 60 do séc.XX, quando a emigração e a guerra colonial reduziram o contingente de homens para trabalhar em sectores como a construção civil e foi preciso recorrer a mão-de-obra alóctone. Só a partir de meados dos anos 70 do séc.XX, a visibilidade das comunidades estrangeiras começou a ser significativa.

A situação de conflito ultramarino e, sobretudo o seu desfecho, contribuiu de forma decisiva para a determinação dos primeiros movimentos imigratórios portugueses. Jorge MALHEIROS defende que a mudança do regime político em 1974, o fim da guerra colonial e o processo de descolonização, fez com que voltassem ao país não só portugueses emigrados, como também indivíduos das ex-colónias. Assiste-se então à chegada de retornados, o que vem alterar o panorama migratório português, evidenciando o início dos movimentos imigratórios “em massa”. Nos anos 80 do séc.XX, esse ritmo de chegadas abrandou, mas as nacionalidades diversificaram-se. O processo de descolonização permitiu a entrada em Portugal de muitos africanos provenientes das ex-colónias, mas os números desta época também resultaram de uma modificação estatutária, uma vez que o Decreto-Lei nº308-A/75 tornou estrangeira a população natural dos antigos territórios portugueses em África. Exceptuaram-se os indivíduos com origem no Estado da Índia portuguesa, assim como aqueles que tinham ancestrais portugueses, e um conjunto suplementar de indivíduos que beneficiaram da possibilidade de adquirir a nacionalidade portuguesa, em virtude de possuírem uma relação particular com as instituições portuguesas, como foi o caso de funcionários da administração colonial e de ex-combatentes do exército colonial (BAGANHA, MARQUES e GÓIS, 2009: 123).

Mas este novo quadro imigratório, associado ao processo de descolonização, não gerou apenas indivíduos com a situação de imigrante regularizada. FONSECA (2005b: 83) chama a atenção para a intensificação dos fluxos nos anos 80 do séc.XX, tanto os de índole legal como os indocumentados, fazendo parte dos mesmos um grande contingente de

população dos PALOP⁷³. Nesse sentido, tal como acontecera em Espanha, houve necessidade de organizar as entradas e as permanências, pelo que se realizaram duas campanhas de legalização extraordinária, uma em 1992 e outra em 1996.

ESTEVES (1991: 19-21) sistematiza a evolução da imigração em Portugal, associando-se aos outros autores quando também defende que o aumento da população estrangeira residente no país, a partir da 2ª metade da década de 70 do séc.XX, tem como característica o lento e regular crescimento do fluxo proveniente da América e da Europa, e a aceleração (sobretudo entre 1976 e 1980) da imigração originária dos PALOP. A autora assume que houve uma estagnação da população estrangeira residente em Portugal durante os anos 50 e a primeira metade da década de 60 do séc.XX, efeito das concepções autárquicas e isolacionistas que, do ponto de vista político, económico e social, marcaram esse período da história portuguesa. Os poucos estrangeiros residentes eram reformados ou indivíduos integrados em sectores de actividade específicos, por exemplo no comércio de vinho do Porto ou nas minas, sendo que a sua presença remonta a períodos mais recuados da história portuguesa. Em 1960 o grupo mais numeroso era o da Europa (67% dos estrangeiros), com destaque para Espanha (40%), Grã-Bretanha (7%), França (6%), República Federal da Alemanha (5%), seguido da América (31%⁷⁴), África (1,5%), Ásia e Oceania (0,8%).

Com a industrialização e a entrada de Portugal para a EFTA⁷⁵, durante a 2ª metade da década de 60 do séc.XX, começa a haver uma abertura do país ao exterior. Assiste-se à entrada e investimento de capitais estrangeiros em sectores como o turismo que se começa a desenvolver no Algarve, onde se vão fixar em número crescente ingleses e alemães. Ocorre também a chegada de estudantes universitários das antigas colónias, bem como de trabalhadores desqualificados recrutados em Cabo-Verde, como já foi referido. Este era por um lado o contingente mais significativo e

⁷³Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

⁷⁴No total dos oriundos do continente americano, os brasileiros representavam 22% do total.

⁷⁵EFTA - *European Free Trade Association*.

mais visível da emigração para a Europa, e por outro a massa crítica essencial para promover a manutenção do contingente masculino português na guerra colonial⁷⁶.

O gráfico 1⁷⁷ revela a evolução da população estrangeira residente em Portugal e em Espanha, desde o início da década de 80 do séc.XX, quando se começa a intensificar o fenómeno imigratório em ambos os países, até à actualidade.

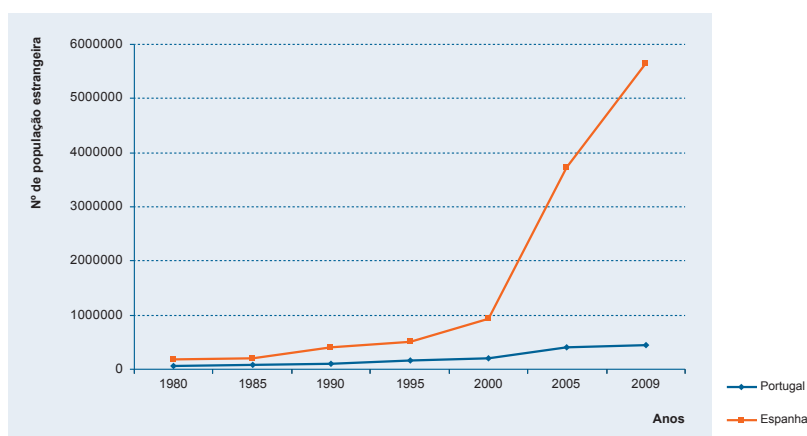


Gráfico 1. Evolução da população estrangeira residente em Portugal e Espanha, de 1980 a 2009

Elaboração própria (2011) com base em MARTÍNEZ (2003); SEF (2011) – Estatísticas Gerais; SEIE – Anuários (2011); INE Espanha (2011)

Da observação das curvas constata-se que ambos os países apresentam durante a década de 80 e parte da década de 90 do séc.XX, uma evolução semelhante nos contingentes migratórios, isto é, apesar de se afastarem em termos quantitativos (Espanha apresenta valores absolutos

⁷⁶É difícil realizar uma contabilização deste contingente dos PALOP, uma vez que estes fluxos eram considerados inter-regionais e não internacionais, daí a não existência de estatísticas nesse sentido.

⁷⁷Para a curva de distribuição portuguesa consideraram-se os cidadãos estrangeiros com permanência regular em território nacional. Até 1995 só contam os títulos de residência, e entre 2005-2007 os títulos de residência, as prorrogações de autorização de permanência e as prorrogações de vistos de longa duração. Para a curva de distribuição espanhola fora considerados os estrangeiros residentes no país, detentores de certificado de registo ou visto de residência válidos em 31/12/07.

de imigração mais elevados que Portugal), é nos anos 80 do séc.XX que começam a receber imigrantes em termos significativos e é a partir do início do séc.XXI que se dá uma entrada sem precedentes de migrantes estrangeiros. Este facto é constatável em ambas as curvas, embora no caso português o aumento seja mais paulatino, enquanto no espanhol o aumento seja mais acelerado.

Em 1980, residiam em Portugal 50.750 imigrantes documentados, enquanto que em Espanha se registaram 182.045 imigrantes. Em 1995 Portugal consegue superar o anterior valor do país vizinho, registando a presença de 168.316 imigrantes residentes. Contudo Espanha já apresenta 499.773 imigrantes residentes. Em 2009 Portugal revela um número superior aos anos anteriores – 454.191 imigrantes residentes documentados; em Espanha, no mesmo ano, atingiram-se os 5.648.671 imigrantes residentes documentados.

A SECRETARIA CONFEDERAL DE MIGRACIONES (2006: 5) admite que enquanto noutros países o aumento do número de imigrantes foi lento e o fenómeno migratório se desenvolveu em grandes períodos temporais, Espanha passou de país emissor a receptor praticamente numa década e de maneira mais intensa no corrente século. Portugal revelou a mesma tendência, embora apresentando um contingente mais reduzido.

Perante a evolução dos fluxos migratórios, há autores portugueses e espanhóis que tentaram sistematizar o fenómeno, identificando ciclos que pudessem demarcar momentos com dinâmicas individualizadas.

ESCRIBANO (1992), ACTIS, PEREDA e DE PRADA (2002) identificam três fases na imigração espanhola. Em comum, têm o facto de abrange-rem o mesmo período temporal, com início na década de 60 do séc.XX, embora o primeiro autor não delimite o final do último ciclo. Contudo, encaram as fases com duração e características diferentes. MALHEIROS (2005), BAGANHA, MARQUES, e GÓIS (2009) também identificam as suas fases no mesmo período temporal. Comparando com o caso espanhol, no português a fase inicial ocorre já na década de 70 do séc.XX, embora Jorge MALHEIROS já faça referência ao contingente de cabo-verdianos entrados no país na década de 60 do séc.XX. Porém, as circunstâncias

da imigração e o quantitativo não justificam para estes autores o estabelecimento de uma fase, ou até mesmo o início da primeira.

ESCRIBANO (1992: 30-37) identifica uma primeira fase na imigração espanhola, onde se assiste a um aumento regular do número de imigrantes até ao início de 1960 a 1970, quase triplicando os valores (de 60.000 para 160.000 estrangeiros). A manutenção dos valores, durante a maior parte da década de 70 do séc.XX, marca a segunda fase que culmina na seguinte, com o aumento significativo a partir de 1980⁷⁸, sendo que não identifica um final limitativo. Deixa em aberto, ou melhor, deixa antever que o crescimento do número de entradas de estrangeiros e de imigrantes residentes irá continuar, mesmo que se verifiquem algumas oscilações derivadas da conjuntura económica. Segundo o autor, estes ritmos estão relacionados com factores de ordem burocrática, em especial com a atribuição do título de residente, o qual só podia ser emitido depois de várias renovações do título temporário. Esta prática desapareceu nos anos 80 do séc.XX, “coincidindo” com o grande aumento do número de residentes.

ACTIS, PEREDA, e DE PRADA (2002: 15-17), assim como CRIADO (2001: 79), reconhecem a existência de três períodos importantes na história da imigração estrangeira em Espanha.

A primeira fase, na década de 60 do séc.XX (1962-1967), caracterizou-se pelo aumento do número de imigrantes residentes, cerca de 13% ao ano. Esta realidade coincidiu com o êxodo de espanhóis para a Europa, quando os governos franquistas abandonaram o modelo económico autárquico. Nesta época, verificaram-se migrações campo-cidade, emigração para a Europa, industrialização e um certo desenvolvimento de equipamentos e infraestruturas.

Assistiu-se também à chegada de marroquinos para trabalhar na construção civil, assim como de indivíduos jubilados do norte da Europa, atraídos pela oferta de serviços turísticos, pelo clima e pelo nível de vida favorável em termos de preços (em relação com o lugar de origem).

⁷⁸O autor aponta para a existência de 242.000 imigrantes residentes no final de 1985 e de 335.000 imigrantes residentes em 1987.

Os autores identificam uma segunda fase que corresponde à década de 80/90 do séc.XX (1980-1996), onde o número de imigrantes residentes aumentou 11,5% ao ano. A partir de meados da década de 80 do séc. XX, assiste-se a um crescimento do emprego em sectores caracterizados pela informalidade e pela temporalidade limitada. A entrada na CEE e a adesão ao tratado de Schengen permitiu a livre circulação de cidadãos comunitários, o que facilitou os fluxos de indivíduos de várias origens, sobretudo de cidadãos deste espaço europeu. A terceira e última fase limitam-na desde a década de 90 do séc.XX até ao início do séc.XXI, tendo sido marcada pelo aumento do número de imigrantes residentes a 21,3% ao ano. MALHEIROS (2005: 103-110) identifica quatro fases na imigração em Portugal.

A primeira ocorre entre 1975 e início dos anos 80 do séc.XX, onde a entrada de migrantes é de certa forma “forçada”, já que resulta do processo de descolonização.

A segunda corresponde aos anos 80 do séc.XX, tendo o número de estrangeiros continuado a aumentar: os africanos diversificaram as suas origens; começam a entrar quantitativos significativos de asiáticos (indianos, paquistaneses e chineses) e sul-americanos (brasileiros).

Da passagem dos anos 80 para os anos 90 do séc.XX, identifica a terceira fase, verificando-se nesta época um maior aumento da visibilidade da transição de um estado emigratório para outro (também) imigratório, ocorrendo a aceleração da entrada de imigrantes, facto esse sobreavaliado pelas regularizações extraordinárias de 1992/1993 e 1996. Para o autor, o final do séc.XX corresponde à quarta fase, onde se opera a continuação dos fluxos anteriores e chegada dos imigrantes de Leste que representam, de uma forma geral, um grupo com formação académica elevada, desadequada das funções indiferenciadas que acabam por realizar. O português deixa de ser a “língua oficial” associada aos estrangeiros, assistindo-se a uma redefinição do mapa imigratório português, marcada por sinais de dispersão geográfica no país.

Para a mesma época, BAGANHA, MARQUES, e GÓIS, (2009: 132, 133) identificam três fases na imigração portuguesa.

A primeira ocorre entre 1974/1975 e 1985, sendo marcada pela descolonização e alteração da lei da nacionalidade, bem como pelos processos de reunificação familiar e desenvolvimento de redes migratórias informais.

A segunda acontece entre 1986 e 1999/2000, destacando-se a entrada de Portugal e Espanha na CEE, que veio a originar uma melhoria das condições económicas e sociais em ambos os países. A partir daí verifica-se um aumento significativo de imigrantes oriundos do Brasil, da Europa e da América do Norte (directamente para segmentos mais qualificados do mercado de trabalho) e a continuação, embora menos acelerada, de imigrantes dos PALOP.

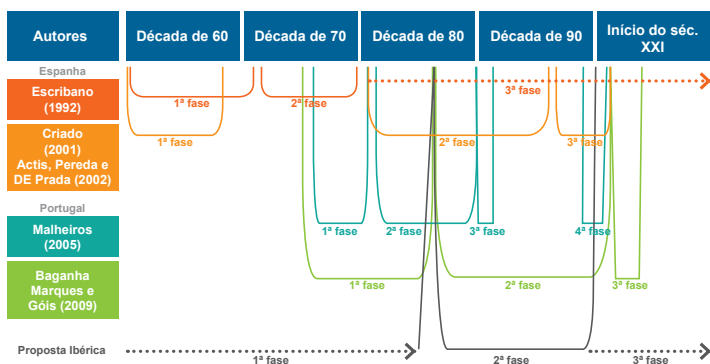
A terceira e última fase ocorre para estes autores na viragem do milénio até 2003/2004, impulsionada pelas oportunidades de emprego na construção civil e obras públicas, bem como no turismo, que permitiu a continuação e a diversificação das entradas de imigrantes no país.

A partir da análise das diferentes posições dos autores sobre as fases da imigração em ambos os países, pode-se concluir que as mesmas são definidas por duas linhas de acção: a primeira diz respeito aos contingentes quantitativos de aceleração do crescimento imigratório⁷⁹, sendo que a segunda está relacionada com marcos políticos como a entrada para a CEE em 1986, e com os diversos processos de regularização extraordinária que ambos os países empreenderam na década de 90 do séc.XX. O denominador comum destes autores está no reconhecimento da passagem de uma situação em que Portugal e Espanha eram países emissores, tornando-se também receptores no contexto europeu.

Perante este conjunto de fases, e tendo em atenção a evolução da população estrangeira residente, urge propor uma visão colectiva para o caso ibérico.

Apresenta-se nesta lógica um esquema que mostra a diversidade de visões dos autores analisados, em comparação com a nova proposta ibérica:

⁷⁹Embora ESCRIBANO (1992), na segunda fase que identifica para a imigração em Espanha (década de 70 do séc.XX), o faça com base na estagnação do número de efectivos imigrantes a residir no país.



Esquema 7. Os ciclos migratórios em Portugal e Espanha: proposta ibérica
Elaboração própria (2011)

Identifica-se uma primeira fase de início aberto e que culmina em 1986, ano da entrada de Portugal e Espanha na CEE. Este período assume a existência anterior de estrangeiros nos dois países, porém com pouco significado em termos quantitativos. Domina um panorama de êxodo rural e de emigração de autóctones que deixam as áreas rurais de origem e procuram quer no próprio país (áreas urbanas), quer no estrangeiro, melhorar as suas condições de vida. Tal situação, aliada à presença de regimes autoritários e isolacionistas de carácter nacionalista (até meados dos anos 70 do séc.XX), não favorecem a entrada de imigrantes. Nesta altura a Península Ibérica é claramente um pólo emissor de migrantes.

Uma segunda fase é delimitada entre meados da década de 80 e finais da década de 90 do séc.XX. Neste período consolidam-se os regimes democráticos de ambos os países e assiste-se a um crescimento económico que gera mais e melhores perspectivas laborais, tanto pelo aumento quantitativo de vagas, como pela ascensão sócio-profissional dos nativos que deixam lugares disponíveis em sectores, em funções específicas de áreas como a agricultura, a construção civil e alguns serviços (por exemplo, de limpeza), considerados pouco compensadores do ponto de vista salarial e desprestigiados do ponto de vista social. É aqui que se começa a assistir à entrada de imigrantes em contingentes significativos, alargando-se o leque de origens.

Identifica-se ainda uma terceira fase no início do séc.XXI, período onde há um aumento (muito marcado, no caso espanhol) de entradas e se atingiram os valores máximos de imigrantes residentes em Portugal e Espanha. Embora na fase anterior já fosse aceitável a afirmação, é nesta que se assume com clareza que a Península Ibérica deixou de ser apenas pólo um emissor, passando a deter um papel receptor no contexto internacional. Todavia, a crise económica obriga a deixar esta fase em aberto, já que a manutenção futura destes fluxos dependerá em muito da evolução da economia e do mercado de trabalho português e espanhol.

3.1.2 As motivações na base da alteração do contexto imigratório

Perante as reflexões já realizadas, é possível perceber que as alterações políticas, económicas e sociais da segunda metade do séc.XX, tiveram uma preponderância decisiva na atractividade de Portugal e Espanha como destinos migratórios.

Autores como FRANCISCO, RABANAL, SÁNCHEZ, e LA IGLESIA, (2005: 65-80) chamam a atenção para o facto de até aos anos 80 do séc.XX, as motivações que estiveram na base das entradas de imigrantes em Espanha foram de índole diferente das actuais, exemplificando com o caso dos imigrantes não comunitários vindos dos EUA e da Argentina, com estudos superiores, que procuravam o país para viver por questões de índole política e social⁸⁰.

O aumento do volume de indivíduos nos anos 90 do mesmo século, foi o reflexo da massificação dos fluxos provenientes de países africanos e latino-americanos, com menor nível educativo do que os anteriores.

No que diz respeito a esta posição; CASASNOVAS e ARGULLOL (2005: 10) notam que no início do séc.XXI a imigração tende a ser mais qualificada, o que não se reflecte em termos de mercado de trabalho, já que existe uma tendência para que os imigrantes com formação académica

⁸⁰Não são contabilizados como refugiados mas, na sua natureza intrínseca, acabam por o ser.

elevada desempenhem funções desadequadas da sua qualificação, sobretudo no caso dos nacionais da Europa de Leste. A probabilidade de conseguir ascender do ponto de vista profissional tende a aumentar com os anos de residência. Segundo os autores, um imigrante, no primeiro ano de chegada a Espanha, terá o dobro de probabilidade de estar numa ocupação que não exija qualificação, do que outro imigrante que esteja instalado no país há mais tempo. Neste contexto, afirmam que a existência de um elevado número de estrangeiros da mesma nacionalidade no local de destino – teoria das redes – encarados como coadjuvantes do acesso ao mercado de trabalho, bem como os elevados níveis de pobreza e de desemprego no país de origem – teoria da atracção/repulsão – foram factores decisivos na escolha do destino em causa.

MARTÍNEZ (2003: 33, 34) enfatiza a vertente económico-laboral como um factor de atractividade desses novos grupos, defendendo que o desenvolvimento de sectores como o do turismo tem apresentado uma dupla funcionalidade. Por um lado motiva a entrada de imigrantes laborais para desempenharem funções na actividade, mas por outro torna o território mais apetecido para os jubilados, sobretudo pela existência de equipamentos e infraestruturas capazes de dar resposta às demandas deste grupo específico. A progressiva integração da economia espanhola e portuguesa no sistema europeu e mundial, bem como as transformações económicas e sociais do país desde a entrada na UE, foram condicionais que transformaram o mercado laboral, proporcionando a ascensão dos autóctones, especialmente a mobilidade social dos jovens qualificados, para sectores e funções socialmente reconhecidos e mais bem pagos, deixando para os imigrantes lugares vagos em determinados sectores, como já foi discutido.

Além disso a transição demográfica, traduzida pelas rápidas diminuições da natalidade e fecundidade, pelo envelhecimento populacional e pelo decréscimo da população activa, também acabou por requerer mais activos. Aliado a isto, o crescimento económico e o processo de reestruturação das economias dos países da Europa do Sul, em relação com a ocorrência de importantes alterações na configuração do mercado de emprego, definiram uma realidade atractiva para os imigrantes.

Outros autores como BAGANHA, FERRÃO, e MALHEIROS (2002: 79, 80), SANTOS (2004), MALHEIROS (2005) ou a SECRETARIA CONFEDERAL DE MIGRACIONES (2006: 6-20) e BAGANHA, MARQUES e GÓIS, 2009: 123), têm perspectivas muito similares quanto a esta questão na Península Ibérica. A causa económica, baseada nas iniquidades da distribuição da riqueza entre “norte-sul”, assim como a causa laboral, definida pelo desemprego nos países de origem e pela disponibilidade de emprego nas últimas duas décadas do séc.XX/princípio do séc.XXI, são factores decisivos para a decisão de se migrar. Além disso, a possibilidade do reagrupamento familiar veio engrossar estes fluxos.

Todos os autores são unânimes na questão geográfica: a proximidade do norte de África e as ligações terrestres continentais são características territoriais que “facilitam” a entrada, assim como a proximidade institucional, cultural e linguística resultante dos laços coloniais.

Todavia há que contrapor factores de exclusão, isto é, a decisão de migrar para Portugal ou Espanha por parte dos migrantes, nem sempre resultou do facto destes países terem sido uma primeira escolha. O reforço do controlo e as restrições políticas impostas à imigração em países tradicionalmente receptores como a França, Alemanha e Reino Unido, fizeram com que se tivessem que colocar outras opções migratórias, nomeadamente os países da Europa mediterrânica, onde a entrada seria aparentemente mais “fácil”.

Em suma, as condições específicas de determinados contextos político-económicos (por exemplo a queda do bloco soviético); o aumento da população mundial e das desigualdades dos grandes blocos regionais mundiais; a globalização, as políticas migratórias (restritivas das entradas em países tradicionalmente de imigração) e de circulação dos diferentes países receptores (com o acordo de Schengen); o estabelecimento de redes de entreaajuda entre imigrantes; a segmentação do mercado de trabalho e as renovadas necessidades contextuais; a proximidade geográfica, as relações históricas e a própria perpetuação de uma imagem territorial positiva, entre outros, enquanto factores associados a Portugal e Espanha, parecem explicar a escolha destes territórios como destino dos fluxos à escala mundial, embora o contexto de crise actual possa vir a redefinir

a direcção dos movimentos migratórios, assim como a reformular as condições de atractividade de ambos os países.

3.1.3 A vertente quantitativa da população imigrante ibérica à escala nacional e europeia

A constituição de Portugal e Espanha como destinos de imigração, traduziu-se num aumento absoluto de população estrangeira a residir e trabalhar em ambos os países, como já foi referido. Neste sentido, coloca-se a questão do impacto demográfico decorrente da presença deste contingente, face à população autóctone, tanto em termos internos – escala nacional – como externos – escala europeia.

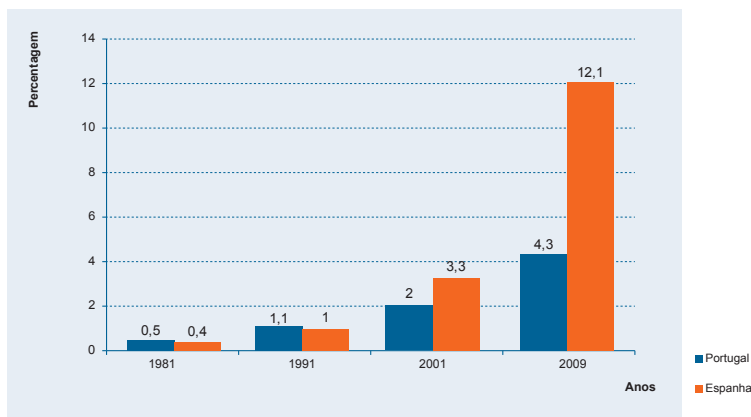


Gráfico 2. Evolução da percentagem de população estrangeira na população total residente em Portugal e Espanha, de 1981 a 2009
Elaboração própria (2011) com base no SEF (2011), INE Portugal (2011), INE Espanha – Padrón Municipal (2011) e MARTÍNEZ (2003)

Assim, no que diz respeito à evolução da percentagem de população estrangeira na população total residente em Portugal e Espanha⁸¹, observa-se um aumento progressivo de imigrantes entre os anos 80 do séc.XX

⁸¹Os cálculos apresentados no gráfico seguinte foram elaborados com base nos dados sobre a população estrangeira e a população residente, disponibilizados pelo SEF (2011), pelo INE Portugal (2011) e pelo INE Espanha – padrón municipal (2011). Em Espanha os anos de

e o início do séc.XXI. Durante a primeira década do referido século, o incremento foi muito acentuado: em 2009, por cada 100 portugueses residentes existiam 4,3 imigrantes; por cada 100 espanhóis residentes existiam 12,1 imigrantes. Deve-se ter em conta que os cálculos relacionaram a população estrangeira com a população total residente em Portugal e Espanha. De referir que este último indicador inclui toda a população residente (autóctone e estrangeira), o que significa que abrange todos os elementos que dela fazem parte, independentemente dos seus atributos (neste caso da origem). Para mitigar o peso da totalidade, optou-se por realizar um outro exercício. Para isso foram calculados os valores de população residente total de cada país, subtraindo-se o valor da população imigrante residente, numa tentativa de perceber qual o contributo da população estrangeira para a evolução demográfica de ambos os países⁸².

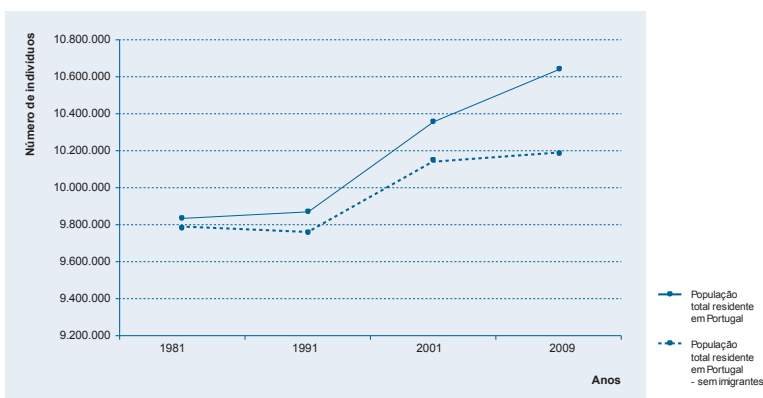


Gráfico 3. Evolução da população total residente em Portugal, com e sem o contingente estrangeiro residente (imigrantes)

Elaboração própria (2011) com base no SEF (2011) e INE Portugal (2011)

1981, 1991 foram calculados com base na população residente total de 1981 e 1991, porém com os valores de população estrangeira de 1980 e 1990, segundo MARTÍNEZ (2003:27).

⁸²Apesar de se comparar o mesmo fenómeno em Portugal e Espanha, o eixo das ordenadas e das abcissas dos gráficos apresentados revelam diferenças para ambos os casos. No que concerne às abcissas – variável “Anos” – a diferença refere-se à data possível para a obtenção dos dados em cada país. Com as ordenadas os valores apresentados – variável “Número de indivíduos” – reflectem a realidade numérica de ambos os países, daí a discrepância verificada. Contudo, e apesar das diferenças, o objectivo da representação gráfica é o de evidenciar a evolução real e a potencial da população portuguesa e espanhola, com e sem a presença de estrangeiros residentes.



Gráfico 4. Evolução da população total residente em Espanha, com e sem o contingente estrangeiro residente (imigrantes)

Elaboração própria (2011) com base no INE Espanha – Padrón Municipal (2011) e em MARTÍNEZ (2003)

O que se verifica é que, em ambos os casos, esse contributo é evidente. No caso português, é visível o contributo quantitativo da população estrangeira, especialmente entre 2001 e 2009, onde a ausência de tal contingente geraria crescimento demográfico menos marcado.

No caso espanhol, o aumento populacional sem estrangeiros seria de qualquer forma positivo, porém o grande incremento demográfico observado na primeira década do séc.XXI, nunca teria ocorrido sem o contributo do contingente imigrante. Este claro aumento de imigrantes em ambos os países, coloca-os num contexto receptor em termos europeus.

Numa análise realizada pelo EUROSTAT (2009a), é apresentada a situação europeia da primeira metade da década actual, tendo em conta os imigrantes que entraram nos vários países, bem como a média da UE 27 no ano de 2006.

Num grupo de 28 países e da média da UE, constata-se que Espanha está em 4ª lugar em termos do número de imigrantes que entraram no país nesse ano – 18,1 por cada 1000 habitantes nacionais. Sublinhe-se que apresenta valores superiores a países com forte tradição imigratória como a Suíça – 14,2‰ – o Reino Unido – 7,4 ‰ – ou a Alemanha – 6,8‰.

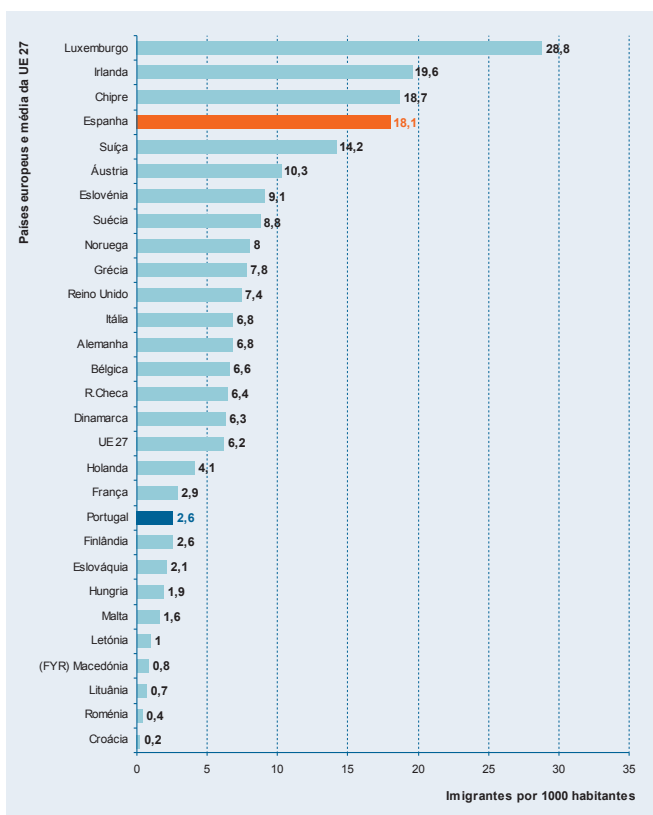


Gráfico 5. Número de imigrantes por cada 1000 habitantes na União Europeia, em 2006
Elaboração própria (2011) com base no EUROSTAT (2009a)

Portugal ocupa a 20ª posição – 2,6‰ em 29 casos em análise, seguindo a França – 2,9‰. Grécia – 7,6 ‰ – e Itália – 6,8‰ – que ocupam respectivamente a 10ª, 11ª e a 12ª posição neste grupo. Perante esta análise, constata-se que os destinos europeus se estão a diversificar, embora seja questionável se os valores de um ano apenas poderão dar essa ideia, bem como justificar a alteração hierárquica da posição de países como Portugal e Espanha como receptores de fluxos imigratórios.

No sentido de colmatar tal vicissitude, o EUROSTAT (2009b) comparou a evolução do número de residentes em países da Europa, durante 1997 e 2008, sendo possível identificar três grupos de países. No primeiro aparece isolada a Alemanha, com um número acima dos 7.200.000 imi-

grantes residentes em 2008; no segundo estão países como a Suíça, o Reino Unido, a Itália, a França e a Espanha, cujo valor mais baixo no último ano era superior a 1.600.000 imigrantes residentes (Suíça) e o mais alto ultrapassava os 5.000.000 imigrantes residentes (Espanha). Aliás pode-se observar que no conjunto em análise, este último país foi aquele onde o crescimento imigratório se revelou mais marcado em termos temporais e quantitativos, tanto que passa do terceiro grupo de países, os quais registam contingente de imigrantes residentes inferiores a 1.000.000 de indivíduos, onde estava em 2007, para se aproximar em pouco mais de uma década da Alemanha e ultrapassar países com tradição imigratória marcada, como é o caso de alguns do próprio grupo (França, Suíça e Reino Unido). Portugal está inserido a meio do último grupo, com um contingente superior a 400.000 imigrantes residentes, à frente de países como a Dinamarca, a República Checa, a Finlândia, a Noruega, entre outros, e atrás da Grécia, da Bélgica, dos Países Baixos, da Áustria e da Suécia, com valores de imigrantes residentes superiores a 500.000 de indivíduos, alguns quase a chegar ao 1.000.000 de indivíduos.

Face à dinâmica deste contexto, a questão migratória ganhou importância nos debates da actualidade. ROURA, FERNÁNDEZ, e HERAS (2007: 101) notam que a imigração é um dos assuntos mais debatidos actualmente em Espanha, apontando para isso vários motivos, nomeadamente o grande crescimento do número de estrangeiros residentes no país num curto período de tempo. Os autores referem que o tema está presente quando se realizam reflexões sobre educação, saúde, mercado de trabalho, cultura, religião, entre outros. Chamam ainda a atenção para a resposta da opinião pública ao debate, que indica que a imigração se pode tornar um problema no caso de serem introduzidos elementos que perturbem, colapsem ou desequilibrem o funcionamento do sistema sócio-económico. A par do desemprego e do terrorismo, a imigração é um dos principais receios dos cidadãos, que ainda recordam as recentes imagens da imigração clandestina de Ceuta e Melilla.

Em Portugal, o espaço televisivo tem permitido algum destaque ao tema. Como o apoio do ACIDI, o Canal 2 transmite regularmente o programa

“Nós”, que pretende dar a conhecer vários aspectos das comunidades imigradas em Portugal. Também este organismo tem estimulado o debate na opinião pública não só através da televisão, como também de outras iniciativas, designadamente da imprensa escrita, onde tem vindo atribuir o prémio bianual de jornalismo “Direitos Humanos e Integração”, com a distinção do melhor trabalho realizado por profissionais da comunicação social sobre o tema da imigração e diálogo intercultural.

Esta intensificação do debate em ambos os países é o resultado da percepção do aumento quantitativo do número de imigrantes, sobretudo na década actual, o que veio a gerar um impacto social, demográfico, económico, laboral, entre outros campos, na sociedade receptora portuguesa e espanhola.

Na actualidade, a situação de crise internacional, mantém em aberto temas ligados à concorrência laboral dos imigrantes aos autóctones, assim como se discute o futuro dos fluxos e a manutenção das políticas de integração. Mas também há outro factor que desperta o debate, relacionado com a geografia da imigração na Península Ibérica: é que a presença estrangeira já não se cinge apenas às capitais ou aos grandes centros urbanos litorais peninsulares. E esta dispersão geográfica gera novas questões, assim como novos desafios.

3.1.4 A geografia dos imigrantes: Uma proposta de definição dos sistemas migratórios na Península Ibérica

A geografia da imigração portuguesa e espanhola tem mantido, desde os anos 80 do séc.XX um padrão distributivo dinâmico. De uma forma geral, os imigrantes seguem a tendência dos autóctones, ao se concentrarem nas áreas metropolitanas das capitais (Lisboa e Madrid), bem como noutras regiões litorais urbanizadas.

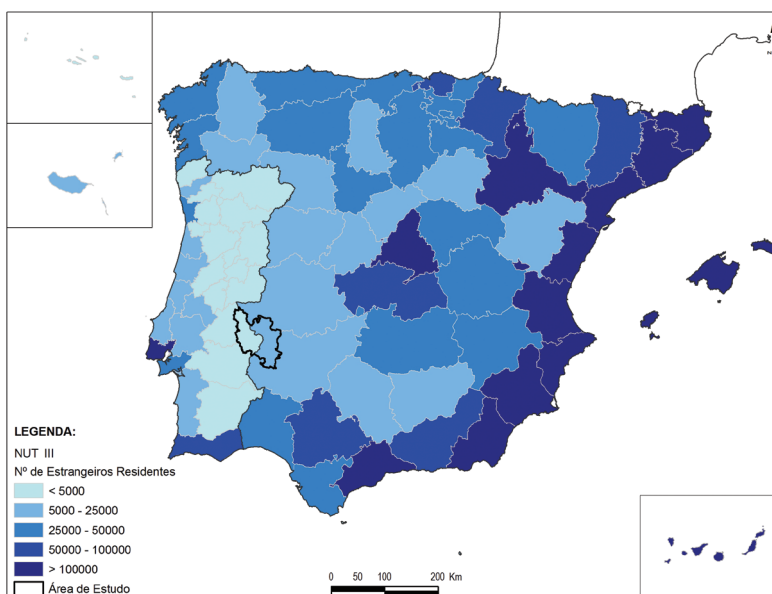
BLANCO (2000: 153), referindo-se ao caso de Espanha, afirma que nos anos 80 do séc.XX, a região receptora por excelência era Madrid, seguida da Catalunha, Comunidade Valenciana, Andaluzia e Baleares. Nestas regiões residiam 80% dos imigrantes espanhóis. Também VIEDMA

e RODRÍGUES (2005: 123) e FERNÁNDEZ, COLL e HITTA (2006: 120-123) fazem uma análise da distribuição espacial actual da população estrangeira em Espanha, comprovando a tendência para a concentração regional. Distinguem regiões onde a presença de imigrantes residentes é mais forte: em Madrid (22%); no corredor de Girona (com alguma diminuição dos valores em Granada), que inclui a região de Barcelona (15%), Alicante (9%), Girona (3%), Almería (2%), Málaga (5%), Murcia (4%), e também Castellón (2%), Tarragona (2%) e Valência (6%); nas ilhas Baleares (4%), arquipélago das Canárias (3%). Os autores chamam também a atenção para a presença de imigrantes em Ceuta e Melilla, assim como no eixo do Ebro (Zaragoça, Navarra e La Rioja), na área de influência de Madrid (Guadalajara e Segóvia) e em Leyda.

Em suma, em 2005-2006 as 10 províncias com maior número de imigrantes reuniam $\frac{3}{4}$ do total, sendo que Barcelona e Madrid integravam cerca de 40% dos estrangeiros que se estabeleceram no país nos últimos anos. Nota-se que o contingente de estrangeiros registou um crescimento de 12% de 1998 a 2006, sendo de destacar os maiores aumentos nas comunidades autónomas de Murcia, La Rioja, Castilla-la-Mancha, Aragón e Navarra (3 destas comunidades são uniprovinciais). De qualquer forma, o aumento do número de imigrantes foi sentido por todas as comunidades autónomas do país (IKUSPEGI, 2007: 1,2).

No caso português a faixa litoral entre Setúbal e Braga, bem como o Algarve, assim como a Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, são as áreas onde se concentra a maior parte dos imigrantes no país. MEDEIROS (1996: 144), FONSECA (2005b: 81, 87) e VELEZ DE CASTRO e CRAVIDÃO (2008: 284) afirmam que a imagem geral do país é a de uma forte litoralização da imigração, acompanhando e acentuando as assimetrias regionais da distribuição da população portuguesa. No final de 2002, 83,4% do total de população estrangeira residia nos distritos de Lisboa, Faro, Setúbal e Porto. Fora destas áreas, Maria Lucinda FONSECA salienta os distritos do litoral continental (Aveiro, Coimbra, Braga e Leiria), e as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira com concentrações significativas de imigrantes residentes.

Pela observação cartográfica de ambos os países, confirma-se a litoralização peninsular no que diz respeito à distribuição dos imigrantes. No entanto, esta não é generalizada, já que a concentração é mais notória no litoral mediterrânico e em certas partes atlânticas, donde se exclui o litoral alentejano e a costa norte e noroeste da Península Ibérica. No interior apenas se destaca Madrid com um grande quantitativo de imigrantes. Deve-se ter em atenção que também o interior da Península Ibérica, embora mais desprovido de população autóctone e de imigrantes, se tem vindo a apresentar como destino dos fluxos imigratórios.



Mapa 4. População estrangeira na Península Ibérica, por NUTIII, em 2009
Elaboração própria (2011) com base no SEF (2011) e no INE Espanha (2011)

Em ambos os países as generalidades e as particularidades da geografia da imigração são determinadas por factores que condicionam a distribuição da população estrangeira, não só em termos gerais (valores absolutos de imigrantes), mas também em termos mais específicos, ou seja, na relação grupos imigrados/factores de localização/território de chegada⁸³.

⁸³No mapa 4 são considerados os imigrantes residentes, os detentores de autorização de permanência (e os que pediram a sua prorrogação), assim como os detentores de vistos

ESTEVES (2004: 382) defende que o padrão geográfico de fixação regional, assim como a mobilidade residencial, dependem do grupo socioprofissional a que o imigrante pertence, pois a mudança do local de residência é influenciada pelo rendimento, que por seu turno está intimamente associado ao emprego. As áreas do litoral têm um maior dinamismo económico, daí que se constituam como locais atractivos para a concentração de imigrantes, já que oferecem uma maior variedade de empregos. Por exemplo, a concentração de imigrantes no litoral sul de Portugal – Algarve – está relacionada com o facto desta ser uma área turística por excelência, o que atrai não só mão-de-obra imigrante em geral, como os *sun-seekers* em particular, já que é aqui que a grande maioria reside total ou parcialmente durante o ano.

BAGANHA, MARQUES e FONSECA (2000: 12), FONSECA, MALHEIROS, ESTEVES e CALDEIRA (2002: 101), VELEZ DE CASTRO e CRAVIDÃO (2008: 284) reconhecem que as regiões do interior começam a conhecer o fenómeno da imigração. A pressão demográfica na área metropolitana de Lisboa tem feito com que alguns imigrantes se dispersem para áreas de baixas densidade do interior do país, com alguma oferta de emprego. Os brasileiros, por exemplo, deslocam-se para o interior norte, onde têm ancestrais conexões familiares, contudo também para outros locais do país tal, como os imigrantes do Leste europeu.

Embora exerçam as mesmas profissões que exerceriam nas áreas litorais, aqui os imigrantes podem desempenhar funções em pequenas indústrias, na indústria extractiva, na agricultura, que embora esteja mecanizada, ainda requer a execução de tarefas que não dispensam mão-de-obra, nomeadamente em termos de recolção – as vindimas, a apanha da fruta, da azeitona, entre outras actividades.

Os chineses são outro grupo presente nas cidades do interior e noutras pequenas localidades com os seus bazares, aproveitando o preço mais reduzido do arrendamento de habitações e lojas nesses locais, relativamente às cidades do litoral, e a exploração de um novo mercado de consumidores.

de longa duração (e os que pediram a sua prorrogação). Está também delimitada a área referente ao caso prático em estudo.

FONSECA (2005b: 94) assume uma tendencial dispersão para o interior do país relatando situações esporádicas (por exemplo o caso de Mourão, aquando da construção da Barragem de Alqueva) em que determinadas regiões recebem contingentes significativos de imigrantes, situação também reconhecida por MALHEIROS (2005: 110-111), BAGANHA, MARQUES e GÓIS (2009: 127). Nota-se uma dispersão geográfica de Lisboa e Setúbal para outros distritos litorais (Porto, Aveiro, Leiria), para o interior (Évora) e a consolidação da imigração no Algarve. No Alentejo, a quebra da natalidade e fecundidade e o envelhecimento populacional, geram carências de mão-de-obra em sectores como a construção civil e a agropecuária. No Norte Litoral, a construção civil (por exemplo, de obras ligadas ao Porto Capital da Cultura e ao Euro 2004) requereram mão-de-obra, conjugada com a percepção de alguns empresários relativamente a uma eventual maior capacidade dos imigrantes da Europa de Leste acompanharem melhor (relativamente aos nativos) a reestruturação organizativa e tecnológica das suas fábricas, aliado a uma menor disponibilidade dos nacionais realizarem determinado tipo de tarefas em certas condições (por exemplo, turnos nocturnos). Neste contexto, a expansão do consumo e a dinâmica das cidades médias do interior vieram oferecer maiores possibilidades em sectores como o comércio (enclave étnico dos chineses) e o turismo, o que acabou por ser coadjuvado pelo desenvolvimento de redes de entajuda à imigração. Enquanto a dos PALOP está fortemente ancorada na Área Metropolitana de Lisboa, os Europeus de Leste e Brasileiros estão mais dispersos e por isso alimentam essa mesma dispersão ao facilitarem a migração de compatriotas para outros territórios que não os tradicionalmente receptores de imigrantes.

No que diz respeito ao caso espanhol PÉREZ (2002b:173, 174), RAMOS, (2004: 41) FERNÁNDEZ, COLL e HITA (2006: 123-207) e IKUSPEGI (2007: 2) afirmam que a disposição geográfica dos imigrantes coincide com as regiões mais dinâmicas do ponto de vista económico, considerando também a habitação como um factor articulador da redistribuição interna (por exemplo, o preço de rendas mais baixas na periferia ou em áreas menos valorizadas das cidades). O turismo e a agricultura são sectores que levam muitos imigrantes a procurar as províncias do litoral como

destino migratório, no caso deste último onde dominam as culturas hortofrutícolas, ou até províncias mais interiores como La Rioja, Navarra e a Extremadura, com culturas mais específicas (desde a vinha, aos espargos, tabaco, tomate, entre outras).

Em termos de origem/destino dos imigrantes em Espanha, os autores reconhecem que os Latino-Americanos são o grupo mais numeroso a residir no país, destacando-se a sua forte concentração em Madrid e Barcelona, bem como em Múrcia, Valência, Alicante, Baleares e Las Palmas⁸⁴. Os Europeus, como segundo grupo mais numeroso, apresentam um padrão bi-segmentado. Os cidadãos da UE estão em maior número nas Baleares, em Santa Cruz de Tenerife, Alicante, Málaga, Cádiz e Orense, ou seja, em enclaves turísticos de maior tradição no sector (o caso de Alicante, Málaga, Baleares e Santa Cruz de Tenerife, e Las Palmas). As nacionalidades extra UE distribuem-se, além das regiões com maior concentração de Madrid e Barcelona, também por Castellón⁸⁵, Teruel, Segóvia, Valladolid e Valência. Neste conjunto de regiões mencionadas vivem $\frac{3}{4}$ do grupo dos europeus. Os Africanos, concentram-se em Barcelona, Madrid, Girona, Tarragona, Lleida, Huesca, Almería, Jaén, Huelva, Huelva, Cáceres, bem como Ceuta e Melilla, assim como os Asiáticos em Barcelona e Madrid, mas também em Valência, Las Palmas, Málaga, Alicante e Santa Cruz de Tenerife.

Em suma, Barcelona e Madrid são as regiões onde reside e trabalha o maior contingente de imigrantes de todas as nacionalidades. De uma forma geral, as províncias situadas na costa mediterrânica, em conjunto com as ilhas Baleares e Canárias, têm uma concentração substancial de imigrantes. Destacam-se as províncias catalãs (Girona), valencianas (Alicante), andaluzas (Almería e Málaga) e as Baleares, embora se note alguma dispersão para o interior, por exemplo no caso dos africanos.

Este facto está relacionado com o aumento da mobilidade interna dos imigrantes em Espanha, até porque o destino inicial normalmente não é o

⁸⁴VIEDMA e RODRÍGUES (2005: 124) destacam o nível de dispersão do grupo, afirmando que os latino-americanos são mais do que $\frac{1}{4}$ do total de imigrantes em Espanha, e estão presentes praticamente em todas as comunidades autónomas (excepto em Ceuta e Melilla).

⁸⁵Os autores citam VIRUELA (2002) que fala mesmo da “romenização” da província de Castellón.

definitivo, sendo condicionado pela presença de familiares ou amigos da mesma nacionalidade (Teoria das Redes), pela percepção de mais e melhores ofertas laborais noutros pontos do país, e pela oferta de habitação, sobretudo em termos de preço, sendo que este factor pode influenciar desde as migrações interprovinciais até à escala interna da povoação. Os movimentos intraprovinciais são mais generalizados, enquanto que os interprovinciais são mais masculinizados, uma vez que também são uma estratégia individual (não tanto de cariz familiar). Os níveis de mobilidade interna dos imigrantes são maiores do que a dos nativos, uma vez que os primeiros buscam melhores condições de trabalho. Só nalguns casos é que os níveis de migração interna dos autóctones são superiores aos dos imigrantes, quando a qualificação profissional dos primeiros é maior ou têm mais possibilidades económicas e sociais para colocar em marcha o processo migratório. Este aumento da mobilidade interna relaciona-se com o próprio aumento de imigrantes no país, embora como já se viu, esta não seja a causa única.

Note-se que se os imigrantes terão mais propensão para migrar internacionalmente, também terão mais propensão para o fazer a nível interno. Além disso, podem ter “menos a perder”, isto é, não têm ligações patrimoniais (por exemplo, pagamento prestação de empréstimo para a compra de casa) e familiares no país de origem, factores que limitam a mobilidade dos autóctones.

Para o futuro próximo Pablo FERNÁNDEZ, Arlinda COLL e Ángeles HITA prevêm que Madrid e Barcelona continuarão a ser os principais reguladores dos fluxos migratórios, com a consolidação das províncias que apresentam concentrações significativas de imigrantes (Girona, Múrcia, Tarragona). Distinguem porém o desenvolvimento de dois tipos de províncias: as emergentes (interior) e as selectivas (nos seus fluxos). Para o caso destas últimas, os autores exemplificam com o caso de Almería como área emissora/redistribuidora (onde ocorre a saída de africanos e a entrada de latino-americanos e europeus comunitários), e Badajoz e Huesca como áreas receptoras (de argelinos, marroquinos e mauritanos), fruto das alterações da oferta e da procura do mercado de trabalho. Os autores também identificam um terceiro tipo, as “províncias de exploração”, as quais têm menor dinamismo económico, menor presença de compa-

triotas, menor competência laboral, e por isso menos concorrência e a possibilidade desenvolvimento de nichos de mercado pouco explorados.

Perante o contexto geográfico analisado, constata-se que ambos os países se inserem em diferentes circuitos internacionais de imigração, tendo em linha de conta o próprio conceito de “sistema migratório”, de H. ZLOTNIK (1992) citado por MALHEIROS (2005: 119). Este baseia-se na existência e manutenção, por períodos superiores a cinco anos, de stocks e fluxos de migrantes que ligam diferentes países. A presença de imigrantes em Portugal e Espanha ganha relevância a partir da década de 80 do séc.XX, pelo que o fenómeno migratório peninsular, de uma forma geral, já tem cerca de 30 anos.

Pela análise da presença dos diferentes grupos de imigrantes na Península Ibérica nas décadas de 80 e 90 do séc.XX, e no início do séc. XXI⁸⁶, verifica-se que, quer no caso português, quer no caso espanhol, existem fluxos que mantiveram a sua constância⁸⁷.

Estão em análise as dez principais nacionalidades presentes em cada país, daí que possa surgir a questão se não se estará a limitar argumentativamente a validação da prova, visto que poderão não estar a ser consideradas outras nacionalidades que também podem revelar um contínuo presencial. Esta dúvida considera-se válida, porém também parece ser pertinente acrescentar à visão de H.ZLOTNIK (1992) sobre a conceptualização de “sistema migratório” que, além da consideração temporal, sugere-se a consideração quantitativa dos próprios grupos em análise, o que implica não só uma consolidação tempo de permanência (fluxo e residência), mas também de comunidade. Nesse ponto a questão do número de imigrantes presentes num determinado território afigura-se como importante para a

⁸⁶Em Portugal consideraram-se os imigrantes com autorização de residência, os que solicitaram prorrogação da autorização de permanência e os que solicitaram prorrogação do visto de longa duração. Em Espanha consideraram-se os estrangeiros com certificado de registo ou visto de residência.

Os dados de Portugal dos anos 80 são elaborados com base nos censos de 1991. Em algumas nacionalidades (por exemplo, França e Venezuela) presume-se que os elevados números digam respeito à contabilização da 2ª geração que regressa para o país dos pais (são dados do INE e não do SEF). Na década de 90 do séc.XX, Portugal apresenta dados de 2007 e Espanha de 2008.

⁸⁷Ver anexos.

génese e manutenção de redes, para a constituição da própria diáspora, pois é através dessa dinâmica que se irá potenciar a própria migração⁸⁸.

Final da década de 80 do séc.XX / Início da década de 90 do séc.XX					
Portugal (1991)			Espanha (1989)		
País	Nº	%	País	Nº	%
Cabo Verde	15,714	14.7	Reino Unido	73,535	18.5
França	13,742	12.9	Alemanha	44,228	11.1
Brasil	13,508	12.7	Portugal	32,936	8.3
Angola	9,368	8.8	França	27,737	7.0
Venezuela	8,455	7.9	EUA	18,192	4.6
Espanha	6,273	5.9	Argentina	16,165	4.1
Reino Unido	5,977	5.6	Marrocos	14,471	3.6
Alemanha	5,402	5.1	Venezuela	9,029	2.3
EUA	4,673	4.4	Suíça	8,221	2.1
Mocambique	3,186	3.0	Chile	6,610	1.7
Total de imigrantes	106,571	100	Total de imigrantes	398,147	100

Final da década de 90 do séc.XX / Início da primeira década do séc.XX					
Portugal (2002)			Espanha (1998)		
País	Nº	%	País	Nº	%
Cabo Verde	39,546	22.6	Marrocos	140,896	19.6
Brasil	20,082	11.5	Grã-Bretanha	74,419	10.3
Angola	16,282	9.3	Alemanha	58,089	8.1
Guiné-Bissau	12,639	7.2	Portugal	42,310	5.9
Reino Unido	11,939	6.8	França	39,504	5.5
Espanha	9,314	5.3	Perú	24,879	3.5
EUA	8,503	4.9	R.Dominicana	24,256	3.4
Alemanha	7,887	4.5	China	20,690	2.9
França	5,102	2.9	Argentina	17,007	2.4
Mocambique	4,413	2.5	Cuba	13,214	1.8
Total de imigrantes	175,263	100	Total de imigrantes	719,647	100

Final da primeira década do séc.XXI					
Portugal (2008)			Espanha (2009)		
País	Nº	%	País	Nº	%
Brasil	66,354	15.2	Roménia	718,844	16.1
Cabo-Verde	63,925	14.7	Marrocos	717,416	16.0
Ucrânia	39,480	9.1	Equador	421,527	9.4
Angola	32,728	7.5	Colômbia	274,832	6.1
Guiné-Bissau	23,733	5.4	Reino Unido	219,738	4.9
Reino Unido	23,608	5.4	Bulgária	144,401	3.2
Roménia	19,155	4.4	Itália	139,132	3.1
Espanha	18,030	4.1	China	138,558	3.1
Alemanha	15,498	3.6	Perú	130,900	2.9
Moldávia	14,053	3.2	Portugal	121,918	2.7
Total de imigrantes	435,736	100	Total de imigrantes	4,473,499	100

Quadro 4. Principais nacionalidades presentes em Portugal e Espanha, dos anos 80 do séc.XX até à actualidade

Elaboração própria (2011) com base em INE (1991), Blanco (2000), Conselho Superior de Estatística (2006), SEF (2011), MINISTERIO DE TABAJO E INMIGRACIÓN (2011) e Secretaría DE ESTADO DE INMIGRACIÓN E EMIGRACIÓN (2011)

⁸⁸O “total de imigrantes” (valores absolutos e percentagens) diz respeito à totalidade das 10 principais nacionalidades e não ao cômputo geral dos estrangeiros residentes em Portugal ou Espanha.

No que diz respeito às principais origens das comunidades imigradas na Península Ibérica, verifica-se que a africana, a sul-americana e a europeia são as mais antigas e consolidadas, embora tenham sofrido alterações ao longo das décadas.

No caso português, mas sobretudo no caso espanhol, na década de 80 do séc.XX, a imigração de países do centro e norte da Europa era evidente, pela mobilização de altos quadros de empresas para trabalhar no sul da Europa, no mesmo ramo profissional do país de origem. Já na década seguinte e sobretudo no início do séc.XXI, este fluxo transformase, passando a ser engrossado por *sun-seekers* que procuram o litoral sul da Península Ibérica para passar o seu tempo de reforma, bem como por imigrantes do Leste da Europa, com qualificações académicas e profissionais acima da média dos nativos, mas a trabalhar em segmentos do mercado de trabalho desadequados da sua formação. A imigração africana consolida-se e diversifica-se, assim como a sul-americana, o que no caso português não corresponde tanto à diversificação em si, mas ao aumento do contingente de imigrantes brasileiros.

Destaque-se ainda o crescimento da comunidade chinesa em ambos os países, embora apenas em Espanha apareça como um dos principais grupos imigratórios do séc.XXI. Em Portugal o número de imigrantes residentes já ultrapassa na actualidade a comunidade moçambicana, sendo uma das nacionalidades geograficamente mais dispersa em Portugal.

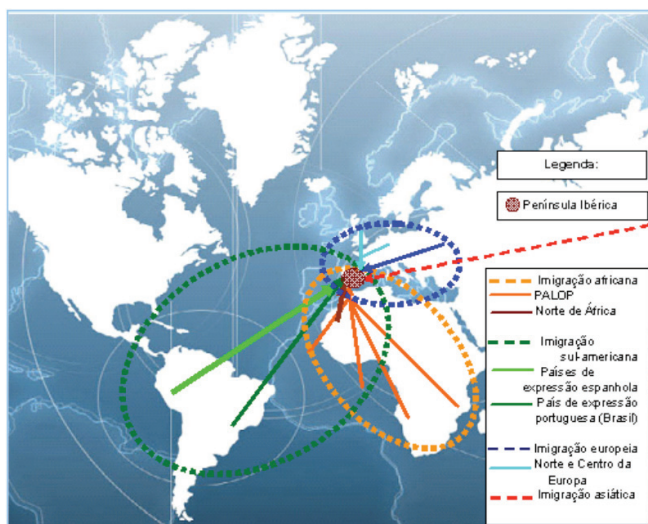
Perante este panorama espaço-temporal, podem-se distinguir três sistemas migratórios à escala peninsular:

a) O primeiro diz respeito à imigração africana e o segundo à imigração sul-americana, assente, em ambos os casos, num fluxo migratório consolidado, oriundo das ex-colónias portuguesas e espanholas. De certa forma, e independentemente dos quantitativos em causa, do ponto de vista geográfico pode-se considerar uma contra-corrente, se tivermos em conta que os primeiros fluxos se dirigiram de Espanha e Portugal para África e América do Sul;

b) O segundo sistema proposto é o europeu, com uma bisegmentação dos fluxos: um grupo de presença mais antiga no território, composto por imigrantes da Europa do Norte e Centro, e outro mais recente oriundo

da Europa de Leste. Refira-se que os primeiros têm vindo a alterar o seu perfil em termos etários e, conseqüentemente, em termos de actividade. Se até à década de 80 do séc.XX se assistia à vinda de europeus jovens e activos, hoje presencia-se a entrada de europeus idosos e inactivos, em idade de reforma.

c) Embora não se assumindo como tal, observa-se também um terceiro sistema: o asiático que tem vindo a aumentar, a se expandir e a se consolidar em termos territoriais.



Mapa 5. Mapa esquemático dos sistemas migratórios na Península Ibérica: uma proposta
Elaboração própria (2011)

A manutenção desta geografia dos sistemas migratórios está actualmente a ser marcada pela conjuntura de crise internacional, todavia equaciona-se a retracção dos fluxos, sobretudo em termos de entradas e de permanência no território.

3.2 O Contributo do capital humano imigrante para o desenvolvimento territorial português e espanhol⁸⁹

3.2.1 Aspectos referentes ao perfil laboral dos imigrantes

O contributo para o desenvolvimento regional que o contingente estrangeiro residente em Portugal e Espanha tem gerado em ambos os países, poderia incluir a análise de diversos indicadores. No entanto, optou-se por destacar o imigrante como capital humano e social, na vertente laboral, na medida em que tal concepção se constitui como uma das bases estruturais que está na origem dos impactos decorrentes da presença estrangeira no território. A anterior abordagem geográfica, permitiu inferir sobre a relação “mercado de trabalho-imigrante-território”, pelo que neste sub-capítulo se pretende completar essa visão, a partir da análise de outros indicadores e informações que se revelaram pertinentes.

Nesse sentido, tem interesse a abordagem da estrutura populacional por sexo, uma vez que as funções desempenhadas por homens e mulheres imigrantes tendem a diferir. A percepção deste quantitativo, pode dar algumas pistas sobre a estrutura do mercado laboral ligado à imigração.

⁸⁹Refira-se que não são apresentados dados dos Censos 2011 de Portugal e de Espanha, uma vez que à data do término da investigação, ainda não estavam disponíveis ao público (no caso português) ou mesmo recolhidos e sistematizados (no caso espanhol).



Gráficos 6 e 7. População estrangeira residente, por sexo, em Portugal e Espanha, em 2009

Elaboração própria (2011) com base no SEF (2010) e no INE Espanha – padrón municipal (2011)

Pela observação dos gráficos, conclui-se que existe um relativo equilíbrio entre ambos os grupos, embora haja uma prevalência de homens imigrantes (52% em Portugal e 53% em Espanha) relativamente a mulheres imigrantes (48% em Portugal e 47% em Espanha). Esta situação é contrária à que ocorre com os homens autóctones (48% em Portugal e 49% em Espanha) e mulheres autóctones (52% em Portugal e 51% em Espanha)⁹⁰. Perante tais valores constata-se, por um lado, a generalização das migrações a ambos os sexos, embora uma análise por nacionalidades permita discernir que existem situações em que a migração está mais masculinizada ou feminizada.

⁹⁰Dados do INE Portugal (2011) e INE Espanha (2011) para 2009.

No caso espanhol, existem nacionalidades em que o rácio mulher/homem é mais elevado no sexo feminino: nos oriundos da Tailândia existem 3,4 mulheres por cada homem; Guatemala e Quênia 2,3; Rússia 2,2; Nicarágua 2,1; Brasil 2,0; Guiné Equatorial 1,9; Paraguai e Bielorrússia 1,8; Honduras, 1,7; El Salvador 1,6; Cazaquistão 1,6; México e Letónia 1,4; República Dominicana, Venezuela, Panamá, Filipinas e Japão 1,4; etc. Já noutras origens prevalece o sexo masculino: nos provenientes do Mali existem 0,1 mulheres por cada homem; Gana, Paquistão, Mauritânia, Guiné-Bissau, Senegal 0,2; Egipto, Burkina-Faso, Serra Leoa, Bangladesh, Guiné e Libéria 0,3; Congo, Turquia, Gâmbia, Argélia, Costa do Marfim, Nepal 0,4; etc (SEIE, 2011).

No caso português, e tendo em conta as principais nacionalidades, verificam-se similaridades com o caso espanhol, com origens onde domina o sexo feminino, por exemplo no caso do Brasil onde existem 1,1 mulheres por cada homem. Noutros casos há uma maior masculinização: nos provenientes de Cabo Verde existem 0,8 mulheres por cada homem; Ucrânia 0,6; Angola 0,9; Guiné-Bissau 0,5 (SEF, 2011).

De uma forma geral, verifica-se que a América Central e do Sul são focos emissor onde os fluxos migratórios para a Península Ibérica estão mais feminizados, enquanto que África e Médio Oriente são focos emissores masculinizados. Este facto é em parte explicado por questões culturais ligados aos papéis desempenhados por ambos os sexos na estrutura social e na esfera familiar, que confere ao homem a função de trabalhar para auferir capital e enviar para o local de origem, enquanto que a mulher desempenha tarefas ligadas à prestação de cuidados a ascendentes e descendentes, assim como à organização da esfera doméstica.

No que diz respeito à constituição da estrutura etária da população estrangeira por grandes grupos etários, é evidente o predomínio de população jovem, sobretudo de jovens adultos (dos 20 aos 39 anos), sendo que a classe seguinte (dos 40 aos 64 anos) ultrapassa a dos jovens (até aos 19 anos, inclusive).

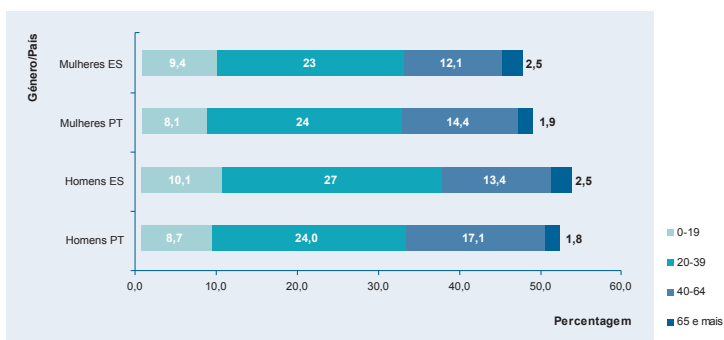


Gráfico 8. População estrangeira residente, por grandes grupos etários, em Portugal e Espanha, em 2009

Elaboração própria (2011) com base no SEF (2010) e no INE Espanha (2011)

Perante este indicador, urge colocar a questão do efeito da presença desta população, em termos etários, na população nacional de cada país. Portugal e Espanha são dois países europeus que parecem seguir a tendência geral de envelhecimento, promovido pela diminuição das taxas de natalidade e fecundidade e pelo aumento da esperança média de vida à nascença. A entrada de população imigrante pode ser considerada como uma forma de pelo menos retardar, ou melhor, de desacelerar este panorama, através do aumento do número de nascimentos e, sobretudo, de indivíduos em idade activa.

Centrando-se o debate na segunda hipótese, para o caso português e espanhol, há que reconhecer a importância dos grupos imigrados em termos quantitativos para o aumento relativo de população jovem e jovem adulta, e não tanto com população idosa.

Porém deve-se ter em conta a prevalência de jubilados do centro e norte da Europa em ambos os países. Quanto a esta questão BAGANHA, MARQUES e FONSECA (2000: 12) esclarecem que em termos de estrutura etária, os europeus são os que apresentam um maior contingente na classe dos idosos, enquanto que os outros grupos são notoriamente mais jovens.

De qualquer forma, no caso dos africanos, há especificidades a ter em conta: os cabo-verdianos apresentam um contingente de idosos mais marcados que outras nacionalidades dos PALOP, uma vez que estes correspondem a imigrantes da 1ª vaga (1975-1980), que foram destacados com

a família para Portugal, com o objectivo de trabalharem na construção civil. Já os da 2ª vaga (meados dos anos 80 do séc.XX) ainda representam um padrão demográfico jovem.

A análise da taxa de actividade⁹¹ vem reforçar esta ideia, na medida em que a população imigrante apresenta valores substancialmente mais elevados do que os valores gerais de actividade apresentados para os países em questão. E embora no sexo feminino continue a se verificar uma taxa de actividade mais baixa do que no masculino, no contingente de imigrantes essa diferença é mínima. A ilação gerada deste facto é a de que a reunificação familiar permite às mulheres o acesso aos mercados de trabalho locais, pelo que essa inserção irá aumentar o rendimento familiar do agregado permitindo, à partida, um maior nível de consumo, de poupança, de envio de remessas, e quiçá de investimento.

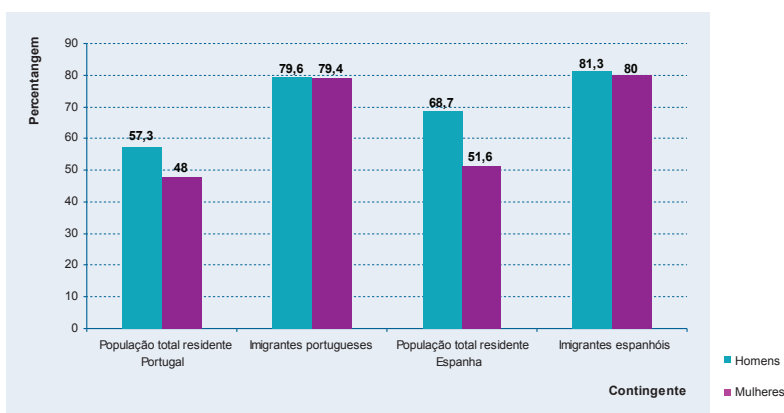


Gráfico 9. Taxa de actividade, por sexo, em Portugal e Espanha, em 2009
Elaboração própria (2011) com base no INE Portugal (2011), SEF (2010) e no INE Espanha – padrón municipal (2011)

⁹¹A taxa de actividade foi calculada com base no conceito do INE (2011) que a define como o indicador que “permite definir o peso da população activa sobre o total da população”. A partir da mesma fonte considerou-se a população activa como o “conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)”. Para os cálculos, foram considerados os indivíduos com idade entre os 15 e os 64 anos. No caso do cálculo da taxa de actividade da população imigrante portuguesa, apenas se considerou a população com 19 anos ou mais, pelo agrupamento etário realizado pelo SEF (2009).

Tal permite perceber que os imigrantes peninsulares se constituem como um grupo activo, cujo efeito multiplicador em termos laborais – auferimento de salário, pagamento de impostos, consumo de bens e serviços, etc. – dinamiza não só a economia como o próprio sistema de segurança social dos países. Até mesmo considerando os casos de desemprego ou de ilegalidade, ligado ao mercado de trabalho informal, que penalizam alguns dos sectores apontados, assume-se que o papel dos imigrantes tem grande importância para a manutenção dos valores de produtividade de ambos os países, até em termos de investimento.

Autores como ROURA, FERNÁNDEZ, e HERAS (2007: 103-105), PAJARES (2001: 146-148) e RAMOS (2004: 37) destacam este aspecto, ao afirmarem que em 2008, cerca de 86% dos estrangeiros trabalhavam por conta de outrem, enquanto 15% já tinham condições de o fazer por conta própria, destacando o caso dos chineses e indianos, como acontece em Portugal, e dos senegaleses, argentinos, colombianos e, mais recentemente romenos e búlgaros, com negócios na área do comércio. Além disso existem sectores com uma elevada concentração horizontal, como por exemplo a agricultura ou a construção civil, e vertical, em determinados graus hierárquicos/funções. Os imigrantes demonstram também uma maior flexibilidade laboral, porém são um grupo mais instável porque acabam por aceitar o desempenho de funções precárias com mais facilidade que os nativos.

Os sectores onde se concentra a força de trabalho imigrante são a agricultura – no caso espanhol com os marroquinos, romenos, equatorianos, búlgaros e bolivianos⁹². No português também acontece, embora se apresentem como situações mais esporádicas, onde se podem encontrar brasileiros ou imigrantes do leste europeu assalariados rurais (por conta de outrem) como caseiros ou na vinha (entre outras funções), ou então imigrantes europeus (o caso dos neerlandeses) proprietários de explorações agrícolas e pecuárias, como já foi referido.

⁹²Embora as últimas quatro nacionalidades tenham tendência a diminuir a sua participação neste ramo de actividade, o qual é encarado como um “sector de transição”. Estes números aproximam-se dos valores dos países de origem.

A agricultura, assim como os serviços domésticos e a hotelaria, empregam muitos imigrantes em Espanha, considerando-se como sectores atractivos, pelo menos como uma experiência transitória até poderem aceder a outro tipo de trabalhos (no sector secundário e terciário), com melhor remuneração e com jornadas de trabalho menos exigentes (SECRETARIA CONFEDERAL DE MIGRACIONES, 2006: 13, 14).

Segundo PÉREZ e TRIGAL (1999: 213-221), estima-se que no final do séc.XX, a agricultura empregasse cerca de 25.000 estrangeiros nesse país, a maior parte oriundos do continente africano e em situação irregular, embora também se pudesse encontrar portugueses. Estes trabalhadores realizam migrações circulares intercomarcais e interregionais, de acordo com o calendário agrícola. Destes 25.000, cerca de $\frac{3}{4}$ concentram-se na região de Barcelona, Almería e em Múrcia. A difusão destes jornaleiros foi muito rápida nos anos 80 e 90 do séc.XX, especialmente em áreas de cultivo de regadio e arborícola mediterrânico. Este fenómeno está intimamente relacionado com o êxodo agrícola e com o êxodo rural, que resultou na deslocalização das populações do sector primário e de local de residência, o que se reflectiu num abandono das áreas rurais e das actividades agrícolas e pecuárias relacionadas. Perante as necessidades de mão-de-obra, e face ao fraco reconhecimento social que este sector de actividade passou a representar, os imigrantes acabaram por ocupar estes lugares deixados pelos autóctones⁹³.

Estes são indivíduos do sexo masculino, muitos deles solteiros, jovens e jovens-adultos (com 20, 30 anos), que realizaram uma migração individual, embora com os portugueses se encontrem casos de migrações familiares. A formação académica é variada, pois tanto se podem encontrar indivíduos com baixa qualificação académica (portugueses, marroquinos, etc.) como com um nível de estudos mais avançado (outros marroquinos, argelinos, etc.).

A reflexão destes autores acaba por complementar o discutido no subcapítulo anterior, já que destacam a importância da distribuição territorial dos imigrantes para o desenvolvimento regional peninsular.

⁹³Esta ideia valida os pressupostos da teoria do mercado de trabalho segmentado.

Em termos geográficos, referem que o Maresme barcelonês é o enclave mais importante da Catalunha e é também o mais antigo de Espanha, o qual recebe imigrantes subsarianos desde os anos 70 do séc.XX, destacando-se os oriundos da Gâmbia. Estes acabaram por se expandir para outras regiões como El Baix Llobregat, Tarragona, Segrià. No caso do Baix Lobregat, o desenvolvimento dos sectores como a indústria e da construção civil originaram o êxodo populacional, registando-se falta de mão-de-obra para trabalhar na agricultura hortícola familiar. Foram os imigrantes marroquinos que substituíram os antigos jornaleiros andaluzes nas culturas hortícolas e frutícolas.

Os autores também afirmam que a Comunidade Valenciana foi das regiões espanholas que assistiu a um maior aumento no volume de trabalhadores, com o emprego agrícola sazonal de carácter recolector, eventual e irregular na apanha da fruta, na vinha e em estufas. Destacam também a região de Múrcia que no final do séc.XX, reunia o maior contingente de estrangeiros, sobretudo de marroquinos, a trabalhar na agricultura de regadio (horticultura e fruticultura), e Andaluzia, principalmente no litoral de Almería e Huelva, Granada (Zafarraya), onde trabalham na recolha de azeitona, nas culturas hortícolas (alface, tomate, couve-flor, alcachofra, etc.)⁹⁴.

Ainda em termos regionais, PÉREZ (2002b: 178-185), reforça o facto de Múrcia e Almería serem as regiões onde a concentração de trabalhadores estrangeiros na agricultura é maior, e onde é mais visível a continuidade da migração e de reagrupamento familiar⁹⁵. Aqui desempenham funções agrícolas mais pesadas e limitativas para as suas aspirações de ascensão económica, social e profissional.

⁹⁴Os autores destacam problemas em termos de habitação (as casas para arrendar são poucas e caras nos núcleos urbanos, acabando por morar em casas agrícolas antigas e degradadas disponibilizadas pelos patrões) e de salários (pagos de forma descontínua, prevalência da itinerância). Estes problemas com os imigrantes também parecem ocorrer na região da Andaluzia.

⁹⁵Há problemas em termos de habitação porque os autóctones não querem arrendar casas aos imigrantes, com receio que estes não façam a manutenção devida do imóvel, daí que muitos vivam em habitações precárias. Com base nesta problemática e em outras questões, houve iniciativas em algumas regiões do país para apoiar estes imigrantes: Unió de Pagesos en las Comarcas de Lleida (1998) deu alojamento, comida e formação, o que muito agradou aos empregadores; o Ministério de Trabajo e Associações Sindicais (1997-1999) concederam habilitações de alojamentos, organização de “desplazamientos”, assessoria sócio-laboral e formação ocupacional.

Este autor também destaca a importância dos imigrantes em regiões do país mais despovoadas e onde o fenómeno migratório não está tão marcado como nas regiões tradicionais, como é o caso de Cáceres e da Extremadura em geral, onde os estrangeiros trabalham no cultivo de cereja, tabaco e espargos. PÉREZ e TRIGAL (1999: 226) reconhecem que as pequenas localidades do interior da Península Ibérica têm oferecido muitos empregos na agricultura, não só para nativos como também para estrangeiros. É disso exemplo a apanha de cereja no Valle do Jerte, de tabaco e espargos em La Vera (província de Cáceres), nas plantações de tomate nas Vegas do Guadiana (província de Badajoz), de espargos, batata e na vinha em La Rioja, Navarra, Burgos e País Basco (Álava).

O sector agrícola, quer em Portugal, quer em Espanha, tem sido dinamizado pelo contingente imigrante, pelo que se pode considerar que o desenvolvimento territorial ligado à agricultura, em muito se deve a estes indivíduos, que acabam por gerar um efeito multiplicador positivo a várias escalas geográficas.

Outro sector com importância é o dos serviços, que também concentra muitos imigrantes, sobretudo do sexo feminino, ligado aos serviços de limpeza, além do comércio e da hotelaria PAJARES, 2001:147-149 destaca os serviços domésticos como uma grande fonte de empregos para equatorianos, colombianos e bolivianos, bem como dominicanos e ucranianos, sendo um sector que emprega muitas mulheres, embora se revele precário. Em Portugal, este sector é transversal às principais nacionalidades presentes no país, sobretudo africanos, brasileiros e europeus de Leste, também com predomínio feminino no desempenho das funções.

Este sector é bastante complexo, já que está relacionado com um segmento que se refere a funções de baixas qualificações (serviço doméstico, venda ambulante, empregos sazonais na hotelaria, etc.), mas também com “ocupações de alto status” (sector financeiro, administração pública, ensino, etc.), funções essas desempenhadas sobretudo por imigrantes da UE⁹⁶ (ACTIS, DE PRADA, e PEREDA, 1994: 106, 107; ESCRIBANO, 1992: 38-46). De sublinhar que este último grupo é também o que apresenta uma

⁹⁶UE – União Europeia.

taxa de inactividade mais elevada, em especial no caso dos britânicos, suecos e franceses, se comparada com outros grupos de imigrantes. Mais de metade dos imigrantes comunitários são inactivos, o que, associado à idade média deste grupo (acima de 45 anos), corroboram a ideia de que procuram o país já na reforma, para desfrutar dos rendimentos obtidos ao longo da vida activa, com maiores vantagens económicas, sociais e climáticas do que nos respectivos países de origem (FRANCISCO, RABANAL, SÁNCHEZ, e LA IGLESIA, 2005: 65-80).

No que diz respeito à construção civil, há uma apetência geral por parte dos imigrantes, embora este seja um sector muito sazonal e que, durante o *boom* de obras públicas dos anos 80 e 90 do séc.XX, originou postos de trabalho para imigrantes em Portugal e Espanha. No primeiro caso, os africanos são os que continuam a ter um maior tempo de permanência no ramo, embora se encontrem imigrantes de leste e também indianos, estes últimos procurando a construção civil como uma forma de obterem capital para se estabelecerem por conta própria.

Numa análise por nacionalidades estes autores constataram que, no caso espanhol, os alemães, os franceses e os italianos estão mais ligados à indústria; os portugueses à construção civil, indústria e agricultura como operários ou trabalhadores não qualificados; os latino-americanos ao pequeno comércio, serviços recreativos, embora seja possível encontrar mexicanos, cubanos e venezuelanos na indústria; os africanos (caboverdianos) ligados à indústria e à agricultura (gambianos); os indianos e chineses a trabalhar por conta própria ligados ao pequeno comércio; os filipinos nos serviços domésticos. PAJARES (2001: 149) sublinha ainda o facto dos colectivos europeus (romenos, búlgaros e ucranianos) estarem mais concentrados na construção (sobretudo homens), seguido do comércio e da hotelaria, na maioria mulheres e com menor importância o serviço doméstico. Os imigrantes não comunitários desenvolvem a sua actividade económica no ramo da hotelaria, serviço doméstico, agricultura e construção, enquanto que os comunitários trabalham no sector da indústria e em funções altamente qualificadas. Os primeiros assumem-se como trabalhadores complementares da mão-de-obra local que, em busca de uma melhor situação económica e social, ocupam postos de

trabalho que não requerem grandes conhecimentos técnicos, e que não são apetecíveis pelos nativos, daí que o autor sublinhe que não há necessidade de haver preocupação com a questão da concorrência laboral entre autóctones e imigrantes. Os marroquinos estão mais concentrados na construção, seguidos do comércio, hotelaria e agricultura.

No caso português os africanos estão muito ligados à construção civil e serviços de limpeza, os brasileiros à restauração e hotelaria bem como a serviços mais qualificados (área da saúde), sendo os europeus de leste mais flexíveis em termos de sector de actividade. Os chineses, indianos e bagladeshianos estão mais ligados ao comércio. Neste contexto FONSECA (2005b: 104) refere que a construção civil é o sector onde há uma maior representação de imigrantes de todas as nacionalidades, seguido dos serviços de limpeza, onde dominam nacionalidades dos PALOP; indústria e a agricultura há uma maior representação das nacionalidades da Europa de Leste (Ucrânia, Roménia, Rússia, etc.); hotelaria e restauração há uma maior representatividade dos brasileiros e também dos angolanos.

Perante a análise desta dinâmica, ACTIS, DE PRADA, e PEREDA (1994: 110, 112, 118) PÉREZ e TRIGAL (1999: 226) identificam grupos na imigração para o caso espanhol. Os primeiros distinguem quatro grupos de imigrantes, no que concerne à questão laboral:

a) O grupo dos “*Rentistas*” e *jubilados do norte da Europa*, que vivem em áreas turísticas, aproveitando o clima e as vantagens comparativas do custo médio de vida em Espanha ser mais baixo relativamente ao país de origem. Uma parte deste colectivo não está registada porque são cidadãos europeus que vivem a maior parte do ano em Espanha, mas que são considerados como turistas;

b) O grupo que *acompanhou os fluxos de capital*, tendo migrado a partir dos anos 60 do século XX. Trata-se de europeus, norte-americanos e japoneses, que desempenham funções como gerentes, directores de empresas, quadros altamente qualificados, cujo nível de vida está acima da média espanhola;

c) O grupo de *mão-de-obra relativamente qualificada* cuja decisão de migrar para Espanha foi baseada num cálculo racional das vantagens de aí trabalhar, em contraposição os do país de origem. Nesta situação

podem-se encontrar alguns europeus a desenvolver funções nos serviços (turismo, cultura, sector administrativo, hotelaria, etc.) e latino-americanos, alguns com um nível cultural e académico acima da média da população espanhola, conseguindo emprego na sua área de formação, enquanto outros sofrem um processo de mobilidade social e profissional descendente, que os aproxima da tipologia seguinte;

d) O *grupo dos imigrantes que fogem da falta de oportunidades económicas do seu país*, cujas qualificações académicas são muito baixas, sendo frequente neste contingente a presença de africanos, em especial de marroquinos, também asiáticos, portugueses e latino-americanos. Acedem a empregos precários, com baixa remuneração, com jornadas prolongadas, sem garantias legais e com pouca ou nenhuma possibilidade de promoção social. A maioria destes empregos concentra-se no sector agrícola, construção e em funções menos qualificadas da hotelaria, serviços pessoais e domésticos, venda ambulante, entre outros. Habitualmente é difícil encontrar mão-de-obra autóctone que aceite incorporar-se nestes postos de trabalho, constituindo “nichos” reservados quase exclusivamente aos trabalhadores imigrantes.

Os segundos autores não fazem uma análise vertical como os anteriores, mas sim uma análise horizontal, com uma forte componente horizontal, identificando:

a) *1ª vaga de imigração*, marcada pela presença de africanos. Ocorreu na segunda metade dos anos 70 e primeira metade dos anos 80 do séc.XX, com a entrada de gambianos por via aérea no país (Nigéria-Madrid) como se fossem turistas, e que vieram para trabalhar na região de Barcelona na horticultura, floricultura e fruticultura.

b) *2ª vaga de imigração*, que ocorreu depois de 1988 e intensifica-se em 1990-1991, com uma diversificação de nacionalidades, onde se assistiu uma entrada significativa de clandestinos, muitos alentados pelos contingentes anuais estabelecidos pelo governo espanhol, indo-se distribuir por todo o litoral mediterrânico a trabalhar na agricultura. O caso espanhol está mais próximo da Grécia, onde há um contingente significativo de imigrantes a trabalhar na agricultura. Em Portugal este não é um sector de destaque no que diz respeito à ocupação dos imigrantes em termos

laborais, porém, principalmente no interior, há casos de indivíduos estrangeiros que se dedicam à prática agrícola e pecuária, tanto como trabalhadores por conta de outrem, ou como patrões, como já foi referido.

Para o caso português, e na mesma linha laboral, FONSECA, MALHEIROS, ESTEVES, e CALDEIRA, (2002: 102) realizam uma análise de carácter vertical, identificando uma segmentação do mercado de trabalho entre os próprios imigrantes:

a) Imigrantes com elevadas qualificações académicas e profissionais, desempenhando funções de quadros altamente qualificados, directores de empresas, etc. (sobretudo oriundos da UE);

b) Imigrantes com baixas qualificações académicas, ou até mesmo com formação superior, a realizar trabalhos indiferenciados na construção, indústria e serviço doméstico (transversal a todas as outras nacionalidades, excepto oriundos da UE).

Esta ideia é corroborada por BAGANHA, MARQUES, e GÓIS (2009: 124), ao referirem que a principal característica da população imigrante residente em Portugal até à viragem do milénio era a bipolarização, perpetrada por um lado por uma população oriunda dos PALOP, concentrada na Área Metropolitana de Lisboa, a desenvolver funções pouco ou nada qualificadas na construção civil ou nos serviços domésticos; por outro lado o grupo dos brasileiros e dos europeus de leste, geograficamente mais dispersa do que o grupo anterior, a desempenhar funções mais qualificadas no sector terciário⁹⁷.

⁹⁷Ainda identificam um terceiro grupo, constituído por outras nacionalidades numericamente menos expressivas que as anteriores, e que se concentram na Área Metropolitana de Lisboa, em funções que exigem poucas qualificações profissionais (desde a construção civil até ao comércio a retalho).

3.2.2 A questão sócio-demográfica

Além do impacto laboral e económico, a comunidade académica assume que a presença de estrangeiros em território peninsular coloca questões relativas aos efeitos da sua actuação a vários níveis, nomeadamente sócio-demográfico. BEL ADELL (2006: 23) clarifica esta situação:

“(...) Europa, España [e Portugal] están obligados a confrontarse finalmente con el «Otro» y, ya no más, con la agresividad y la guerra, ni con la arrogancia de la conquista y del imperio, sino más bien, con una actitud de respeto, con la convicción de que el futuro pasa a través de la acogida de dones que las culturas sumergidas o reprimidas son capaces de entregar al destino común del género humano.”

O “confronto” com o Outro pode ocorrer, por parte do autóctone, por uma questão de curiosidade, de querer saber quem é o imigrante, mas também baseado na preocupação de avaliar as consequências provenientes da presença estrangeira no território. Os sentimentos gerados podem ser de carácter negativo como o receio da concorrência (em termos laborais, por exemplo), de escoamento de capitais (através das remessas) ou até mesmo em termos de segurança física (criminalidade). Porém há a considerar um carácter mais positivo, ligado ao aproveitamento de sinergias, reconhecimento de competências/capacidades profissionais ou busca de experiências interculturais. Esta é uma abordagem baseada no conhecimento empírico da comunidade receptora que, apesar do contraponto das vantagens/desvantagens enunciadas, parecem assumir a importância da presença deste contingente enquanto capital humano e social.

Do ponto de vista da investigação segue-se esta lógica, já que o estudo da temática migrações na Península Ibérica tem em conta a relação imigração-desenvolvimento-território. RAMOS (2004: 48-52) assume que a imigração gera oportunidades de desenvolvimento tanto nos países emissores como nos receptores. Nos primeiros ocorre a saída de jovens activos (diminuição dos níveis de população activa e fértil) e com for-

mação superior⁹⁸, que compensam os impactos da sua ausência através do envio de remessas; nos segundos os imigrantes preenchem as lacunas laborais, incrementam o quantitativo demográfico e rejuvenescem a população, proporcionam um equilíbrio em termos de género, e alguns já chegam com a formação escolar completa, embora possam não vir a trabalhar na sua área académica.

O autor reforça aspectos onde está patente a potencialidade dos imigrantes como *agentes de desenvolvimento local*, exemplificando com o caso de Espanha, onde os imigrantes estão a assumir este papel em termos multiterritoriais – no país de origem e de destino⁹⁹. A resolução, à escala local, das problemáticas ligadas aos movimentos migratórios, induz ao desenvolvimento de uma educação política e cívica importante para o processo de formação de imigrantes e para a difusão dos valores democráticos. Outro aspecto que destaca é o do *codesenvolvimento*, na lógica de uma gestão conjunta das migrações, quer pelos países emissores, quer pelos países receptores, o que significa um reconhecimento da imigração como protagonista do desenvolvimento em ambos os pólos da migração. Permite a emergência de uma nova cidadania e de um novo conceito de solidariedade internacional, e torna os imigrantes autênticos actores de desenvolvimento no país de origem e de destino.

Também destaca o papel das *remessas* na linha do que foi discutido no capítulo anterior, e do *retorno dos imigrantes*, sugerindo inclusive a valorização do papel das diásporas e o impulsionamento de viagens entre os países de origem e destino migratório.

Autores como ACTIS, DE PRADA, e PEREDA (1999: 216-219) também analisaram a realidade de Espanha na lógica da questão “imigração promotora de desenvolvimento?”, constatando que no final do séc.XX, a política espanhola de imigração se fundamentou em três eixos de acção: controlo de fluxos, apoio à integração social dos imigrantes e cooperação para o desenvolvimento com os países de origem. Este último eixo, baseou-se no argumento de que só uma política eficaz de cooperação

⁹⁸O autor refere a expressão “fuga de cérebros”.

⁹⁹Não concretiza esta ideia com exemplos práticos.

para o desenvolvimento nos países emissores, poderia ajudar a “controlar” os fluxos migratórios, com benefícios para ambos os pólos:

a) *Receptor* – diminui a pressão migratória em épocas “de crise”; pode requerer mão-de-obra imigrante em períodos de necessidade;

b) *Emissor* – o período migratório pode ser mais curto e mais “eficaz” em termos económicos e sociais; os imigrantes podem auferir de capital – que ganharam na migração ou emprestado pelo Estado – para investir no seu próprio país de origem.

Contudo, os autores chamam a atenção para o facto da política para o codesenvolvimento, relacionada com a imigração, estar a ser toldada por um conjunto de problemas, invocando o facto dos fluxos de capital destinados às regiões emissoras (por exemplo, de África), acabarem por serem distribuídos na UE (Portugal, Países Baixos e França), América Latina (Argentina, Peru e Chile), países industrializados (EUA) ou destinados a paraísos fiscais. Perante esta crítica, também se pode confrontar o facto do “subdesenvolvimento” não estar exclusivamente em determinados continentes, ou seja, os territórios de destino também são constituídos por uma complexidade espaços emissores, com problemas laborais/económicos/sociais, daí que os autores assumem que é preciso dar resposta também às necessidades desses espaços e dessas populações.

Além disso, invoca-se que a ajuda espanhola é realizada através da modalidade da concessão de créditos e não como subvenções a projectos de desenvolvimento autónomos geridos pelas comunidades do país receptor. A ajuda parece não se destinar tanto aos países emissores de imigrantes, mas sim aqueles que oferecem oportunidades comerciais (na América Latina e Ásia), abrangendo algumas elites, sem intervenção directa em grupos sociais mais desfavorecidos.

Por exemplo, não existe uma orientação política clara que contribua para converter os imigrantes em agentes activos de desenvolvimento local das suas comunidades de origem, o que seria essencial numa política deste género. Os autores apelam à necessidade de se repensar este modelo, ou então de se assumir que os fins não são adequados à designação da política, até porque não se devem reger por uma base

unilateral de princípios que impelem o “uso” de mão-de-obra imigrante quando é necessário.

Numa lógica mais topológica, MAISONAVE (2006: 8) defende que na actualidade, no que concerne aos impactos das migrações em termos de desenvolvimento, não se deve ter uma visão estática e unilateral da questão. Segundo a autora, há uma ruptura com a ideia de que os migrantes deixam a anterior vida, com o objectivo de começar uma nova vida na sociedade receptora. A visão binária “país emissor” e “país receptor”, “imigração” e “emigração” dá lugar aos espaços transnacionais, ou seja, os imigrantes já não devem ser encarados como grupos sedentários, com relações estáticas no lugar onde vivem. A mobilidade, a passagem de um espaço euclidiano a uma dimensão topológica, proporcionada pelo desenvolvimento e domínio das novas tecnologias, sobretudo nos transportes e comunicações, faz com que se estabeleçam relações entre os diversos mundos sociais em que se movem os indivíduos. Daí que os impactos, positivos ou negativos, se fazem sentir em ligação nos diversos pólos da migração, e a política para a cooperação/desenvolvimento deva ser (re) pensada não tanto numa lógica linear de envio de ajuda/capitais, encarando os pólos de origem dos imigrantes como “elos fracos” e dando origem a situações identificadas pelos autores anteriores. Antes como territórios complexos, que tendem a “sair de si mesmo” enquanto unidades geográficas isoladas pelas vicissitudes estruturais e conjunturais, pois essas tendem a se esbater ou a se expandir, conforme o contexto evolutivo.

No contexto do impacto das migrações no território de chegada, destaca-se também a vertente demográfica. Este é um ponto que reúne o consenso da comunidade académica, em especial de autores como PÉREZ (2002b: 187), VIEDMA e RODRÍGUEZ (2005: 130), CONDE-RUIZ, GARCIA, e ORBIS (2006: 114-116) e ESCRIBANO (2006: 93), que colocam a hipótese da imigração poder vir a resolver os problemas de envelhecimento da Europa, já que tem ajudado a recuperar os valores positivos de crescimento natural, em especial com o aumento da natalidade e da fecundidade gerado pelos grupos provenientes da América Latina e Ásia. LERA (2006: 19-21, 42) considera mesmo que as migrações têm sido a base do crescimento absoluto das populações dos territórios de destino e

de despovoamento das regiões de origem, pelo que destaca, invocando a posição da ONU, a importância da imigração para o combate ao envelhecimento da estrutura etária e para a diminuição do número de efectivos, especialmente das classes jovens (crianças e activos), na Europa. Considera mesmo “indispensável” o recurso ao saldo migratório para compensar o saldo fisiológico, sobretudo na UE, onde estima serem necessários cerca de 800.000 novos imigrantes por ano.

Este autor defende que é preciso manter um certo quantitativo de imigrantes para conservar a dimensão numérica das sociedades receptoras, bem como uma “quantidade adicional” para manter a proporção de passivos por cada 100 activos, para que se possa assegurar o sistema de pensões face ao número crescente de reformados, quiçá para manter/aumentar a taxa de fecundidade. Esta ideia também se relaciona com a vertente económica gerada, em ligação à necessidade de imigrantes com vista a suprir as necessidades do mercado laboral e da segurança social; também humanitária, baseado no pressuposto da livre circulação de indivíduos como direito universal, incluindo tanto refugiados como imigrantes económicos.

BUJÁN e VARELA (2006: 151-163) realizaram um estudo de carácter geográfico concluindo que, em Espanha, uma das primeiras repercussões geradas pela entrada de estrangeiros foi o aumento do número de habitantes. Um dos territórios que mais beneficiou deste incremento foram os de baixas densidades populacionais, como é o caso de Castela e Leão, Extremadura e País Basco, onde a chegada de imigrantes tende a compensar de forma relativa a diminuição populacional verificada quer pela dinâmica do saldo natural, quer pela dinâmica do saldo migratório e das próprias migrações internas de nativos (saídas). As autoras distinguem duas regiões:

a) As de crescimento positivo na sua população autóctone – Cantábria, La Rioja, Castela-a-Mancha, Andaluzia, Baleares, Canárias, Catalunha, Comunidade Valenciana, Comunidade de Madrid, Comunidade Foral de Navarra;

b) As de crescimento negativo na sua população autóctone – Castela e Leão, Extremadura, País Basco, Aragão, Principado das Astúrias e Galiza.

Nestas últimas é positivo o número de imigrantes presentes para o aumento absoluto do quantitativo populacional, porém reconhecem que não são números suficientes para o rejuvenescimento populacional, pelo facto de não haver um aumento significativo da fecundidade.

É de ter em atenção o facto de que, em 2002, a taxa bruta de natalidade nas mulheres estrangeiras era de 23,1‰ e nas espanholas era de 9,5‰, o que se pode dever ao factor idade, isto é, mais mulheres jovens (em idade fértil) na população imigrante¹⁰⁰.

O mesmo acontecia em Portugal em 2001, onde a taxa de natalidade feminina¹⁰¹ das nacionais era de 20,4‰ e das estrangeiras de 55,8‰. ROSA, SEABRA e SANTOS (2004: 77), calcularam além disso a taxa de natalidade masculina¹⁰², na mesma data, de 21,1‰ para os portugueses e 51,1 para os estrangeiros‰; a taxa de fecundidade geral feminina¹⁰³ que correspondia a 41,8‰ para as portuguesas e 80,4‰ para as estrangeiras.

Em todos estes indicadores se verifica que os níveis de natalidade e de fecundidade são mais elevados nas populações imigrantes do que nos nativos. De qualquer forma os autores admitem que só são gerados efeitos visíveis quando o quantitativo de imigrantes é muito expressivo no total da população. Tendo em conta os valores de Portugal (4,3% de imigrantes no total da população) e Espanha (12,1% de estrangeiros no total da população), parece razoável admitir que o crescimento populacional esteja mais relacionado com a entrada directa de indivíduos do que com a sua dinâmica reprodutiva.

ROSA, SEABRA e SANTOS (Ob.Cit.: 119-120), baseados nos dados estatísticos sobre imigração até 2001, verificaram a ocorrência de impactos significativos na demografia portuguesa pela presença da população imigrante. Os imigrantes contribuíram com 1/5 do acréscimo da população residente total na década de 90 do séc.XX, assim como promoveram um

¹⁰⁰Em 2009 os valores da taxa bruta de natalidade mantiveram-se similares nas mulheres espanholas – 9,8‰ – embora tenham decrescido no caso das mulheres estrangeiras – 17,9‰ – o que se pode dever a uma situação conjuntural.

¹⁰¹Corresponde ao número de nados-vivos por cada 1000 mulheres.

¹⁰²Número de nados-vivos por cada 1000 homens.

¹⁰³Número de nados-vivos por cada 1000 mulheres entre os 15-49 anos.

reequilíbrio de ambos os sexos no seio da população nacional, pois sem as populações estrangeiras, o predomínio das mulheres teria aumentado. Além disso aumentou o volume de efectivos nas idades activas, atenuando os níveis de envelhecimento da população, embora tenham vindo reforçar o desequilíbrio regional do povoamento. Todavia os autores ressaltam e reconhecem a existência de grupos que tendem a se dispersar no território nacional. Tanto por apresentarem um maior contingente populacional em idades férteis, como por gerarem níveis de fecundidade superiores aos da população portuguesa, os estrangeiros contribuíram para 9/10 do aumento do número de nados-vivos registados em Portugal entre 1995 e 2001. A opinião destes autores é que embora a presença de imigrantes seja limitada em termos quantitativos, acabam por promover impactos positivos no sistema demográfico da sociedade receptora.

A análise da evolução da população portuguesa e espanhola, com base no crescimento efectivo – saldo natural e saldo migratório – permite corroborar esta ideia, já que está patente o contributo da entrada de migrantes, em especial a partir do início do séc.XXI.

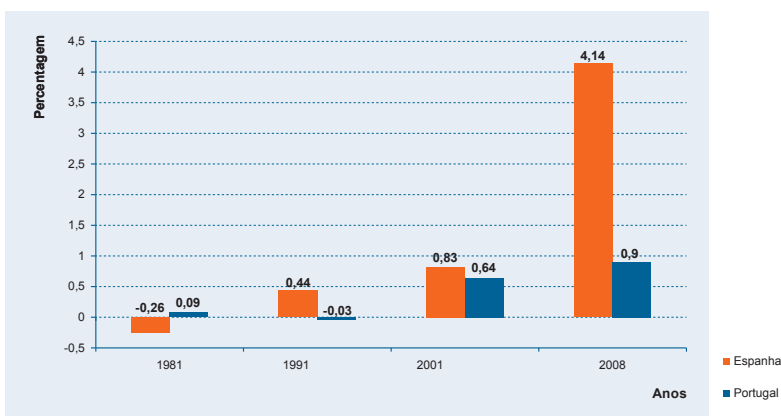


Gráfico 10. Evolução da taxa de crescimento natural, em Portugal e Espanha, de 1981 a 2008

Elaboração própria (2011) com base em Gaspar (1991), INE Portugal (2011), INE Espanha (2011) e SEF (2011)

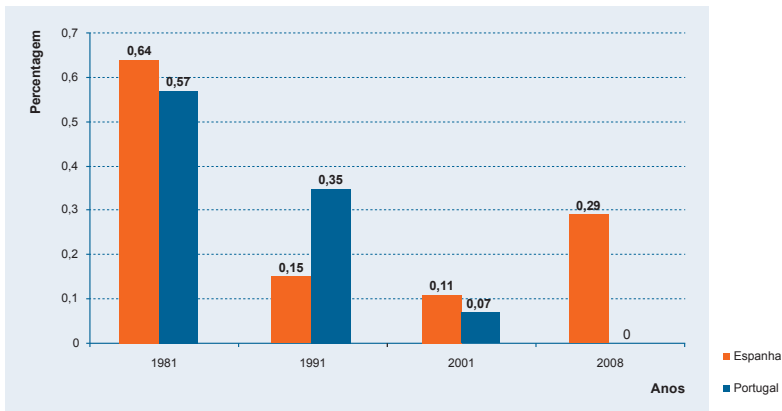


Gráfico 11. Evolução da taxa de crescimento migratório, em Portugal e Espanha, de 1981 a 2008

Elaboração própria (2011) com base em Gaspar (1991), INE Portugal (2011), INE Espanha (2011) e SEF (2011)

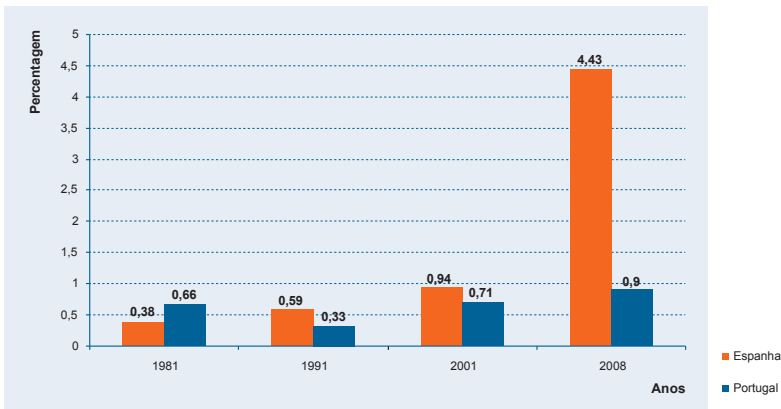


Gráfico 12. Evolução da taxa de crescimento efectivo, em Portugal e Espanha, de 1981 a 2008

Elaboração própria (2011) com base em Gaspar (1991), INE Portugal (2011), INE Espanha (2011) e SEF (2011)

Para o contexto europeu, no que diz respeito à questão sócio-demográfica, LUTZ e SCHERBOV (2008: 244-259) referem que o declínio populacional seria imediato para um cenário até 2050 em que a imigração fosse “0”. Se forem mantidos níveis elevados de entradas de imigrantes na Europa, é natural que, nessa data, os fluxos migratórios sejam responsáveis por 10% da população total. Mas o argumento populacional quantitativo não

é suficiente, pois os padrões demográficos dos imigrantes estabelecidos podem-se alterar, aproximando-se dos comportamentos autóctones.

A importância do contingente imigrante em Portugal e Espanha também é associado, do ponto de vista demográfico, ao aumento de população activa, que dinamiza o mercado laboral ibérico. Neste sentido SOLÉ, PARELLA e CAVALCANTI (2007), estudaram os empresários de origem imigrante de Barcelona, Madrid e Valência (chineses, paquistaneses e latino-americanos), constatando que os seus negócios são o reflexo de projectos migratórios permanentes no tempo/espço. Concluíram que a proliferação destes negócios étnicos permite criar emprego, principalmente entre os imigrantes da mesma nacionalidade; promover a consolidação do tecido empresarial organizado, gerando competitividade; gerar aproveitamento de oportunidades estratégicas no comércio, hotelaria, construção civil, etc; aumentar as receitas locais através do pagamento de impostos.

A exploração do “exótico”, através de lojas e restaurantes especializados, venda de artesanato, terapias alternativas, organização de eventos, etc., atrai diferentes segmentos de clientes. Os autores dão como exemplo o bairro Lavapiés em Madrid e El Raval em Barcelona, tornados pontos turísticos que atraem indivíduos pela sua multiculturalidade. Além disso permite que haja uma consolidação e integração da imigração, já que os seus elementos ganham status económico e social na sociedade receptora e na emissora também.

Ressalvam que esta situação não é comum a todos os imigrantes, pelo que distinguem três grupos específicos:

a) *Os que apresentam uma cultura empreendedora*, com nível educativo adaptado a essa situação, e cujo projecto migratório inicial inclui o desenvolvimento de um negócio por conta-própria no país receptor (exemplo dos chineses, paquistaneses e alguns latino-americanos);

b) *Os que não apresentam uma cultura empreendedora*, com nível educativo baixo, onde predominam os “negócios de necessidade” com escasso nível de inovação, pouca rentabilidade e sem perspectivas futuras (exemplo dos marroquinos);

c) *Os que aproveitam as oportunidades do mercado* (transversal a todos os grupos imigrados).

Autores como FERNÁNDEZ e MIGUEL (1995: 688) e DIAO (2006: 34-40) reforçam a ideia de que a aquisição de um estatuto social, económico e profissional relativamente estável e reconhecido pela sociedade receptora, permite que estes territórios tenham indirectamente um papel muito importante nas sociedades emissoras em termos humanitários. Os autores destacam o valor das remessas de Espanha para Marrocos, que chegaram a ultrapassar as receitas provenientes de outros sectores de actividade como da indústria de exportação de fosfatos, do turismo, etc.

Aliou DIAO destaca, nas migrações entre África (norte e centro) e Europa (central e mediterrânica, neste caso com Espanha) três tipos de impactos relacionados com o pólo emissor e o receptor: políticos, económicos e sócio-culturais.

No primeiro caso – *impactos políticos* – a possibilidade de se constituírem associações de imigrantes de apoio aos conterrâneos que permaneceram no local de origem, foi um passo essencial em termos políticos e económicos, com iniciativas vocacionadas para o desenvolvimento local (cita o caso do Mali e do Senegal). Refere como barreira o confronto entre os migrantes e as elites locais, que nem sempre aceitam bem a interferência de “quem deixou o país”.

Em termos de *impactos económicos*, e ainda com base nos dois casos citados, refere que as remessas são essenciais para a luta contra a pobreza, actuando em territórios que os governos não atingem. Como já foi possível constatar nos capítulos anteriores, melhora o nível de vida das famílias (aumenta o consumo de bens alimentares, acesso a medicamentos, etc.), contribuindo em alguns casos para a redução da taxa de mortalidade infantil, para diminuir o risco de fome em épocas de catástrofes naturais, etc. Além disso aumenta as perspectivas de investimento e de emprego, dinamiza a vida social (matrimónios, baptizados, etc.), a reabilitação de infraestruturas. Em contrapartida pode reforçar situações de dependência e alimentar a imagem territorial, a qual faz do local de destino emigratório um espaço onde é “impossível fracassar”. Este autor tem uma opinião similar à apresentada quanto aos programas de apoio ao desenvolvimento que considera importantes, já que permitem a construção e dinamização de pequenos núcleos de infraestruturas e equipamentos (centros de saúde

comunitários, escolas, maternidades, unidades de produção e de transformação, farmácias rurais, etc.), e a ligação dessas pequenas povoações e populações ao exterior através da tecnologia (internet). Chama a atenção para o problema do aparecimento de elites locais (“classe média”) que, depois de terem reunido algum capital, acabam por imigrar, não sendo isso que os programas de codesenvolvimento pretendem.

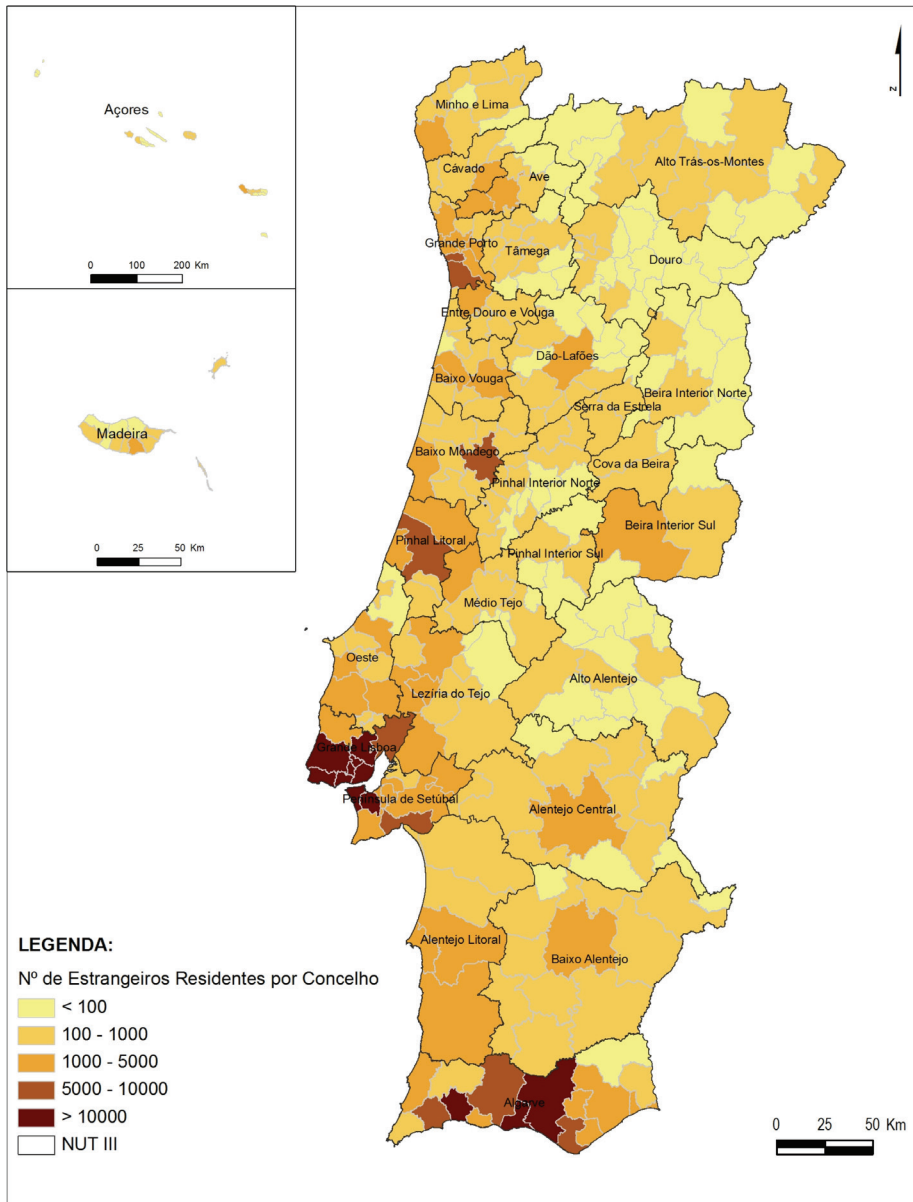
Finalmente, em termos de *impactos socioculturais*, destaca o aparecimento de associações e cooperativas que têm sido importantes para a defesa dos direitos dos jovens e mulheres, além de que se introduzem novas formas de estar quotidianas (concepção de habitat, de higiene, de organização familiar, capacidade opinativa e de acção).

No que diz respeito ao caso português autores, como FONSECA, ALEGRIA e NUNES (2004: 91-115), pela evidência empírica, indicam que a imigração tem apresentado de uma forma geral aspectos positivos, já que contribui em termos económicos e até, de forma directa ou indirecta, no aumento o número de empregos. Sendo um processo selectivo, considerando que de uma forma geral migram preferencialmente os indivíduos mais jovens, leva a que se verifiquem taxas de participação muito elevadas no mercado de trabalho, baixos níveis de desemprego, o que representa baixos custos sociais imputados aos nativos. Além disso têm um papel importante em termos de internacionalização a várias escalas (local e regional) e a vários níveis (económico, social, cultural, etc.), já que contactam com o local da sua origem e com outros pontos onde estão estabelecidos conterrâneos, promovem o comércio internacional, o turismo e a economia étnica. Os autores ressalvam o facto de não existirem provas evidentes que estabeleçam uma relação directa entre imigração e desemprego nos nativos, porque estes e os estrangeiros tendem a trabalhar em segmentos diferentes. Aliás estes últimos ocupam funções que requerem pouca qualificação, mais mal pagas e socialmente menos reconhecidas. Destacam ainda a importância demográfica dos imigrantes, pelo que a ONU já se refere a uma política de *replacement migration* (fluxos migratórios de substituição demográfica), embora se deva considerar esta questão com algum cuidado, já que os imigrantes que vêm suprir a curto prazo as lacunas na estru-

tura da população activa, também eles vão envelhecer. Além disso, as taxas de natalidade e de fecundidade das mulheres imigrantes tendem a convergir com os valores das sociedades receptoras, factos estes já verificados no caso espanhol.

Também MALHEIROS (2005: 113-116) destaca os impactos positivos dos imigrantes no campo demográfico por via directa (chegada de imigrantes jovens) e indirecta (contributo para a natalidade), no campo económico e do desenvolvimento regional (no pagamento de impostos; no mercado laboral constituem cerca de 6% do emprego nacional e são decisivos nalguns sectores como a construção civil, serviços domésticos, entre outros). Também no campo social e das paisagens urbanas (permitem uma diversificação sociocultural das populações, ajudam à revitalização do comércio em áreas como por exemplo o Martim Moniz; disponibilizam produtos e serviços étnicos).

Uma das regiões onde os aspectos positivos se poderão vir a destacar é no Alentejo, contudo a presença de imigrantes nessa região vai depender da disponibilidade de emprego, da possibilidade de ascensão profissional, do espírito de empreendedorismo, da oportunidade de reunificação familiar e da recepção realizada / relação estabelecida com as instituições locais. Os benefícios imediatos estarão relacionados com alguma revitalização demográfica e alguns benefícios económicos (negócios por conta-própria, por exemplo no caso dos chineses). Defende-se por isso a adopção de medidas que possam ser tomadas para atrair os imigrantes para regiões como esta: reconhecimento dos seus diplomas, incentivos ao investimento e ao estabelecimento por conta-própria, reunificação familiar, arrendamento de habitações.

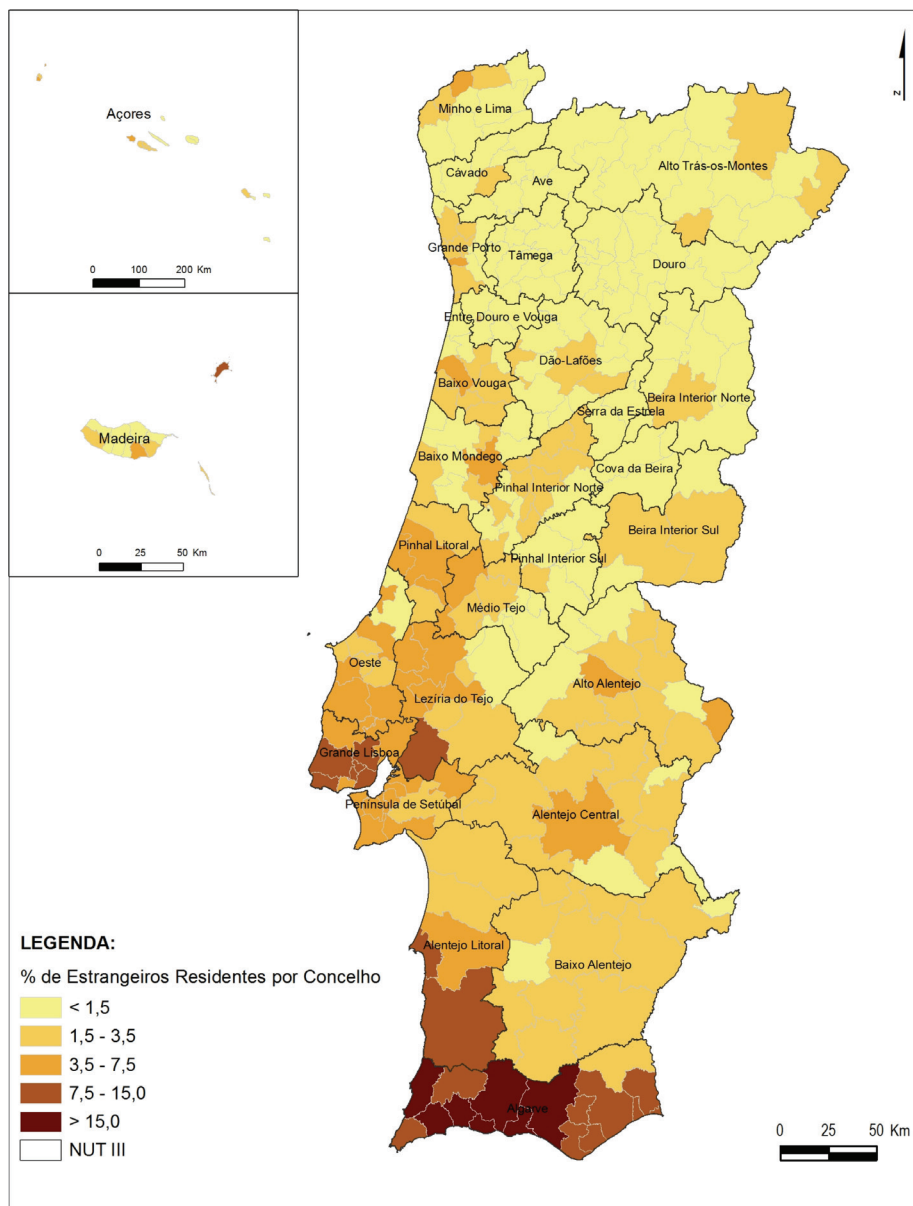


Mapa 6. População estrangeira residente em Portugal, por concelhos, em 2009

Elaboração própria (2011) a partir do SEF (2011)

Destas reflexões há questões evidentes que surgem: como “manter” os imigrantes em regiões de baixas densidades? Por quanto tempo? Será

que não haveria a propensão destes imigrantes, assim que fosse possível, migrarem para áreas urbanas mais dinâmicas do ponto de vista laboral?



Mapa 7. Percentagem de população estrangeira residente em Portugal, relativamente à população total residente, por concelhos e NUTIII, em 2009
Elaboração própria (2011) a partir do SEF (2011)

FONSECA (2007: 146-147) responde a estas perguntas a partir de uma abordagem geográfica do território, identificando duas problemáticas fundamentais. Na primeira – Área Metropolitana de Lisboa e nos centros urbanos do litoral algarvio – onde a imigração é mais antiga, sobressaem os desafios da integração dos imigrantes e dos seus descendentes. Na segunda – Norte e Centro interior, Alentejo, serra algarvia e Região Autónoma dos Açores – onde a este fenómeno ainda tem um carácter recente, o debate centra-se na relação entre imigração e desenvolvimento regional, no sentido de saber se os imigrantes poderão contribuir para revitalizar e dinamizar a economia local, atenuar o problema do envelhecimento e o risco de despovoamento das áreas rurais de baixas densidades.

Identifique-se ainda neste grupo um conjunto de concelhos onde a percentagem de população estrangeira residente atinge níveis semelhantes às regiões tradicionalmente receptoras de imigrantes. Correspondem a áreas urbanas (Guarda, Ponte de Sôr, Elvas, Évora, etc.) do interior que se revelam atractivas para estrangeiros, gerando uma configuração distinta da geografia da imigração portuguesa.

Segundo Maria Lucinda FONSECA, no caso destas regiões de baixas densidades, as políticas de atracção de imigrantes são apenas uma parte da solução, até porque os impactos da população imigrante na população activa autóctone tendem a esmorecer, primeiro porque os imigrantes também envelhecem, e para haver uma manutenção dos níveis de activos, também terá de haver a manutenção dos fluxos de entrada de imigrantes. Depois porque as taxas de fecundidade das mulheres imigrantes tendem a convergir com a das autóctones, como já se concluiu em vários pontos. Além disso trata-se de regiões periféricas com pouca oferta e diversidade ao nível laboral, mas também de serviços educacionais, de saúde, culturais, etc. Nesta lógica, recomenda uma política selectiva, com base no recrutamento de trabalhadores com características académicas e laborais adequadas ao mercado de trabalho, devendo este estar articulada com uma estratégia de desenvolvimento sustentável que promova a coesão social e territorial.

Uma das condições específicas de selecção poderá ser a capacidade e os planos de empreendedorismo, ponto que já foi focado e do qual já se

constatou ser um aspecto gerador de riqueza e de desenvolvimento territorial por parte do imigrante. OLIVEIRA (2005: 161) e OLIVEIRA e COSTA (2008: 260-261) estudam esta questão para Portugal, concluindo que as novas oportunidades empresariais dos imigrantes acabam por interferir na dinâmica social portuguesa. As discotecas, músicas, restaurantes ou até mesmo os cabeleireiros “étnicos” começam a fazer parte de um mercado de produtos exóticos que tem vindo a ter uma procura crescente no país. Neste plano, faz sentido uma política de incentivo às iniciativas empresariais, como uma forma de encorajar a criação de emprego entre populações de origem imigrante.

Além disso, verificam que os chineses empresários¹⁰⁴ demonstram uma grande dependência dos produtos étnicos estrangeiros, pelos quais definem a sua estratégia económica. O trabalho por conta-própria é uma forma de disporem de maiores ganhos do que teriam se trabalhassem por conta de outrem na sociedade de acolhimento, e também é uma maneira de contornarem o problema do desemprego. Este é o exemplo de um grupo imigrado em Portugal que procura oportunidades geradas pela sociedade receptora, combinando ligações a várias escalas (local, regional, nacional e internacional) com recursos étnicos, ajudando a revitalizar áreas comerciais deprimidas com a introdução de um mercado de novos produtos (em quantidade e variedade), e estabelecendo ligações com outros agentes económicos da mesma nacionalidade que estão integrados noutras sociedades receptoras.

Ao enviarem as remessas, estão a contribuir para que os seus familiares compatriotas se tornem também empresários por conta-própria no seu país de origem, apesar do controlo estatal. De qualquer forma o governo chinês, apreciando os dividendos advindos das migrações (“controlo” do excesso demográfico e entrada de capital), tem vindo a reconhecer a importância da diáspora através da criação de um Comité Chinês de Assuntos Estrangeiros (“*Overseas Chinese Affairs Committee*”). Tal como se verificou no caso espanhol, o território de chegada português contribui indirectamente para o desenvolvimento regional chinês num

¹⁰⁴Referindo-se ao caso da Área Metropolitana de Lisboa.

sentido biunívoco, já que Portugal também beneficia da presença desta nacionalidade no seu território.

Nos resultados de um estudo qualitativo realizado com diversas empresas em todo o país, CARNEIRO e CARVALHO (2004: 35-44) concluíram que a presença de imigrantes no mercado laboral era decisivo nalguns sectores e segmentos. No seu universo em estudo (cerca de 20.000 trabalhadores em vários ramos de actividade), em média, 5% a 15% do total de trabalhadores na hotelaria eram imigrantes, e em certas empresas de construção civil podia chegar aos 40% e na agricultura aos 30% a 50% (por exemplo, em certos casos no Alentejo). Nos serviços de limpeza a mão-de-obra imigrante seria cerca de 20% e no comércio 3%. Segundo os autores, os impactos mais evidentes do efeito do trabalho imigrante nas empresas que estudaram, relacionavam-se com a disponibilidade dos imigrantes para ocuparem postos de trabalho preteridos por nacionais (serventes, fiéis de armazém, empregados de mesa, copeiros, trabalhadores agrícolas, empregados de limpeza, entre outros), bem como em termos temporais e a mobilidade geográfica. Além disso era referida pelos patrões a elevada qualidade do trabalho (concentração, fácil entendimento das funções), sobretudo nos imigrantes da Europa de Leste, devido à cultura laboral exigente dos países de origem, às qualificações académicas e à flexibilidade na realização de tarefas. No universo em estudo, verificou-se também que era possível atingir níveis de produtividade mais elevados e haver mais disponibilidade por parte dos imigrantes na realização de tarefas, a partir da motivação inerente ao processo migratório, que é o de ganhar o maior valor monetário possível no menor espaço de tempo.

De uma forma geral, quer para o caso português quer para o caso espanhol, percebe-se que a análise realizada pelos diversos autores sobre os impactos territoriais decorrentes da presença imigrantes nos países em estudo, tem um carácter eminentemente positivo, reconhecendo-se o carácter sinérgico dos diversos pólos intervenientes:

a) O *território receptor* oferece relativas condições a vários níveis (económico, laboral, social, etc.);

b) O *imigrante* corresponde com o seu trabalho, investimento, consumo, cumprimento dos deveres fiscais, etc., integrando-se na sociedade

receptora e organizando-se de forma a poder “auxiliar” o agregado familiar que deixou no país de origem;

c) O *território emissor* beneficia com a saída destes imigrantes, pelo envio de remessas, regresso periódico, investimentos, ajuda social e humanitária à comunidade, etc.

Síntese: O Estado da Arte constituiu-se como um segundo momento onde foi discutida a importância do capital humano e social imigrante para o desenvolvimento regional do território de partida e de chegada. À luz das teorias das migrações e das teorias do desenvolvimento, foi possível estabelecer uma relação entre imigração-desenvolvimento-território, baseado tanto em pressupostos teóricos, como no estudo de casos práticos em diversas regiões do mundo. No que diz respeito ao caso europeu, em especial ao ibérico, a entrada desta população estrangeira e a dispersão geográfica em ambos os países, leva a comunidade académica a questionar se os imigrantes poderão ser agentes de desenvolvimento territorial em regiões de baixas densidades. É nessa lógica que, no capítulo seguinte, se irá introduzir o estudo de caso realizado nesse âmbito, tendo em conta os pressupostos considerados na metodologia de trabalho utilizada.

A METODOLOGIA DO TRABALHO DE CAMPO

*“Quando reunimos, para os aproximarmos, factos de todas as proveniências, somos obrigados a agarrá-los com ambas as mãos (...). O essencial é escolher [aqueles] onde a investigação tenha mais hipótese de ser frutuosa. (...)
O cientista de qualquer espécie de ciência ficaria submerso pelos factos que se lhe oferecem se não efectuasse uma escolha entre eles.”*

Émile Durkheim (1990: 133-135, 593-594)

*“Perdido en el corazón / de la grande babilón / me dicen
el clandestino / por no llevar papel (...)
Mano negra clandestina / Peruano clandestino / Africano
clandestino / Marijuana ilegal.”*

Manu Chao (1998)

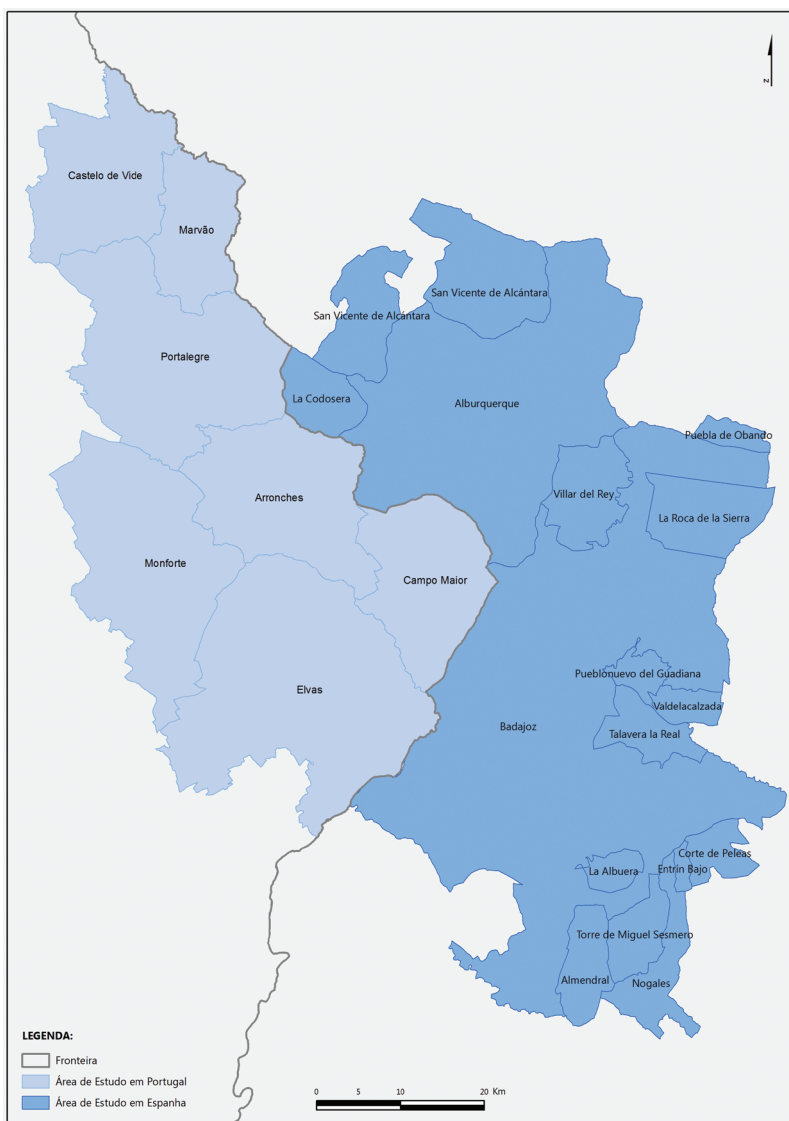
(Página deixada propositadamente em branco)

1. A ESCOLHA E A DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO EM ESTUDO

Como já foi abordado, existe necessidade de se realizarem estudos sobre a dinâmica imigratória em regiões de baixas densidades. A escolha do território transfronteiriço luso-espanhol, como objecto espacial da investigação está portanto alicerçado em tal pressuposto.



Mapa 8. Enquadramento do território em estudo na Península Ibérica
Elaboração própria (2011)



Mapa 9. Concelhos e comarcas considerados no trabalho de campo
Elaboração própria (2011)

Esta incidiu na Região do Alentejo (NUT II), Sub-Região do Alto Alentejo (NUT III) e na Região da Comunidade Autónoma da Extremadura (NUT II), Sub-Região da Província de Badajoz (NUT III). Teve-se em conta não só áreas urbanas – o caso das cidades de Badajoz, Portalegre ou Elvas – como também os territórios limítrofes de baixas densidades. Esta

dinâmica traduz-se numa menor presença de indivíduos, resultante do êxodo populacional e da baixa taxa de natalidade. Constituem-se assim como territórios periféricos em relação aos principais centros urbanos e económicos dos respectivos países (CRAVIDÃO e FERNANDES, 2002/2003: 423; PACHECO, 2003: 173).

A particular escolha das unidades territoriais teve em consideração vários aspectos:

a) Portalegre e Badajoz (concelhos, municípios e cidades) porque se constituem como pólos regionais de destaque (são capitais de distrito/província), com efeito de atracção residencial/laboral nas populações autóctones do território adjacente, assim como nos imigrantes;

b) Elvas, com a sua importância geográfica transfronteiriça, também foi considerada uma cidade/concelho a estudar, visto a presença imigrante ser notória.

A partir deste núcleo inicial de cidades-concelhos/municípios¹⁰⁵ foram definidas as outras unidades territoriais integrantes da investigação.

Em Portugal, também se optou por integrar Castelo de Vide, Marvão, Monforte, Arronches e Campo Maior:

a) São concelhos de baixas densidades populacionais;

b) A presença de imigrantes é significativa;

c) Embora sendo um território de continuidade, registam-se particularidades na dinâmica imigratória à escala local.

Em Espanha cumpriu-se a mesma lógica de critérios, tendo-se definido duas unidades territoriais de interesse a estudar: as comarcas de Alburquerque e Badajoz. O uso da unidade “comarca” constitui-se como um critério que facilitou a delimitação geográfica da área em estudo ¹⁰⁶,

¹⁰⁵ Refira-se o facto da correspondência geográfica territorial se ter constituído como um obstáculo inicial, sobretudo a escalas locais. O concelho, no caso português, tem correspondência, no caso espanhol ao município, porém neste último caso não se verifica a subdivisão em freguesias.

¹⁰⁶ A grande repartição do território em municípios constituiu-se como uma dificuldade para a escolha das unidades incluídas no estudo.

pelo que foram incluídos, do ponto de vista formal, todos os municípios integrantes¹⁰⁷. No entanto, depois de analisados os dados dos organismos oficiais sobre a imigração, e da prática do trabalho de campo, optou-se por incluir no estudo apenas alguns municípios: na comarca de Alburquerque - Alburquerque, La Codosera, Villar del Rey; na comarca de Badajoz - Badajoz. Esta opção decorreu de um condicionamento importante. É que apesar das fontes estatísticas indicarem a presença de imigrantes nalguns municípios, verificou-se que estes não se encontravam a residir ou trabalhar nesse local. Perante este constrangimento, optou-se por concentrar o estudo nos municípios que revelaram contingentes quantitativos com maior número de imigrantes, sobretudo o de Badajoz, que se destaca no contexto regional.

A observação empírica permitiu observar a presença de um contingente estrangeiro significativo a residir e a trabalhar nesta região ibérica. Este gerou interesse de investigação, visto que se trata de um fenómeno relativamente recente. Se em Badajoz já se podiam encontrar latino-americanos há mais de uma década, assim como africanos dos PALOP em Elvas, os concelhos/municípios contíguos pautavam-se pela ausência quase total de população estrangeira. Por isso, a diversificação e incremento do número e das origens de imigrantes nestas cidades, assim como nas outras unidades territoriais referidas, gerou um interesse particular por este território.

¹⁰⁷Comarca de Alburquerque - municípios de Alburquerque, La Codosera, Puebla de Obando, La Roca de la Sierra, San Vicente de Alcântara, Villar del Rey. Comarca de Badajoz - municípios de La Albuera, Almendral, Badajoz, Corte de Peleas, Entrín Bajo, Nogales, Talavera la Real, Torre Miguel Sesmero, Valdelacalzada, Pueblonuevo del Guadiana.

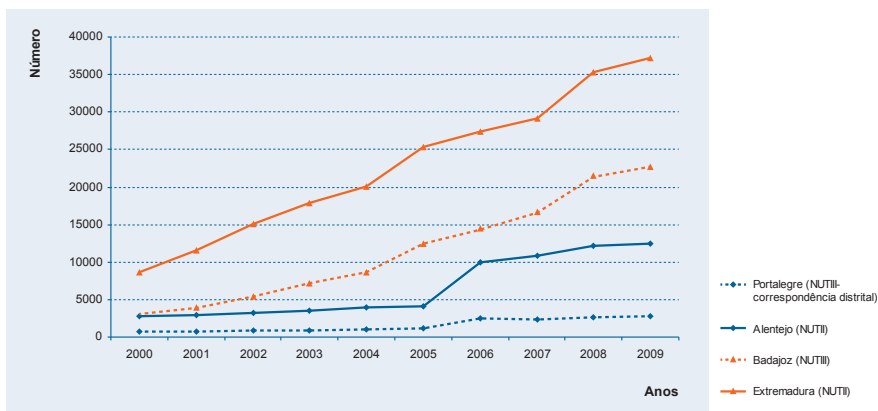


Gráfico 13. Evolução da população estrangeira residente nas unidades territoriais referidas

Elaboração própria com base no SEF (2011) e no INE Espanha (2011)

A análise da evolução global da população estrangeira residente na região¹⁰⁸ de que fazem parte os concelhos/municípios estudo de caso, permite perceber que a partir de 2000 a presença de imigrantes se intensificou. Em 2009 residiam no distrito de Portalegre 2.801 estrangeiros; na província de Badajoz 22.760 estrangeiros; na região do Alentejo 12.402 estrangeiros; na região da Extremadura 37.223 estrangeiros. Comparando com os valores do início da década, em média registaram-se aumentos de 329% nas unidades citadas, excepto no caso de Badajoz (NUT III), onde a evolução foi de 719%.

Este crescimento foi acompanhado pela diversificação das origens dos imigrantes. Em 2008/2009¹⁰⁹, as estatísticas oficiais dão conta da presença de indivíduos estrangeiros de 56 nacionalidades na Sub-Região do Alto Alentejo e de pelo menos 108 nacionalidades¹¹⁰ na Sub-Região de Badajoz. As 10 principais nacionalidades presentes em cada uma das sub-regiões correspondentes à área em estudo, perfaziam cerca de 87%

¹⁰⁸Os valores apresentados referem-se a estrangeiros documentados.

¹⁰⁹O ano de 2008 refere-se aos dados de Badajoz (NUT III); os dados de 2009 referem-se aos dados do Alto Alentejo (NUT III).

¹¹⁰Este número é mais elevado, visto que não foram contabilizados casos referentes a “Outros África”, “Outros Ásia”, etc, assim como apátridas.

do contingente estrangeiro residente, destacando-se os originários de países da UE (Roménia, Bulgária, Portugal, Espanha, Reino Unido, etc.), assim como de outros países europeus extra UE (Moldávia, Ucrânia), com uma presença quantitativa mais relevante no caso português. No território espanhol destaca-se o grupo centro/sul-americano (Colômbia, Equador, Perú), assim como o norte africano (Marrocos, Argélia). Em ambos os casos está patente a forte presença dos originários do Brasil e da China.

Portugal - Alto Alentejo (NUTIII)			Espanha - Badajoz (NUT III)		
Países de origem	Valor	%	Países de origem	Valor	%
Brasil	631	22.5	Roménia	8525	34.9
Roménia	528	18.9	Portugal	4750	19.4
Moldávia	329	11.7	Marrocos	3428	14.0
Ucrânia	324	11.6	Colômbia	1081	4.4
Bulgária	166	5.9	Argélia	775	3.2
Espanha	145	5.2	Brasil	667	2.7
China	108	3.9	China	568	2.3
Reino Unido	78	2.8	Equador	560	2.3
Cabo Verde	73	2.6	Perú	376	1.5
Países Baixos	68	2.4	Bulgária	359	1.5
Sub-total	2450	87.5	Sub-total	21089	86.3
Total do Alto Alentejo (NUTIII)	2801	100	Total de Badajoz (NUT III)	24443	100

Quadro 5. Principais nacionalidades presentes no Alto Alentejo e em Badajoz (NUTIII), em 2008/2009

Elaboração própria com base no SEF (2011), no INE Espanha (2011) e na SEIE (2010)

Apesar de se verificar um aumento da população estrangeira residente, a presença de nativos é relativamente diminuta, comparando com outras escalas de análise. Existem indicadores estatísticos que validam o pressuposto de que se trata de um território de baixas densidades populacionais.

	Região em estudo (2009)		
	Portugal	Espanha	Total
Concelhos (freguesias)/Comarcas (municípios) (n°)	7 (39)	2 (16)	9 (55)
População residente (n°habitantes)	67,103	185,848	252,951
Área (Km ²)	2480	3177.15	5,657.15
Densidade populacional (n°habitantes/km ²)	27	59	45

Quadro 6. Dados gerais sobre os concelhos/municípios em estudo
Adaptado da Ficha Comarcal (2009); Instituto Nacional de Estadística (2010);
Instituto Nacional de Estadística (2010); Associação Nacional de Municípios (2010)

Em termos comparativos¹¹¹, no caso de Portugal a densidade populacional média é de 115 hab./km², enquanto que em Espanha é de 92 hab./km², sendo por isso evidente neste indicador o afastamento relativo da média nacional.

Já no que se refere à relação com outras escalas de análise, os comportamentos são diferentes: a densidade populacional na Região do Alentejo é de 24 hab./km², na Região da Extremadura é de 27 hab./km²; na Sub-Região do Alto Alentejo, a densidade populacional é de 19 hab./km², na Sub-Região de Badajoz é de 32 hab./km². Isto significa que, em termos nacionais, o território em estudo se constitui como uma região de baixas densidades populacionais, embora à escala regional e sub-regional se destaque em termos estatísticos.

Tendo em conta a influência da “dimensão do espaço” neste indicador, não se pode deixar de perceber que o caso geográfico em estudo apresenta uma dualidade que pode ser importante para explicar a dinâmica imigratória em análise: do ponto de vista do quantitativo há de facto uma concentração de população mais significativa em relação à região envolvente, mas mesmo assim continua a apresentar pouco capital humano disponível.

Associada a esta situação, estão também fragilidades estruturais em termos económicos (poucos investimentos), laborais (tecido empregador frágil), funcionais (poucos serviços públicos), entre outros.

¹¹¹Não é referido o total dos dois países no que se refere às unidades territoriais por apresentarem dinâmicas administrativas e geográficas diferenciadas à escala nacional.

Em suma, trata-se de um território de baixas densidades que, de uma forma geral, corresponde à concepção de MARTINS (2010: 2), o qual tendo em linha de conta a definição do ENQUADRAMENTO DAS ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA (2008), refere que estas áreas se caracterizam pela “escassez de recursos empresariais, de capital humano, de capital relacional, de população e de dimensão urbana”.

Este contexto aparentemente pouco promissor em termos de oportunidades de emprego, poderia assegurar-se como repulsivo não só para populações autóctones, como também para imigrantes. Porém o que se verifica é que, em especial na última década, tem-se apresentado como atractivo para a população estrangeira.

Tendo em conta a dinâmica evolutiva deste grupo, entendeu-se como pertinente a procura das justificações que estão na base da atractividade territorial que gera a fixação de imigrantes nesta área da Península Ibérica.

Não são muitos os trabalhos de investigação realizados neste âmbito. Para o território português MARTINS (2006: 5) realizou um diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre, tendo como objectivo a produção de conhecimentos que pudessem servir de base à tomada de decisão estratégica por parte dos agentes de decisão. Foram aplicados questionários segundo a metodologia Delphi, assim como realizadas entrevistas a imigrantes, o que resultou num quadro de conclusões e recomendações. No entanto, além de se tratar de um estudo da área da sociologia, apenas abrange a unidade territorial já referida no contexto do distrito.

No que diz respeito ao território espanhol (LÓPEZ-TRIGAL, 2001: 70-90; TORNOS e APARÍCIO, 2002: 35,36), existem mais trabalhos de investigação referentes à Comunidade Autónoma da Extremadura¹¹², por exemplo do *Consejo Económico y Social de Extremadura* onde ALISEDA (s/d:173), geógrafo, a partir da aplicação de inquéritos a imigrantes e de consultas a Ayuntamientos, realizou um estudo sobre a imigração e a sua repercussão no mercado laboral estremenho. Também deste autor (ALISEDA, 2003:8-19) há um outro trabalho sobre imigração na Extremadura, com

¹¹²Constituída pela província de Cáceres a norte e pela província de Badajoz a sul.

a mesma natureza metodológica e temática. Aliás, todos os outros estudos analisados sobre imigração na Extremadura, têm como denominador comum o mercado de trabalho e o papel do imigrante na sua dinâmica.

Destaquem-se os trabalhos de sociologia de RAMOS (2005:9), sobre as características sócio-demográficas dos imigrantes temporeros do Valle de Tiétar e do Valle del Jerte (província de Cáceres); de antropologia social de CAMARERO (2001: 149-154) sobre a imigração marroquina na região de Talayuela (Cáceres); também deste autor (2006: 149-154) sobre a habitação dos imigrantes temporeros na Extremadura entre 2000-2003, um estudo de materialismo cultural. Ainda de sociologia, DOMÍNGUÉZ e VALDEVIELSO (1995: 7) estudaram os imigrantes estrangeiros na diocese de Coria-Cáceres, no âmbito da organização Caritas. Destaque-se ainda o recente trabalho de investigação de MORÉN-ALEGRET (2008: 541) em Campo Arañuelo e La Vera (Cáceres), focando os marroquinos a trabalhar no cultivo de tabaco e dos senegaleses vendedores ambulantes. O objectivo deste estudo centrou-se nos motivos que levaram tais imigrantes a definir como destino migratório esta região de cariz rural.

Significa que além da investigação científica incidir tematicamente nos aspectos laborais da imigração, os trabalhos são de carácter regional face ao território (todos os municípios da Extremadura), havendo uma prevalência notória na província de Cáceres, especialmente em áreas de concentração de determinados grupos imigrados.

É neste contexto que se insere esta investigação, ou seja, procura-se conhecer melhor a imigração em regiões de baixas densidades portuguesas e espanholas, sob o ponto de vista geográfico. E estudar duas realidades distintas, no caso particular contíguas, pode promover a identificação de continuidades e contrastes territoriais, assim como a comparação de medidas de acção territorial, geradas pelos agentes de decisão; o contacto de organismos que, estando geograficamente próximos, trabalham de forma autónoma

(Página deixada propositadamente em branco)

2. O UNIVERSO E A RECOLHA DA AMOSTRA: PRINCÍPIOS E CONSTRANGIMENTOS

2.1 A Evolução do fenómeno migratório à escala local

A definição do objecto de estudo – imigrantes – implicou a delimitação do quantitativo em causa para o estudo de caso, pelo que foram considerados os dados mais recentes no período da realização do trabalho de campo: no caso dos concelhos portugueses a informação disponibilizada pelo Censo de 2001; no dos municípios espanhóis as estimativas do Padrón Municipal de 2008.

Portugal (2001)	
Concelhos	Nº de Imigrantes
Castelo de Vide	60
Marvão	54
Portalegre	212
Arronches	38
Monforte	8
Campo Maior	58
Elvas	296
sub-total	726

Espanha (2008)		
Municípios		Nº de Imigrantes
Comarca de Alburquerque	S.Vicente de Alcantara	136
	La Codosera	206
	Alburquerque	197
	Puebla de Obando	4
	Villar del Rey	145
	La Roca de la Sierra	15
	sub-total	703
Comarca de Badajoz	Pueblonuevo del Guadiana	36
	Talavera la Real	85
	Valdelacalzada	212
	Badajoz	5915
	Corte de Peleas	39
	La Albulera	18
	Entrín Bajo	16
	Torre Miguel Sesmero	34
	Nogales	1
	Almendral	1
	sub-total	6357
Total		7786

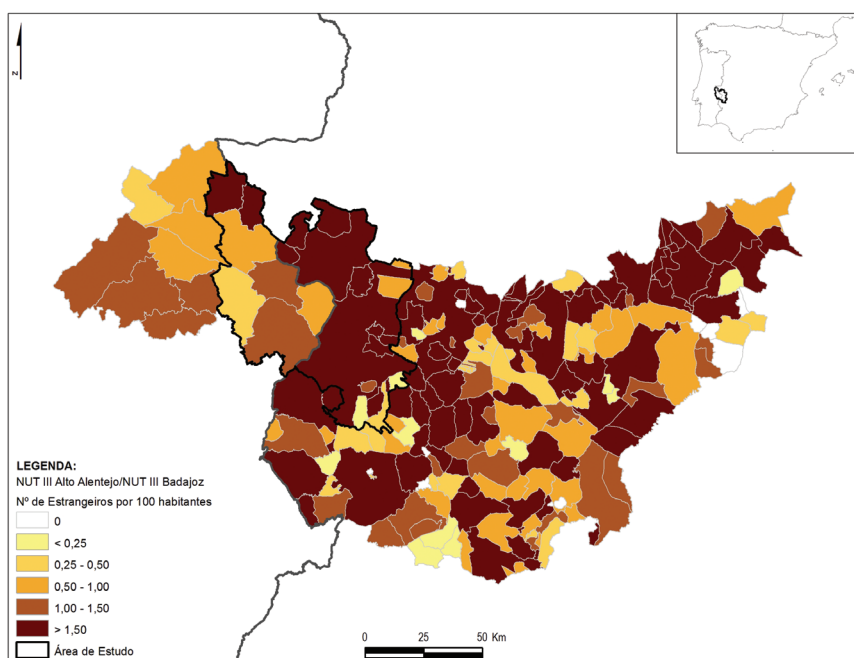
Fonte: Censos 2001 (INE, 2010); Ficha Municipal (Fundación La Caixa, 2008)

Quadro 7. Contingente constituinte do universo imigrante
Adaptado dos Censos 2001 (INE, 2010) e da Ficha Municipal
(Fundación La Caixa, 2008)

A aplicação dos questionários e das entrevistas decorreu entre Janeiro e Julho de 2010. Nessa data, embora o contingente de estrangeiros residentes nos municípios espanhóis em estudo fosse disponibilizado pelos organismos oficiais para o ano de 2008, o mesmo não acontecia para os concelhos portugueses. Só houve possibilidade de aceder a dados atualizados (2009), à escala do concelho, em Portugal, a partir da liberação

de informações estatísticas no site do SEF (SefStat), no início de 2011, quando o trabalho de campo já estava finalizado.

Tendo em conta a relação entre o quantitativo imigrante considerado para o estudo e os dados de 2009 referentes à população total residente, constatou-se que o quantitativo do universo analisado ¹¹³ corresponderia apenas a cerca de a 0,13% do total de imigrantes presentes na Península Ibérica. Mas em termos regionais, a preponderância deste contingente é maior, já que representa 26% dos imigrantes do distrito de Portalegre e 28% dos imigrantes da província de Badajoz ¹¹⁴.



Mapa 10. Número de estrangeiros residentes por cada 100 habitantes, nos concelhos da NUTIII Alto Alentejo (Portugal) e da NUTIII Extremadura (Espanha), em 2009

Elaboração própria com base no INE Portugal (2011) e INE Espanha (2011)

¹¹³Com base na análise da “população estrangeira”, assim definida por ambas as fontes. Compreende a população residente e as prorrogações de vistos de longa duração, no caso português. No caso espanhol como estes valores são baseados no padrón municipal, além de incluir os já referidos, a contagem abre-se a outro tipo de situações, nomeadamente de ilegalidade/clandestinidade.

¹¹⁴O universo das comarcas espanholas em estudo representa 17% dos estrangeiros na Região Autónoma da Extremadura.

O stock da população estrangeira em relação à população residente total de cada unidade territorial (2009), acentua a ideia de que a área de estudo considerada apresenta um contingente imigratório significativo à escala regional e local. Pela observação do mapa, constata-se que os concelhos de Castelo de Vide e Marvão, assim como a maior parte dos municípios das comarcas de Alburquerque e Badajoz, apresentam 1,5 estrangeiros residentes ou mais por cada 100 habitantes. Uma observação mais detalhada permitiu comprovar que, em 2009, existiam 1551 estrangeiros residentes nos concelhos portugueses, assim como 7060 estrangeiros residentes nos municípios espanhóis considerados para o estudo de caso, o que perfaz um total de 8611 indivíduos. Relativamente ao universo considerado para a obtenção da amostra (dados de 2001 em Portugal e 2008 em Espanha), existe uma diferença de 825 imigrantes (a menos), no entanto as proporções anteriormente indicadas para a escala da Península Ibérica e do distrito de Portalegre mantêm-se similares.

Em complemento à informação apresentada no mapa, calculou-se que, em média, existiam 2,25 imigrantes residentes por cada 100 habitantes nos concelhos portugueses em estudo (a média portuguesa é de 4,27 imigrantes por cada 100 habitantes); 3,80 imigrantes residentes por cada 100 habitantes nos municípios espanhóis em estudo (a média espanhola é de 12,08 imigrantes por cada 100 habitantes). Isto significa que, apesar de em termos absolutos existir um quantitativo mais elevado de imigrantes no território espanhol considerado, em termos relativos o território português está mais próximo da média nacional (diferença de 2,02 indivíduos, que corresponde a cerca de metade do número médio de imigrantes por cada 100 habitantes em Portugal). Para o caso regional de Espanha o valor em causa corresponde a cerca de $\frac{1}{4}$ da média nacional (a diferença é de 8,28 indivíduos).

No que diz respeito à diversidade de origem dos imigrantes, tanto no território espanhol como no português prevalecem os fluxos europeus, com destaque para os originários de países da EU.

Nos concelhos portugueses em estudo este valor é maior, constituído sobretudo por indivíduos oriundos da Moldávia, Ucrânia (países extra UE), Roménia, Bulgária, seguido de Espanha, e depois do Reino Unido e

da Alemanha (países da UE). Destaca-se também o contingente do Brasil no contexto americano, assim como de Angola no contexto africano. No asiático os originários da China têm uma presença quantitativa mais forte, embora também esteja presentes imigrantes do Bangladesh.

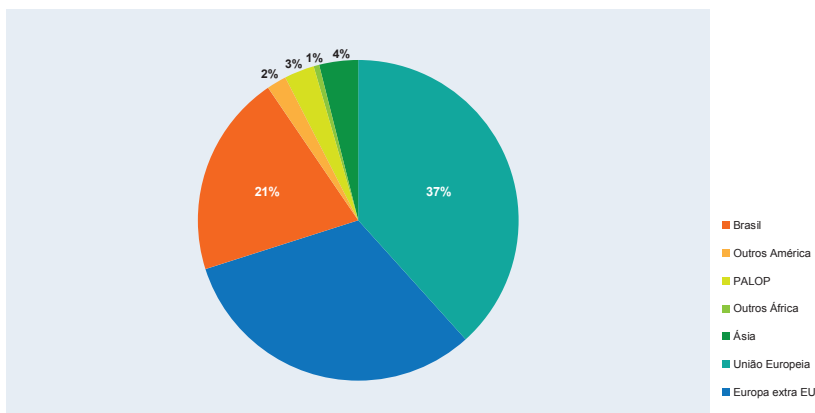


Gráfico 14. Origem da população estrangeira residente nos concelhos em estudo (território português), em 2009
Adaptado do SEF (2011)

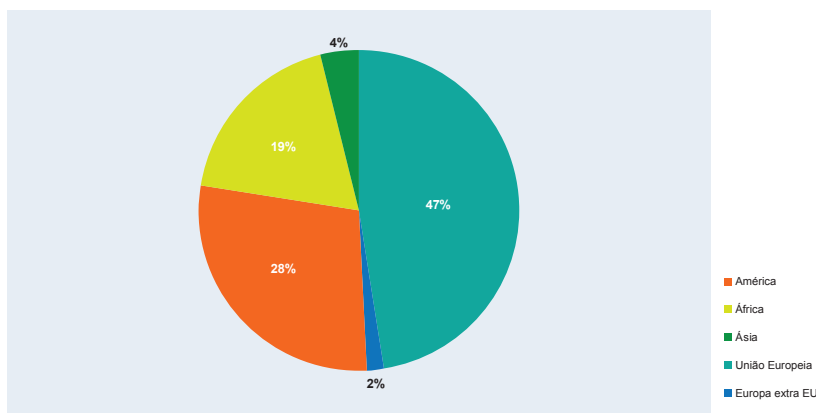


Gráfico 15. Origem da população estrangeira residente nos municípios em estudo (território espanhol), em 2008
Adaptado da Caja España (2011)

No caso espanhol não foi possível uma desagregação tão completa por nacionalidades, porém destaca-se o contingente de oriundos da UE, sobretudo da Roménia e do Reino Unido, assim como de Marroquinos

no contexto africano. No contexto americano não foi possível aferir as nacionalidades dominantes. Para o caso asiático refira-se que este é praticamente inexistente nos municípios pertencentes à comarca de Alburquerque, pelo que o registo da sua presença é mais notório nos municípios da comarca de Badajoz. A este facto não será alheia a estrutura funcional do comércio e serviços do centro urbano.

2.2 O Perfil dos inquiridos

Partindo desta realidade, foram estabelecidos os princípios para determinar o perfil dos indivíduos a considerar no estudo, com base no conceito de *imigrante* da OIM¹¹⁵: estrangeiros, a residir [em Portugal ou Espanha] há um ano ou mais.

O espectro de análise deste estudo pretendeu abranger, em ambos os questionários, a população maior de idade. Foram excluídos os menores de 18 anos, não pela ausência de relevância na investigação, até porque são contemplados indirectamente nos questionários aplicados aos “pais”, mas porque se admitiu que o questionário seria aplicado à população passível de ter idade de poder exercer uma profissão ou de poder sair do país sem necessidade de autorização parental.

Foi uma opção que se baseou no critério da liberdade de mobilidade geográfica e social, ainda que nalguns casos possa ser relativa. Porém apesar desta ressalva, não ficou comprometida a diversidade etária do estudo, já que se constatou que os inquiridos mais jovens tinham 18 anos, enquanto que o mais velho apresentava 90 anos de idade. Isto significa por um lado, que foi abrangido praticamente todo o universo geracional de imigrantes presentes nesta região raiana peninsular, e por outro lado vem corroborar o sinal de que a diversidade imigratória pode ser maior do que o inicialmente esperado, neste território de baixas densidades populacionais.

¹¹⁵OIM – Organização Internacional das Migrações. Entendeu-se usar o critério deste organismo e não outro, por uma questão de eficácia de operacionalização no trabalho de campo.

Por necessidade inerente à natureza do tema de investigação e dos objectivos propostos/hipóteses definidas, foi também estudado um outro universo – autóctones – tendo sido inquiridos:

a) Indivíduos nacionais naturais do concelho/município abrangido pelo estudo, que aí estejam a viver em permanência há um ano ou mais, mesmo que já tenham residido noutra parte do país/estrangeiro e depois tenham regressado;

b) Indivíduos nacionais não naturais do concelho/município abrangido pelo estudo, mas que aí estejam a residir há um período igual ou superior a um ano.

Deste último grupo há duas ressalvas a fazer: por uma questão de coerência, tal como foi definido para os imigrantes, adoptou-se o período de um ano para o limite temporal da residência no respectivo concelho/município; além disso relevou-se o facto do indivíduo poder trabalhar ou não nesse mesmo concelho/município.

Entendeu-se assim que não deveriam ser inquiridos indivíduos que apenas trabalhassem nestas unidades territoriais, pois assim se estaria a privilegiar a relação com a entidade empregadora e não tanto com o território, que é o enfoque do próprio estudo, embora se reconheça que este seja usado por tal contingente.

Outra questão a ter em conta é a da delimitação quantitativa do universo em estudo, o que se revelou como um constrangimento condicionante da investigação (BAGANHA e GÓIS, 1998-1999: 261; LEMAITRE, 2005: 1-8). Tal situação ocorreu por motivos diferentes nas regiões estudadas em Portugal e Espanha, mas que de certa forma acabam por partilhar o mesmo denominador comum.



Mapa 11. População residente nos concelhos e municípios considerados no estudo, em 2008

Elaboração própria com base no INE Portugal (2011) e INE Espanha (2011)

Neste contexto, assegura-se como pertinente a análise da evolução dos principais organismos que produzem e disponibilizam dados sobre o fenómeno migratório em Portugal e Espanha. O Instituto Nacional

de Estatística, quer em Portugal quer em Espanha, foi uma instituição pioneira na recolha, tratamento e disponibilização de dados estatísticos sobre imigrantes, ou melhor dizendo, sobre estrangeiros, designação que prevalece até aos censos de 2001. No caso espanhol, uma das primeiras referências aparece no censo de 1930¹¹⁶, onde existe um capítulo totalmente dedicado aos estrangeiros. O caso português¹¹⁷ é semelhante, verificando-se uma desagregação dos dados em termos de características específicas deste grupo populacional (sexo, nacionalidade, estado civil, instrução, etc.) relacionadas com diferentes escalas de análise (concelho e distrito). De qualquer forma, para o caso de Portugal, a referência aos extra-nacionais é anterior ao espanhol, pois já no censo de 1890¹¹⁸ é apresentada a “*composição da população do reino, segundo a origem*”, onde surge o número absoluto de estrangeiros e relativo em relação à população residente autóctone¹¹⁹.

A partir desta data, todos os censos portugueses passam a ter um ou mais capítulos dedicados aos estrangeiros, com desagregação dos dados segundo várias características (desde as já referidas até à religião, sexo, categoria de actividade, etc.) e várias escalas (as já referidas e ainda os distritos e cidades de Lisboa e Porto), porém sem haver uma evolução linear relativamente aos itens disponibilizados. Por exemplo, no censo de 1981¹²⁰ é feita referência à “população residente, segundo grupos etários, por nacionalidade”, enquanto em censos anteriores (1950) ou posteriores (1991, 2001), é disponibilizada mais informação. No censo de 2001 surge uma representação cartográfica da “*proporção de população de nacionalidade estrangeira*”. No caso espanhol é de referir que entre o censo de 1940 e 1981, apenas aparece em 1960 a referência ao número de transeuntes no país, pelo que só com os de 1991 e 2001 é dedicado um capítulo aos estrangeiros residentes no país.

¹¹⁶Censo de 1930, Tomo IV.

¹¹⁷Censo de 1930, Capítulo IV.

¹¹⁸Censo de 1890, Capítulo IV.

¹¹⁹Refere-se a existência em Portugal de 4.660.095 habitantes e de 39.402 estrangeiros (representam 0,8% da população total).

¹²⁰Censo de 1981, Capítulo 6.12.

Em termos estatísticos, existem ainda os outros organismos estatais que disponibilizam dados e outros tipos de informações sobre migrações. É o caso do ACIDI¹²¹ e o SEIE¹²², através dos seus observatórios, têm à disposição um vasto conjunto de estudos recentes sobre imigração em ambos os países e o SEF¹²³ disponibiliza relatórios com abordagens estatísticas de grande interesse. Os primeiros dois organismos têm uma função cuja matriz de base se desenvolve em torno das questões da integração no país de acolhimento, acentuando a disponibilização de informação e o desenvolvimento de acções concretas junto dos estrangeiros para promover esse objectivo. Já o SEF e a CGEF¹²⁴ exercem funções de controlo de fronteiras e de aplicação da lei, no que diz respeito à entrada, permanência e saída de estrangeiros dos países de acolhimento (neste caso de Portugal e Espanha, respectivamente)¹²⁵.

Quando se tentou partir para a quantificação dos imigrantes residentes nos concelhos portugueses a serem analisados, verificou-se que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras apenas disponibilizava ao público, no seu Relatório Anual (SEF, 2009), dados de imigração à escala nacional ou à escala do distrito. Isto significa que, em termos práticos, não houve acesso à escala regional/sub-regional (NUT II/III) ou do concelho, o que dificultou a definição numérica do universo a ser estudado. Refira-se que este organismo foi contactado em vários momentos, no sentido de se tentar obter o quantitativo de imigrantes residentes à escala do concelho, tendo sido dada como resposta o facto dos mesmos não poderem ser disponibilizados ao público.

¹²¹Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

¹²²*Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración*.

¹²³Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

¹²⁴*Comisaría General de Extranjería y Fronteras*.

¹²⁵Em Portugal existem outros organismos que disponibilizam informações sobre estrangeiros documentados, nomeadamente o Ministério da Administração Interna, o Ministério da Justiça, a Direcção Geral dos Serviços Prisionais, o Instituto de Registos e Notariado, a Autoridade para as Condições de Trabalho, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Segurança Social, o Conselho Português para os Refugiados, a Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (FONSECA, ESTEVES, POSSIDÓNIO e MCGARRIGLE, 2009: 13).

Esta vicissitude foi ultrapassada através da consulta dos Censos de 2001, do Instituto Nacional de Estatística, já que nos resultados definitivos há acesso à “população residente, segundo o grupo etário, por nacionalidade e sexo” e à “população residente, segundo o grupo etário, por naturalidade e sexo” (INE, 2001b: 170-183).

Porém há duas questões que se colocam: a primeira diz respeito aos constrangimentos de apresentação dos dados, já que são consideradas poucas nacionalidades/grupos de origem¹²⁶ na análise à escala da região/sub-região/concelho, o que limita o acesso à realidade territorial pois são “camufladas” eventuais origens que poderiam indicar especificidades de interesse para o estudo. A segunda refere-se ao facto de neste contingente estarem incluídos não só população imigrante de facto, como também portugueses que adquiriram a nacionalidade do país de emigração, assim como os seus descendentes, sendo que os primeiros não são o alvo primordial de investigação, como já foi indicado. Além disso, os dados reportam-se a 2001, o que compromete a actualidade estatística dos factos.

Apenas no início de 2011 houve acesso, através da plataforma do SEF – SefStat – a dados sobre os estrangeiros residentes nos concelhos portugueses, desagregados por nacionalidade de origem. Embora, como já foi referido, não tivessem sido considerados para o momento de definição do universo/amostra, estes valores acabaram por ser inseridos na análise estatística, já numa fase posterior à realização do trabalho de campo.

No caso espanhol não se verificam as mesmas lacunas, pois os dados estão disponíveis à escala do município e da comarca com a “población extranjera por nacionalidad” nas fichas municipais e comarcais da Fundación La Caixa¹²⁷ (FICHA COMARCAL DE ALBURQUERQUE, 2009:3; FICHA COMARCAL DE BADAJOZ, 2009:3). No Instituto Nacional de Estadística, na secção de “Demografía y Población”, também são apresentadas informações recentes na “Revisión del Padrón Municipal” (à escala local), assim como na sub-secção de “Migraciones”, onde se tem acesso à “Encuesta

¹²⁶A saber: Alemanha, Espanha; França; Reino Unido; Outros EU; Outros Europa; PALOP, Outros África; Brasil; Outros[as] [nacionalidades].

¹²⁷Estas fichas apresentam dados a várias escalas, desde a nacional até à do município.

Nacional de Inmigrantes” e a da comunidade autónoma e à “Encuesta de Migraciones” (em ambos os casos a escala de análise é a nacional).

Além disso, a Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración publica anuários onde podem ser consultadas informações sobre os diversos grupos/nacionalidades presentes no país, porém privilegia-se a escala nacional. Refira-se ainda que os dados obtidos à escala do município/comarca são organizados com base no padrón municipal, o qual se assegura como sendo um registo administrativo onde constam os imigrantes que vivem nesse território, constituindo prova de residência no município e do domicílio habitual no mesmo (INE ESPANHA, 2010)¹²⁸. Mesmo estando em situação de ilegalidade/clandestinidade, o imigrante deve registar-se nesta base para poder aceder a determinados serviços (saúde, por exemplo), embora o mesmo possa optar por não o fazer.

Isto significa que, comparando a situação estatística de ambos os países, se verificam lacunas em ambas as situações. De qualquer forma, o facto da metodologia de trabalho se basear num trabalho de campo intensivo, também espera contribuir para que qualquer constrangimento possa ser mitigado, pelo menos no que diz respeito ao conhecimento do fenómeno imigratório “no terreno” dos concelhos/municípios em estudo.

Esta situação condicionou o método de amostragem. Para determinar a sua dimensão foram seguidas as indicações de KREJCIE e MORGAN (1970: 21), concluindo-se que para um universo de 7786 imigrantes, seria necessária a aplicação de 405 questionários. Contudo, o trabalho de campo revelou diversas vicissitudes que colocaram em risco a obtenção deste número, nomeadamente na questão das recusas. Por exemplo, no concelho de Monforte, o contacto com os imigrantes foi dificultado por razões relacionadas com a precariedade das relações com as entidades empregadoras e com o facto de prevalecerem situações de irregularidade e de exploração laboral, o que se traduziu numa retracção dos estrangeiros¹²⁹ à aplicação deste questionário. Esta situação também ocorreu em

¹²⁸Definição do conceito de “padrón municipal” em: <http://www.ine.es/metodologia/t20/t203024566.htm> (acedido em 07/01/11).

¹²⁹Nacionais da Europa de Leste, o grupo de imigrantes mais numeroso neste concelho. Só foi possível inquirir dois indivíduos.

alguns casos nos concelhos de Portalegre, Elvas e Badajoz, tendo havido necessidade de se reajustar o número de questionários a recolher. Optou-se assim por trabalhar com uma amostra viável de 280 indivíduos, 140 nos concelhos portugueses e 140 nos municípios espanhóis.

De referir que, embora o quantitativo absoluto de imigrantes seja maior no território espanhol, comparativamente ao português, se decidiu recolher uma amostra similar, segundo a natureza comparativa do estudo. Todavia, o número de questionários aplicados em cada concelho/município teve como base uma perspectiva estratificada, reflectindo de forma relativa a dimensão do contingente presente. Por uma questão de coerência, os mesmos princípios foram ajustados ao questionário dos autóctones, tendo-se neste caso recolhido uma amostra de 270 inquiridos, o que se traduziu na aplicação de 135 questionários em território português e 135 questionários em território espanhol. Do ponto de vista estatístico, assume-se por isso este estudo com um carácter mais indicativo do que propriamente representativo, tendo-se em conta as limitações assumidas.

Outra adversidade que se colocou referiu-se à selecção dos inquiridos. Não foi possível aplicar os princípios da recolha aleatória, pois para isso teria de existir um registo do local exacto de residência dos imigrantes, o que não se conseguiu apurar. Perante este contexto, assegurou-se como hipótese válida a aplicação do princípio da “bola de neve”, tendo-se em linha de conta as restrições daí decorrentes, pois o facto de se considerarem para o estudo todos os elementos que se conseguiram cooptar, sem selecção prévia, poderá ter condicionado a representatividade da amostra.

Foi por isso imperativo a definição de linhas de actuação com o objectivo de mitigar tais efeitos. Nesse sentido, procedeu-se à constituição de uma equipa de trabalho multifacetada, onde participaram elementos dos vários grupos incluídos no estudo¹³⁰:

¹³⁰Também se procurou, com a participação destes elementos, uma recolha feita por: imigrantes a imigrantes; autóctones a imigrantes; autóctones a autóctones. De referir que houve uma reunião prévia de preparação do trabalho de campo, onde foram fornecidas directivas sobre como preencher os questionários. O processo foi sempre supervisionado pela investigadora, que recebia informações frequentes sobre o decurso dos trabalhos, assim como de esclarecimento de dúvidas. No final ocorreu uma reunião, onde estes elementos puderam fazer um balanço da actividade realizada.

a) Investigadora – Estabeleceu contacto com imigrantes e autóctones numa primeira abordagem ao território;

b) Associações locais – Em Portugal a TÉGUA, uma associação de desenvolvimento local que trabalha com imigrantes em especial à escala do concelho de Portalegre, mas também de concelhos limítrofes; a Escola Secundária D.Sancho II, no âmbito de uma actividade cívica da disciplina de Área de Projecto de duas turmas do 12º ano, com contactos nos concelhos de Elvas e de Campo Maior; em Espanha a associação de imigrantes “Todos Iguales, Todos Legales”, a qual está vocacionada para responder a várias necessidades dos imigrantes que frequentam esse espaço;

c) Nativos e imigrantes¹³¹ – Em Portugal um elemento português da comunidade local do concelho de Arronches, com diversos contactos nos concelhos integrantes do estudo; um imigrante moldavo com ligações a outras nacionalidades da Europa de Leste; um imigrante brasileiro com contactos nesse grupo; em Espanha dois imigrantes, um com ligações aos municípios da comarca de Alburquerque, outro da comarca de Badajoz; um imigrante colombiano com proximidade aos centro/sul-americanos; um imigrante sahraui com contactos no grupo africano.

Esta equipa de trabalho, constituída sobretudo por indivíduos que funcionaram como mediadores entre o investigador e os grupos inquiridos, revelaram-se fundamentais para a prossecução do trabalho de investigação, já que permitiram uma conexão mais eficaz em contextos diversificados. De qualquer forma, além da dificuldade particular referida no concelho de Monforte, e de mais algumas recusas verificadas, os imigrantes chineses a residir em Espanha, nas comarcas em estudo, foi implacável na oposição em responder ao questionário respectivo. Apenas se conseguiu um testemunho, a de uma jovem chinesa a residir no país há já vários anos (comarca de Alburquerque), com domínio da língua espanhola, que frequenta um estabelecimento escolar nacional, e que mostrou abertura para participar. Todos os outros compatriotas contactados recusaram cooperar, notando-se não só um grau de des-

¹³¹Integraram o estudo indivíduos dos grupos com mais representatividade quantitativa no território.

confiança extremo face ao estudo, apesar de ter sido bem explicado o seu propósito, como também um isolamento face aos nativos. No caso português tal não se verificou, pelo contrário, em diversas situações notou-se que o grupo asiático (chineses, bagladeshianos, indianos, etc.) convive com os nativos de forma mais espontânea e frequente. Esta situação pode estar relacionada com a dimensão limitada do contingente presente nesta região portuguesa, levando a que, por uma questão de segurança ontológica, este grupo procure conviver com os habitantes locais. Pelo contrário, por haver um grupo de imigrantes mais numeroso de chineses em território espanhol, pode ter levado à criação de uma “comunidade micro-asiática”, com forte dinâmica interna, depreciando-se os contactos exteriores.

No que diz respeito às perguntas dos questionários, estas foram bem aceites, sendo que o número de não respostas, na maior parte dos casos, não é significativo. Esta tendência está relacionada, por um lado pelo facto da presença de mediadores da mesma origem geográfica, na mesma situação de imigrante, terem imprimido um sentimento de segurança e viabilidade do anonimato; por outro notou-se que para alguns inquiridos foi uma oportunidade de fazer ouvir a sua voz, de “desabafar”, pelo que sentiram que responder ao questionário fazia todo o sentido.

Refira-se também que se optou por contactar os potenciais inquiridos em locais diversificados, já que se partiu do princípio que, com esta estratégia, se estariam a interpelar diversos perfis sociais, económicos, laborais, demográficos, académicos, culturais, geográficos, etc., o que se reflectiria de forma positiva na representatividade da amostra. Os contextos de contacto foram os seguintes:

- a) Domiciliário – Local de residência;
- b) Laboral – Bazar, minimercado, talho, sapataria, café, escritório, secretaria, praça de táxis, quinta, restaurante, consultório, cabeleireiro, oficina;
- c) Académico – Escola Básica e Secundária Garcia de Orta (Castelo de Vide), Universidad Popular de Extremadura (Badajoz); Instituto Politécnico de Portalegre;
- d) De convívio – Casa de Cultura de Alburquerque, biblioteca, bar, café;

- e) Institucional¹³² – Câmara Municipal, Ayuntamiento, Junta de Freguesia, Centro de Saúde, SEF, associações de diversas naturezas (Cruz Roja, Protección de Mujer, Taringa, Tégua, Todos Iguales Todos Legales, etc.);
- f) Outros – Rua, paragem de autocarro, rodoviária, supermercado.

No sentido de complementar as informações recolhidas com base nos questionários por inquérito, determinou-se que teria todo o interesse aplicar questionários por entrevista a actores locais directamente relacionados com o fenómeno imigratório à escala local/regional, tendo sido contactadas instituições de várias naturezas:

a) Estado – Em Portugal o CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante) de Portalegre; em Espanha a Oficina de Extranjeros de Badajoz e o OPI (Observatorio Permanente de Inmigración) de Extremadura;

b) Poder local – Em Portugal a Câmara Municipal de Arronches¹³³; em Espanha o Ayuntamiento de Badajoz;

c) Igreja – Em Portugal a Cáritas e o Secretariado das Migrações da diocese de Portalegre e Castelo Branco, e o Grupo de Apoio a Imigrantes de Elvas; em Espanha a Cáritas e a Mezquita de Badajoz;

d) Sindicatos – Em Portugal a USNA (União de Sindicatos do Norte Alentejano) e a Associação de Agricultores de Portalegre; em Espanha as CCOO (Comisiones Obreras);

e) Associações de Imigrantes – Em Portugal a Associação das Comunidades Unidas da Moldávia e a Tégua (Associação de Desenvolvimento Regional do Tejo e Gadiana); em Espanha a Asociación de Inmigrantes Argentinos de Extremadura e a Asociación Todos Iguales, Todos Legales;

f) Agências imobiliárias – Em Portugal a Remax Castelo de Vide; em Portugal e Espanha a Extremadura Properties.

¹³²Os questionários não foram aplicados dentro das próprias instituições, mas antes fora, a imigrantes/autóctones que aí se deslocavam.

¹³³A Presidente desta Câmara também esta ligada a uma Associação de Agricultores a qual tem conhecimento da realidade imigratória da região, associado a este sub-sector de actividade. Optou-se por contactar apenas os concelhos/municípios com mais imigrantes, que manifestaram interesse em participar no estudo.

O primeiro contacto com as entidades foi feito por via telefónica, tendo sido formalizado com o envio de um documento escrito via e-mail, esclarecendo o propósito da entrevista. Nalguns casos foram solicitados os guiões com alguma antecedência, no sentido do entrevistado melhor preparar a reunião, pelo que o mesmo foi disponibilizado. Refira-se que todas as entrevistas se realizaram presencialmente, excepto no caso da Tégua, onde em contactos prévios já tinha ocorrido a discussão dos tópicos do questionário, assim como da Asociación de Inmigrantes Argentinos de Extremadura, por impossibilidade de encontro presencial com o entrevistado (ambas feitas por e-mail).

Mas também na aplicação deste instrumento se verificaram recusas: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em Portalegre; Consejería de Extranjería em Badajoz; Secretariado de Migraciones-Iglesia (Extremadura); Ayuntamiento de Alburquerque; Parque Natural da Serra de São Mamede.

(Página deixada propositadamente em branco)

3. O QUESTIONÁRIO POR INQUÉRITO E POR ENTREVISTA COMO INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Antes da realização do trabalho de campo, foi efectuado um ensaio baseado num trabalho de campo experimental, desenvolvido no âmbito do projecto de investigação “Culturas Ibéricas, Sociedades de Fronteira: Territórios, Sociedades e Culturas em tempo de mudança”¹³⁴, promovido pelo Centro de Estudos Ibéricos¹³⁵. Este consistiu na aplicação de 121 questionários¹³⁶ por inquérito nos concelhos de Arronches, Campo Maior e Elvas, durante o mês de Fevereiro de 2008, onde já foram testadas algumas questões incluídas nos questionários usados no trabalho de campo (VELEZ DE CASTRO, 2008c: 3)¹³⁷.

Este estudo preliminar revelou-se importante, na medida em que possibilitou um primeiro contacto com o território a investigar no âmbito do projecto de investigação, bem como a observação directa do fenómeno imigratório, com registo das primeiras impressões, que serviu de base para a constituição dos objectivos, das hipóteses e das questões derivantes.

A partir da formalização da problemática, foi constituído o quadro teórico que permitiu o confronto de pontos de vista de vários autores a trabalhar em temas similares que, no conjunto, serviram de base à fase

¹³⁴Inserido na linha de investigação IV – Ibéria d’aquém e além fronteiras: diásporas, identidades e culturas.

¹³⁵Câmara Municipal da Guarda.

¹³⁶Verificaram-se os constrangimentos já abordados para a definição da amostra. Este número de questionários corresponde a cerca de 1/3 do universo de imigrantes a residir nos três concelhos do estudo.

¹³⁷Dessa investigação resultou o trabalho “Contributo da imigração para o desenvolvimento regional transfronteiriço”.

seguinte – trabalho de campo – o qual se apoia na observação indirecta (QUIVY e VAN CAMPENHOUDT, 2008: 164). É com base nos pressupostos do capítulo do Estado da Arte que se constituíram as perguntas dos dois inquéritos por questionários aplicados.

O primeiro questionário por inquérito foi dirigido aos imigrantes, sendo constituído por sete partes¹³⁸:

1º Grupo) Perfil do inquirido – Abordagem inicial a algumas informações de caracterização geral (idade, sexo, estado civil, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, área de estudos, orientação religiosa, constituição do agregado familiar, rendimento médio mensal, etc.);

2º Grupo) Percurso profissional – Questões relacionadas com o contexto laboral no país de origem e no destino migratório (situação perante o trabalho, profissão no país de origem, profissão actual, sector de actividade a que pertence, concelho/município onde trabalha, satisfação perante a profissão, forma de obtenção do emprego, exercício de actividades paralelas e horas extraordinárias, eventual situação de desemprego vivenciada, etc.);

3º Grupo) Percurso geográfico – Com base nos pressupostos das teorias das migrações, tentou-se perceber os propósitos que estiveram na base do processo migratório, tanto nas escolhas efectuadas no local de partida como de chegada, assim como as motivações que impulsionaram esta dinâmica (motivos de saída do país de origem, motivos para a migração com destino a Portugal/Espanha, motivos da residência no concelho/município actual, etc.). Além disso procurou-se saber a situação actual do imigrante em termos de regularização (condição perante a imigração, etc.);

4º Grupo) Integração e interacção regional – Questões relacionadas com a inclusão do inquirido na sociedade local, deslocação ao outro lado da fronteira, assim como a percepção sobre questões imigratórias e territoriais a várias escalas de análise (dificuldades no momento de

¹³⁸Tanto este questionário por inquérito como o dirigido aos autóctones é tendencialmente constituído por questões fechadas. Porém, no sentido de não condicionar demasiado as respostas, em alguns casos acedeu-se a destinar um espaço a “outras situações”, onde os inquiridos pudessem expor particularidades pertinentes para o estudo.

chegada a Portugal/Espanha, dificuldades actuais, avaliação da inclusão social, percepção sobre questões nacionais de imigração, percepção sobre discriminação de organismos públicos, percepção sobre problemas, potencialidades e soluções do concelho/município-região onde reside, contributo pessoal para o desenvolvimento regional, actividades praticadas nos tempos livres, participação cívica, deslocação a Espanha, etc.).

No que diz respeito ao tema do desenvolvimento regional, foram considerados os pressupostos discutidos no Estado da Arte, com destaque para as ideias de SEN (2003: 51-54);

5º Grupo) Contacto com o país de origem – Informação sobre que tipo de relações o imigrante mantém com o território de partida, sobretudo em termos materiais (envio de remessas, contacto telefónico/internet, regresso em férias, consumo de bens, etc.). A estrutura deste grupo de questões foi baseada na “teoria dos 5 T”, de OROZOCO (2008: 303-334);

6º Grupo) Perspectivas futuras e avaliação do projecto migratório – Questões relacionadas com os planos para permanecer ou não no território de imigração (pretensões de obter a nacionalidade portuguesa/espanhola, possibilidade de regresso ao país de origem, possibilidade de emigração para outro país, alteração de residência no país de imigração, etc.), assim como o grau de satisfação como o resultado da migração (avaliação do projecto migratório);

7º Grupo) Observações – Espaço para se efectuar o registo de situações de interesse referidas pelo inquirido, e que não se enquadrem nas questões efectuadas.

O segundo questionário por inquérito foi dirigido aos autóctones, sendo constituído por quatro partes:

1º Grupo) Perfil do inquirido – Abordagem inicial a algumas informações de caracterização geral (idade, sexo, estado civil, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, área de estudos, situação perante o trabalho, profissão, sector de actividade, local de trabalho, etc.), assim como de experiência migratória (se tem/teve parentes emigrados, se alguma vez foi emigrante, se já trabalhou/residiu noutro ponto do país, etc.);

2º Grupo) Atitude e percepção face aos imigrantes – Questões referentes à opinião do inquirido sobre o fenómeno migratório a várias escalas de análise (se concorda ou não com a entrada/permanência de imigrantes em Portugal/Espanha, afinidades com nacionalidades/grupos, contactos com os imigrantes do concelho/município onde reside, percepção sobre o fenómeno migratório em casos particulares, etc.);

3º Grupo) Imigração e desenvolvimento regional – Questões relacionadas com as apresentadas no 4º grupo do questionário aos imigrantes (avaliação da integração dos imigrantes no concelho/município onde reside, percepção sobre problemas, potencialidades e soluções do concelho/município - região onde reside, percepção sobre o contributo dos imigrantes para o desenvolvimento regional, etc.);

4º Grupo) Observações – Espaço para se efectuarem o registo de situações de interesse referidas pelo inquirido, e que não se enquadrem nas questões efectuadas.

Estes questionários foram aplicados de Janeiro a Julho de 2010, sendo que as respostas se referem a 31 de Janeiro de 2010.

Foram usadas as línguas portuguesa e castelhana em ambos os casos. Não se verificou necessidade de tradução para as línguas dos imigrantes inquiridos, visto que a grande maioria domina o idioma do país para onde imigrou, exceptuando alguns casos pontuais que foram resolvidos graças à intervenção mediadores.

A organização e tratamento dos dados recolhidos foi realizado com base no programa SPSS – *Statistical Procedures for Social Sciences* – tendo em linha de conta directivas de ALBARELLO *et al* (2005: 48-83) e de PEREIRA (2006: 42-50).

Além disso deve-se ter em atenção algumas situações verificadas antes, durante e após a aplicação dos questionários por inquirido e que carecem de esclarecimento. No início dos formulários, logo a seguir à apresentação do propósito do estudo aos inquiridos, há um espaço para identificação do questionário (nome do inquiridor, concelho/município de residência do inquirido, local de realização do questionário, data, duração, número do questionário, etc.), onde se determina a natureza do

concelho/município – R) Rural; U) Urbano. Neste caso não se explorou a questão “do que é/onde é rural” ou “do que é/onde é urbano” do ponto de vista geográfico, pois apesar de ser uma discussão bastante pertinente, não faria sentido ser desenvolvida neste estudo.

O que interessou neste caso não foi tanto a delimitação territorial sobre o que é e até onde vai o espaço urbano e o espaço rural, mas sim definir dois tipos de áreas, uma de vocação mais ligada aos que se pode chamar de “carácter de ruralidade” (menor concentração populacional, importância relativa da prática agrícola, mercado laboral muito limitado) e outra com “carácter de urbanidade” (maior concentração populacional, de serviços, mais oferta em termos laborais), o que não quer dizer que mesmo assim não haja uma sobreposição, isto é, uma inter-relação entre ambas as situações. Neste âmbito, designou-se no caso português como “Rural” as freguesias que não pertencem à sede do concelho e “Urbano” as freguesias sedes de concelho e cidades. No caso espanhol, assumiram-se as duas comarcas com naturezas diferentes, daí que na de Alburquerque, os seus municípios fossem considerados de âmbito rural, e na comarca de Badajoz de âmbito urbano (ideia esta reforçada pelo trabalho de campo ter incidido na própria cidade).

Além disso há outros conceitos que foram usados nos questionários, mas cuja definição foi simplificada para que os inquiridos percebessem o sentido das perguntas. Foi o caso de afinidade¹³⁹, qualidade de vida¹⁴⁰, cultura¹⁴¹, etc., os quais foram dados a entender num sentido generalista, com o objectivo de facilitar a comunicação com os inquiridos, que apresentam vivências, níveis académicos e visões sócio-culturais diversificados.

Neste contexto, o conceito de integração adquiriu particular importância. Tendo em conta PENNINX (2008: 37):

¹³⁹Diz respeito à proximidade física, social e cultural sentida em relação aos diferentes grupos/nacionalidades de imigrantes

¹⁴⁰Condições sociais (acesso aos serviços de educação, de saúde, de lazer, etc.) e económicas (acesso ao emprego, rendimentos, etc.) que influenciam o bem-estar dos indivíduos.

¹⁴¹Conjunto de tradições, crenças, hábitos sociais que caracterizam o indivíduo e o “grupo” a que pertence.

“ A integração é o processo através do qual os imigrantes se tornam aceites pela sociedade, tanto na sua qualidade de indivíduos como enquanto comunidades. (...) O carácter vago desta definição reflecte (...) o facto da responsabilidade pela integração não caber apenas a um determinado grupo, mas sim a todo um conjunto de actores – os próprios imigrantes, o governo do país de acolhimento, as instituições, as diversas comunidades, etc.”

Trata de um processo dinâmico, em que o imigrante é mais um actor participante no sistema. Assim, é-se questionado o estrangeiro sobre seu papel no processo de integração, assim como a comunidade do território de residência/trabalho e os actores locais ligados a organismos que trabalham (directa ou indirectamente) com migrações.

Porém o “carácter vago” que o autor assume, embora seja colmatado pela apresentação dos elementos participantes no processo, exige prudência na sua aplicação. MACHADO (2002: 63-67) defende que na actualidade, o conceito de integração é dirigido por três linhas distintas. A primeira, na abordagem de Durkheim, refere-se à integração como um “estado de interdependência harmoniosa dos indivíduos num todo social normativamente regulado”. Na segunda, este conceito é entendido em oposição à “exclusão”, pelo que é entendida a integração como “uma propriedade do sistema, de integração dos actores na sociedade, em que diz respeito à relação desses actores com os sistema”. A terceira, no entendimento da corrente multiculturalista, associa a ideia de “participação igualitária e de preservação das identidades étnicas”. CASHMORE (1996:172-173) refere inclusive que se a metáfora para a assimilação é o *melting pot*, para a integração será a *salad bowl*, entendendo cada “ingrediente”, neste caso os actores identificados por PENNINX, “separáveis e distinguíveis, mas não menos valiosos uns do que os outros”.

Face à concepção destes autores, e tendo em conta que a partir dos questionários, se percebeu que o processo de integração decorre de formas diferenciadas, optou-se por usar o termo “inclusão” em alguns contextos, já que este se aproxima do conceito de integração, porém reflectindo mais acentuadamente a complexidade do processo.

Outra questão focada está relacionada com a identificação dos imigrantes. Tanto nos questionários como no próprio texto, a designação da origem dos imigrantes aparece discriminada por nacionalidade e por grupos de nacionalidades. Esta opção foi assumida tendo em conta as duas situações: no primeiro caso, a designação está relacionada com o contexto próprio do texto e da situação que se aborda, que tanto pode implicar a indicação concreta da origem, como exige simplificação através da determinação por grupos de imigrantes, cuja escala de análise permite agrupá-los em conjuntos; no caso do questionário por inquérito aos autóctones¹⁴², julgou-se que seria mais fácil, o que se veio a constatar na prática, aproximar a terminologia ao conhecimento geral geográfico dos inquiridos. Refira-se que neste ponto houve necessidade de se adaptarem os questionários à realidade dos dois países em estudo. A apresentação das nacionalidades/grupos está hierarquizada de forma descendente, seguindo o critério da presença quantitativa dos imigrantes no território¹⁴³.

Ainda no que diz respeito à terminologia associada à origem dos imigrantes, é de referir o facto de, no texto, ser comum o uso da expressão *sun-seekers* para designar imigrantes oriundos de países do centro e norte da Europa (ingleses, neerlandeses, alemães, etc.). FONSECA (2002: 354) refere que este conceito designa reformados, à procura de climas mais amenos, espaços de lazer e paisagens naturais e culturais mais atractivas do que os percebidos no país de origem. O trabalho de campo revelou que de facto está presente no território de estudo um contingente com estas características, e que provém da origem geográfica referida. Contudo também se verifica que deste grupo deriva um sub-grupo constituído por indivíduos ainda em idade activa, que desenvolvem a sua profissão nesta região da Península Ibérica, correspondendo ao perfil definido pela autora, excepto pelo facto de não estarem reformados.

¹⁴²2º Grupo, questão 2.2.

¹⁴³De referir que no caso dos questionários a autóctones espanhóis, foi incluída a nacionalidade turca por ter sido dado a entender por um mediador que haveria um número significativo de indivíduos desta nacionalidade a residir/trabalhar na cidade de Badajoz. Porém, no trabalho de campo, não se conseguiu confirmar essa informação.

Neste caso, entendeu-se que se devia enfatizar a etimologia da palavra – *os que buscam o sol* – optando-se por usar o termo não só para designar os indivíduos reformados, mas também abrangendo os indivíduos do centro e norte da Europa que, estando em idade activa, procuraram Portugal/Espanha para residir, trabalhar ou gozar a reforma, e cujos motivos primordiais estão ligados ao clima e à natureza.

Além do questionário por inquérito, um outro instrumento de trabalho utilizado foi o questionário por entrevista de base estruturada, tendo em atenção duas vertentes: a directiva, com questões previamente preparadas que serviram de fio condutor; não directiva, já que foi dada mais flexibilidade para o entrevistador desenvolver pontos que não estavam contemplados na entrevista, mas que se revelaram importantes para o estudo (ROSA e ARNOLDI, 2006: 30; LESSARD-HÉBERT, GOYETTE e BOUTIN, 2005: 145-146). As directrizes observadas foram as seguintes:

a) Identificação do entrevistado – Referência a aspectos relevantes do percurso pessoal, académico e profissional, reportado à questão das migrações;

b) O papel do organismo representado pelo entrevistado na questão imigratória a várias escalas (se tal se verificar), com ênfase na regional – Questões relacionadas com a área geográfica de actuação, acções dirigidas às comunidades imigradas, resultados dessas acções, relação com os imigrantes, desafios, dificuldades, etc.;

c) Balanço da presença dos imigrantes no concelho/município e região – impactos no desenvolvimento regional;

d) Perspectivas futuras – política favorável à imigração como estratégia viável para o desenvolvimento regional, contexto “real” da imigração para os próximos anos.

Neste caso não foram observados constrangimentos de maior, visto que os entrevistados foram muito solícitos nas respostas, assim como disponibilizaram dados e documentação adicional. O seu contributo foi fundamental para perceber o papel dos organismos regionais/locais na mitigação de problemas inerentes à comunidade imigrante nesta região da Península Ibérica. De referir o facto constatado de que, apesar de

homólogos, não se verificam contactos transfronteiriços entre organismos da mesma natureza ou de natureza diferente.

***Síntese:** Nesta terceira parte foi definida a área geográfica do caso em estudo, assim como discutidos os critérios usados na sua delimitação. Além disso, apresentaram-se os instrumentos de trabalho utilizados para a recolha de dados – questionário por inquérito a imigrantes e a autóctones; questionário por entrevista de base estruturada a entidades locais – e definiu-se o perfil dos indivíduos a figurar no estudo.*

A questão dos constrangimentos na determinação do universo estatístico dos imigrantes foi um dos tópicos de maior relevo nesta reflexão, a qual dever ser tida em conta na análise dos dados e discussão dos resultados, que irá ser apresentada no capítulo seguinte.

(Página deixada propositadamente em branco)

ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

“In a context where the demographic impacts of low or falling fertility and ageing are being felt more strongly in non-metropolitan than in metropolitan areas, international migration represents a potential solution to labour shortages, declining social and economic capital, and maintaining services (...).”

Graeme Hugo e Ricard Morén-Alegret (2008: 477)

*“Mas, para lá do muro, os olbos de Manuel da Bouça já não podiam ver,
com alegria, os campos que se estendiam,
planos, bem regados, até próximo da Igreja velha. Possuí-los, ser seu dono (...)
Disso dependiam todos os projectos (...) até a velhice tranquila,
numa casa grande, de telha francesa (...) As aldeias vizinhas prosperavam,
tinham casas novas (...) porque os rapazes de lá, mal tiravam
as sortes partiam – passem bem que eu vou tratar da vida!
– e só regressavam quando haviam enriquecido.”*

Ferreira de Castro (2001: 19, 22)

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO 1
A IMIGRAÇÃO NA SUB-REGIÃO TRANSFRONTEIRIÇA
DO ALTO ALENTEJO E DA EXTREMADURA: CONTRASTES
E CONTINUIDADES

1.1 Perfil dos inquiridos: demografia do quotidiano sócio-familiar

O objectivo destas primeiras considerações é o de dar a conhecer algumas das características dos inquiridos verificadas pela aplicação dos questionários. O sexo e a idade, o estado civil, a constituição do agregado familiar, a origem – nacionalidade – e o destino – concelho/freguesia ou comarca/município de residência – deixam antever alguns aspectos demográficos, sociais – familiares - e geográficos da população. Estes aspectos serão desenvolvidos ao longo de todo o capítulo, devendo entender-se estas informações iniciais como pistas para a compreensão do cenário imigratório em que se desenrolou a investigação.

Perante esta reflexão inicial, apresentam-se os primeiros resultados. Constatase que foram inquiridos 280 imigrantes, sendo que 140 dos questionários se aplicaram em Portugal, com repetição similar em Espanha. No que diz respeito à composição da amostra há um relativo equilíbrio de géneros, embora, em termos gerais, se note uma ligeira predominância do sexo feminino (52,5%) face ao masculino (47,5%).

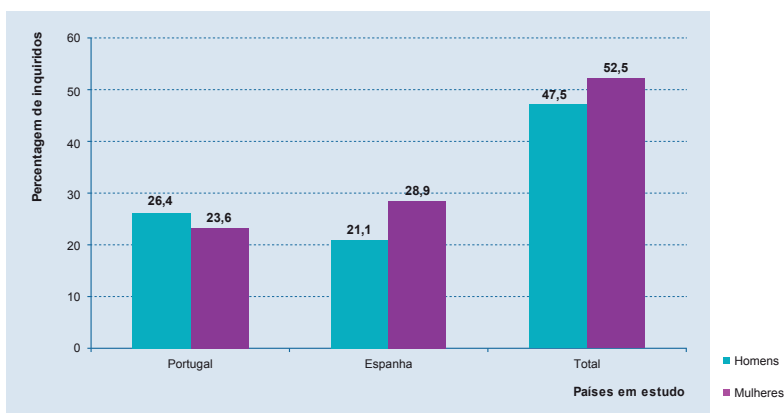


Gráfico 16. Imigrantes inquiridos por sexo

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

A média de idades dos inquiridos é de 40 anos, sendo que 25% da amostra incluiu imigrantes até aos 30 anos de idade, 50% até aos 39 anos e 75% até aos 39 anos. Refira-se que o restante quantitativo incluiu os indivíduos com mais de 48 anos. Em Portugal, a média de idades considerada (43,5 anos) foi maior do que em Espanha (37 anos), o que se pode explicar pelos condicionalismos da própria amostra, mas também pode indicar a presença de populações diferentes de cada lado da fronteira: em território espanhol uma população imigrante mais jovem, em território português uma população imigrante mais envelhecida. Tal facto poderá estar relacionado com a tipologia das origens presentes e com a própria dinâmica demográfica interna dos grupos em questão. A presença de muitos imigrantes da Europa do Norte e do Centro nesta região do Alentejo, os *sun-seekers*, em especial nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre e Arronches (na área correspondente à serra de São Mamede), que procuram o país para residir, trabalhar ou gozar a reforma já em idades mais avançadas, por um lado contribui para o aumento da média etária da amostra, por outro mesmo que tenham filhos, o que poderia colmatar esta dinâmica de envelhecimento, os mesmos raramente acompanham os pais na migração, excepto nos casos em que ainda são menores de idade. Veja-se que a média etária desta população em particular é de 56,74 anos na área de estudo portuguesa e 52,14 anos na área

de estudo espanhola, estando afastada cerca de 15 anos da média geral apresentada para cada um dos países¹⁴⁴. Na região portuguesa, podemos encontrar jovens na faixa dos 20 anos em praticamente todas as outras nacionalidades, especialmente a brasileira e chinesa, enquanto na espanhola tal faixa etária também é dominada pela nacionalidade brasileira, assim como a marroquina, sahraui, ou nigeriana.

De qualquer forma, note-se que o valor da mediana é de 40 [anos]. Tal situação pode indicar não só uma presença consolidada dos grupos em cada uma das regiões, ligada a uma presença já com alguns anos no local de residência, ou então uma migração realizada numa fase da vida posterior à formação académica e a uma experiência profissional prévia no local de origem ou noutra ponto inicial do percurso de imigração.

Pela análise do estado civil, percebe-se que se trata de uma migração tendencialmente familiar, já que cerca de 60% dos inquiridos afirmaram ser casados ou estar a viver em união de facto.

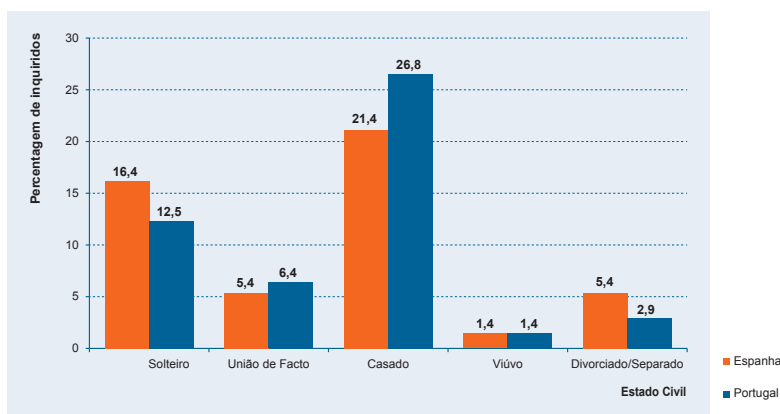


Gráfico 17. Estado civil dos imigrantes inquiridos

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Dos casos de viuvez ou separação – 11,1% – ou dos que afirmavam ser solteiros – 28,9% – alguns assumiam relacionamentos de carácter informal. Neste caso, a situação é semelhante nos inquiridos portugueses e espanhóis.

¹⁴⁴ Refira-se que o valor do desvio-padrão para Portugal é de 13,193 anos e para Espanha é de 13,139 anos.



Fotografia 1. Casal com cônjuge português e cônjuge estrangeiro (concelho de Elvas)
Elaboração própria (2011)

Quando questionados sobre a nacionalidade dos companheiros, constatou-se uma tendência para que o casal tivesse a mesma nacionalidade, na maior parte dos casos a mesma origem geográfica local (55,7% da amostra). Dos que afirmaram ter uma nacionalidade diferente do/a companheiro/a, 6,1% dos inquiridos em Portugal e 7,1% dos inquiridos em Espanha encetaram relações formais com indivíduos portugueses (mais frequente na comunidade brasileira) e espanhóis (mais frequente na comunidade latino-americana), respectivamente. Embora seja um número relativamente reduzido de imigrantes (37 inquiridos num universo de 280 questionários), este fenómeno exogâmico irá repercutir-se de forma positiva no processo de integração, já que imigrantes e autóctones admitem que por terem ocorrido casamentos/relações de facto de carácter “misto”, em termos de nacionalidade do casal, fez com que se estabelecessem pontes entre ambos os grupos – nacionais e estrangeiros. Esta dinâmica auxiliou o contacto a vários níveis:

a) Ao do imigrante em termos individuais, que é auxiliado pelo cônjuge a integrar a vida comunitária no local de destino da migração;

b) Ao do grupo a que o imigrante pertence, que beneficia da imagem dada por este elemento, o qual se irá revelar como elo de apresentação e de ligação entre a comunidade de acolhimento e a comunidade original de onde é natural;

c) Ao da própria comunidade autóctone, que tem oportunidade de conhecer o imigrante através de um elemento nativo – o cônjuge – que auxilia na comunicação entre pólos.

Em ligação com esta temática, foi analisada a composição numérica e social dos agregados familiares, com o objectivo de se perceber quem reside com o imigrante e quais as relações sócio-familiares estabelecidas entre os diversos elementos constituintes. Constatou-se que cerca de 90% dos inquiridos vivem acompanhados por familiares ou amigos, sendo que em média, cada agregado familiar é constituído por 3,21 elementos¹⁴⁵. A moda é de 2 elementos, embora o que se verificou pelo trabalho de campo é que existe uma variedade de núcleos familiares, alguns constituídos apenas por um elemento, enquanto outros podem chegar aos 14 indivíduos.

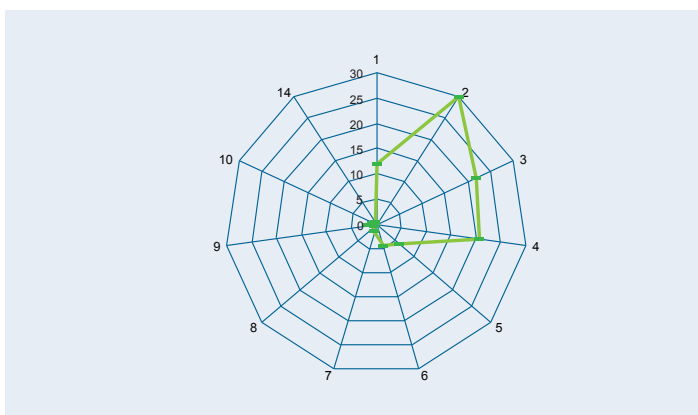


Gráfico 18. Número de residentes nos agregados familiares
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

¹⁴⁵A contabilização dos elementos que constituem o agregado familiar inclui sempre o inquirido.

Em termos estatísticos, 25% dos inquiridos vive em agregados com 2 indivíduos, mas se considerarmos metade da distribuição, este valor aumenta até aos 3 indivíduos, sendo que 75% da amostra é constituída por agregados que incluem até 4 elementos. Uma análise mais específica dos dados permite identificar 4 tipos de tendências, no que diz respeito à composição dos núcleos familiares, similar no território português e espanhol:

a) Em primeiro lugar há que ter em linha de conta que os dois extremos da distribuição de frequências se relacionam com situações relativamente excepcionais. No primeiro extremo verifica-se a existência de núcleos individuais, compostos apenas pelo inquirido (11,8% da distribuição), mais comum em Portugal na comunidade originária do continente europeu, e em Espanha às comunidades originárias de África e da América Central e do Sul, podendo-se aplicar a todo o território (áreas rurais e urbanas);

b) O outro extremo diz respeito a agregados constituídos por 8 a 14 elementos (3,6% da distribuição). Está-se em presença de casos pontuais, cujos núcleos em causa são famílias alargadas que vivem na mesma residência (o caso de uma família numerosa de origem alemã a residir num lugar de uma freguesia rural do concelho de Marvão e de outra de origem espanhola a residir na cidade de Elvas), ou então de grupos de amigos que vivem em conjunto (grupo de amigos neerlandeses e portugueses que partilham a casa da mesma quinta num lugar de uma freguesia rural do concelho de Castelo de Vide, ou o caso de um apartamento partilhado por vários amigos de diversas nacionalidades africanas a viver na cidade de Badajoz).

Estas duas primeiras tendências contrastam na pontualidade com a norma imposta pelas duas outras situações, mais próximos da norma demográfica autóctone.

c) A primeira diz respeito a núcleos compostos por 2 a 4 elementos, constituídos normalmente pelos cônjuges e filhos. É de ter em atenção que a comunidade brasileira em Portugal é a que mais segue esta tendência, embora os elementos da esfera familiar incluam, além dos já referidos,

outros parentes (pais, irmãos/cunhados, tios, enteados, sobrinhos, entre outros) e amigos.

d) A segunda já inclui 5 a 7 elementos, e diz respeito a famílias que alojam, além deste núcleo familiar mais restrito, ascendentes (pais/sogros) e primos ou até mesmo tios ou sobrinhos. Enquanto a anterior tendência é comum a todas as nacionalidades, com a ressalva feita para a comunidade brasileira, esta refere-se à comunidade africana no território espanhol em estudo.

Tal facto está intimamente relacionado com os pressupostos da teoria das redes sociais, que destaca o papel dos amigos e familiares do potencial imigrante no país de destino, como facilitadores do processo migratório pela ajuda e diminuição dos riscos associados a este tipo de mobilidade. Aquando da aplicação dos questionários, muitos dos inquiridos admitiram ter migrado para a região em causa pela presença de amigos e familiares já instalados e com capacidade de ajudar na viagem e instalação. Cerca de 31,1% dos inquiridos referiu ter outros parentes a residir no país (irmãos, primos, cunhados, sobrinhos, ex-cônjuges) que ajudaram ou pelo menos influenciaram a escolha do destino migratório.

Neste ponto optou-se por abordar um aspecto mais específico, ou seja, a presença dos filhos no processo migratório dos pais, tendo-se constatado que 60,7% dos inquiridos afirmou não ter filhos a residir em Portugal. Neste grupo estão incluídos imigrantes que não têm filhos, mas também outros que têm filhos a residir preferencialmente no seu país de origem. Verificam-se duas tendências:

a) Uma primeira relacionada com os imigrantes de idade mais avançada, os *sun-seekers* que procuram Portugal ou Espanha numa fase da vida em que os filhos são maiores e independentes, e por isso não acompanham os pais na migração, optando por ficar no país de origem dos progenitores ou até mesmo emigrar para outros destinos;

b) Uma segunda aplica-se a outros grupos, desde europeus de origem extra-UE27, a sul-americanos ou africanos, que deixaram os filhos a cargo de outros familiares (o cônjuge ou os avós), o que é comum com descendentes menores de idade. Neste caso, a tendência é para que o inquirido

demonstre uma forte vontade não de regressar ao país de origem para reencontrar a família, mas de trazer os elementos em falta, que podem ir mais além do cônjuge e filhos, no sentido de realizar o processo de reunificação familiar no país de destino migratório, ponto este que será discutido mais adiante.

Nesta parte do estudo, procedeu-se também à análise da nacionalidade dos inquiridos, onde se verificou haver uma maior prevalência de origens da UE27¹⁴⁶ (28,2%) em relação às restantes nacionalidades (71,8%). Uma análise à escala nacional, permite constatar que a prevalência de nacionalidades extra-UE27 é maior em Espanha (85%) do que em Portugal (58,6%), embora se deva ter em linha de conta que os imigrantes oriundos da UE27 estão em menor número em ambos os países (15% em Portugal e 41,4% em Espanha). Esta situação relaciona-se com a própria origem dos imigrantes e com a presença dos grupos no território: por exemplo, no caso das comarcas estudadas, cerca de 41% dos inquiridos são originários do continente africano, sendo o mesmo valor representado por imigrantes da América Central e do Sul; no caso dos concelhos portugueses, há uma prevalência evidente do grupo da América do Sul (21,4%) e de países da Europa, sobretudo de Leste, fora dos limites da UE27 (20%), embora o maior contingente seja de europeus da UE27, com destaque para a comunidade inglesa (representa 14,3% do contingente de imigrantes inquiridos em Portugal).

Sublinhe-se ainda em relação a este tema a diversidade de nacionalidades presentes no território, já que foram inquiridos indivíduos de 53 nacionalidades¹⁴⁷, 40 em Espanha e 24 em Portugal. Uma análise por grupos de nacionalidades pode revelar uma interessante diferença territorial.

¹⁴⁶UE27 – 27 Estados-Membros da União Europeia.

¹⁴⁷Nacionalidades dos indivíduos inquiridos: alemã, angolana, argelina, argentina, australiana, irlandesa, bangladeshiana, boliviana, brasileira, britânica, búlgara, caboverdiana, camaronesa, chilena, chinesa, colombiana, congoleza, cubana, dinamarquesa, dominicana, egípcia, equatoriana, eslovena, espanhola, finlandesa, francesa, georgiana, guineense, indiana, indonésia, inglesa, italiana, lituana, maliana, marroquina, mauritana, moçambicana, moldava, neerlandesa, nigerense, nigeriana, paraguaia, peruana, polaca, portuguesa, queniana, romena, russa, sahraui, senegalesa, sudanesa, ucraniana, venezuelana. Chama-se a atenção para casos

Em Portugal domina o grupo brasileiro, assim como outros grupos da Europa do Norte, Central e Sul (ingleses, neerlandeses, alemães, entre outros), seguido do grupo da Europa de Leste (romenos e búlgaros) da UE27 e extra-UE27 (ucranianos, moldavos, georgianos, entre outros), África (angolanos, caboverdianos e moçambicanos) e Ásia (chineses, bangladeshis e indianos).

Em Espanha a amostra revela um equilíbrio entre a presença do grupo africano (com destaque para os marroquinos, sahrauis, nigerianos, senegaleses, malianos, entre outros) e do grupo da América Central e do Sul (constituído em especial por brasileiros, colombianos, equatorianos, dominicanos, peruanos, entre outros), verificando-se também a presença de nacionalidades da UE27 (sobretudo ingleses, romenos e portugueses), assim como da Ásia (chinês) e Oceânia (australiano)¹⁴⁸, embora em casos muito pontuais.

Há dois pontos a destacar nesta análise. O primeiro diz respeito à comparação desta distribuição com a realidade nacional, que de forma geral a acompanha, porém na amostra em análise para o caso espanhol, constata-se um maior equilíbrio entre o contingente africano e centro/sul-americano. O mesmo acontece em Portugal, onde a presença sul-americana domina, porém destaca-se o peso relativo da comunidade inglesa face, por exemplo, à africana, que aparece representada em muito menor número.

de dupla nacionalidade verificados em Espanha: cubana/espanhola; dominicana/espanhola; equatoriana/espanhola; guineense/espanhola; marroquina/espanhola; nigeriana/espanhola; queniana/espanhola; sahraui/espanhola; senegalesa/espanhola; ucraniana/espanhola | em Portugal: angolana/portuguesa; búlgara/portuguesa; indiana/portuguesa; moldava/portuguesa.

¹⁴⁸No caso da comunidade chinesa há a noção que o contingente presente nesta região de Espanha é bem maior do que o apresentado na amostra. Porém foi o grupo onde houve uma maior dificuldade de penetração, já que ocorreu um elevado número de recusas. Além disso, não houve a possibilidade de encontrar um mediador originário da comunidade chinesa ou até uma associação de imigrantes que fosse frequentada por estes indivíduos, daí que apenas se encontre um inquirido na amostra espanhola. Trata-se de uma jovem que já reside há bastante tempo em Alburquerque e que frequentou diversos graus de ensino (tem Bacharelato) em Espanha, dominando a língua do país de origem e do país de migração. Esta característica facilitou o preenchimento do questionário, embora não tivesse sido ultrapassada a barreira da “desconfiança” por parte de outros chineses, mesmo que interpelados por esta conterrânea.

O segundo relaciona-se com a própria geografia da presença no território em análise, isto é, os locais onde residem e trabalham estes imigrantes. Nota-se que há uma apetência pela fixação nas áreas urbanas, nas cidades, daí que em Portalegre, Elvas ou Badajoz seja relativamente fácil encontrar imigrantes na paisagem humana. Todavia, a presença de alóctones também é notada nos outros concelhos, tanto na sede como em freguesias rurais fora da sede do concelho. Por exemplo, no caso de Marvão e Castelo de Vide, verifica-se uma presença muito forte de imigrantes ingleses, neerlandeses, alemães e de outras nacionalidades do Norte e Centro da Europa a viver fora da sede de concelho e fora das sedes de freguesia¹⁴⁹. Para esta comunidade, ligada sobretudo a actividades económicas como a agricultura (cultivo da vinha e da oliveira) e a pecuária (criação de gado ovino e bovino), assim como o turismo (turismo rural, agro-turismo, *bed and breakfast*), ou então reformados, a procura centra-se no espaço rural afastado dos aglomerados urbanos, onde existem propriedades (pequenas quintas) com casas passíveis de serem recuperadas para os fins económicos já citados ou então apenas para descansar. Esta comunidade fixa-se especialmente na Serra de São Mamede, daí que também os possamos encontrar em freguesias rurais do concelho de Portalegre (Alegrete) e Arronches (Esperança e Mosteiros). Não se pode dizer que não existam outros casos similares a residir nos outros concelhos em estudo, porém nota-se um evidente predomínio deste grupo nos concelhos referidos. O mesmo acontece no território estremeño investigado, já que os casos encontrados ocorreram na comarca de Alburquerque, fora da própria sede comarcal, em espaços rurais afastados dos aglomerados urbanos, pelos motivos já enunciados.

No que diz respeito aos restantes imigrantes, encontram-se distribuídos pela área de estudo em análise, embora no caso português se

¹⁴⁹Em Marvão este contingente reside e trabalha nas freguesias de São Salvador da Aramenha, Santo António das Areias e Beirã, enquanto que em Castelo de Vide tal acontece nas freguesias de Póvoa e Meadas, Santa Maria da Devesa e São João Baptista. Mesmo que residam em freguesias consideradas como pertencentes à sede de freguesia, não habitam no aglomerado populacional, mas antes fora do mesmo, em áreas rurais contíguas, como acontece no caso de São João Baptista, no concelho de Castelo de Vide.

note uma maior dispersão que no caso espanhol. Não se deve descurar o efeito atractivo das cidades – Portalegre e Elvas – onde a presença de imigrantes é mais evidente do ponto de vista numérico. Além de uma maior diversidade do mercado laboral, ainda que limitada, é também aí que estão outros serviços de utilidade pública (hospitais, escolas), assim como instituições de auxílio à integração (associações de desenvolvimento local como a Tégua, com sede em Portalegre; a Igreja, com o apoio dado pela Cáritas; os sindicatos, como a União de Sindicatos do Norte Alentejano). Porém o que se verifica é que a presença de estrangeiros ocorre em praticamente todas as freguesias dos concelhos estudados, seja por motivos de residência ou trabalho (ou ambos).



Fotografia 2. Delegação do Ministerio de Trabajo e Inmigración (comarca de Badajoz - cidade)
Elaboração própria (2011)

No caso espanhol, Badajoz tem um efeito de atracção muito grande, tanto que a maioria dos imigrantes reside e trabalha na cidade ou no município, enquanto que se forma um hiato com os municípios adjacentes, nomeadamente ao nível intercomarcal. Significa que em termos práticos, a comarca de Alburquerque e os seus municípios, com características rurais de baixas densidades, são marcados por uma presença discreta de estrangeiros, embora prevaleça a diversificação das nacionalidades,

enquanto Badajoz concentra a maior parte dos imigrantes de ambas as comarcas e da própria província, pelos motivos já apresentados para as cidades portuguesas.

1.2 Grau de instrução e percurso profissional

Constatou-se que os imigrantes residentes nesta região da raia peninsular são, em grande parte, indivíduos em idade activa que procuram estes concelhos/municípios como destino migratório, entre outros factores, por motivações laborais. Como mais adiante se discutirá, é certo que se encontram grupos com outro tipo de dinâmicas, que não implicarão necessariamente o mercado de trabalho, por exemplo no caso dos reformados, ou até da própria família do imigrante cujo principal objectivo poderá ser a reunificação familiar em exclusivo (no caso dos cônjuges que se dedicam à esfera doméstica) ou esse motivo aliado ao estudo (no caso dos filhos que frequentam estabelecimentos de ensino).

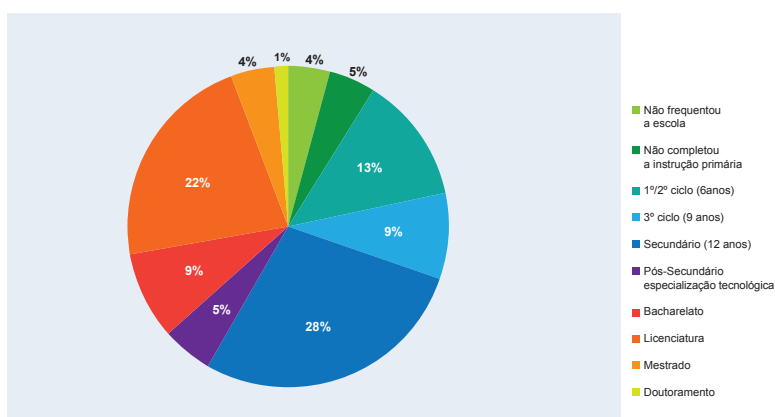


Gráfico 19. Grau de instrução dos inquiridos

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

O mercado de trabalho assume um papel preponderante nesta migração, daí que seja crucial o estudo de alguns aspectos que possam dar referências para explicar o fenómeno.

Num primeiro ponto, será relevante analisar o grau de instrução dos inquiridos, uma vez que a formação académica, além de ser um factor relevante no mercado de laboral, pode indicar o valor do capital humano/social de que este território dispõe. Verificou-se que quase metade da amostra (41,7% dos inquiridos) tem formação académica pós-secundária, e que 27,9% concluiu o ensino secundário. Ainda assim 8,9% dos inquiridos afirmou não ter terminado o ensino primário ou frequentado qualquer grau de ensino.

Uma análise por nacionalidades, permite perceber que em Espanha foram alguns elementos do grupo dos africanos e da UE27 (romenos) que afirmaram não ter frequentado ou concluído o nível académico mais elementar, assim como em Portugal tal aconteceu no caso de dois brasileiros. Mas este fenómeno é muito raro face à tendência geral, que é a de que os imigrantes que residem no território em estudo, apresentem um elevado nível de qualificação académica. No caso espanhol, embora se tenham verificados graves lacunas escolares no grupo dos africanos, também se constatou que 24,6% dos inquiridos tinham concluído o ensino secundário e 42,2% tinha formação académica superior. No grupo da América Central/Sul estes valores aumentam para 49,9%, sendo que nas nacionalidades da UE27 o número de indivíduos com formação académica superior é de 68,7%, embora no grupo de imigrantes europeus extra-UE27 os valores diminuam para 28,5%.

No caso português os números alteram-se no que diz respeito ao grupo dos africanos, sul-americanos e também nos asiáticos, cujas qualificações académicas se centram entre o primeiro/segundo ciclo do ensino básico e o ensino secundário. No grupo dos imigrantes originário da Europa o cenário é diferente porque 41,4% refere ter concluído o ensino secundário, enquanto 44,2% tem formação superior.

Na abordagem de carácter territorial ainda urge uma questão ligada à própria geografia da imigração, já que se pode pré-conceber que os imigrantes com mais qualificações académicas possam restringir a sua residência/local de trabalho às cidades ou às sedes de concelho. Em princípio, aí o dinamismo económico e laboral é maior, criando mais oportunidades em termos de mercado de trabalho, sobretudo

em actividades que requerem elevado nível académico. Perante a análise dos dados, é notório que este pressuposto não se verifica na sua totalidade, já que 45,2% dos inquiridos que residem/trabalham em áreas consideradas rurais têm formação superior, valor este mais elevado do que nas áreas urbanas, onde não ultrapassa os 33,7% de inquiridos. No que diz respeito ao primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos, os valores apresentam-se mais equilibrados, voltando-se a verificar que os casos de analfabetismo/iliteracia são mais frequentes nas áreas urbanas.

Isto leva a consolidar o pressuposto de que o espaço urbano considerado para o estudo de caso – as cidades (Badajoz, Elvas e Portalegre), assim como as sedes de concelho – apresenta uma diversidade de ofertas de emprego, assim como de procura de serviços, que requer indivíduos com variados níveis de formação académica, exigindo tanto elevadas qualificações como mão-de-obra não qualificada, daí que estes territórios se tornem atractivos para todos os grupos de imigrantes.

Porém, a relativa prevalência de capital humano com elevadas habilitações nos espaços rurais – comarca de Alburquerque e freguesias que não pertencem à sede de concelho – leva a crer que estes territórios apresentam um duplo dinamismo. Por um lado assumem-se como atractivos para um segmento de população que já não se encontra activa (reformados), mas que continua exigente, não tanto em termos materiais, mas sobretudo imateriais (estética da paisagem, tranquilidade, segurança, cultura, tradição, entre outros). Por outro, atraem um segmento de população em idade activa, com boa preparação académica e experiência profissional, que trabalha por conta-própria, interpretando o território como um recurso a explorar de forma sustentável, em actividades laborais de carácter familiar. Isto significa que ambos os grupos, além de valorizarem estes espaços do ponto de vista humano, acabam por valorizá-lo do ponto de vista material com os seus investimentos, já que os seus níveis de rendimentos permitem a compra e recuperação de imóveis e o estabelecimento de negócios, o que se assume como extremamente positivo para esta região raiana de baixas densidades.

Em termos de grau de instrução, verifica-se a existência de indivíduos formados no ramo das humanidades; em formação de professores; em medicina, serviços de saúde e enfermagem; em direito e estudos jurídicos. Também se destacam casos de formação em artes; em engenharia, arquitectura, planeamento e indústria; em agricultura e silvicultura; em ciências, matemática e informática; em economia, comércio, administração, gestão e contabilidade; em estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; veterinária e engenharia agrónoma.

De referir que quando questionados sobre o local onde realizaram os seus estudos superiores, apenas 7,5% dos inquiridos afirmaram ter feito os mesmos fora do país de origem e 2,1% no país de origem e fora deste. Significa que a maior parte realizou a formação académica no país de nacionalidade, o que pode funcionar numa dupla vantagem para o território receptor: por um lado os organismos Estatais não tiveram qualquer tipo de despesas com a sua formação, enquanto por outro poderá beneficiar do potencial deste capital humano.

Neste contexto, e tendo em conta as habilitações literárias dos inquiridos assumidas como um elemento fundamental, capaz de impulsionar o dinamismo do mercado de trabalho à escala local/regional no seio da comunidade imigrante, será pertinente partir para uma análise da realidade laboral dos imigrantes, com o objectivo de comprovar este pressuposto.

No que concerne à situação perante o trabalho, constatou-se a prevalência de trabalhadores por conta de outrem, quer no caso português, quer no caso espanhol (53,9% dos inquiridos), face aos que revelaram exercer uma actividade por conta própria (16,8% dos inquiridos) e ainda no grupo da população activa 9,6% confirmou estar desempregado.

No grupo da população inactiva, verificou-se que 6,4% são estudantes, 2,5% domésticas e de 9,3% reformados.

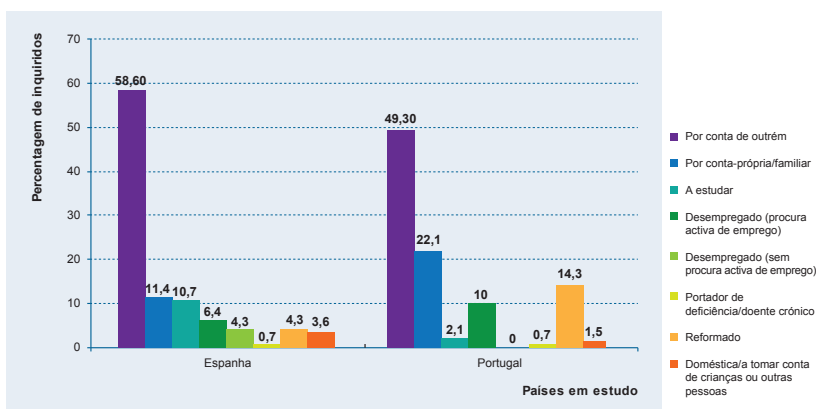


Gráfico 20. Situação perante o trabalho

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Uma análise territorial por sexo permite perceber algumas diferenças significativas entre ambas as regiões de fronteira. Tendo em conta o total de trabalhadores imigrantes inquiridos¹⁵⁰ em Espanha, constatou-se que nas comarcas em estudo há uma maior prevalência do sexo feminino (93%) como trabalhadoras por conta de outrem, do que no sexo masculino (70,7%), o que pode ser associado ao facto de haver um grande número de mulheres a trabalhar em serviços públicos ou privados diversos (por exemplo na saúde, ensino, administração, etc, mas com patrão), com destaque para os serviços de limpeza, serviços domésticos e a prestação de cuidados a idosos e crianças.

Em contrapartida existem mais homens como trabalhadores por conta-própria (29,3%) do que mulheres (7%). Sobressaem os pequenos comércios dos magrebinos e dos chineses, sendo que estes últimos são uma comunidade que se dedica quase que exclusivamente (a par da restauração) a este sector de actividade.

Nos concelhos portugueses em estudo, verificou-se uma tendência contrária. Uma maior prevalência de mulheres a trabalhar por conta-

¹⁵⁰Refira-se que se inquiriram 198 imigrantes trabalhadores (por conta própria ou por conta de outrem), 98 em Espanha e 100 em Portugal, sendo 103 do sexo feminino (57 em Espanha e 46 em Portugal) e 95 do sexo masculino (41 em Espanha e 54 em Portugal).

-própria (34,8%, em relação a 27,8% dos inquiridos masculinos) do que por conta de outrem (65,2%, em relação a 72,2% dos inquiridos masculinos). Esta tendência pode ser explicada pelo facto de existir um grupo de mulheres, especialmente do grupo originário da UE (*sun-seekers*), em que algumas delas gerem negócios a par com os maridos/companheiros na área da agricultura ou do turismo. Outras exercem profissões liberais (por exemplo como dentista ou escritora de guias turísticos) ou então estão ligadas a outras situações mais pontuais (empresária de restauração, artesã, etc), mas que estão incluídas no cômputo dos imigrantes que resolveram arriscar numa actividade onde tiveram de investir, para serem “patrões de si mesmo”, como foi referido por alguns inquiridos.



Fotografia 3. Loja marroquina (comarca de Alburquerque)
Elaboração própria (2011)

Uma análise por grupos de nacionalidades associadas ao território, permite corroborar a ideia de que embora em todos prevaleça a situação de trabalho por conta de outrem, destaca-se o caso dos oriundos da América Central/Sul em Espanha, assim como dos originários da América do Sul, da Europa extra-UE27 e Portugal. Pelo contrário, o grupo dos africanos em Espanha e dos Asiáticos em Portugal, com fortes ligações à actividade comercial, assim como dos europeus oriundos da UE27 em ambos os países, com ligações à agricultura, turismo e outras actividades já referidas, são os que apresentam valores mais elevados em termos de auto-emprego. De destacar apenas que a prevalência de reformados é maior neste último grupo, como seria de esperar perante o panorama já apresentado.

Em síntese, pode-se afirmar que se está perante um contingente humano valioso em termos de qualificação escolar, o qual investiu na formação como forma de aceder a postos de trabalho que oferecessem melhores condições em termos salariais e sociais. Todavia coloca-se a questão se este capital humano estará a ser bem aproveitado, isto é, se estará a ter em conta o seu próprio valor para gerar riqueza e desenvolvimento no mercado de trabalho. Embora se verifiquem situações em que os imigrantes não conseguiram aplicar as suas valias académicas no sector laboral, como se verificará mais adiante, parece haver de facto um aproveitamento positivo das qualificações académicas em prol do trabalho, em especial nos casos em que os imigrantes conseguiram gerar negócios por conta-própria, que os mesmos gerem de forma independente.

A questão é que se trata de pequenas empresas, onde a maior parte tem entre 1 a 2 trabalhadores (77,6%), os quais são sempre da mesma família, normalmente um dos membros do casal ou até o próprio casal, havendo casos em que trabalham 3 a 5 funcionários (18,3%) e só apenas em dois casos pontuais havia a presença de 12 e 13 trabalhadores, respectivamente, mas praticamente todos da mesma família ou conterrâneos. São bastante excepcionais os casos em que existem trabalhadores da comunidade autóctone, e quando isso acontece é em número limitado¹⁵¹.

¹⁵¹No concelho de Castelo de Vide conheceu-se o caso da assistente de uma dentista neerlandesa que era portuguesa, assim como num restaurante onde os donos eram uma

E se é verdade que não criaram postos de trabalho para os nativos, visto que em quase todos os casos domina uma lógica fechada ligada a uma economia de âmbito familiar, por outro geraram serviços de que antes as populações locais não dispunham, e também criaram eles próprios necessidades que são supridas nos mercados locais/regionais.

Veja-se por exemplo, o caso das lojas dos chineses ou dos marroquinos (as primeiras frequentes em todo o território em estudo, as segundas implantadas apenas em território espanhol), que vieram disponibilizar à população bens de uma grande variedade. Trata-se de bazares onde se vendem artigos têxteis até electrónica, artigos de decoração, artigos de cozinha, entre outros, com preços bastante competitivos, e em horários alargados, pois muitos destes comércios permanecem de portas abertas durante todos os dias da semana. Também se deve ter em conta os serviços disponibilizados por altos quadros profissionais, como acontece com os dentistas estrangeiros no território de estudo português, o caso dos brasileiros que vieram oferecer uma especialidade relativamente rara nesta região de baixas densidades, disponibilizando à população serviços no campo odontológico, ou ainda, especialidades mais alternativas nesta área, como se encontrou no concelho de Castelo de Vide uma dentista que baseia a sua prática numa filosofia ligada à natureza e à medicina alternativa. Refira-se ainda o caso das empregadas domésticas, sobretudo na cidade de Badajoz, que são um capital humano precioso para as famílias cujo casal trabalha fora e necessitam, além do trabalho doméstico, alguém que cuide dos elementos idosos ou das crianças.

Mais exemplos poderiam ser enunciados, porém os referenciados conseguem traçar um panorama da dinâmica que imprime a presença dos imigrantes no território em estudo, pois além disso este contingente também é cliente dos próprios serviços autóctones, quer em termos das mais elementares necessidades (aquisição de bens alimentares, de vestuário, etc), quer em questões ligadas à habitação (arrendamento de casas, compra de casa e de outros imóveis), saúde (frequência de consultas,

neerlandesa e um português (sócios), sendo auxiliados por outros amigos das suas nacionalidades.

realização de exames, compra de medicamentos), educação (compra de livros e outro material escolar, explicações, etc), lazer (frequência de bares, cafés, etc.)¹⁵².

Relativamente à mobilidade laboral, verificou-se também que 73,3% dos inquiridos mantiveram a situação profissional do país de origem, enquanto para 11,3% a mobilidade ¹⁵³ foi de carácter ascendente, na medida em que muitos deste contingente passaram a deter negócios por conta-própria, o que lhes possibilitou melhorar as condições económicas familiares e de certa forma promover a valorização pessoal em termos de experiência profissional na área da gestão.

¹⁵²Nota-se que há casos em que os autóctones tentam adaptar os serviços/produtos às necessidades dos estrangeiros. Em Castelo de Vide foi referida a existência de uma padaria que fabrica não só pão regional, como também outro tipo de produtos panificados destinados a clientes imigrantes, sobretudo ao grupo dos *sun-seekers*.

¹⁵³Para o caso deste estudo em concreto, adoptaram-se determinados critérios para definir três tipos de mobilidade laboral – 1) mobilidade ascendente; 2) manutenção da situação profissional; 3) mobilidade descendente – os quais se centraram em dois pontos principais: estabelecimento de um negócio por conta-própria e exigência académica/profissional. Assumem-se como mobilidade ascendente casos em que os imigrantes se estabeleceram por conta-própria (supõe-se à partida que é sinal de que dispõe de capital financeiro e humano para sustentar o negócio, o qual irá ser rentabilizado em termos de lucros materiais – ganhos monetário – e imateriais – experiência profissional), ou em casos onde passaram a exercer uma profissão onde lhes foi exigida mais qualificações académicas e profissionais. Nos casos de mobilidade descendente, consideraram-se sobretudo os casos em que se verifica uma desadequação entre as habilitações literárias e profissionais do imigrante e aquelas que são exigidas pela entidade empregadora, ou seja, que pressuponha a realização de tarefas elementares que não exijam grandes competências intelectuais.

Refira-se que não foi considerado o aumento ou diminuição do nível salarial como factor determinante, visto que este elemento pode induzir em erro: o trabalhador imigrante pode ganhar mais, em relação ao seu país de origem, mas ao mesmo tempo estar a exercer uma função desadequada das suas habilitações académicas, factor último que é tomado em conta.

Além disso os desempregados foram mantidos num grupo à parte, com esta mesma designação, visto que se encontram numa situação que se (espera) temporária e por isso não fazia sentido a atribuição classificativa.

Na situação de manutenção da situação profissional foram considerados o que de facto exercem a mesma profissão no país de origem e no destino migratório, assim como aqueles que passaram a exercer funções relativamente homólogas às que já exerciam antes de terem efectuado a migração.

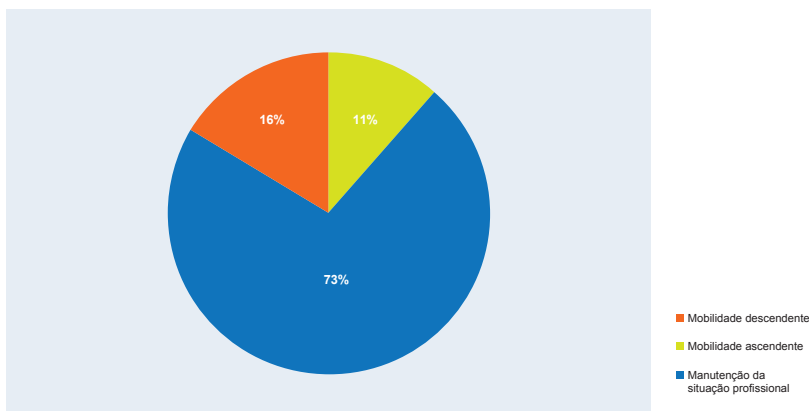


Gráfico 21. Mobilidade profissional dos inquiridos

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Ainda assim 16,4% dos activos da amostra referiram terem sido protagonistas de uma mobilidade descendente, sobretudo em casos de imigrantes de países da Europa de Leste e alguns latino-americanos aos quais não lhes foi dada equivalência do diploma obtido no país de origem.

Citando dois exemplos: aquando da realização do trabalho de campo, foi referenciado o caso de uma imigrante, no concelho de Campo Maior, que no seu país de origem – Ucrânia – era dentista, e agora é empregada doméstica, assim como de um radiologista que exercia a profissão no seu país de origem – Sahara Oriental – e que agora trabalha num lugar no município de Alburquerque como operário fabril. Estes são apenas exemplos que ocorrem em ambos os lados da fronteira, e de como o Estado e as entidades empregadoras estão a desperdiçar este valioso capital humano.

Em termos relativos, parece ter havido mais inquiridos a protagonizar situações de mobilidade ascendente em Portugal (15,3% dos activos com emprego) do que em Espanha (6,9% dos activos com emprego), o que pode estar relacionado com as limitações do mercado de trabalho ou para estabelecimento de negócio (conjunturalmente mais favoráveis em Portugal). Até mesmo porque o mercado de trabalho permite a manutenção da actividade profissional exercida no país de origem (o que acontece em 73,6% dos casos no território de estudo espanhol e 70,6%

dos casos no território de estudo português). A mobilidade descendente foi mais notada em Espanha (19,5% dos activos com emprego) do que em Portugal (14,1% dos activos com emprego), o que vem ao encontro do argumento apresentado.

Uma análise por grupos de imigrantes, permite destacar algumas situações a ter em atenção. O grupo asiático foi aquele em que a mobilidade profissional ascendente foi mais notada (chineses, indianos e bangladeshis). A maior parte destes efectivos era empregado por conta de outrem no país de origem, mantendo funções similares quando efectuaram a migração, mas actualmente são detentores de negócios próprios. Embora seja menos evidente na comunidade africana, evocam-se os magrebinos, sobretudo os marroquinos, com o mesmo trajecto profissional dos asiáticos, actuando agora na mesma área de negócio.

Por outro lado, encontram-se os originários de países da UE27, em especial ingleses, neerlandeses e alemães, que deixaram profissões, na maior parte dos casos liberais ou ligadas ao organismo estatal, e que agora se tornaram empresários. Enquanto nos casos anteriores os ganhos e a vontade de gerir um negócio próprio parecem ter sido os principais móveis desta aposta laboral, no caso destes últimos prevalece a segunda causa em prol da primeira, que é amplamente desvalorizada¹⁵⁴, a par da possibilidade de exercerem uma profissão com liberdade de horários e em contacto com a natureza.

Há que referir o facto de nalguns grupos não se ter encontrado um único caso de mobilidade profissional ascendente, o que aconteceu no grupo de imigrantes da América Central/Sul em Espanha e dos imigrantes europeus extra-UE27, facto generalizado nesta região da raia. Sobre o caso, urge chamar a atenção para as limitações da amostra e para o carácter indicativo deste estudo, porém deve-se ter em conta esta preposição, pois tais resultados podem indicar a vulnerabilidade de duas comunidades

¹⁵⁴Verificou-se que estes imigrantes têm fontes de rendimento extras (arrendamento de imóveis no país de origem, fundos financeiros, poupanças) e por isso a preocupação em ganhar muito dinheiro com o negócio coloca menos tensão na dinâmica laboral, torna-se menos importante.

que não manifestaram um dinamismo laboral semelhante às anteriores, onde o projecto migratório parece estar a ser realizado com sucesso.



Fotografia 4. Proprietário bangladeshi à porta da sua loja
(concelho de Elvas)
Elaboração própria (2008, 2011)

Cruzando esta informação com a análise já realizada em termos de habilitações literárias, destacam-se três tendências emergentes nas comunidades estrangeiras residentes no território em estudo:

a) A primeira indica que existe um grupo de imigrantes com capacidade de inovação e de investimento, mesmo que de forma limitada, mas cujos impactos no desenvolvimento regional são positivos, na medida em que geram riqueza tanto para os próprios (em termos de lucros), como para a população envolvente (consumo e venda de bens e serviços) e para o Estado a várias escalas (pagamento de impostos). Este dinamismo laboral estende-se a vários sectores económicos, desde a agricultura, pecuária,

comércio, turismo, restauração, serviços de saúde, entre outros. Nota-se que este contingente está inclusive a recuperar e a manter actividades que se encontram em declínio à escala regional (o caso da agricultura), assim como a dinamizar outros que agora adquirem uma nova imagem (o caso do comércio);

b) A segunda tendência relaciona-se com os imigrantes que mantêm a mesma situação laboral relativamente ao país de origem, o que pode corroborar os pressupostos da teoria neoclássica das migrações, que assenta no facto dos indivíduos realizarem a sua migração para locais onde haja maiores compensações em termos salariais. Neste caso, os dados indicam que perante a mesma tipologia de emprego/funções, os imigrantes auferem melhores salários nesta região onde residem/traballham, comparativamente ao que auferiam no país de origem;

c) A terceira diz respeito aos que não conseguiram manter a situação original, pelo que perpetraram uma mobilidade laboral descendente. Neste caso não se pode dizer que esta situação tenha sido involuntária, até porque mais adiante se entenderá que os imigrantes, mesmo não apreciando o emprego/funções que desempenham, se submeteram de livre vontade a tal situação com dois intuitos principais: o de ganhar dinheiro e poupar o suficiente, de forma a voltar para casa ao fim de um período determinado; o de esperar/criar oportunidade de conseguir um emprego mais estimulante do ponto de vista material (ao nível do salário) e imaterial (ao nível intelectual). Aliás, encontraram-se casos de indivíduos que se submeteram a este tipo de mobilidade laboral, sobretudo nas comunidades africana e latino-americana espanhola, que no país de origem têm pequenos comércios e que emigraram, estando agora numa situação subalterna, apenas com o objectivo de capitalizarem e expandirem o negócio que deixaram confiado a familiares no país de origem.

O estatuto social conferido pelo campo profissional, embora seja importante não parece ser decisivo para estes imigrantes inquiridos, tal como o poderá ser para os nativos, uma vez que a busca fundamental se centra em necessidades materiais (capital) e imateriais (estilo de vida mais ligado à natureza, em especial os *sun-seekers*). O campo profissio-

nal é entendido como um meio e não como um fim para se chegar ao objectivo que todos, sem excepção, procuram e referem directa ou indirectamente no questionário, mesmo que este seja entendido de forma diferente no cerne do grupo ou pelo próprio indivíduo: a melhoria da qualidade de vida.

Ainda no contexto desta questão, analisaram-se as profissões dos imigrantes no país de origem e no de destino, no sentido de melhor esclarecer a dinâmica da mobilidade laboral deste contingente. Encontram-se diferenças entre o território português e espanhol relativamente ao grupo dos africanos.

No primeiro, os indivíduos desempenham tendencialmente funções ligados aos serviços domésticos e de limpeza, à construção civil (servente) e a alguns serviços (balconista, vendedora, técnico de frio). No segundo também se encontram imigrantes com o mesmo tipo de profissões (trabalhador rural, pedreiro, operário fabril, prestadores de serviços domésticos e de limpeza, prestadores de cuidados a crianças e a idosos, ajudantes de cozinha), as quais requerem poucas habilitações literárias, ainda que haja um segmento estabelecido por conta-própria (comerciantes) e outro grupo de profissões com maior exigência académica (administrativo, operador de câmara, advogado, professor). De referir que foi incluído no estudo um grupo de mulheres ligada à prostituição, sendo que uma delas gere uma casa de alterne em Badajoz.

Comparando com as actividades profissionais desempenhadas no país de origem, estas apresentam-se na mesma linha, quer dizer, constata-se que a maior parte dos inquiridos tem a mesma profissão nos dois pólos migratórios, sobretudo os que se encontram ligados à agricultura (trabalhador rural, pastor) e à construção civil (pedreiro, servente). De ter em conta que os quadros qualificados manifestam uma dupla tendência, pois alguns conseguem manter a actividade (administrativo, advogado, professor) enquanto outros (radiologista, director de auto-escola) estão a trabalhar em funções indiferenciadas. Chama-se ainda a atenção para a diminuição do contingente de domésticas em ambos os países estudados, as quais passaram a desempenhar funções como empregadas domésticas, de limpeza ou cuidadoras de idosos/crianças quando chegaram a este

destino migratório, assim como a diminuição dos que referiram estar desempregados no país de origem. Aliás esta é uma tendência notória em todos os grupos de imigrantes, ou seja, nas mulheres inquiridas, há uma propensão para que esta opção tenda a dar lugar a uma ocupação profissional aquando da chegada ao destino migratório.

No grupo dos centro/sul-americanos em Espanha, confirma-se que a mobilidade profissional teve uma tendência descendente, pois há muitos imigrantes que desempenhavam funções qualificadas no país de origem (administrativo, rececionista, secretária, arquitecto, bancário, enfermeira, engenheiro agrónomo, jornalista, químico, polícia, professor, técnico agrícola), e que agora realizam tarefas indiferenciadas na área dos serviços domésticos, de limpeza, na prestação de cuidado a idosos. Refira-se que este é o sector de actividade onde é visível uma maior penetração de latino-americanos.



Fotografia 5. Associação de imigrantes “Todos Iguales, Todos Legales”
(comarca de Badajoz)
Elaboração própria (2011)

Aliás numa das associações¹⁵⁵ visitadas durante o trabalho de campo, onde existe em permanência uma bolsa de mão-de-obra constituída por

¹⁵⁵Associação de Imigrantes *Todos Iguales, Todos Legales*, constituída não só por estrangeiros como também por elementos da comunidade autóctone, com sede em Badajoz.

imigrantes, foi referido o facto de existir muita procura de mulheres latino-americanas para cuidar de idosos ou de crianças e para a execução de tarefas domésticas ou de limpeza. Esta motivação tem a ver com a partilha da língua espanhola, assim como pela ligação histórica e pela percepção positiva quanto a este grupo específico por parte dos nativos. Segundo estes, tais imigrantes terão mais capacidade de interpretar e resolver situações quotidianas ligadas à realidade doméstica espanhola. Além disso, também se encontram indivíduos que mantêm as profissões originais (vendedora, empregada de limpeza, de mesa, de serviço doméstico, cuidadora de crianças, balconista, embarcador, pedreiro, talhante, pintor de automóveis e de móveis, esteticista, ganadeiro, trabalhador rural). São poucas as profissões que exigem uma qualificação profissional mais específica (segurança, recepcionista, operador de telemarketing) ou até mesmo mais exigente (administrativo, animadora turística, engenheiro agrónomo)¹⁵⁶.

No caso português, a situação é um pouco diferente porque há uma maior capacidade de manutenção das funções profissionais. Este facto pode também estar relacionado com as necessidades laborais do território, face às habilitações oferecidas pelos imigrantes, onde se aplicam os princípios da Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado, a qual vem defender o pressuposto de que, de uma forma geral, os imigrantes quando chegam ao destino migratório, tendem a desempenhar funções laborais preteridas pelos autóctones. Isto significa que os trabalhos mais indiferenciados, com menores exigências académicas, mas também com menor retorno económico e social, tendem a ser realizados por imigrantes, enquanto que as funções que exigem mais qualificações académicas e profissionais, com mais valias em termos salariais e de estatuto social passam a ser desempenhados por nacionais.

Este é um princípio geral e que deve ser entendido com cautela, já que não se aplica a todas as situações. Por exemplo quando se trata de

¹⁵⁶Refira-se o caso pontual do único originário da Oceânia no estudo (Australiano), que reside em Alburquerque e que é bailarino, profissão que já exercia no país de origem e que agora continua a desempenhar em Espanha.

migrações de quadros altamente qualificados, que acompanham a deslocação/investimentos das empresas em que trabalham no país de origem para o exterior, tal pressuposto é refutado.



Fotografia 6. Restaurante chinês com proprietários e empregados dessa origem (comarca de Badajoz)
Elaboração própria (2011)

No entanto, no caso concreto em estudo, este princípio ajuda a explicar a tendência verificada no grupo da América Central/Sul, tanto em Portugal como em Espanha. No caso espanhol, embora haja quadros qualificados disponíveis, estes não encontram no mercado de trabalho funções compatíveis com as suas qualificações, daí que se submetam a realizar trabalhos onde não é exigida grande preparação académica de base, o que resulta numa tendência de mobilidade laboral descendente.

te. No caso português, o mercado de trabalho também não apresenta grandes oportunidades, porém os imigrantes também não têm grandes habilitações literárias, pelo que apresentam o perfil adequado à oferta laboral, que acaba por se manter nos dois pólos da migração (daí que encontremos balconista, ajudante de cabeleireira, empregada doméstica, de limpeza, de mesa, pedreiro, mecânico) ou então em profissões similares (além destas empregado de bar, sapateiro, caseiro, auxiliar de geriatria). No caso dos profissionais altamente qualificados, há a tendência para o estabelecimento de negócios por conta-própria (dentista), ou até mesmo de indivíduos com menores qualificações que conseguiram instalar-se por conta-própria no ramo dos cuidados de beleza (cabeleireira) ou conseguir uma melhor posição (administrativa). Significa que no caso de estudo, para ambos os países, o mercado de trabalho tende a abrir-se para os imigrantes, oferecendo geralmente funções pouco qualificadas que são aceites e desempenhadas, independentemente das habilitações literárias deste contingente não se adequarem, estando por isso a ser desperdiçado este valioso capital humano.

No caso do grupo asiático, verifica-se uma tendência muito interessante. No país de origem, a maior parte deste indivíduos trabalhava na situação de empregado (sobretudo empregado de mesa, balconista, camionista, chefe de cozinha, operário fabril), embora houvesse também pequenos comerciantes com negócios próprios. Porém, a fixação neste território permitiu-lhes investir por conta-própria no sector comercial, e mesmo aqueles que trabalham por conta de outrem¹⁵⁷ (balconista, empregado de mesa) manifestaram interesse em poupar para juntar capital suficiente que, mais tarde, lhes possibilite abrir a sua própria loja. Este contingente, a par dos originários de países da UE, parecem ser aqueles onde a propensão para o investimento é maior, sendo que este grupo em especial está mais vocacionado para o comércio a retalho enquanto que os segundos se sentem mais vocacionados para os serviços.

¹⁵⁷Exceptuando o caso do inquirido com a profissão de pedreiro (indiano).

No caso dos imigrantes europeus, o processo de mobilidade profissional tem um ponto de partida comum, que a determinado momento do processo migratório se bifurca, dando origem a duas situações distintas.

Numa fase inicial os imigrantes originários do continente europeu são altamente qualificados, onde o grau académico médio mais baixo se encontra ao nível do ensino secundário. Isto significa que os menos qualificados completaram este nível, assim como há quem tenha concluído cursos no ensino pós-secundário não superior (mas com especialização tecnológica). Os restantes apresentam formação no ensino superior, sendo que as profissões observadas nos países de origem correspondem à formação académica que realizaram (alguns exemplos: advogado, comissário de bordo, contabilista, dentista, enfermeiro, professor, consultor jurídico, designer, economista, educadora de infância, engenheiro agrónomo, engenheiro electrotécnico, engenheiro mecânico, engenheiro civil, funcionário da administração pública, funcionário das finanças, investigador, médico, ourives, pintor (arte), terapeuta, terapeuta da fala, etc.). Encontram-se algumas profissões que exigem menos qualificações (por exemplo condutor, empregada doméstica, operário fabril, pedreiro, segurança, serralheiro mecânico, tractorista, ama, balconista, guarda florestal, mecânico, etc). Mesmo assim estes indivíduos possuem (pelo menos) formação ao nível do ensino secundário. Refira-se que se encontram inclusive trabalhadores por conta-própria como empresários (por exemplo agricultor-criador de gado, comerciante de uma *delicatesse*, construtor civil, empresário de software, etc.) e outras “profissões” mais específicas (atleta de alta competição-atletismo, missionário)¹⁵⁸.

A chegada deste grupo ao território em estudo, quer no caso de Portugal, quer no caso de Espanha, ditou comportamentos diferentes no campo profissional. Por um lado o grupo da UE tendeu a investir em negócios por conta-própria, e mesmo não mantendo as funções desempenhadas nas profissões que tinham no país de origem, tornaram viável a constituição de um negócio que os veio colocar no patamar de empresários (como agricultores, criadores de gado, agentes de turismo,

¹⁵⁸Estes dois casos são de indivíduos que pertencem ao grupo da UE27.

restauração-cozinheira, artesã, etc). Por outro, há casos em que mantiveram a mesma profissão (médico, educadora de infância, empresário de software, engenheiro agrônomo etc.), ou passaram a desempenhar funções ligeiramente diferentes, mas com o mesmo nível de exigência académica (técnico de ambiente, técnico desportivo, tradutora).

Ainda neste grupo há um contingente a ter em conta, nomeadamente de nacionalidade romena e búlgara, onde a manutenção da actividade profissional foi mais difícil, senão mesmo impossível. Em território português esta condição foi a norma, o que quer dizer que embora alguns indivíduos tivessem mantidos os mesmos níveis profissionais (caso de um pedreiro e de um operário fabril que passou a trabalhador rural), houve outros com formação académica superior que passaram a realizar funções indiferenciadas (casos de engenheiros civis que passaram a trabalhar como pedreiros ou trabalhadores rurais, e caso de educadora de infância que passou a cuidadora de idosos). Em Espanha a tendência é diferente, ou seja, o contingente presente é sobretudo romeno, com baixas qualificações profissionais, que já eram trabalhadores rurais no país de origem e que agora o continuam a ser em explorações agrícolas espanholas.

Quando analisada a situação do grupo originário de países extra-UE27, apreende-se outra realidade, mais similar ao que se passa com este último sub-grupo da UE27. Neste caso ocorre a manutenção de situações profissionais que exigem menos qualificações académicas (tractorista, operário fabril, serralheiro mecânico, pedreiro, etc), passando-se a engrossar não só os contingentes referentes a estas profissões, como também a desempenhar outro tipo de funções com pouca exigência escolar (balconista, cozinheira, ajudante de cabeleireira, cuidadora de idosos, empregada doméstica, de mesa, trabalhador rural, pintor da construção civil, etc.).

Esta situação conduz a uma possível explicação, pois é curioso o facto de, perante um capital humano com formação académica semelhante, com funções profissionais similares, haver uma adaptação tão diversificada no campo laboral ao nível do emprego. Poderia levantar-se a questão da atribuição de equivalências, porém este processo ainda é complexo e moroso para qualquer uma das nacionalidades estrangeiras

envolvidas neste contexto. Neste sentido, a justificação parece residir no facto de o contingente originário da UE27 (exceptuando os romenos e búlgaros), diga-se os *sun-seekers*, disporem de capital financeiro próprio para investir, além de possuírem formas de sustento complementares, como já foi referido, que vão ajudar a colmatar eventuais períodos de baixos ganhos. Além disso, como se terá oportunidade de discutir mais adiante, as motivações destes indivíduos centram-se ao nível imaterial, daí a natureza da sua migração e o seu peculiar percurso profissional. No contingente originário de países europeus extra-UE27 a ideia inicial ainda é poupar para a aquisição de bens (por exemplo uma casa no país de origem), para ajudar familiares (por exemplo pais e filhos que ficaram no país de origem), pelo que se entende que o enfoque da migração é acima de tudo ao nível material¹⁵⁹.

Além disso a migração do primeiro grupo ocorre numa fase diferente da vida, em que as carreiras profissionais estão no auge ou estão mesmo a terminar e portanto em idades mais avançadas, enquanto que estes últimos migram numa fase mais inicial da carreira, ou seja, em idades mais jovens que os primeiros.

Em termos gerais, e sistematizando as informações, pode-se dizer que os sub-sectores de actividade onde há um maior número de trabalhadores imigrantes nas comarcas e nos concelhos em estudo é o dos serviços, seguido dos serviços domésticos (especialmente no sexo feminino), a agricultura, a construção civil, o serviço público¹⁶⁰ e por fim a indústria.

¹⁵⁹Pode-se considerar também necessidades imateriais, como é o caso da educação dos filhos, embora este ponto seja mais discutível.

¹⁶⁰Neste sector de ligação ao Estado, trabalham essencialmente profissionais da área da saúde (médicos espanhóis no território de estudo português e um argelino no território de estudo espanhol), do ensino (duas educadoras de infância no território de estudo português; uma professora portuguesa e um professor de desenho maliano no território de estudo espanhol) e de outras áreas (uma varredora camarária angolana no território de estudo português; duas cuidadoras de idosos – uma egípcia e uma nigerense – e uma engenheira agrónoma chilena no território de estudo espanhol).

Os “Serviços” referem-se aos imigrantes que trabalham no sector privado; o Serviço doméstico aos que trabalham também no sector privado (empresas ou casas particulares).

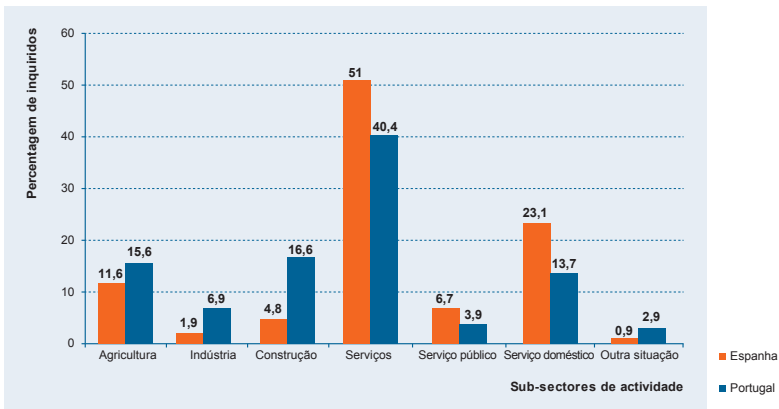


Gráfico 22. Sector de actividade em que trabalham os imigrantes inquiridos

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Em termos territoriais notam-se diferenças, pois embora o sub-sector onde trabalham mais imigrantes em ambos os países seja o dos serviços, em Portugal o segundo com mais importância é o da construção civil, seguido da agricultura e dos serviços domésticos. Em Espanha os serviços domésticos assumem grande importância seguidos da agricultura e do serviço público. Por fim em Portugal a indústria e o serviço público são as áreas onde se verifica uma menor empregabilidade dos inquiridos, enquanto que em Espanha a construção civil e a indústria assumem as posições derradeiras. Esta tendência é sentida na análise por sexo, já que no território espanhol de estudo os imigrantes do sexo masculino concentram a sua actividade laboral nos serviços e na agricultura, enquanto que em Portugal este hiato é mais pequeno, pois os inquiridos demonstraram uma distribuição mais equitativa entre o sub-sector dos serviços e da construção civil. No caso do sexo feminino a disposição é a mesma em ambos os países, dominando os serviços domésticos, embora no caso espanhol a apetência para este último campo seja mais evidente.

Em termos de grupos pode-se corroborar uma concentração evidente no sub-sector dos serviços, o que é visível nos originários da Ásia, de África em Espanha, porém os originários do Centro/Sul da América já se distribuem entre esta área e os serviços domésticos, com predominância

do sexo feminino. Pelo contrário, os africanos em Portugal concentram-se sobretudo na construção civil, enquanto os sul-americanos seguem a mesma tendência que em Espanha. De realçar que os nacionais do continente europeu (intra e extra-UE) são os que revelam mais equilíbrio em termos de distribuição por sub-sectoros de actividade, embora nos primeiros o peso da agricultura e dos serviços (associados ao turismo) seja um pouco mais relevante, enquanto que nos segundos sobressaia o peso da construção civil.

Desta análise pode-se concluir que tal situação é influenciada: por um lado pela própria conjuntura do mercado de trabalho, que define as necessidades e o próprio lugar do imigrante na sua estrutura; por outro a própria propensão do migrante para investir, procurando actividades e nichos de mercado conforme os recursos específicos deste território.

Neste contexto, procurou-se saber se os imigrantes inquiridos gostam da profissão que desempenham na actualidade, com o objectivo de se averiguar a dinâmica das relações humanas e territoriais. Pensou-se que esta seria uma questão que ajudaria a dar a conhecer um aspecto relevante no grau de satisfação da migração, situação que pode eventualmente condicionar a permanência neste território.

Da totalidade dos inquiridos que na altura de aplicação do questionário desempenhavam uma profissão (e estavam empregados), 69,8% revelaram que gostavam do trabalho que faziam. Tanto na área de estudo portuguesa como na espanhola, foram os originários da UE27 que responderam positivamente e de forma mais espontânea a esta questão, assim como os asiáticos. De notar que são estes os grupos de empreendedores, os que gerem negócios por conta-própria, o que para eles é uma fonte de satisfação laboral, visto que ganharam liberdade em termos de decisão (de horários de trabalho, de estratégias de negócio, etc.). Também nas comarcas espanholas em estudo, o grupo dos africanos ganha destaque neste caso, referindo-se ao trabalho de forma muito positiva, em especial no caso dos marroquinos, onde existem investidores em comércios próprios. Perante estas constatações e face a outras já efectuadas, o facto de se ser “patrão de si mesmo” é uma mais valia nesta região da raia, tanto para os autóctones, como para os próprios estrangeiros.

De qualquer forma, o grau de satisfação é positivo praticamente em todos os grupos de imigrantes¹⁶¹.

1º	Sentimento de realização profissional
2º	Bom ambiente de trabalho
3º	Possibilidade de se trabalhar e residir no mesmo concelho/município
4º	Estão assegurados os direitos fundamentais de trabalho
5º	Boa remuneração
6º	Sentimento de contributo para o desenvolvimento regional
7º	Desempenho de um trabalho socialmente reconhecido
	Sentimento de estar a cumprir a vocação
8º	Estão asseguradas as condições de segurança
9º	Possibilidade de contacto com a natureza
10º	Outros motivos

Quadro 8. Motivos pelos quais os imigrantes inquiridos gostam da profissão que desempenham

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Da observação destas respostas, evidenciam-se três ordens de motivos. A primeira diz respeito a questões de índole pessoal, do íntimo do próprio indivíduo, relacionadas com as suas escolhas e com as suas aspirações vocacionais, daí a referência à “realização profissional”, à vocação”, até mesmo ao “reconhecimento social”, mesmo que seja relativo.

Repare-se que o segundo motivo apontado para se gostar da profissão desempenhada na actualidade é o “bom ambiente de trabalho”. À primeira vista esta afirmação pode ser demasiado vaga, daí a necessidade de definir o que se entende por “bom ambiente”. Há respostas que vêm complementar esta ideia, dando-lhe sentido, além do facto de, aquando

¹⁶¹Nos outros motivos foram referidos: possibilidade de conhecer outras pessoas estrangeiras (cozinheira e dona de restaurante – neerlandesa a residir e trabalhar na freguesia de São João Baptista, concelho de Castelo de Vide, Portugal); possibilidade de fazer o que se quer quando se apetece; desempenho de uma profissão romântica (pintor – inglês a residir e trabalhar na freguesia de Alegrete, concelho de Portalegre, Portugal); porque não requer grandes investimentos monetários (informático – inglês a residir e a trabalhar no município de Alburquerque, comarca de Alburquerque, Espanha); porque gosta do contacto com as pessoas e isso permite melhorar o idioma (balconista numa livraria – brasileira a residir e a trabalhar no município de Alburquerque, comarca de Alburquerque); porque lhe permite viajar com facilidade, dado a proximidade do aeroporto de Badajoz (bailarino – australiano a residir no município de Alburquerque, comarca de Alburquerque).

da resposta ao questionário, muitos dos inquiridos terem acrescentado mais informações. Esse “bom ambiente” refere-se não só às condições de trabalho em termos formais (quando são referidos que estão assegurados os “direitos fundamentais”, ou então, em tom mais específico as “condições de segurança no trabalho”, a “boa remuneração”), e informais, que se materializa na relação com os colegas (estrangeiros e autóctones) e com a entidade empregadora, os quais desenvolvem um contexto de trabalho cordial e de entreaajuda.

A migração implica sempre um corte, uma ruptura. Eduardo LOURENÇO (1988: 7) defende este pressuposto quando refere que não há emigrações felizes, embora as consequências o possam ser, sendo sempre com ruptura que a emigração começa, mesmo vivida como inelutável, e é como doloroso processo de adaptação que se continua. Isto significa que, mesmo tendo em conta os princípios da Teoria das Redes Sociais, ou seja, o auxílio ao processo migratório ao migrante por parte de amigos/familiares já estabelecidos no país de destino, o indivíduo tende a sentir-se fragilizado num primeiro momento porque não está no seu meio habitual, porque ainda não apreendeu, interpretou e compreendeu todas as regras de funcionamento do território de chegada. Tendo em conta esta ideia, facilmente se entende que uma boa integração no mercado de trabalho, coadjuvado até pelos autóctones, é sem dúvida um factor de satisfação para o imigrante, assim como indica a própria dinâmica do território migratório, o qual revela à partida vocação para a recepção destes estrangeiros, não esquecendo porém que há problemas patentes de exploração laboral que decorreram e decorrem nesta região¹⁶².

A relação do imigrante com o território assume-se como um ponto importante porque se refere à própria conexão material que o indivíduo estabelece com o lugar onde vive. Veja-se que em termos hierárquicos,

¹⁶²Na realização do trabalho de campo, foram relatadas situações de exploração laboral que ocorreram mas que já estão resolvidas, assim como detectados casos onde esta situação era evidente. Um desses exemplos ocorreu no concelho de Monforte, em Portugal, tendo-se tentado contactar com esses imigrantes o que não foi possível. Por questões relacionadas com o pedido de anonimato dos imigrantes e também para preservar a segurança da investigação, esse campo não foi explorado em termos académicos como seria desejável.

o facto de se residir e trabalhar no mesmo concelho é visto como o terceiro motivo que explica o gosto pela profissão actual. É que 90,7% destes inquiridos reside no mesmo concelho onde trabalha, sendo que 5,9% trabalha no mesmo distrito/comarca em que reside. Isto significa que as deslocações não são muito longas em termos de distância, tempo e custo. Em termos territoriais, 87,4% dos inquiridos em Espanha vivem no mesmo município em que trabalham, 5,8% trabalha noutra município na comarca onde reside e 5,8% referiu trabalhar em vários sítios, o que pode implicar uma deslocação extra-provincial até. Este facto foi referido em especial pelos romenos que trabalham no sector da agricultura, e que “seguem” o próprio trabalho. Cáceres, Múrcia e até Valência são algumas das regiões onde referiram trabalhar, no entanto voltando sempre à sua residência fixa da cidade onde vivem – Badajoz.

No território de estudo português esta questão é ainda mais marcada, uma vez que 94,1% dos inquiridos activos (empregados) referiram trabalhar e residir no mesmo concelho. Apenas 5,9% trabalham noutra concelho do distrito em que residem.

Para este contingente viver e trabalhar no mesmo concelho/município, por vezes na mesma cidade/povoação, ou tendo de percorrer distâncias muito curtas (por exemplo, o caso dos trabalhadores da construção civil que vão trabalhando em obras que se localizam em sítios diferentes, porém na mesma região) é uma vantagem considerável, já que têm custos de deslocação mais reduzidos, assim como mais tempo para se poderem dedicar a actividades pontuais (pequenos biscates), fazer horas extraordinárias, e passar mais tempo com a família. Nota-se que este factor tem sido decisivo para a fixação da população estrangeira na área de estudo, pois muitos referem que mesmo ganhando menos do que poderiam auferir numa grande cidade como Lisboa, Porto, Madrid ou Barcelona, em termos finais os rendimentos acabam por ser semelhantes. Esta dinâmica territorial específica da região permite-lhes fazer algumas poupanças.

Há outro ponto importante que se refere ao contacto com a natureza. Este aspecto foi enfatizado pelo grupo dos imigrantes originários da UE27, onde as actividades laborais desempenhadas muito têm a

ver com o factor ambiental – agricultura e turismo. Aqui a natureza é entendida como um recurso endógeno particular desta região da raia peninsular, que imprime um toque único a este espaço, e que é entendida por estes inquiridos como uma mais-valia territorial a explorar, de forma sustentável.



Fotografia 7. Imigrante alemão, na sua quinta, cujo estilo de vida “alternativo” se baseia no contacto com a natureza (concelho de Marvão)
Elaboração própria (2011)

Ainda neste item, foi referido o facto de sentirem que estão a contribuir para o desenvolvimento regional. Ora este contributo é entendido em termos de cooperação, isto é, o investimento realizado, seja porque se estabeleceu um negócio e se disponibilizaram novos/renovados produtos/serviços, seja porque se trabalha por conta de outrem mas se contribui com o aumento da produtividade sectorial em termos quantitativos e qualitativos, é vantajoso para ambas as partes – nativos e estrangeiros. Há uma revitalização regional, uma promoção do desenvolvimento territorial porque se revitalizam sectores como a agricultura, se estimula o turismo e actividades conexas (restauração, artesanato), se contribui para suprir lacunas de trabalho na construção civil, nos serviços de limpeza, no cuidado a crianças e idosos, entre outros. Beneficia o autóctone

porque dispõe destes bens/serviços, beneficia o imigrante porque tem o retorno material (ganhos salariais/lucros) e imaterial (dá a conhecer uma imagem positiva dos cidadãos nacionais, que são trabalhadores e investem “na terra”).

No entanto há a considerar que 30,2% dos respondentes que estavam a trabalhar na altura da aplicação do inquérito, revelaram não gostar da profissão que desempenhavam, justificando a posição¹⁶³.

1º	Sensação de não estar realizado do ponto de vista profissional
2º	Execução de um trabalho pouco reconhecido do ponto de vista social
	Parca remuneração
3º	Pretensão em ter outra profissão/desadequação profissional
4º	Mau ambiente de trabalho
	Ausência de contrato de trabalho
5º	Ausência de condições de higiene no trabalho
	Outros motivos
6º	Grande distância entre o local de trabalho e o de residência
	Ausência de condições de segurança no trabalho

Quadro 9. Motivos pelos quais os imigrantes inquiridos não gostam da profissão que desempenham

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Como se pode observar, também aqui estão patentes as mesmas três ordens de motivos já referidas, agora com um sentido inverso.

Os três primeiros pontos são especialmente indicados pelos imigrantes com elevadas qualificações académicas e que agora estão a desempenhar profissões desadequadas, cumprindo funções desajustadas e indiferenciadas, o que interfere na auto-estima, pois realizam um trabalho que consideram pouco reconhecido do ponto de vista social. Não porque efectivamente o possa ser, mas antes porque se prepararam para assumir funções completamente diferentes, com um maior grau de exigência intelectual, e desmotiva-os o facto de não estarem a utilizar as competências e conhecimentos adquiridos. Isto acontece em especial nos europeus

¹⁶³Tarefas muito pesadas (referido por imigrantes na comarca de Badajoz).

originários de países extra-UE27, como já foi discutido, assim como com alguns africanos e centro-sul americanos, sobretudo em Espanha.

Todavia, o grupo que mais se lamenta das condições de trabalho é o das mulheres latino-americanas (empregadas domésticas) na comarca de Badajoz. Muitas delas não têm um contrato de trabalho formal e consideram demasiado pesadas as tarefas que desempenham, o que estimula o mau ambiente de trabalho. Neste contingente o descontentamento é notório, assim como nos trabalhadores romenos residentes em Espanha, que além de indicarem as mesmas razões, acrescentam a falta de higiene e segurança no trabalho. Ainda reconhecem que a distância entre a residência e o local de trabalho, como já foi abordado, é encarada como um impedimento a que se estabeleça uma percepção positiva da profissão desempenhada.

Estes factores foram determinantes para se estabelecer uma diferenciação regional no estudo, já que 30,7% dos inquiridos no território espanhol afirmaram gostar da profissão que desempenham, valor esse que aumenta para 39,1% no caso português. Dos que referiram não gostar da profissão actual, 19,7% fê-lo em território espanhol, enquanto que 10,7% fê-lo em território português.

Não se notam grandes diferenças à escala local, ou seja, os imigrantes que residem em freguesias ou na comarca rural (Albuquerque), assim como os que moram nas sedes de freguesia ou nas cidades incluídas no estudo. Refira-se apenas que na cidade de Badajoz houve um maior número de respostas de carácter negativo, não pela cidade em si (por exemplo, em termos de confrontos/competição com a população autóctone, exclusão social e laboral, etc), mas por situações pontuais, nomeadamente o facto da residência ser nesse mesmo espaço urbano (no caso dos romenos os indicadores negativos referem-se às condições de trabalho e não ao território em si) ou pela actividade laboral aí se desenrolar (no caso das latino-americanas que realizam serviços domésticos, de limpeza, cuidado a idosos ou a crianças, cujas casas dos patrões/patroas se localizam na própria cidade).

A forma como estes imigrantes encontraram o emprego é variável: 36,6% refere que foram auxiliados nesta tarefa por membros da família e amigos do país de origem, o que vem reforçar a aplicação dos pressupostos da

Teoria das Redes Sociais ao estudo de caso em análise; 21,5% assumiram o papel dos amigos/conhecidos portugueses/espanhóis, o que deixa antever uma relação de carácter positivo com a comunidade autóctone; 16,6% referiu que o emprego foi fruto da iniciativa do próprio, de ideias construídas e amadurecidas ao longo da construção do projecto migratório, tendência esta que domina no grupo de inquiridos que revelou ter negócios por conta-própria; um outro grupo afirma que a obtenção foi feita com base em contactos directos com patrões portugueses/espanhóis (13,2%) ou com empregadores do país de origem (3,2%), o que sugere um processo de recrutamento dirigido em especial para trabalhadores estrangeiros; um outro grupo indica que o emprego foi obtido através de uma candidatura espontânea pelo envio do currículo vitae (2,1%), por resposta a anúncio de jornal/internet (1,8%) ou através do centro de emprego (1,8%)¹⁶⁴.

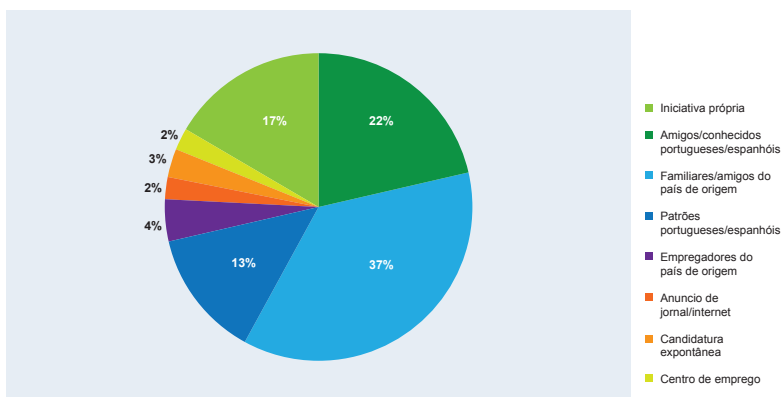


Gráfico 23. Forma de obtenção do emprego

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Uma análise por grupos permite identificar que em todos eles prevalece a forma de obtenção de emprego através de familiares/amigos do país de

¹⁶⁴Ainda existem casos pontuais cuja obtenção do emprego, referem, foi feita por concurso do Estado (caso de um imigrante de dupla nacionalidade a residir em Badajoz), por intercâmbio entre serviços universitários, através de um advogado especializado (que aconteceu em vários casos da comunidade brasileira), ou através de ONG (Organizações Não Governamentais) e associações de desenvolvimento local (o caso da *Tégua* na cidade de Portalegre, em Portugal, e da *Todos Iguales, Todos Legales* na cidade de Badajoz, em Espanha).

origem, tendência essa já referida, porém há ligeiras diferenciações ao nível territorial. No caso dos africanos, os amigos espanhóis e o contacto directo com os empregadores do país de chegada também assumem um papel importante. Já com os centro/sul-americanos o papel dos conterrâneos destaca-se de forma mais evidente dos outros grupos de imigrantes, o que, numa leitura imediata pode levar a que se anteveja neste grupo uma tendência para o isolamento face à população nativa e até aos outros imigrantes¹⁶⁵. No grupo dos europeus prevalece a tendência geral já indicada, embora nos originários de países extra-UE27 alguns tenham referido que este processo tinha resultado de uma iniciativa própria.

Em Portugal o papel dos familiares/amigos do país de origem dos imigrantes perde preponderância, embora no grupo dos asiáticos esta tendência permaneça, em prol do auxílio dado pelos amigos/conhecidos portugueses, que é mais frequente do que no território espanhol em estudo, como foi referido pelos inquiridos. No caso dos africanos ganha importância o papel dos amigos portugueses, assim como dos empregadores desta nacionalidade, o que pode ser explicada pela permanência há mais tempo destes imigrantes no território em estudo.

Destaque-se que os imigrantes de origem extra-UE27 têm a sua busca de emprego relacionada com a procura por parte de patrões portugueses, o que acontece também com os imigrantes de países da UE27, em especial búlgaros e romenos, fruto da imagem positiva que detêm junto ao patronato português desta região, que os entendem como indivíduos trabalhadores e que por isso têm tendência a apresentar níveis de produtividade muito satisfatórios.

Nos *sun-seekers* prevalece porém a iniciativa própria, aqui entendida num limiar mais restrito. De uma forma lata, pode-se considerar que todos estes processos se tratam de iniciativas próprias, uma vez que o imigrante é o impulsionador primeiro da sua migração, pois mesmo que seja influenciado por factores externos (por exemplo, pela cultura migratória do local de origem, pelos exemplos positivos dos que emigraram, etc.). É ele que

¹⁶⁵Esta possibilidade vai ser discutida mais adiante, quando se abordar a questão da integração e interacção regional.

tem o poder de decidir, até mesmo que isso implique um aval familiar/comunitário. Neste caso, o que se admite é que é o próprio imigrante que estrutura o seu projecto de emprego, encontrando pontos de contacto e estratégias para concretizar as suas ideias sem ajuda directa de agentes externos (amigos do país de origem, empregadores do país de chegada, etc.).

As diferentes propensões identificadas nos grupos reflectem a própria dinâmica interna, a sua relação com o mercado de trabalho, com a população nativa e os compatriotas, a qual se revelou bastante forte e ainda numa relação de complementaridade. De qualquer forma, não se deve descurar por um lado o papel do território receptor, onde os diversos intervenientes auxiliam no processo, desde os amigos/conhecidos até aos patrões do país de chegada, e por outro a própria iniciativa individual do imigrante, quando lidera o processo de procura de emprego sozinho, revelando uma relação de índole positiva com a sociedade receptora que aceita e integra estes estrangeiros no mercado de trabalho, considerados como uma mais-valia.

As questões até aqui abordadas tiveram como principal objectivo o de dar a conhecer a realidade laboral dos imigrantes que residem e trabalham na área em estudo. porém, anexa a esta realidade, urge questionar este grupo sobre a possibilidade de estenderem o seu período de trabalho mais do que o estabelecido por lei, além de se tentar perscrutar o problema do desemprego.

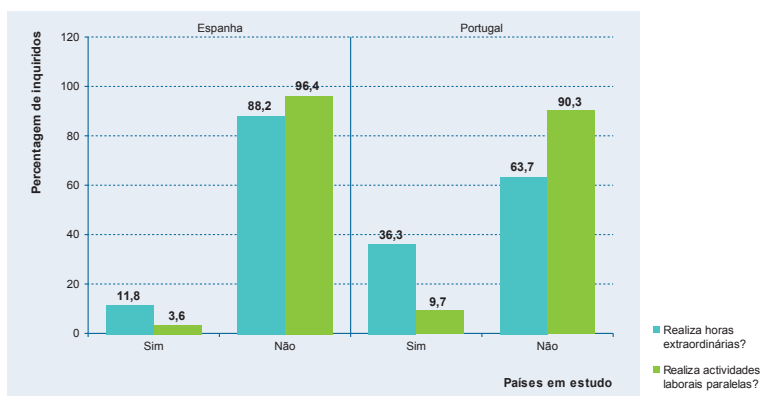


Gráfico 24. Realização de horas extraordinárias e actividades paralelas
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

No que diz respeito à realização de horas extraordinárias, do contingente que referiu estar empregado, 24,4% assumiu que fazia, em contraposição a 75,5% que afirmou laborar apenas o horário estipulado por lei. Dos que trabalham além do horário estipulado, 68% fazem 1-2 horas diárias a mais, enquanto 23% fazem entre 3-4 horas diárias. Uma análise geográfica por área de actividade, permite perceber que os imigrantes a residir no território de estudo português referiram fazer mais horas extraordinárias (36,3% dos inquiridos) do que os espanhóis (11,8% dos inquiridos), sendo que neste país foi nos trabalhadores dos serviços que mais se confirmou esta situação. Em Portugal tal aconteceu também nos serviços, assim como na construção civil¹⁶⁶. Não se encontrou nenhuma explicação específica para estas diferenciações, que parecem ser conjunturais, fenómeno que se verificou transversal a todos os grupos de imigrantes.

A par desta questão, tentou-se perceber se estes imigrantes exerceriam uma actividade paralela, pelo que a grande maioria afirmou que não, nomeadamente 96,4% em território espanhol e 90,3% em território português. Dos que afirmaram desenvolver actividades paralelas (3,6% em território espanhol e 9,7% em território português) destacou-se na primeira região o grupo dos africanos, seguido dos centro/sul-americanos, ambos a trabalharem no sector dos serviços, que conciliavam as suas profissões com actividades similares. Foram exemplo casos de empregadas domésticas ou de limpeza que depois do horário de trabalho tomavam conta de crianças; de outra empregada de limpeza com formação superior que colaborava com organismos vários a aplicar questionários (por inquérito) a diversas populações-alvo; de um médico e de um professor de desenho que depois do expediente leccionavam aulas de música, na cidade de Badajoz. Também imigrantes originários de países da UE27: um professor de arquitectura que nos tempos livres realizava projectos de habitações, no município de Alburquerque.

¹⁶⁶Em contraposição 88,2% dos inquiridos em território espanhol (a trabalhar) referiu não fazer horas extraordinárias; 63,7% dos inquiridos em território português, que deu a mesma resposta.

Em Portugal foram encontrados casos similares no grupo dos asiáticos, destacando-se um casal, no município de Arronches, que gere uma loja e um café em paralelo, onde os membros estão responsáveis cada um por seu negócio, “trocando” ajuda sempre que necessário. Nos originários de países da UE27, muitos dos *sun-seekers* que se dedicam à agricultura, têm actividades paralelas de criação de gado ovino e vice-versa, ou que se dedicam ao turismo e também praticam paralelamente agricultura.

Em suma, são evidentes dois fenómenos:

a) Existem poucos inquiridos a realizar horas extra ou a realizar actividades paralelas. Pelo trabalho de campo percebeu-se que aqueles que têm uma actividade paralela o fazem, na maior parte dos casos, por uma questão de gosto. Por exemplo, o caso da agricultura como complemento, a actividade é encarada do ponto de vista da auto-suficiência e da obtenção de produtos “mais saudáveis” (agricultura biológica). Também as aulas de música são a forma de materializar uma vocação paralela à exercida através da profissão principal.

No caso da realização de horas extraordinárias, estes dizem respeito a imigrantes que pretendem auferir de um rendimento mensal superior, quer para suprir as despesas do dia-a-dia, mas acima de tudo para poupar.

b) Existem muitos indivíduos que se restringem ao horário de trabalho. Neste ponto pode-se questionar se não teria havido um certo pudor por parte dos inquiridos em responder com verdade a esta pergunta. É certo que nalguns casos foi isso que aconteceu, pois houve quem tivesse evitado relatar que estaria, de forma “ilegal”, a fazer horas extraordinárias ou a exercer uma actividade paralela.

A observação de campo efectuada permite perceber que estes imigrantes dedicam o tempo de que dispõem ao agregado. Esta atitude poderá, à primeira vista, corroborar o facto de alguns inquiridos, na questão colocada sobre o facto de gostarem ou não da profissão que estavam a exercer, terem revelado que sim porque se consideravam bem remunerados. Porém não parece ser isso que acontece. A hipótese mais viável, além da premissa já considerada da “verdade parcial” na apresentação da resposta, está relacionada com a própria segurança ontológica (VELEZ

DE CASTRO, 2008: 28), isto é, a construção do equilíbrio físico e mental do próprio imigrante vai ser baseado na relativa segurança em termos materiais (económicos e laborais), assim como no investimento em termos imateriais (apoio familiar, apoio de outros imigrantes da mesma nacionalidade e de nativos), aspectos que o vão fazer sentir seguro e integrado no território de destino migratório.



Fotografia 8. Imigrante brasileira desempregada, que no país de origem era secretária e árbitro de futebol (concelho de Portalegre)
Elaboração própria (2011)

Foi também analisada a questão do desemprego, sendo a taxa de 12%¹⁶⁷. Atente-se que em termos geográficos, o fenómeno é relativamente similar em ambos os países em estudo. Em termos globais¹⁶⁸, nas

¹⁶⁷ Foram 27 os imigrantes que referiram estar desempregados – 15 residentes em Espanha (9 mulheres e 7 homens) e 12 residentes em Portugal (4 mulheres e 8 homens).

¹⁶⁸ Tendo em conta apenas os 27 imigrantes inquiridos que referiram estar desempregados.

comarcas espanholas em estudo os níveis de desemprego sejam mais elevados (55,6%) do que nos concelhos portugueses (44,4%). Em ambos os casos, há uma maior prevalência dos níveis de desemprego nas sedes de freguesia ou nas cidades, do que nas freguesias/comarcas rurais ¹⁶⁹, em especial no caso português. Este facto pode estar relacionado com a concentração dos imigrantes nos espaços urbanos (cidades de Badajoz, Portalegre e Elvas), assim como nas sedes de concelho, o que conduz a uma maior pressão no próprio emprego imigrante, daí a maior prevalência destes casos.

Uma análise por sexo permite perceber que há diferenças territoriais marcantes, isto é, no território de estudo espanhol, 53,3% dos desempregados são do sexo feminino, em contraposição a 46,7% do sexo masculino. Já no caso português verifica-se o inverso, sendo o contingente desempregado do sexo masculino mais elevado (66,7%), do que o do feminino (33,3%). Mais uma vez se pode atribuir este fenómeno a uma circunstância meramente conjuntural, ou então pode estar relacionado com a própria ofertas de emprego do mercado laboral à escala regional, onde haja mais serviços destinados ao contingente feminino (por exemplo o caso dos serviços domésticos, apoio a idosos, etc.). Além disso refira-se que no caso português se observou a existência de muitas mulheres empreendedoras, sobretudo no grupo de originários de países da EU (referente a *sun-seekers*) e no asiático (no ramo do comércio, turismo, artesanato, agricultura, restauração, saúde, etc), o que ajuda à partida a diminuir os valores de desemprego deste género. Tendo em conta todos os indivíduos activos da amostra, também se observou que 39,4% estavam ou já tinham estado desempregados desde que entraram em Espanha/Portugal. Para 60,6% tal não tinha acontecido. Dos que referiram estar ou já ter estado

¹⁶⁹No território espanhol em estudo 55,5% dos inquiridos que procuram emprego activamente fazem-no no espaço urbano (cidade de Badajoz), enquanto que 44,4% o fazem em espaço rural (comarca de Alburquerque). Esse número aumenta de forma considerável quando são indivíduos que o fazem de forma esporádica, sendo que 83,3% reside na área urbana e 16,7% na área rural já referidas. No território português em estudo, e onde todos os imigrantes que estavam desempregados referiram procurar emprego activamente, 76,2% residiam em freguesias rurais, enquanto 16,7% residiam em freguesias sede de concelho ou nas cidades de Portalegre e Badajoz.

desempregados, 90,9% referiram ter ocorrido no concelho/comarca onde agora residem, sendo que 9,1% afirmou que a situação de desemprego tinha ocorrido fora dos mesmos.

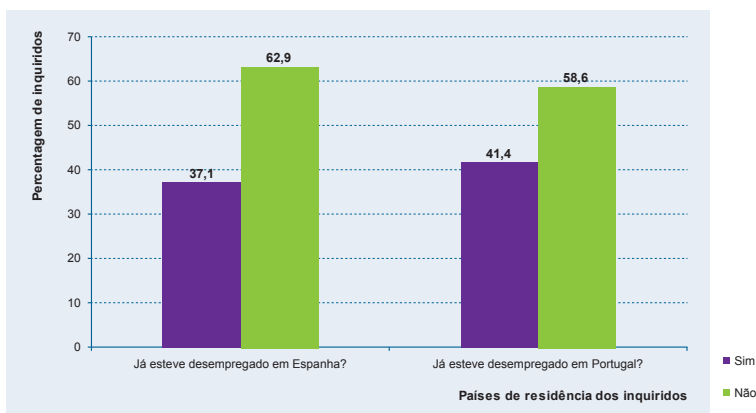


Gráfico 25. Situação passada face ao desemprego no país de destino migratório

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Tal facto parece ser mais comum entre indivíduos do sexo masculino, no caso espanhol, no contingente africano e centro/sul-americano, enquanto que em Portugal a mesma tendência se verifica com o grupo sul-americano e dos originários europeus de países extra-UE.

Esta situação pode estar relacionada com a dimensão da amostra. Contudo, além desta evidência estatística, ainda se pode questionar se realmente é disso que se trata, ou se o desemprego, associado a determinados grupos migratórios, tem a ver com a sua dinâmica interna.

Tomando como exemplo os asiáticos ou os europeus da UE (referente a *sun-seekers*) os valores de desemprego são praticamente inexistentes, o que se pode associar ao espírito de empreendedorismo. Conclui-se que parece haver, à primeira vista, uma maior vulnerabilidade laboral naqueles que trabalham por conta de outrem, e que estarão mais expostos às oscilações do mercado de trabalho.

Quanto ao facto dos que assumiram estar ou ter estado desempregado no concelho/comarca actual de residência, na maior parte dos casos

tratou-se de uma situação pontual, tendo havido referências a *timings* de pausa entre alteração de emprego, ainda que este facto por si só não explique a tendência territorial. O que parece relevante é que estes imigrantes, tendo enfrentado situações de desemprego no actual local de residência, não migraram para outro local do país ou para estrangeiro, e isso pode significar uma apetência para que se promova a manutenção deste grupo neste território em concreto.

O motivo do desemprego na maior parte dos casos esteve ligado à não renovação dos contratos de trabalho, assim como à redução de pessoal e à dispensa de trabalhadores motivado pela falência das empresas onde trabalhavam. A falta de pagamento de ordenados e casos de maus-tratos e exploração também foram referenciados, aliado a situações de irregularidade quanto à permanência nestes países de chegada. A rescisão voluntária também foi um motivo apontado, embora se tenha manifestado mais esporádico. Este facto é similar em todo o território de estudo.

Quando questionados sobre o modo de subsistência no momento de desemprego houve duas orientações que se revelaram pertinentes:

a) Do contingente de imigrantes desempregados, 67,6% auto-suportar-se/suportou-se materialmente nesse período (com recurso às poupanças, por exemplo), enquanto 32,4% dependem/dependeram do subsídio de desemprego.

Isto significa que a maior parte não incorre em despesa para o Estado, seja porque uma situação de ilegalidade prévia que não o permitiu, seja porque houve mecanismos no próprio despedimento que o impediram.

b) Dos que referiram não depender do Estado para (sobre)viver em período de desemprego, 43,4% referiu estar a cargo da família ou a ser ajudados por amigos, resposta comum aos inquiridos africanos e centro-sul americanos em Espanha, assim como aos sul-americanos em Portugal; 14,4% afirmou desempenhar tarefas precárias/informais, os designados “biscates” (comum também nos dois grupos de imigrantes a residir em Espanha já referidos).

Também foi referenciado um caso esporádico de um imigrante moldavo, residente na cidade de Portalegre, que recebia o rendimento de inserção

social. No caso dos que recebem/receberam subsídio de desemprego, esta situação é mais comum no território de estudo espanhol nos imigrantes centro/sul-americanos, assim como nos originários de países extra-UE27 em Portugal.

Embora a questão da representatividade da amostra possa ser discutida, principalmente quando são debatidas questões estatísticas, há que ter em conta um facto que ajuda a esclarecer um dos muitos estereótipos que são injustamente incutidos junto dos nativos, que é a de que os imigrantes tendem a beneficiar indevidamente de direitos, como por exemplo o acesso ao subsídio de desemprego.

Esta percepção¹⁷⁰ pode advir do facto do fenómeno migratório, especialmente nesta região da raia ibérica, ser relativamente recente, daí que haja ainda quem creia que os imigrantes não têm tempo suficiente de descontos para a segurança social nem de pagamento de impostos que lhes possa dar direito a tal tipo de apoio social.

Pois o que neste caso se verifica é que, além de terem direito por cumprirem tais deveres, e por isso estão/estiveram a beneficiar do subsídio de desemprego, a maior parte não comporta qualquer sobrecarga para o Estado. Nestes casos as redes sociais, sobretudo a família, ocupam um papel central no sustento destes imigrantes, o que de certa forma incentivam a que permaneçam neste território, esperando novas oportunidades de emprego.

Perante esta análise da questão laboral associada à imigração desta região raiana da Península Ibérica, questionou-se sobre o rendimento mensal dos agregados familiares dos imigrantes¹⁷¹.

Em termos globais, 62,9% de inquiridos da amostra indicaram que o agregado familiar auferia mensalmente até 1000€; 28,6% entre 1000€-2000€; 6,4% entre 2000€-4000€; 1,4% mais de 4000€.

¹⁷⁰Não parte apenas de uma observação empírica do fenómeno, mas também da realização de um estudo na Região do Alentejo, no concelho de Vila Viçosa (VELEZ DE CASTRO, 2008), onde foi possível verificar que muitos dos autóctones inquiridos tinham uma ideia negativa da imigração em Portugal, ao referirem que os imigrantes beneficiavam injustamente de certo tipo de apoios sociais, como por exemplo subsídio de desemprego.

¹⁷¹Neste contexto incluíram-se todos os inquiridos, até mesmo os que revelaram estar em situação inactiva.

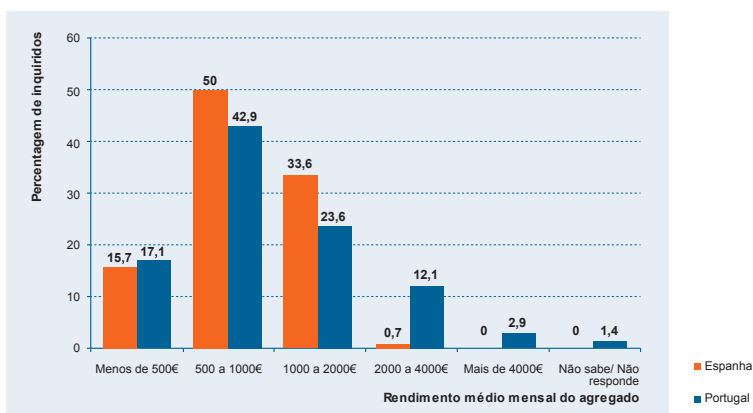


Gráfico 26. Rendimento médio mensal do agregado familiar dos inquiridos

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

A partir desta leitura constata-se que, tendo em conta o perfil estatístico dos agregados familiares dos grupos de imigrantes em estudo – 3,21 elementos – a maior parte vive com 1000€ ou menos de rendimento, o que face às despesas diárias (pagamento da renda de casa, alimentação, serviços de água e luz, telemóvel, educação dos filhos, etc.) e ainda perante os objectivos estabelecidos em contexto de imigração (envio de remessas, poupanças, investimentos variados, etc.), este valor se assegura como baixo. De qualquer forma, há quem aufera elevados rendimentos.

Associando o rendimento do agregado familiar com o grupo de origem dos imigrantes, verifica-se que a maior parte dos africanos em Espanha se encontra no patamar dos 500€-1000€, assim como os centro/sul-americanos, os sul-americanos em Portugal, os asiáticos e os originários de países extra-UE27. Os que referem ganhar um pouco mais, no patamar dos 1000€-2000€, são os originários de países da UE27 em ambos os países em estudo. Destaque-se o caso dos africanos em Portugal cuja maioria refere ganhar menos de 500€ por mês.

Estes são os valores médios, porque se a questão for colocada na base dos rendimentos, isto é, saber quais os grupos que auferem mais em cada patamar, conclui-se que o cenário é idêntico em Espanha e em Portugal, ou seja, o contingente africano é aquele que revela ganhar menos de

500€, embora haja uma ressalva a fazer no primeiro país, onde há o caso de um imigrante a ganhar entre 2000€-4000€ (comerciante marroquino), assim como da UE27, o caso dos imigrantes romenos ligados à agricultura.

Nos patamares intermédios verificou-se uma “generalização”. Já os últimos dois, que elevam os rendimentos familiares a 2000€ mensais ou mais, foi indicado por imigrantes europeus (*sun-seekers*), embora haja o caso de dois sul-americanos (dentistas brasileiros) que referiram auferir o patamar máximo de rendimentos.

O grau de instrução não está directamente relacionado com o nível de rendimentos, até porque como já se discutiu, existem imigrantes com elevadas qualificações a desempenhar funções laborais desadequadas em segmentos menos qualificados do mercado laboral, o que faz com que recebam salários mais baixos do que o que ganhariam se tivessem um trabalho compatível com as suas habilitações escolares.

Neste caso parece ser mais importante a detenção de um negócio, pois foram aqueles que referiram trabalharem por conta-própria que revelaram ganhar, em média um pouco mais (1000€-2000€) do que aqueles que o fazem por conta de outrem, onde o patamar é mais baixo (500€-1000€). Relacionando os sectores de actividade em que os inquiridos trabalham com os rendimentos auferidos, observou-se uma distribuição muito variada, destacando-se o sector dos serviços como aquele que proporciona os patamares de rendimento mais elevados.

A análise territorial permite ressaltar um facto de interesse no contexto do estudo: os resultados do trabalho de campo revelam que, em média, um trabalhador imigrante consegue auferir rendimentos mais elevados em áreas rurais (1000€-2000€) do que em áreas urbanas (500€-1000€). Uma análise directa pode gerar a hipótese de que haverá uma relação entre os ganhos e as actividades desenvolvidas pelos imigrantes (freguesias fora da sede do concelho em Portugal e comarca de Alburquerque em Badajoz), mais ligadas a negócios por conta-própria no sector da agricultura, criação de gado, situações de teletrabalho que permitem ao imigrante continuar ligado à entidade empregadora no país de origem e trabalhar nesta região. Nas áreas urbanas (freguesias sede de concelho em Portugal, assim como a cidades de Portalegre e Elvas, e Badajoz em Espanha), embora

haja uma maior diversidade de serviços (o sector de actividade onde, segundo os resultados do inquérito, há uma maior possibilidade de se auferirem patamares de rendimentos mais elevados), também há mais concorrência entre imigrantes e entre estes e os nativos, daí que a média de rendimentos possa ser ligeiramente mais baixa. Convém no entanto ter em conta que nas áreas rurais, o *sun-seekers* activos beneficiam de rendimentos extra, fruto de investimentos que decorrem nos países de origem, assim como os reformados, cujas pensões atingem valores mais elevados do que as médias nacionais, o que influencia esta “geografia dos rendimentos”.

1.3 A geografia do projecto migratório

A(s) geografia(s) dos imigrantes inquiridos permite esclarecer aspectos transversais a todo o processo migratório. Nesta linha de ideias, procurou-se clarificar alguns aspectos respeitantes ao percurso migratório, com o objectivo de por um lado perceber se teria havido um processo de migração anterior (do ponto de vista internacional) ao actual. Por outro, compreender a dinâmica que esteve na base da escolha deste(s) destino(s) imigratório(s), da região em estudo.

Neste âmbito, comparou-se o último local de residência, anterior ao do actual destino imigratório, com a naturalidade e a nacionalidade¹⁷² dos indivíduos.

A primeira conclusão foi que, para quase todos os respondentes, a vinda para esta região da fronteira Ibérica se constituiu como a primeira experiência migratória internacional que estes inquiridos viveram. É certo que, no que concerne à naturalidade, 52,1% dos indivíduos referiram que o último local de residência correspondeu à mesma, enquanto 47,7% afirmaram que o último local de residência tinha sido diferente do

¹⁷²Verificou-se a existência de imigrantes que já têm dupla nacionalidade, neste caso portuguesa ou espanhola, em conjunto com a do país onde nasceram. Para esta pergunta, foi considerada a nacionalidade do país onde o inquirido nasceu.

seu local de naturalidade¹⁷³. Este facto acentua-se quando se questiona relativo à nacionalidade, isto é, 67,5% dos inquiridos responderam que o último país de residência foi igual ao país de nacionalidade, enquanto que apenas 32,5% responderam que não.

Uma leitura deste fenómeno permite perceber que a tendência geral é para que a maior parte destes imigrantes esteja a realizar a sua primeira experiência imigratória, que em muitos casos supõem ser a única que efectuarão nas suas vidas¹⁷⁴.

Quanto ao último local de residência em relação com a naturalidade, houve inquiridos que referiram ter efectuado uma migração interna nos países de origem. A deslocação ocorreu entre o local de nascimento e (outros) espaços urbanos ou as capitais nacionais. O momento da mobilidade foi muito variado, não se podendo apontar tendências entre os diferentes grupos imigrados. Porém destacaram-se dois momentos:

- a) A deslocação em idades jovens, para acompanhamento dos pais no processo migratório;
- b) Associado à vida académica e à entrada/continuação na vida activa, que implicou uma alteração de residência.

Dos que referiram que o último local de residência não ocorreu no país de nacionalidade, foram referenciadas situações interessantes.

É o exemplo de indivíduos do Norte e Centro da Europa (*sun-seekers*, britânicos e alemães reformados), actualmente a residirem nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre e Arronches, e que antes tinham vivido em França ou na Suíça; britânicos actualmente a residirem no município de Alburquerque, que antes tinham vivido em França.

O objectivo deste contingente, aquando da migração inicial, era já o de procurar um local onde pudessem usufruir de um estilo de vida

¹⁷³Refira-se que 2,1% dos inquiridos não responderam a esta questão (NS/NR). Neste caso em concreto estão-se a tratar migrações internas, ou seja, movimentos migratórios no país de onde o inquirido é natural.

¹⁷⁴Esta inferência é corroborada pelo resultado das respostas sobre “perspectivas futuras e avaliação do projecto migratório”.

diferente¹⁷⁵. Ainda nestes grupos existem casos (britânicos e uma finlandesa) cujo último local de residência foi já em Portugal, em Vila Nova de Poiares (distrito de Coimbra) e em Lisboa, respectivamente, e de um neerlandês que viveu na Comunidade Autónoma de Madrid, pela mesma razão referida.

Os restantes imigrantes inquiridos em Portugal, revelam que o último local de residência ocorreu já no país de destino migratório, o que se assume ligeiramente diferente no caso espanhol.

No primeiro caso a maior parte deste contingente revelou já ter trabalhado e residido em Lisboa e nas regiões urbanas limítrofes¹⁷⁶, tendo sido apenas referido o caso de um moçambicano que actualmente reside/trabalha em Elvas, e que antes o fez em Portalegre.

No caso espanhol encontram-se inquiridos que já residiram e trabalharam em Madrid (brasileiros, romenos, dominicanos), noutros centros urbanos de grande dimensão como Barcelona (sobretudo africanos e centro-sul americanos), Múrcia (romenos, equatorianos), e noutras regiões como as Canárias, Tenerife (sahrauis, senegaleses) ou País Basco (angolanos). Além disso existem imigrantes que assumiram já ter residido/trabalhado noutro local da região onde vivem (entenda-se à escala do município) na província de Badajoz e Cáceres (casos de africanos). Em casos pontuais encontram-se relatos de brasileiros que já residiram e trabalharam nos Países Baixos, França e Portugal tendo este último destino sido referido também por sudaneses e senegaleses e sahrauis em Cuba.

Perante estes resultados, pode-se concluir que a maior parte dos imigrantes inquiridos não tem experiência migratória internacional prévia e que aqueles que a têm, derivam de situações ocorridas em países do Centro e Sul da Europa.

Nesta linha de ideias, procurou-se saber há quanto tempo estes inquiridos viviam nas regiões em estudo. Constatou tratar -se de uma migração recente, na medida em que 80,4% dos inquiridos referir que residia/traba-

¹⁷⁵Este assunto irá ser desenvolvido quando se explorarem as motivações que estiveram na base do processo migratório.

¹⁷⁶Concelho da Amadora, Almada, Barreiro, Setúbal (caso de romenos, moldavos, georgianos, ucranianos, chineses, brasileiros e angolanos).

lhava no concelho/município actual há 10 anos ou menos. Isto significa que a maior parte deslocou-se para este território em concreto já depois do início do séc.XXI. Tal tendência foi notada em Portugal e Espanha por europeus de países da UE27, europeus de origens extra-UE27, assim como por brasileiros e alguns africanos.

Do restante contingente há dois intervalos de permanência a destacar:

- a) Entre 11 a 19 anos (8,9% dos inquiridos);
- b) Entre 20 a 39¹⁷⁷ anos (4,6% dos inquiridos).

Trata-se de casos mais pontuais quer nos concelhos portugueses, quer nos municípios espanhóis, estando associados no primeiro território ao grupo de imigrantes africanos e no segundo aos centro-sul americanos. Esta situação está relacionada com as relações históricas de longa data estabelecidas entre ambos os países e as suas respectivas ex-colónias, que acabaram por manter um canal de circulação migratória entre ambos os pólos, daí que seja possível entender a permanência mais antiga destes grupos face aos restantes inquiridos.

Nesta sequência, trabalhou-se a escala nacional/local, a partir da tentativa de se saber qual a diferença entre a data de entrada nos respectivos países – Portugal e Espanha – e a data da permanência no concelho/município onde actualmente residem/trabalham.

Verificou-se que cerca de 70% dos inquiridos, quando migraram para a Península Ibérica, foi com a intenção de residir no concelho/município onde actualmente o fazem. Já 21,7% só se fixaram no território em estudo há 5 anos, enquanto que os restantes inquiridos há mais do que 5 anos¹⁷⁸.

Uma análise territorial por grupos de origens permite constatar uma similaridade transversal a todas as dimensões, ou seja, a de que a grande maioria entrou e se fixou no local onde hoje ainda reside.

¹⁷⁷Foi o limite máximo de anos de permanência referidos pelos inquiridos.

¹⁷⁸A diferença máxima entre a entrada no país e a fixação no concelho/município actual foi de 16 anos.

Tanto no caso português como no espanhol, nota-se que, tal com já foi discutido, o grupo africano é o que apresenta uma maior variedade temporal, pois embora a norma seja a referida, há indivíduos que apresentam intervalos temporais de 14 anos. De destacar ainda em Portugal o facto deste comportamento ser visível nos asiáticos, embora o intervalo não exceda os 10 anos e nos originários da UE, sobretudo os *sun-seekers*. Embora seja um grupo de fixação recente no território, foram observados dois casos cujo intervalo temporal foi de 12 e 16 anos, respectivamente, os quais já viviam no país há algum tempo, mas que depois da reforma procuraram esta região da para residir.

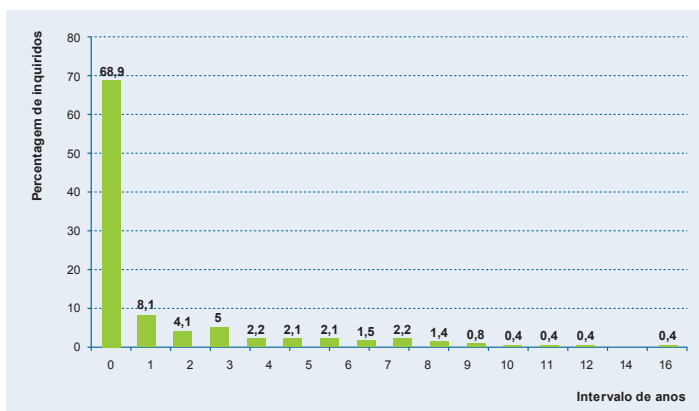


Gráfico 27. Intervalo temporal entre a entrada em Portugal/Espanha e o início da residência no concelho/município actual

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Em suma, a entrada deste contingente foi contínua, tendo ocorrido de forma diversificada ao longo dos anos, e acentuando-se a partir da década de 70 do séc.XX, em especial depois de 2000. Uma das questões centrais do questionário referiu-se a um aspecto muito particular do percurso migratório, na medida em que se tentou perceber as motivações que estiveram na base da deslocação destes imigrantes. Para isso foram consideradas várias escalas de análise, a primeira respeitante ao pólo de partida, a segunda ao pólo de chegada, numa análise a dois níveis, o primeiro à escala nacional, o segundo à escala local.

Em primeiro lugar analisaram-se as causas que, para estes imigrantes, estiveram na saída do país de origem, ao que foram indicadas várias razões¹⁷⁹.

Será oportuno reflectir sobre a teoria da atracção-repulsão de RAVENSTEIN e LEE, e os seus pressupostos como adjuvantes da interpretação das motivações apresentadas.

Por um lado entende-se um grupo de factores, embora de forma relativa, como apresentando um cariz eminentemente negativo. A vertente económico-laboral (desemprego, dificuldade de ascensão profissional) e físico-afectiva (insegurança do ponto de vista físico, que afecta a parte psicológica do indivíduo) corroboram este pressuposto. Também aqui as linhas defendidas pela Escola Neoclássica complementam este quadro, já que são referidos pelos imigrantes os baixos salários como móbil da migração.

1º	Baixos salários
2º	Desejo de mudar o estilo de vida
3º	Insegurança
	Aquisição de experiência de trabalho
4º	Acompanhamento da família
5º	Juntar-se à família
6º	Desemprego
7º	Dificuldade de ascensão profissional
	Aquisição de experiência académica
8º	Por trabalho/contrato da empresa
	Outros motivos
9º	Clima
	Reduzir stress/relaxar

Quadro 10. Motivos para a saída do país de origem

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

¹⁷⁹Outros motivos apontados: em Portugal – sentir-se infeliz no país de origem; hedonismo; tempo livre gerado pela reforma; necessidade de “viver bem”, “fuga” por ter escrito um livro polémico; não acreditava no que ensinava (professor); para conhecer uma nova cultura; pela doença do marido | em Espanha – por casamento; pelo valor do dinheiro, para viver fora de uma cidade; para regularizar a situação de cidadania (questão política); para jogar futebol; fuga a conflito político; fuga à família para evitar a excisão.

Por outro lado há um grupo de factores que parecem revelar uma certa neutralidade, como é o caso da migração impulsionada pela exigência da empresa/contrato de trabalho onde se exerce a actividade, o que pode ser encarado com alguma reserva, já que se pode pensar, numa primeira abordagem, que são casos de imigrantes que fizeram a sua deslocação “por obrigação”. Há que referir que não se trata de uma questão de perda de emprego ou de precariedade laboral, pois pelo que se compreendeu da resposta/reacção dos inquiridos, é que esta mudança geradora da migração foi entendida com um desafio no sentido mais positivo do termo, como uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Neste quadro, a valorização académica e laboral também se revestiu do mesmo carisma. Refira-se que estes factores foram indicados por todos os grupos de imigrantes em ambos os países, embora tenham sido desvalorizados tanto no caso português como no espanhol pelo grupo originário da UE – *sun-seekers*.

Este grupo de imigrantes enfatizou outro tipo de factores que não se revestem por si só desse carácter negativo ou de neutralidade revelado pelos anteriores. Pelo contrário, indicam a necessidade de mudança, não porque o quadro de vida no país de origem se apresente como desfavorável do ponto de vista material (económico, laboral ou físico), mas porque há a valorização de questões imateriais. Repare-se que o segundo motivo mais indicado foi a vontade de mudar o estilo de vida, sendo este factor complementado pela necessidade de reduzir o stress/relaxar. Observando-se as outras motivações indicadas, percebe-se que há uma busca de algo mais além do que o típico imigrante laboral procura. Este grupo, constituído por reformados e por indivíduos ainda no activo, já se realizou em termos económicos e materiais, desenvolveu a sua carreira, tendo experimentado a satisfação de fazer cumprir os objectivos profissionais. Nesta fase da vida necessitam de algo mais, de um projecto que os entusiasme a alterar o dia-a-dia, a mudar o estilo de vida, aqui com um significado de fuga ao caos urbano que obriga a população a se submeter ao seu ritmo frenético. Nota-se que há uma filosofia hedonista de base, que faz do prazer o objecto/objectivo da vida, que se assume quando se reflecte sobre o quotidiano no país de origem, e que é no fundo o grande móbil para a saída.

Saliente-se ainda dois aspectos que ganharam algum relevo em Espanha. O primeiro foi a fuga a questões políticas, indicado por alguns imigrantes do Sahara Ocidental, os quais se mantêm nesta e noutras províncias o país não com o estatuto de refugiados, mas como imigrantes. De qualquer forma, as autoridades têm em conta a situação política em que se encontra o seu país e que os afecta.

O segundo foi a fuga à família para evitar a excisão, motivos referidos por algumas nigerianas que vivem em Badajoz e são prostitutas. Não beneficiam do estatuto de refugiadas pois não o conseguiram, tendo apenas optado por esta “profissão” como forma de sair do país de origem onde, por se recusarem a tal prática, foram excluídas pela família.

Perante estas motivações e face às aspirações dos inquiridos, questiona-se a entrada em Portugal/Espanha e não num outro país, de onde foram referidos vários aspectos¹⁸⁰.

Ainda no caso dos *sun-seekers*, estes referiram que a escolha de Portugal/Espanha como destino migratório se pautou pelo facto de considerarem que seriam os países indicados para “mudar de ambiente” e para “melhorar a qualidade de vida” em termos imateriais, assim como para desenvolver os seus projectos migratórios de carácter hedonista, além de outros motivos apresentados. Destes destaca-se em Portugal o facto deste contingente valorizar a questão humana tanto em termos relacionais (abertura e tolerância ao Outro), quer em termos de competências (capacidade dos jovens falarem inglês), assim como a noção de que se trata de um país onde é possível ter uma boa qualidade de vida.

A questão da reunificação familiar ou acompanhamento da família também é outro aspecto que se reveste de uma grande importância, pois

¹⁸⁰Outros motivos apontados: em Portugal – o território português encarado como um “lugar mágico”; forma de estar dos portugueses (pessoas abertas, receptivas, “relaxadas”); os mais jovens falam inglês; os outros países, em termos económicos e de segurança, estão piores que Portugal; país onde se pode “viver bem”; posição geo-estratégica de Portugal e Espanha na Europa (perto dos países de origem, no caso dos imigrantes do Centro/Norte da Europa, também perto de África e da região do Mediterrâneo, porta de saída/entrada para o continente Americano); clima favorável ao tratamento de certas doenças, ajuda da UE para desenvolver negócio; país de origem da esposa | em Espanha – possibilidade de atender à situação política do Sahara Ocidental; acordos académicos favoráveis entre Espanha e a Colômbia, domínio do idioma espanhol.

impulsiona não só a saída do país de origem, como também a entrada no país de destino migratório. Trata-se de um factor comum a todos os grupos inquiridos, em particular referido pelas mulheres ou filhos que se juntaram ao cônjuge/pai num momento posterior ao processo migratório inicial¹⁸¹.

1º	Facilidade de entrada no país
2º	Existência de amigos/familiares que vivem em Portugal/Espanha e ajudaram o indivíduo na migração
3º	Para melhorar a qualidade de vida
4º	Possibilidade de auferir um salário mais elevado
5º	Disponibilidade de emprego
	Segurança
6º	Acompanhamento da família na migração
7º	Para mudar de ambiente
8º	Outros motivos
9º	Para ser independente
	Fuga a conflitos familiares
10º	Frequência de estabelecimento académico
	Facilidade de migração para outro país (europeu)
	Para tentar a sorte

Quadro 11. Motivos para a escolha de Portugal/Espanha como destinos migratórios

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Novamente surgem questões materiais (disponibilidade de emprego, salários mais elevados, valor da moeda Euro face à do país de origem), entendidas com carácter positivo/attractivo pelos migrantes, o que vem corroborar os pressupostos defendidos pelas teorias das migrações já referidas. Também aspectos de valorização pessoal do ponto de vista académico e psicológico, associados à experimentação de uma nova

¹⁸¹Neste ponto foi motivo influente o facto de um ou até dos dois progenitores terem residido ou ainda estarem a residir em Portugal/Espanha. Da amostra recolhida, 5,7% afirmou que o pai já viveu ou continua a viver em Portugal/Espanha num período superior a um ano, enquanto 10,4% referiu que o mesmo aconteceu/acontece com a mãe. Por exemplo, houve inquiridos ingleses em Portugal que revelaram que o facto dos pais terem residido no Algarve, os ajudou a conhecer o país; houve centro-sul americanos em Espanha que referiram que após o processo de divórcio dos pais, em que um emigrou para este país, ajudou na decisão da escolha do destino migratório.

realidade geográfica (ganho de independência face ao núcleo parental, tentar a sorte, mudança de ambiente). Neste contexto, é destacado a fuga a conflitos familiares, o que vem na linha da situação anteriormente apresentada, da migração de algumas mulheres nigerianas impulsionada pela fuga a tradições familiares (por exemplo, a excisão).

Neste ponto há a destacar dois aspectos que, a par dos enunciados, parecem fundamentais para explicar as motivações de entrada dos imigrantes em Portugal/Espanha, e que estão ambos inter-relacionados. O primeiro tem a ver com a existência de amigos/familiares que ajudaram no processo migratório, o que indica a presença de comunidades consolidadas nestes destinos migratórios, as quais já estabeleceram canais de entrada de compatriotas. Tal facto confirma a importância das redes sociais no cenário migratório internacional, que neste caso concreto é indicada como um dos factores decisivos para a escolha destes destinos migratórios.

É provável que perante esta dinâmica sócio-migratória, os inquiridos tenham ganho competências para o segundo aspecto verificado, ou seja, uma abordagem geográfica do território com maior confiança, na medida em que a maioria dos inquiridos afirmou que nestes países era “fácil entrar”, sendo que alguns até consideraram a posição geoestratégica favorável¹⁸², servindo como “porta de entrada para a Europa”.

Não quer dizer que na realidade isto tenha acontecido ou venha a ocorrer, já que os inquiridos acabaram por admitir que esta era uma ideia que tinham antes de chegar aos países em questão. Para desmistificar esta tentativa, em muito contribuiu o facto da regularização, na maior parte dos casos, ter sido muito morosa, além das vicissitudes de estabilização da vida profissional/familiar e da eminente crise económica, factores que abrandaram de facto esta (possível) vontade de empreender outra migração.

Face ao estudo específico em causa, foi necessário trabalhar à escala local já que, na mesma lógica anterior, se procurou saber o porquê de,

¹⁸²Tal como anteriormente os *sun-seekers*, embora estes encarem o factor noutros moldes, tal como já foi discutido.

perante a uma variedade de possibilidades territoriais, se optou por residir/trabalhar nos concelhos/municípios em questão¹⁸³.

1º	Existência de emprego
2º	Proximidade de familiares/amigos
3º	Baixo custo da habitação
4º	Qualidade ambiental/vida
5º	Outros motivos
6º	Segurança
7º	Para estudar
	Pela possibilidade de auferir um salário mais elevado
8º	Pela existência de condições favoráveis ao estabelecimento de negócio

Quadro 12. Motivos para a fixação nos concelhos/municípios
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Existem factores que foram referidos para as escalas globais tratadas, e que foram de novo aplicados à escala local. Por isso torna-se interessante a análise dos factores específicos.

O primeiro indica que a vinda teve inicialmente uma forte componente laboral, ou seja, os imigrantes que se estabeleceram fizeram-no porque foi neste território da raia ibérica que encontraram emprego. Aquando da aplicação dos questionários houve duas tendências, uma que indicava que num primeiro momento a chegada deveria ter sido temporária mas que, perante a especificidade do local, acabou por ocorrer a fixação. Outra onde os inquiridos já tiveram em consideração à partida esta especificidade local (associada ao sossego e tranquilidade para o estabelecimento da família) com a oportunidade de trabalho.

¹⁸³Outros motivos apontados: nos concelhos portugueses – condições favoráveis para estabelecimento de negócio (saúde-dentista, turismo, comércio); baixo preço do terreno e dos imóveis (comparado com o preço dos terrenos e dos imóveis das áreas rurais do Reino Unido ou dos Países Baixos); “passa a palavra”; sugestão de amigos; ajuda de conterrâneos (em Castelo de Vide viveu um imigrante alemão que se fixou no concelho nos anos 80 do séc.XX, e que ajudou outros conterrâneos a se fixarem nesse local); publicitação de um imóvel num jornal inglês; procura específica da região do Alentejo para viver; o Algarve está descaracterizado e por isso há a procura de outros locais do país, como este, para se residir/trabalhar; menos tempo de espera em filas dos serviços públicos; paz; sossego; ecologia | nos municípios espanhóis – custo de vida mais baixo do que nos país de origem; busca de um estilo de vida no campo/rural; qualidade dos cuidados médicos.

Destaca-se neste contexto a segurança sentida pelos inquiridos, e que é transversal a todos os grupos. As cidades – Badajoz, Elvas e Portalegre – são consideradas seguras (sem criminalidade), sentimento que aumenta nas áreas rurais, principalmente com britânicos, neerlandeses e alemães a viver nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre e Arronches, assim como na comarca de Albuquerque, referem que é com alguma frequência que deixam portas e janelas de casa abertas, assim como chaves nas já referidas portas e na ignição dos carros durante o dia. Aliás, refira-se que o à-vontade com que o questionário foi respondido resultou, em todos os casos, numa visita guiada à casa/propriedade, o que demonstra a confiança na comunidade local autóctone. Os brasileiros também são outro grupo que valoriza bastante a segurança, principalmente os que são originários de grandes cidades como o Rio de Janeiro ou São Paulo.

A par da questão do emprego, enfatizam-se as condições favoráveis para o estabelecimento de negócio. O grupo asiático valoriza muito este factor. Destacam que estes concelhos/municípios têm um elevado potencial de clientes, face ao tipo de produtos transaccionados (diversificados e de baixo custo), onde o tecido comercial é extremamente débil, e além disso funcionam em moldes diferentes (horários alargados todos os dias da semana).

Além disso, a concorrência é muito mais fraca do que nas principais áreas urbanas dos países em causa, pelo que a questão da dimensão do mercado de consumidores, também é ultrapassada neste sentido. Também valorizam o facto da habitação ser mais barata em termos de arrendamento.

A questão do custo da habitação e do preço do terreno serem relativamente baixos em relação às regiões de origem, tem-se assegurado como um factor decisivo na escolha destes municípios/concelhos para fixação de imigrantes. Além disso destaca-se a qualidade ambiental/de vida, que é por todos associada à tranquilidade, paz, sossego, o contacto com a natureza e a própria abertura das comunidades locais que “acolhem” os estrangeiros.



Fotografia 9. Loja chinesa com produtos asiáticos adaptados à procura local (concelho de Elvas)
Elaboração própria (2011)

Embora o cenário se possa generalizar a esta região raiana ibérica em concreto, uma análise de cariz geográfico mais detalhada permite identificar especificidades regionais.

Nos concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Portalegre¹⁸⁴ e Arronches, e também no município de Alburquerque, o contingente de *sun-seekers* valoriza muito a questão da qualidade ambiental, assim como o baixo preço dos imóveis/terrenos, comparados com os praticados no país de origem, assim como o clima mediterrânico e como indicam a “suavidade do Inverno” e o “elevado número médio diário de horas de sol”.

O facto de residirem no Parque Natural da Serra de São Mamede¹⁸⁵ também se apresenta como uma mais-valia, já que estão abrangidos pela legislação imposta por esta entidade, em termos de regulamentação da construção. Como muitos referiram, é certo que não se pode mudar o traçado e a estética das habitações (pelo menos na fachada) nem estabe-

¹⁸⁴Na freguesia rural de Alegrete.

¹⁸⁵Exceptuando casos de *sun-seekers* a residir no município de Alburquerque.

lecer todo e qualquer tipo de actividade económica, porém têm a garantia (relativa) de que “este espaço não se tornará numa cidade”.

A escolha destes concelhos para residir/trabalhar por este grupo, também esteve relacionada com a existência de uma embrionária rede social, que funcionou como geradora de informação, além de já se notar alguma atenção do mercado imobiliário neste sentido. No trabalho de campo constatou-se que uma das principais imobiliárias nacionais (Remax) contratou uma profissional inglesa (descendente de pais portugueses) para atrair e lidar com este tipo de público, além de se ter encontrado uma agência imobiliária (Extremadura Properties), cujos proprietários são um casal de neerlandeses a viver em Marvão e um autóctone a viver em Alburquerque que gerem o negócio, com oferta de imóveis destinados ao segmento de mercado de imigrantes do Centro/Norte da Europa.



Fotografia 10. Mercado imobiliário com agentes locais estrangeiros (comarca de Alburquerque)
Elaboração própria (2011)



Fotografia 11. Mercado imobiliário com agentes locais estrangeiros (concelho de Castelo de Vide)
Elaboração própria (2011)

Além disso foi referida outra forma de escolha. Muitos destes estrangeiros vieram viver para Portugal/Espanha de forma provisória (região da Lousã, Vila Nova de Poiares, sul de Espanha) e a partir daí empreenderam um périplo para escolher o sítio de fixação, que neste caso recaiu nos concelhos/municípios em estudo. Desta forma, e perante este facto, a designação “*sun-seeker*” parece estar de todo adequada, já que não é o móbil económico-laboral que ocasiona a vinda de tais imigrantes para esta região específica de Portugal e Espanha, mas sim o hedonismo e uma perspectiva de ruralofilia que os faz procurar valores imateriais como a qualidade ambiental, o clima, a preservação do modo de vida rural. Não se movem pelo objectivo de enriquecerem ou de auferirem mais rendimentos (isto no caso dos activos), mas sim de viverem segundo estes parâmetros que para este grupo está intimamente relacionado com a qualidade de vida.

Numa perspectiva mais concreta, pode-se considerar que não são apenas *sun-seekers*, mas *landscape-seekers*, ou melhor dizendo, *environmental-seekers*, numa interpretação mais livre. É o território como recurso, a

paisagem física e humana que os motiva na sua migração para esta região específica da raia ibérica.

Ainda no sentido de destacar particularidades, é certo que a questão da disponibilidade de emprego e a possibilidade de auferimento de um salário mais elevado, recaia sobretudo sobre as três cidades abrangidas pelo estudo, embora no caso de Badajoz a fixação dos imigrantes também esteja relacionada com a presença da Universidade.

Em suma, pode-se constatar que os números da imigração são relativamente baixos, comparados com os principais focos migratórios dos países de destino em questão. Mas a verdade é que estes territórios de baixas densidades são atractivos para os imigrantes que aí estão presentes não de uma forma residual, como inicialmente se poderia considerar, mas porque a escolha dos concelhos/municípios para residir/trabalhar se baseou em factores muito concretos e em vantagens específicas que este contingente imigrante valoriza, ou não conhecendo num momento inicial da migração, teve oportunidade de conhecer e de valorizar.

Outra questão que se procurou analisar foi a do estatuto legal do imigrante, no momento da chegada a Portugal/Espanha.

Constatou-se que 73,9% dos inquiridos entraram nos respectivos países como imigrantes legais e 26,1% como imigrantes indocumentados¹⁸⁶. Aliás, na chegada ao país de destino, 65% dos imigrantes em Espanha referiu estar em situação legal, enquanto esse número para Portugal ascendeu aos 82,9% de inquiridos, em contraposição com os 35% que afirmaram que no momento de entrada e nos primeiros tempos de permanência em Espanha estavam em situação ilegal, o que ocorreu com 17,1% dos inquiridos em Portugal.

¹⁸⁶Esta é uma informação disponibilizada pelos próprios imigrantes e que, perante a consulta aos organismos oficiais se revelou impossível de confirmar. Porém presume-se que, por uma questão de prudência e de resguardo, os imigrantes possam ter gerado uma alteração dos próprios números do estudo. Quer dizer que, no momento de chegada, muitos mais possam ter vindo em situação irregular ou clandestina, mesmo que essa mesma situação se tenha revestido de aparente normalidade (por exemplo, o caso de um estrangeiro que entre no país com visto de turista, quando na verdade o objectivo central da deslocação seja o de arranjar um emprego e fixar residência no país).

Significa que esta situação levanta a dúvida se na região de estudo espanhola não poderão estar mais imigrantes em situação irregular do que em Portugal, o que terá fortes possibilidades de estar relacionado com o facto de o total de imigrantes presentes nas comarcas analisadas também ser muito mais elevado do que o total de imigrantes nos concelhos portugueses. Dos inquiridos em situação legal cerca de metade (48,2%) tem autorização de residência, enquanto 22,5% é cidadão europeu e 8,9% já está em situação de dupla nacionalidade. A restante amostra está em situação diferenciada: 6,8% dos inquiridos em situação legal tem estatuto de residência de longa duração da UE; 3,2% tem visto de estada temporária; 3,2% tem visto de residência; 2,9% requereu autorização de residência e está a aguardar resposta; 1,8% tem estatuto de refugiado; 0,4% tem visto de residência. Uma análise territorial por grupo de imigrantes não encontra à partida grandes diferenciações, embora se exceptue o caso do estatuto de refugiado, que é uma situação da exclusividade dos africanos originários do Sahara Ocidental, que pela situação política do seu país, têm vindo a requerer asilo a Espanha, ainda na base dos laços históricos estabelecidos no contexto de colonização e de pós-colonização. De referir que, no momento da aplicação do questionário, apenas 1,8% da amostra se encontrava em situação irregular, o que em termos absolutos corresponde a 5 inquiridos. Estes estão no território em estudo há pouco mais de um ano, o que pode justificar o facto. Houve vários agentes que auxiliaram os inquiridos a regularizar a permanência¹⁸⁷.

¹⁸⁷Esta opção verificou-se no caso português onde houve imigrantes que referiram ter sido ajudados no seu processo de regularização pelo Governo Civil local (Portalegre) e pelo Ayuntamiento (Alburquerque).

1º	Família residente em Portugal/Espanha
2º	CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante) no concelho/distrito ou SEIE (Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración) no município/provincia de residência
3º	Compatriotas que residem em Portugal/Espanha
4º	SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) no concelho/distrito ou CGEF (Comisaría General de Extranjería y Fronteras) no município/provincia de residência
5º	Iniciativa do próprio imigrante
6º	Associação de imigrantes
7º	ACIDI (Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) de Lisboa/Porto ou SEIE (Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración) de Madrid/Barcelona
8º	Vizinhos e amigos portugueses/espanhóis
9º	Outros agentes
10º	SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) ou CGEF (Comisaría General de Extranjería y Fronteras) noutra parte do país
11º	Patrão

Quadro 13. Agentes de auxílio à regularização dos imigrantes

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Pela análise da posição de cada organismo, pode-se constatar duas situações. A primeira relaciona-se com a importância das redes familiares¹⁸⁸ e de compatriotas do país de origem para estes imigrantes, não só porque ajudam a diminuir os custos e os riscos da imigração, como também auxiliam a integração do imigrante na comunidade de chegada. Esta atitude de colaboração para que o indivíduo consiga o estatuto de imigrante legal, é uma forma de transmitir segurança à comunidade local, revelando que, à partida, as suas intenções “são boas”, e que pretende não só usufruir dos direitos que são comuns nalguns casos aos nativos, como também cumprir os respectivos deveres cívicos e institucionais.

A segunda situação tem a ver com a importância das autoridades locais para a regularização dos imigrantes (CLAI, SEIE, SEF, CGEF), evitando

¹⁸⁸Quando os imigrantes fazem referência ao auxílio à imigração ou à regularização por parte da família, há duas tendências que se verificam: a primeira diz respeito à coadjuvância feita pelos pais/sogros, irmãos, tios ou primos, tendo estes a mesma nacionalidade do imigrante; a segunda refere-se ao cônjuge, o qual pode ter a mesma nacionalidade do imigrante ou pertencer à comunidade autóctone do país de destino migratório.

a deslocação a determinados locais mais distantes (capital dos países, por exemplo), embora mais adiante se perceberá que a relação entre os inquiridos e estes organismos nem sempre seja pacífica. Quando é referido o recurso a estes mesmos organismos noutra parte do país, isto ocorre sobretudo nos casos de imigrantes que não tiveram como destino primeiro o concelho/município onde agora vivem, por isso a sua regularização ocorreu em Lisboa/Porto, Madrid/Barcelona, ou noutras partes do território onde já tinham residido (por exemplo, Setúbal, no caso português, ou Valência e Múrcia no caso espanhol).

Destaque-se a importância das associações de imigrantes, principalmente em Espanha, que funcionam na lógica das redes sociais, porém o que parece diferir é o facto da rede ser um elemento fulcral da migração desde o momento em que esta é pensada e iniciada, enquanto que a associação é um organismo que tende a ser conhecido/contactado já depois da instalação do imigrante no país de destino imigratório.

A entidade patronal, assim como a comunidade autóctone (vizinhos e amigos), também foram destacados, o que evidencia a tendência de acolhimento por parte do território receptor.

Uma análise por grupos de inquiridos permite concluir que nos agentes auxiliares do processo de regularização, sobressai o papel da família e dos compatriotas residentes no país de destino no grupo dos africanos portugueses e espanhóis, assim como nos asiáticos. Nos originários de países centro/sul-americanos nas comarcas em estudo, destaca-se o papel da SEIE, assim como nos originários de países extra-UE27 em Portugal a importância do SEF. No caso dos sul-americanos neste último país, além do organismo referido, volta a ganhar importância a rede familiar como coadjuvante do processo.

Neste sentido, e após esta primeira abordagem onde se tentou estabelecer uma primeira imagem do perfil do imigrante e do seu percurso geográfico, depois de se dar a conhecer um pouco mais do quem faz parte do contingente imigratório em estudo, pareceu haver condições para se avançar na investigação, no sentido de se tentar perceber como ocorreu a integração deste grupo no território-comunidade receptora, assim como tem sido construída a base da interacção com o próprio território-região,

sobretudo no que diz respeito ao contributo da imigração para o desenvolvimento regional.

1.4 Integração e interacção regional

A integração dos imigrantes no território-comunidade receptora não ocorre sem obstáculos. É Eduardo LOURENÇO que afirma isso, como já foi indicado, mas também foram as considerações empíricas e a análise científica, verificadas que corroboram este pressuposto.

Nesta linha de ideias, procurou-se saber quais as dificuldades que os imigrantes tinham sentido quando chegaram a Portugal/Espanha e quais é que sentiam ainda no momento da aplicação do questionário.

A ideia subjacente foi a de realizar uma análise bi-temporal com relação bi-espacial, isto é, tentar perceber se a entrada nos países em questão revelou certo tipo de dificuldades, que foram (ou não) mitigadas nos concelhos/municípios de fixação actual ou se, mesmo no caso em que a entrada nos países incluiu a fixação imediata no concelho/município actual, a estabilização implicou essa mesma atenuação das adversidades.

Em todo o caso, tenha-se em atenção que a análise em dois tempos diferentes – entrada e actualidade – pode não implicar um amplo intervalo temporal: recorde-se que houve inquiridos cuja entrada e fixação nos concelhos/municípios actuais ocorreu há pouco mais de um ano. Além disso os dois espaços diferentes – o de chegada e o de fixação actual – podem ser o mesmo, porém há que ter em conta o necessário tempo de apreensão (onde estou?), interpretação (como é que funciona, quais são as “regras”?) e adaptação (como posso fazer parte da comunidade?) do território, daí que se assuma que se trabalhe a questão no mesmo lugar, mas em tempos perceptivos diferentes. Nesse sentido foram indicadas diversas dificuldades sentidas no momento de chegada a Portugal/Espanha¹⁸⁹.

¹⁸⁹Outras dificuldades apontadas: em Portugal – burocracia; gastronomia; falta de infraestruturas (electricidade) | em Espanha – horário do comércio; falta de relação social com a comunidade.

1º	O não domínio da língua do país de imigração – português/espanhol
2º	Dificuldades de integração no mercado de trabalho
3º	Dificuldades de regularização do estatuto como imigrante legal
4º	Usos e costumes da comunidade autóctone diferentes da comunidade de origem do imigrante
5º	Discriminação do imigrante pela origem geográfica
6º	Dificuldade em arrendar casa/ habitação
	Más condições de habitabilidade
7º	Outras dificuldades
8º	Clima da região para onde se imigrou
9º	Solidão
10º	Problemas com grupos mafiosos/delinquentes

Quadro 14. Dificuldades sentidas no momento de chegada ao país de destino migratório

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

A dificuldade mais indicada foi o não domínio da língua, o que é comum a praticamente todos os grupos, tendo até sido referida em casos de brasileiros a residir nos concelhos portugueses. Neste caso, a língua é comum à da região/país para onde se imigrou, no entanto o sotaque utilizados por nativos e estrangeiros parece ter-se constituído no primeiro momento como uma ligeira barreira, da qual se confirma a actual dissipação.

O agrupamento escolar Garcia de Orta, em Castelo de Vide (Portugal) abriu, a pedido dos próprios imigrantes, duas turmas de ensino de português para estrangeiros (nível inicial e avançado), onde uma professora portuguesa ensina a língua em aulas regulares (duas vezes por semana). Os alunos inscritos são essencialmente originários de países da EU (Reino Unido, Alemanha, Países Baixos), com destaque para os *sun-seekers*¹⁹⁰, que residem no concelho de Castelo de Vide e Marvão, os quais manifestam grande interesse pelo conteúdo das matérias, pois segundo afirmam, permite-lhes um maior e melhor acesso ao território, sobretudo no que diz respeito aos serviços.

¹⁹⁰O não domínio da língua foi a dificuldade mais apontada nestes grupo de imigrantes.



Fotografia 12. Aula de português para estrangeiros
(concelho de Castelo de Vide)
Estudo de caso (2011)

A questão da dificuldade de integração no mercado de trabalho parece ser mais patente nos centro/sul-americanos em Espanha e nos sul-americanos em Portugal, os quais se queixam em paralelo das dificuldades iniciais de regularização, problema também sentido pelos asiáticos.

É interessante verificar que o grupo dos asiáticos em especial refere que teve alguma dificuldade em perceber o funcionamento de certos usos e costumes da comunidade autóctone: por exemplo, o cumprimento entre pessoas do mesmo sexo/sexo diferente “com dois beijos na face” foi, de início um factor de estranheza. Contudo, nota-se uma tentativa de adaptação, pelo que demonstram uma abertura excepcional à comunidade, “cumprimentando” da mesma forma, participando em actividades sociais. Essas pontes por vezes não são estabelecidas pelos próprios, mas sim pelos filhos, que ao frequentarem a escola interagem com colegas e pais portugueses/espanhóis, o que se tem revelado um factor positivo¹⁹¹.

¹⁹¹De qualquer forma a desconfiança está patente neste grupo, principalmente nos residentes em Espanha, no que diz respeito a indivíduos fora da sua comunidade local

Também a questão dos usos e costumes é referida pelos centro/sul-americanos em Espanha e pelos sul-americanos em Portugal, agora em direcção contrária, já que sentem a comunidade autóctone mais fechada e mais “reticente ao toque”, como muitos referiram. Também houve outra referência no caso português, em que sobretudo os brasileiros notavam que os portugueses colocavam reticências e exigiam um certo distanciamento quando travam o conhecimento inicial com o Outro, mas que depois de o conhecer bem e de o aceitar, tornavam-se “amigos para sempre”. Ora esta dificuldade inicial de relacionamento, provocado pela maneira de ser mais formal e contida dos autóctones (segundo este grupo de imigrantes), assim como o afastamento da família e amigos deixados no país de origem, gera nestes grupos sentimentos de solidão, levando em casos mais extremos ao desenvolvimento do síndrome de Ulisses¹⁹². Contribuindo para o agravamento deste estado, o clima também aparece referenciado, não tanto no que concerne ao estado do tempo sentido durante o Verão, mas antes pelas baixas temperaturas e pela chuva no Inverno.

Ainda no grupo dos centro/sul-americanos a discriminação aparece referenciada, não tanto pela cor da pele como seria de esperar (por exemplo, esse indicador é residual no que concerne aos africanos), mas pela fisionomia física que os associa a determinada origem geográfica. Esta situação decorre, segundo estes imigrantes, do estereótipo construído pelos autóctones de que estes serão sempre indivíduos com baixa qualificação profissional, a desempenhar funções laborais desqualificadas, e que por isso ocupam na hierarquia social uma posição “desfavorecida”.

Analisando em mais pormenor as dificuldades apresentadas no momento da aplicação do inquérito, há duas questões a destacar: a primeira é que, mesmo com apoio escolar (prática formal do idioma) e com a

de autóctones, já que se mostraram totalmente reticentes a fornecer informações para preenchimento do questionário.

¹⁹²É definido como sendo um transtorno mental, desencadeado pela sensação de perda por que passa um imigrante ao deixar o seu país de origem e a se fixar num país estrangeiro (GAMBOA, 2007: 337).

permanência no território (prática informal do idioma), as dificuldades em aprender/aplicar a língua portuguesa/espanhola se mantêm, especialmente no caso dos imigrantes da UE; a segunda é que, de uma forma geral, todos os inquiridos referiram que tinham superado as dificuldades verificadas no momento inicial da migração.

Desta forma, achou-se pertinente realizar uma análise de índole territorial das dificuldades apontadas pelos inquiridos no momento da aplicação do inquérito, tendo em atenção a especificidade de cada concelho/município. Uma abordagem deste tipo poderá ter mais interesse no sentido de encontrar soluções adequadas às vicissitudes indicadas.

Em municípios como Alburquerque e La Codosera não se apresentam grandes problemas, a não ser o facto de alguns imigrantes se queixarem do mercado de trabalho local apresentar poucas opções, assim como ainda haver alguma dificuldade de adaptação aos usos e costumes da comunidade. Por exemplo, continua a ser referido o horário do comércio que se apresenta fechado durante parte do dia (das 14:00 às 17:00, no horário da *siesta*), o que para alguns imigrantes continua a ser visto como uma desvantagem, preferindo que o horário de almoço adiantasse para que as lojas abrissem mais cedo. Estas dificuldades são sentidas também em Badajoz, sendo também indicado a questão da discriminação e da solidão, o que pode ser prenunciador de algumas situações de difícil adaptação à comunidade urbana, mais alienante.

No território português, verificou-se que houve uma tendência para a mitigação das dificuldades, daí que muitos afirmaram já não as sentir.

Por exemplo, no concelho de Arronches, exceptuando o *handicap* da língua, os imigrantes inquiridos referiram não sentir outro tipo de dificuldades. Em Castelo de Vide, Marvão e Monforte foram indicadas dificuldades encaradas pelos inquiridos como pontuais, embora para estes dois primeiros concelhos se destaquem duas dificuldades.

A primeira tem a ver com o facto de determinados assuntos burocráticos implicarem o contacto dos imigrantes com os serviços públicos, queixando-se que os funcionários não têm, de uma forma geral, preparação para atender imigrantes, especialmente cuja língua nativa não é o português. Este contingente, formado por imigrantes da UE, em especial

sun-seekers (britânicos e neerlandeses), queixa-se da falta de preparação e lisura de alguns funcionários municipais no atendimento, parecendo que estão numa atitude de “dificultar a vida do Outro”. Não se pretende generalizar esta ideia, pois pode-se estar a incorrer num julgamento injusto, porém o que parece ser necessário ressaltar é que houve várias queixas por parte dos inquiridos, que até podem ser entendidas como pontuais, porém é necessário que as autoridades averiguem tal situação, reflitam sobre as conclusões e intervenham, no sentido de poderem melhorar o atendimento ao público.

No concelho de Campo Maior os inquiridos indicaram algumas dificuldades pontuais, destacando-se os concelhos de Portalegre e de Elvas com a questão da integração no mercado de trabalho. É de ter em conta que as duas cidades portuguesas do estudo estão incluídas nestas unidades territoriais, pelo que é aí que também há uma maior concentração de imigrantes, a grande maioria com expectativas positivas face ao mercado de trabalho. Num momento de crise, em que o fraco tecido laboral do interior tende a ficar (ainda) mais débil, é natural que ambos os espaços urbanos não possam dar as respostas mais adequadas, o que lhes provoca sentimentos de frustração, sobretudo pela temporalidade limitada dos contratos ou até mesmo pela inexistência de emprego.

Perante este quadro, e tendo em conta os aspectos até agora referidos que permitiram emitir pistas sobre a relação estabelecida entre os imigrantes e o território-comunidade autóctone, avaliou-se o grau de inclusão nesta entidade espaço-social. Foi para isso indicada uma escala numérica de intensidade crescente – de 0 a 10 - em que o 0 significaria que o imigrante se sentiria muito mal inserido, o 5 inserido de forma satisfatória (sem revelar uma vertente negativa ou positiva marcante) e o 10 em que se sentiria muito bem inserido no território onde reside/trabalha.

Perante as respostas obtidas, concluiu-se que os imigrantes se sentem integrados de forma positiva (valor médio de 6,8), sendo que em Portugal esse valor aumentou ligeiramente para 7 e em Espanha diminuiu para 6,7¹⁹³.

¹⁹³A moda foi de 7 valores para ambos os casos.

Uma análise dos percentís permite perceber que 50% dos inquiridos indicou graus de integração até 5 valores, sendo que 50% da distribuição indicou até 7 valores. De referir que houve 25% dos inquiridos que referiu valores iguais ou superiores a 8.

Esta análise permite perceber que, de uma forma geral, a integração dos imigrantes no território é sentida por eles próprios como um processo que tem tido um resultado positivo. Refira-se que do total de inquiridos 7,1% imigrantes indicaram valores de 0 a 3; 26,8% de 4 a 6; 66,1% de 7 a 10, o que valida esta ideia. Porém uma análise espacial mais detalhada permite identificar diferenciações regionais, pelo que é possível estabelecer uma hierarquização dos concelhos/municípios em estudo:

1º	La Codosera	8.6
	Arronches	8.6
2º	Monforte	7.5
3º	Alburquerque	7.4
4º	Elvas	7.3
5º	Campo Maior	7.2
6º	Badajoz	6.4
	Castelo de Vide	6.4
7º	Portalegre	6.1
8º	Marvão	5.1

Quadro 15. Grau inclusão dos imigrantes nos concelhos/municípios de residência (0-10 pontos)

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Os factores que validaram a escolha deste território para a fixação destes imigrantes pode de certo modo ajudar a explicar esta hierarquização. Volta-se a frisar que a mesma deve ser encarada do ponto de vista indicativo, dado a problemática associada à recolha e dimensão da amostra. Porém, não deixa de ser curioso observar que são os concelhos/municípios de baixas densidades, ou seja, são as unidades territoriais com comunidades bastantes reduzidas em termos de efectivos populacionais, onde inquiridos indicam um maior grau de satisfação quanto ao seu processo de integração. Perante este facto, a explicação primeira

mais viável que se apresenta será a de que, face a contingentes pouco elevados de imigrantes, mesmo que de nacionalidades diversas e com língua/hábitos/costumes diferentes, há conveniência em fazer parte daquela sociedade local, assim como em retorno, os nativos revelam interesse em ajudar a incluir aquele grupo imigrante, não só do ponto de vista humanitário como também reconhecendo, como mais adiante se verá, que os estrangeiros se apresentam como uma mais-valia para estes territórios.

Uma análise por grupos de imigrantes, permite verificar que embora o valor médio para o território português e espanhol em estudo seja similar, há desvios a serem considerados. Enquanto que nos concelhos portugueses não houve qualquer imigrante que referisse valores inferiores a 2, tal aconteceu nas comarcas espanholas, embora nos valores superiores a 7 tenha havido uma equidade territorial. Além disso todos os grupos de imigrantes apresentam classificações iguais ou superiores a 5 pontos, sendo a mais elevada de 8,4 pontos (africanos em Portugal) e 9,4 pontos (originários de países extra-UE27), registando-se valores intermédios para os sul-americanos e asiáticos em Portugal (7,1 pontos para ambos), também para todos os europeus neste país (6,1 pontos para os originários de países extra-UE27 e 6,8 pontos para o grupo dos UE27); em Espanha destacam-se os africanos com 6,6 pontos, os centro-sul americanos com 6,8 pontos, assim como os originários da UE27 com 6,2 pontos. Comparando, parece haver uma satisfação ligeiramente mais positiva em território português do que no espanhol, o que pode estar relacionado com as explicações dadas nesse sentido.

Assim, apurou-se que os imigrantes que revelaram um maior grau de satisfação¹⁹⁴ quanto à sua integração no território-comunidade local, enfatizaram os seguintes motivos:

¹⁹⁴Foram tomadas como referência a resposta dos inquiridos que classificaram a sua integração com 7 ou mais valores na escala de 0 a 10.

1º	Auxílio de amigos portugueses/espanhóis
2º	Auxílio de pessoas da comunidade autóctone
3º	Auxílio de amigos da nacionalidade de origem
4º	Auxílio de amigos de outras nacionalidades
5º	Participação em actividades culturais/desportivas do concelho/município
6º	Casamento/união de facto com elemento da comunidade autóctone

Quadro 16. Motivos indicados como facilitadores da integração
(7-10 pontos)

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Notam-se duas linhas de influência, uma primeira consubstanciada pela comunidade autóctone, uma segunda pelos imigrantes.

Quando realizada a análise geográfica a este território, pode-se pensar que serão as áreas rurais aquelas em que haverá maior probabilidade de dos imigrantes referirem que são ajudados pela população autóctone. As baixas densidades, quer de população nativa, quer de imigrantes, poderão ser um factor específico de aproximação entre indivíduos, o que será mais difícil de ocorrer num espaço urbano, numa cidade, onde a concentração humana e o ritmo quotidiano acelerado não propiciam a tal atitude. O que se verifica é que, embora nas cidades incluídas no estudo se corrobore a indicação da importância do papel dos amigos do país de origem e de outras nacionalidade na integração dos inquiridos, no espaço rural a acção da comunidade autóctone ganha destaque, assim como em todos os grupos de imigrantes presentes neste território. Amigos portugueses/espanhóis ou outros imigrantes (por exemplo, vizinhos), são apontados como elementos que aceitam o estrangeiro com as suas características, a sua forma de estar e de agir perante as situações quotidianas, e o ajudam a se incluir na nova realidade. A participação em actividades culturais/desportivas do concelho/município também foi descrita como um factor relevante para a potenciação da integração, onde mais uma vez tem papel importante a população autóctone que se envolve com os próprios estrangeiros, o que acontece em todos os concelhos/municípios do estudo.



Fotografia 30. Imigrantes brasileiros a participarem nas festas de S.João – fotografia tirada por um amigo português (concelho de Arronches)
Fonte: Emílio Moitas (2007)

Além disso, o facto de existirem estrangeiros que casaram com nativos, também é apresentado como um ponto positivo, não só para o imigrante/casal, que com a ajuda do cônjuge é “introduzido” na comunidade local, como também do próprio grupo imigrante, que de certa forma é dado a conhecer à população autóctone através desses mesmos elementos que estabelecem relações conjugais “mistas”, como já foi discutido anteriormente.

Referiu-se ainda a tranquilidade inerente a esta região da fronteira ibérica, como geradora de impacto positivo na integração dos imigrantes, pois quem chegou não veio perturbar, o que causou boa impressão dos imigrantes nos nativos, assim como propiciou que houvesse tempo e disponibilidade para todos se conhecerem melhor.

Houve ainda quem manifestasse um menor grau de satisfação¹⁹⁵. Embora se trate de um contingente reduzido, ao ponto de não fazer sentido extrapolar estes resultados do ponto de vista espacial/de grupo¹⁹⁶, é pertinente fazer uma reflexão, no sentido de se apurarem as causas desta situação.

¹⁹⁵Foram tomadas como referência a resposta dos inquiridos que classificaram a sua integração com 3 ou menos valores na escala de 0 a 10.

¹⁹⁶Excepto no aspecto da “discriminação pela cor de pele”, que foi indicada exclusivamente por africanos, ainda assim em apenas em 3 casos.

1º	Discriminação feita pela comunidade autóctone porque ser estrangeiro/imigrante
	Discriminação pela cor da pele
2º	Inexistência de amigos/isolamento
	Hábitos e costumes diferentes da comunidade
3º	Não participação em actividades culturais e desportivas do concelho/município

Quadro 17. Motivos indicados como dificultantes da integração (0-3 pontos)

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Pela análise dos factores, há três pontos que se destacam, os quais se relacionam entre si: o primeiro diz respeito à discriminação, perpetrada pela população nativa; o segundo indica a inexistência de amigos; o terceiro concerne a relações sócio-culturais entre autóctones e imigrantes.

No caso das indicações de discriminação é interessante perceber que dos que responderam que não sentiram a cor da pele como uma dificuldade no momento de chegada nem no presente, neste ponto acham que com alguns nativos isso ainda é motivo de preconceito, não no sentido de rejeição total, antes de desconfiança.

Mas não é só a cor da pele, mas sim principalmente o facto de se ser estrangeiro que causa desconfiança, embora esta “animosidade” possa partir não só do nativo para o estrangeiro, como do estrangeiro para o nativo. Tal foi percebido em declarações¹⁹⁷ como: *“no se puede hacer amistad com ellos [españoles], los españoles creen que los inmigrantes son inferiores a ellos. Los niños entre ellos se integran, pero cuando son adultos no.”*

Uma má experiência de ambas as partes pode propiciar este tipo de comentários e de atitudes face ao Outro, por isso é importante passar a mensagem de que é preciso não generalizar situações, principalmente de índole negativa, a grupos de indivíduos ou lugares em especial, porque senão corre-se o risco de se incorrer inverdades e injustiças.

¹⁹⁷No sentido de se salvaguardar o anonimato dos inquiridos, as citações serão apenas identificadas no texto como tendo sido realizadas por “imigrantes” ou “autóctones”. No entanto estas estão registadas nos respectivos questionários por inquérito e arquivadas na base de dados da investigadora.

Perante esta situação, achou-se que seria pertinente perceber o papel dos organismos públicos como potenciadores do sentimento de discriminação, pelo que foram apresentados vários exemplos os quais, perante as suas experiências quotidianas, avaliaram tendo em conta a possibilidade de serem discriminados pelo facto de serem imigrantes. Para isso foram utilizadas várias hipóteses de resposta em que os inquiridos referiam: 1 – estão plenamente de acordo; 2 – concordam parcialmente; 3 – não concordam nem discordam; 4 – discordam parcialmente; 5 – discordam totalmente; 6 – não sabem¹⁹⁸. Desta questão resultaram os seguintes resultados:

1º	Senhorio/Agente imobiliário	4.01
2º	Centro de Saúde/Médico/Consultório/Hospital	4.12
3º	SEF/CGEF	4.47
4º	Câmara Municipal ou Junta de Freguesia/Ayuntamiento	4.48
5º	Organismo de assistência social	4.59
6º	Polícia	4.54
7º	ACIDI ou CLAI/SEIE	4.83
8º	Escola	4.84
9º	Organização religiosa/Líder religioso	4.91

Quadro 18. Organismos públicos e discriminação (0-10 pontos)

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

A primeira conclusão a retirar da análise da média das respostas, é a de que, de uma forma geral, o sentimento de discriminação não é sentido de forma significativa, já que os pontos se situam entre 4,01 e 4,91, ou seja, no espectro da “discordância parcial” perante a questão colocada com base na afirmação se “sente discriminação”, embora na maior parte dos organismos apresentados o arredondamento estatístico às unidades permitiria enquadrá-los numa situação de não discriminação evidente¹⁹⁹.

¹⁹⁸No caso do inquirido ter respondido neste sentido, indica que não tem experiência nem conhecimento de causa, o que significa que em termos práticos não frequentou/usou esse serviço.

¹⁹⁹De ter em conta os valores dos imigrantes que referiram não querer responder/não ter opinião sobre o organismo em causa: Senhorio/Agente imobiliário – 20,7%; Centro de Saúde/Médico/Consultório/Hospital – 6,8%; SEF/CGEF – 29,6%; Câmara Municipal ou Junta de Freguesia/Ayuntamiento – 21,2%; Organismo de assistência social – 35,7%; Polícia –

Um análise por grupos e por países, permite constatar que há um contingente que sobressai pelo seu nível reivindicativo e pelo seu grau de concordância face a situações de discriminação – os originários de países europeus extra-UE27 residentes em Portugal, mais especificamente no concelho/cidade de Portalegre. Estes imigrantes inquiridos queixaram-se de discriminação efectiva por parte de organismos como os Centro de Saúde/Médico/Consultório/Hospital, Organismos de assistência social, Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, ACIDI ou CLAI, e do SEF. Tal parece acontecer, na maior parte dos casos, não porque haja discriminação em si, mas porque as instituições causa não conseguem dar resposta às demandas destes inquiridos, o que os faz ter uma percepção algo negativa e destorcida do seu funcionamento.

Os asiáticos em Portugal também destacam as Escolas como organismos discriminatórios. Este facto parece ocorrer porque tais imigrantes pretendem que seja dado mais apoio aos filhos, nomeadamente em termos de aprendizagem da língua materna, mas também por eventuais conflitos que possam ter surgido entre colegas alunos. Trata-se no entanto de situações pontuais que, na altura da aplicação do questionário podem ter condicionado as respostas. Quanto à aprendizagem da língua materna (dos pais) pelos filhos dos imigrantes, para já trata-se de uma impossibilidade institucional, e além disso as escolas/organismos que o podem fazer, não se encontram nesta região da raia ibérica, mas sim noutros pontos do país, em especial na regiões de concentração imigrante (por exemplo em Lisboa ou em Madrid). No entanto, a ideia não se deve deixar de ter em conta, principalmente no caso desta e de outras comunidades estrangeiras, de língua diferente da portuguesa/espanhola, virem a aumentar o quantitativo no território.

20,7%; ACIDI ou CLAI/SEIE – 44,6%; Escola – 43%; Organização religiosa/Líder religioso – 37,9%. Estes valores revelam sobretudo a relação dos imigrantes com as instituições/actores locais, mais próximas das relacionadas com a Habitação e Saúde, menos do ACIDI ou CLAI/SEF por muitos já terem chegado ao território devidamente documentados ou tratado directamente do assunto com o SEF/CGEF. Também da Escola, em especial no caso dos imigrantes já reformados ou com filhos que não frequentam estabelecimentos de ensino portugueses ou espanhóis. No caso das Organizações religiosas/Líder religioso, pelo facto de existirem poucos ou mesmo nenhuns locais de culto das suas confissões religiosas, ou por se tratarem de agnósticos/ateus.

Por último, destaque-se a discriminação por Senhorio/Agente imobiliário. São grupos de africanos e centro/sul-americanos em Espanha, sobretudo na comarca de Badajoz, que se queixam da situação. A questão da habitação imigrante em Espanha tem vindo a preocupar a comunidade académica e a ser alvo de estudos por diversos autores que se dedicam ao tema da imigração neste país²⁰⁰. Muitos destes imigrantes queixam-se principalmente dos senhorios, que mostram reticências quanto ao arrendamento das habitações, baseados em estereótipos de que estes grupos são muito dados a “convívios” e a “festas”, o que se pode reflectir na degradação habitacional e no incómodo para os vizinhos. Não se trata de uma questão de desconfiança ao nível do pagamento de renda, até porque são pedidos adiantamentos e garantias de pagamento, mas sim aspectos ao nível da forma de estar dos indivíduos associados à nacionalidade.

Em suma, embora haja casos referenciados associados à discriminação dos indivíduos pela sua origem geográfica, no geral pode-se concluir que não há efectivamente um sentimento de atrito entre os imigrantes que residem/trabalham nesta região da raia peninsular e os organismos públicos existentes no território.

No que diz respeito ao isolamento face à comunidade e até face às actividades/hábitos/costumes desenvolvidas pela mesma, a maior parte dos que indicou estes factores são “uma opção própria”. Esta resposta foi indicada por alguns imigrantes oriundos da UE (britânicos, neerlandeses e alemães), principalmente no caso dos reformados e até de alguns activos, cuja ideia principal é estabelecer um estilo de vida baseada no contacto com a natureza e não tanto com a dimensão humana do território. Como foi referido, “não há interesse especial em contactar com a comunidade” ou em participar nas suas actividades, na sua dinâmica, porque, como foi referido por um destes imigrantes “o ser humano vive [tendencialmente]

²⁰⁰Foram encontradas referências a esta questão nos autores indicados que realizaram estudos sobre a imigração na Comunidade Autónoma da Extremadura.

em tribos e não em comunidade”, o que não quer dizer que haja uma recusa total do autóctone.

1º	Estar com a família
	Estar com amigos da mesma ou de outra nacionalidade
2º	Ir ao café
	Ver filmes em casa/ir ao cinema
3º	Descansar
	Ler
4º	Estar com amigos portugueses/espanhóis
5º	Ir à caça/pesca
6º	Não existem tempos livres
7º	Outras situações

Quadro 19. Ocupação dos tempos livres

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Aqui a barreira da língua parece ser decisiva já que, apesar das ideias explicitadas, acabam por admitir que o facto de se verificarem dificuldades de comunicação, acaba por prejudicar o estabelecimento de relações sociais entre autóctones e imigrantes.

A relação entre estes dois grupos populacionais passa também pela participação em actividades desportivas e culturais locais, como já foi referido, factor esse que se revela de grande importância para os imigrantes, pois é nesse espaço que (também) se faz o encontro, daí que se tenha tentado perceber o que é que os imigrantes inquiridos fazem nos seus tempos livres²⁰¹, assim como eventuais actividades/organizações a que possam estar ligados. Percebe-se que, por um lado, os inquiridos tendem a realizar actividades muito isoladas da comunidade autóctone, quer de forma individual (ler, descansar), quer com o núcleo familiar e de amigos (da mesma nacionalidade) mais próximos (estar com amigos e familiares, ir ao cinema), “excluindo” de certa forma a comunidade autóctone (por exemplo, no caso do clube de leitura neerlandês). Mas

²⁰¹Outras actividades apontadas: em Portugal – trabalhar na horta; gestão de um clube de leitura só para imigrantes neerlandeses | em Espanha – ornitologia; fazer “*rutas de caminantes*”; ver televisão; participar em acções de solidariedade social.

por outro lado também revelam que gostam de desenvolver actividades em conjunto (estar com amigos portugueses/espanhóis, confraternizar com a comunidade local no café, ir à caça ou à pesca com alguns dos seus elementos). Esse encontro também é feito através da participação cívica em organismos destinados a tal, tanto de carácter intra como extra-grupal, constatando-se que cerca de 91% tem ligações formais ou informais aos mesmos. Este valor justifica a tendência satisfatória indicada pelos imigrantes, assim como corrobora a ideia de que o número de imigrantes que referiu ter um grau de integração insatisfatório, ser de facto residual. Neste sentido, as actividades mais apontadas foram da seguinte natureza²⁰²:

1º	Desporto e recreio
2º	Educação, artes, música e outras actividades culturais
3º	Organizações religiosas/Igreja
4º	Associativismo imigrante
5º	Sindicatos
6º	Outros organismos
7º	Partidos ou grupos de interesse político

Quadro 20. Tipologia das actividades/organizações desenvolvidas/frequentadas nos tempos livres

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

A frequência destas actividades não excede os dois dias por semana, porém tem-se revelado muito importante, não só porque muitas destas contribuíram para a regularização dos imigrantes, como também para a defesa dos seus direitos laborais, da manutenção de práticas culturais/sociais/espirituais do país de origem, assim como da própria inclusão na

²⁰²Outros organismos apontados: em Portugal – Associação de Desenvolvimento Local (Tégua) | em Espanha – Caritas e Cruz Vermelha. Ainda em Portugal, na Rádio Portalegre é realizado um programa de música dedicado à comunidade brasileira (“O melhor do Brasil”), realizado por um imigrante dessa nacionalidade (passa todos os sábados). Também na mesma rádio uma imigrante moldava fez o programa “Vozes de Imigrantes”, um talk show com imigrantes e empregadores (passava nas últimas 4^{as}feiras do mês), e agora encontra-se a realizar na Rádio Elvas, em pareceira com um português, o programa “Uma saudade com nome Moldávia”, onde se dá a conhecer o resumo semanal das notícias mais importantes que ocorreram nos países do Leste da Europa.

sociedade, através de actividades que permitem o melhor conhecimento dos nativos (por exemplo, o ensino da língua portuguesa/espanhola).

Para materializar esta convivência, é de referir um exemplo prático ao nível da confissão religiosa²⁰³: no concelho de Elvas a comunidade ortodoxa realiza celebrações religiosas numa Igreja de rito católico, com o aval da diocese; na cidade de Badajoz, o Íman da Mesquita da cidade está em diálogo com o Ayuntamiento para que possa ser disponibilizado um terreno onde se irá construir um centro religioso islâmico. Estas situações mostram a abertura da comunidade e das autoridades locais à diversidade, o que em muito beneficia a convivência entre imigrantes e nativos.



Fotografia 14. Mesquita de Badajoz (comarca de Badajoz)
Estudo de caso (2011)

²⁰³A partir da aplicação do questionário apurou-se a orientação religiosa dos inquiridos, os quais referiram ser: 40,4% católicos romanos; 14,6% outros cristãos (pertencentes à Igreja de Inglaterra, Igreja dos Milagres, Igreja Protestante, “Catolicismo prático”, Igreja Evangélica, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Jeová’s); 13,2% muçulmanos; 11,8% ateus; 11,4% católicos ortodoxos; 5% agnósticos; 1,1% hindús; 1,1% outras religiões (Budistas, Judeus).

Na sequência do trabalho de investigação, também se procurou estudar perceber como os imigrantes entendiam os problemas e potencialidades do território onde residem/trabalham. Numa momento posterior foram os próprios a indicar sugestões para potencializar os recursos territoriais com vista ao desenvolvimento regional, tanto num sentido lato, apontando soluções genéricas, como num sentido restrito, reflectindo sobre a actuação individual, sobre o contributo dado para o desenvolvimento do concelho/município escolhido para destino do processo migratório pessoal e familiar²⁰⁴.

Desta forma, foi solicitada a enunciação de problemas que, do ponto de vista dos inquiridos, atrofiem o desenvolvimento do concelho/município onde residem/trabalham²⁰⁵.

1º	Falta de emprego
2º	Pouca diversidade de empregos
3º	Falta de dinamismo económico
	Falta de indústria
4º	População muito envelhecida
	Falta de dinamismo comercial
5º	Grande distância em relação aos centros urbanos
	Falta de oferta cultural
6º	Falta de população jovem
7º	Falta de investimento em geral
7º	Outros aspectos
8º	Poucos serviços do Estado
9º	Poucos serviços de Lazer
10º	Poucos serviços de Saúde
11º	Fracas acessibilidades

Quadro 21. Problemas do concelho/município de residência

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

²⁰⁴Também foi solicitado no questionário aos autóctones que estes delimitassem o mesmo quadro à escala do concelho/município, pedindo-se para indicar: problemas; potencialidades; soluções para mitigar os problemas e desenvolver as potencialidades; opinião sobre o (potencial) contributo dos imigrantes para o desenvolvimento regional do território específico em causa.

²⁰⁵Outros problemas apontados: em Portugal – política ambiental desadequada; resistência à mudança de mentalidades e de estilos de vida alternativos; conservadorismo em termos de orientação sexual; falta de transportes públicos; sistema de educação com falhas; desinvestimento na agricultura e na natureza; declínio da agricultura e da população agrícola; inexistência de locais onde se vendam jornais e revistas em inglês, falta de mentalidade corporativista nos agricultores; falta de empreendedorismo por parte dos jovens | em Espanha – pouca atenção social.

No conjunto das respostas, não se verificou uma distribuição tendencial em termos territoriais ou de grupos de imigrantes. Neste contexto torna-se interessante destacar os vários conjuntos de motivos, os quais evidenciam visões diversificadas sobre o território.

Apesar de terem “escolhido” este território para se fixar, reconhecem que o mercado de trabalho não é tão atractivo como o poderá ser nos grandes centros urbanos, não só pela pouca quantidade de empregos disponíveis, também pela parca variedade. Pensam que existe uma falta de investimento em geral, que poderia ser reforçada pela EU e por ambos os Estados. Além disso sublinham o problema das fracas capacidades de empreendedorismo das populações locais. Segundo os inquiridos, como verificará mais adiante, existe uma lacuna relacionada com a falta de oferta cultural e de serviços de lazer, ligados à actividade turística. Esta, baseada numa estratégia política pública e privada tendo em vista o desenvolvimento e a sustentabilidade do território, poderia ser um ponto forte desta região transfronteiriça. Tal questão está sem dúvida associada ao envelhecimento populacional e ao êxodo dos mais jovens (capital humano), gerando uma estrutura etária com pouca capacidade de renovação, daí que esse aspecto também se constitua como um problema.

Além da indústria, alguns dos inquiridos referiram que o potencial agrícola do território estava a ser descurado. Também a própria mentalidade dos agricultores locais que não está aberta a uma estratégia mais “corporativista”, o que poderia ser benéfico quer para autóctones, quer para os imigrantes. Este problema foi mais sentido pelos neerlandeses a residir em Portugal nos concelhos de Castelo de Vide, Marvão e Arronches, e que se dedicam à prática da agricultura.

Foi neste grupo, sobretudo nos reformados, que houve queixas sobre as acessibilidades à região em geral. Não se trata das infraestruturas rodoviárias, as quais são entendidas como uma potencialidade, mas sim dos transportes públicos terrestres e aéreos. No primeiro caso foi indicado que o reduzido número de carreiras de autocarro ou comboio se percebia, dada a baixa densidade populacional, porém esse *handicap* vem limitar ainda mais as deslocações quotidianas que poderiam ser realizadas à es-

cala regional, numa perspectiva intra, inter e extra-concelhia, até mesmo à escala regional, nacional e internacional.

No transporte aéreo, os inquiridos manifestaram desagrado pelo facto de existir um aeroporto regional em Badajoz, que poderia servir de forma mais eficaz toda a região centro/sul da Península Ibérica, mas cujo reduzido (e caro) número de ligações, obriga os imigrantes a ter de procurar este modo de transporte nos aeroportos mais próximos, ou seja, em Lisboa e em Madrid.

Refira-se que em certos casos, aquando do preenchimento do questionário, os imigrantes fizeram questão que este aspecto fosse sublinhado com um carácter reivindicativo, pois acreditam que o desenvolvimento deste aeroporto regional poderia atrair mais imigrantes, sobretudo *sun-seekers*, que viajariam entre o país de origem e o país/região/concelho-município de destino migratório com menores custos monetários e temporais.

Além disso, uma ligação regular entre o aeroporto de Badajoz, o de Lisboa e de Madrid, e com os principais aeroportos europeus (gerido por uma companhia low-cost), aliado ao desenvolvimento de infraestruturas turísticas, seria na opinião dos inquiridos, uma aposta ganha em prol do desenvolvimento territorial.

Foi também pedido que indicassem, no sentido inverso, as potencialidades que identificavam no concelho/município onde residem/trabalham²⁰⁶.

Em primeiro lugar nota-se que existe uma aparente contradição entre alguns dos problemas e das potencialidades enunciadas. Por um lado, há quem afirme que existe pouca oferta cultural, por outro há quem afirme que a oferecida é suficiente; o mesmo acontece com os serviços do Estado, com os serviços de Saúde e com a questão da acessibilidade.

No que diz respeito à oferta cultural, de facto, mesmo nas cidades em estudo, o cartaz cultural é muito limitado, se comparado com a oferta de espectáculos em Lisboa, Madrid ou noutros espaços urbanos de

²⁰⁶Outras potencialidades apontadas: em Portugal – modo de vida tradicional das populações; povoações pequenas com baixa densidade populacional; existência de poucas pessoas a residir nesta área do país; paz e sossego; terreno disponível para comprar. Não foram apontados aspectos particulares pelos inquiridos espanhóis.

maior dimensão, daí que isso seja visto sob uma perspectiva negativista. Principalmente no Verão, o número de eventos é maior, sendo que em muitos casos são gratuitos para o público (tradicionalis festas de Verão). Também se verifica que em muitos cinemas, centros culturais e salas de espectáculo da região, o preço praticado nos bilhetes é inferior ao praticado nas cidades/regiões já citadas, fruto de uma política do poder local que patrocina estes eventos. Deste modo torna-os mais atractivos e acessíveis ao público, o que se apresenta como uma vantagem para os residentes nativos e estrangeiros.

1º	Proximidade com Portugal/Espanha
2º	Segurança
3º	Baixo custo de vida
4º	Existência de serviços básicos de Saúde
5º	Boa qualidade da gastronomia
6º	Qualidade ambiental
7º	Especificidade e qualidade dos produtos regionais
8º	Boas acessibilidades
9º	Património edificado
	Comunidade que proporciona a integração
10º	Outros aspectos
11º	Património natural
	Boa qualidade da habitação
12º	Património cultural
	Boa oferta cultural
13º	Existência de serviços básicos do Estado

Quadro 22. Potencialidades do concelho/município de residência
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

No que diz respeito aos serviços do Estado e de Saúde, a perspectiva diz respeito à comparação estabelecida com os países de origem, onde as funcionalidades dos mesmos possam ser melhores ou piores, daí a perspectiva de problema ou potencialidade. A falta de uma rede de cuidados médicos com mais oferta, assim como de apoio domiciliário de elevada qualidade para situações de apoio a idosos, está a condicionar de forma negativa a fixação prolongada dos imigrantes europeus reformados, já que houve casos de retorno ao país de origem (por exemplo, de britânicos).

O investimento neste sector – cuidados a idosos – poderia ser positivo tanto para imigrantes, que beneficiariam/consumiriam os serviços em causa, como para a comunidade autóctone, potencial fornecedora de capital humano.

No que se refere à acessibilidade, como já foi explicitado, o sentido positivo refere-se à rede viária. Como praticamente todos os inquiridos dispõem de viatura própria, aliado à existência de boas estradas em geral, tal facto torna mais fáceis as deslocações a várias escalas²⁰⁷.

Outro dos factos em evidência foi o baixo custo de vida. Inicialmente esperava-se que esta resposta tivesse maior incidência no grupo dos *sun-seekers* presentes nesta região portuguesa e espanhola²⁰⁸. Porém verificou-se que esta era uma percepção comum a todos os imigrantes, especialmente destacada por aqueles que já tinham residido/trabalhado noutras áreas urbanas dos países em questão ou nas suas capitais, pois embora reconheçam que os salários possam ser mais compensadores, em contrapartida o custo dos bens básicos e de outros aspectos do quotidiano, especialmente do preço da habitação (arrendamento), podem ser mais elevados.

Associado a este factor indicam a qualidade/disponibilidade/preço da habitação e dos terrenos, havendo motivações específicas para cada grupo. Os asiáticos, por exemplo, enfatizam o facto do preço do arrendamento de lojas ser bem mais baixo nesta região da raia do que nas principais áreas urbanas portuguesas e espanholas, e embora possam perceber potenciais desvantagens da implantação nesta região raiana peninsular, como já foi discutido, o facto dos custos de estabelecimento baixarem,

²⁰⁷Esse factor não parece ser um motivo de preocupação para os imigrantes oriundos da UE, em especial dos *sun-seekers*, os quais apreciam a tranquilidade gerada pelo isolamento das suas moradias/pequenas quintas. Por vezes a deslocação em trabalho de campo tornou-se difícil, quer nos municípios espanhóis quer nos concelhos portugueses, porque estas propriedades estão muito longe das vias rodoviárias principais, sendo o seu acesso físico dificultado pela estradas serem de “terra-batida”, com pouca ou nenhuma sinalização indicativa, e com falhas severas na rede de telecomunicações.

²⁰⁸Aliás, muitos referiram que o facto de não terem ido viver para o sul da Península Ibérica, nas áreas costeiras, ocorreu porque essas zonas estão muito massificadas em termos de quantitativo populacional e de habitação (transformadas em “não-lugares”), aliado ao facto de acharem que o preço dos bens básicos assim como da própria habitação, entre outros, tendia a ser mais elevado do que nos concelhos/municípios onde agora residem.

assegura-se como uma das vantagens competitivas que atrai este grupo para aqui se estabelecer.

Os originários do norte/centro da UE (sobretudo britânicos e neerlandeses) destacam o facto de haver disponibilidade de terrenos e do preço destes e das habitações ser relativamente acessível, o que não acontece nos seus países de origem. No caso dos imigrantes ingleses e neerlandeses, reformados ou no activo que optaram por adquirir propriedades nos concelhos/municípios em estudo, foi referido que nos seus países de origem era muito difícil comprar um propriedade ou uma casa de campo uma área rural, uma vez que os preços praticados eram muito elevados, assim como os proprietários não estavam interessados em vender esse tipo de bens. Todos os outros grupos de imigrantes, de um modo geral, se mostram satisfeitos com a qualidade da habitação e com o preço praticado em situações de arrendamento.



Fotografia 15. Casa e quinta recuperada por imigrantes ingleses (concelho de Portalegre)
Estudo de caso (2011)

A qualidade ambiental/património natural foi também um factor enunciado, assim como a segurança e a tranquilidade desta região em estudo. Sabendo-se à partida que a vertente laboral é decisiva para a maior parte destes imigrantes, em especial nos que se encontram em idade activa, é de referir que se notou que estes eram os factores “secundários” que mais os influenciavam a permanecer nos concelhos/municípios em estudo, pensando não apenas numa perspectiva individual, mas em particular na família. Aliado a outras potencialidades referidas, como a boa gastronomia, a qualidade dos produtos regionais²⁰⁹ e o património cultural²¹⁰, os imigrantes referiram que a exploração sustentável destes recursos poderia conduzir a uma situação satisfatória de desenvolvimento regional, se os mesmos fossem aproveitados, não num sentido massificado, mas antes dados a conhecer a eventuais segmentos populacionais que pudessem estar interessados em participar do processo, como já foi discutido – imigrantes e turistas.

No final da discussão deste ponto do questionário, urge destacar dois aspectos enunciados pelos inquiridos e que se revelaram de interesse particular.

O primeiro aspecto associa-se com o facto de ter havido consenso de que neta região se vivia “em paz e tranquilidade”, fruto da segurança sentida, o que já foi abordado, assim como de outro factor: as baixas densidades populacionais. O facto das povoações serem pequenas e com poucos habitantes, é para determinados inquiridos um factor de atracção, especialmente para aqueles que procuram aproveitar o seu tempo de reforma num lugar calmo e com características atractivas singulares (clima e flora mediterrânica). Até para activos que pretendam desenvolver negócios que se adequem a um ambiente deste tipo. Significa que o

²⁰⁹Os mais indicados foram o azeite, o vinho, o pão, os enchidos, o queijo, produtos hortícolas, ou seja, produtos originários da região/dieta mediterrânica.

²¹⁰A definição de património cultural indicado pelos imigrantes referiu-se ao modo de vida tradicional/estilo de vida actual das populações locais. Por modo de vida tradicional exemplificaram com a ligação que as populações mais idosas ainda têm à agricultura de subsistência e à criação de animais; por estilo de vida actual exemplificaram com o ritmo de vida mais tranquilo (ida de casa para o trabalho, para a escola dos filhos, para as compras, etc.) do que nas grandes cidades.

normalmente encarado como um aspecto negativo de atrofia territorial – as baixas densidades – para os imigrantes é entendido como uma mais valia de atracção para determinados segmentos populacionais.

O segundo aspecto relaciona-se com a proximidade fronteiriça entre países – Portugal e Espanha. A adesão ao Acordo de Schengen faz com que a circulação entre estes dois países (e entre os outros que também ratificaram o acordo) tenha sido facilitada. Esta situação dá aos imigrantes a noção de que esta é uma vantagem importante para que Portugal e Espanha possam estabelecer parcerias estratégicas em várias áreas, nomeadamente na económica e laboral. Tal vantagem é sentida pelos imigrantes em vários sentidos, devendo-se neste contexto destacar o caso dos marroquinos a residir nas comarcas de Alburquerque e Badajoz. Este grupo deu a conhecer uma situação estratégica ocorrida sobretudo nos finais do séc.XX, mas que se prolongou até meados da presente década. Muitos imigrantes dessa nacionalidade que se vinham fixar nas comarcas referidas, faziam-no porque a actividade laboral desenvolvida – o comércio ambulante – incluía uma estratégia de venda bem delineada, que consistia em alargar o mercado até aos concelhos raianos limítrofes. Na prática significava que muitos dos elementos deste contingente marroquino residiam em Espanha, na Extremadura, onde encontravam apoio das redes sociais de entreajuda, as quais já estavam consolidadas no território e lhes permitiam reduzir os custos/riscos da migração. Por outro lado, aproveitavam a vantagem de estarem perto da fronteira com Portugal para desenvolverem as suas vendas não só em território espanhol, como também percorrendo com regularidade o território raiano luso, principalmente as regiões fora das áreas urbanas onde a rede de comércio era muito incipiente, não havendo a tradição dos “bazares” de Espanha. Contudo, esta prática de comércio ambulante decaiu quando as “lojas dos chineses” vieram ocupar essa lacuna comercial existente em Portugal, pelo que a concorrência estabelecida afastou muitos marroquinos deste território português.

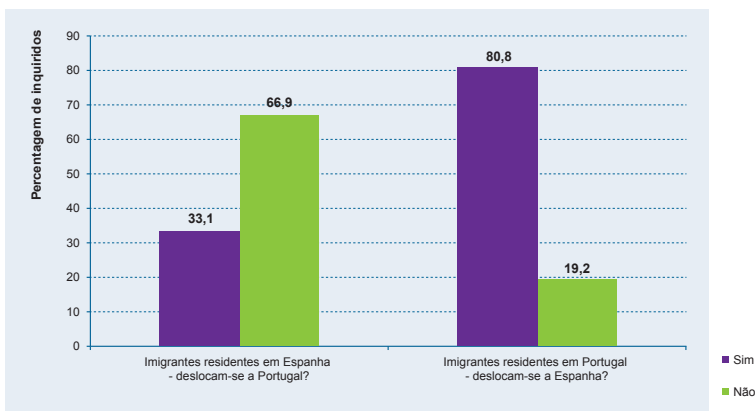


Gráfico 28. Deslocações de curta duração dos imigrantes a Portugal/Espanha

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Na actualidade, a fronteira continua a ser encarada como uma potencialidade para ambos os países em termos gerais, mas também em termos particulares para os imigrantes, embora de forma diferenciada. Dos respondentes, apenas 33,1% referiram residir/trabalhar nas comarcas espanholas em estudo referiu que se costumava deslocar a Portugal, enquanto 66,9% dos imigrantes a residir/trabalhar o fazia, neste caso em direcção a Espanha. No que diz respeito aos imigrantes residentes em Espanha que se deslocam a Portugal, 65,5% fá-lo raramente ou apenas uma vez por mês, sendo que 69,4% se desloca na região fronteiriça (concelho contíguo ao que vive, outros municípios fronteiriços, cidades de Elvas ou Portalegre) ou a outras regiões do país (16,1% destes inquiridos). O motivo principal da deslocação é a prática do turismo²¹¹, assim como a aquisição de bens alimentares, a visita a amigos e familiares, aquisição de outros bens (por exemplo roupa) ou até mesmo para trabalhar.

No que diz respeito aos imigrantes residentes em Portugal, verifica-se que há um maior contingente que se desloca para o outro lado da fronteira. Embora 26,3% refira que o faça raramente, 71,2% deslocam-se a Espanha

²¹¹Houve imigrantes cubanos e peruanos que referiram o facto de terem ido como turistas a Lisboa e ao litoral dessa região, assim como de colombianos que se deslocaram a Fátima com o mesmo propósito.

com regularidade (uma vez por semana, quinzenalmente ou uma vez por mês), principalmente à cidade de Badajoz (73,7% dos inquiridos) ou ao município contíguo ao concelho onde vivem (18,6% dos inquiridos). No caso deste grupo particular, destaca-se a procura de bens alimentares e de outros bens, como por exemplo o combustível e materiais de construção civil, que apresentam preços mais baixos do que em Portugal, sendo que as outras motivações seguem a tendência dos imigrantes residentes em Espanha que se deslocam ao lado luso da fronteira.

A diferenciação encontrada na dinâmica da deslocação entre os imigrantes de ambos os países está relacionada com os constrangimentos burocráticos inerentes a cada nacionalidade. Por exemplo, no caso dos imigrantes de países que aderiram ao Acordo de Schengen (na maior parte originário da UE27) a mobilidade transfronteiriça nesta região não se encontra limitada

Todavia, para outras nacionalidades, há a necessidade de requerer documentação específica e de justificar a ida ao país vizinho, embora possam não o fazer, dada a não existência de um controlo exaustivo na fronteira, porém há sempre o risco de se ser abordado pelas autoridades do país terceiro.

Mesmo não tendo sido reconhecido formalmente no preenchimento do questionário, em conversa informal, muitos imigrantes a residir/trabalhar em Portugal e em Espanha, em especial os originários de países extra-UE27, referiram que também entendiam a questão fronteiriça como uma vantagem para, se o projecto migratório não corresse bem em Portugal, poderem ir residir/trabalhar para território espanhol. De qualquer forma, e como se irá constatar mais adiante, a fronteira não parece ter sido um móbil migratório de oportunidades diferenciadas em termos de mercado laboral, excepto em casos pontuais (venda ambulante por parte de marroquinos ou trabalhadores da construção civil que se deslocam pontualmente ao outro lado da fronteira). É que quando o imigrante refere querer emigrar de novo para outro país, Portugal (para os imigrantes residentes em Espanha) e Espanha (para os imigrantes residentes em Portugal) não é uma opção considerada como viável.

Na sequência da delineação do quadro de problemas e potencialidades dos concelhos/municípios em que residiam/trabalhavam, foi também solicitado aos imigrantes que realizassem uma reflexão sobre a forma como se poderiam minorar estes problemas e aproveitar as potencialidades, Foram indicadas algumas “soluções”, as quais estão relacionadas com a vertente do apoio externo, mais do que propriamente do empreendedorismo endógeno espontâneo.

1º	Apoio financeiro do Estado
2º	Desenvolvimento da actividade turística
3º	Atribuição de incentivos à fixação de empresas
4º	Apoio financeiro do poder local
	Mobilização da sociedade civil
5º	Apoio à vinda de estrangeiros/imigrantes
	Atribuição de facilidades de crédito para a habitação a residentes
6º	Atribuição de facilidades fiscais a residentes
	Apoio financeiro da UE
7º	Atribuição de prémios a nascimentos e casamentos no concelho/município, sendo os pais/noivos residentes
8º	Incentivo à fixação de residentes nacionais
9º	Outras propostas

Quadro 23. Propostas de acção para promover o desenvolvimento regional

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Estes “apoios” referidos a serem dados pelas entidades a várias escalas (UE, Estado, poder local) destinar-se-iam não só ao apoio à criação de pequenas empresas, por parte dos nativos e também de estrangeiros, mas também pela ajuda à expansão de negócios já existentes. Só assim, segundo os imigrantes inquiridos, se poderia criar uma rede de pequenas e médias empresas, que garantiria um maior dinamismo e sustentabilidade ao tecido laboral da região.

De qualquer forma é de ressaltar o interesse na captação dos dois segmentos populacionais que têm vindo a ser destacados pelos inquiridos na amostra – imigrantes e turistas – assim como a outros residentes nacionais, que passa também pela diminuição dos encargos fiscais e de disponibilização de crédito a habitação com juros reduzidos, o que, em

conjunto com o panorama apontado, poderia ser motivo complementar para a fixação de população nestes locais.

Além da actividade turística, relacionada com o leque de potencialidades já apresentadas, os inquiridos crêem que não se está a aproveitar convenientemente os recursos agrícolas. Embora ambos os países estejam limitados pelas directivas da Política Agrícola Comum, este grupo, em especial os activos que se dedicam a este sector, referem que Espanha e Portugal, poderiam ter uma política nacional mais assertiva nesta área económica.

Mas a revitalização deste sector, tal como dos outros, não será só da responsabilidade dos organismos oficiais, mas sobretudo da sociedade civil autóctone, a qual segundo os inquiridos, se devia revelar mais activa e participativa nos destinos políticos e sociais dos seus concelhos/municípios, dando um contributo mais activo para o território de que fazem parte.

Também como elementos integrantes desse mesmo território, os imigrantes em estudo foram questionados sobre o contributo prestado para o desenvolvimento regional do território em que se fixaram.

1º	Aumento da produtividade (trabalho)
2º	Dinamização do mercado de arrendamento e de compra de imóveis/
3º	Consumo de produtos e serviços nos mercados locais
4º	Criação de emprego
5º	Investimento num negócio por conta própria
	Disponibilização de bens/serviços à comunidade autóctone de que antes não dispunham
	Aumento demográfico, pela chegada de famílias estrangeiras
	Partilha de experiências culturais
6º	Reabilitação do património habitacional
7º	Contribuição, em regime de voluntariado, para associações sociais e culturais do concelho/município e da região
8º	Dotação dos locais de residência de infraestruturas básicas (electricidade, telefone, internet, etc)
	Partilha de experiências académicas
9º	Outros aspectos

Quadro 24. Contributo da imigração para o desenvolvimento regional
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

As indicações coincidem com o que foi observado no trabalho de campo, tendo sido confirmado com as diversas deslocações aos concelhos/municípios em estudo, assim como corroboradas pelos autóctones e pelas informações disponibilizadas por agentes locais em entrevistas realizadas no âmbito deste estudo. Pela observação das considerações, constata-se que há dois tipos de contributos, um de *cariz material* e outro de *cariz imaterial*. O primeiro desenvolve-se numa dupla vertente, em que o imigrante toma a função:

a) De *produtor* – investe em negócios por conta-própria, faz manter/aumentar a produtividade nos sectores em que trabalha por conta de outrem, gera emprego (embora de forma muito limitada, como já foi discutido), fornece bens e serviços à população local;

b) De *consumidor* – consome bens e serviços do(s) mercado(s) local(ais), dinamiza o mercado de arrendamento pela ocupação de imóveis e pagamento das respectivas rendas, compra habitações e terrenos (pequenas quintas);

b1) De *reabilitador* – o aspecto específico do mercado imobiliário nesta última vertente, gera no próprio imigrante a função de recuperador do património habitacional, dotando inclusive os locais onde reside (quando estes não dispõem) de infraestruturas básicas (electricidade, água, linha telefónica, internet, etc.).

O segundo diz respeito a um contributo onde se revê numa função *demográfica* – aumento (relativo) do quantitativo populacional com a reunificação familiar, aumento (relativo) do número de activos – assim como numa função *sócio-cultural* – voluntariado em instituições diversas, partilha de experiências académicas e culturais.

Isto significa que a presença dos imigrantes no território em estudo não é tão ténue ou insignificante como inicialmente se poderia pensar. Por outro lado, os impactos decorrentes desta análise levam a crer que este contingente imigrante está a actuar no sentido de promover o desenvolvimento regional efectivo dos concelhos/municípios onde vive porque é criador de *riqueza material e imaterial*, que de forma directa e indirecta acaba por afectar positivamente as populações autóctones.



Fotografias 16 a 21. Exemplos de casas/quintas para venda e de imóveis recuperados por *sun-seekers* (concelho de Arronches)
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2008, 2011)

Mas será que esta massa crítica tem intenção de se estabelecer de forma definitiva nesta região raiana da Península Ibérica, procurando continuar a desenvolver o trabalho e a acção que até agora tem demonstrado? Nos sub-capítulos seguintes procurar-se-á responder a esta questão, numa perspectiva probabilística, através do conhecimento das relações que os imigrantes inquiridos mantêm com o país de origem e com a família que aí permaneceu, assim como das perspectivas em relação ao futuro e da avaliação do projecto migratório.

1.5 O contacto com o país de origem

No que diz respeito a este último tema, e tal como já foi referido, a estruturação do questionário realizou-se com base nos pressupostos de OROZOCO (2008:303-334), o qual sistematiza os efeitos da imigração nos países/regiões de origem dos imigrantes, tendo em conta os “5 T” – transporte aéreo, turismo, telecomunicações, *nostalgic trade* (“comércio da saudade”) e transferência de remessas. Segundo o autor citado, são estas as áreas económicas importantes para os territórios de origem dos

imigrantes, assim como para os territórios de destino migratório, porque geram riqueza de forma mais evidente.

Pela análise destes itens, percebe-se não só até que ponto os indivíduos contribuem para o desenvolvimento dos dois pólos migratórios – origem e destino – pelo consumo de bens e serviços associados, assim como a ligação estabelecida com o núcleo familiar patente no local partida e com o próprio território, o que pode deixar antever a intenção de permanência no local de destino migratório.

Neste sentido, foi analisado o contacto dos imigrantes com o país de origem. 90,7% da amostra referiu que mantinha as relações, em proporções semelhantes em Portugal (46,8% dos inquiridos) e Espanha (46,8% dos inquiridos).

Uma análise geográfica por grupos de origem, permite reconhecer que os estrangeiros que referiram ter menos contacto com o país de origem foram os originários da UE27 em ambos os países, e africanos em Espanha.

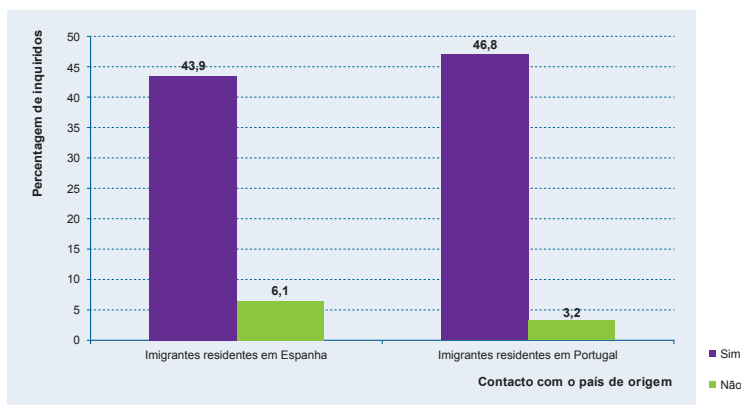


Gráfico 29. Contacto com o país de origem

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

A justificação para tal situação, no primeiro caso, reside no facto de muitos destes inquiridos (sobretudo britânicos, neerlandeses e alemães *sun-seekers*) não terem propriamente ligações materiais e familiares ao território de origem: venderam os bens imobiliários de que dispunham, os filhos vivem noutros países, não mantém contacto com outros membros familiares mais afastados. As ligações estabelecidas são ténues e mais

de carácter afectivo-territorial, baseadas na permanência de amigos e na vivência de memórias do tempo em que lá residiam/trabalhavam. No segundo caso a quebra do contacto está relacionado com situações de ilegalidade, as quais limitam um contacto efectivo com o núcleo familiar residente no país de origem, assim como com o corte de laços afectivos com o agregado original, fruto de questões pessoais, por exemplo, o caso das imigrantes nigerianas em Badajoz que ao recusarem a prática da excisão foram excluídas pela família, com a qual cortaram relações.

Do contacto estabelecido, analisou-se num primeiro momento o envio de remessas. A maior parte dos inquiridos (cerca de 70%) referiu não enviar qualquer tipo de divisas para o país de origem. Analisando noutro ponto de vista, nas comarcas espanholas, 17,5% dos inquiridos referiu enviar remessas para o agregado familiar que não emigrou e permanece no local de origem do imigrante, valor esse que diminuiu para 12,6% no caso dos inquiridos nos concelhos portugueses. Ou seja, menos de 1/3 dos respondentes referiram enviar remessas, sendo que nesse ponto se destacam os oriundos da América do Centro/Sul em Espanha e os sul-americanos em Portugal como emissores.

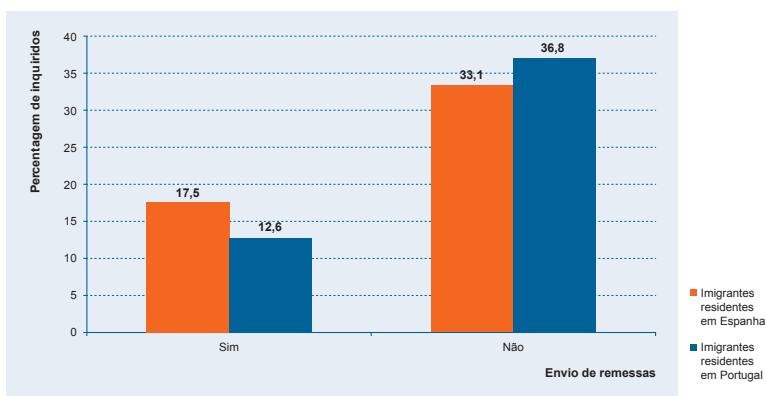


Gráfico 30. Envio de remessas

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Esta dinâmica pode ser explicada tendo em conta vários factores. Por um lado nestes grupos podem-se encontrar mais casos de migrações individuais ou de situações em que os filhos foram deixados a cargo dos avós

no país de origem dos imigrantes. A partida é um móbil para que haja uma maior tendência de envio de capital para o agregado familiar que não migrou, principalmente nos casos onde existem membros dependentes.

Por outro, parece haver uma cultura familiar mais sólida, isto é, nota-se que os imigrantes inquiridos se sentem mais responsáveis pelos ascendentes – pais e sogros – no sentido de lhes prover em o acesso a bens e serviços de que dificilmente disporiam, se não fosse pelo capital que injectam no núcleo familiar. Além disso, o envio de divisas serve para projectar uma imagem de sucesso do projecto migratório, o que também se apresenta como um móbil de contacto.

No caso de todos os outros que referiram não enviar remessas, e que são a maioria, tal deve-se ao facto do movimento imigratório na área em estudo ser tendencialmente familiar, (presença de cônjuges, filhos, em alguns casos pais/sogros e outros parentes). Significa que os elementos aos quais seriam destinadas as remessas vivem com o inquirido.

Além disso os inquiridos também estão a realizar planos de poupança para mais tarde investirem num casa, num negócio, seja no país de origem, seja no país de destino migratório, daí a limitação ou corte na transferência de remessas. Porém há que ter em linha de conta o facto de se ter ficado com a sensação, perante o perfil laboral/familiar de alguns dos inquiridos, que estes se furtaram a assumir que de facto enviavam divisas para o país de origem, quando na verdade o fazem. Esta inibição de resposta pode estar relacionada com o transporte das mesmas se realizar de maneira informal (por exemplo, através de intermediários, de amigos compatriotas que visitam o país de origem, levando o dinheiro até aos destinatários), para se evitarem gastos inerentes à transacção, ou simplesmente por não querer prestar essa informação para o estudo. De qualquer forma, mesmo perante esta possível extrapolação, é de ter em linha de conta os resultados derivantes das respostas dos inquiridos, os quais mesmo podendo estar afectados pelos motivos descritos, transmitem uma possível realidade dos factos.

Foram ainda analisadas outras informações, respeitantes ao montante enviado. Nos concelhos portugueses os imigrantes enviam em media 25% do rendimento familiar mensal, enquanto nas comarcas espanholas

esse valor é de 25% a 50%. Isto acontece sobretudo com os africanos²¹² e centro/sul-americanos, sendo que em casos esporádicos (7 inquiridos) foi referido que se chegava a enviar entre 50% a 75% dos rendimentos mensais. Tal como já foi discutido, a presença do cônjuge, filhos e outros parentes a viver com o inquirido, determina estes quantitativos, verificando-se que aqueles que assumiram enviar percentagens mais elevadas do rendimento mensal eram imigrantes isolados.

O destino das remessas não abrange apenas filhos/enteados, pais/sogros como também cônjuge irmãos/cunhados ou até mesmo outros parentes (tios/primos), desde que haja uma relação de entreatuda com o núcleo familiar mais próximo. Por exemplo, o caso de imigrantes que deixaram os pais no país de origem, já num momento de dependência, ou até mesmo os filhos menores, e estão enviar remessas a tios que ficaram encarregues de cuidar desses entes, a troco de uma compensação monetária. O fim das mesmas é, na maior parte dos casos destinado a suprir necessidades em termos de bens e serviços básicos (desde alimentos e roupas, até ao pagamento da água, luz, telefone, renda/prestação da habitação, etc). Também há quem refira as despesas na educação, sobretudo os que deixaram filhos no país de origem, assim como investimento em habitação (pagamento de prestação do crédito) ou noutros serviços, nomeadamente de saúde.

Também se procurou saber se os inquiridos têm negócios no país de origem para onde canalizam as suas remessas, pelo que se constatou que em 44% dos casos a resposta foi positiva. Dos que referiram tal tipo de investimentos, apenas se encontrou um caso num dos concelhos portugueses (um inglês a residir em Marvão), o qual detinha uma empresa de software.

Porém nas comarcas espanholas, em especial na de Badajoz, há entre o grupo dos africanos e dos centro/sul-americanos uma tipologia específica de negócios.

²¹²Este grupo revela uma postura extrema face ao contacto com o país de origem. Por um lado é dos que revela mais inquiridos que não estabelecem ligações, mas no que diz respeito ao envio de remessas, é dos que transfere maiores percentagens de rendimentos.

No primeiro caso, destacam-se os marroquinos, sendo que os negócios mais referidos foram no âmbito do comércio (loja “típica” de alimentos, de roupa) e restauração. No caso dos latino-americanos houve quem referisse o investimento na bolsa de valores, assim como no comércio (loja de roupa, livraria, talho, padaria), serviços (cabeleireiro) e aluguer de imóveis (casa onde inicialmente o inquirido morava antes de emigrar). Significa por um lado que, à partida, o empreendedorismo imigrante nos países de origem é mais acentuado no território espanhol em estudo, o que pode significar uma maior intenção de retorno. Por outro lado, o facto da migração destes inquiridos ter ocorrido, não significa que estes imigrantes tenham deixado os seus negócios no país de origem, muito pelo contrário, eles continuam a ser, principalmente no caso dos marroquinos, trabalhadores por conta-própria, embora no caso dos centro/sul-americanos se verifique uma maior tendência para serem trabalhadores por conta de outrem. Ou seja, através da migração efectuada, “alimentam” o negócio deixado no país de origem, investindo nele para o melhorarem (em termos de infraestruturas e equipamentos, de compra de renovados/sofisticados stocks de produtos, etc.), tendo-os de certo modo expandido ao país de recepção migratória (no caso dos que se mantiveram no ramo económico-laboral), mantendo essa intenção para o próprio negócio do local de partida.

Este panorama responde ao estereótipo da “sangria de capitais” que por vezes é encarado como um processo nefasto, que pode ter impactos negativos à escala regional, já que implica a saída de ganhos/riqueza para o exterior. É de notar que a maior parte dos inquiridos referiu não enviar divisas para o país de origem. Além disso, dos que enviam, a maior parte fá-lo disponibilizando pequenas percentagens dos seus ganhos. E ainda, dos que têm negócios nos países de origem e aí investem parte do capital ganho na região em estudo, são imigrantes legais que pagam os seus impostos, pelo que muitos também investem nesse espaço por montarem negócios por conta-própria. Desta forma se percebe que a “sangria” é muito limitada, e quando existe ocorre também um retorno para a região em que o imigrante agora reside/trabalha.

No que concerne ao contacto com o país de origem, foi ainda analisada, como base nos pressupostos dos “5 T”, a questão da comunicação²¹³, donde se concluiu que, em média por semana, cada imigrante inquirido passa 7 horas a falar com a família/amigos do país de origem ou que estão imigrados. Este tipo de contacto está generalizado a todo o território, a todos os grupos de imigrantes, excepto no caso dos que referiram não ter qualquer tipo de ligação com o país de origem.

O significado destes resultados, à partida, reflecte apenas a generalização do acesso às telecomunicações associado ao próprio fenómeno da globalização, podendo ser questionado se o estudo de um aspecto deste género é relevante para o trabalho de investigação em análise.

Em primeiro lugar é de referir que, por uma questão de coerência, se testaram os “5 T”, embora se tivesse em conta que a base dos seus pressupostos esteja relacionada com o estudo de caso latino-americano. O segundo aspecto, é que uma tendência desta natureza pode representar uma oportunidade de negócio para nativos e imigrantes, que parece não estar ainda devidamente explorada. Ao que se apurou a partir do trabalho de campo, muitos dos imigrantes realizam estes contactos fora do seu local de residência, em cybercafés, cabines telefónicas, associações de imigrantes/desenvolvimento local. Parece ser uma hipótese viável, especialmente nos locais de maior concentração de imigrantes – Portalegre, Elvas e Badajoz – a abertura de espaços com equipamentos destinados a este tipo de contactos, em associação com outras valências (por exemplo, de cafetaria), onde o público-alvo seria a população imigrante. Poderá ser um negócio rentável, o que seria positivo do ponto de vista económico (criação de emprego, divisas provenientes da própria actividade comercial), mas também social, pois funcionaria como um espaço de reunião, não só exclusivo dos imigrantes, mas que se constituiria como ponto de encontro e de referência de uma/várias comunidades.

²¹³Aqui estão incluídas comunicações via telefone/telemóvel e internet (E-mail, Messenger, Skype, etc).

Outro tipo de ligação estabelecida com o país de origem relaciona-se com a visita ao local de origem em férias. Do total da amostra, concluiu-se que 70,2% dos inquiridos regressava ao local de partida para rever familiares e amigos em períodos de férias, enquanto 29,9% não o faziam em momento algum. Responderam de forma positiva mais imigrantes em todos os concelhos portugueses (37,1% de inquiridos) do que nas comarcas espanholas (33,1% de inquiridos).

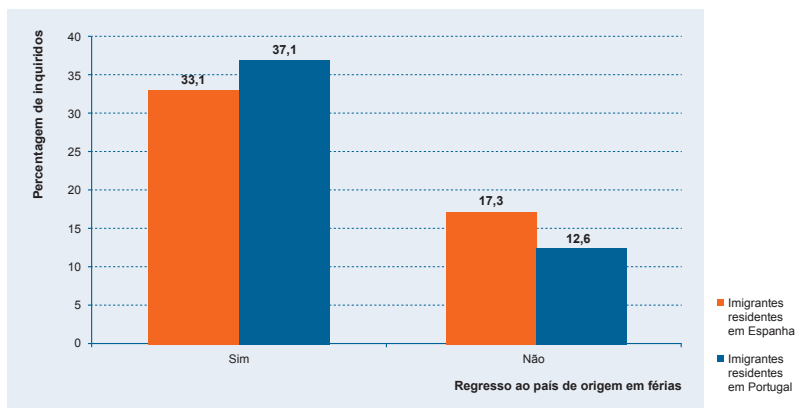


Gráfico 31. Férias no país de origem

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Foram os africanos a residir/trabalhar em Espanha os que mais afirmaram que não efectuavam o regresso em visita, o que pode ser justificado pelas reflexões já efectuadas no âmbito deste grupo. Dos que responderam de forma positiva, a grande maioria fá-lo esporadicamente ou uma vez por ano, sendo que desta tendência se excluem os originários da UE (*sun-seekers*) a residir nos concelhos portugueses, que visitam o país de origem pelo menos duas vezes por ano, indo sobretudo de automóvel. De qualquer forma o modo de transporte referido²¹⁴ como mais utilizado foi o aéreo pelo que, nesta parte do questionário, os inquiridos voltaram a reivindicar a abertura do aeroporto de Badajoz a mais voos comerciais. O aumento

²¹⁴Houve um inquirido inglês no município Alburquerque que referiu ir passar férias ao país de origem, usando como modo de transporte uma caravana. No município de Badajoz, alguns marroquinos referiram usar transportes públicos (autocarro para ir até ao sul de Espanha) ou até viatura própria e depois o barco para atravessar o estreito de Gibraltar.

do número de voos, dos destinos e, em especial, o preço acessível dos bilhetes, seria um factor que de certo condicionaria de forma positiva uma ida mais regular destes imigrantes aos seus países de origem em férias e não só, também como já foi discutido. Neste grupo de questões também se procurou perceber se os inquiridos consumiam bens do país de origem, ao que se constatou que 58,2% o faziam, ao contrário de 41,8% de inquiridos que referiu não o fazer.

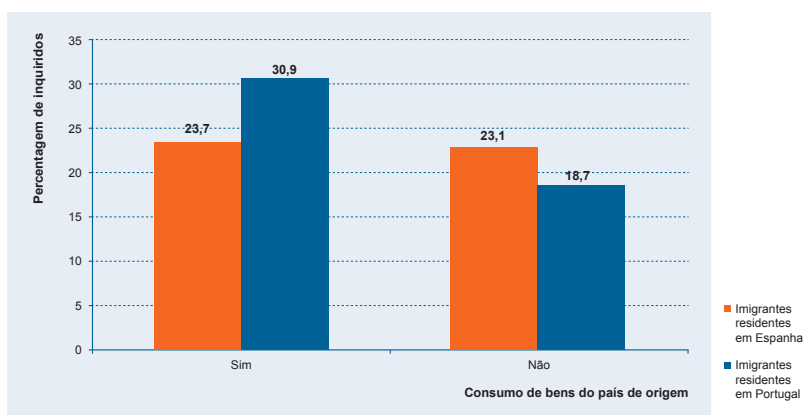


Gráfico 32. Consumo de bens do país de origem

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Pode-se dizer que uma análise por grupos de nacionalidades, em relação com o território, permite verificar que este tipo de consumo é ligeiramente superior nos concelhos portugueses em estudo (30,9% dos inquiridos responderam de forma positiva), em relação às comarcas espanholas (27,3% dos inquiridos responderam de forma positiva).

Neste caso, o que parece mais importante salientar é o facto de em Espanha, os imigrantes afirmarem que os bens são adquiridos na região/município/cidade em que vivem, em especial em Badajoz, ao contrário de Portugal, onde os produtos são comprados noutras partes do país, enviadas por correio por familiares ou amigos, encomendados na internet ou obtidos em período de férias.

Quando se identificaram os produtos adquiridos, houve uma grande variedade de referências: os europeus oriundos do Reino Unido, Alemanha

e Países Baixos (*sun-seekers*) a residir/trabalhar em Castelo de Vide, Marvão, Portalegre e Arronches referiram que consumiam produtos alimentares (especiarias, algas, chá), livros, música, ferramentas para bricolage e jardim e roupa (em 2ª mão); os romenos, búlgaros, assim como outros imigrantes originários da UE27 a residirem/trabalharem em Portalegre, Monforte, Arronches, Campo Maior e Elvas indicaram roupa, tabaco, chocolate, medicamentos; os africanos em Elvas indicaram produtos de beleza; os brasileiros em Portalegre, Arronches, Elvas e Campo Maior afirmaram consumir produtos regionais gastronómicos – queijo, biscoitos, temperos. No município de La Codosera, os portugueses referiram consumir enchidos; no município de Alburquerque os ingleses indicaram a aquisição de chá e vitaminas; os franceses de vinho; os sahrauis cuscuz, chá, tâmaras e roupas “sahrauis”; os argentinos herbamate e doce de leite; no município de Badajoz os brasileiros referiram-se ao consumo de pitanga, abacate, banana, milho, guaraná, feijão preto, rapadura; os peruanos arroz, açúcar, aveia; os colombianos a chocolate, açúcar, farinha, “panela” (rapadura); os bolivianos arroz e “frijol” (feijão), os dominicanos produtos para o cabelo, roupa, arroz; os malianos e senegaleses arroz, peixe e piri-piri²¹⁵.

Esta situação pode, por um lado indicar que um maior contingente de imigrantes a viver no território espanhol em estudo, gera maior procura de produtos “regionais” (dos respectivos países de origem) e por isso já há algum comércio especializado, assim como comércio autóctone adaptado aos diferentes produtos procurados num contexto intra-regional. No caso do território de estudo português, o facto de haver menos massa crítica de consumidores imigrantes, pode influenciar o facto dos produtos dos países de origem serem adquiridos num contexto extra-regional.

De qualquer forma, há que considerar a própria natureza dos produtos. Por exemplo, um alemão em Castelo de Vide referiu adquirir peças de automóvel quando regressava em férias ao país de origem. Embora

²¹⁵Embora alguns destes produtos tenham apenas a designação genérica (por exemplo arroz, feijão, banana, etc), é de ter em conta que se referem a tipos regionais, oriundos das diversas origens geográficas dos imigrantes.

seja um caso em que as mesmas não existem na região de residência, o inquirido referia que não gostava de as encomendar na internet, mas que preferia ser o próprio a pesquisar, a ver, a escolher quando se deslocava à Alemanha. Assim acha que consegue o que quer mais rapidamente, e que consegue inclusive negociar, obtendo melhores preços.

Em termos de impacto no território, esta ligação com o país de origem implica, na maior parte dos casos, uma dinâmica de consumo que se revela positiva para o território, não só à escala local, como também intra e extra-regional. Identificaram-se algumas oportunidades que deverão ser equacionadas por investidores, nomeadamente a questão relacionada com o Aeroporto de Badajoz, bem como a abertura de lojas de telecomunicações destinadas sobretudo à comunidade estrangeira, entre outros aspectos que poderão ser explorados por e para os imigrantes.

1.6 Perspectivas futuras e avaliação do projecto migratório

Há dois aspectos gerais que podem ser ressaltados da análise feita até agora, e que reflectem a dinâmica dos imigrantes a residir/trabalhar nos concelhos e comarcas em estudo. O primeiro associa-se com o facto de, através dos dados apresentados, se perceber que este se trata de um grupo bastante diversificado, quer em termos de origem geográfica, quer em termos de características académicas, laborais, sociais, culturais, entre outras vertentes. Esta dinâmica reflecte a própria atractividade do território face aos fluxos migratórios, de outro modo esta região transfronteiriça peninsular de baixas densidades não incluiria tal contingente de estrangeiros.

O segundo aspecto relaciona-se com o facto de se ter verificado que a presença desta população tem sido positiva para o território, já que tem contribuído para a sustentabilidade quer de determinadas actividades económicas, quer da própria paisagem. Além disso a comunidade autóctone beneficia desta presença, com a oferta/consumo de bens e serviços disponibilizados pelos estrangeiros, assim como pelo contacto social, cultural e académico com os mesmos.

Neste sentido, questiona-se a permanência destes imigrantes no território em estudo. O subcapítulo anterior levantou algumas perspectivas, porém neste ponto pretende-se conhecer melhor as intenções dos imigrantes.

Por isso, procurou-se saber se pretendiam obter a nacionalidade do país onde agora residiam/trabalhavam – Espanha ou Portugal - ao que se apurou que 33,6% da amostra não aspirava a tal, ao contrário de 43,9% que afirmou a intenção positiva e 9,3% que já tinha esse estatuto (dupla nacionalidade), sendo esta proporcionalidade semelhante quer na área em estudo espanhola, quer na área em estudo portuguesa. Apenas 13,2% se mostravam indecisos.

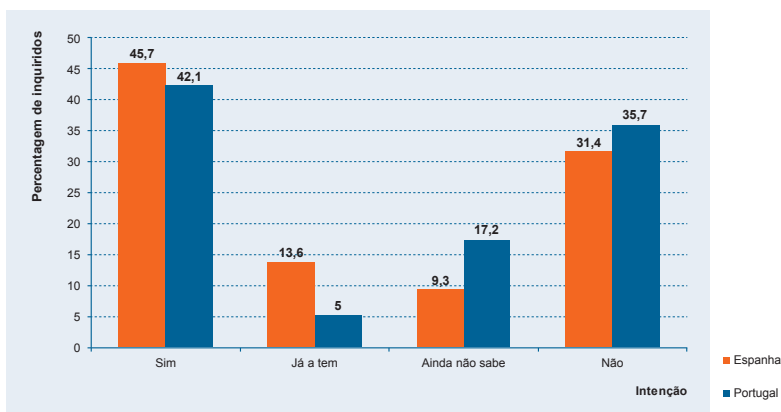


Gráfico 33. Intenção dos inquiridos sobre a obtenção da nacionalidade portuguesa/espanhola

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

O facto de não se querer obter a nacionalidade do país de destino migratório deve ser encarada com precaução. Esta tendência é um referencial, já que a obtenção da nacionalidade do país de migração indica que o imigrante pretende manter uma ligação com o território que o acolheu no seu projecto, levando a crer que haja fortes probabilidades de permanecer no mesmo, podendo contudo verificar-se mobilidade dentro do próprio país. Porém há que colocar outras hipóteses, já que um passaporte português ou espanhol pode significar liberdade de movimentos dentro do espaço Schengen, o que na prática significa movimentar-se entre os vários países signatários do acordo.

Refira-se que 53,2% do total de inquiridos já têm ou pretendem ter nacionalidade portuguesa/espanhola. Em ambos os países são os originários da UE27²¹⁶ que menos revelam intenção de obter a nacionalidade portuguesa/espanhola, já que são cidadãos da União Europeia, o que significa que pertencem a um “espaço comum” dois países, por isso à partida não sentem grande benefício em fazer tal requerimento. Todos os outros grupos, em ambos os países, revelam uma maior abertura à obtenção da nacionalidade portuguesa/espanhola.

Foram também realizadas questões directas aos inquiridos, tendo em conta três escalas de análise. Na primeira foi indagada a intenção de regresso ao país de origem²¹⁷, pelo que 39,6% dos inquiridos não o pretende fazer, 35% ainda não sabe e 25,4% indicou que quer voltar. De todos os grupos em análise, os centro/sul-americanos nas comarcas em estudo foram aqueles que manifestaram mais interesse em regressar. É interessante verificar que este é um dos grupos onde se notaram ligações mais intensas ao país de origem, como já se pôde verificar. Tal corrobora a hipótese de que o contacto com o local de partida significa intenção de regresso, a curto/médio/longo prazo, dependendo dos pressupostos do projecto migratório e do seu cumprimento por parte do imigrante. Pelo contrário, os sul-americanos e os originários de países extra-UE27 a residir/trabalhar nos concelhos portugueses em estudo, foram os que manifestaram menos interesse em perpetrar o movimento de regresso.

Em ambos os países também os originários de países da UE27 manifestaram esta tendência, tendo os *sun-seekers*, sobretudo os indivíduos reformados, afirmado que gostariam de estender a sua permanência ao máximo no território em estudo. São as suas limitações de saúde, características de idades avançadas, que estão a pôr em causa essa intenção. A falta de oferta de especialidades médicas e de serviços especializados de assistência a idosos²¹⁸, leva-os a ponderar o regresso, uma vez que nos

²¹⁶Com destaque para os países que ratificaram o Acordo de Schengen.

²¹⁷Esta questão refere-se ao regresso definitivo ao país de origem.

²¹⁸Quando se usa esta expressão não se está a colocar em causa a qualidade dos serviços disponibilizados no território, todavia a grande maioria são serviços do Estado e das Misericórdias que respondem às necessidades dos autóctones, e o que estes imigrantes

seus países de origem além de poderem beneficiar de outras condições, ainda terão o apoio do núcleo familiar mais próximo.

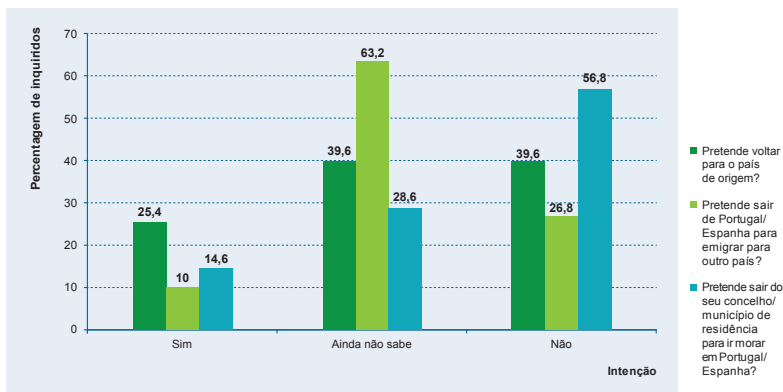


Gráfico 34. Intenção dos inquiridos sobre uma futura migração nacional ou internacional

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Mais uma vez nesta questão foi sentido que este grupo de imigrantes em específico reivindica a existência de serviços de assistência social, o que poderia, em conjunto com o território como recurso, constituir-se como uma mais valia para a região em estudo. Por um lado, a constituição de uma rede de cuidados a idosos imigrantes – neste caso aos *sun-seekers* – seria vantajoso porque iria proporcionar a este grupo cuidados especializados, permitindo-lhes a permanência no local de destino migratório com toda a segurança e conforto.

Por outro, iria proporcionar aos autóctones uma oportunidade de negócio com futuro, assim como gerar postos de trabalhos no mercado local de emprego. Esta necessidade já foi sentida em questões anteriores, pelo que o reforço desta ideia pelos imigrantes é entendida como mais do que uma opinião, um apelo para que as estratégias de desenvolvimento local delineadas pelos governos locais e pelo sector público, possam passar por uma aposta deste género, a qual trará benefícios para todas as partes envolvidas.

pretendem é uma oferta com mais sofisticação e com uma maior diversidade de valências, que vá ao encontro das suas próprias aspirações.

A segunda escala em análise também foi de carácter extra-nacional como a anterior, porém particularizou-se o país em si, tendo sido questionado se pretendiam sair de Portugal ou Espanha com o objectivo de emigrar para outro país. Verificou-se que 63,2% dos inquiridos respondeu que não, que queria continuar o processo migratório nos países em estudo, sendo que 26,8% se encontram indecisos.

Apenas 10% afirmou querer efectuar/continuar o processo migratório noutra país que não Portugal e Espanha, tendo-se destacado com esta intenção o grupo dos africanos nas comarcas em análise, assim como o grupo de outros originários da UE27 em Portugal. Quando questionados sobre os destinos pretendidos, foram referidos países de tradição imigratória – Alemanha, Reino Unido, França, Suíça, Canadá, Estados Unidos da América – assim como outros – Itália ou a Noruega, Portugal (no caso de inquiridos a residir em Espanha) e Espanha (no caso de inquiridos a residir em Portugal)²¹⁹.

As motivações inerentes a esta intenção estão relacionadas com um conjunto de factores que se interligam entre si²²⁰ e que deixam antever, em primeiro lugar, que muitos destes imigrantes encontraram em Portugal e Espanha em geral, e no território de estudo em particular, uma plataforma de transição entre o local de origem e o (efectivo) local de destino migratório. Neste caso não se trata de uma frustração perante as condições vivenciadas nas comarcas/concelhos em estudo, tendo sido estas entendidas como espaço de “proximidade” ao destino migratório pretendido. Por outro lado há quem sinta efectivamente a frustração de estar num local onde não vê logradas as metas definidas no projecto migratório, especialmente em casos de imigrantes desempregados ou que afirmaram não gostar da profissão desempenhada. Nesse caso, a intenção de sair de

²¹⁹Houve um inquirido alemão a residir no concelho de Marvão que referiu pretender emigrar para “países tropicais” com um objectivo muito específico, o de levar e expandir a sua filosofia de vida naturalista e a estrutura da comunidade onde vive – Ilha Paraíso – para outros países.

²²⁰Foram referidos motivos para um potencial movimento emigratório: procura de melhor emprego; procura de melhores salários; procura de melhores oportunidades de educação para os filhos; facilidade de entrada noutra país; necessidade enriquecimento profissional e académico; reunificação familiar.

Portugal ou Espanha tem como objectivo o recomeço num novo destino imigratório, onde se possam cumprir os objectivos propostos noutra país que, à partida, pareça oferecer melhores condições para tal.

Em qualquer um dos casos nota-se a construção de uma imagem territorial potencialmente distorcida, pois estes inquiridos afirmaram que outros destinos prováveis ofereceriam muito mais oportunidades, sobretudo em termos laborais e educativos, entre outros aspectos, que os actuais. Apesar desse pressuposto em parte poder corresponder à verdade, o problema é que perante as observações os imigrantes, parecem não estar a tomar em consideração os custos e os riscos de um processo migratório desse género. Permanece nestes indivíduos a “síndrome do El-Dorado”, um estado em que se toma o destino migratório com oportunidades excepcionais, as quais estão ao alcance de quem vai efectuar a migração, sendo que o projecto migratório é entendido como passível de ser sempre realizado com sucesso.

A terceira escala em análise restringiu-se ao nível regional/local, nos próprios países, tendo sido perguntado aos inquiridos se pretendiam sair do concelho/município onde actualmente residiam, para se fixarem noutra concelho/município do país. Neste caso 56,8% dos respondentes referiram não ter intenção de o fazer, assim como 28,6% ainda não o sabe, sendo que apenas 14,6% afirmaram pretender ir residir noutra concelho/município do país.

Nesta análise é de destacar dois pormenores de interesse. O primeiro diz respeito à diferenciação nacional. Em Portugal 70,7% dos inquiridos pretende permanecer no concelho em que reside, enquanto em Espanha esse valor diminuiu para os 42,9% de inquiridos. Em contraposição de leitura, em Espanha há mais imigrantes com intenção de migrar dentro do próprio país (22,1%) do que em Portugal (7%).

O segundo aspecto leva a constatar que, a uma escala local, são os africanos e os centro/sul-americanos a residir na cidade de Badajoz, que pretendem ir residir/trabalhar para outras regiões espanholas²²¹.

²²¹ Foram referidas as seguintes regiões: Barcelona, Cádiz, Madrid, Málaga, Múrcia, Sevilha e Valência. Os destinos referenciados para os imigrantes residentes em Portugal

Ou seja, sendo Badajoz o centro urbano regional de maiores dimensões do estudo, uma cidade que apresenta mais perspectivas de ofertas de trabalho, educação, serviços de saúde, de lazer, entre outros, do que o território adjacente em estudo, não se esperaria à partida que houvesse uma tendência marcada de saída destes imigrantes. Aliás, todos os outros inquiridos na comarca de Albuquerque, assim como a grande maioria dos imigrantes a residir nos concelhos portugueses, afirmou com veemência que pretendia permanecer no actual local de residência em causa.



Fotografia 22. Casal com cōnjuge do Uzbequistão e cōnjuge da Moldávia, que reunificaram a família em Portugal e pretendem permanecer no concelho de residência actual (Portalegre)

Estudo de caso (2011)

que referiram ter intenção de ir residir para outro concelho do país foram os seguintes: Lisboa, Portalegre, Setúbal, Crato.

As motivações indicadas para a saída do concelho/município são as reveladas para a saída do país, devendo-se para estes dois planos destacar a importância das redes sociais de entreaajuda, as quais desempenham um papel muito importante não só na própria construção da imagem territorial junto do potencial emigrante, como também de auxílio à migração pela minimização dos custos e riscos inerentes ao processo em si.

No que diz respeito à questão da permanência é de referir que os imigrantes foram questionados indirectamente sobre o tema, quando se tentou perceber se a imigração tinha sido logo de início realizada com o acompanhamento da família, ao que 50,4% dos inquiridos responderam quem sim, sendo que 11,4% indicaram que já tinham procedido ao reagrupamento familiar. Dos 38,2% que responderam terem efectuado uma migração individual e continuarem neste estado, a grande maioria, salvo raras excepções, confirmou que era seu objectivo reunir o núcleo familiar mais próximo (cônjuge e filhos, embora também tivesse havido referência a casos de pais/sogros e irmãos/cunhados) no concelho/município de residência actual.

Tal tendência pode indicar que, mesmo que haja intenção de retorno, este deverá verificar-se a longo prazo, já que a vinda da família mais próxima implica um investimento que parece ser demasiado dispendioso, do ponto de vista material e imaterial, para ser apenas temporário. Pode-se de todas as formas questionar se a vinda do agregado familiar mais próximo por si mesmo pode gerar a fixação dos imigrantes na área de estudo, o que é válido. Das observações realizadas pelos inquiridos, o que sobressai é que a vinda da família implicará um período de adaptação à nova realidade, a qual será efectuada no concelho/município em causa. Para alguns, como já foi observado, pode haver a intenção de uma posterior migração para as regiões mais urbanizadas e com mais oferta de emprego em Portugal/Espanha, ou então para outras regiões indicadas, porém o que fica claro é que a intenção de emigração à escala internacional é tendencialmente mais indicada pelos migrantes que se encontram sozinhos, sem agregado familiar constituído.

Esta e todas as outras observações referentes ao futuro, acabam por estar ligadas a avaliação do projecto migratório.

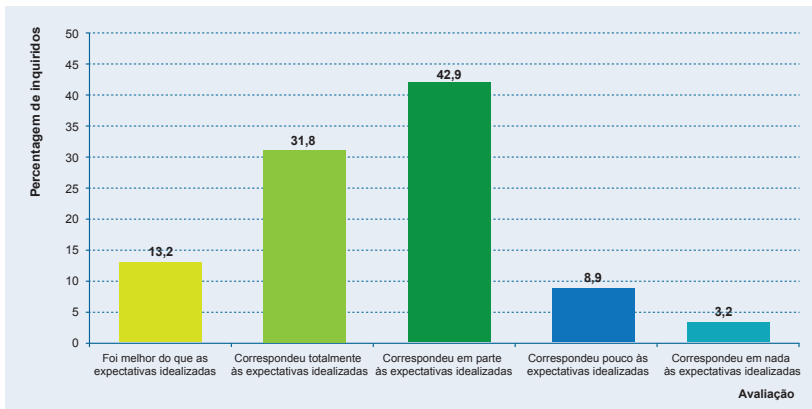


Gráfico 35. Avaliação do projecto migratório pelos imigrantes inquiridos
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos imigrantes (2011)

Perante a análise das respostas, os resultados apresentam-se bastantes satisfatórios, na medida em que se destacou uma avaliação positiva. Um grupo de inquiridos assumiu que o processo migratório e a consecução do projecto correspondeu totalmente às expectativas (31,8%), sendo que alguns referiram mesmo que as expectativas foram superadas (13,2%). Há um continente significativo (42,9% de inquiridos) que pensa que a migração efectuada correspondeu em parte às expectativas idealizadas, sendo que se devem destacar tanto aspectos positivos como negativos de variadas índoles, sobretudo ao nível laboral e da integração social, que por vezes operam em sentidos aparentemente opostos.

Uma avaliação de carácter negativo foi efectuada por uma percentagem relativamente reduzida de inquiridos (12,1%), os quais manifestaram que o processo migratório e o projecto delineado tinha, na realidade, correspondido pouco às expectativas (8,9%) ou até mesmo nada (3,2%).

Antes de se proceder à reflexão sobre os motivos que estão na base destes resultados, é de se referir que uma análise territorial permite constatar dois factos interessantes: o primeiro é que o grau de satisfação tende a ser maior no território português estudado do que no espanhol; o segundo é que o grau de satisfação tende a ser mais elevado em concelhos/municípios de cariz rural e não nas áreas urbanas.

No primeiro caso, uma análise estatística permite perceber que nos concelhos portugueses 52,9% dos inquiridos refere que a migração correspondeu totalmente ao esperado/superou as expectativas, enquanto nos municípios espanhóis esse número decaiu para 37,1%. Em contrapartida, 17,9% dos inquiridos espanhóis referem que o processo e o projecto migratório pouco ou nada corresponderam às expectativas, que em Portugal só foi referido por 6,4% dos inquiridos²²².

No segundo caso verifica-se que os maiores níveis de satisfação são indicados nos concelhos/municípios de Arronches, Castelo de Vide, Marvão e Alburquerque, sendo que em La Codosera, Portalegre, Monforte, Elvas e Campo Maior, encontra-se um grau de satisfação elevado/médio. No caso de Badajoz, embora se verifiquem mais casos de carácter positivo, é também onde se concentram os inquiridos que fizeram uma avaliação negativa do projecto migratório, principalmente entre a comunidade africana e centro/sul-americana, o que também pode ser explicado pelo elevado quantitativo de imigrantes dessas origens que aí reside/trabalha.

Numa tentativa de justificação destas tendências, e tendo em linha de conta que a maioria dos inquiridos conseguiu cumprir os pressupostos idealizados no seu projecto migratório, manifestando uma avaliação positiva do mesmo, podem-se enunciar vários factores que, na opinião destes imigrante contribuíram para tal.

O facto de muitos terem arranjado um emprego relativamente estável ou instalar um negócio por conta própria que correu bem, parece ser um dos motivos mais relevantes. Além disso, a qualidade ambiental e a segurança vivida nesta região da raia peninsular, permite que os imigrantes desenvolvam um sentimento de confiança para aqui agrupar a família. Há quem refira que *“o clima e a tranquilidade fizeram com que o projecto migratório tivesse corrido como o esperado”*, o que se aplica sobretudo ao caso dos oriundos de países da UE27 que buscaram neste território tais características físicas e humanas que não encontram nos países de onde são originários.

²²²Nos concelhos portugueses em estudo, 40,7% dos inquiridos afirmaram que a migração tinha correspondido em parte ao esperado, tendo sido semelhante a proporção de respostas nos municípios espanhóis (45%).

Ainda há neste grupo quem refira que “*o projecto migratório correu bem porque a migração foi feita sem expectativas*”. À primeira vista esta afirmação pode ser discutível, na medida em que o planeamento do processo e a construção do projecto migratório serão sempre baseados em suposições, em representações do país para onde é efectuada a migração. Porém, esta reacção parece referir-se à desconstrução da imagem territorial, isto é, à partida quem emigrou já conhecia de certo modo a realidade do país receptor, o que fez com que a migração tivesse decorrido de forma mais consciente. Desta forma, os condicionalismos negativos já estavam tomados em linha de conta, já eram esperados, enquanto que os factores positivos não expectados serviram de “corroboração” positiva da iniciativa tomada, a qual se reflectiu num projecto no qual valeu a pena investir.

A inclusão na comunidade local parece também ter sido um factor importante, salientado tanto por aqueles que acabaram por desenvolver relações afectivas com membros autóctones, mas também pelos imigrantes em geral, que consideram ser boa a interação entre nativos e imigrantes.

No que diz respeito aos estrangeiros que avaliaram de forma negativa o seu projecto migratório, referindo que pouco ou nada correspondeu com o expectado, verificou-se várias tendências justificativas. Uma delas relaciona-se com o facto dos inquiridos terem construído uma imagem territorial distorcida sobre Espanha e o território em concreto em estudo, o que é notório quando se é deparado com afirmações que referem o facto de “*pensar que [la vida como inmigrante] es más difícil de lo que pensaba, hay que luchar mucho para lograr poco*” ou “*no fue como pensaba yo, fue muy duro y difícil de superar*”, ou ainda quem diga que encontrou “*poco trabajo y mucho racismo*”. Há quem admita que “*estoy mejor que allá [país de origen] pero no estoy bien*”. Esta desconstrução da imagem territorial é operada especialmente pelo mercado de trabalho, o qual não consegue responder às expectativas dos imigrantes, já que existe um contingente que está desempregado, como se verificou. Também o facto de alguns inquiridos não estarem satisfeitos com o seu trabalho, ou ainda terem passado por situações traumáticas em termos de exploração em contexto de trabalho, impele-os a ter esta sensação de

que algo no seu projecto migratório falhou, quiçá a parte que consideram mais importante – a questão laboral.

Mesmo com estas experiências, há quem continue a alimentar uma imagem territorial distorcida do que é a migração à escala europeia, quando se refere que “*en España la vida es dura, no es como en los otros países europeos*”. É certo que se trata de uma afirmação de carácter individual, porém parece exprimir o que alguns imigrantes ainda pensam, em especial aqueles que ainda anseiam por empreender um novo projecto emigratório de carácter internacional.

Além disso há quem refira o isolamento como um factor que os faz sentir desanimados quanto à materialização e prossecução do projecto migratório. A migração individual sem o acompanhamento da família mais próxima, a inexistência de amigos, a débil rede de contactos com nativos, gera em alguns imigrantes sentimento de solidão e de vulnerabilidade face às dificuldades quotidianas. Nesta linha de ideias, alguns inquiridos referiram que necessitam de mais tempo para se integrar melhor na comunidade autóctone, o que é encarado como uma esperança de sucesso para a concretização da estratégia migratória.

Tendo em conta que ao longo do questionário aplicado à população imigrante se comprovou a importância que os inquiridos davam à inclusão na comunidade local, será de todo pertinente analisar de que forma os autóctones entendem o fenómeno migratório, tanto em termos abstractos como perante situações concretas, de forma a se poder perceber na totalidade a dinâmica do fenómeno migratório nesta região da raia peninsular.

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO 2
A COMUNIDADE AUTÓCTONE PERANTE O FENÓMENO
IMIGRATÓRIO NUMA REGIÃO DE BAIXAS DENSIDADES

2.1 O perfil dos autóctones

O questionário aos imigrantes constitui o instrumento base da investigação. Permite dar a conhecer a população estrangeira a residir/trabalhar na região da raia peninsular em estudo.

O questionário aos autóctones deve ser entendido como um instrumento complementar de trabalho, o qual permite explicar e corroborar algumas das informações recolhidas com base nos testemunhos dos imigrantes inquiridos e dos próprios agentes locais, nas entrevistas efectuadas.

Em termos estruturais, pode-se encontrar algumas similitudes entre ambos os instrumentos. Porém o objectivo primeiro não é o de estabelecer um paralelo entre a população estrangeira e a nativa, embora nalguns pontos isso possa acontecer quando se verificar pertinência na comparação, mas sim o de perceber qual a opinião da comunidade local dos concelhos/municípios em estudo sobre o fenómeno da imigração tanto a uma escala global, como à escala regional/local.

Nesse sentido, e tal como na análise dos resultados aos questionários dos imigrantes, numa primeira abordagem ao grupo de estudo dos autóctones, optou-se pela tentativa de estabelecimento de um perfil dos inquiridos, não de uma forma exaustiva, mas perscrutando algumas características demográficas, sociais e laborais que pudessem ter interesse no âmbito do estudo em questão.

Em termos de sexo há um relativo equilíbrio, embora com ligeira prevalência feminina, sendo 55,9% dos inquiridos do sexo feminino e 44,1% do sexo masculino, o que aconteceu também na população imigrante inquirida.

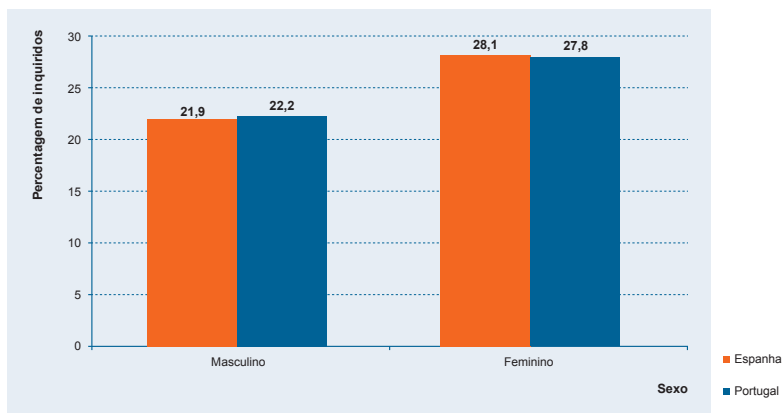


Gráfico 36. Autóctones inquiridos por sexo

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Já no que diz respeito à idade, a média etária é de 39,4 anos, praticamente a mesma que a da população estrangeira da amostra estudada (40 anos), sendo que em Espanha o valor médio registado foi mais baixo (38 anos) do que em Portugal (40,8 anos). A análise dos percentís permite observar que 25% dos respondentes têm até 25 anos de idade²²³, 50% até 37 anos e 75% até 52 anos de idade, sendo que o inquirido mais jovem tem 18 anos e o mais idoso 90 anos²²⁴.

²²³Mais especificamente de 18 a 25 anos de idade. Para manter a coerência dos critérios de estudo definidos para o questionário aos imigrantes, optou-se por inquirir apenas indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos (maiores de idade).

²²⁴Em termos de sexo e estrutura etária, procurou-se manter a proporcionalidade entre o total populacional e a amostra, tendo como base os dados de 2009 do INE português e espanhol. Consta-se que nos concelhos portugueses estudados, a porção de homens é de 48,6% e de mulheres 51,4%; nas comarcas espanholas a porção de homens é de 49,9% e de mulheres 50,1%. Em termos etários, verificou-se que cerca de 50% da população da região em estudo se concentrava na faixa etária dos 25 aos 64 anos.



Fotografia 23. Paisagem humana de uma das freguesias rurais onde se aplicaram os questionários a autóctones e imigrantes (concelho de Elvas)
Elaboração própria (2008)

No que diz respeito ao estado civil, verificou-se que 49,3% eram casados ou vivem em união de facto, sendo que 41,9% referiram ser solteiros, 5,2% viúvos e 3,7% separados/divorciados. Neste ponto do questionário, procurou-se saber se existiriam inquiridos com ligações afectivas formais a indivíduos com nacionalidades diferentes das suas, onde se encontrou um número residual, que não excedeu os 6 casos numa amostra de 270 autóctones.

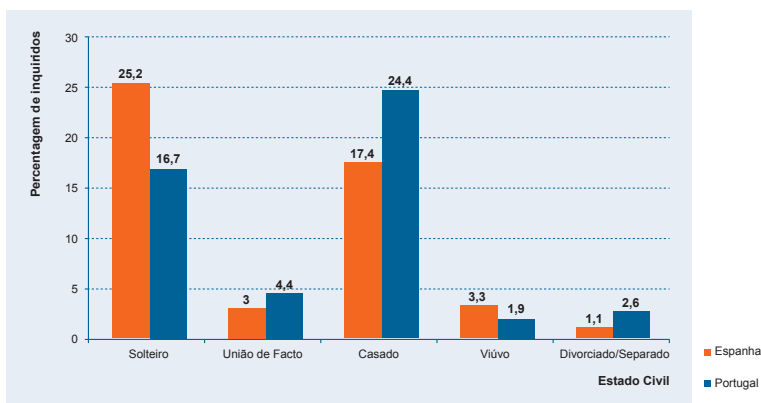


Gráfico 37. Estado civil dos autóctones inquiridos
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Todavia ressalva-se que, mesmo não havendo uma intencionalidade em procurar englobar no estudo este contingente de nativos casados/em relação de facto com estrangeiros, eles foram “espontaneamente” abrangidos na aplicação do questionário. Poder-se-á argumentar que se tratou de um fenómeno casual, dada a forma de recolha/definição amostral não prever uma sistematização dos inquiridos em causa. Porém é de reter que mesmo num processo de selecção espontânea dos inquiridos, foram incluídos casos de casamentos/relações “mistas”. Não pode por isso deixar de se reflectir sobre a prevalência e a importância destes casos particulares para a promoção da integração dos imigrantes no território em estudo. Neste caso verificou-se o estabelecimento de relações maritais de portugueses com indivíduos originários de Angola e do Brasil, bem como de espanhóis casados com originários do Brasil, de Marrocos e de Portugal, o que reflecte a presença das nacionalidades em causa na região de estudo²²⁵.

Neste contexto, também se procuraram conhecer aspectos relativos à situação profissional e ao grau de instrução dos inquiridos. Tal opção pretendeu averiguar se estes domínios interferem com a percepção construída sobre os imigrantes.

Um conhecimento preliminar do território permitiu perceber a existência de indivíduos que, em contexto de crise económica e financeira, associam a imigração e os imigrantes em particular, à génese de uma pressão competitiva no mercado de trabalho, a qual poderá exacerbar os níveis de desemprego e diminuir o nível dos salários.

Verificou-se que as situações onde foi demonstrada maior animosidade quanto à imigração, sobretudo à escala global, ocorreram com inquiridos de baixas qualificações profissionais, a residir em concelhos/municípios de índole rural, sobretudo em casos em que não havia relações sociais com imigrantes. Apenas “conheciam de vista alguns estrangeiros” que residiam/trabalhavam nas imediações. A construção dos estereótipos não se baseou na dinâmica migratória regional/local, mas antes em informações entendidas de forma distorcida, obtidas por diversas vias (desde a comunicação social, até a opiniões dos pares).

²²⁵Prevalência de autóctones do sexo masculino.

Dos inquiridos com formação académica mais elevada, verificou-se uma maior abertura à imigração a diversas escalas. De qualquer forma esta questão será explorada com mais pormenor nos sub-capítulos posteriores.

Em termos de grau de instrução, 48,5% dos inquiridos revelaram ter formação académica superior (31,3% dos inquiridos portugueses e 49,6% dos inquiridos espanhóis), facto que se pode explicar pela presença de duas instituições de ensino no território – o Instituto Politécnico de Portalegre na dita cidade, e a Universidad de Extremadura em Badajoz – que atraem bastantes estudantes à escala regional. As diferenças entre os dois países do estudo podem dever-se a questões circunstanciais, relacionados com as limitações inerentes à metodologia de recolha dos dados. Mas também há que considerar a diferente natureza das instituições (ensino politécnico na região em estudo portuguesa e universitário na região em estudo espanhola), que pode constituir diferenciações em termos de atractividade.

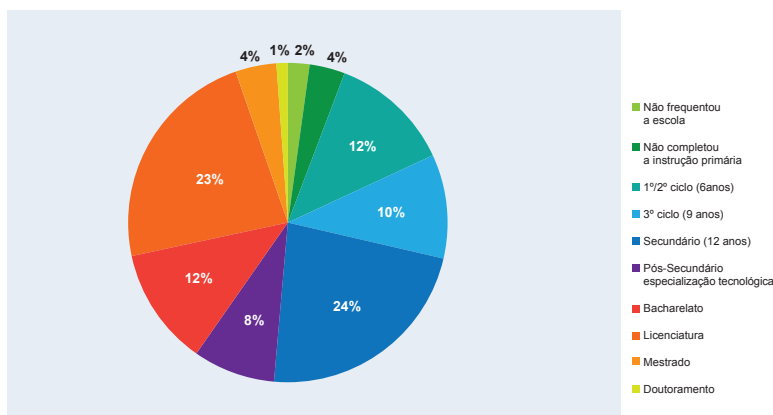


Gráfico 38. Grau de instrução dos inquiridos

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

As áreas de formação são diversificadas, havendo tendência para que os inquiridos a tenham realizado em estudos sociais e do comportamento, administração pública, media, cultura, desporto e lazer; humanidades; ciências, matemática e informática; economia, comércio, administração e gestão, contabilidade; medicina e enfermagem; engenharia, arquitectura, planeamento e indústria; formação de professores e ensino; direito e es-

tudos jurídicos; artes; área geral/não específica; outra área (por exemplo dança, turismo e animação sócio-cultural); ordem pública e segurança; transportes e telecomunicações.

De qualquer forma também se procurou incluir indivíduos com diversos graus de instrução, no sentido de possibilitar a (provável) diversificação de pontos de vista, daí que 23% dos inquiridos da amostra tenham completado o ensino secundário; 8,1% um curso de especialização tecnológica (não superior); 10,4% o 3º ciclo do ensino básico; 12,2% o 1º/2º ciclo do ensino básico; e que haja um grupo que representa 5,9% de nativos que não frequentou a escola ou tendo frequentado não completou a instrução primária.

Na situação perante o trabalho²²⁶, verificou-se que 62,7% da amostra era constituída sobretudo por trabalhadores por conta de outrem (50,4% dos inquiridos), assim como por conta-própria, embora se tivessem verificado menos casos nesta situação (12,3% dos inquiridos). Na região em estudo, o empreendedorismo laboral é mais comum nos municípios espanhóis, como o domínio da actividade comercial, do que nos concelhos portugueses, daí que a amostra reflecta esta tendência ao revelar mais casos de trabalhadores por conta-própria nas comarcas espanholas estudadas. Trata-se de pequenos negócios criados no sentido de suprir a falta de emprego. O número de trabalhadores raramente ultrapassa os 3 indivíduos (incluindo o inquirido), cuja maioria apenas emprega trabalhadores familiares. Nos 33 casos de inquiridos que referiram deter negócios por conta própria, há apenas um total de 6 trabalhadores estrangeiros.

A análise dos resultados de ambos os questionários, revelou que quer autóctones, quer imigrantes, quando se apresentam como empreendedores, com negócio próprio, tendem a empregar trabalhadores familiares ou co-étnicos.

²²⁶A amostra não contemplou casos de indivíduos portadores de deficiência/doentes crónicos e desempregados (sem procurar activamente emprego).

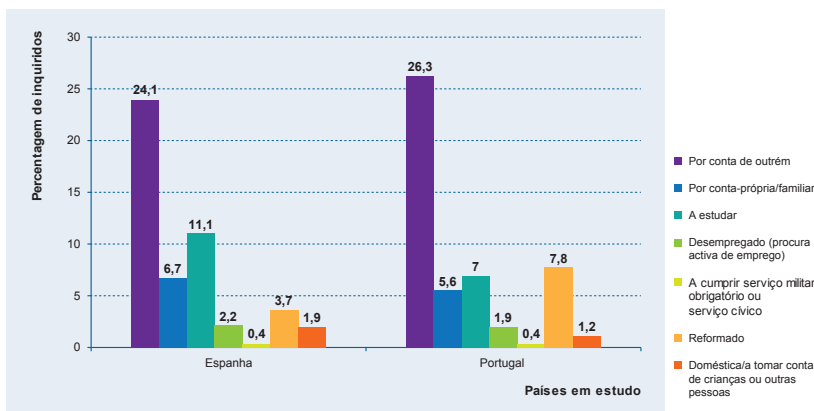


Gráfico 39. Situação perante o trabalho

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Além disso também foram inquiridos nativos desempregados²²⁷ (4,1% da amostra), a estudar (18,1% dos inquiridos), reformados (11,2% dos inquiridos) e outras situações²²⁸. Isto significa que cerca de 66,7% dos indivíduos são activos sendo que, em termos de sector de actividade, a maior parte trabalha na administração pública (41,9% dos inquiridos) e nos serviços (41,3% dos inquiridos), sendo que outra parte trabalha na indústria (7,5% dos inquiridos), na agricultura (4,7% dos inquiridos), na construção civil (2,9% dos inquiridos) e nos serviços domésticos (1,7% dos inquiridos). Esta situação é semelhante à que se observou para os imigrantes inquiridos, os quais desempenham profissões essencialmente ligadas aos primeiros dois sectores referidos. Este fenómeno retrata a estrutura dos mercados laborais locais, onde o sector dos serviços públicos, sobretudo ligados à administração local e serviços sociais, dominam a esfera do trabalho, definindo um campo de opções relativamente limitado a determinado tipos de funções. Observando o espectro de profissões

²²⁷ Procurando emprego activamente.

²²⁸ A cumprir serviço militar obrigatório ou serviço cívico (0,7% dos inquiridos); domésticas ou a tomar conta de crianças/outras pessoas (2,2% dos inquiridos); outra situação – trabalhador independente a recibos verdes (0,8% de inquiridos).

indicadas pelos inquiridos²²⁹, refira-se que esta conjuntura está muito dependente da metodologia de trabalho usada (“efeito bola de neve”), tanto para os imigrantes como para os nativos, daí que se deva ter alguma reserva na extrapolação destes resultados em concreto.

2.2 A GEOGRAFIA DA MOBILIDADE DOS AUTÓCTONES

Sendo Portugal e Espanha países de imigração recente e tradicionalmente territórios de emigração, procurou-se avaliar se existia alguma relação entre a experiência migratória da população nativa e as suas atitudes/formas de relação com os residentes estrangeiros. Por isso, analisou-se a geografia da mobilidade dos residentes autóctones.

Este aspecto não deve ser encarado numa leitura simplista, implicando preposições que estabeleçam uma relação directa entre a experiência migratória e a tolerância à imigração. Um indivíduo, por ter sido migrante internacional, não quer dizer que esteja mais “habilitado” para gerar uma imagem/opinião positiva sobre os imigrantes no território nacional/regional/local onde reside. Porém há que reconhecer que terá, à partida, um maior conhecimento da realidade do que é o processo migratório, sendo legítimo admitir como hipótese que essa experiência poderá eventualmente repercutir-se na forma como interage com indivíduos de outras origens geográficas e étnicas.

²²⁹Profissões desempenhadas pelos inquiridos: técnico administrativo; advogado; agente comercial; agente de desenvolvimento local; agricultor; auxiliar geriátrico; animador sócio-cultural; arquitecto; auxiliar bibliotecário; auxiliar de educação; auxiliar de educação; auxiliar de enfermagem; balconista; bancário; caixa de supermercado; camionista; cantoneiro de limpeza; chefe de cozinha; cozinheiro; comerciante; barman; condutor-manobrador; contabilista; coordenador técnico da administração local; decorador de interiores; director da Universidade Popular da Extremadura; despenseiro; educador de infância; electricista; enfermeiro; engenheiro civil; engenheiro informático; engenheiro mecânico; escriturário; estafeta; fiel de armazém; florista; formador; funcionário da administração local; funcionário público; gestor; agente da autoridade – Guarda Nacional Republicana; investigador académico; jardineiro; jurista; livreiro; mecânico; médico; monitor de arte para crianças; monitor de teatro; operário fabril; pasteleiro; pedreiro; polícia; professor; profissional de RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; projectista; psicólogo; rececionista; repositor; segurança; serralheiro mecânico; trabalhador social; funcionário de bombas de gasolina; talhante; taxista; técnico de informática; técnico de óptica, trabalhador rural; trabalhador de pedreira.

Por outro lado, um indivíduo que nunca tenha saído do concelho onde nasceu para residir/trabalhar, ou que tenha efectuado uma migração à escala regional, poderá estar mais limitado em termos de conhecimento da realidade imigratória.

O inquérito efectuado incluiu questões que, indirectamente, deixaram perceber as trajectórias da mobilidade geográfica internacional da população nativa, por exemplo, relacionando a nacionalidade dos nativos da amostra com a dos pais. Da observação constatou-se que apenas em casos residuais, mais especificamente em 6 inquiridos, um dos progenitores não era português/espanhol. Por outro lado, também se questionaram os inquiridos com formação académica superior sobre o local onde tinham realizado o(s) seu(s) curso(s), ao que 90% respondeu que tinha sido no país de nacionalidade (Portugal/Estanha). Houve 10% que afirmou ter tido, em determinado momento da formação, períodos em que estudou fora do país de origem, verificando-se a procura de estabelecimentos de ensino portugueses por parte dos inquiridos espanhóis, e de estabelecimentos de ensino espanhóis por parte de portugueses. Também se questionou o local de trabalho, onde 86% dos inquiridos revelaram que o seu emprego se localiza no mesmo concelho/município de residência, sendo que 7,7% respondeu não ser o mesmo, embora se encontrasse a trabalhar no distrito/comarca onde reside. Apenas 2,3% trabalha fora da região de residência, no país; 2,3% em vários sítios (à escala nacional e internacional) e 1,7% fora do país, em Portugal/Espanha.

Perante a análise destes três tópicos, à partida pode-se considerar que o contacto com indivíduos de outras nacionalidades, quer pelo meio familiar ascendente, quer pelo meio académico, é muito limitado.

Em termos laborais, os inquiridos trabalham no mercado local, quase todos sem colegas de trabalho imigrantes.

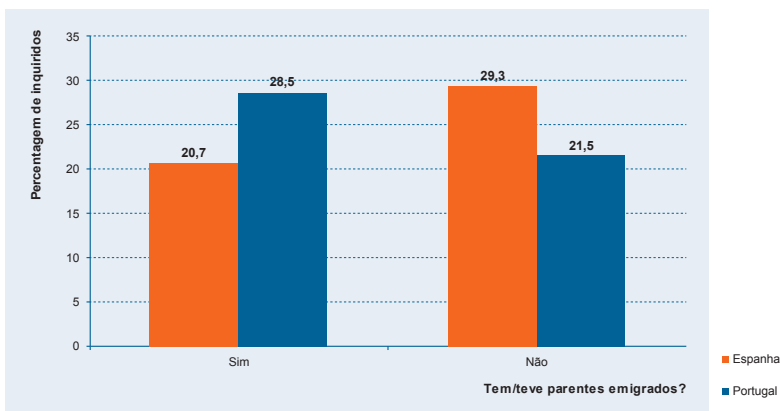


Gráfico 40. Emigração familiar dos autóctones

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Num primeiro momento tentou-se perceber se o inquirido tem ou teve parentes emigrados. Metade da distribuição não tem (50,8% dos inquiridos) embora haja um número significativo de indivíduos que referiu ter parentes que emigraram ou que continuam emigrados no estrangeiro (49,2%).

Num segundo momento constatou-se que a maioria dos inquiridos não tinha experiência em termos de migração internacional nem no caso dos portugueses (94,8%) nem no dos autóctones espanhóis (84,4%). Dos que revelaram ter, apenas em duas situações se observou um período migratório superior a 8 anos (16 e 37 anos), sendo que todos os outros ocorreram em intervalos temporais inferiores. Os territórios de destino referem-se a laços históricos coloniais, com relações transfronteiriças, mas sobretudo países europeus de tradição imigratória²³⁰.

Também se achou pertinente analisar a experiência nacional, relativamente a uma possível migração interna ocorrida. Foram 25,2% os inquiridos portugueses que referiram já ter residido e trabalhado noutro ponto do país, o que ocorreu com 34,8% dos inquiridos espanhóis. O

²³⁰No caso português os destinos referidos foram: Angola; Espanha; França; Luxemburgo; Suíça. No caso espanhol os destinos referidos foram: Alemanha; Bélgica; França; Honduras; Marrocos; Malta; Mauritânia; Portugal; Reino Unido; Suíça; Venezuela; Cuba, Colômbia; S.Domingos; Argentina.

contingente dos inquiridos que referiram nunca ter trabalhado/residido noutro ponto do país revelou-se elevado (74,8% de nativos portugueses e 65,2% de nativos espanhóis).

Neste caso há experiências muito distintas, com períodos muito diversos de residência noutra região do país (desde apenas um até 37 anos) e em territórios diversificados.

Destacam-se as capitais dos países em questão – Madrid e Lisboa – assim como outras áreas urbanas importantes – Barcelona, Setúbal – embora se assinala também uma mobilidade à escala regional que inclui a migração para centros urbanos do interior peninsular, como é o caso de Cáceres ou Sevilha – Espanha – ou ainda Évora – Portugal.

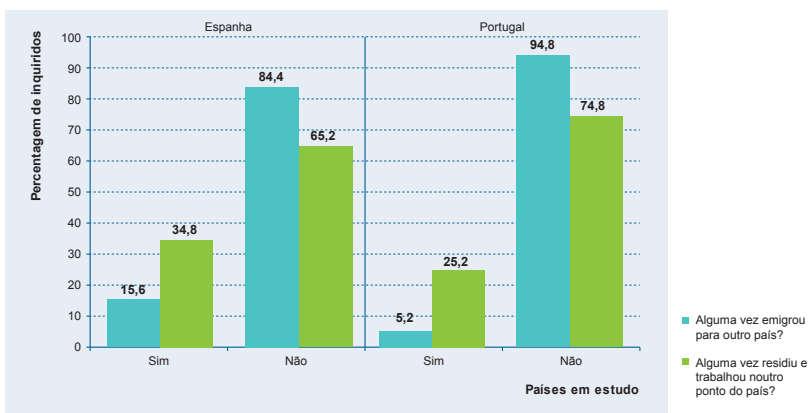


Gráfico 41. Experiência migratória dos inquiridos

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Em suma, pela análise dos dados, verifica-se que a população autóctone inquirida da região em estudo revela uma experiência migratória limitada, sobretudo à escala internacional, embora haja casos de indivíduos que já trabalharam e residiram noutros pontos do país e até mesmo no estrangeiro.

De qualquer forma, o denominador comum centra-se no facto da grande maioria residir/trabalhar no concelho/município de onde é originário, sem que se tenham verificado experiências exteriores, seja à escala regional, nacional ou internacional.

2.3 Atitude e percepção da comunidade local face aos imigrantes

Quando questionados sobre se concordam com a entrada/permanência de imigrantes em Portugal/Espanha, os inquiridos mostram uma atitude de concordância (76,3% das respostas).

Porém há que considerar que 23,7% de inquiridos tem opinião contrária. Numa análise espacial mais desagregada, observa-se que os espanhóis têm uma atitude mais aberta do que os portugueses, na medida em que a percentagem dos que concordam com a entrada/permanência de imigrantes no país é mais elevada (82,2% e 70,4%, respectivamente).

Urge destacar quem respondeu de forma positiva ou negativa à pergunta específica do questionário, para que a partir da sistematização de determinadas características dos indivíduos, se possam explicar as atitudes de concordância e discordância.

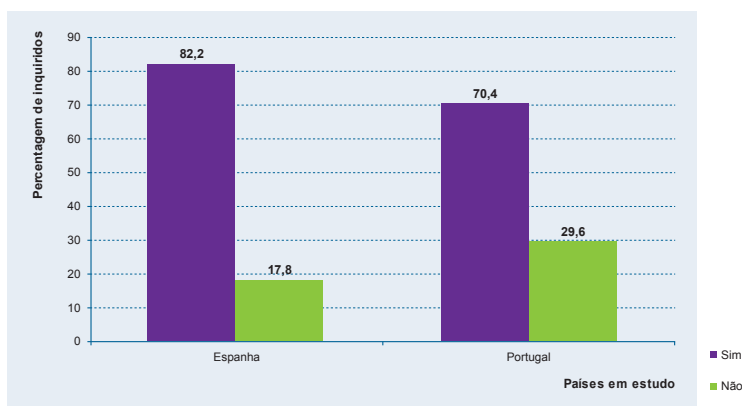


Gráfico 42. Posição de concordância/discordância sobre a entrada/permanência de imigrantes em Portugal/Espanha
Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Uma análise desagregada por idades permite perceber que a tendência de concordância ou discordância é similar nos vários grupos, o que significa que não se verificou uma concentração de respostas de respostas de índole “positiva” ou “negativa” em grupos etários particulares. Contudo, no que diz respeito ao género, verifica-se que a negação é mais evidente no sexo feminino, nos concelhos portugueses.

Embora podendo ser circunstancial, vários comentários foram realizados à margem do inquérito por algumas mulheres da área de estudo portuguesa, que manifestavam desconfiança quanto à presença de imigrantes brasileiras. Estas são encaradas como uma ameaça à relação com os próprios cônjuges. Não eram casos que tivessem acontecido com as próprias, mas antes um estereótipo criado a partir de experiências alheias concretas (por exemplo de mulheres da comunidade local cujos cônjuges tinham rompido o vínculo conjugal para viver/casar com novas companheiras de nacionalidade brasileira), de uma realidade próxima relativamente conhecida na região²³¹.

A questão das habilitações literárias também parece ter um papel importante na construção das representações sociais que os nativos têm da população imigrante. Tanto no caso português como no espanhol, a discordância com a entrada/permanência de imigrantes no país é mais evidente em indivíduos com o 3º ciclo (7-9 anos de ensino) ou com o ensino secundário completo (10-12 anos de ensino), assim como nos que têm apenas como escolaridade o 1º/2º ciclo (4-6 anos de ensino) ou que não completaram/frequentaram a escola.

No primeiro grupo a discordância ainda é mais evidente do que no segundo, sendo que à partida se poderia ser levado a pensar que a propensão seria a inversa, já que estes indivíduos teriam menos acesso à informação, e por isso tendência a construir com mais facilidade estereótipos negativos, até por receio do desconhecido. Porém o que acontece é que são os detentores dos níveis de escolaridade obrigatória que revelam uma atitude mais radical de discordância com a presença de estrangeiros, o que pode estar relacionado com a própria conjuntura económica nacional, pautada pelo desemprego, em que os imigrantes são entendidos como potenciais concorrentes. De facto são os detentores de

²³¹No concelho de Vila Viçosa estava patente um núcleo de prostituição constituído em parte por mulheres brasileiras, que se prostituíam em diversos lugares da raia cento/sul ibérica, frequentado por homens da região. Esta situação contribuiu em parte para a criação do estereótipo de “mulher fácil” associado às imigrantes oriundas do Brasil. Para o aprofundamento do tema da prostituição feminina nas regiões de fronteira aconselha-se a leitura de RIBEIRO, SILVA, SCHOUTEN, RIBEIRO e SARMENTO (2007).

graus de ensino superior os que se mostram mais tolerantes quanto a esta questão, o que se pode reportar à própria formação académica, que permite aos inquiridos dispor de informações credíveis e seguras sobre o tema da imigração. Ou então também porque sentem que se trata de um grupo que não oferece concorrência em termos de emprego.

Quando é estabelecida a relação entre a tipologia da resposta e a situação perante o trabalho ocorrem duas situações. Por um lado os desempregados, na maioria dos casos, concordam com a entrada/permanência de imigrantes em território português/espanhol, quando à partida, pela sua condição laboral, podiam manifestar uma atitude de repulsa contra os imigrantes.

Por outro lado são os reformados aqueles que manifestam um nível mais elevado de respostas negativas, o que de certo modo também está relacionado com uma formação académica relativamente baixa, correspondente ao 1º ciclo do ensino básico (4 anos) ou a menos, o que poderá condicionar a construção da imagem do imigrante, por não terem capacidade de interpretação da informação referente ou tema, ou até mesmo pela manutenção do estereótipo já referido.

Uma análise territorial permite perceber também que há diferenciações à escala local. No caso dos inquiridos que responderam desfavoravelmente à entrada/permanência dos imigrantes em Portugal/Espanha, verificou-se que no território de estudo português esta tendência particular de resposta era similar quer nos espaços rurais (freguesias fora das sedes de concelho), quer nos espaços urbanos (freguesias sedes de concelho e cidades). Já no território de estudo espanhol, esta inclinação é mais sentida em espaço urbano, em especial na cidade de Badajoz.

Noutro ponto de vista, a maior parte destas respostas positivas portuguesas ocorreram em espaços urbanos (freguesias sedes de concelho e cidades), assim como em Espanha esta inclinação também foi sentida no mesmo tipo de espaços, sobretudo na cidade de Badajoz.

Em suma, a reflexão sobre estes resultados permite perceber que os lugares onde a concentração de imigrantes é mais sentida, como é o caso da cidade de Badajoz, Portalegre ou Elvas, pode levar a dois tipos de situações, as quais são extrapoladas para a escala nacional.

A primeira diz respeito ao sentido positivo perante a permanência de imigrantes no território, o que pode estar relacionado com o contacto dos nativos com as comunidades estrangeiras, e pela sua inclusão, que permite aos locais desconstruírem estereótipos e criar pontes entre imigrantes e nacionais.

A segunda diz respeito ao sentido negativo perante a permanência de imigrantes no território, encarada como consequência da concentração cidadãos estrangeiros no espaço urbano em questão, o que pode ser entendido como ameaça em vários planos, por exemplo no laboral ou afectivo.

A concretização das motivações que estão na base da posição revelada é importante para entender o quadro apresentado. Assim, os que responderam que concordavam com a entrada/permanência de imigrantes em Portugal/Espanha, indicaram sobretudo aspectos positivos referentes aos imigrantes²³².

1º	Ajudam a desenvolver a economia
	Promovem a diversificação cultural
2º	Aumentam a produtividade no sector em que trabalham
3º	Migrar é um direito básico do ser humano
4º	"Rejuvenescem" o país
	Desempenham funções laborais que os nacionais preterem
5º	Há entrada de mão-de-obra especializada no mercado de trabalho
	Trazem novas ideias
6º	Pagam impostos
7º	Cosmopolitizam o território
8º	Estimulam a inovação
9º	Partilham experiências académicas/profissionais
10º	Outros motivos

Quadro 25. Justificações para a concordância com a entrada de imigrantes em Portugal/Espanha

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

²³²Outros motivos apontados em Portugal: porque, como emigrante, uma inquirida referiu que tinha sido bem recebida no estrangeiro, por isso achava que também devia receber bem os imigrantes.

O sentido positivo das respostas aponta várias tendências. Uma primeira diz respeito ao âmbito do trabalho, já que os autóctones reconhecem que os imigrantes têm sido impulsionadores das economias locais, quer porque produzem nos sectores em que trabalham, quer porque ocupam postos de trabalho/funções preteridas pelos indivíduos nacionais, e pela entrada à escala regional de alguma mão-de-obra especializada. Além disso estimulam a inovação regional, não tanto por terem ideias arrojadas, mas por investirem em sectores como a agricultura, o turismo, revitalizando-os e introduzindo marcas pessoais importantes para desenvolver o negócio.

Também é referido o pagamento de impostos como mais-valia da presença imigrante no território, daí que se tenha notado que os imigrantes legais sejam por isso mais bem aceites, isto é, perante a questão de base discutida, os nativos acham mais vantajosa a recepção de imigrantes legais do que ilegais, já que os primeiros contribuem para a criação de riqueza por via directa (trabalho) e indirecta (tributação) do território, como irá ser discutido mais adiante.

Por outro lado, e ligado a esta vertente, é de ter em conta a importância dada pelos inquiridos à partilha de conhecimentos, nomeadamente em termos culturais, académicos e profissionais, assim como de novas ideias. Sente-se que se dá valor à cosmopolitização do território, não só por uma questão imaterial, ligada à produção/troca de saberes, mas sobretudo por uma questão material, já que a disponibilidade deste capital humano/social é encarada como um potencial em termos de produtividade, como já foi enunciado, mas também como cooptadores de investimento económico à escala regional.

Além disso os inquiridos destacam mais duas vertentes positivas, uma relacionada com questões demográficas e outra com os direitos humanos dos indivíduos. No primeiro caso reconhecem que a vinda destes imigrantes “rejuvenesce” as comunidades locais, não porque aumentem a natalidade, mas pelo incremento de efectivos na população activa e na população em geral. Este facto foi destacado sobretudo nas freguesias/municípios de carácter rural, com populações nativas envelhecidas, e onde os estrangeiros vieram preencher lacunas “físicas” deixadas pelos autóctones. Por exemplo, na comarca de Alburquerque, e nas freguesias rurais dos concelhos de

Marvão, Castelo de Vide e Arronches, a presença de estrangeiros originários da UE – *sun-seekers* – é encarada pelas comunidades locais como um facto muito positivo, já que este contingente realizou o movimento inverso de saída de população, recuperando antigas quintas, moradias, gerando com a sua presença material um sentimento de segurança e de quebra do isolamento a que determinados lugares estavam votados.

No segundo caso os autóctones referem que migrar é um direito básico do ser humano, visão essa que advém de alguns dos inquiridos terem parentes emigrados, o que faz compreender a motivação e as necessidades inerentes à dinâmica migratória. Mas também outros inquiridos sem parentes emigrados insistiram neste ponto, o que faz crer que há um espírito de tolerância e de abertura à vinda/permanência de estrangeiros no território em estudo.

Já os inquiridos que responderam que não concordavam com a entrada/permanência de imigrantes em Portugal/Espanha, indicaram outro tipo de motivos²³³.

1º	Ocupam as funções/empregos que deveriam ser para os nacionais
2º	Aumentam os níveis de criminalidade
3º	Fazem baixar os salários
4º	Geram sensação de insegurança social
5º	Causam distúrbios na ordem social/delinquência
6º	Vêm usurpar os direitos [sociais, laborais] que deveriam ser exclusivamente para os nacionais
7º	Não trazem nada de novo em termos de experiência académica/profissional
	Outros motivos
8º	Não têm hábitos adequados de higiene/urbanidade

Quadro 26. Justificações para a discordância com a entrada de imigrantes em Portugal/Espanha

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Os que se mostram mais reticentes destacam duas ordens de motivos. Por um lado contrapõem a visão anterior nas questões económicas e laborais, afirmando que os imigrantes “roubam” os empregos aos nacionais,

²³³Outros motivos apontados em Portugal: porque aos portugueses que estão emigrados, deveriam ser dadas condições para regressar, e não aos imigrantes para entrar no país | em Espanha: porque alguns imigrantes bebem muito [bebidas alcoólicas] e por isso não se integram.

assim como a sua concorrência contribui para a diminuição dos salários num sentido geral.

Por outro, indicam factores ligados à visão social e da transmissão de conhecimentos, ao defenderem que os imigrantes não trazem nada de novo em termos de qualificação escolar e profissional, bem como usurpam os direitos que deveriam ser para os nativos. Este último factor advém da percepção destes inquiridos sobre a temporalidade do fenómeno migratório em Portugal/Espanha.

Por considerarem recente a permanência de imigrantes na Península Ibérica, defendem que o contributo fiscal não foi o suficiente para que possam usufruir de determinado tipo de subsídios (por exemplo, desemprego). Ainda nesta visão enfatizam factores de ordem social que serão subvertidos pela presença de população estrangeira, daí que associem o aumento dos fluxos migratórios ao acréscimo de problemas relacionados com a criminalidade, a delinquência, a insegurança social e a ausência de hábitos de higiene e urbanidade.

Estes pontos de vista de carácter negativo não foram em nenhum dos casos corroborados com dados científicos concretos e fiáveis, mas sim apenas com base em preconceitos construídos a partir de informações “duvidosas”.

De forma a concretizar a questão anterior, foi pedido aos inquiridos para indicarem o grau de afinidade²³⁴ com nacionalidades/grupos de imigrantes em específico, numa escala de 0 (nenhuma afinidade) a 10 (muita afinidade)²³⁵. Antes de avançar, dois reparos.

O primeiro diz respeito à opção tomada quanto à apresentação dos imigrantes, a qual foi feita ora por nacionalidades específicas, ora por grupos de nacionalidades. A “divisão” foi assim definida porque se achou que seria mais fácil aos autóctones perceber de imediato a(s) origem(ns) que se estavam a tratar, assim como os aproxima um pouco mais da sua própria linguagem/designação do senso comum. O segundo está relacionado com a escolha das nacionalidades/grupos de origens, os quais estão

²³⁴Tomou-se em consideração o termo “afinidade” para definir situações de empatia e proximidade afectiva dos inquiridos autóctones para com os imigrantes.

²³⁵Considera-se 5 como o valor médio da escala, sem revelar uma vertente positiva ou negativa marcante.

ordenados no questionário de forma hierárquica (descendente, segundo o quantitativo de imigrantes em cada nacionalidade/grupo), de forma a reproduzirem a presença dos imigrantes à escala do país e à escala regional, diferenciando-se a realidade portuguesa e espanhola.

Apuraram-se, para os inquiridos nos concelhos portugueses, os seguintes resultados (médias)²³⁶:

1º	Espanhóis	7.01
2º	Brasileiros	5.13
3º	Africanos dos PALOP	4.64
4º	Outros cidadãos da UE27 (ingleses, neerlandeses, alemães, etc.)	4.47
5º	Chineses	3.33
6º	Outros europeus orientais (ucranianos, russos, moldavos, etc.)	3.05
7º	Romenos	2.74
8º	Indianos/Bangladeshis	1.31
9º	Paquistaneses	0.86

Quadro 27. Imigrantes, segundo o grau de afinidade (0-10 pontos), nos concelhos portugueses em estudo

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

1º	Portugueses	7,89
2º	Outros cidadãos da UE27 (ingleses, neerlandeses, alemães, etc.)	6,37
3º	Outros sul-americanos (brasileiros)	5,79
4º	Latino-americanos e sul-americanos (colombianos, chilenos, argentinos, etc.)	5,67
5º	Africanos (a sul do Sahara)	5,18
6º	Chineses	4,39
7º	Outros norte-africanos (argelinos, tunisinos, sahrauis, etc.)	4,07
8º	Outros europeus orientais (ucranianos, russos, moldavos, etc.)	4,1
9º	Marroquinos	3,81
10º	Romenos	2,39

Quadro 28. Imigrantes, segundo o grau de afinidade (0-10 pontos), nos municípios espanhóis em estudo

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

²³⁶De referir que no questionário pede-se aos inquiridos que indiquem o seu grau de afinidade com turcos, nacionalidade essa que foi colocada como hipóteses em termos de grupo com forte presença na região da Extremadura. Contudo, não foi possível corroborar a veracidade dessa informação, nem por fontes estatísticas, nem através do trabalho de campo, por isso optou-se por não se trabalhar essa nacionalidade nesta questão em particular.

De referir que esta avaliação foi realizada sobretudo com base na experiência dos inquiridos com os imigrantes a residir no mesmo concelho/município.

Uma análise conjunta dos resultados permitiu verificar que os inquiridos manifestaram mais afinidade com o país vizinho – portugueses com espanhóis (7,01) e espanhóis com portugueses (7,89) – o que é explicado pela convivência fronteiriça e pela proximidade geográfica, cultural e até mesmo linguística.

Existe um segundo grupo de nacionalidades/grupos de imigrantes com resultados positivos (entre 6,37 e 4,47), sendo que no caso dos inquiridos portugueses e espanhóis são indicados origens com relações históricas e coloniais (brasileiros, africanos dos PALOP; africanos a sul do Sahara, latino e sul-americanos), assim como grupos “bem vistos” do ponto de vista laboral e de inclusão social (originários de países da EU e brasileiros).

As motivações indicadas para justificar os maiores níveis de afinidade derivam de vários factores²³⁷:

1º	Partilham a língua materna do imigrante
2º	Têm amigos/colegas de trabalho desse grupo
3º	Reconhecem esse grupo/nacionalidade como sendo constituído por imigrantes ordeiros
	Reconhecem-se na sua cultura
4º	Reconhecem esse grupo/nacionalidade como sendo constituído por imigrantes trabalhadores
5º	Outra situação
6º	Não sabem/não respondem

Quadro 29. Motivos justificadores dos maiores níveis de afinidade (7-10 pontos)

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

²³⁷Outras motivações indicadas pelos inquiridos: existência de familiares estrangeiros (brasileiros); proximidade geográfica (portugueses e espanhóis); convivência com os imigrantes; até agora os imigrantes que conhecem têm sido respeitadores; boas relações de vizinhança; os imigrantes que conhece são alegres, simpáticos e populares; são civilizados; nunca nenhum imigrante lhe fez mal; gosto em conhecer novas culturas; os imigrantes são abertos e comunicam com a comunidade autóctone; abrem negócios próprios e geram riqueza; relações históricas e sentimentais (latino-americanos e brasileiros).

Um terceiro grupo de origens é revelado como sendo constituído por imigrantes com os quais há pouca afinidade (entre 3,33 e 0,86). Nele estão incluídos os chineses, os romenos, os europeus orientais, diferindo no caso dos portugueses os indianos/bangladeshis e os paquistaneses, e nos espanhóis os norte-africanos, sobretudo marroquinos.

As motivações apontadas para esta avaliação estão relacionadas com diversas situações²³⁸:

1º	Desconhecem a língua materna do imigrante
	Não se reconhecem na sua cultura
2º	Não têm contacto com ninguém desse grupo/nacionalidade
	Não sabem/não respondem
3º	Associam o grupo/nacionalidade a situações de criminalidade
4º	Houve uma má experiência com alguém desse grupo/nacionalidade
5º	Outra situação
6º	Não se reconhecem nas suas características físicas

Quadro 30. Motivos justificadores dos menores níveis de afinidade (0-3 pontos)

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Nota-se que os inquiridos tendem a temer quem não conhecem. Indianos/bangladeshis, paquistaneses ou chineses são nacionalidades com as quais há pouco contacto, pouco conhecimento sobre os aspectos culturais dominantes, gerando-se situações de relativo isolamento entre a população nativa e esses grupos de imigrantes.

Neste contexto, a língua em comum constitui um elemento fundamental de constituição de afinidades, explicando a aproximação dos portugueses aos brasileiros e africanos ou dos espanhóis aos latino-americanos, assim como em sentido contrário explica o afastamento em relação aos grupos anteriormente citados.

²³⁸Outras motivações indicadas pelos inquiridos: atitudes arrogantes e prepotentes dos imigrantes em geral; atitudes e comportamentos demasiado reservados por parte dos imigrantes em geral; são desordeiros e pessoas conflituosas (africanos); má experiência (assalto, burla, crime contra a ordem pública); falta de higiene; falta de adaptação; há grupos que não se querem integrar e constituem núcleos fechados; são misóginos; estão em demasia [grande número]; são exploradores (chineses); vêm explorar os portugueses [espanhóis] e não lhes são cobrados impostos.

Além disso, a proximidade geográfica como já foi reconhecido e as relações históricas, são dois factores que promovem a aproximação entre os imigrantes e a comunidade, embora tal não aconteça em certos casos, como por exemplo dos marroquinos ou de outros norte-africanos no território espanhol de estudo. Esta visão deriva de uma atitude de desconfiança, ligada à imagem de misoginia, conflitualidade, burla e falta de higiene que alguns dos inquiridos referiram como sendo factores que afastam este grupo de estrangeiros da comunidade local.

O problema que aqui se coloca é o de que muitas vezes se generalizam casos particulares a todo o grupo. Houve quem reconhecesse que por ter vivido más experiências com determinado grupo de imigrantes (por exemplo romenos ou outros europeus orientais), a partir daí passou a desconfiar de todo e qualquer indivíduo que a ele pertencesse. Ora isso gera situações de injustiça individual/colectiva, porque se extrapolou o mau comportamento de um indivíduo a toda uma comunidade, criando-se estereótipos negativos.

Também se verificou que o oposto acontece, ou seja, existem inquiridos que consideravam determinados grupos ordeiros e trabalhadores, por exemplo no caso dos europeus originários da UE, porque tinham ocorrido contactos positivos com alguns elementos, ideia que se generalizou ao grupo. Aliás, o facto de ocorrerem contactos sociais de amizade tanto no local de trabalho como (e sobretudo) no local de residência, parece ajudar a reforçar a imagem positiva de determinados grupos, nomeadamente dos que apresentam maiores valores de afinidade revelados pela comunidade autóctone.

Refira-se que se achou algo surpreendente o facto de, para alguns inquiridos, a cor da pele influenciar como elemento de aproximação/afastamento para como o imigrante. Perante este critério de inclusão/exclusão, parece pertinente contrapor a imposição de tal facto com a afirmação realizada por uma inquirida espanhola na comarca de Badajoz que referiu *“creo que la afinidad para con las personas no esta relacionada com su procedência si no con su caracter”*. De facto esta é a melhor mensagem que se pode deixar a uma comunidade regional/local que continua a ter preconceitos básicos, os quais são fruto do facto do

fenômeno migratório no território em estudo ainda ser relativamente recente, mas que urge ultrapassar.

Na sequência desta questão, procurou-se saber quais as relações que os autóctones mantinham com os imigrantes que residem/trabalham nos concelhos/municípios em que os inquiridos vivem, tanto num sentido real como hipotético, tendo-se percebido que há vários níveis relacionais.

A primeira, que é referida com mais frequência é a do caso do “imigrante – conhecido”. Muitos dos inquiridos referiu que apenas conhecia estrangeiros que residiam/trabalhavam no seu concelho/município, sendo que alguns até eram seus vizinhos, contudo não tinham com estes convivência social e familiar.

Há uma segunda tendência em que os inquiridos responderam que têm relações de amizade com imigrantes, considerando-os parte do seu círculo de amigos locais (nativos), o que mostra um maior nível relacional que o anterior e já deixa perceber que a comunidade estrangeira está a realizar o processo de integração no território com sucesso.

Essa ideia é sentida numa terceira linha, em que os imigrantes são entendidos como colegas de trabalho e que extrapolou para a amizade.

Além disso há outro tipo de relações identificadas: existem casos de inquiridos em que já há relações familiares consolidadas/em consolidação, como já foi discutido anteriormente; relações de imigrantes ao nível de um contexto de ensino-aprendizagem, como alunos; relações de imigrantes ao nível de um contexto de negócios, como clientes.

É ainda de ter em consideração que, no total da amostra, apenas um dos inquiridos referiu não ter qualquer tipo de relação com a comunidade imigrante do seu município, o que se admite que foi feito num tom repulsivo face à população estrangeira. Porém a norma geral, a qual se verificou em todos os outros inquiridos é que, independente da opinião que têm relativamente à presença imigrante, não negam a sua presença e o seu impacto no território, encetando com os estrangeiros relações sociais das mais variadas naturezas.



Fotografia 24. Imigrantes chineses e autóctone: (um) encontro (concelho de Arronches)

Fonte: Emílio Moitas (2010)

Nesse sentido, e depois de ter sido questionado o plano real, partiu-se para o plano hipotético, onde se tentou perceber se os inquiridos que apenas tinham referido que a relação que mantinham com os imigrantes era a de “conhecidos”, se importavam de modificar/estrear laços.

A ideia é a de avaliar até que ponto a população autóctone poderá estar receptiva a promover a inclusão destes e de outros imigrantes que possam entretanto chegar na sociedade local. As hipóteses colocadas foram se os inquiridos se importavam de ter um imigrante como colega de trabalho, como amigo ou como familiar, sendo que as opções de resposta se centravam num plano de carácter positivo – não [se importavam de ter] – num plano de carácter negativo – sim [importavam-se de ter] – ou num plano de carácter neutro, aberto – talvez [se importassem de ter].

Perante a análise dos resultados houve uma conclusão evidente: a grande maioria dos autóctones não se importava de ter um imigrante como colega de trabalho, como amigo ou como familiar.

Refira-se que o plano onde há mais aceitação relacional é no de amizade, já que 83% dos inquiridos não se importava de encetar uma relação deste género com um imigrante, 10,7% diz que talvez se importasse e 5,9% não encetaria. Neste último caso o valor aumenta para 9,9% de inquiridos espanhóis, enquanto diminui para 2,4% de inquiridos portugueses.

Porém quando se coloca a hipótese do imigrante ser aceite como colega de trabalho, os valores alteram-se: é certo que 85% dos inquiridos diz não se importar, contudo diminui o número dos que respondem “talvez” (7,4% dos inquiridos), assim como aumenta os que referiram ter grandes reservas (7% dos inquiridos). Neste caso a diferenciação entre o território em estudo espanhol e português é relativamente similar.

No plano familiar verifica-se que os inquiridos apresentam mais resistência, pelo que 67% referem que não se importavam que um imigrante fizesse parte da família, sendo que 8,1% se importaria e 24,4% talvez se importasse.

Em suma, verifica-se que os nativos revelam mais reservas em admitir um imigrante como familiar, já que isso implicaria uma integração no seu agregado, no seu núcleo mais íntimo e mais próximo. Porém, de uma forma geral, parece haver uma maior abertura para aceitar imigrantes como amigos ou como colegas de trabalho.

Relacionando com questões anteriores, nomeadamente com a da concordância/discordância com a entrada/permanência de imigrantes nos respectivos países, os inquiridos portugueses é que se manifestaram mais reticentes nesse assunto. Perante esta leitura, parece que os inquiridos portugueses se mostram mais cautelosos na questão da vinda e recepção de novos imigrantes, porém estão mais receptivos à promoção do processo de inclusão dos imigrantes nas comunidades locais, tanto ao nível colectivo como individual. Por outro lado os inquiridos espanhóis revelam-se mais abertos à questão da vinda e recepção de novos imigrantes, todavia são mais hesitantes no que diz respeito ao estabelecimento de relações a vários níveis, sobretudo de trabalho, talvez porque sintam no imigrante

um concorrente; como amigo ou familiar porque invocam as diferenças que os separam e não tanto o que os une.

2.4 Num território de encontro entre os autóctones e os imigrantes, o que pensam uns do(s) Outro(s)?

Foi solicitado aos nativos e aos imigrantes que se expressassem quanto à percepção que têm do “Outro” – nativo ou imigrado. Embora neste subcapítulo se tenham abordado questões do autóctone em relação com o imigrante, pareceu pertinente introduzir neste ponto em particular a visão inversa.

Assim foram colocadas várias afirmações aos imigrantes inquiridos, ao que foi pedido que expressassem o seu grau de concordância: 1 – concorda plenamente; 2 – concorda parcialmente; 3 – Não concorda nem discorda; 4 – Discorda parcialmente; 5 – Discorda totalmente; 6 – Não sabe. Os valores médios indicados para cada afirmação foram os seguintes²³⁹:

a)	Os portugueses/espanhóis são abertos aos imigrantes que vêm viver para cá [Portugal/Espanha]	2.09
b)	Os portugueses/espanhóis acolhem bem os imigrantes	2.11
c)	Os habitantes deste concelho [onde reside o imigrante inquirido] são acolhedores para com os novos moradores	2.2
d)	Os habitantes deste concelho [onde reside o imigrante inquirido] dão-se bem entre si	2.2
e)	Os habitantes deste concelho [onde reside o imigrante inquirido] manifestam vontade de interagir com os imigrantes	2.43
f)	Os habitantes deste concelho [onde reside o imigrante inquirido] fazem-no sentir seguro	1.86
g)	Sentiria a falta dos habitantes deste concelho [onde reside o imigrante inquirido] se tivesse de se ir embora daqui	2.89

Quadro 31. Percepção dos imigrantes sobre a comunidade autóctone e o território

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

²³⁹De referir que nas afirmações seguintes aparecerá a designação “portugueses/espanhóis”. Isto não quer dizer que os imigrantes inquiridos tivessem de opinar sobre as duas realidades nacionais indicadas: os inquiridos nos concelhos portugueses responderam sobre a realidade portuguesa; os inquiridos nos municípios espanhóis responderam sobre a realidade espanhola.

De uma forma geral todos os grupos de imigrantes inquiridos na área em estudo mantêm uma posição de concordância parcial com as afirmações apresentadas, sendo que algumas (como por exemplo a “g” e a “e”) estão mais próximas de uma posição intermédia em que o indivíduo não concorda nem discorda.

Reconhecem que os portugueses/espanhóis, tanto à escala nacional como à escala regional, são abertos e acolhedores para com os imigrantes, e manifestam vontade de interagir, transmitindo um sentimento de segurança comunitário (em termos físicos e afectivos, baseado na entreaajuda).

Todavia, a posição face à possível saída do concelho/município não parece causar aos inquiridos grande impacto em termos emocionais. Esta situação pode dever-se ao facto de se tratar de um contingente cuja presença poderá ser transitória. Além disso, pelo tempo recente do fenómeno, faz com que ainda não se tenham criado laços efectivamente fortes com o território de chegada.

Perante uma análise territorial, constata-se a manutenção desta cenário, porém destaca-se o município de Badajoz como sendo aquele em que houve uma maior dispersão de respostas em todos os campos questionados. Em termos práticos, significa que houve mais inquiridos a manifestar maiores níveis de descontentamento face às afirmações apresentadas, sendo que em todos os outros concelhos/municípios, as respostas dos inquiridos se centraram em termos da concordância total ou parcial. O facto do município de Badajoz se reportar à sua cidade, onde a concentração é mais intensa a todos os níveis, também pode gerar um ambiente mais propício à alienação humana, o que se reflecte na relação entre autóctones e imigrantes.

Em cidades mais pequenas como Portalegre ou Elvas, e ainda em municípios/concelhos de cariz rural (mesmo nas freguesias sede de concelho), nota-se que há uma maior proximidade das populações locais a estes estrangeiros, o que influencia a percepção positiva sobre os portugueses/espanhóis e o próprio território nacional a várias escalas.

No sentido inverso, os nativos também foram inquiridos sobre assuntos associados à temática imigratória em Portugal/Espanha. Chama-se a atenção para o facto das questões colocadas incluírem apenas a escala

nacional, o que não aconteceu no questionário dos imigrantes, onde foram também tratados assuntos à escala local.

No questionário aos autóctones, o estudo da percepção das relações entre nativos e imigrantes, foi abordada em questões próprias (no plano real e hipotético).

Daí que se achou que se incorreria no risco da repetição se a estrutura da pergunta incluísse afirmações à escala local, que no fundo já tinha ocorrido. Foi então pedido aos inquiridos autóctones que indicassem o seu grau de concordância face às afirmações apresentadas: 1 – concorda plenamente; 2 – concorda parcialmente; 3 – Não concorda nem discorda; 4 – Discorda parcialmente; 5 – Discorda totalmente. Os valores médios indicados para cada afirmação foram os seguintes:

		Média	Autóctones Espanhóis	Autóctones portugueses
a)	Só se deverá admitir a entrada de imigrantes (laborais) quando em Portugal/Espanha não haja mão-de-obra suficiente para preencher as necessidades do mercado de trabalho	2.79	3.01	2.57
b)	A situação económica já está difícil para os portugueses/espanhóis, ainda mais para ter de se despendere fundos para ajudar os imigrantes	2.83	3.12	2.53
c)	Diga o que se disser, a todos nos incomodaria se os nossos filhos tivessem colegas/amigos de outras raças na escola	4.17	4.16	4.19
d)	A imigração acabará por fazer com que Portugal/Espanha perca a sua identidade	3.74	3.84	3.64
e)	Os cidadãos de qualquer país deveriam ter direito a estabelecer-se noutro país sem nenhum tipo de limitação	3.1	2.76	3.43

Quadro 32. Percepção dos autóctones sobre o fenómeno migratório e o território

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Verifica-se que as respostas se constituem no espectro aparentemente antagónico da concordância parcial e da discordância parcial. Em termos gerais nota-se algum cuidado no que diz respeito à entrada de imigrantes nos respectivos países em estudo, pelo que tal facto está relacionado com o contexto de crise económica, laboral e social vivido também pelos inquiridos.

Tanto no caso dos inquiridos portugueses como nos espanhóis esta ideia é notória, embora se verifique algum afastamento opinativo na questão do facto dos indivíduos se poderem fixar em qualquer dos países, sem qualquer tipo de limitações, sendo que nos primeiros se notou mais abertura que nos segundos. A crise de contexto internacional, assim como o reconhecimento da necessidade do estabelecimento de critérios para a entrada de imigrantes (por exemplo, registo criminal limpo, meios de subsistência, contrato de trabalho válido, etc.) são os argumentos indicados pelos inquiridos.

Na sequência desta reflexão, os nativos avaliaram a integração dos imigrantes no concelho/município de residência, com o objectivo de colocar num plano paralelo as opiniões da comunidade local e dos imigrantes face à mesma questão. Tal como anteriormente se verificou no questionário da população estrangeira, foi indicada uma escala numérica de intensidade crescente – de 0 a 10 – em que 0 significa que os imigrantes estão muito mal integrados, 5 que essa integração é satisfatória (sem revelar uma vertente positiva ou negativa marcante) e 10 em que a integração seria perfeita.

Perante as respostas obtidas, constatou-se que os autóctones consideram os imigrantes bem integrados nos concelhos/municípios em estudo, sendo o valor médio apontado de 7,33. É interessante comparar com o valor médio apontado pelos imigrantes, que foi de 6,8, e que embora fique um pouco abaixo do primeiro, revela uma perspectiva positiva.

1º	Têm aqui muitos amigos portugueses/espanhóis
2º	Existem pessoas [da comunidade autóctone] que os ajudaram na integração
3º	Alguns imigrantes vivem em união de facto/casaram com um elemento da comunidade autóctone
4º	Têm aqui muitos amigos da sua nacionalidade
	Têm aqui muitos amigos de outras nacionalidades [também imigrantes]
5º	Participam em actividades culturais/desportivas do concelho/município
6º	Outras situações

Quadro 33. Motivos facilitadores da integração (7-10 pontos)
Elaboração própria a partir do questionário por inquirido aos autóctones (2011)

Uma análise territorial permite perceber que os inquiridos espanhóis indicaram um valor abaixo da média (6,05), ficando até abaixo do indicado pelos imigrantes (6,7), o que vem corroborar a ideia já discutida de nos municípios espanhóis em estudo se notar uma maior reticência à imigração. No caso português os valores médios indicados são mais elevados, tanto os referidos pelos autóctones (8,61) como pelos imigrantes (7), embora haja uma diferença de 1,61 pontos. De uma forma geral, pensam que os estrangeiros se sentem bem integrados, justificando o facto em parte com a própria abertura das populações locais à comunidade imigrada. Pediu-se ainda aos inquiridos que justificassem esta integração positiva²⁴⁰:

Da análise dos resultados verifica-se que o factor mais importante para a integração parece ser a capacidade de acolhimento da própria comunidade autóctone, o que é reconhecido pelos inquiridos, tanto ao nível colectivo (existência de amigos que ajudam; participação em actividades diversas à escala do concelho/município) como individual (casamento com um autóctone).

Por outro, o facto dos imigrantes não estarem sozinhos, ou seja, terem por perto imigrantes conterrâneos ou de outras nacionalidades, também parece funcionar em sinergia.

Contudo houve quem indicasse valores mais baixos, considerando que o grau de integração dos imigrantes nem sempre era assim tão elevado.

1º	Inexistência de amigos
	Não participação em actividades culturais/desportivas do concelho/município
	São discriminados por serem estrangeiros
	A comunidade autóctone tem hábitos/costumes muito diferentes dos deles
2º	Ninguém os ajudou na integração
3º	São discriminados pela cor de pele

Quadro 34. Motivos dificultantes da integração (0-3 pontos)

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

²⁴⁰Outras situações indicadas em Portugal: os imigrantes são trabalhadores; os espanhóis são os parceiros de que precisamos (questão da proximidade geográfica); os imigrantes estão bem inseridos no mercado de trabalho; “auto-integração” – os imigrantes fizeram um esforço para se integrar (chineses); “*porque quando chegam a Portugal arranjam logo emprego, nem que seja por pouco dinheiro*”. Os inquiridos espanhóis não indicaram outras situações.

Por um lado verificamos a contraposição de argumentos em relação aos anteriores, por outro mais uma vez se constata que a cor da pele e a origem geográfica são passíveis de gerar discriminação.

De referir que comparando estes resultados com os anteriormente apresentados para o caso do questionário aplicado aos imigrantes, as tendências são de todo similares, o que significa que ambos os grupos inquiridos, de uma forma geral, conseguem sentir as valências e os problemas de uma forma idêntica, o que pode ser explicado pelo convívio que já manifestam entre si, e pela partilha do mesmo território.

2.5 Imigração e desenvolvimento regional

No grupo dos imigrantes inquiridos, tal como ao grupo dos nativos em estudo, foram realizadas questões, tendo em vista a manifestação da percepção que ambos tinham sobre a dinâmica regional/local dos concelhos/municípios onde residem/trabalham.

No primeiro caso, o objectivo principal era o de que o contingente estrangeiro em questão, perante a experiência analítica da realidade dos seus próprios países pudesse, através deste exercício perceptivo, indicar as fraquezas e os elementos fortes do local de destino migratório, gerar respostas inovadoras que se revelassem úteis, geradoras de acções de carácter positivo para a promoção do desenvolvimento regional.

No entanto há um outro objectivo que vai ao encontro do similar exercício pedido aos estrangeiros: a análise do contributo dos imigrantes para o desenvolvimento regional. Pretendeu-se assim que a análise fosse feita com base na reflexão dos próprios estrangeiros, mas também tendo em conta a opinião da população nativa. Os autóctones identificaram diversos problemas ²⁴¹, assim como potencialidades ²⁴².

²⁴¹Outras situações indicadas em Portugal: existência de compadrios; falta de infraestruturas; povoamento disperso na Serra de São Mamede; despovoamento; falta de espaços verdes; desigualdade social; decadência da agricultura; falta de recursos humanos qualificados; pouca ajuda a mães solteiras e divorciadas. Os inquiridos espanhóis não indicaram outras situações.

²⁴²Outras situações indicadas em Portugal: turismo cinegético; produtos regionais como a castanha; sossego; boa água; boa terra para a agricultura (Marvão); património histórico

1º	Falta de emprego
2º	Pouca diversidade de empregos
3º	Falta de dinamismo económico
	Falta de indústria
4º	População muito envelhecida
	Falta de dinamismo comercial
5º	Grande distância em relação aos centros urbanos
	Falta de oferta cultural
6º	Falta de população jovem
7º	Falta de investimento em geral
7º	Outros aspectos
8º	Poucos serviços do Estado
9º	Poucos serviços de Lazer
10º	Poucos serviços de Saúde
11º	Fracas acessibilidades

Quadro 35. Problemas do concelho/município de residência

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

1º	Qualidade ambiental
2º	Segurança
3º	Gastronomia
4º	Património cultural
	Especificidade e qualidade dos produtos regionais
5º	Proximidade com Espanha
6º	Baixo custo de vida
7º	Património natural
8º	Comunidade que proporciona a integração
9º	Boa oferta cultural
	Boas acessibilidades
	Boa qualidade da habitação
10º	Património [histórico] edificado
	Outros aspectos
11º	Serviços básicos do Estado
12º	Serviços básicos de Lazer
13º	Serviços básicos de Saúde

Quadro 36. Potencialidades do concelho/município de residência

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

– ruínas romanas de Torre de Palma (Monforte). Os inquiridos espanhóis não indicaram outras situações.

Uma análise comparativa entre estas respostas e as dos imigrantes, permite constatar que ambas estão na mesma linha perceptiva. No caso dos problemas são destacados, em primeiro lugar, as graves lacunas do tecido laboral, baseadas na falta de investimento em sectores-chave, geradores de emprego e de riqueza, havendo também um enfoque na questão demográfica (envelhecimento populacional), na falta de serviços e nas acessibilidades.

No que diz respeito às potencialidades, reconhece-se a existências de serviços e de acessibilidades básicas, mas as quais podem e devem ser melhoradas, não só para dar respostas mais eficazes aos residentes locais, como para tornar o próprio território mais dinâmico, mais atractivo para as populações, como já foi discutido anteriormente.

No respeitante às propostas sobre como minorar os problemas/aproveitar as potencialidades, foram indicadas diversas linhas de acção²⁴³.

1º	Apoio financeiro da UE
2º	Apoio financeiro do Estado
	Desenvolvimento da actividade turística
3º	Mobilização da sociedade civil
	Atribuição de incentivos à fixação de empresas
4º	Atribuição de "prémios" a casamentos e nascimentos no concelho
	Atribuição de facilidades fiscais a residentes
5º	Apoio financeiro do poder local
	Atribuição de facilidades de crédito para habitação a residentes
	Incentivo à fixação de residentes nacionais
6º	Outras propostas
7º	Apoio à vinda de estrangeiros/imigrantes

Quadro 37. Propostas de acções para promover o desenvolvimento regional

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Tal como no questionário anterior, a natureza das respostas é similar entre ambos os grupos estudados.

²⁴³Outras situações indicadas em Portugal: maior coordenação entre instituições; apoio à indústria; apoio à agricultura | em Espanha: explorar, com técnicas modernas, os recursos agro-pecuários; aproveitamento das energias renováveis.

Destaque-se porém um pressuposto: embora no primeiro momento se pudesse pensar que a tendência seria a de rejeitar à partida a vinda de imigrantes, a verdade é que, de uma forma geral, os nativos manifestaram-se de forma positiva quanto à vinda deste contingente para residir/trabalhar nesta região em estudo. Esta posição em muito se relaciona com a percepção geral dos autóctones, cuja maioria (60% dos inquiridos) defende que os imigrantes têm sido importantes à escala regional/local para a promoção de processos de desenvolvimento territorial²⁴⁴.

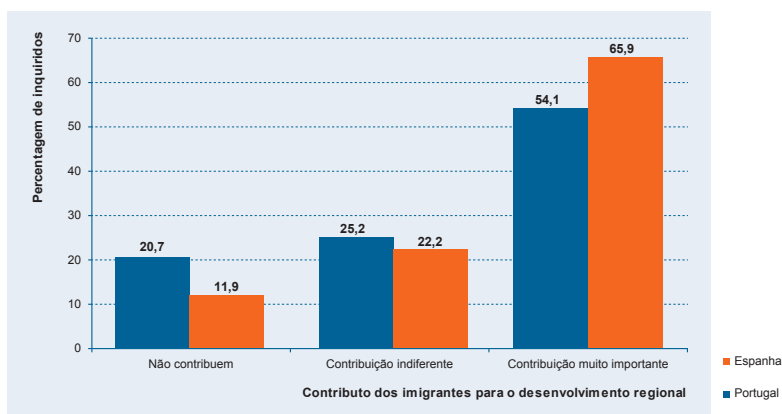


Gráfico 43. Contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento regional

Elaboração própria a partir do questionário por inquirido aos autóctones (2011)

Uma análise geográfica permite constatar que são os nativos inquiridos nos municípios espanhóis em estudo que revelam esta posição de forma mais evidente (65,9%), em comparação com os portugueses (54,1%).

²⁴⁴De referir que durante a aplicação do questionário, se notou que alguns dos inquiridos, nas questões iniciais, se mostraram reticentes quanto à entrada/presença dos imigrantes nos seus países, assim como revelaram alguns constrangimentos face às comunidades imigrantes locais. Porém, como o avançar das perguntas, e apresentados pressupostos que requereram uma reflexão mais profunda, aquando da questão relacionada com o contributo da imigração para o desenvolvimento regional, a resposta foi positiva. Esta situação de reconhecimento do papel dos imigrantes à escala local/regional leva a crer que este tema, para alguns dos inquiridos, não tinha sido alvo de debate/reflexão prévia, pelo menos com base em argumentação científica.

1º	Ajudam a aumentar a produtividade nos sectores em que trabalham
2º	Dinamizam o mercado de arrendamento
3º	Aumentam o quantitativo populacional do concelho/município com a vinda das respectivas famílias
4º	Investiram em negócios por conta-própria
	Consumem bens/serviços regionais/locais
5º	Partilham experiências culturais
6º	Oferecem bens/serviços às populações locais de que antes não dispunham
7º	Geram emprego
8º	Contribuem (voluntariado) para associações diversas no concelho/município
9º	Partilham experiências académicas
	Outros aspectos
10º	Dotaram o local de residência de infraestruturas básicas que antes não existiam

Quadro 38. Acções dinamizadoras do desenvolvimento regional, realizadas pelos imigrantes

Elaboração própria a partir do questionário por inquérito aos autóctones (2011)

Os autóctones reconhecem o contributo dos imigrantes para o desenvolvimento regional, em várias esferas de acção²⁴⁵.

A primeira relaciona-se com o mercado de trabalho. O contributo é dado enquanto trabalhadores por conta de outrem e como trabalhadores por conta própria, aumentando a produtividade e revitalizando sectores de actividade como a agricultura, gerando bases para o desenvolvimento de uma actividade turística em sintonia com as características e as necessidades do território, dinamizando o comércio local, gerando empregos, embora este último factor tenha uma importância relativa, como já foi discutido anteriormente. Além disso está patente o reconhecimento dos pressupostos da teoria do mercado de trabalho segmentado. É referido pelos inquiridos que estes imigrantes trabalham, na maior parte dos casos, em sectores e, destaque-se, em horários em que os nacionais preferem não

²⁴⁵Outras situações indicadas em Portugal: aumentam os níveis de natalidade; trabalham em sectores deprimidos como a agricultura; não dependem de subsídios; pagam impostos; trabalham em sectores e em horários que ninguém quer; desenvolvem o comércio local (chineses); comportam-se bem | em Espanha: os imigrantes legais contribuem para o sistema de segurança social.

realizar, o que é importante para suprir lacunas de mão-de-obra. Ainda ligado a este campo, mas numa perspectiva mais social e financeira, é também indicado como mais-valia o facto dos imigrantes contribuírem para o sistema de segurança social, assim como para o pagamento de impostos, sendo que alguns dos nativos apreciam o facto deste contingente não estar tão dependente de subsídios como os nacionais.

A segunda esfera de acção reporta-se à dimensão económica gerada a partir do parque habitacional, já que estes novos habitantes dinamizam o mercado de arrendamento, ocupando imóveis para habitação ou para desenvolvimento da actividade comercial (no caso dos chineses), que de outra forma teriam fortes probabilidades de estarem votados ao abandono. Além disso, também compram imóveis (originários de países da UE – *sun-seekers*) – casas e terrenos – quase sempre pequenas quintas em locais isolados dos concelhos/municípios em estudo, que recuperam, dotam de infraestruturas de que não dispunham (água, luz, telefone, internet, etc). Estas alterações funcionam numa tripla valência: a primeira diz respeito ao indivíduo, que por um preço relativamente acessível (como já foi discutido na parte referente do inquérito aos imigrantes) consegue adquirir um imóvel no território desejado, materializando o seu projecto de vida, satisfazendo as suas aspirações pessoais; a segunda está ligada à comunidade local, que consegue vender imóveis/propriedades, os quais não tem interesse em manter, arrecadando com isso capital que poderá servir para poupar ou para investir, além de que essa venda implicará um processo de reconstrução posterior, a que gerará a procura de produtos e serviços no mercado de construção civil à escala regional; a terceira inclui os organismos governativos a várias escalas, que irão beneficiar das rendas provenientes dos impostos pagos por estes imigrantes para avançar com o processo de compra/reconstrução/manutenção dos imóveis adquiridos.

Ainda ligado à dimensão económica, os inquiridos destacam a existência de uma troca sinérgica entre o contingente autóctone e o imigrante, pois se por um lado os imigrantes consomem bens/serviços à escala local/regional, por outro, e principalmente no caso dos que investiram em negócios por conta-própria, também eles próprios vão oferecer os

seus próprios bens/serviços à comunidade local/regional, nalguns casos dos quais não dispunham, tendo estimulado directa/indirectamente a revitalização de negócios nativos relacionados.

A terceira esfera de acção relaciona-se com a dimensão demográfica, já que alguns dos inquiridos afirmam que houve mais-valias com a vinda das famílias imigrantes, na medida em que isso levou a um aumento do quantitativo populacional local/regional, assim como do eventual aumento da natalidade, o que é de facto discutível, dado o quantitativo relativamente baixo do contingente estrangeiro na população total.

Além disso, é também destacada a importância da partilha de experiências académicas e culturais, o que revela a existência de uma vontade multidireccional do conhecimento do Outro, o que implica a abertura à partilha do espaço com o imigrante que vem e que “escolhe” para residir/trabalhar esta região da raia peninsular.

De qualquer forma 23,7% dos inquiridos revelaram que a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento regional era indiferente, assim como 16,3% chegaram mesmo a afirmar que essa contribuição era nula. Nesta última visão é de referir que são os inquiridos portugueses que revelaram as maiores reservas, sobretudo os residentes em freguesias fora da sede de concelho, de carácter rural.

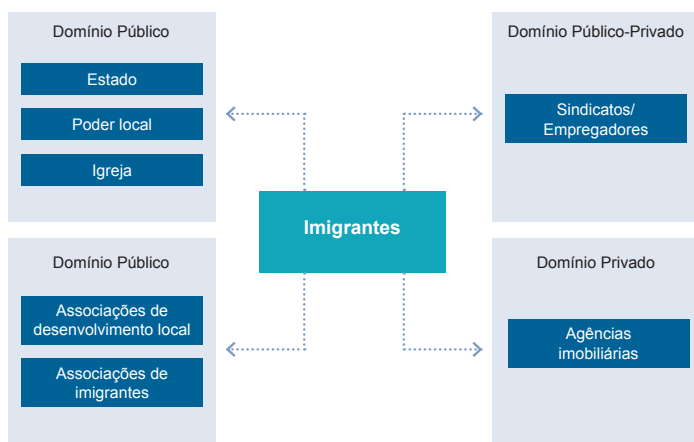
Tendo em conta a totalidade dos números, os autóctones estão satisfeitos com a presença/partilha do território em estudo com os imigrantes, reconhecendo o seu papel positivo enquanto agentes de desenvolvimento regional. Além de não os considerarem como um “encargo” em termos sociais, económicos e laborais, destacam o facto de gerarem riqueza, tanto porque investem de forma directa no território com os seus negócios ou aquisição de bens da mais variada natureza, mas também porque interagem com as comunidade locais em termos sociais.

Os que revelaram uma opinião de carácter “mais passivo”, isto é, admitem que o contributo tenha sido indiferente ou até mesmo inexistente, não manifestaram porém uma atitude negativista de carácter depreciativo: refira-se que não houve um único inquirido que tivesse afirmado que a presença dos imigrantes no território era nefasta.

2.6 Os agentes locais: princípios, acções e perspectivas

2.6.1 Os agentes e organismos considerados

Ainda no contexto de estudo da comunidade autóctone, optou-se por introduzir a análise do papel dos agentes locais e dos respectivos organismos que representam²⁴⁶, no que diz respeito aos princípios orientadores da sua actuação, às acções relacionadas com a questão imigratória à escala local, e às perspectivas relativamente ao futuro da imigração no território. Esta opção pautou-se pelo facto de, na sua grande maioria, estes agentes locais que trabalham com imigrantes, mesmo pertencendo a organizações com abrangência nacional, serem eles próprios autóctones, daí constituírem parte integrante da comunidade, embora num patamar formal e institucional.



Esquema 8. Organismos representados pelos agentes locais na relação com os imigrantes
Elaboração própria (2011)

²⁴⁶No que diz respeito às citações, e tal como no caso dos imigrantes e dos autóctones, salvaguardou-se o anonimato dos entrevistados. Assim, não se identificaram os agentes pelo nome ou designação específica do organismo a que pertencem. De referir que todas as entrevistas estão totalmente transcritas e arquivadas na base de dados da investigadora.

Foram considerados como “agentes locais²⁴⁷ representantes de instituições públicas, privadas e do Terceiro Sector, com actividades direccionadas para a comunidade imigrante, mesmo que a natureza de base incluia outros grupos populacionais²⁴⁸, embora nem todos os considerados manifestassem interesse em participar no estudo, tal como já foi discutido anteriormente.

Uma primeira constatação que surgiu do trabalho de campo, foi a de que todos os agentes entrevistados revelaram não conhecer os seus homólogos do outro lado da fronteira²⁴⁹, excepto em casos pontuais²⁵⁰. Tendo em conta a proximidade geográfica dos organismos, estranhou-se o manifesto afastamento institucional, o que se justifica pelo facto das acções pontuais e dos planos de acção terem um carácter circunscrito em termos espaciais e populacionais, sendo orientados para territórios concretos à escala regional/local portuguesa/espanhola, bem como para grupos com necessidades específicas²⁵¹. A realidade imigratória comparativa, tendo em atenção o que se passa no país vizinho, não é conhecida por estes agentes, pelo menos do ponto de vista formal. Como um agente local espanhol referiu:

“Aún que Portugal y España sean próximos, aún siguen de espaldas viradas uno al otro.”

²⁴⁷Entende-se o agente local também na perspectiva do indivíduo (técnico) que representa o organismo em que desenvolve a sua actividade na relação com a população imigrante.

²⁴⁸Apenas as associações de imigrantes referenciadas neste subcapítulo têm as suas actividades dedicadas exclusivamente a este segmento populacional. Também no caso das agências imobiliárias incluídas no estudo, há uma estratégia bem definida e direccionada para a população imigrante – *sun-seekers* – embora não obliterem a possibilidade de servir clientes nativos.

²⁴⁹Note-se que o trabalho de campo realizado permitiu dar a conhecer as instituições homólogas portuguesas e espanholas, assim como, em casos onde houve solicitação para tal, colocar em contacto agentes locais que se desconheciam.

²⁵⁰Por exemplo, a Cáritas de Badajoz (Espanha) referiu ter dado formação a funcionários da Cáritas de Setúbal e de Aveiro (Portugal) relativamente à temática dos sem-abrigo.

²⁵¹Não se refere a grupos com a mesma origem, mas normalmente a grupos transversais em termos de nacionalidades, cujo denominador comum assenta no mesmo tipo de problemáticas.

Em contrapartida, revelaram colaborar com instituições do próprio país, mesmo com naturezas diferentes entre si: não há um padrão que se possa referir quanto ao tipo de ligação institucional, apenas que tendem a cooperar organismos que estão ligados directa ou indirectamente com a questão imigratória.

Importa esclarecer que, apesar das vicissitudes reveladas, os diversos agentes locais entrevistados se mostraram muito empenhados na questão imigratória, ligada à região onde operam, sobretudo em dar resposta às necessidades manifestadas pela comunidade imigrante. Esta sensibilização decorre, em alguns casos, da formação académica e da experiência profissional prévia, pelo que alguns entrevistados indicaram já ter trabalhado com estrangeiros em contextos laborais anteriores. Esta situação é comum com indivíduos formados em antropologia, educação social, psicologia, línguas, teologia, animação sociocultural. Por outro lado existe outro segmento de agentes sem experiência prévia e sem formação directamente vocacionada para o tema (por exemplo engenharia ambiental, ensino, engenharia de produção animal, antropologia cultural), mas que na presente situação trabalham com imigrantes.

Por outro lado, também existem agentes locais que são eles próprios imigrantes, com formações académicas diversas (línguas, jornalismo, educação física, ensino, marketing e comunicação, design). De destacar dois sub-grupos considerados neste contingente: o primeiro diz respeito a associações de imigrantes, cuja acção consiste, entre outras, em promover actividades que respondam às necessidades de determinada comunidade imigrante (laborais, culturais, sociais, etc.); o segundo diz respeito a duas agências imobiliárias, uma portuguesa e outra hispano-neerlandesa (com sede no município de Alburquerque, mas dois dos proprietários residentes no concelho de Marvão), que são de casos de empreendedorismo laboral local, o que pode levar a crer que, num primeiro momento, não se encaixariam neste quadro de análise referente aos agentes locais. Porém foram considerados, na medida em que, com base em numa estratégia económica inerente a cada uma das empresas que representam, captam população estrangeira com o objectivo de residir num dos países em estudo, em

especial numa região de baixas densidades. São os próprios a admitir, da experiência pessoal, que:

“We had friends in Spain that live in “Costa de Alicante”, but we didn’t like it there, so we travelled, and travelled, and travelled, and we said “we make a tour of Spain”, “una vuelta”. So people told us “don’t go to Extremadura because it’s horrible there!” So we said “we must go there”. So that’s was what we did, we arrive in Extremadura and we saw “an ocean of land”, so beautiful! (...)”

Tentam portanto aproveitar o potencial associado às características físicas e humanas do território como imagem de marketing, fazendo do público-alvo a população imigrante, em especial o segmento dos *sun-seekers*. Não se trata de uma estratégia política de atracção de imigrantes para os concelhos/municípios em causa, porém acabam por conseguir captar um segmento populacional que está disposto a se fixar nesta região da Península Ibérica, não por uma questão de oportunidade laboral, mas mais do que isso. A procura em concreto de territórios com tais características – clima mediterrânico, manutenção da paisagem natural original, modo de vida tradicional das populações, prática de agricultura/pecuária de subsistência, etc. – para que possam fixar residência e, no caso de serem activos, desenvolver uma actividade profissional, pode ser um sinal positivo de manutenção da permanência no destino migratório.

Neste sentido, parecem ser estes agentes privados os quais, através de uma estratégia bidireccionada de constatação da procura-adaptação da oferta, que têm promovido a captação de imigrantes no território em estudo.

2.6.2 A actuação territorial dos organismos e dos agentes locais: o princípio de uma política migratória para regiões de baixas densidades?

Um dos pontos centrais da entrevista consistiu em perceber qual o papel do organismo representado pelo entrevistado na questão imigratória tanto à escala local como à regional, no âmbito da área geográfica de

actuação, de acções dirigidas às comunidades imigradas, do resultados dessas iniciativas, na própria relação estabelecida com os imigrantes, desafios, dificuldades, entre outros aspectos. O objectivo foi o de avaliar a natureza da política imigratória para os concelhos/municípios em estudo.

Constatou-se que há uma variedade de iniciativas que abrangem campos diversos da vida dos imigrantes, indo até mais além do que o próprio indivíduo/grupo em si.

O apoio destes organismos decorre no sentido de responder a necessidades dos utentes imigrantes, dando especial ênfase aos que se encontram em situação de risco de pobreza porque estão desempregados, ou por outro tipo de vicissitudes que tenham gerado situações de risco social. Destacam-se neste âmbito instituições ligadas à Igreja portuguesa e espanhola (Cáritas, Pastoral das Migrações), com o auxílio prestado pela disponibilização de bens básicos (alimentação, roupa, etc.) e de orientação a vários níveis, desde pessoal/espiritual até ao campo profissional, com encaminhamento de casos para formação académica.

Tal acontece com as associações de imigrantes e as associações de desenvolvimento local presentes no estudo, que disponibilizam o mesmo tipo de ajuda, promovem iniciativas culturais com uma dupla intenção: estimular o contacto de imigrantes da mesma nacionalidade/região de origem, através das práticas culturais como denominador comum; facilitar o contacto entre nativos e imigrantes, já que muitas destas iniciativas são abertas a toda a população. Foi referido pelos agentes locais a celebração do Natal Ortodoxo (Europeus de Leste), das festas de S.João (brasileiros), sessões gastronómicas (africanos), entre outras iniciativas, onde os organismos referidos cooperam com outras instituições locais, por exemplo com escolas. Destaque-se no município de Badajoz o facto de estar a ser desenvolvido o projecto de construção do “Centro Islâmico de Cultura”, com o propósito de servir os imigrantes que professam essa religião a residir/trabalhar na região noroeste de Espanha, assim como em Portugal. Actualmente a mesquita de Badajoz serve uma ampla área de fiéis, que congrega inclusive indivíduos residentes no sul da Península Ibérica.

Em termos laborais, o papel dos sindicatos tem sido essencial, em especial para responder a problemas relacionados com a exploração em

contexto de trabalho. Além disso, outro apoio muito solicitado pelos imigrantes a estas entidades, tem sido o que se refere ao processo de regularização de situações de imigração ilegal/clandestina. A Oficina de Extranjeros de Badajoz e do CLAI (Centro Local de Apoio ao Imigrante) de Portalegre são organismos vocacionados para este tipo de solicitação, embora este apoio também tenha sido prestado pelos organismos anteriormente apresentados. Aliás, na realização das entrevistas, verificou-se que os agentes locais dos municípios portugueses em estudo se conheciam entre si, inclusive já tinham colaborado tanto em termos de projectos, como de resolução de casos pontuais. Esta situação também se relaciona com a dinâmica geográfica da área de abrangência das iniciativas, as quais mesmo que formalmente se cinjam à escala local (concelho), acabam por se expandir à região onde se insere a unidade territorial. O mesmo aconteceu com os agentes locais espanhóis, embora como se referiu, sem haver um contacto transfronteiriço.

De referir que as acções não se centram apenas em questões sociais, laborais, culturais e culturais, mas também académicas. O Observatório Permanente para la Inmigración, sito em Cáceres, realiza estudos estatísticos para a Região Autónoma da Extremadura, focando-se na recolha e organização de dados, assim como na produção de documentos que reflectam a realidade imigratória nas províncias de Cáceres e Badajoz.

Perante o cenário apresentado, conclui-se que a política imigratória perpetrada nesta região da raia ibérica se centra a jusante do processo migratório e não a montante. Isto significa que quer o Estado, quer os governos à escala regional/local, não centram a sua actuação na captação de capital humano imigrante para residir/trabalhar nos concelhos/municípios em estudo, assim como na região integrante. O nível de intervenção ocorre depois de realizado o processo migratório, numa lógica de integração das comunidades imigrantes no território, focalizando as acções ao nível da resposta às diversas solicitações da população residente estrangeira²⁵².

²⁵²Embora a estratégia económica de outros agentes locais avance nesse sentido (as imobiliárias referidas), não se pode considerar com uma plano global, dado a sua natureza (objectivo exclusivo de venda), pontualidade do processo de actuação (que termina no

Destacam-se algumas acções desenvolvidas no âmbito de uma política de integração territorial dos imigrantes, baseada em vários projectos locais/regionais:

a) *Plan para la integración social de personas inmigrantes en Extremadura* (Região Autónoma da Extremadura)

Concebido pela Junta de Extremadura, que constituiu um primeiro plano para 2006/2007. Nesse documento está expressa a necessidade de “cambiar por el concepto mucho más amplio de interculturalidad, y de hecho contamos ya con un alto numero de inmigrantes (...)” (JUNTA DE EXTREMADURA, 2008a: 11,12), ou seja, reconhece-se que a entrada de imigrantes no território da Extremadura, trará novos desafios não só às instituições como à própria população local, em termos de convivência e partilha do mesmo território.

Os objectivos gerais centram-se no desenvolvimento de estratégias de acolhimento; na integração dos alunos estrangeiros no sistema de ensino espanhol; na facilitação do acesso ao mercado de trabalho com ênfase na eliminação de situações de precariedade; no acesso a condições de habitabilidade dignas; na facilitação de instrumentos para a promoção de condições sanitárias. Visa-se também promover e fortalecer a relação entre nativos e imigrantes, através do associativismo. Por fim pretende ainda conceber uma política de cooperação com os países emissores de imigrantes, com vista à potenciação de projectos de co-desenvolvimento.

O segundo plano (2008/2011) continua os objectivos e o trabalho definido pelo anterior, mas revela um nível de actuação mais aprofundado, orientando as práticas para 6 eixos transversais de actuação (laboral, de investigação, formação, coordenação, mediação e género) e 12 áreas de intervenção (acolhimento, habitação, serviços sociais, emprego, género feminino, saúde, educação, infância e juventude, igualdade, sensibilização, participação, e co-desenvolvimento) (JUNTA DE EXTREMADURA, 2008b). Neste plano nota-se um maior conhecimento e experiência de trabalho com a comunidade imigrante, pelo que as estratégias estão definidas de

final da venda do imóvel) e isolamento activo (sem qualquer concertação com outros organismos).

forma mais assertiva e orientadas para questões concretas. Além disso revela a necessidade de se avaliarem as acções perpetradas, pelo que para cada eixo e área são definidos os indicadores de avaliação, de natureza estatística, a serem tidos em conta. É dirigido a imigrantes, mas também à população nativa, assim como a profissionais que trabalhem na área das migrações.

b) Programa Arco-íris (município de Badajoz)

Trata-se de um programa municipal de incorporação social de imigrantes (em permanência), desenvolvido pelo Ayuntamiento de Badajoz, através do Instituto Municipal de Servicios Sociales e da Universidad de Badajoz, o qual apresenta varias valências: SIVO (Servicio de Información, Valoración y Orientación especializado em imigração); atenção individualizada a imigrantes (necessidades específicas fora do âmbito do programa); assessoria e apoio legal; orientação e intermediação laboral; sensibilização empresarial e comunitária; ensino de castelhano; actividades culturais; formação intercultural. É dirigido aos imigrantes, autóctones, empregadores e trabalhadores sociais (AYUNTAMIENTO DE BADAJOZ, 2010: 15,16).

Além disso, o município de Badajoz tem publicado um guia municipal de informação para os imigrantes em diversas línguas (espanhol, árabe, inglês e português) com informações dirigidas a este contingente, destacando-se a sistematização dos contactos de organismos que apoiam a comunidade imigrante (associações de imigrantes, Oficina de Extranjería, Comisaria de Extranjería, Caritas, Casa de la Mujer, etc.).

c) Programa Gente Acolhedora (concelhos de Avis, Alter do Chão, Nisa, Castelo de Vide e Portalegre)

É um projecto que partiu de diversos CLAS (Conselhos Locais de Apoio Social) e que se consistiu na articulação e conjugação de esforços por parte das entidades locais públicas/privadas que trabalham, directa ou indirectamente em prol da integração dos imigrantes (poder local, serviços de saúde, educação, segurança social, acção social, associações locais, cultura, segurança pública, etc.). Foi desenvolvido entre 2004 e 2009.

Os principais objectivos foram os de fomentar uma prestação de serviços de acolhimento de forma integrada à população imigrante; promover

o trabalho em rede na elaboração do diagnóstico; acompanhar e resolver problemas ligados ao acolhimento da população imigrante; proporcionar um espaço específico de debate e massa crítica da concepção de planos de acção concertados; potenciar uma maior abertura e aproximação entre as entidades públicas e privadas e a população imigrante (GENTE ACOLHEDORA, s/d: 5).

d) Programa de Voluntariado Cristão no Estabelecimento Prisional de Elvas; Projecto de Solidariedade Prevenir e Remediar (concelho de Elvas)

Com apoio da Igreja (programa em permanência), baseia-se na constituição de grupos de voluntários da comunidade local, coordenados por religiosas do Movimento Teresiano de Apostolado, cujo público-alvo não é especificamente a comunidade imigrante, mas sim populações em risco, num sentido geral (nativos e imigrantes). No entanto, parte dos destinatários são estrangeiros que estão a cumprir pena no Estabelecimento Prisional de Elvas ou que, por se encontrarem em dificuldades (desemprego, exploração laboral, violência por parte de redes ilegais de imigração, etc.) carecem de apoio.

No caso do primeiro programa, o objectivo de base é de apoiar espiritual e moralmente os reclusos. São por isso consubstanciadas várias linhas de acção: formação bíblica; apoio a necessidades básicas (roupa, etc.); ajuda ao estabelecimento de contactos com familiares; apoio na resolução de problemas jurídicos e burocráticos; organização de momentos de convívio (Natal, Carnaval, Páscoa, Santos Populares, etc.); “escutar” os reclusos na lógica de uma terapia pessoal.

O segundo programa tem como finalidade sensibilizar a comunidade autóctone para diversas problemáticas sociais, no sentido de combater a indiferença e o absentismo face às carências dos mais necessitados. Estimula-se o voluntariado na população e o gosto pela intervenção comunitária, assim como se estimula a detecção de situações de carência em grupos específicos (famílias carenciadas, crianças em situação de risco, adictos – álcool e drogas, sem-abrigo, reclusos e imigrantes).

Estes grupos actuam em parceria com entidades locais e nacionais de solidariedade social (Segurança Social, Instituto de Apoio à Criança, etc.).

Em termos de avaliação destes projectos, os agentes locais referem que as estratégias de actuação têm surtido efeitos positivos tanto em termos individuais como colectivos. Esta percepção decorre do *feedback* dos imigrantes, principalmente quando conseguem ultrapassar determinados problemas, ou então quando é manifesta a satisfação proporcionada pela inclusão na comunidade autóctone, principalmente ao nível do aumento do número e da qualidade dos contactos com nativos, que os apoiam tanto do ponto de vista material como imaterial (relações de amizade). De qualquer forma há a considerar situações onde não é possível responder às necessidades manifestadas pelos imigrantes, e estes técnicos têm a noção que tal facto gera frustração tanto neles próprios como na população estrangeira:

“[Relativamente ao apoio prestado] sabemos que é dentro de certas limitações, mas isso não é só para os imigrantes, é para todas as pessoas que damos apoio. Podia ser um pouco mais, mas nós tentamos fazer o melhor que podemos com os nossos meios (...). Agora existem questões que nós não temos a resposta e quando temos a resposta não é a resposta que eles quererão ouvir, e muitas vezes não há volta a dar, principalmente a nível da legalização (...)”

Tendo em conta o cenário apresentado pelos imigrantes, pela população autóctone e pelos agentes locais, constitui-se como essencial a promoção de três linhas de acção:

a) *Com vista ao aproveitamento do capital humano e social imigrante presente na região*, apoiar e desenvolver os meios de actuação das instituições e dos organismos que trabalham na esfera da comunidade imigrante, tanto em termos materiais (financiamento) como imateriais (formação de agentes locais, divulgação das boas práticas de integração, desburocratização de processos de actuação a vários níveis, etc.).

b) *Com vista à captação de população estrangeira*, desenvolvimento de uma política de imigração nacional, baseada na captação de *imigrantes empreendedores* e orientada para estrangeiros que tenham interesse em desenvolver a sua actividade profissional em regiões de baixas densidades.

c) *Com vista à potenciação dos meios e dos planos de actuação, assim como da troca de experiências entre agentes locais*, desenvolver uma rede regional transfronteiriça de apoio à imigração, de forma a colocar em contacto agentes portugueses e espanhóis do Alentejo/Extremadura.

Num território onde o fenómeno imigratório se intensificou há pouco mais do que uma década, onde os organismos e instituições têm sido sensíveis à dinâmicas das comunidades imigrantes, e os agentes locais manifestam empenho em continuar e melhorar as práticas adoptadas para dar resposta às necessidades dessa população, parecem estar reunidas condições no sentido de se avançar numa política de imigração e integração.

As linhas de actuação propostas baseiam-se nas constatações evidenciadas pelo trabalho de campo, sobretudo no facto dos inquiridos enfatizarem aspectos territoriais atractivos que influenciam a decisão de permanecer nos concelhos/municípios em estudo, assim como as suas famílias. Se existem imigrantes que consideram esta região de baixas densidades como um território de fixação residencial/laboral, também se pode partir do princípio que outros contingentes migratórios tenham interesse em se fixar nesta área da Península Ibérica.

Por isso, as políticas de imigração de ambos os países deveriam considerar este pressuposto tanto para este estudo de caso, como para outras regiões portuguesas/espanholas, partindo da definição de directivas orientadas para a escala nacional, mas com possibilidade de constituição de planos estratégicos regionais e locais, tendo em conta as especificidades de cada território. O enfoque primeiro seria nos imigrantes empreendedores, independente da origem geográfica, pressupondo-se que seria um grupo capaz de imprimir um maior dinamismo à economia local, assim como de potenciar os processos de desenvolvimento territorial à escala regional com a materialização de investimentos em determinados segmentos de actividade (agricultura, turismo, restauração, entre outras áreas).

Por isso, e tendo em atenção as vicissitudes manifestadas pelos agentes locais, faria todo o sentido incrementar os meios de actuação e promover o trabalho transfronteiriço em rede, com o objectivo de melhorar

as práticas de integração e de agilizar a resolução de problemas. Seria como um seguimento lógico, já que uma política de imigração centrada na captação de imigrantes para regiões ibéricas de baixas densidades também implicaria a entrada de mais imigrantes no território, com o potencial aumento e a diversificação das procuras.

2.6.3 Percepção da importância da imigração para o desenvolvimento regional e perspectivas futuras

Todos os agentes locais, sem excepção, consideram que os imigrantes têm contribuído, de forma positiva, para o desenvolvimento da região onde residem/trabalham, destacando dois pontos geográficos:

a) Local de destino migratório – aumentam a produtividade; desempenham funções no mercado de trabalho que os nativos preterem (por exemplo, na construção civil, agricultura, serviços domésticos, apoio a crianças e idosos); contribuem para a manutenção do sistema de segurança social; aumento do número de efectivos (população activa e nascimentos); dinamização do mercado de arrendamento, de compra e recuperação de imóveis (casas e terrenos), assim como de mercados adjacentes (por exemplo, construção civil); investem em negócios por conta própria (por exemplo na área do turismo, saúde, agricultura, comércio, etc.); partilham experiências culturais e académicas.

b) Local de origem migratória – injeção de capitais nos agregados familiares que não migraram.

No contexto dos concelhos/municípios em estudo, enquanto territórios receptores, há um agente local empregador que enfatiza a sua presença:

“(...) Os empreendedores, os empresários que vieram e outras pessoas – eu acho que foi mais do que positivo, até porque vieram também com outras ideias, com outra forma de estar até, outra cultura, que nos abre um bocadinho mentes, e que ajuda os agricultores, neste caso portugueses e nosso caso locais, também haver algumas coisas diferentes, portanto

eu acho que foi muito positivo. Em relação às pessoas que vieram para trabalhar para as produções, acho que também foi bastante positivo e tenho imensa pena que não tenha resultado na continuidade, até porque nós sabemos que a maior parte deles são casais jovens, nós temos o envelhecimento como problema nacional, e à escala local também. (...).”

Há o reconhecimento de que é importante a presença dos imigrantes no território, embora os agentes locais ligados à Igreja salvaguardem o facto de haver imigrantes desempregados ou em situação precária, que não estão a contribuir para o desenvolvimento regional. Não que se trate de uma situação voluntária, como destacam, mas antes porque não estão a conseguir penetrar no mercado laboral, em parte por não haver empregos disponíveis, mas também pelo facto da atribuição da equivalência das qualificações académicas ser muito difícil.

Perante o reconhecimento do papel dos imigrantes no desenvolvimento regional, os agentes locais foram questionados se faria sentido o desenvolvimento de uma estratégia política de atracção de imigrantes para o território em estudo. Também neste caso houve uma concordância relativa entre agentes portugueses e espanhóis, na medida em que praticamente todos responderam que sim, todavia assumem que só conseguem vislumbrar tal cenário num plano utópico. Uma política desse género teria de partir dos organismos centrais – Estado – tendo em conta as directivas da UE para tal temática. Mas para a construção de um plano estratégico regional, seria determinante a participação dos agentes locais, as suas experiências a partir do trabalho de campo que realizam, do contacto efectivo que estabelecem com os imigrantes. Crêem que os imigrantes, enquanto capital humano e social potencial disponível, não tem sido tomado em conta:

“Puede ser una estrategia. Yo creo verdaderamente que se va llevar muy poco las potencialidades de la población [inmigrante] y creo que eso puede ser uno de ellas [mano de obra e capacidad de rejuvenecimiento]. Creo que puede haber muchas más, que los inmigrantes enriquecen la economía e la cultura, en este caso regional (...). De hecho

están ocupando espacios que hasta poco tiempo estaban abandonados, espacios rurales donde los inmigrantes van a trabajar en fincas, cuidando de masías o cortijos (...).”

A incredulidade resulta também do facto dos agentes reconhecerem a inexistência de uma estratégia de carácter global, que incluía a fixação/manutenção da permanência de autóctones nesta região, daí que embora reconheçam a necessidade vital de uma política deste género para imigrantes, não acreditam que esta ocorra antes de que sejam considerados os nativos como grupo-alvo.

Perante esta perspectiva, colocou-se a questão do futuro imigratório para o território em estudo, partindo do princípio de que os fluxos imigratórios manterão um carácter espontâneo, ao que os entrevistados manifestaram algumas reticências de resposta. A opinião geral é a de que a crise económica, ao diminuir as oportunidades no mercado de trabalho local, poderá pôr em causa a continuidade da entrada, até mesmo da permanência de imigrantes na região em estudo.

As opiniões apresentam no entanto diferentes perspectivas:

“Bueno, lo que pensamos es que la población extranjera en Extremadura ira creciendo (...). Ahora mismo con el “padrón” que ha ocurrido no sabre decirlo. Yo creo que la tendencia es que cada vez las culturas están más mezcladas, nosotros vamos a otros países e otros países vienen acá. Yo creo que el numero de inmigrantes va aumentando porque también es mas fácil viajar a estudiar, a trabajar, la gente es mas abierta a moverse (...), aunque en países europeos como España y en provincias como la nuestra las personas están muy asentadas en las familias, en sus núcleos, nos costa todavía movernos.”

“Nós só somos viáveis se houver imigrantes, porque quais são os imigrantes que vêm para cá? São jovens. Quem sai das nossas terra? Jovens [autóctones] (...). Estou convencido que nós só temos a ganhar se conseguimos [pelo menos] manter os imigrantes nesta região.

“Hay gente, por ejemplo los bolivianos, dicen que hay trabajo en Bolivia, más que aquí ahora, por lo cual les interesa volver. Entonces cuando comenzar a haber equilibrios económicos, me imagino [que los inmigrantes vuelvan]. ¿Pero eso se conseguirá? Parece una utopia...”

São colocados vários cenários, desde a inevitabilidade da chegada/permanência dos imigrantes, à necessidade de se captar tal segmento, ou pelo contrário, à eventual saída do território. Pela análise das respostas dos entrevistados, conclui-se que se podem estabelecer três tendências sobre o futuro, baseadas na origem territorial do próprio agente local:

a) *Agentes locais autóctones* – crêem que se verificará a continuação dos fluxos imigratórios para a região, embora de forma mais lenta do que o verificado na última década, até porque acreditam que, perante a crise económica e laboral, se possam verificar retornos, em especial se no local de origem forem oferecidas melhores condições a este nível. Com a globalização e a generalização da mobilidade, consideram que não se deve descurar a vinda de mais imigrantes, daí a necessidade de se prepararem os organismos (escolas, polícia de estrangeiros, etc.) para esse cenário, assim como as populações locais autóctones.

b) *Agentes locais imigrantes, ligados a associações* – consideram a existência de casos de imigrantes que estão divididos entre a opção de permanecer ou de regressar ao país de origem. Se por um lado sentem que a crise económica e laboral está a afectar (diminuir) os rendimentos mensais do agregado familiar, ou até mesmo se verificam situações de desemprego, por outro os filhos que já nasceram em Portugal/Espanha ou imigraram ainda pequenos conjuntamente com os pais, pressionam-nos para ficarem “no país que conhecem”.

c) *Agentes locais imigrantes, ligados a empreendimentos económicos* – o caso dos agentes imobiliários inquiridos, sendo os mais optimistas de todos os inquiridos. Na sua opinião, pensam que nos próximos anos a imigração nos concelhos/municípios em estudo não corresponderá tanto à chegada/permanência dos imigrantes laborais, mas antes dos *sun-seekes*, sejam eles activos ou reformados. O futuro passará pelo incremento dos fluxos oriundos da Europa do Norte e Centro, composto

por capital humano/social caracterizado por elevadas qualificações académicas e profissionais, assim como pela disponibilidade financeira para investir, quer na compra de imóveis, quer na constituição de negócios por conta-própria.

Perante a diversidade de opiniões e a análise efectuada coloca-se a questão: deve-se privilegiar a definição de uma política imigratória de atracção de imigrantes para regiões de baixas densidades, ou deve-se apostar na espontaneidade de fixação dos próprios imigrantes?

Embora até agora a chegada de imigrantes tenha resultado da própria dinâmica migratória conjuntural a várias escalas (nacional, europeia e mundial), parece ser pertinente a definição de uma estratégia que permita aproveitar, em termos presentes e futuros, o capital humano/social actual e potencial. A delimitação desta estratégia deverá passar por vários níveis de actuação, como já foi defendido.

O território, com as suas características físicas e humanas, constituiu-se como um recurso que tem atraído diversos segmentos de imigrantes, em termos de origem, estrutura etária, formação académica, experiência profissional. Cumpre aos órgãos locais, regionais e nacionais valorizar a população estrangeira que “escolheu” esta região como destino migratória para, numa perspectiva integrada local/regional e transfronteiriça, poderem potencializar este capital humano e social.

***Síntese:** Na quarta parte foram apresentados e discutidos os resultados do estudo de caso, no respeitante aos questionários por inquérito aplicados aos imigrantes, aos autóctones, assim como dos questionários por entrevista realizados a agentes locais.*

Constatou-se que a população imigrante apresenta uma complexa diversidade em termos de dinâmica familiar, laboral, geográfica, etc, assumindo-se como contribuintes para o desenvolvimento regional do território onde residem/trabalham. A posição da população autóctone face a este tema é concordante, embora sejam apresentadas diversas perspectivas sobre o fenómeno imigratório a várias escalas. Os agentes locais manifestaram uma posição de abertura face à chegada/permanência de

imigrantes, sendo notório o trabalho realizado em prol destes indivíduos. Perante o cenário apresentado foi discutida a possibilidade de constituição de uma política imigratória local de captação de imigrantes para esta região de baixas densidades.

No próximo capítulo serão apresentadas as principais conclusões do trabalho efectuado, de onde derivarão um conjunto de recomendações.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

“(...) Migration policies will be faced with a double challenge: on the one hand, to exert some form of control over the flows with a view to facilitating the economic and social absorption of new arrivals, and on the other to reap and enhance the benefits that international migration can bring for the economy and society, especially in the light of ageing populations.”

OCDE (2009: 3)

*“É o fatídico mês de Março, estou / no piso superior a contemplar o vazio. /
Kok Nam, o fotógrafo, baixa a Nikon / e olha-me, obliquamente nos olhos: /
Não voltas mais? Digo-lhe só que não. /
Não voltarei, mas ficarei sempre, / algures em pequenos sinais ilegíveis (...).”*

Rui Knopfli (2003: 516)

(Página deixada propositadamente em branco)

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os organismos oficiais, tal como a OCDE ou as Nações Unidas, assumem que o futuro passará inevitavelmente pela complexificação dos fluxos migratórios à escala internacional.

A OCDE (2009a:18-22, 81, 82 | 2010: 20,21) estima que no início do séc.XXI residissem nos países constituintes cerca de 82 milhões de imigrantes. E espera, nos próximos anos, apesar da crise económica patente, a manutenção dos fluxos imigratórios ou até mesmo o seu aumento. Perante este contexto, Lindsay LOWELL destaca três aspectos justificativos de tal tendência: por um lado haverá necessidade de população activa jovem nos países da OCDE, já que os níveis de natalidade são demasiado baixos para assegurarem a substituição das gerações. Por outro lado, o aumento do número de imigrantes também irá reforçar e consolidar o papel das redes sociais de apoio à chegada de compatriotas, canais esses que facilitarão os fluxos. Além disso, a mobilidade estudantil fará com que os países da OCDE passem a dispor de um capital humano de excelência, em termos de formação académica, o que pode ser entendido como uma vantagem “a explorar” pelos países receptores.

É por isso urgente que os Estados se comprometam perante esta realidade, envidando esforços para se adaptarem à realidade presente e futura, no sentido de beneficiarem das potencialidades destes recursos humanos, assim como de promoverem a integração destes indivíduos nas suas comunidades nativas.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2009 corrobora estas ideias (PNUD, 2009: 3-6, 9), considerando que os migrantes aumentam a produtividade económica, com um custo irrelevante ou inexistente para

o país receptor. As migrações internacionais funcionam como uma via que complementa esforços locais ou nacionais mais amplos, assim como para reduzir a pobreza (sobretudo no local de origem dos migrantes) e melhorar os níveis de desenvolvimento humano.

Nos países de origem, os impactos das deslocações são sentidos sob a forma de mais elevados rendimentos, maior consumo, melhor educação e condições de saúde, e um aumento geral nos níveis cultural e social. Destaca-se neste contexto o importante papel das remessas em termos de ganhos materiais, assim como a mudança de mentalidades (que pode conduzir, por exemplo, a que as mulheres se libertem dos seus papéis tradicionais) em termos imateriais, entre outros.

Este organismo chama ainda a atenção para a possível reacção adversa dos Estados às migrações internacionais, fruto da actual situação de retracção económica, o que poderá gerar a aplicação de medidas proteccionistas a favor da diminuição das entradas de imigrantes nos respectivos países. No sentido de combater essa potencial tendência, são indicadas várias propostas: aposta no trabalho sazonal (agricultura, turismo) e aumento do número de vistos para indivíduos pouco qualificados, de forma a facilitar a mobilidade e o retorno; definição de quotas de mão-de-obra imigrante necessárias de facto à realidade laboral; apoio à integração dos alóctones nas comunidades locais; promoção do acesso a serviços básicos; igualdade de tratamento no local de trabalho, assim como noutras áreas (educação, por exemplo).

Estes organismos reiteram a importância da liberdade de deslocação, como aspecto promotor do desenvolvimento humano, com base nos pressupostos defendidos por Amartya SEN. Perante o panorama apresentado, e apesar da conjuntura actual, alertam para a necessidade dos governos, a várias escalas de actuação (da nacional à local), se prepararem para a complexificação dos fluxos migratórios internacionais, e consequentemente para a recepção de imigrantes.

Nesse sentido, os territórios de baixas densidades, como é o caso dos concelhos/municípios estudados, terão por um lado que lidar com esta possibilidade e com as necessidades inerentes (por exemplo, de adaptação dos serviços municipais às procuras dos imigrantes, aumento

do número de vagas no ensino público para os seus filhos, promoção da aprendizagem da língua portuguesa/espanhola, etc.), o que poderá acarretar custos. Porém há que equacionar os ganhos, uma vez que a região poderá passar a dispor de um manancial de mão-de-obra capaz de realizar os trabalhos que os nativos preterem, assim como a investir em diversos segmentos (agricultura, turismo, comércio, compra de imóveis, etc.). E do estudo efectuado, comprovou-se que os imigrantes presentes nesta região da Península Ibérica se constituem como capital humano e social capaz de promover o desenvolvimento regional. Tendo em atenção as hipóteses definidas à *priori* e as questões-chave derivantes, são várias as conclusões a reter.

Hipótese 1. Segundo as estatísticas oficiais, existe um contingente de estrangeiros a residir nesta região de Portugal/Espanha. → **Questão 1.** Face às realidades imigratórias nacionais, trata-se de grupos significativos do ponto de vista quantitativo?

De facto a dimensão quantitativa do contingente é reduzida: em 2009 residiam 1551 estrangeiros nos concelhos portugueses e 7020 nos municípios espanhóis em estudo. Se comparado com os valores observados nas principais áreas metropolitanas (Lisboa, Madrid, Barcelona) e outras de elevada concentração de imigrantes (Algarve, costa espanhola do Mediterrâneo), a região em estudo cinge-se a valores muito mais baixos. Porém, e enquadrando os concelhos/municípios em causa na sub-região pertencente (NUTIII – Alto Alentejo e Badajoz), verifica-se que na última década (de 2000 a 2009) houve uma entrada/fixação significativa de imigrantes, especialmente em território espanhol.

Isto significa que, embora não estejamos perante uma região de grande concentração imigratória, começa a haver um contingente de população estrangeira com algum significado, fruto da expressiva evolução da última década, a qual está relacionada com o carácter atractivo deste território de destino migratório, face ao de origem.

No que diz respeito às estatísticas, foram apresentadas e discutidas ao longo do trabalho as vicissitudes inerentes, nomeadamente a indisponibi-

lidade de dados à escala local para os concelhos portugueses à data de realização do trabalho de campo. Na actualidade esta adversidade está ultrapassada, porém os dados continuam-se a referir apenas à imigração legal, pelo que os ilegais/clandestinos continuam sem fazer parte das estatísticas, excepto em casos (prováveis) de registo no padrón municipal (em todo o caso não são discriminados como tal).

Hipótese 2. Os grupos/nacionalidades presentes no território são limitados, dado o baixo número de imigrantes a residir e a trabalhar nesta região de Portugal/Espanha. → **Questão 2.** Trata-se só e apenas de casos de imigração pontual?

Não se trata de casos pontuais e isso é corroborado por vários factos. Em primeiro lugar há um número significativo de nacionalidades presentes em cada região (56 na NUTIII do Alto Alentejo e cerca de 108 na NUTIII de Badajoz). Nos concelhos/municípios estudados residem oriundos da Europa, África, América, Ásia e Oceânia, destacando-se o contingente de originários da UE, da América e de África no caso dos municípios espanhóis, e dos europeus extra UE e sul-americanos nos concelhos portugueses. Esta diversidade denota traços de consolidação, visto que a presença de determinadas nacionalidades no território exigiu a formação de associações de imigrantes (por exemplo moldavos, argentinos, etc.), assim como de organismos similares, compostos por autóctones, a trabalhar em prol dos imigrantes (por exemplo a Tégua, a Asociación Todos Iguales, Todos Legales, etc.).

Em segundo, face aos resultados do estudo de caso, constatou-se que é uma migração laboral de índole familiar, assim como se verificou a existência de casos de casamentos/uniões de facto entre imigrantes e nativos. Este parece ser um sinal de estabilização e de possível permanência no território, assim como a patente proximidade de familiares do país de origem, que corrobora não só tal pressuposto, como também indica a possível génese de redes sociais de entreaajuda à imigração.

Em terceiro lugar, os motivos indicados pelos imigrantes para fixação na área estudada estão relacionados com aspectos oferecidos pela especificidade deste território: emprego, qualidade ambiental, baixo custo

da habitação, segurança, existência de instituições de ensino superior e condições favoráveis ao estabelecimento de negócio.

Percebe-se que não é uma procura territorial aleatória, mas que a área de estudo se constitui como fim geográfico da migração, se for tomado em linha de conta que a grande maioria dos inquiridos imigrou directamente do seu local de origem para os concelhos/municípios em causa.

Hipótese 3. A presença de imigrantes nesta região de Portugal/Espanha tem estimulado o desenvolvimento regional. → **Questão 3a.** Será que a imigração pode estimular o desenvolvimento territorial em regiões de baixas densidades?
Questão 3b. Quais os impactos decorrentes da presença dos imigrantes no território e na sociedade de destino em estudo?

Tanto imigrantes como nativos inquiridos reconhecem a importância da imigração para o desenvolvimento regional. A análise de estudos de caso noutros contextos internacionais revelou que a imigração estimula o desenvolvimento regional tanto nos territórios de origem como nos de destino. Esta ideia está patente nos estudos de STARK, TAYLOR e YITZHAKI (1986: 722); MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUCCI, PELLEGRINO e TAYLOR (1998: 223); JOHANSSON e RAUHUT (2002: 56-58); DOCQUIER, RAPOPORT e SHEN (2007: 5-7, 30); DESHINGKAR (2008: 161-172); KASIMIS (2008: 212- 227); LIANG e MOROOKA (2008: 273-288); Orozoco (2008: 303-334); PING e SHAOHUA (2008: 219-138); RATHA, MOHAPATRA e XU (2008: 2); TAYLOR, ADAMS, MORA, e LÓPEZ-FELDMAN (2008: 118); também de organismos como a COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (2005: 22-25); NAÇÕES UNIDAS (2007 a: 17). As remessas são indicadas como o aspecto mais visível deste postulado, pois promovem o aumento dos rendimentos dos agregados, e conseqüentemente o acesso a bens e serviços básicos.

No caso específico em análise, constatou-se que os imigrantes se constituem como capital humano e social importantes para o contexto regional defendendo-se por isso a viabilidade da hipótese colocada:

Hipótese 3a. *O papel dos imigrantes tem sido fundamental para a coesão territorial das regiões em estudo, fruto de acções concretas e dinâmicas desta comunidade, as quais têm gerado uma transformação positiva do território assim como um desenvolvimento regional efectivo.*

Esta posição é justificada pelo papel dos imigrantes nas comunidades locais, exercendo funções: de produtores (investimento em negócios por conta-própria, manutenção/estímulo da produtividade laboral, criação de emprego, oferta de bens e serviços à população local); de consumidores (de bens e serviços locais, compra de casas e terrenos); de rehabilitadores (do património imobiliário); demográficas (aumentam o quantitativo populacional, sobretudo no grupo dos activos); sócio-culturais (voluntariado, partilha de experiências académicas e culturais). É um contingente criador de riqueza material e imaterial, o que se reflecte de forma positiva no território, na paisagem humana e física. Perante este facto, autores como RONNBY, (1995: IX), MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUCI, PELLEGRINO e TAYLOR (1998: 223-228) e LIPIETZ (2000: 193) chamam a atenção para a necessidade vital dos Estados e dos governos locais conhecerem este capital humano e social de que dispõem no território.

Hipótese 4. Trata-se de grupos homogéneos de imigrantes em termos de perfil geográfico/académico/social/laboral. → **Questão 4.** Quem são esses imigrantes, qual/quais o(s) seu(s) perfil(is) geográfico(s)/académico(s)/social(ais)/laboral(ais)?

Os imigrantes estudados apresentam um perfil geográfico, académico, social e laboral diversificado. Porém, em jeito de síntese, verifica-se que existem dois grandes grupos de imigrantes: os *sun-seekers* e os laborais.

Os imigrantes *sun-seekers* são originários de países da UE (norte e centro da Europa) e tal contingente não se restringe apenas a indivíduos reformados, contando também com estrangeiros em idade activa (imigrantes laborais). A natureza original do próprio conceito, definido por FONSECA (2002:354), reporta-se a indivíduos cuja motivação migratória principal se centra na busca de um destino cujo clima e o ambiente físico

correspondam às suas aspirações, que neste caso se cinge ao ambiente atlântico/mediterrânico. Embora normalmente esta designação seja aplicada a imigrantes em idade de reforma, que dispõem de mais tempo livre e maior capacidade económica para empreender um projecto migratório desta natureza, neste caso optou-se por alargar o critério conceptológico a imigrantes da mesma origem, um pouco mais novos, ainda em idade activa, mas cuja motivação laboral é secundária face à busca de um território de destino com as características descritas. Entenda-se a situação de “secundária” num sentido lato, na medida em que o trabalho é condicionado pelo objectivo primeiro de “*sun-seeking*”. Além disso, estes imigrantes são trabalhadores por conta própria, que gerem pequenos negócios enquadrados no ambiente natural onde vivem, por exemplo agricultura, criação de gado, turismo rural, agroturismo, artesanato, restauração, etc.

Além dos *sun-seekers* reformado e activos, neste segundo sub-grupo verificou-se o caso de imigrantes que praticam estilos de vida alternativos, cuja filosofia de vida se centra na dispensa do acesso a determinadas infraestruturas (por exemplo, electricidade) e na exaltação do contacto com a natureza (por exemplo, com base numa dieta alimentar de produtos biológicos crus, dormindo ao ar livre, etc.), pelo que as actividades laborais desenvolvidas estão relacionadas com a agricultura biológica e o agroturismo.

No caso dos imigrantes laborais, podem-se encontrar todas as outras nacionalidades, tanto indivíduos com elevadas qualificações académicas, tal como no grupo anterior, como com fracas habilitações literárias. Neste contexto há dois sub-grupos que se destacam: os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores por conta de outrem.

Os primeiros são constituídos em especial por imigrantes chineses, bangladeshis e marroquinos dedicados ao comércio, embora se encontrem já alguns imigrantes da Europa de Leste e Africanos com pequenas empresas na construção civil e brasileiros com cuidados estéticos (por exemplo, cabeleireiros). Também existem profissionais altamente qualificados com negócios próprios em áreas como a saúde.

Os segundos repartem-se por outros sectores do mercado de trabalho, desde a agricultura, restauração, construção civil, serviços domésticos,

prestação de cuidados a idosos e a crianças (funções desempenhadas sobretudo por mulheres). Destaque-se o facto dos imigrantes não entrarem em concorrência directa com a comunidade local, pelo que tendem a preconizar os princípios da Teoria do Mercado de Trabalho segmentando, laborando em sectores e funções preteridas pelos nativos.

Hipótese 5. Os imigrantes procuram esta região de Portugal/Espanha para trabalhar/residir porque não o podem fazer noutra região do país ou até mesmo no estrangeiro. → **Questão 5.** Porque é que este contingente migratório procurou esta região transfronteiriça de baixas densidades para residir/trabalhar – por uma questão de ruralofilia, pela vantagem da proximidade da fronteira, pelas características do mercado laboral/de consumo?

A escolha dos concelhos/municípios em estudo para residir/trabalhar foi, segundo os inquiridos, baseada nas características específicas do território e não numa perspectiva residual, isto é, não se tratou de uma escolha geográfica secundária.

Tendo em linha de conta o conceito de ruralofilia de Ricard MORÉN-ALEGRET, constata-se que, sobretudo no grupo dos *sun-seekers*, há uma repulsa pelos ambientes urbanos, pela cidade, embora não haja uma negação efectiva – urbanofobia. Todos estes inquiridos residiam inicialmente em áreas urbanas, com características que consideravam desvantajosas para um modo de vida saudável (por exemplo, muito trânsito, stress, poluição, etc.), daí a apetência por áreas rurais, de baixas densidades, com clima/ambiente mediterrânico, encaradas como territórios atractivos para residir/trabalhar, numa lógica de ruralofilia (MORÉN-ALEGRET e SOLANA, 2004: 22-25; MORÉN-ALEGRET, 2004: 17-25; 2008: 541, 538). Todavia o grupo dos imigrantes laborais indicou motivos que estão relacionados com a dinâmica do próprio conceito, associando às regiões de baixas densidades, até mesmo às áreas urbanas inerentes (Portalegre, Elvas e Badajoz), características atractivas como a qualidade ambiental e a segurança de pessoas e bens.

A proximidade da fronteira parece ser um facto secundarizado pelos imigrantes, em especial pelos inquiridos a residir no território de estu-

do espanhol, sendo que os imigrantes a residir em território português consideram a proximidade a Espanha como uma vantagem, na medida em que podem aceder a um mercado de consumo apetecível (produtos alimentares, combustível e produtos para a construção civil com preços mais baixos do que em Portugal).

Alguns inquiridos “desvalorizaram” a proximidade da fronteira, tendo antes destacado a boa posição geográfica da Península Ibérica: na Europa (continente e UE), no sítio de encontro entre o Atlântico e o Mediterrâneo, próxima do norte de África.

Uma das características locais que atraiu os imigrantes, em especial os investidores (trabalhadores por conta-própria) relacionou-se com a existência de um mercado de consumo que exigia produtos e serviços específicos (por exemplo, bens básicos diversos a preços acessíveis; serviços médicos odontológicos). Também se constatou que não foi apenas o mercado de consumidores o atractivo, mas também os recursos naturais do próprio território, que estimularam alguns imigrantes, em especial *sun-seekers*, a desenvolver negócios na área da agricultura, pecuária, assim como no turismo ligado à natureza.

De referir que os imigrantes inquiridos não residem em locais específicos das cidades ou dos concelhos. Apenas os *sun-seekers* referiram preferir residir fora das cidades e das sedes de concelho, em pequenas quintas e locais isolados, materializando a sua perspectiva ruralofílica e a sua busca pelas características específicas climáticas e ambientais do território. Mais, revelaram um carácter de naturbanização territorial, ao destacarem a apetência pela fixação no Parque Natural da Serra de S.Mamede (Portugal), atraídos pelas características físicas e humanas deste território (SOLANA, 2003: 14-15; VELASCO, 2006: 98, 103-107).

Em suma, este panorama coloca em discussão os pressupostos do modelo neoclássico de crescimento económico (ARMSTRONG e TAYLOR, 2000:72), assim como as teorias clássicas do desenvolvimento, que defendem o facto do capital humano se deslocar para regiões onde os lucros sejam maiores ou se auferam mais rendimentos, normalmente para grandes áreas urbanas. Neste caso, está-se perante um grupo diversificado de imigrantes (em termos geográficos, académicos, pro-

fissionais, etc.), que realiza o percurso inverso. Embora valorizem as questões materiais (ganhos monetários), acima de tudo destacam os aspectos imateriais deste território (qualidade ambiental, tranquilidade, segurança, etc.), encarando a dinâmica das “baixas densidades” não num sentido negativo, mas como uma mais-valia para a manutenção das características atractivas.

Nesta lógica urge repensar e discutir a questão do desenvolvimento associado aos territórios (FERNANDES, 2004: 19; OLIVEIRA, 2002:38), sobretudo aos de baixas densidades.

Hipótese 6. Os autóctones aceitam bem os imigrantes e estimulam a sua integração na comunidade local. → **Questão 6.** Qual a percepção dos autóctones sobre a imigração em termos abstractos (perante casos hipotéticos de carácter global/nacional) e concretos (na comunidade à qual pertencem)?

De uma forma geral os nativos aceitam bem a comunidade imigrante não só à escala nacional como à local. Nota-se que a abertura ao Outro é maior quando se verificam contactos efectivos com este contingente, pelo que se observaram relações de trabalho, de amizade e familiares já estabelecidas entre estes dois grupos. Mesmo com posições contrárias à imigração à escala nacional, regional e local, percebeu-se que estas derivam de estereótipos e preconceitos construídos com base no desconhecimento, e por isso no receio, face ao “desconhecido”.

De uma maneira geral, os imigrantes sentem-se bem integrados nas comunidades e nos territórios onde residem e trabalham. Os nativos corroboram a noção, destacando-se uma vivência multiterritorial do contingente imigrante (HAESBAERT, 2005:6776-6786; FERNANDES, 2007: 3-21). Esta deriva do estabelecimento de relações a várias escalas (origem - destino migratório), pelo tipo de contactos que mantêm com familiares e amigos do país de origem. Também pelo facto de alguns imigrantes interagirem com a comunidade local, por exemplo, participando em actividades culturais/desportivas, integrando organismos de carácter cívico (voluntariado). Além disso, existe um conjunto de actores locais ligados a instituições públicas, que tem vindo a desenvolver projectos com o ob-

jectivos principais responder às necessidades dos imigrantes e promover a sua integração no local de destino migratório.

Os *sun-seekers* destacaram que por vezes contribuem para o próprio isolamento face aos nativos, uma vez que pretendem viver um estilo de vida mais insulado, ligado à natureza, embora se tenha verificado a existência de relações de vizinhança e de amizade com alguns elementos da comunidade local.

Hipótese 7. Estes indivíduos constituem um contingente imigratório de carácter temporário. → **Questão 7.** Que futuro para a imigração nesta região de Portugal/Espanha?

Cerca de 40% dos inquiridos referiu que não pretende regressar ao país de origem; 57% não aspira sair do concelho/município onde reside/trabalha actualmente. Os agentes locais pensam que, apesar de não vislumbrarem um futuro claro como há uma década atrás, onde previam a continua entrada de estrangeiros na região, mesmo assim crêem que é importante a preparação dos organismos locais para a possível recepção de imigrantes. Face às respostas dos imigrantes inquiridos, tendo em conta a opinião dos actores locais, assim como as tendências defendidas pelos organismos internacionais citados, é de esperar duas tendências no território:

a) Consolidação do contingente actual – foi manifesta a intenção dos imigrantes permanecerem na área estudada, pelo que se preconiza a manutenção dos valores actuais de imigração. Esta dinâmica pode ser invertida apenas se o mercado laboral/de consumidores enfraquecer, gerando situações de desemprego ou de inviabilidade de negócios por conta própria. Os imigrantes laborais, parecem estar mais expostos a esta vicissitude;

b) Entrada de novos imigrantes no território – pela dinâmica imposta pelos processos de globalização, pela facilidade de mobilidade dos indivíduos, pelo desenvolvimento e consolidação de redes sociais de apoio à imigração, pelas características específicas que promovem o desenvolvimento de factores de atracção territorial, prevê-se que as entradas de

imigrantes na área em estudo continuem, embora devido à conjuntura económica actual possa haver um abrandamento a este nível. Tende a ser uma região procurada por *sun-seekers*, uma vez que oferece as características naturais e humanas requeridas por este contingente.

Hipótese transversal. A realidade imigratória da região estudada em Portugal difere da realidade estudada em Espanha – **Questão transversal.** Em termos de imigração, quais os pontos de contraste e de continuidade?

A região estudada em Portugal e Espanha apresenta pontos de continuidade e de contraste. A análise de dados foi baseada na componente territorial, tendo-se realizado uma análise comparativa, sobretudo à escala regional e local, daí a observação de aspectos comuns, assim como de situações diferenciadoras.

De todas as indicados ao longo do trabalho, evidencia-se como característica similar o facto de se tratar de territórios de baixa densidade, que na última década assistiram a uma entrada/fixação sem precedentes de imigrantes. De qualquer, forma o quantitativo presente no território é maior nos municípios espanhóis, que também apresenta uma maior diversidade na origem dos indivíduos. A dinâmica imigratória, relacionada com as características dos grupos estrangeiros, a sua percepção sobre o território, assim como o processo de integração na comunidade local, apresenta uma tendência relativamente similar, se analisada a uma escala regional, porém com particularidades locais. Destaque-se o facto dos actores locais, no que concerne aos organismos ligados à questão imigratória, estarem implementados em maior número em território espanhol, porém com dinâmicas paralelas em território português, ainda que não se desenvolvam relações concertadas entre os mesmos.

A complexidade do fenómeno imigratório presente e a sua provável evolução parece indicar que no futuro, embora podendo ocorrer de uma forma quantitativamente diferenciada, quer os municípios portugueses quer os espanhóis assistirão à continuidade dos fluxos imigratórios. Perante

esse panorama, será urgente trabalhar respostas locais diferenciadas, mas também apostar em ações concertadas entre ambos os territórios.

Tendo em conta os pressupostos discutidos no Estado da Arte, assim como a dinâmica imigratória revelada no estudo de caso, e face às conclusões apresentadas, parece pertinente a apresentação de um quadro de recomendações destinadas aos actores locais, assim como a outros destinatários com interesse no tema. Sugerem-se ações específicas dirigidas aos diversos grupos:

a) *Agentes locais*:

a1) Sensibilizar os organismos públicos para a necessidade/vantagens decorrentes da abertura à comunidade académica (investigação);

a2) No caso português, constituir uma base de dados pública onde se congreguem dados estatísticos de temática diversa (demografia, mobilidade, economia, etc.), à escala do concelho/freguesias, tendo em linha de conta as fichas de dados económicos e sociais da CAJA ESPAÑA²⁵³;

a3) Impulsionar o contacto entre os diversos organismos ligados à questão da imigração nos concelhos portugueses e nos municípios espanhóis estudados, sejam eles homólogos ou de natureza diversificada, com o objectivos de trocarem experiências e procedimentos sobre o fenómeno imigratório à escala regional/local.

a4) Dotar os funcionários dos organismos de gestão local e outros serviços similares, de competências específicas (formação profissional) para dar resposta às solicitações da população imigrante:

a4.1) Apostar na lógica do esclarecimento e da ajuda aos imigrantes, como forma de agilizar os processos burocráticos;

a4.2) Agilizar os processos relativos à compra/venda de imóveis e ao estabelecimento de negócios, através da abertura de gabinetes públicos específicos com ajuda especializada nesta área.

²⁵³CAJA ESPAÑA (2011) – *Datos economicos y municipales de España*, vários documentos. Disponível em: <http://internotes.cajaespana.es/pubweb/decyle.nsf/datoeconomicos?OpenFrameSet> (acedido em 26/01/2011)

b) *Imigrantes:*

b1) Agilizar o processo de reconhecimento das competências e dos diplomas dos imigrantes, de forma se poder aproveitar as potencialidades deste capital humano e social, quer em termos de trabalho, quer em termos de investimento;

b2) Apostar no ensino da língua portuguesa e espanhola, a partir da criação/alargamento da rede de ensino dos idiomas, não apenas aos que não são falantes, mas também aos falantes, no sentido de aperfeiçoar o idioma (compreensão, interpretação e expressão oral e escrita). Definir planos curriculares onde o ensino da língua e da cultura do país de origem dos pais, seja disponibilizado aos filhos dos imigrantes;

b3) Accionar o estudo sobre a viabilidade de duas áreas de negócios destinada aos imigrantes (assim como ao público autóctone que revele interesse):

b3.1) Abertura do aeroporto de Badajoz a uma maior diversidade de destinos internacionais - europeus e norte-africanos;

b3.2) Desenvolvimento de uma rede de cuidados a idosos (apoio domiciliário, lares e cuidados continuados), destinada ao contingente específico dos *sun-seekers*, de forma a promover a manutenção da permanência (com qualidade de vida) no território;

b4) Entender o carácter de “baixa densidade” territorial, como um recurso positivo, um factor de atracção para os imigrantes que procuram locais com tais características para residir, trabalhar ou aproveitar o tempo de reforma. A partir desse pressuposto, delinear uma estratégia de “marketing territorial” para, de uma forma sustentável, poder captar população imigrante (e também nacional).

c) *Comunidade académica:*

c1) De uma forma geral, promover a continuação dos estudos relacionados com a dinâmica imigratória em regiões de baixas densidades;

c2) De uma forma específica, aprofundar os estudos sobre a comunidade imigrante em regiões transfronteiriças (análises comparativas).
Temas de interesse:

c.2.1) *Autóctones e Imigrantes: as relações visíveis* – estudar o caso de nativos que casaram ou vivem em união de facto com estrangeiros (os percursos geográficos, laborais e sociais dos casais e o processo de integração na comunidade local);

c.2.2) *A prostituição em regiões de fronteira: uma abordagem geográfica* – discutir como a existência de núcleos de prostituição em determinadas regiões fronteiriças ibéricas, como é o caso do território em estudo na tese, fomenta a construção de estereótipos negativos contra determinadas nacionalidades (sexo feminino);

c.2.3) *Os imigrantes investidores* – aprofundar, com recurso a uma abordagem integrada ligada às ciências económicas, a dinâmica dos investimentos dos imigrantes nesta região da Península Ibérica, estudando por um lado a realidade actual, assim como eventuais possibilidades de desenvolvimento/expansão dos negócios ligados a este contingente;

c.2.4) *Os sun-seekers* – aprofundar o estudo sobre a dinâmica migratória deste grupo, destacando as demandas específicas e o contributo actual/potencial para o desenvolvimento regional. Nesta lógica, outros poderiam ser estudados, por exemplo os *imigrantes “alternativos”* (estilo de vida baseado nos recursos da natureza, “negando” o acesso a equipamentos e infraestruturas básicas, como a electricidade);

c.2.5) *As políticas públicas de imigração no Alto Alentejo/Extremadura* – avaliar, de forma comparativa e integrada, os impactos decorrentes da aplicação do:

- * Plan para la integración social de personas inmigrantes en Extremadura (1º e 2º)

- * Programa Arco-íris (município de Badajoz)

- * Programa Gente Acolhedora (em alguns dos municípios portugueses estudados)

- * Programa de Voluntariado Cristão no Estabelecimento Prisional de Elvas

d) *Participação transversal de todos os grupos indicados:*

d1) Organização de um evento académico – *Jornadas transfronteiriças sobre imigração no Alentejo e na Extremadura* – com o objectivo de colocar em contacto os diversos agentes locais que participaram no estudo, assim como outros organismos nacionais dedicados à temática da imigração, e especialistas académicos, com o objectivo de discutirem questões de interesse sobre a dinâmica migratória regional/local;

d2) Derivado desse encontro, apresentação de linhas de actuação que constituíssem os pilares de uma estratégia regional de atracção de imigrantes, em associação com a definição de uma política migratória local orientada para a mesma finalidade.

Síntese: Na última parte apresentaram-se as principais conclusões resultantes do trabalho de investigação realizado, destacando-se os resultados do estudo de caso efectuado. Também as recomendações foram orientadas para tal base territorial, tendo em linha de conta a actuação de três esferas individuais – agentes locais, imigrantes, comunidade académica – assim como uma transversal a todos os grupos visados.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alexandre (2006) – *International migration and sending country development: impacts and policies*. Master in Development and International Cooperation, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa (policopiado), 168 p.
- ACIME (Ogr. e Ed.) (2003) – *I Congresso Imigração em Portugal. Diversidade, cidadania, integração*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Portugal, 209 p.
- ACTIS, Walter; DE PRADA, Miguel Ángel; PEREDA, Carlos (Colectivo IOÉ) (1999) – *Immigrantes, trabajadores, ciudadanos. Una visión de las migraciones desde España*. Universitat de València, Patronat Sud-Nord, València, 258 p.
- ACTIS, Walter; PEREDA, Carlos; DE PRADA, Miguel Ángel (Colectivo IOÉ) (2002) – *Inmigración, escuela y mercado de trabajo. Una radiografía actualizada*. Fundación “La Caixa”, Col. Estudios Sociales, nº11, Madrid, 148 p.
- ADAMS, Richard (1989) – “Workers remittances and inequality in rural Egypt”. *Economic Development and Cultural Change*, nº38, 1, pp.45-71.
- ADAMS, Richard (1992) – “The impact of migration and remittances on inequality in rural Pakistan”. *Pakistan Development Review*, nº31, 4, pp.1189-1203.
- AGHION, Philippe; HOWITT, Peter (2000) – *Théorie de la croissance endogène*. Dunod, Col. Théories Économiques, Paris, 762 p.
- AHN, Namkee; VÁZQUEZ, Pablo (2007) – *¿Por qué preocupa la inmigración?: Un análisis de los datos de la encuesta de CIS*. Fundación de Estudios de Economía Aplicada, Documento de trabalho 2007-11, Madrid, 24 p.
- ALBARELLO, Luc; DIGNEFFE, Françoise; HIERNAUX, Jean-Pierre; MAROY, Christian; RUQUOY, Danielle; DE SAINT-GEORGES, Pierre (2005) – *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva, Lisboa, 245 p.
- ALBERGARIA, Henrique; TEOTÓNIO, Carla (2007) – *Desenvolvimento regional e policentrismo. A dinâmica dos principais pólos urbanos da região Centro de Portugal*. IERU, Coimbra, 519 p.
- ALHO, Ana Sofia (2003) – Impactos económicos das migrações da Europa de Leste para a União Europeia – o caso português. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa, (policopiado), 119 p.
- ALLEMAND, Silvain (2000) – “Développement durable et sciences sociales”. In: CABIN, Philippe (Coord.), *L`économie repensée*, Sciences Humaines Editions, Auxerre, pp.209-216.
- ALISEDA, Juan Mora (Dir.) (2003) – *La inmigración en Extremadura*. Consejo Económico y Social de Extremadura, Badajoz, 550 p.
- ALISEDA, Juan Mora (Dir.) (s/d) – *La inmigración y su repercusión en el mercado laboral extremeño*. Consejo Económico y Social de Extremadura, Badajoz, 119 p.

- ANTOLÍN, Luís Jesus Pastor (Coord.) (2002) – *Globalización y migraciones hoy: diez años de continuos desafíos*. Universidad de Valladolid, Centro Buendia, Valladolid, 146 p.
- ARANGO, Joaquin (2004) – “Theories of international migration”. In: JOLY, Danièle (Ed.) - International migration in the new millennium. *Global movement and settlement*. Ashgate, Inglaterra, pp.15-120.
- ARAUJO, Lázaro Laureano (1999) – “Viejos y nuevos paradigmas, desarrollo regional y desarrollo local”. *Ciudad y Território, Estudos Territoriales*, CPSGT – Ministério de Fomento, XXXI(122), Madrid, pp.685-707.
- ARMSTRONG, Harvey; TAYLOR, Jim (2000) – *Regional economics and policy*. Blackwell Publishers, 3ª edição, Oxford, 448 p.
- AYDALOT, Philippe (1985) – *Economie régionale et urbaine*. Ed.Economica, Paris, 487 p.
- AYUNTAMIENTO DE BADAJOZ (2010) – Guía municipal de información para inmigrantes. Ayuntamiento de Badajoz, 90 p.
- BACHELARD, Paul (Dir.) (1993) – *Les acteurs du développement local*. Éditions L'Harmattan, Paris, 190 p.
- BADIE, Bertrand (1996) – *O fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito*. Instituto Piaget, Col.Economia e Política, Lisboa, 304 p.
- BAGANHA, Maria Ioannis; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge Macaísta (1998) – “Immigrants and the labour market: the portuguese case”. In: VICENTE, Paula (Coord.), *Metropolis International Workshop Proceedings* (Lisbon, September 28-29, 1998), Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, pp.89-120.
- BAGANHA, Maria Ioannis; GÓIS, Pedro (1998-1999) – “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, Coimbra, pp.229-280.
- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos; FONSECA, Graça (2000) – *Is an ethclass emerging in Europe? The portuguese case*. Fundação Luso-Americana, Lisboa, 94 p.
- BAGANHA, Maria Ioannis; FERRÃO, João; MALHEIROS, Jorge (Coord.) (2002) – *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Observatório do Emprego e Formação Profissional, Col. Estudos e Análises, Lisboa, 408 p.
- BAGANHA, Maria Ioannis (2003) – “Comentário à intervenção de João César das Neves”. In: ACIME (Ogr. e Ed.), *I Congresso Imigração em Portugal. Diversidade, cidadania, integração*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Portugal, pp.91-94.
- BAGANHA, Maria Ioannis; FONSECA, Maria Lucinda (Eds.) (2004) – *New waves: migration from eastern to southern Europe*. Fundação Luso-Americana, Metropolis Portugal, Lisboa, 118 p.
- BAGANHA, Maria Ioannis; MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro (2009) – “Imigrantes em Portugal: uma síntese histórica”. *Ler História – Emigração e Imigração*, nº56, Associação de Actividades Científicas, ISCTE, Lisboa, 123-133.
- BAILLY, Antoine (2006) – “Développement territorial durable en milieu exurbain et rurbain”. In : FONSECA, Maria Lucinda (Coord.), *Espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, CEG, Lisboa, pp.61-72.
- BAPTISTA, Fernando; JACINTO, Rui; MENDES, Teresa (Coords.) (2009) – *Os territórios de baixa densidade em tempo de mudança*. Câmara Municipal de Proença-a-Nova, Proença-a-Nova, 269 p.
- BARHAM, Bradford; BOUCHER, Stephen (1998) – “Migration, remittances and inequality: estimating the net effects of migration on income distribution”. *Journal of Development Economics*, Vol.55, pp.307-331.

- BEL ADELL, Carmen (2006) – “La inmigración, un horizonte profético”. In: PÉREZ, Vicente Gozávez, *La inmigración extranjera como desafío y esperanza*. Universidad de Alicante, Departamento de Geografía Humana, Murcia, pp.205-230.
- BENKO, Georges (2000) – “Les theories du développement local”. In: CABIN, Philippe (Coord.), *L'économie repensée*, Sciences Humaines Editions, Auxerre, pp.197-207.
- BENKO, Georges (2001) – *Lexique de géographie économique*. Armand Colin, Paris, 95 p.
- BLANCO, Cristina (2000) – *Las migraciones contemporáneas*. Alianza Editorial, Madrid, 205 p.
- BOISIER, Sergio (1997) – “En busca del esquivo desarrollo regional: entre la caja negra y el proyecto político”. *Ciudad y Território. Estudios Territoriales*, Ministerio de Fomento, XXIX(112), Madrid, pp.379-397.
- BOUDEVILLE, Jacques-R. (1961) – *Les espaces économiques*. Presses Universitaires de France, Paris, 126 p.
- BRADLEY, John; O`DONNELL, Nuala; SHERIDAN, Niamh; WHELAN, Karl (1997) – *Regional aid and convergence. Evaluating the impact of the structural funds on the European periphery*. Avebury, Grã-Bretanha, 299 p.
- BUJÁN, Raquel Martínez; VARELA, María Villares (2006) – “Contextos de llegada e instalación”. In: VIERA, Carmen Lamela; BUJÁN, Raquel Martínez; CASAS, Raquel Oso; VARELA, María Villares– *Demografía de los extranjeros. Incidencia en el crecimiento de la población*. Fundación BBVA, Bilbao, pp.137-235.
- CABIN, Philippe (Coord.) (2000) – *L'économie repensée*. Sciences Humaines Éditions, Auxerre, 386 p.
- CAJA ESPAÑA (2011) – *Datos economicos y municipales de España*, vários documentos.
Disponível em: <http://internotes.cajaespana.es/pubweb/decyle.nsf/datoeconomicos?OpenFrameSet> (acedido em 26/01/2011)
- CAMARERO, Domingo Barbolla (2001) – *Inmigración marroquí en la zona de Talayuela (Cáceres)*. Biblioteca de Estudios Sociales, Universidad de Castilla-La Mancha, Biblioteca General de Ciudad Real, Ciudad Real, 484 p.
- CAMARERO, Domingo Barbolla (2006) – *La vivienda de los inmigrantes temporeros en Extremadura (2000-2003). Ejemplarizando el materialismo cultural*. Fundación Academia Europea de Yuste, Cáceres, 500 p.
- CAMARERO, Domingo Barbolla (2008) – *Desde Talayuela al cielo. Historia de inmigrantes Buenos y malos*. Entinema, Madrid, 206 p.
- CARDOSO, Teresa; RIBEIRO, J.Cadima; SANTOS, J.Freitas (2000) – “Economia para o homem e desenvolvimento regional: contribuição para um pensamento e uma política regional alternativos”. *Actas do VIII Encontro Nacional da APDR – Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu*. APDR, Vol.2, Coimbra, pp.721-735.
- CARNEIRO, Roberto; CARVALHO, Lourenço Xavier (Coord.) (2004) – *Impacto e reflexos do trabalho imigrante nas empresas portuguesas. Uma visão qualitativa*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa, 94 p.
- CARTER, Susan B.; SUTCH, Richard (2008) – “Labor market flooding? Migrant destination and wage change during America’s age of mass migration”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Geneva e Nova Iorque, pp.131-159.
- CARVALHO, Paulo; FERNANDES, João Luís J. (2001) – “Iniciativas de desenvolvimento local no espaço rural português. O exemplo do LEADER-ELOZ (entre Lousã e Zêzere)”. In:

- CAETANO, Lucília (Coord.), *Território, Inovação e Trajectórias de Desenvolvimento*, CEG, nº2, Coimbra, pp.241-268.
- CARVALHO Tomás, Paulo Manuel (2005) – *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã*. Câmara Municipal da Lousã, 657 p.
- CASASNOVAS, Guillem López; ARGULLOL, Enric (Coords.) (2005) – *Inmigración y transformación social: del mito al dato*, Fundación BBVA, Departamento de Comunicación, Espanha, documento, pp. 8-9.
- Disponível em: http://www.fbbva.es/TLFU/dat/Boletin_n2_version_digital.pdf - (acedido em 21/01/2011)
- CASHMORE, Ellis (1996) – “Integration”. In: CASHMORE, Elis, *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, Routledge, Londres, pp.172-174.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark, J. (1998) – *The age of migration. International population movements in the modern world*. Macmillan Press, 2ª edição, Londres, 336 p.
- CASTLES, Stephen (2005) – *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações locais*. Fim de Século, Lisboa, 191 p.
- CASTRO, Iná Elias de (2007) – *Geografia: conceitos e temas*. Bertrand Brasil, 10ª edição, Rio de Janeiro, 355 p.
- CATARINO, Pedro (2005) – “Remessas e desenvolvimento; migração circular; apoio à internacionalização das empresas”. In: Vitorino, António (Coord.), *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Fundação Calouste Gulbenkian, Col.Principia, Lisboa, pp.233-268.
- CAVALCANTE, Luiz Mattos Teixeira (2003) – “Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização”. *Actas do IX Encontro Nacional da APDR – Nova Economia e Desenvolvimento Regional*, Vol.2, APDR, Coimbra, pp.1321-1340.
- CLOKE, Paul; CRANG, Philip; GOODWIN, Mark (Eds.) (1999) – *Introducing Human Geography*. Arnold, Londres, 576 p.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (2005) – *As migrações num mundo interligado: novas linhas de acção. Relatório da Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 86 p.
- CONDE-RUIZ, J. Ignacio; GARCIA, Ángel Estrada; ORBIS, Carlos Ocaña (2006) – “Efectos económicos de la inmigración en España”. In: MARTÍN, Rafael Domínguez (Ed.), *Inmigración: crecimiento económico e integración social*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, Santander, pp.101-116.
- CONDESSO, Fernando dos Reis (2005) – *Ordenamento do Território. Administração e Políticas Públicas. Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional*. Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP, Lisboa, 964 p.
- CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA (2006) – *Estatísticas dos movimentos migratórios*. DOCT/1772/CSE/DSFA, s/l, 56 p.
- CORBRIDGE, Stuart (1999) – “Part II – Chapter 7 – Development, post-development and the global political economy”. In: CLOKE, Paul; CRANG, Philip; GOODWIN, Mark (Eds.), *Introducing Human Geographies*, Arnold, Londres, pp.67-75.
- COSTA, José Silva (2005) – *Compêndio de economia regional*. APDR, 2ª edição, Coimbra, 846 p.
- CRANG, Philip (1999) – “Part I – Foundations 3 - Local-Global”. In: CLOKE, Paul; CRANG, Philip; GOODWIN, Mark (Eds.), *Introducing Human Geographies*, Arnold, Londres, pp.24-33.

- CRAVIDÃO, F. JUSSILA, H.; MAJORAL, R.; (Eds.) (2001) – *Globalization and Marginality in Geographical Space. Political, economic and social issues of development in new millennium*. Ashgate, Reino Unido, 318 p.
- CRAVIDÃO; Fernanda Delgado; FERNANDES, João Luís (2002-2003) – “Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de “olhar” o território?”. *Revista Portuguesa de História*, t.XXXVI, vol.II, Coimbra, pp.417-429.
- CRAVIDÃO, Fernanda; VELEZ DE CASTRO, Fátima (2004) – “Portugal (E/I) Migrante e a Europa do Outro: A Imigração da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa”. *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa*, Universidade do Minho, CD-ROM, Guimarães, 21 p.
- CRAVIDÃO, Fernanda; SANTOS, Maria (2005/2006) – “Coimbra: também um cais de chegada? O caso dos trabalhadores brasileiros”. *Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, nº24/25, pp.253-264.
- CRIADO, María de Jesús (2000) – “La cuestión migratória en España: datos y notas”. In: MEJÍAS, Felipe Morente (Ed.) – *Cuadernos Étnicos. Inmigrantes, Claves para el futuro inmediato*, Universidad de Jaén, Col. Monografías Jurídicas, Económicas y Sociales, Jaén, pp.163-192.
- CRAIDO, María Jesus (2001) – *La línea quebrada. Historias de vida de migrantes*. Consejo Economico y Social, Col.Estudios, nº113, Madrid, 436 p.
- D`ALMEIDA, André Corrêa (2003) – *Impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*. Observatório da Imigração, Lisboa, 124 p.
- DAVIN, Louis (1961) – “Les conditions de croissance des économies régionales dans les pays développés”. In: HARSIN, Paul (Org.), *Tbéorie et politique de l'expansion regional*, Bibliothèque de l'Institut de Science Économique de L'Université de Liège, nº1, Liège, s/p.
- DE HAAS, Hein (2011) – *The determinants of International migration. Conceptualizing policy, origin and destination effects*. DEMIG project paper nº2, University of Oxford, Reino Unido, 35 p.
- DE LA FUENTE, Ángel (1999) – “Desarrollo regional: una aproximación desde la teoría del crecimiento”. *Ciudad y Território, Estudos Territoriales*, CPSGT – Ministério de Fomento, XXXI(122), Madrid, pp.707-718.
- DE WIND, Josh; HOLDAWAY, Jennifer (2008a) – “Internal and international migration and development: research and policy perspectives”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genebra e Nova Iorque, pp.15-23.
- DE WIND, Josh; HOLDAWAY, Jennifer (2008b) – “A framework for linking and comparing the development impacts of internal and international migration in research and policy”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genebra e Nova Iorque, pp.343-367
- DEL CASTILLO, Prisciliano Cordero (1993) – “Una síntesis y explicación de la inmigración en España”. *Polígonos*, nº3, Universidad de León, León, pp.141-147.
- DESHINGKAR, Priya (2008) – “Circular internal migration and development in India”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genève e Nova Iorque, pp.161-187.
- DIAO, Aliou (2006) – “Las migraciones africanas: su impacto en el desarrollo”. *Puntos de Vista*, Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid, nº 8, ano II, Dezembro, pp.31-42.

- D'OCÓN, Gloria Lora-Tamayo (1996) – “Extrangeros en España”. *Estudios Geográficos*, Tomo LVII, nº222, Janeiro-Março, Instituto de Economía e de Geografía de Madrid, Madrid, pp.67-91
- DOCQUIER, F.; RAPOPORT, H.; SHEN, I-Ling (2007) – *Remittances and inequality: a dynamic migration model*. Département des Sciences Économiques de l'Université Catholique de Louvain, Institut de Recherches Économiques et Sociales, Louvain-La-Neuve, Bélgica, 34 p.
- DOMÍNGUÉZ, António Fidel Rosário; VALDIVIELSO, José Ignacio U. (1995) – *Los inmigrantes extrangeros en la Diócesis de Coria-Cáceres*. Caritas Diocesana de Cória-Cáceres, Cáceres, pp.90.
- DOMINGO, José Ramos (Coord.) (2002) – *Hacia una Europa multicultural. El reto de las migraciones*. Universidad Pontificia de Salamanca, Servicio de Publicaciones, Estudios nº243, Salamanca, 346 p.
- DORTIER, Jean-François (2000) – “Quand l'histoire bouscule les doctrines”. In: CABIN, Philippe (Coord.), *L'économie repensée*, Sciences Humaines Editions, Auxerre, pp.177-187.
- EAGLETON, Terry (2000) – *A ideia de Cultura*. Temas e Debates, Col.Memórias do Mundo, Lisboa, 173 p.
- EEEC (2011) – *Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva*, site.
- Disponível em: http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=381. (acedido em 03/01/11).
- ESCRIBANO, Antonio Izquierdo (1992) – *La inmigración en España 1980-1990*. Ministério de Trabajo y Seguridad Social, España, 260 p.
- ESCRIBANO, Antonio Izquierdo (1996) – *La inmigración inesperada. La población extranjera en España (1991-1995)*. Editorial Trotta, Col.Estructuras y Procesos, Serie Ciencias Sociales, Madrid, 287 p.
- ESCRIBANO, Antonio Izquierdo (2002) – “La inmigración: reto europeo del siglo XXI”. In: DOMINGO, José Ramos (Coord.) – *Hacia una Europa multicultural. El reto de las migraciones*. Universidad Pontificia de Salamanca, Servicio de Publicaciones, Estudios nº243, Salamanca, pp.23-45.
- ESCRIBANO, Antonio Izquierdo (2006) – “Panorama de la inmigración en la España del 2006”. In: MARTÍN, Rafael Domínguez (Ed.), *Inmigración: crecimiento económico e integración social*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, Santander, pp.77-99.
- ESPÍNOLA, Paulo (2010) – *A Emigração na ilha Graciosa*. Edições Macaronésia, Ponta Delgada, 241 p.
- ESTEVES, Alina (2004) – *Imigração e cidades: geografias de metrópoles multi-étnicas – Lisboa e Washington D.C.* Tese de Doutoramento, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado), 465 p.
- ESTEVES, Maria do Céu (Org.) (1991) – *Portugal, país de Imigração*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno nº22, Lisboa, 173 p.
- EUROSTAT (2009a) – *International Migration and Asylum*, site.
- Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/population/publications/migration_asylum. (acedido em 09/06/2010)
- EUROSTAT (2009b) – *Population by citizenship (foreigners)*, dados. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&init=1&language=en&pcode=tps00157&plugin=1> (acedido em 10/06/2010)

- FANG, Cai; DEWEN, Wang (2008) – “Impacts of internal migration on economic growth and urban development in China”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genève e Nova Iorque, pp.245-271.
- FERNANDES, João Luís de Jesus (1998) – “Factores imateriais na definição da Geografia de Portugal. Cultura, posição de Portugal no mundo e contrastes internos de desenvolvimento”. *Cadernos de Geografia*, FLUC, nº17, pp.65-71.
- FERNANDES, João Luís; TOMÁS, Paulo Carvalho; CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (2002) – “Portugal e os portugueses na demografia europeia em finais de milénio. Uma perspectiva territorial”. In: CAVACO, Carminda, *Seminário Internacional “Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico”*. Actas. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp.78-102.
- FERNANDES, João Luís J. (2003) – “Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e áreas protegidas. Breve reflexão para o caso português”. In: CAETANO, Lucília (Coord.), *Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*, CEG, Coimbra, pp.229-274.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2004) – *Território, desenvolvimento e áreas protegidas. A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Tese de Doutoramento (policopiado), Coimbra, 517 p.
- FERNANDES, João Luís de Jesus (2006) – “As identidades locais no desenvolvimento, no marketing territorial e no planeamento estratégico. Perspectiva desde a Geografia”. *Congresso “Turismo Cultural, Territórios e Identidades”*, Instituto Politécnico de Leiria, CD-ROM, 22 p.
- FERNANDES, João Luís de Jesus (2007) – “A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo”. Comunicação apresentada nas “*I Jornadas Internacionais de Estudos sobre Questões Sociais*”, AGIR, Ponte de Lima, (policopiado), 23 p.
- FERNANDES, João Luís de Jesus (2008) – “O desenvolvimento como domínio da multiterritorialidade: o caso da Região de Leiria”. Comunicação realizada para o “*4º Congresso da Região de Leiria: Inovação e Oportunidades*”, ADLEI, Leiria, (policopiado), 6 p.
- FERNANDES, João Luís; CARVALHO, Paulo; VELEZ DE CASTRO, Fátima (2007) – “Desenvolvimento e mobilidade espacial de recursos especializados entre África e Europa. O caso dos estudantes Cabo-verdianos e Angolanos na Universidade de Coimbra”. *Actas do I e II Encontro Internacional de Migrantes Subsarianos na Europa*, FCSH-UNL, Lisboa, 16 p.
- FERNÁNDEZ, María Isabel Bodega; MIGUEL, Juan Antonio Cebrián de (1995) – “Una lectura económica de algunas migraciones contemporáneas”. El caso de España”. *Estudios Geográficos*, Instituto de Economía y Geografía de Madrid, LVI, 221, Madrid, pp.665-694.
- FERNÁNDEZ, Jesus Labrador (2001) – *Identidad e inmigración. Un estudio cualitativo com inmigrantes peruanos en Madrid*. Universidad Pontificia de Comillas, Servicio de Publicaciones, Madrid, 229 p.
- FERNÁNDEZ, Pablo Pumares; COLL, Arlinda Garcia; HITA, Ángeles Asensio (2006) – *La movilidad laboral y geográfica de la población extranjera en España*. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales – Observatorio Permanente de la Inmigración, Documentos de OPI, nº10, Madrid, 217 p.
- FERRÃO, João (1992) – *Serviços e inovação. Novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Celta Editora, Oeiras, 112 p.

- FERRÃO, João (2001) – “Território, a última fronteira de cidadania?”. *Cadernos de Geografia*, Número especial, Actas do 3º Colóquio de Geografia de Coimbra, Coimbra, pp.9-11.
- FERRÃO, João (2003) – *Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001*, documento, 9 p. Disponível em: http://ine-lnx01.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106321&ESTUDOSmodo=2&xlang=pt (acedido em 17/12/2010)
- FERRIERI, Gaetano (1996) – “Aspectos sócio-económicos de las migraciones recientes en España en el contexto de la Europa Meridional. Elementos para una posible teoría”. *Investigaciones Geográficas*, Instituto Universitario de Geografía, Universidad de Alicante, nº 16 (Julho-Dezembro), pp.61-93.
- FIGUEIREDO, Joana Miranda (2005) – *Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto Europeu?* Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Lisboa, 118 p.
- FISCHER, Peter A.; MARTIN, Reiner (1997) – “Interdependencies between development and migration”. In: HAMMAR, Thomas; BROCHMANN, Grete; TAMAS, Kristof; FAIST, Thomas (Eds.) – *International migration, immobility and development. Multidisciplinary perspectives*. Berg, Nova Iorque, pp.91-132.
- FONSECA, Maria Lucinda (2001) – “The Geography of recent immigration to Portugal”. In: KING, R.; DE MAS, P.; BECK, J. M. (Eds.), *Geography, Environment and Development in the Mediterranean*, Sussex Academic Press, Brighton, pp. 137-155.
- FONSECA, Maria Lucinda (2002) – “Portugal no sistema das migrações internacionais na Europa: tendências recentes e perspectivas futuras”. In: CAVACO, Carminda, *Seminário Internacional “Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico”*. Actas. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp.352-373.
- FONSECA, Maria Lucinda; CALDEIRA, Maria José; ESTEVES, Alina (2002) – “New forms of migration into the European South: challenges for the citizenship and governance – the Portuguese case”. *International Journal of Population Geography*, Wiley InterScience, nº 8, pp.135-152.
- FONSECA, Maria Lucinda; MALHEIROS, Jorge; ESTEVES, Alina; CALDEIRA, Maria José (2002) – *Immigrants in Lisbon, routes of integration*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº56, Lisboa, 11 p.
- FONSECA, Maria Lucinda; MALHEIROS, Jorge; RIBAS-MATEOS, Natalia; WHITE, Paul; ESTEVES, Alina (Eds.) (2002) – *Immigration and place in mediterranean metropolises*. Fundação Luso-Americana, Lisboa, 308 p.
- FONSECA, Maria Lucinda; MALHEIROS, Jorge (2003) – “«Nouvelle» immigration, marche du travail et compétitivité des régions portugaises”. *Géographie, Économie, Société*, Science Direct, nº5, 161-181.
- FONSECA, Maria Lucinda; ALEGRIA, João; NUNES, Alexandra (2004) – “Immigration to médium sized cities and rural áreas: the case of eastern europeans in the Évora region (southern Portugal)”. In: BAGANHA, Maria Ioannis; FONSECA, Maria Lucinda (Eds.), *New waves: migration from Eastern to Southern Europe*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp.91-118.
- FONSECA, Maria Lucinda (2005a) – *Migrações e Território*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, CEG, nº64, Lisboa, 220 p.
- FONSECA, Maria Lucinda (Coord.) (2005b) – *Reunificação familiar e imigração em Portugal*. ACIDI, Observatório da Imigração, Lisboa, 285 p.
- FONSECA, Maria Lucinda; MALHEIROS, Jorge (Coords.) (2005) – *Social integration & mobility: education, housing & health*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº67, Lisboa, 154 p.

- FONSECA, Maria Lucinda (2007) – “Inserção territorial. Urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção”. In: VITORINO, António (Coord.), *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Fundação Calouste Gulbenkian, Col.Principia, Lisboa, pp.105-150.
- FONSECA, Maria Lucinda (2008a) – “New waves of immigration to small towns and rural areas in Portugal”. *Population, Space and Place (Special issue: International Migration to Non-Metropolitan Areas)*, Vol14 (6), Wiley InterScience, pp.525-535.
- FONSECA, Maria Lucinda (Ed.) (2008b) – *Cities in movement: migrants and urban change*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 281 p.
- FONSECA, Maria Lucinda; ESTEVES, Alina; POSSIDÓNIO, Dora; MCGARRIGLE, Jennifer (2009) – *PROMINSTAT. National data collection systems and practises. Country report Portugal*. Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 31 p.
- FRANCISCO, Montserrat Casado; RABANAL, Maria Concepción González; SÁNCHEZ, Luís Molina; LA IGLESIA, Javier Oyarzub (2005) – *Análisis económico de la inmigración en España: una propuesta de regulación*. Universidad Nacional de Educación a Distancia, Madrid, 180 p.
- FRÉMONT, Armand; GONÇALVES, António; MENDES, António Gama (1980) – *A região, espaço vivido*. Livraria Almedina, Col.SUP, Coimbra, 275 p.
- FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde. (1979) – *Territory and function. The evolution of regional planning*. Edward Arnold Publishers, Grã-Bretanha, 234 p.
- GALBRAITH, John Kenneth (1979) – *A sociedade da pobreza*. Publicações D.Quixote, Lisboa, 131 p.
- GEITONIES (2011) – Geitonies project – Draft summary of results. Disponível em: <http://geitonies.fl.ul.pt/Publication/Summary%20of%20results.pdf> - (acedido em 08/10/2011)
- GENTE ACOLHEDORA – *Rede local de Apoio ao Imigrante*, CD-Rom, 14 p.
- GIDDENS, Anthony (1991) – *The consequences of modernity*. Hutchinson & Co. Publishers, 2ª edição, Grã-Bretanha, 188 p.
- GIRARDI, R.; PAELINK, J.H.P. (1994) – “A regional equilibrium growth model and its disequilibrium dynamics: a one sector approach”. *Regional Studies*, Carfax Publishing Company, Vol.28.3, Grã-Bretanha, pp.305-317.
- GLAESER, Edward L. (2003) – “Chapter 5 - The new economics of urban and regional development”. In: CLARK, Gordon L.; FELDMAN, Maryann, P.; GERTLER, Meric S. (Eds.), *The Oxford Handbook of Economic Geography*, Oxford University Press, Grã-Bretanha, pp.83-98.
- GLASSON, John (1978) – *An introduction to regional planning. Concepts, theory and practise*. Stanford University Press, Palo Alto, 421 p.
- GLOBAL FORUM ON MIGRATION AND DEVELOPMENT (2007) – *First Meeting (Brussels, Belgium, 9-11 July)*, site.
- Disponível em: <http://www.gfmd-fmmd.org/> (acedido em 11/03/2009)
- GLOBAL FORUM ON MIGRATION AND DEVELOPMENT (2008) – *Second Meeting (Manila, Philippines, 27-30 October)*, site. Disponível em: <http://gfmd2008.org/> (acedido em 11/03/2009)
- GLOBAL FORUM ON MIGRATION AND DEVELOPMENT (2009a) – *Third Meeting (Athens, Greece, 2-5 November)*, site. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/migration/Athens_Booklet.pdf - (acedido em 11/03/2009)

- GLOBAL FORUM ON MIGRATION AND DEVELOPMENT (2009b) – *Background*, site. Disponível em: <http://www.gfmd-fmmd.org/en/foruminfo/forum-info> (acedido em 23/03/2009)
- HAESBAERT, Rogério (2004) – *O mito da desterritorialização*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 395 p.
- HAESBAERT, Rogério (2005) – *Da desterritorialização à multiterritorialidade*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América-Latina, AGIR, Universidade de S.Paulo, Brasil, pp.6774-6792.
- HAMMAR, Thomas; BROCHMANN, Grete; TAMAS, Kristof; FAIST, Thomas (Eds.) (1997) – *International migration, immobility and development. Multidisciplinary perspectives*. Berg, Nova Iorque, 316 P.
- HANSEN, Niles M. (1982) – “Development from above: the centre-down development paradigm”. In: STÖR, B. Walter; TAYLOR, D.R.Fraser, *Development from above or below? The dialects of regional planning in developing countries*. John Wiley & Sons, Chister, pp.15-38.
- HERMELE, Keneth (1997) – “The discourse on migration and development”. In: HAMMAR, Thomas; BROCHMANN, Grete; TAMAS, Kristof; FAIST, Thomas (Eds.) – *International migration, immobility and development. Multidisciplinary perspectives*. Berg, Nova Iorque, pp.133-158.
- HIGGINS, Benjamin; SAVOIE, Donald J. (1997) – *Regional development. Theories and their application*. Transaction Publishers, Nova Jersey, 422 p.
- IKUSPEGI (2007) – “inmigración y comunidades autónomas”. *Panorámica de la inmigración*, nº15, Bilbao, documento, 4 p.
Disponível em: http://www.ikuspegi.org/documentos/documentos_internos/panoramica15cas.pdf (acedido em 01/06/2009)
- INE ESPANHA (2002) – *Los Extranjeros residentes en España (1998-2002)*, dados. Disponível em: http://www.ine.es/prodyser/pubweb/ext_espa/ext_espa.htm.. (acedido em 17/01/2011)
- INE ESPANHA (2007a) – *Encuesta de Migraciones (1999-2007)*, dados. Disponível em: http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=%2Ft20%2Fp311_new&file=inebase&L=0 (acedido em 18/01/2011)
- INE ESPANHA (2007b) – *Estadística de variaciones residenciales (1998-2007)*, dados. Disponível em: <http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=%2Ft20%2Fp307&file=inebase&L=0> (acedido em 24/01/2011)
- INE ESPANHA (2010) – *Migraciones*, dados. Disponível em: http://www.ine.es/inebmenu/mnu_migrac.htm.. (acedido em 24/01/2011)
- INE ESPANHA (2011) – *Vários Censos e quadros estatísticos*, dados. Disponível em: <http://www.ine.es/> (acedido em 27/01/2011)
- INE PORTUGAL (1991) – *Censos 1991. Resultados definitivos. Portugal*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 443 p.
- INE PORTUGAL (2006) – *Censos 1991. Resultados definitivos. Portugal*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 443 p.
- INE PORTUGAL (2001a) – *Censos 2001. Resultados definitivos. Portugal*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 538 p.
- INE PORTUGAL (2001b) – *Censos 2001. Resultados definitivos. Alentejo*. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 272 p.
- INE PORTUGAL (2010) – *População estrangeira com estatuto legal de residente, por sexo*, dados. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000611&selTab=tab0 (acedido em 17/01/2011)

- INE PORTUGAL (2011) – *Vários Censos e quadros estatísticos*, dados. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main. (acedido em 27/01/2011)
- IOM (2008) - *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genebra e Nova Iorque, 367 p.
- IOM (2010) – *Migration Initiatives Appeal 2010*. International Organization for Migration, Donor Relations Division, Genebra, 171 p.
- JOHANSSON, Mats; RAUHUT, Daniel (2002) – *ESPON Project 1.1.4. The spatial effects of demographic trends and migration*. ESPON, Estocolmo, Suécia, 206 p.
- JUNTA DE EXTREMADURA (2008a) – *Plan para la integración social de personas inmigrantes en Extremadura 2006/2007*. Junta de Extremadura, Consejería de Bienestar Social, 49 p.
- JUNTA DE EXTREMADURA (2008b) – *Plan para la integración social de personas inmigrantes en Extremadura 2008/2011*. Junta de Extremadura, Consejería de Bienestar Social, 83 p.
- KASIMIS, Charalambos (2008) – “O novo papel dos imigrantes nas economias rurais da Europa do Sul”. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios G. (Coord.), *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, pp.211-242.
- KING, Russell; CHRISTOU, Anastasia (2008) – *Cultural geographies of counter-diasporic migration: the second generation returns “home”*. Sussex migration working paper n°45, Sussex Centre for Migration Research, (policopiado), 30 p.
- KLAGGE, Britta; KLEIN-HITPASS, Katrin (2007) – *High-skilled return migration and knowledge-based economic development in regional perspective. Conceptual considerations and the example of Poland*. CMR Working Papers, n°19/77, (policopiado), 29 p.
- KREJCIE, R.V.; MORGAN, D.W. (1970) – “Determining sample size for research activities”. *Educational and psychological measurements*, 30 (3), pp.607-610.
- LAGES, Mário F.; POLICARPO, Verónica (2002) – *Análise preliminar de duas sondagens sobre os imigrantes em Portugal*. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião, Lisboa, (policopiado), 22 p.
- LAJUGIE, Joseph; DELFAUD, Pierre; LACOUR, Claude (1985) – *Espace regional et aménagement du territoire*. Dunod, Précis Dalloz, Paris, 987 p.
- LEMAITRE, Georges (2005) – *The comparability of international migration statistics. Problems and prospects*. Statistics Brief, OCDE, n° 9, pp.1-8.
- LERA, Diego López de (2006) – “Panorama de la inmigración”. In: VIERA, Carmen Lamela; BUJÁN, Raquel Martínez; CASAS, Raquel Oso; VARELA, María Villares– *Demografía de los extranjeros. Incidencia en el crecimiento de la población*. Fundación BBVA, Bilbao, pp.17-71.
- LESSARD-HÉBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gérald (2005) – *Investigação qualitativa. Instrumentos e práticas*. Instituto Piaget, Col. Epistemologia e Sociedade, n° 26, 2ª edição, Lisboa, 184 p.
- LIANG, Zai; MOROOKA, Hideki (2008) – “International migration and development: the case of China”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genève e Nova Iorque, pp.273-302.
- LIPIETZ, Alain (2000) – “La logique des regions qui gagnent”. In: CABIN, Philippe (Coord.), *L'économie repensée*, Sciences Humaines Editions, Auxerre, pp.189-195.
- LO, Fu-chen; SALIH, Kamal (1982) – “Growth poles, agropolitan development, and polarization reversal: the debate and search alternatives”. In: STÖR, B. Walter; TAYLOR, D.R.Fraser,

- Development from above or below? The dialects of regional planning in developing countries.* John Wiley & Sons, Chister, pp.123-151.
- LOPEZ-TRIGAL (Dir.) (1994) – *La migración de portugueses en España.* Universidad de León, Departamento de Geografía, Monografías nº2, León, 191 p.
- LOPÉZ-TRIGAL, Lorenzo (2001) – “La reciente aportación geográfica al estudio de la inmigración en España. Una revisión de publicaciones y proyectos de investigación”. *População e Sociedade*, nº7, CEPESE, Porto, pp.79-90.
- LOPÉZ-TRIGAL, Lorenzo (2003) - *Portugueses en España.* Facultad de Ciencias Económicas. Universidad de Santiago de Compostela, 195 p.
- LOPÉZ-TRIGAL, Lorenzo (2004) – “Le Portugal en Espagne: migración et société”. *Sud-Ouest Européen, Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest – Hommage à François Guichard*, Centre National de la Recherche Scientifique, Presses Universitaires du Mirail, nº18, pp.23-30.
- LOURENÇO, Eduardo (1988) – “Emigração e Identidade”. *Educação e Tecnologia*, Revista do Instituto Politécnico da Guarda, Guarda, p.7-10.
- LUTZ, Wolfgang; SCHERBOV, Serguei (2008) – “Contributo da imigração para o futuro demográfico da Europa”. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios G., *A Europa e os seus imigrantes no séc.XXI*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp.243-259.
- MABOGUNJE, Akin, L. (1989) – *The development process. A spatial perspective.* Unwin Hyman, 2ª edição, Londres, 383 p.
- MACHADO, Fernando Luis (2002) – Contrastes e Continuidades. Migração, etnicidade e integração dos Guineenses em Portugal. Celta Editora, Oeiras, 464 p.
- MAISONAVE, Almudena Cortés (2006) – “Codesarrollo y Migración: una lógica transnacional. Reflexiones desde el caso español”. *Puntos de Vista*, Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid, nº 8, ano II, Dezembro, pp.7-29.
- MCKENZIE, David; RAPOPORT, Hillel (2006) – *Can migration reduce educational attainment? Evidences from Mexico.* World Bank Policy Research Working Paper, nº3952 - Junho, Washington, 42 p.
- MCKENZIE, David; RAPOPORT, Hillel (2007) – “Network effects and the dynamic of migration and inequality: theory and evidence from Mexico”. *Journal of Development Economics*, Vol. 84, 1, pp.1-24
- MALECKI, Edward A. (1991) – *Technology and economic development: the dynamics of local, regional and national change.* Longman Scientific & Technical, Nova Iorque, 460 p.
- MALGESINI, Graciela (1998) – *Cruzando fronteras. Migraciones en el sistema mundial.* Icaria, Economía Crítica, Madrid, 335 p.
- MALHEIROS, Jorge (1996) – *Imigrantes na região de Lisboa. Os anos da mudança.* Edições Colibri, Lisboa, 238 p.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (2001) – *Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação.* Tese de Doutoramento de Geografia da Universidade de Lisboa (policopiado), 617 p.
- MALHEIROS, Jorge; RIBAS-MATEOS, Natália (2002) – “Immigration and place in northern mediterranean cities: issues for debate. In: FONSECA, Maria Lucinda; MALHEIROS, Jorge; RIBAS-MATEOS, Natalia; WHITE, Paul; ESTEVES, Alina (Eds.), *Immigration and place in mediterranean metropolises.* Fundação Luso-Americana, Lisboa, 293-308.
- MALHEIROS, Jorge Macaísta (2005) – “Migrações”. In: MEDEIROS, Carlos Alberto, *Geografia de Portugal 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp.87-125.
- MARTÍN, Rafael Domínguez (2006) – *Inmigración: crecimiento económico e integración social.* Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, Santander, 234 p.

- MARTÍNEZ, Cármen García (1997) – “España, país de inmigración”. In: MOYA, Miguel Panadero; MARTÍNEZ, Cármen García (Coords.) – *Migraciones extranjeras en la Unión Europea*. Universidad de Castilla-La Mancha, Ediciones de la Universidad, Cuenca, pp.101-114.
- MARTÍNEZ, José M^a Serrano (2003) – *España en el nuevo milénio, realidad territorial y retos pendientes*. Universidad de Múrcia, Servicio de Publicaciones, Múrcia, 683 p.
- MARTINS, Alexandre Cotovio (2006) – *Diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre*. Câmara Municipal de Portalegre, documento, 134 p. Disponível em: <http://www.cm-portalegre.pt/resources/4317/zoom/diagnportalegre.pdf> (acedido em 04/06/2009)
- MARTINS, Rui (2010) – *As estratégias para a promoção da competitividade nos territórios de baixa densidade da Região Centro de Portugal*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro (policopiado), 13 p.
- MASSEY, Douglas (1988) – “Economic development and international migration in comparative perspective”. *Population and Development Review*, Blackwell Publishing, vol.14, issue 3 (Setembro), EUA, pp.383-413.
- MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUCCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J.Edward (1998) – *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*. Clarendon Press, Oxford, 362.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1996) – *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana. Uma introdução*. Editorial Estampa, 4^a edição, Lisboa, 282 p.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (2005) – *Geografia de Portugal 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades*. Círculo de Leitores, Lisboa, 419 p.
- MEJÍAS, Felipe Morente (Ed.) (2000) – *Cuadernos Étnicos. Inmigrantes, Claves para el futuro inmediato*, Universidad de Jaén, Col. Monografías Jurídicas, Económicas y Sociales, Jaén, 273 p.
- MILANOVIC, Branko (1987) – “Remittances and income distribution”. *Journal of Economic Studies*, n^o14(5), pp.24-37.
- MINISTERIO DE TRABAJO E INMIGRACIÓN (2008) – *Extranjeros con certificado de registro o tarjeta de residencia en vigor y Extranjeros con autorización de estancia por estudios en vigor a 31/12/2008*. Ministerio de Trabajo e Inmigración, Secretaria de Estado de Inmigración y Emigración, Observatorio Permanente de la Inmigración, Madrid, dados. Disponível em: <http://extranjeros.mtin.es/es/InformacionEstadistica/> (acedido em 22/01/2011)
- MORÉN-ALEGRET, Ricard (2004) – *Lugar, identidad territorial e inmigración extranjera en áreas rurales y pequeñas ciudades de España. Un estudio cualitativo exploratório*. GRM (Grup de Recrea sobre Migraciones), Universidade Autònoma de Barcelona, documento, 121 p. Disponível em: http://extranjeros.mtin.es/es/ObservatorioPermanenteInmigracion/OtrosDocumentos/archivos/17._lugarx_identidad_territorial_e_inmigracixn_extranjera_en_xreas_rurales_y_pequexas_ciudades_de_Espaxa_2004.pdf (acedido em 28/10/2009)
- MORÉN-ALEGRET, Ricard; SOLANA, M. (2004) – “Foreign immigration in Spanish rural areas and small towns: current situation and perspectives”. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, n^o XXXIX, Lisboa, documento, pp.21-38. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2004-77/77_03.pdf (acedido em 28/10/2009)
- MORÉN-ALEGRET, Ricard (2008) – “Ruralphilia and Urbophobia versus Urbophilia and Ruralphobia? Lessons from immigrant integration processes in small towns and rural areas in Spain”. *Population, Space and Place (Special issue: International Migration to Non-Metropolitan Areas)*, Vol14(6), Wiley InterScience, pp.537-552.

- MORENO, Luís (1998) – “Desenvolvimento e Geografia: uma sinopse sobre o compromisso social em função dos valores”. *Cadernos de Geografia*, nº17, Coimbra, pp.23-26.
- MORENO, Luís (2002) – *Desenvolvimento local em meio rural. Caminhos e caminbantes*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, CD-ROM, Lisboa, 510 p.
- MOYA, Miguel Panadero; MARTÍNEZ, Cármen García (Coords.) (1997) – *Migraciones extranjeras en la Unión Europea*. Universidad de Castilla-La Mancha, Ediciones de la Universidad, Cuenca, 131 p.
- NEVES, João César das (2003) – “Imigração e desenvolvimento”. In: ACIME (Ogr. e Ed.), *I Congresso Imigração em Portugal. Diversidade, cidadania, integração*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Portugal, pp.74-90.
- NIR, Dov (Dir.) (1990) – *Region as a socio-environmental system. An introduction to a systemic regional geography*. Kluwer Academic Publishers, Col. The GeoJournal Library, Vol.16, Países Baixos, 182 p.
- OCDE (2009a) – *The Future of International Migration to OECD Countries*. OCDE Publishing, Paris, 281p.
- OCDE (2009b) – *The Future of International Migration to OECD Countries. Regional note. West Africa*. OCDE Publishing, Paris, 16 p.
- OCDE (2010) – *International Migration Outlook – SOPEMI 2010*. OCDE Publishing, Paris, 357 p.
- OCDE (2011) – *Statistiques clés sur les migrations dans les pays de l'OCDE*. Disponível em : http://www.oecd.org/document/4/0,3746,fr_2649_37415_48366596_1_1_1_37415,00.html (acedido em 01/11/2011)
- OLIVEIRA, Gilson Batista de (2002) – “Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento”. *Revista FAE*, Vol.5, Maio/Agosto, Curitiba, pp.37-48.
- OLIVEIRA, Catarina Reis (2005) – *Empresários de origem imigrante. Estratégias de inserção económica em Portugal*. ACIDI, Col.Teses, nº 2, Lisboa, 176 p.
- OLIVEIRA, Catarina Reis; COSTA, Francisco Lima (2008) – “Being your own boss: enterpreneurship as a lever for migration?”. IN: FONSECA, Maria Lucinda (Ed.), *Cities in movement: migrants and urban change*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Lisboa, pp.241-266.
- OROZOCO, Manuel (2008) – “Remittances in the Latin American and Caribbean region: a review of its economic impact”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genève e Nova Iorque, pp.303-339.
- PACHECO, Elsa (2003) – “As distâncias em áreas de baixa densidade de ocupação territorial”. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I série, vol.XIX, Porto, pp.173-179.
- PAJARES, Miguel (2001) – *Inmigración y mercado de trabajo. Informe 2008*. Ministerio de Trabajo e Inmigración, Documentos del Observatorio Permanente de la inmigración, nº17, Madrid, 166 p.
- PAPADEMETRIOU, Demetrios G. (Coord.) (2008) – *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 307 p.
- PEIXOTO, João (Org.) (2008) – *Revista Migrações. Imigração e Mercado de Trabalho*. ACIDI e OI, nº2, Lisboa, 215 p.
- PENNINX, Rinus (2008) – “Os processos de integração dos imigrantes: resultados da investigação científica e opções políticas.” In: PAPADEMETRIOU, Demetrios G. (Coord.),

- A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, pp.36-57.
- PEREIRA, Alexandre (2006) – *SPSS. Guia prático de utilização. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Edições Sílabo, 6ª edição, Lisboa, 243.
- PEREIRA DE OLIVEIRA, J.M. (2001) – “Ainda o problema do desenvolvimento. Mais uma reflexão”. In: CAETANO, Lucília (Coord.), *Território, inovação e trajetórias de desenvolvimento*, CEG, nº2, Coimbra, pp.17-29.
- PÉREZ, Vicente Gozálviz; LÓPEZ-TRIGAL, Lorenzo (1999) – “Jornaleros extranjeros en el campo español”. *Éria*, nº49, Universidade de Oviedo, Oviedo, pp.213-229.
- PÉREZ, Vicente Gozálviz (2002a) – “La inmigración en España: causas y perspectivas según el contexto europeo”. In: ANTOLÍN, Luís Jesus Pastor (Coord.) – *Globalización y migraciones hoy: diez años de continuos desafíos*. Universidad de Valladolid, Centro Buendia, Valladolid, pp.21-29.
- PÉREZ, Vicente González (2002b) – “El incremento de trabajadores extranjeros en la agricultura española: su necesaria regulación”. In: SALLENT, Pilar Almoquera (Ed.) – *De sur a sur. Análisis multidisciplinar del fenómeno migratorio en España*. Universidad de Sevilla, Servicio de Publicaciones, Sevilla, pp.173-193.
- PÉREZ, Vicente Gozálviz (Ed.) (2006) – *La inmigración extranjera como desafío y esperanza*. Universidad de Alicante, Departamento de Geografía Humana, Murcia, 230 p.
- PIMENTEL, Dulce (1999) – *Mobilidade geográfica e desenvolvimento regional. O caso da Beira Interior Sul*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado), 223 p.
- PING, Huang; SHAOHUA, Zhan (2008) – “Migrants worker`s remittances and rural development in China”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genève e Nova Iorque, pp.219-243.
- PIRES, Rui Pena (2003) – *Migrações e integração. Teorias e aplicações à sociedade portuguesa*. Celta Editora, Oeiras, 289 p.
- PIRES, Rui Pena (Coord.) (2010) – *Portugal: atlas das migrações internacionais*. Tinta da China, Lisboa, 118 p.
- PNUD (1990) – *Human Development Report 1990: Concepts and measurements of development*, documento, 189 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/chapters/> (acedido em 14/11/2008)
- PNUD (1994) – *Human Development Report 1994: New dimensions of human security*, documento, 226 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/> (acedido em 14/11/2008)
- PNUD (2008a) – *The Human Development Concept*, site. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/humandev/> (acedido em 24/11/2008)
- PNUD (2008b) – *Human Development Report 2007-2008: Fighting climate change: Human solidarity in a divided world*, documento, 384 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008/> (acedido em 14/11/2008)
- PNUD (2009) – *Human Development Report 2009: Overcoming barriers: Human mobility and development*, documento, 265 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/> (acedido em 20/11/2009)
- POLÈSE, Mario (1999) – “From regional development to local development: on the life, death and rebirth of regional science as a policy relevant science”. *Actas do V Encontro Nacional da APDR – Emprego e Desenvolvimento Regional*, Vol.I, APDR, Coimbra, pp.59-70.

- PREMA, A.Kurien (2008) – “A socio-cultural perspective on migration and economic development: middle eastern migration from Kerala, India”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Geneva e Nova Iorque, pp.161-187.
- QUIVY, Raymond; VAN CAMPENHOUDT, Luc (2008) – *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Gradiva, Col. Trajectos, 5ª edição, Lisboa, 282 p.
- RADCLIFFE, Sarah A. (1999) – “Part II – Chapter 9 – Re-thinking development”. In: CLOKE, Paul; CRANG, Philip; GOODWIN, Mark (Eds.), *Introducing Human Geographies*, Arnold, Londres, pp.84-91.
- RAMOS, Francisco Salinas (2004) – “La inmigración en España. Economía social e inserción sociolaboral”. In: RAMOS, Francisco Salinas; DE LA CASA, José María Herranz (Dir.) – *La economía social como puerta de integración sociolaboral de los inmigrantes*. Universidad Católica de Ávila, Servicio de Publicaciones, Ávila, pp.31-62.
- RAMOS, Francisco Salinas; DE LA CASA, José María Herranz (Dir.) (2004) – *La economía social como puerta de integración sociolaboral de los inmigrantes*. Universidad Católica de Ávila, Servicio de Publicaciones, Ávila, 238 p.
- RAMOS, Jesus Moreno (2005) – *La inmigración extranjera en Extremadura. Especial referencia al Valle de Tiétar*. Circulo de Investigación Sociológica de Extremadura, Cáceres, pp.153.
- RATHA, Dilip; MOHAPATRA, Sanket; XU, Zhimei (2008) – “Outlook for Remittances Flows 2008-2010: growth expected to moderate significantly, but flows to remain resilient”. *Migration and Development Brief*, 8, World Bank, s/1, 14 p.
- RAVIX, J. L. (1994) – *Production, institutions et organization de l'industrie*. Tese de Doutoramento, Universidade de Nice-Sophia-Antipolis, s/p.
- REDCLIF, Michael; SAGE, Colin (Ed.) (1995) – *Strategies for sustainable development. Local agendas for the south*. John Wiley & Sons, Grã-Bretanha, 195 p.
- REIGADO, Felisberto Marques (1999) – “A Universidade no desenvolvimento regional: da pedagogia à ética de relacionamento”. *Actas do V Encontro Nacional da APDR – Emprego e Desenvolvimento Regional*, Vol.I, APDR, Coimbra, pp.575-589.
- REIGADO, Felisberto Marques (2000) – *Desenvolvimento e planeamento regional. Uma abordagem sistémica*. Referência/Editorial Estampa, Lisboa, 358 p.
- RIBEIRO, Manuela; SILVA, Manuel Carlos; SCHOUTEN, Johanna; Ribeiro, Fernando B.; SACRAMENTO, Octávio (2007) – *Vidas na Raia. Prostituição feminina em regiões de fronteira*. Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências Sociais, nº 61, Porto, 433 p.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) – *Sociologia das Migrações*. Universidade Aberta, Lisboa, 410 p.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (2002) – “Perspectivas actuais das migrações em Portugal”. In: ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo L. González, *Movilidad interna y migraciones intraeuropeas na Península Ibérica*, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico Campus Universitario Sur, Santiago de Compostela, pp.147-170.
- RODRIGUÉZ, V. (1993) – “Actitudes de la población española ante los inmigrantes extranjeros (noticias y comentarios)”. *Estudios Geográficos*, tomo LIV, nº210, pp.145-164.
- RONNBY, Alf (1995) – *Mobilizing local communities*. Avebury, Grã-Bretanha, 375 p.
- ROSA, Maria João Valente; SEABRA, Hugo de; SANTOS, Tiago (2004) – *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. ACIDI – Observatório da Imigração, nº 4, Lisboa, 191 p.

- ROSA, Maria Virgínia; ARNOLDI, Marlene (2006) – *A entrevista na pesquisa qualitativa. Mecanismos para validação dos resultados*. Autêntica, Belo Horizonte, 107 p.
- ROURA, Juan R.Cuadrado; FERNÁNDEZ, Carlos Iglesias; HERAS, Raquel Llorente (2007) – *Immigración y mercado de trabajo en España (1997-2005)*. Fundação BBVA, Col.Informes 2007, Economia y Sociedad, Bilbao, 170 p.
- SALLENT, Pilar Almoguera (Ed.) (2002) – *De sur a sur. Análisis multidisciplinar del fenómeno migratório en España*. Universidad de Sevilla, Serviço de Publicaciones, Sevilha, 234 p.
- SANTOS, Domingos (2005) – “Capítulo 4-4.3 – O modelo de causalidade circular cumulativa e o modelo centro-periferia”. In: COSTA, José Silva (Coord.), *Compêndio de Economia Regional*. APDR, 2ª edição, Coimbra, pp.189-200.
- SANTOS, Norberto (1991) – “Emigração e Retorno: dinâmismos locais da integração. Consequências do regresso de emigrantes”. *Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº10, Coimbra, pp.307-342.
- SANTOS, Norberto (1995) – “As dimensões da emigração na sociedade Portuguesa contemporânea”. *Cadernos de Geografia*, nº 14, Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra, pp. 55-76.
- SANTOS, Norberto (2001) – *As novas espacialidades da emigração em Portugal*. II Colóquio Território e Trajectórias de Desenvolvimento - Portugal e as contradições da modernidade, Coimbra, pp.129-160.
- SANTOS, Vanda (2004) – *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e a imigração dos anos 90 à actualidade*. ACIME, Observatório da Imigração, Lisboa, 160 p.
- SAVY, Michel; VELTZ, Pierre (Dir.) (1995) – *Économie global et réinvention du local*. Éditions de l'Aube, França, 189 p.
- SECRETARIA CONFEDERAL DE MIGRACIONES (2006) – *Immigración e mercado de trabajo “propuestas para la ordenación de los flujos”*. CCOO documentos, Espanha, documento, 54 p. Disponível em: <http://www.ccoo.es/comunes/temp/recursos/1/26125.pdf>. (acedido em 25/05/2009)
- SECRETARIA DE ESTADO DE INMIGRACIÓN Y EMIGRACIÓN (2009) – *Anuarios Estadísticos de Immigración (vários anos)*, dados. Disponível em: <http://extranjerios.mtas.es/es/InformacionEstadistica/Anuarios/>. (acedido em 22/11/2011)
- SECRETARIA DE ESTADO DE INMIGRACIÓN Y EMIGRACIÓN (2010) – *Informaciones Trimestrales*, (vários trimestres) dados. Disponível em: <http://extranjerios.mtas.es/es/InformacionEstadistica/Informes/>. (acedido em 22/01/2011)
- SECRETARIA DE ESTADO DE INMIGRACIÓN Y EMIGRACIÓN (2011) – *Anuarios Estadísticos*, vários documentos. Disponível em: <http://extranjerios.mtin.es/es/InformacionEstadistica/Anuarios/>. (acedido em 17/11/2011)
- SEN, Amartya (2003) – *O Desenvolvimento como liberdade*. Gradiva, Lisboa, 384 p.
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2009) – *Estatísticas: resultados gerais*, dados. Disponível em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/evolucao.aspx?id_linha=4255&menu_position=4140#0. (acedido em 21/01/2011)
- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2010) – *Relatórios Anuais de Actividades* (vários anos), documentos e dados. Disponível em: http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/relatorios.aspx?id_linha=4265&menu_position=4141#0. (acedido em 21/01/2011)

- SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS (2011) – *SefStat – portal de estatística*, dados. Disponível em: <http://sefstat.sef.pt/home.aspx> - (acedido em 02/02/2011)
- SILVA, Jorge António Santos (2004) – *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. Universidade de S.Paulo, Brasil, 480 p.
- SILVA, Mário Rui; SILVA, Sandra (2005) – “Capítulo 4-4.1 – Modelos de crescimento regional e 4.2 – Crescimento endógeno”. In: COSTA, José Silva (Coord.), *Compêndio de Economia Regional*. APDR, 2ª edição, Coimbra, pp.159-1789.
- SIMÕES LOPES, A. (1995) – *Desenvolvimento Regional. Problemática, teoria, modelos*. Serviço de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, Lisboa, 406 p.
- SOLANA, Miguel Solana (2008) – *El encanto de lo rural. Los términos del debate sobre la migración hacia áreas rurales. Desde la Geografía británica y las contribuciones españolas. Un estado de la cuestión*. Grup de Recerca sobre Migracions, Universitat Autònoma de Barcelona (policopiado), 22 p.
- SOLÉ, Carlota; PARELLA, Sónia; CAVALCANTI, Leonardo (2007) – *El empresariado inmigrante en España*. Obra Social, Fundación “La Caixa”, Col. Estudios Sociales, nº21, Madrid, 5 p.
- SRISKANDARAJAH, Dhananjayan (2005) – *Migration and development*. Paper to the Global Commission on International Migration, (policopiado), 36 p.
- STALKER, Peter (2000) – *Workers without frontiers. The impact of globalization on international migration*. Lynne Rienner Publishers, Suíça, 163 p.
- STARK, Oded; TAYLOR, Edward; YITZHAKI, Shlomo (1986) – “Remittances and Inequality”. *The Economic Journal*, Royal Economic Society, vol.96, nº383 (Setembro), Reino Unido, pp.722-740.
- STÖHR, Walter B. (1974) – *Interurban systems and regional economic development*. Association of American Geographers, nº26, EUA, 35 p.
- STÖHR, Walter B. (1982) – “Development from below: the bottom-up and periphery-inward development paradigm”. In: STÖR, B. Walter; TAYLOR, D.R.Fraser, *Development from above or below? The dialects of regional planning in developing countries*. John Wiley & Sons, Chister, pp.39-72.
- STÖR, B. Walter; TAYLOR, D.R.Fraser (1982) – *Development from above or below? The dialects of regional planning in developing countries*. John Wiley & Sons, Chister, 488 p.
- TAYLOR, J.Edward (1992) – “Remittances and inequality reconsidered: direct, indirect and intertemporal effects”. *Journal of Policy Modeling*, nº14, 2, pp.187-208.
- TAYLOR, J.Edward; WYATT, J.E. (1996) – “The shadow value of migrant remittances, income and inequality in a household-farm economy”. *Journal of Development Studies*, nº32, 6, pp.899-912.
- TAYLOR, J.Edward; ADAMS, Richard; MORA, Jorge; LÓPEZ-FELDMAN, Alejandro (2008) – “Remittances, inequality and poverty: evidences from rural Mexico”. In: IOM, *Migration and Development within and across borders. Research and policy perspectives on internal and international Migration*. International Organization for Migration, The Social Science Research Council, Genève e Nova Iorque, pp.101-128.
- THOMAS, Brinley (1954) – *Migration and economic growth*. Cambridge University Press, Londres, 362 p.
- THOMAS, Dorothy S. (1941) – *Social and economic aspects of Swedish population movements: 1750 – 1933*. Macmillan, Nova Iorque, 487 p.
- TÖDTLING, Franz (1996) – “Chapter 4. The uneven landscape of innovation poles: local embeddedness and global networks”. In: AMIN, Ash; THRIFT, Nigel, *Globalization, institutions and regional development in Europe*, Oxford University Press, Grã-Bretanha, pp.68-90.

- TORNOS, Andrés; APARÍCIO, Rosa (2002) – *La investigación sobre migraciones en España*. Ministerio del Interior, Delegación del Gobierno para la Extranjería y la Inmigración, pp.1-48.
- TUAN, Yi-Fu (1974) – *Topophilia. A study of environmental perception, attitudes and values*. Prentice-Hall, Nova Iorque, 260 p.
- UNITED NATIONS (2006) – *Compendium of recommendations on international migration and development: the United Nations Development Agenda and the Global Commission on International Migration Compared*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, Nova Iorque, EUA, 122 p.
- UNITED NATIONS (2007a) – *Concise report on world population monitoring, 1997: international migration and development*, site. Disponível em: <http://actrav.itcilo.org/actrav-english/telearn/global/ilo/seura/migwod2.htm> (acedido em 10/03/2009)
- UNITED NATIONS (2007b) – *The United Nations Development Agenda: Development for all*. United Nations Publication, Department of Economic and Social Affairs, Nova Iorque, 85 p.
- UNITED NATIONS (2008a) – *Development and migration from a gender perspective*. Seventh Coordination Meeting on International Migration, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, documento, 5 p. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/meetings/seventhcoord2008/P08_INSTRAW.pdf (acedido em 17/12/2010)
- UNITED NATIONS (2008b) – *International migration and development – a perspective from WOT (World Trade Organization)*. Seventh Coordination Meeting on International Migration, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, documento, 4 p. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/meetings/seventhcoord2008/P13_WTO.pdf (acedido em 17/12/2010)
- UNITED NATIONS (2008c) – *Follow-up activities relating to the 2006 high-level dialogue on international migration and development*. Seventh Coordination Meeting on International Migration, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, documento, 3 p. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/meetings/seventhcoord2008/P04_ESCWA.pdf (acedido em 17/12/2010)
- UNITED NATIONS (2008d) – *A call for a human-rights-based approach to migration development*. Seventh Coordination Meeting on International Migration, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, documento, 6 p. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/meetings/seventhcoord2008/P18_NGO.pdf (acedido em 17/12/2010)
- UNITED NATIONS (2009a) – *International Migration*, site. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/migration/index.html> (acedido em 10/03/2009)
- UNITED NATIONS (2009b) – *Department of Economic and Social Affairs, Population Division*, site. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/> (acedido em 10/03/2009)
- VAN ZELLER, Francisco (2003) – “Comentário à intervenção de João César das Neves”. In: ACIME (Ogr. e Ed.), *I Congresso Imigração em Portugal. Diversidade, cidadania, integração*. Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, Portugal, pp.97-98.
- VELASCO, María José Prados (2006) – “Los parques naturales como factor de atracción de la población. Un estudio exploratorio sobre el fenómeno de la naturbanización en Andalucía”. *Cuadernos Geográficos*, nº38, 87-110.
- VELEZ DE CASTRO, Fátima (2008a) – *A Europa do Outro. A imigração em Portugal no início do séc.XXI. Estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*. ACIDI, Coleção Teses, nº16, Lisboa, 263 p.

- VELEZ DE CASTRO, Fátima (2008b) – “Imigração e Desenvolvimento Regional. Breve reflexão teórica para uma aplicação prática”. *Iberografias*, nº4, AnoIV, CEI, Guarda, pp.95-108.
- VELEZ DE CASTRO, Fátima (2008c) – *Contributo da imigração para o desenvolvimento regional transfronteiriço*. Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, policopiado, 107 p.
- VELEZ DE CASTRO, Fátima; CRAVIDÃO, Fernanda (2008) – “Immigration and public policies: thinking about local development? The Portuguese Case”. In: PRADHAN, P.; WASTL-WALTER, D.; FOLMAR, S. (Eds.), *Public policy and local development: opportunities and constraints*, International Geographic Union, University of Thribuvan, Nepal, pp.277-290.
- VELEZ DE CASTRO, Fátima (2009) – *Os migrantes e os territórios. Na busca pela segurança ontológica*. Actas do I Encontro Internacional sobre Migrações, AGIR, Faro, 35 p.
- VICENTE, Paula (Coord.) (1998) - *Metropolis International Workshop Proceedings* (Lisbon, September 28-29, 1998), Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, 319 p.
- VIDEIRA, Maria Eugénia Urdiales; RODRÍGUEZ, Amparo Ferrer (2005) – “La inmigración latinoamericana en España”. *Anales de Geografía*, nº25, Universidade de Granada, Granada, pp.115-134.
- VIERA, Carmen Lamela; BUJÁN, Raquel Martínez; CASAS, Raquel Oso; VARELA, María Villares (2006) – *Demografía de los extranjeros. Incidencia en el crecimiento de la población*. Fundación BBVA, Bilbao, 330 p.
- VIRUELA, Rafael Martínez (2002) – “La nueva corriente inmigratória de Europa del Este”. *Cuadernos de Geografía*, nº72, Universidade de Valência, Valência, pp.231-258.
- VITORINO, António (Coord.) (2007) – *Imigração: oportunidade ou ameaça?* Fundação Calouste Gulbenkian, Col.Principia, Lisboa, 286 p.
- VVAA (2006) – *El impacto económico de la emigración en América Latina*. Ensayos galardonados – premio de ensayo sobre economía latinoamericana para jóvenes investigadores, Servicio de Publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 96 p.
- WEAVER, Clyde (1988) – “Concepts and theories of regional development planning: the state of art”. Comunicação apresentada ao seminário *Regional development planning in developing countries*, Universidade de Dortmund, (policopiado), s/p.
- WHEELER, James O.; MULLER, Peter (Ed.) (1986) – *Economic Geography*. John Wiley & Sons, 2ª edição, Grã-Bretanha, 412 p.
- WITHE, Paul; WOODS, Robert (1980) – *The geographical impact of migration*. Longman Group Limited, Londres, 245 p.

CITAÇÕES INICIAIS

Introdução:

GAMBOA, Santiago (2007) – *A Síndrome de Ulisses*. Edições Asa, Lisboa, 335 p.

KASIMIS, Charalambos (2008) – “O novo papel dos imigrantes nas economias rurais da Europa do Sul”. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios G. (Coord.) – *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, pp.211-242.

O Estado da Arte:

MOSER, Benjamin (2010) – *Clarice Lispector. Uma vida*. Civilização Editora, Porto, 626 p.

PAPADEMETRIOU, Demetrios G. (2008) – “Reflections on the international migration system”. *Diversite/y Canadian/Canadienne*, Metropolis and Monash, n° 6:3, Montreal, pp.3-6.

A Metodologia do Trabalho de Campo:

CHAO, Manu (1998) – [Canção] *Clandestino*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=rSEUH4KRfN8> (acedido em 24/11/2010)

DURKHEIM, Émile (1990) – *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. PUF (1ª edição de 1912), Paris, pp.133-135 e 593-594.

Análise do Estudo de Caso:

CASTRO, Ferreira de (2001) – *Emigrantes*. Guimarães Editores, Lisboa, 255 p.

HUGO, Graeme; MORÉN-ALEGRET, Ricard (2008) – “International migration to non-metropolitan áreas of high income countries: editorial introduction”. *Population, Space*

and Place, Special issue: international migration to non-metropolitan areas, vol.14, issue 6, pp.473-477.

Conclusão e Recomendações:

KNOPFLI, Rui (2003) – “[Poema] Aeroporto”. *Obra Poética*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Col. Escritores dos Países de Língua Portuguesa, nº31, Lisboa, 540 p.

OCDE (2009a) - *The Future of International Migration to OECD Countries*.OCDE Publishing,

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2014

• U



C •

